



BOLETIM

DA

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA

DE

LISBOA

SÉRIE 139 - N.ºS 1-12

JANEIRO - DEZEMBRO - 2022

SUMÁRIO

NOS CEM ANOS DO PROF. ADRIANO MOREIRA // OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS PORTUGUESES COM A ÁFRICA AUSTRAL E ORIENTAL. HISTÓRIA E GEOGRAFIA. ETNOLOGIA, RELIGIÃO E ECONOMIA // FERNÃO DE MAGALHÃES: O ENQUADRAMENTO FAMILIAR DO NAVEGADOR // A ESTRUTURA JUDICIAL EM ÁFRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX // JOSÉ LUIZ MONTEIRO: A ESTAÇÃO CENTRAL DO ROSSIO E A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA // PORTUGAL NOS MARES DE ORLANDO RIBEIRO: ATLÂNTICO, MEDITERRÂNEO E IDENTIDADE GEOPOLÍTICA // O ALMOTACÉ-MOR DA CORTE: DA CRIAÇÃO DO OFÍCIO À CONSOLIDAÇÃO DO SEU REGIMENTO // COLÓQUIO PORTUGAL E A ORDEM DE MALTA A PROPÓSITO DAS ELEIÇÕES DE DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES: LUÍS MENDES DE VASCONCELOS (1622) E D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA (1722) // DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES (E UM QUE NÃO O ERA) // A DIMENSÃO HUMANITÁRIA DA DIPLOMACIA. A ORDEM SOBERANA DE MALTA E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1951-1971) // A ORDEM DE MALTA EM PORTUGAL E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES MILITARES DA RENASCENÇA // FREI DOM MANUEL PINTO DA FONSECA (1681-1741-1773) PORTUGAL E A ORDEM DE MALTA A PROPÓSITO DOS CENTENÁRIOS DAS ELEIÇÕES A GRÃO-MESTRES DOS PORTUGUESES FR. D. LUÍS MENDES DE VASCONCELOS (1622) E FR. D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA (1722) // DO LEVANTE PARA OCIDENTE. O MEDITERRÂNEO E OS CONTEXTOS DA AÇÃO DA ORDEM DE MALTA // ACTIVIDADES DA SGL // ACTIVIDADES DA BIBLIOTECA // ACTIVIDADES DO MUSEU // ADENDA ACTIVIDADES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO NA S.G.L., RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO
LISBOA-PORTUGAL

BOLETIM
DA
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA
DE
LISBOA



Esta publicação contou com o apoio
do
Ministério da Defesa Nacional – Exército Português
do
Ministério da Cultura – Fundo de Fomento Cultural
do
Ministério da Ciência e Educação – FCT

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Direcção (2022)

PRESIDENTE

Prof. Cat. Luis António Aires-Barros

VICE-PRESIDENTES

Comandante Filipe Mendes Quinto

Dr. José António Dantas Saraiva

Prof. Doutor Fausto Robalo Amaro

Prof. Doutor Mário Avelar

SECRETÁRIO PERPÉTUO

Prof. Cat. João Baptista Nunes Pereira Neto

SECRETÁRIA-GERAL

Doutora Maria Manuela Cantinho Pereira

VICE-SECRETÁRIOS

Eng. Rogério Ferreira de Almeida

Prof. Doutor Francisco Miguel Proença Garcia

DIRECTOR DO MUSEU

Doutora Maria Manuela Cantinho Pereira

DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Prof. Cat. João Baptista Nunes Pereira Neto

DIRECTOR TESOUREIRO

Dr. José António Dantas Saraiva

VOGAIS DA DIRECÇÃO

V/Alm. António Carlos Rebelo Duarte

Eng. João Agria Torres

Prof. Nuno Ferrand de Almeida

Prof. João Luís Cardoso

Prof. António Rebelo de Sousa

Município de Lisboa

Comissão Revisora de Contas

EFETIVOS

Eng. Marco António Monteiro de Oliveira

Prof. Dr. António Vermelho do Corral

Dr. José Manuel de Braga Dias

SUPLENTE

Dra. Ana Teresa Murta

Dr. José Pedro Castanheira

COMISSÃO DE REDACÇÃO DO BOLETIM (2022)

Pela Direcção

Prof. Doutor João Pereira Neto

Pela Comissão Africana

Profª. Doutor Sónia Frias

Pela Comissão Americana

Prof. Doutor António Jorge Rebelo de Sousa

Pela Comissão Asiática

Embaixador Fernando Ramos Machado

Pela Comissão de Migrações

Profª. Doutora Maria Beatriz da Rocha-Trindade

Pela Comissão de Estudos Côte-Real

Prof. Doutor José Ferreira Coelho

Pela Comissão de Protecção da Natureza

Eng. João Caldeira Cabral

Pela Comissão de Relações Internacionais

Prof. Doutor Manuel Almeida Ribeiro

Pela Secção de Antropologia

Prof. António Piedade

Pela Secção de Arqueologia

Doutora Ana Cristina Martins

Pela Secção de Artes e Literatura

Profª. Doutora Maria Leonor García da Cruz

Pela Secção de Ciências Militares

Gen. Vitor Amaral Vieira

Pela Secção de Jurisprudência

Dr. Nuno Moraes Bastos

Pela Secção de Estudos Luso-Árabes

Prof. António Manuel Dias Farinha

Pela Secção de Etnografia

Mestre Maria Helena Correia Samouco

Pela Secção de Economia

Doutor José Júlio Caleia Rodrigues

Pela Secção de Genealogia e Heráldica e Falerística

Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego

Pela Secção de Geografia Matemática e Cartografia

Eng. João Agria Torres

Pela Secção de Geografia dos Oceanos

C/Alm. José Manuel Pinto Bastos Saldanha

Pela Secção de História

Dr. João Abel da Fonseca

Pela Secção de História da Medicina

Dr. Manuel Mendes Silva

Pela Secção da Indústria

Dr. Pedro Ferreira de Carvalho

Pela Secção de Instrução Pública

Profª. Doutora Maria Helena Carvalho dos Santos

Pela Secção de Estudos do Património

Doutora Ana Cristina Martins

Pela Secção Luís de Camões

Prof. Doutor Armando Tavares da Silva

Pela Comissão Infante D. Henrique Ordem de Cristo e Expansão

Prof. Doutor Fernando Larcher

Pela Secção de Ordenamento Territorial e Ambiente

Eng. Silvino Pompeu dos Santos

Pela Secção de Transportes

Prof. Doutor Joaquim Jorge Paulino Pereira

Pela Secção de Turismo

Profª. Doutora Ana Cristina Pereira Neto

Edição e propriedade

Sociedade de Geografia de Lisboa
Rua das Portas de Santo Antão, 100
1150-169 Lisboa
Tel. 213425401
www.socgeografialisboa.pt
geral@socgeografialisboa.pt

Director

Prof. Cat. João Pereira Neto

Editor

Sociedade de Geografia de Lisboa

Tiragem

200 exemplares

Registo no ICS

0037-8690

Depósito legal

76867/94

Impressão e Distribuição

Página Ímpar, Lda

Preço de Venda ao Público/Assinatura (com portes)

Portugal 40.00 Europa 50.00 Fora da Europa 60.00

(distribuição gratuita para sócios)

Os artigos publicados no Boletim são da única responsabilidade dos seus autores
SGL - A utilização de qualquer documento terá que ser autorizada pela SGL

Every correspondence referring to the Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa must be addressed to: Sociedade de Geografia de Lisboa,
Rua Portas de Santo Antão 100, 1150-269 Lisboa, Portugal.

The list of the gifts to the Library or the Museum will be published with the names of the people who offered them.
A selection of the most important gifts will also be mentioned in the Annual Report.

ÍNDICE

NOS CEM ANOS DO PROF. ADRIANO MOREIRA <i>Luís Aires-Barros</i>	9
OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS PORTUGUESES COM A ÁFRICA AUSTRAL E ORIENTAL. HISTÓRIA E GEOGRAFIA. ETNOLOGIA, RELIGIÃO E ECONOMIA <i>Vermelho do Corral</i>	19
FERNÃO DE MAGALHÃES: O ENQUADRAMENTO FAMILIAR DO NAVEGADOR <i>António de Mattos e Silva / José de Mattos e Silva</i>	43
A ESTRUTURA JUDICIAL EM ÁFRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX <i>Isabel Graes</i>	57
JOSÉ LUIZ MONTEIRO: A ESTAÇÃO CENTRAL DO ROSSIO E A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA <i>Paulo Batista</i>	73
PORTUGAL NOS MARES DE ORLANDO RIBEIRO: ATLÂNTICO, MEDITERRÂNEO E IDENTIDADE GEOPOLÍTICA. <i>Virgílio Miguel Machado</i>	87
O ALMOTACÉ-MOR DA CORTE: DA CRIAÇÃO DO OFÍCIO À CONSOLIDAÇÃO DO SEU REGIMENTO <i>Luís Seabra Lopes</i>	107
COLÓQUIO PORTUGAL E A ORDEM DE MALTA A PROPÓSITO DAS ELEIÇÕES DE DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES: LUÍS MENDES DE VASCONCELOS (1622) E D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA (1722)	
DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES (E UM QUE NÃO O ERA) <i>Fernando Ramos Machado</i>	132
A DIMENSÃO HUMANITÁRIA DA DIPLOMACIA. A ORDEM SOBERANA DE MALTA E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1951-1971) <i>Ana Leal de Faria</i>	153
A ORDEM DE MALTA EM PORTUGAL E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES MILITARES DA RENASCENÇA <i>Gonçalo Couceiro</i>	182

FREI DOM MANUEL PINTO DA FONSECA (1681-1741-1773) PORTUGAL E A ORDEM DE MALTA A PROPÓSITO DOS CENTENÁRIOS DAS ELEIÇÕES A GRÃO-MESTRES DOS PORTUGUESES FR. D. LUÍS MENDES DE VASCONCELOS (1622) E FR. D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA (1722)	
<i>Alexandre de Sousa Pinto</i>	187
DO LEVANTE PARA OCIDENTE. O MEDITERRÂNEO E OS CONTEXTOS DA AÇÃO DA ORDEM DE MALTA	
<i>Filipe Themudo Barata</i>	200
ACTIVIDADES DA SGL	209
ACTIVIDADES DA BIBLIOTECA	279
ACTIVIDADES DO MUSEU	284
ADENDA ACTIVIDADES	286

NOS CEM ANOS DO PROF. ADRIANO MOREIRA

Luís Aires-Barros

Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

Nesta homenagem a Adriano Moreira, um dos nomes cimeiros da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) começo por usar uma citação de um seu texto aquando das comemorações dos 142 anos da fundação desta Sociedade. “Não lembrarei aqui, porque nesta casa não são esquecidas, as intervenções de homens que levaram Cecil Rhodes, um dos nossos mais persistente adversário, a declarar, perante a Chartered Company, que – “não devemos esquecer nunca que os portugueses foram os primeiros a civilizar a África”. Referia-se a homens de uma estatura, nesse século XIX, que não encontraram resposta suficiente na debilidade do País no tempo desafiante em que lhes aconteceu viver: Capelo e Ivens, António Enes, Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, e o lendário Mouzinho de Albuquerque, com o Mapa Cor-de-Rosa a desafiar o êxito, e finalmente o Ultimato de 1890 a agudizar a crise da questão política nessa mudança de paradigma mundial: o Rei D. Carlos a afirmar que “Esta é uma monarquia sem monárquicos”; Oliveira Martins a exigir economia e o nível que hoje chamamos austeridade; Eça de Queirós a ridicularizar a vida burguesa e os assomos patrióticos; o seu companheiro Ramalho Ortigão temível na utilização das “Farpas”; os republicanos a empurrar a monarquia para “as soluções que humilham e as violências que comprometem”. O símbolo da decisão e capacidade militar, Mouzinho, o Cavaleiro da Rainha, suicida-se; os vencidos da vida, que pretendem modernizar o país, esses sonhadores vencidos da vida sofrem com a perda do seu Santo Antero, ao suicidar-se em público na terra natal. Uma situação que estava retratada por Alexandre Herculano quando, retirando-se para Vale de Lobos, declara que “tudo isto dá vontade de morrer”, o tudo que levou Unamuno a considerar os portugueses como uma “Nação de Suicidas”. A própria Republica, cuja propaganda levava ao assassinato de D. Carlos, sofrera que a sua crónica se iniciasse com o suicídio do Almirante Cândido dos Reis, convencido pelas erradas notícias sobre a revolução, de que “já não há portugueses”.

É neste ambiente depressivo que o conceito de “interesse permanente de conteúdo variável”, mobiliza um conjunto de cidadãos para a “estratégia do saber”, e a 10 de Novembro de 1875 requer ao Rei D. Luís a criação da Real Sociedade de Geografia de Lisboa, com o objetivo de promover o progresso das ciências geográficas e progresso das ciências. Entre eles estiveram Teixeira de Vasconcelos, António Enes, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, Sousa Martins, Cândido de Figueiredo, António Lino Neto, e Teófilo Braga, que, ainda tendo, julga-se, sangue dos Braganças, viria a ser o Primeiro Presidente da República. A instituição, logo a partir de 1876, inicia a publicação do seu Boletim que é hoje preciosidade, percebe a importância da internacionalização, espalha pelas instituições especializadas os resultados das

suas investigações, cria a melhor biblioteca sobre os trópicos existente em Portugal, organiza um museu que ajuda a firmar o princípio de que não há futuro sem apoio no passado, exhibe para sempre, na linha sucessória dos seus dirigentes, os nomes que se inscrevem na elite mais prestante do país. Os dirigentes do governo vão consagrando os seus esforços e contribuições com as mais veneráveis e significativas condecorações, incluindo a Ordem Militar de Cristo (1928) e a Ordem Militar de Santiago da Espada (1983)”.
É uma citação longa e lapidar que caracteriza bem a situação sócio-política do período da História Nacional em que é criada a SGL que procura ajudar a promover o ressurgimento do país. Nos quase 150 anos de existência, as suas actividades não tiveram apenas acção na História Nacional, mas também e amplamente a nível internacional, em especial em ligação com os antigos territórios ultramarinos sob administração portuguesa.

Desde 1875 até hoje a nossa Sociedade tem sido dirigida por uma plêiade de homens que assumiram a sua presidência. Foram personalidades provenientes de diversos horizontes: militares e marinheiros, juristas e cientistas, professores de vários domínios dos saberes. Cito alguns deles desde o primeiro, o Visconde de S. Januário, a António Augusto de Aguiar, do Almirante Francisco Ferreira do Amaral a Consiglieri Pedroso e Bernardino Machado, de Anselmo Braamcamp Freire ao General Garcia Rosado do Almirante João de Azevedo Coutinho a Ruy Ulrich e Adriano Moreira. Já depois do 25 de Abril de 1974 a presidência da Sociedade é ocupada por quatro notáveis oficiais da Armada Portuguesa: os Almirantes Fernando da Fonseca, Barahona Fernandes, o Comandante Serra Brandão e o Almirante Sousa Leitão. Desde 2000 ocupo a presidência da nossa Sociedade.

São vinte e duas personalidades que ao país e à Sociedade de Geografia de Lisboa deram uma colaboração fundamental. Não se pode esquecer o papel que um conjunto de Secretários-gerais teve, sendo imperioso recordar Luciano Cordeiro, Ernesto de Vasconcelos e Silva Teles. Merece, num sintético apontamento evocar as acções relevantes destes homens de eleição que “fizeram” a Sociedade de Geografia de Lisboa. É conveniente balizar, ainda que sem grande rigor, os principais períodos da Sociedade de Geografia. Desde logo há um período inicial de lançamento da Sociedade de Geografia em que esta toma o facho do impulsionamento da política ultramarina nacional. Neste período que, grosso modo, vai da fundação da SGL até à queda da Monarquia, programam-se e realizam-se as notáveis expedições de Serpa Pinto, Capelo e Ivens, ocorre a Conferência de Berlim onde é relevante a acção de Luciano Cordeiro, constrói-se e alberga-se a Sociedade nas suas belas, amplas e adequadas instalações da Rua das Portas de Santo Antão.

A este dilatado período de cerca de 35 anos correspondem as presidências de sete ilustres nomes, a saber: Visconde de S. Januário (1876-77), Prof. Barbosa du Bocage (1877-83), Prof. António Augusto de Aguiar (1884-87), General Francisco Maria da Cunha (1888-90). Alm. Pereira Sampaio (1891-93), Alm. Ferreira do Amaral (1894-1908) e Prof. Consiglieri Pedroso (1909-10).

Nunca é demais salientar a acção extraordinária que tem, em boa parte deste período (até à sua morte, em 1900, o Secretário-Geral da SGL e seu principal impulsionador Luciano Cordeiro.

Um segundo período das actividades da SGL pode definir-se como o que vai da proclamação da República ao advento do Estado Novo. Com efeito a SGL vive bem imersa na sociedade

portuguesa e, não se imiscuindo no dia-a-dia da política “miúda”, não se pode alhear das grandes direcções e correntes sócio-políticas que percorrem a Nação.

Neste segundo período assiste-se, por um lado, à procura de evidenciar, no país, as riquezas e as potencialidades dos territórios ultramarinos. E assim nasce e desenvolve-se um bom Museu Histórico e Etnográfico de que hoje nos orgulhamos, se cria uma boa Biblioteca e Cartoteca principalmente ultramarinas e se lançam as bases do estudo e ensino superior da Administração Ultramarina. A Escola Superior Colonial, peça fundamental da ocupação e administração territorial ultramarina tem a sua sede na SGL desde a sua fundação até 1934.

São presidentes, durante estes dezasseis anos, quatro personalidades relevantes como o Prof. Bernardino Machado (1910-12), depois Presidente da República, o Dr. Anselmo Braamcamp Freire (1913-1921), o Alm. Almeida d’Eça (1922-24) e o Gen. Tomás Garcia Rosado, de 1925 a 1926.

Parece adequado definir um terceiro período das actividades da nossa Sociedade como aquele que coincide, *grosso modo* com a vigência do Estado Novo, de 1926 a 1974.

Trata-se de um período bem definido do ponto de vista sócio-político.

Durante este dilatado período há realizações importantes. Deve mencionar-se a organização das Semanas das Colónias (depois do Ultramar), tendo sido a primeira realizada em 1927. Eram estas manifestações científicas e culturais impulsionadas pela SGL e foram um relevante factor de divulgação, de conhecimento e de estudo dos territórios ultramarinos. Continuou a realização de congressos congregando largo número de estudiosos, como o 3º Congresso Colonial em 1930 e o Congresso da Colonização em 1940, na cidade do Porto. Posteriormente, já em 1964 realiza-se o 1º Congresso das Comunidades Portuguesas onde se reúnem representantes de inúmeras comunidades de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo.

Deste Congresso nascem, por um lado a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa. A sua sede encontra-se nas instalações da SGL e a sua actividade tem contado, sempre, com o apoio da nossa Sociedade.

A realização destes dois Congressos e de modo especial a criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP) são factos promovidos por Adriano Moreira e a que ele dedicou particular labor.



Sessão Solene de encerramento do 1º Congresso das Comunidades Portuguesas (1964)

Merece menção especial a fundação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Na sequência dos votos aprovados na mencionada União das Comunidades de Cultura Portuguesa no congresso realizado na SGL é criada a Academia Internacional da Cultura Portuguesa pelo Decerto nº 46180 em 6 de Fevereiro de 1945.

De acordo com os Estatutos desta Academia os seus fins são os seguintes:

1. Fomentar os esforços tendentes à investigação, inventário e sistematização das tradições e dos padrões culturais portugueses radicados fora do território português;
2. Fomentar os esforços tendentes à identificação e estudo das comunidades filiadas na cultura portuguesa e radicadas fora do território português;
3. Fomentar os esforços tendentes à investigação da expansão da cultura portuguesa no mundo;
4. Promover a publicação sistemática em língua portuguesa ou em língua estrangeira da documentação e dos estudos relacionados com os fins indicados nas alíneas anteriores;
5. Cooperar com os organismos que tenham finalidades análogas, em qualquer parte do mundo.

A criação desta Academia correspondeu aos desejos do seu principal promotor em agregar as mais diversas entidades sócio-culturais existentes na vasta diáspora portuguesa nas Américas, África e Ásia dando voz às suas actividades em ligação com a Mãe-Pátria.

Esta Academia nasceu, cresceu e continua a sua actividade sócio-cultural pela mão do seu actual presidente, o Almirante Rebelo Duarte.

O segundo Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa realizou-se em Moçambique, em 1966.

Esta Academia publica desde a sua fundação um Boletim onde se guardam trabalhos de grande relevo.

Neste período foram presidentes da SGL o Prof. Pedro José da Cunha (1927-28), o Conde de Penha Garcia (1928-40), o Alm. Azevedo Coutinho (1940-44), o Prof. Manuel Moreia Júnior (1945-1952), o Prof. Mendes Correia (1952-1960), o Prof. Ruy Ulrich (1960-1964) e o Prof. Adriano Moreira (1964-1974).

Com a instalação do regime democrático saído da Revolução de 25 de Abril de 1974, abre-se um quarto período de actividade na nossa Sociedade. Abre-se a era da presidência de quatro notáveis oficiais da Armada Portuguesa: os Almirantes Fernando Fonseca (1975-78), Barahona Fernandes (1978-1983), o Comandante Serra Brandão (1983-88) e o Alm. Sousa Leitão (1988-2000).

Nos vinte e cinco anos em que este conjunto de presidentes dirigiu os destinos da SGL, até Janeiro de 2000, data do falecimento do Alm. Sousa Leitão, a acção destes homens pautou-se, por um lado, pela salvaguarda a todo o custo do riquíssimo espólio cultural e científico da Sociedade e por outro, pelo relançamento das actividades das Comissões Gerais e das Secções Profissionais. Assim se realizaram vários Colóquios e Seminários de interesse relevante e que inclusivamente originaram publicações muito procuradas pela comunidade científica e cultural nacional e estrangeira. Cito apenas os seguintes: IV Centenário da morte de Luís de Camões (1981), Problemas de regionalização (1982), As regiões polares (1983), A energia dos oceanos (1983), Os fogos, a floresta e o ambiente (1985), A adesão de Portugal à CEE (1986), O transporte

marítimo e o desafio europeu (1988) e África século XXI – Os desafios da globalização (1998). Merece menção especial a Exposição cartográfica da Grande Lisboa em 1983.

Com a estabilização da sociedade portuguesa e a regularização das relações políticas, culturais, científicas entre Portugal e os novos países emergentes da descolonização portuguesa repensou-se o papel da SGL na nossa sociedade.

Nesta perspectiva a Direcção emergente das eleições de Março de 2000 e que tem sido reeleita, na generalidade, procurou lançar as bases de um novo alinhamento sócio-cultural da SGL.

Em resumo, a ideia força motora da actividade da actual Direcção repousa na necessidade de explorar ao máximo as riquezas do espólio da SGL, dá-lo a conhecer à Nação e, com o seu estudo aprofundado permitir que investigadores das Universidades e demais Institutos de Investigação nacionais e internacionais se sirvam dele para a preparação de teses de mestrado e/ou doutoramento.

Assim se solicitou o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para o estudo da nossa riquíssima fototeca (mais de 35 000 espécies fotográficas de vários tipos vindo de 1870 à actualidade), para a catalogação e estudo pormenorizado de peças raras do Museu Etnográfico e Histórico, com relevo para os trabalhos de conservação e restauro dos Globos Coronelli (século XVII). Este estudo, com o apoio da Biblioteca Nacional de Paris foi realizado no Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), tendo contado com o apoio financeiro parcial do POC. A informatização da Biblioteca e sua ligação à rede nacional de bibliotecas é outro projecto em que estamos a apostar fortemente.

Abriu-se a Sociedade à colaboração com as Universidades e Institutos Politécnicos de modo a facultar a realização de trabalhos finais de curso o que tem permitido que sejam estudados materiais etnográficos nossos e, inclusivamente restauradas peças do nosso património cultural.

A reanimação de Comissões como a Asiática e a Americana está em curso. O apoio quer aos sócios, quer às Comissões e Secções para a elaboração de estudos de vária índole e extensão levou à criação da colecção “Memórias da SGL” que é mais uma janela aberta para o exterior.

Toda esta actividade procura, ainda, lançar elos de ligação com os denominados PALOP's, Brasil, Timor e áreas asiáticas onde a influência portuguesa foi historicamente relevante.

Deve salientar-se a riqueza patrimonial da nossa Sociedade.

O património cultural material móvel ligado aos territórios da diáspora, desde a América, pela África até à Ásia tem vasta representação no Museu Etnográfico e Histórico que ocupa salas importantes da nossa Sociedade. Dessas salas a Sala Portugal pela sua beleza arquitectónica e pelos eventos maiores da nossa História aí passados ao longo de século e meio transcorrido é um bom exemplo de um espaço que além da sua riqueza como património cultural material é, igualmente, representante de património cultural imaterial.

A Biblioteca, considerada a maior e melhor biblioteca sobre temas ultramarinos de antigos territórios de administração portuguesa, serve o público em geral na preparação de artigos científicos e na preparação de teses de mestrado e de doutoramento.

A Cartoteca possui cerca de 6000 documentos, incluindo cerca de 350 documentos cartográficos manuscritos vindos desde o século XVI, cerca de 5200 documentos cartográficos impressos e cerca de 500 documentos gráficos de duas dimensões (vistas e perspectivas).



Acto de posse da Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1966, presidida por Adriano Moreira

A colecção de Atlas é constituída por 6 Atlas manuscritos e 377 Atlas impressos. Estes Atlas repartem-se desde o início do século XVI até ao presente.

A Fototeca é muito rica e variada representando acontecimentos da História de Portugal desde 1870 à actualidade. É constituída por cerca de 35000 espécimens espécimenes que cobrem eventos tipo sócio-cultural ocorridos nos territórios ultramarinos sob administração portuguesa.

A colecção é constituída por provas fotográficas soltas ou agrupadas em álbuns e também em negativos em vidro, negativos em película e diapositivos de lanterna e vidro.

É esta a instituição que o Prof. Adriano Moreira dirigiu durante cerca de uma década, de 1964 a 1974.

Adriano José Alves Moreira foi um dos mais dinâmicos presidentes da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Nasceu em 1922, formou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, sendo doutor em Direito pela mesma Universidade e pela Universidade Complutense de Madrid com a tese “A Europa em Formação”.

Foi professor e mais tarde director do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa de que é, hoje, professor jubilado. Foi director do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar, vogal do Conselho Ultramarino e procurador à Câmara Corporativa.

Foi prémio Abílio Lopes do Rêgo da Academia das Ciências de Lisboa de que é académico de número. É ainda membro da Academia de Ciências Morales e Políticas de Madrid, da Academia Portuguesa de História, da Academia de Marinha, do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional e da Academia Brasileira de Letras. Foi sócio fundador da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e seu primeiro presidente.

Foi professor do Instituto Superior Naval de Guerra e Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Foi curador da Fundação Oriente.

Foi ministro do Ultramar de 1961 a 1963, num período delicado da vida nas colónias.

Deve-se-lhe a criação dos Estudos Gerais de Angola e de Moçambique, posteriormente transformados nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques.



Adriano Moreira, em 1966, a receber a “Medalha de Hora” da Sociedade de Geografia de Lisboa, das mãos do então Presidente da República Almirante Américo Tomás

Depois de 25 de Abril de 1974 Adriano Moreira ausentou-se para o Brasil onde leccionou na Universidade Católica do Rio de Janeiro e foi curador da Universidade Cândido Mendes.

Regressado ao país em 1977 retomou a sua actividade política sendo eleito deputado à Assembleia da República em 1979. Foi vice-presidente desta mesma Assembleia da República de 1991 a 1995.

Retira-se da vida política activa em 1995 e dedica-se a proferir conferências, escrever livros, participar em inúmeros debates na comunicação social tornando-se em uma das referências da vida sócio-cultural portuguesa, ouvido e lido com atenção e respeito. Goza de um estatuto ímpar na cultura portuguesa.

É autor de vastíssima bibliografia do domínio do Direito e da Política Ultramarina, da Ciência Política, bem como da Teoria das Relações Internacionais. Devem-se-lhe trabalhos importantes no domínio da Estratégia que foram muito bem aceites não só na Universidade como ainda nos meios militares.

Representou Portugal na ONU em 1957, 1958 e 1959.

É doutor *honoris causa* por diversas universidades brasileiras.

Possui várias condecorações nacionais, brasileiras, espanholas e inglesas.

Foi presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa durante dez anos, de 1964 a 1974.

Durante a vigência da sua presidência promove a realização do 1º e 2º Congresso das Comunidades Portuguesas. O primeiro realizou-se nas instalações da Sociedade de Geografia de Lisboa, em Dezembro de 1964 e deu origem à criação da União das Comunidades de Cultura Portuguesa. O segundo Congresso realizou-se em Moçambique em 1968.

Em 2008 é eleito Presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Em 2013 é eleito Presidente do Instituto de Altos Estudos desta mesma Academia, cargo que ocupa até fins de 2021.

Em 10 de Novembro de 2017 pelos 142 anos da Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de comemoração desta efeméride, prestámos uma homenagem ao nosso Presidente Honorário Prof. Adriano Moreira, atribuindo-lhe a Medalha de Honra “como alta distinção e singular homenagem de reconhecimento e de aplaudo social por assinalados serviços à Ciência, à Nação

Portuguesa e à Sociedade de Geografia de Lisboa” como estabeleceu o artigo 11º do Estatuto Geral da SGL.

A SGL tem estatutariamente, duas vias de homenagear os seus sócios que lhe merecem distinção singular. São elas, a atribuição da “Medalha de Honra” (regida pelo artigo 11 dos nossos Estatutos) e a concessão do título de “Sócio Honorário” (regida pelo artigo 21 dos nossos Estatutos).

A “Medalha de Honra” é uma alta distinção que a SGL confere a alguém, como singular homenagem, de reconhecimento e de aplauso social por assinalados serviços à Ciência, à Nação Portuguesa ou à Sociedade de Geografia.

Acresce que a título individual foram até hoje atribuídas 13 Medalhas de Honra, sendo as duas últimas a Gago Coutinho e a Sacadura Cabral em 1922.

Nesta Sessão Solene de 16 de Novembro de 2017 dirigi-me ao Senhor Prof. Adriano Moreira dizendo:

“Senhor Prof. Adriano Moreira, para além de uma Sessão Solene de Homenagem que lhe é devida, ao envolvê-lo no conjunto de efemérides e acções referidas, pretendemos que, para quem continua a viver connosco, o que fazemos nesta, também sua casa, fique a elas indelevelmente ligado. É ainda uma forma de homenagem.

Nestes últimos quase vinte anos tenho tido o privilégio de privar consigo nas acções culturais e científicas em várias instituições a que pertencemos. Algumas vezes em gabinetes de trabalho contíguos.

Permita-me que a esta homenagem que a sua e nossa SGL hoje lhe presta, junte muito singelo reconhecimento pelo apoio pessoal com que me tem brindado precisamente aqui nestas funções.

Bem-haja por tudo o que tem feito pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Nação Portuguesa.

Convém recordar que a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa antecedeu o famigerado ultimato britânico de 1890. É que os seus fundadores, encabeçados por Luciano Cordeiro, mantiveram-se em consonância com as Sociedades de Geografia congêneres, entretanto criados pela Europa na sequência da de Paris que acaba de comemorar os 200 anos da sua fundação. Deste modo tornou-se desde a origem em 1875, uma sociedade dedicada ao estudo e a consulta dos meios de melhorar e aproveitar e desenvolver as forças e recursos naturais e a economia de Portugal e, especialmente dos “seus domínios ultramarinos” como se estabelece nos seus Estatutos.

Nesta conformidade sigamos, mais uma citação de Adriano Moreira aquando da publicação de um texto que sugestivamente tituló de “Sociedade de Geografia e o Conceito Estratégia Nacional publicado no Boletim da SGL de 2015 dedicado às comemorações dos 140 anos da fundação da nossa Sociedade.

Diz Adriano Moreira “A Sociedade de Geografia sustentou uma filosofia diferente, quer mobilizando o saber, quer enriquecendo o sentido nacional, que nunca se recebe a benefício de inventário, estimulando os estudos pelas suas múltiplas secções, criando as semanas do Ultramar devotadas à relação do passado vivido com o futuro a construir, enriquecendo a sua biblioteca, a cartografia, o museu, destacando a homenagem devida aos que aqui receberam o respeito e agradecimento pelo civismo da vida, documentando no valioso Boletim as suas atividades científicas e culturais, nos domínios da história, da antropologia, da arqueologia, da geografia, sempre

presidida e servida gratuitamente por uma longa série de dirigentes e colaboradores que vai tentando salvar do esquecimento. Mas se a fundação da Sociedade de Geografia antecipou, pelo saber, a época de sofrimentos que incluiu o *ultimatum*, a mudança de regime que foi precedida do assassinato de D. Carlos, procurando mobilizar o saber fazer com a Escola Colonial que evoluirá para o atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, também foi pelo saber que antecipou o fim do colonialismo ocidental, e principalmente Euromundista, com os dois Congressos das Comunidades Portuguesas, o primeiro de 1964, decorrendo em Lisboa, Guimarães e Coimbra, o segundo de 1966, a bordo do Infante D. Henrique, na rota de Vasco da Gama para a Índia, partindo do então Lourenço Marques até Nacala, reunindo representantes das nossas comunidades ao redor da terra, e com a participação de respeitados e autorizados

representantes de todas elas: foi na Ilha de Moçambique, numa cerimónia impressionante que pela primeira vez flutuaram juntas as bandeiras de Portugal e Brasil, sendo o ministro da educação do Brasil que proclamou: “acabamos de dar o primeiro passo da pátria maior”. A CPLP, como sempre reconheceu o Embaixador José Aparecido de Oliveira, brasileiro e verdadeiro dinamizador do aparecimento da organização, encontra ali a sua pedra fundadora, assim como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa o teve na então fundada, pela Sociedade de Geografia que a alberga, Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Porque é uma casa onde se sabe que não se constroem casas sobre água nem crescem as árvores sem raízes”.



Adriano Moreira e Luís Aires-Barros na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 2017, durante as Comemoração dos 100 anos da criação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas -ISCS

Nas singelas considerações que acabo de fazer, procurando homenagear uma personalidade ímpar na nossa sociedade, personalidade que difundiu pela Universidade, pelo Governo da República, pelo Instituto que serviu, o seu saber e o seu dom de tocar nas “coisas” para as modificar.

No caso que trato, a Instituição a que Adriano Moreira dedicou uma atenção peculiar durante cerca de 70 anos foi e é a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Por este facto discorri um pouso sobre esta Sociedade pretendendo mostrar o “local” e o “tempo” em que Adriano Moreira viveu e transformou esta Sociedade.

Creio que é a melhor maneira de o homenagear. Viveu aqui e aqui derramou o seu saber, a sua inteligência, transformou e criou algo que persistirá pelo tempo nessa mesma Sociedade.

Adriano Moreira pertence ao grupo dos homens que possuem a alegria de difundir conhecimento depois de o ter criado, no seu caso como conhecedor dos homens e das “coisas”. É o filósofo no sentido amplo da palavra.

Classe E.	
N.º do sócio 16036	Ano 1953/4
Nome Dr. Adriano José Alves Moreira	
Profissão Professor da Escola Superior Colonial	
Residência Rua de Victor Bastos, 1 - r/c Esq.	
Observações <i>Vice-Presidente da Sociedade de Lisboa desde 1960 a 1963</i> <i>Athoriano chegou de 1966</i> <i>Presidente de Honra de 1964 a</i>	

Ficha de Sócio

Criar conhecimento, difundi-lo, trabalhar para o bem comum é algo que preenche uma vida a que a Providência concede a dádiva de tempo cuja unidade é o século. Que fantástico! Ter um século para ter a alegria de possuir a essência intelectual que só toca os que puderam e souberam produzir as suas “obras-primas”.

Quando se percorre a vida de Adriano Moreira desde jovem que desce de Trás-os-Montes, à cidade e a conquista em todos os seus “quereres”; é a Universidade, é a Vida Pública chegando ao Governo onde pode, sabe e faz pelos seus “próximos” o que lhe é mandado pela consciência de homem justo lutando pela Verdade, mas sempre pela Justiça social, então a sua vida foi uma alegria bendita mesmo nas travessias dos períodos mais turbulentos.

A alegria de conhecer, criar, difundir por uma plêiade de discípulos, amigos e companheiros na vida, sem dúvida que o consolou da miséria física e da mediocridade intelectual e das incompreensões do mundo em que se movimentou.

Tive a felicidade de acompanhar alguns dos seus passos, de seguir algumas das suas ideias, de beneficiar de muitos dos seus conselhos. Aqui estou, Prof. Adriano Moreira, a dizer-lhe bem-haja por tudo o que nos deu e que fez pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo nosso país.

Bibliografia

- AIRES-BARROS, L. (2005) Breve evocação dos presidentes da Sociedade de Geografia de Lisboa. Bol.SGL, série 123 – N° 1-12, pp.9.80, Lisboa.
- AIRES-BARROS, L. (2017) Homenagem ao Sr. Prof. Adriano Moreira nos 142 anos da fundação da SGL e abertura ao público do Museu de Etnográfico e Histórico da SGL. Bol. SGL série 135 – N° 1-12, pp. 9-14, Lisboa.
- MOREIRA, A. (2005) A Sociedade de Geografia e a Crise de 60. Bol. SGL, série 123- N° 1 – 12 pp. 81-90, Lisboa
- MOREIRA, A. (2015) A Sociedade de Geografia e o Conceito Estratégico Nacional. Bol. SGL, série 133 – N° 1-12, pp. 13 e 14, Lisboa
- MOREIRA, A. (2017) Cento e quarenta e dois anos da Sociedade de Geografia. Bol. SGL, série – 135 – N° 1-12, pp. 15-17, Lisboa

OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS PORTUGUESES COM A ÁFRICA AUSTRAL E ORIENTAL. HISTÓRIA E GEOGRAFIA. ETNOLOGIA, RELIGIÃO E ECONOMIA

António Vermelho do Corral

Antropólogo

1. INTRODUÇÃO

1. No ano transacto esteve pronta a partir para a República Popular de Moçambique uma equipa de antropólogos portugueses a fim de levar a cabo estudos sócio-culturais naquele novo país de língua portuguesa.

A equipa era constituída por dois professores e quatro alunos finalistas do Curso de Ciências Antropológicas e Etnológicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

A partida estava prevista para o primeiro dia do mês de Julho e teria, numa primeira fase, a duração de três meses. Previa-se uma segunda fase de investigação de campo, a que se seguiriam colóquios e conferências a nível internacional, às quais assistiriam personalidades de reputação meritória, designadamente no âmbito da Antropologia Social e Cultural.

Esse estudo, subsidiado fundamentalmente por organismos oficiais portugueses, gozava do patrocínio da UNESCO e constituía o primeiro trabalho a sair da cooperação estabelecida entre Portugal e os países que acabavam de ascender à independência, libertados do colonialismo lusitano.

Ao signatário deste trabalho incumbiam, além de outras, as tarefas de fazer um levantamento histórico-cultural no âmbito da Antropologia Comparada aos povos do sul de Moçambique. Percorreu bibliotecas e arquivos e recolheu imenso material que jazia adormecido sob o pó acumulado durante longos anos, material esse que continua a aguardar a melhor oportunidade para um tratamento adequado.

A equipa não pôde partir por na véspera se agravarem os diferendos existentes entre a R. P. Moçambique e a Rodésia. E tanto assim, que nos primeiros dias desse mês de Julho, a povoação de Mpafuri foi assaltada por tropas militares rodesianas e totalmente arrasada. Mpafuri era precisamente um dos pontos alvo das nossas investigações.

Uma empresa belga teve a hombridade de disponibilizar ao grupo material apropriado para utilização no caso de picadas ou mordeduras de animais venenosos, mormente cobras.

Pensei, pois, que para a cadeira do Curso livre de Introdução aos Estudos Históricos poderia ser oportuno o aproveitamento de algum desse material recolhido, além de que, por outro lado, será uma maneira de ver algum êxito no trabalho de muitos meses basculhando livros e impressos.

Eis, portanto, um trabalho baseado em algumas dessas recolhas. E a compensação de um esforço pessoal de investigação.

2. Noção de História. O sentido mais geral do termo «história» é o estudo do passado; mas nem todo o passado é igualmente história, em sentido rigoroso. Assim, a Cosmogonia é a história do universo. A Geologia é a história da Terra, a Paleontologia é a história das espécies desaparecidas. A história propriamente dita é o estudo dos factos passados, humanos ou naturais, que tiveram influência na evolução da Humanidade e considera os acontecimentos mais notáveis que consubstanciam a vida política, económica, intelectual e moral de um povo, de uma época ou de toda a Humanidade.

Desta forma, é a História diferente de todas as outras ciências. Efectivamente, enquanto as demais ciências estudam factos passíveis de observação directa e experiência, a História ocupa-se de factos em que não é possível a observação directa nem a experiência.

Chama-se «facto histórico» ao facto humano que exerceu influência na vida dos povos respeitante ao passado e que deixou vestígios de si mesmo em documentos que permitam uma reconstituição desse passado.

Além dos factos humanos são também considerados históricos determinados factos naturais, v. g., o terramoto de Lisboa de 1755, por influírem mais ou menos profundamente na vida da Humanidade.

A História é a única ciência que não admite verificação experimental, pois é impossível repetir um raciocínio, renovar uma observação, fazer uma experiência. É que o passado que a História estuda nunca poderá tornar-se presente e, portanto, não será passível de observação directa, nem de experimentação. A História só pode usar uma observação indirecta.

3. Metodologia. Em História supõe-se que os factos passados que a constituem possam ser de diferente natureza. Por vezes, o estudo de cada um desses grupos é aprofundado e então podem distinguir-se diversos aspectos na História: políticos, jurídicos, diplomáticos, militares, económicos, etnológicos, sociais, religiosos, das ideias morais, da literatura, das artes, das ciências e até da filosofia. Mas todas essas histórias se ligam e interpenetram numa descrição, tão completa quanto possível, da vida da Humanidade.

A História, sendo uma ciência de factos, segue uma metodologia que integra os seguintes processos essenciais: investigação dos documentos, crítica histórica, síntese histórica e, finalmente, filosofia da história.

Os factos históricos, sendo passados e não podendo tornar-se presentes, são-nos dados a conhecer através dos documentos, que são o traço material deixado pelo facto e a partir do qual reconstruímos esse facto. É a investigação desses documentos que se chama heurística e constitui o primeiro trabalho do historiador: recolher o maior número de documentos. Mas não se deve confundir documento com monumento: aquele é tudo quanto nos pode instruir acerca do passado, enquanto este significa, ordinariamente, um edifício ou obra que se impõe pela sua grandiosidade, beleza e antiguidade.

Os documentos podem ser de duas espécies:

- orais: são as lendas, ritos, mitos, hábitos e as tradições que transmitem os factos de geração em geração; são estudados pela etnografia e pela antropologia, que se ocupam dos costumes dos povos;
- materiais: são as memórias oficiais ou particulares, anais, cartas, officios, jornais, crónicas, biografias, inscrições em monumentos, etc., estudados pela paleografia, enquanto escritos em material pouco resistente, como papiro, pergaminho e papel, ficando para a epigrafia as inscrições em material resistente, v. g. a pedra.

Estes documentos podem ser directos ou conscientes, isto é, feitos com intenção histórica (por exemplo: crónicas, anais, relatórios, biografias, etc.), e indirectos ou inconscientes feitos sem objectivo histórico, como os contratos de compra e venda, testamentos, nomeações, officios, actas, documentos notariais, obras literárias, como epopeias e tragédias, correspondência particular ou oficial, etc..

Todos estes documentos, estudados especialmente nos arquivos e bibliotecas, têm importância para a História, mas os indirectos são normalmente mais valiosos, por inspirarem maior confiança.

A investigação dos documentos deve começar pela frequência das bibliotecas e arquivos, pelas consultas de bibliografias, enciclopédias, revistas, convindo anotar os elementos obtidos em folhas volantes ou fichas bibliográficas ou ideográficas, que devem ser metodicamente ordenadas.

As ciências, de que atrás falámos, são chamadas ciências auxiliares da História, às quais podemos juntar a bibliografia, a filosofia, a cronologia, a geografia, a etnologia e a diplomática.

4. Crítica histórica. Recolhidos os materiais pela investigação dos documentos ou terminado o trabalho de heurística, é necessário avaliar o seu significado exacto. É este o objecto da crítica histórica.

A crítica histórica é diferente consoante se refere a documentos materiais, sem qualquer inscrição, ou a documentos escritos. Para os primeiros basta saber se são da época e do autor a quem se atribuem; para os segundos é necessário, além disso, investigar se o autor é digno de fé. Assim, a crítica histórica pode assentar em crítica dos documentos e crítica do testemunho.

A crítica dos documentos tem por fim verificar se eles são da época e do autor a quem se atribuem, analisar a sua integridade (crítica externa) e interpretar o seu conteúdo (crítica interna).

A crítica do testemunho procura assegurar que o autor do documento, reconhecido como autêntico e restituído à sua integridade, é digno de fé.

A crítica histórica é uma ciência delicada, pois requer qualidades intellectuais (erudição, espírito de discernimento, grande penetração, profundo conhecimento da alma humana) e morais (grande paciência, imparcialidade absoluta e completo amor à verdade).

5. Síntese histórica. Uma vez terminada a investigação e a crítica histórica, verdadeiro trabalho de análise, encontramos-nos em presença de factos dispersos. É preciso efectuar então uma série de operações sintéticas; tendo por fim reconstituir e explicar o passado, estabelecendo, quando

possível, relações entre os factos e formando de todo o passado um conjunto coerente de acontecimentos que se influenciam uns aos outros. É esta fase do método que constitui a história propriamente dita.

Começamos por fazer uma selecção dos documentos autênticos, tendo em conta a sua importância relativa; depois agrupamos os documentos segundo o modelo de um conjunto de factos observados na realidade presente e atendendo a motivos políticos, religiosos, económicos, formando séries cronológicas, geográficas ou lógicas; em seguida procuramos imaginar, com traços vigorosos, os homens de outras épocas – assim «a história é uma ressurreição» (Michelet) – estabelecendo analogias com os factos actuais.

Se os documentos se referem a um passado já distante, podem surgir lacunas que o historiador deve preencher por meio de raciocínios analógicos com o presente e com outros períodos do passado.

A síntese histórica deve ser feita de maneira tão viva quanto possível e só assim Heródoto teria razão ao dizer que a «história é a mestra da vida». O historiador deve ser um sábio e um verdadeiro artista.

6. Filosofia da história. A filosofia da história é uma vista de conjunto sobre a história; passado conhecimento das causas e das leis mais ou menos particulares à determinação das leis gerais que regulam o desenvolvimento da Humanidade ou, pelo menos, a evolução de um povo, leis que orientam os acontecimentos e os dirigem para um fim único.

Pretende descobrir o sentido ou a direcção e o significado da evolução humana, considerada no seu conjunto. É como que uma forma extrema da síntese histórica que conduz à simplificação e à idealização do determinismo histórico.

Será, por exemplo, um trabalho de filosofia da história, determinar quais os factores gerais e permanentes que dirigem a Humanidade para o seu fim.

A filosofia da história, procurando descobrir o que há de essencial nos diversos factos históricos, conduz a um certo número de leis gerais, que enunciam as relações entre os fenómenos, e mostra que os factos históricos, longe de se sucederem a capricho, seguem um certo plano que lhes dá um sentido definido.

A filosofia da história é, assim, um acto preparatório da Sociologia e, segundo alguns autores, é já um trabalho puramente filosófico que procura fornecer e interpretar as razões que orientam a evolução da Humanidade no seu fluir constante: se essas razões são puramente de ordem material ou económica ou a essa evolução preside uma ideia directriz superior. A história ocupa aqui o simples lugar de ciência auxiliar.

Apresentam-se normalmente duas concepções de filosofia da história:

- a idealista, defendida, entre outros, por Hegel, segundo o qual a realidade é constituída pela ideia do Espírito. Esta ideia, em contínua evolução, revela-se na história do universo e do homem, de forma que a história é a «Odisseia do Espírito»; é a narração da maneira como a ideia se vai realizando. Esta realização faz-se por fases sucessivas, passando da tese à antítese e, suplantando esta, pela síntese, num diálogo constante com as contradições e conflitos que se lhe apresentam. Hegel supôs esta ideia plenamente realizada com os acontecimentos do seu tempo.

- o materialismo histórico, defendido por Karl Marx e Engels. Estes rejeitam o idealismo de Hegel, substituindo a ideia pela matéria, mas aproveitam o seu método dialéctico (tese-antítese-síntese). Tudo é fruto da matéria em movimento, em luta contra as suas antíteses, para as suplantar: a vida, o pensamento, as ideologias, são fruto da matéria; mas o homem, produto da matéria e das condições em que vive, pode actuar sobre ela e transformar pelo seu trabalho as condições de vida. A história, estudo da evolução das sociedades humanas, mostra que esta evolução é devida a factos económicos. Na história da Humanidade não há qualquer ideia directriz superior, mas toda ela é condicionada pelos dados económicos, que originam as ideologias políticas, religiosas, jurídicas e até a própria arte; estas ideologias, por sua vez, vão influenciar nos factores económicos que proporcionam o aperfeiçoamento dessas ideologias e, assim, a Humanidade continua a evoluir.

2. OS ÁRABES NA ÁFRICA ORIENTAL

Quando os Portugueses chegaram à costa oriental africana foram encontrar aí populações vivendo sob o ponto de vista tecnológico bastante atrasadas, mas não tanto como as populações que encontraram em Angola.

E o facto de a sua tecnologia apresentar avanços técnicos superiores devia-se à presença dos árabes por essas paragens, detentores do comércio e rotas marítimas no Índico, na sucessão do vazio deixado pelos Romanos.

Pensa-se que a penetração árabe na África Oriental seja anterior aos primórdios do Islão, porquanto, quando o seu profeta surgiu na Arábia, já havia árabes no leste africano, muito embora o seu número fosse reduzido.

Essa presença árabe, porém, não deve ser entendida como tendo em vista quaisquer conquistas ou meras anexações territoriais, nem tão pouco os dominava a expansão de ideais políticos ou mesmo religiosos, mas tão-somente a mira do comércio que se fazia sentir nas escravocracias da Arábia.

Não obstante vestígios de influência egípcia, chinesa e persa – este último povo já sob tutela do Islão – parece que os Muçulmanos encontraram o caminho aberto pela notícia de feitorias árabes que ali existiam no começo da era cristã. O primeiro estabelecimento permanente, contudo, admite-se que date de 689, portanto pós-islâmico, e durante o reinado do califa Abdalmélique ibne Maruano, o qual teria mandado sírios para várias cidades, entre estas Melinde, Zanzibar, Mombaça e Quíloa, embora quanto a esta última se diga que a fundação é posterior, ou seja, de 976. Os colonos muçulmanos já devem ter encontrado elementos da raça árabe, porquanto os mercadores antigos casavam com mulheres nativas, formando assim os núcleos de origem da raça *suaíli*. O facto é assinalado por João de Barros na 1ª. Década. O nosso grande historiador afirma ter visto, em uma crónica dos reis de Quíloa, certa alusão a um contrato entre os gentios de Sofala e os mercadores de Mogadoxo para que estes levassem, todos os anos, jovens mouros, a fim de «haverem casta deles». Depois é o rei de Quíloa, sabedor das negociações, quem oferece alguns moradores para «assentar vivenda com feitorias de mercadorias, os quais folgariam em tomar suas (dos Cafres) filhas por mulheres, com que se multiplicaria a sua gente». E assim os mouros de Quíloa tomaram posse do trato de oiro, de que vieram a ser exclusivos senhores por muito tempo.

De Sofala, o empório mercantil árabe, falam-nos os geógrafos sarracenos com entusiasmo e atribuem-lhe maravilhas que inspiraram muitos contos de «As mil e uma noites». Desde Masudi (o historiador das 1.300 produções que viveu na primeira metade do séc. XI) a Albiruni e Edrici, todos lhe fazem referências. Albiruni especifica até que é lá a terra dos Zangues (*Bantus*) e que os habitantes são *moalins*. É ali também que se pretende localizar a bíblica Ofir.

Os Árabes, aproveitando o declínio económico de Roma, trataram de chamar a si o monopólio do Índico, bem aproveitado até ao séc. XVI, e o tráfico do ébano vegetal e o tráfico humano do centro da África para o mercado de Zanzibar.

Parece que a princípio não estava em causa a propaganda islâmica. Aventureiros, heréticos e revoltados, muitos destes últimos descendentes de foragidos na Abissínia, ao mesmo tempo de Mafoma, estabeleceram, desde o séc. VIII ao XI, uma cadeia de feitorias em Mogadoxo, Melinde, Mombaça, Pemba, Zanzibar, Quíloa, Sofala, enfim, até ao cabo Correntes, e instalaram-se em Madagáscar e nos Cômoros. O objectivo de cada um, então, consistia em enriquecer, e pouco lhe interessava a conversão dos nativos à doutrina de Mafoma. No entanto, como edificavam burgos espaçosos e confortáveis, análogos aos da Arábia, protegidos por muralhas ou construídos nas ilhas, e ali faziam a sua vida tradicional, em breve foram considerados aristocratas e desbancaram os mercadores hindus. Surge depois a mestiçagem, que já fala um árabe misturado com dialectos locais e pratica o rudimentar islamismo. Em cada burgo independente existem numerosos escravos para servirem como domésticos, soldados e carregadores.

Todavia, o certo é que nunca houve um império árabe na África Oriental. Houve, sim, domínios temporários de um burgo sobre outro ou outros. Sucessivamente, Mogadoxo, Mombaça, Pemba, Zanzibar tiveram a hegemonia de uma parte do litoral. A cidade mais poderosa, ao que se deduz dos cronistas, foi Quíloa. Esta subordinou ao respectivo régulo de Sofala o seu comércio de ouro, impondo-se na costa sul e exercendo influência ao norte. O declínio de tal supremacia já era evidente quando os Portugueses lá desembarcaram.

É, entretanto, curioso notar que os Árabes não mostravam intenções de anexar territórios no centro da África, e por isso a sua acção na costa oriental não se fez sentir em profundidade. E se, porventura, as tiveram, o desígnio falhou.

Ainda em elação à chegada dos Árabes à África Oriental, J. L. Quintão informa-nos que no oitavo século da era cristã, alguns Árabes, separando-se dos sucessos de Maomet, foram, sob a direcção de Zaid, neto de Ali, procurar liberdade das perseguições religiosas na parte norte da costa oriental de África.

Gente de outras seitas dissidentes em breve lhes seguiram o exemplo e, assim, fundaram, entre outras, as cidades de Brava e Mogadoxo. Saindo deste sítio, ocuparam a pouco e pouco todas as pequenas ilhas ao longo da costa oriental até Lourenço Marques (hoje Maputo).

Mas'oudi de Bagdad in “Prados do Ouro” diz que se estabeleceram na ilha de Kambalu (talvez Cômoro, julgando outros tratar-se de Madagáscar), no tempo da conquista de Creta pelos muçulmanos (730 A. D.), tendo reduzido à escravidão todos os habitantes zindjanos, adoptando embora a sua língua.

Construíram os Árabes as cidades de Brava e Mogadixo (Mogadoxo) por volta do séc. VII.

Nos fins do primeiro milénio chega a Sofala um povo vindo do interior, povo agrícola e pastor e com artesãos de ouro e ferro. Caçavam elefantes e negociavam marfim, ouro, ferro, peles de leopardo e conchas de tartaruga com os árabes da costa.

Árabes e Persas exerciam actividades mercantis com bastante intensidade no comércio da costa oriental da África, como também da China, Índia e Indonésia (foram os indonésios que colonizaram Madagáscar).

Na primeira metade do séc. IX o comércio da costa oriental da África estava nas mãos dos *serafianos* da Pérsia, e dos árabes de Oman da tribo de Azd; que o termo das suas viagens no mar dos Zindy era a terra de Sofala e de Wakwak nas partes mais meridionais deste mar, segundo opinião do mesmo historiador árabe Mas'oudi (900 a 945 A. D.).

Quando Gonçalo da Silveira chegou ao Monomotapa (1560) para cristianizar o rei e seus súbditos, já aí se fizera sentir a catequização das doutrinas de Mafoma através de árabes islamicas e com bastante êxito, apesar de não ser esse o seu principal propósito. O reino do Monomotapa estava já, pois, ocupado pelos sectários do Islão.

Passando rapidamente pelos nossos historiadores medievais, v. g., João de Barros, Fernão de Castanheda, Damião de Góis, Gaspar Correia, D. Jerónimo Osório, além de outros, verificamos que há em todos eles unanimidade quando afirmam ser Sofala terra de grande comércio de ouro que era trocado por fazendas de Cambaia, cujo monopólio era pertença dos mercadores mouros da ilha.

Um dos principais entrepostos deste comércio era Moçambique onde os pangaos árabes faziam escala à ida e no regresso. Segundo Alexandre Lobato o domínio político de Quíloa sobre toda a costa oriental de África até Sofala, compreendendo também o xecado de Moçambique, encontrava-se já em degradação.

Assim, o império Zandy, constituído pelo conjunto de potentados negros subordinados a Quíloa, dominou entre os anos 975 e 1498, altura em que Vasco da Gama aparece nesta região.

O comandante Ernesto de Vilhena num seu estudo inserto na obra "*Companhia do Nyassa – Relatório e Memórias sobre os Territórios*", publicado em Lisboa em 1905, dá-nos conta da influência muçulmana na África Oriental.

E diz-nos que «O aparecimento dos primeiros ismaelitas na costa oriental d'África remonta ao séc. VIII da nossa era, ou mais precisamente ao ano 739. Eram árabes da seita dos Emozaides que, expulsos da pátria por dissidências religiosas, vieram estabelecer-se na costa, não fundando povoações de importância, antes acolhendo-se a lugares d'ella, ilhas naturalmente, onde pudessem viver seguros dos cafres do continente. Daqui foram eles 'como uma peste lenta' – diz-nos o nossos Barros – lavrando ao longo da costa e criando povoações, até que, cerca de 930, chegam a estas paragens três naus com muitos árabes de uma kabilda vizinha da povoação de Laçah, na costa do Golfo Pérsico, fugindo à perseguição do seu xeque. Estes, em maior número, fundam as cidades de Brava e Mogadoxo, que por sua indústria se engrandecem. Comerciando ao longo da costa os navegadores desta última povoação descobrem o tráfico do ouro de Sofala e d'elle se apossam. Os árabes da primeira imigração, fugindo às tentativas de domínio dos últimos internam-se no continente, adoptando os usos e costumes dos cafres».

Cerca do ano 1.000 da era cristã surge na costa acompanhado da sua gente e dispondo de recursos muito superiores aos dos seus antecessores, um certo Aly, filho de Assam ou Hocem, rei de Xiraz na Pérsia, que assim fugia a dissensões com irmãos seus, o qual, deixando ao norte as cidades

então florescentes de Mogadoxo e Brava, segue ao longo da costa, procurando lugar onde pudesse viver ao abrigo dos cafres e fundar povoação exclusivamente sua. A nova cidade é Quíloa, que se fortifica para resistir aos ataques dos indígenas da terra firme, bem como aos mouros das ilhas fronteiras de Xanga e Songa. Quíloa desenvolve-se, assenhoreia-se do comércio marítimo à custa das suas rivais Mogadoxo e Brava e rouba o monopólio do ouro de Sofala a Mogadoxo.

O ouro de Sofala enriquece Quíloa, como enriquecera já Mogadoxo, e quinze ou dezoito séculos antes os *sabeus* da Arábia meridional; e os seus habitantes, talvez reforçados por gente da Pérsia e da Arábia, atraída pela sua prosperidade, movem-se para o norte e para o sul, tomando ilhas ainda não ocupadas como as de Quirimba, Moçambique e Angoche, apossam-se das de Pemba, Zanzibar, Mafia e Cômores, conquistam Mombaça e Melinde, povoam parte da terra firme e da ilha de Lua (Madagáscar).

Nos fins do séc. XV Quíloa está no apogeu da sua grandeza: e Melinde, Mogadoxo e Brava vivem apenas do tráfico com os indígenas do sertão vizinho, ocupando uma posição secundária.

3. OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS PORTUGUESES COM O ÍNDICO OCIDENTAL E A COSTA LESTE DE ÁFRICA

Na sequência da política de expansão geográfico-económica praticada pelos Portugueses parte Vasco da Gama da praia do Restelo em 8 de Julho de 1497 comandando uma esquadra composta por três naus (São Rafael, São Gabriel e Bérrio) e um barco de mantimentos. Tentava atingir a Índia seguindo uma rota marítima, contornando África. Levava 170 homens, segundo João de Barros, e os últimos mapas.

Em 07 de Novembro desse mesmo ano arribou a uma baía sita na costa ocidental sul do continente africano e que denominara de Angra de Santa Helena.

No dia 18 de Novembro, na tarde de um Sábado, avistam o tão almejado Cabo, que só após várias tentativas conseguiram ultrapassar em 22 de Novembro, Quarta-feira, entrando, finalmente, no Índico. Junto a esse cabo 'jazia uma angra muito grande', onde estivera Bartolomeu Dias em 1488 e a que os ingleses chamaram de False Bay.

Prosseguindo a viagem, a esquadra do Gama, na tarde do dia de Santa Catarina, 25 de Novembro, aporta à Angra de São Braz, onde permaneceram treze dias. Segundo Castanheda aí queimaram a nau onde se encontravam os mantimentos.

No dia 6 de Dezembro levantaram no local uma *cruz* e um *Padrão*. O primeiro. E antes que a esquadra partisse no dia seguinte os indígenas os destruíram.

Prosseguindo viagem no dia 16 de Dezembro passam em frente ao Padrão de São Gregório que Bartolomeu Dias mandara erigir na foz do Rio do Infante, local mais distanciado onde houvera chegado e se vira forçado a regressar na sequência de uma revolta que ocorrera a bordo devido a duas razões: a falta de mantimentos e as más condições de segurança que as caravelas apresentavam; foi no regresso que descobriu que, afinal, já havia ultrapassado o tão famigerado Cabo das Tormentas, que D. Manuel denominou de Cabo da Boa Esperança e que Camões cantou como Gigante Adamastor. Ultrapassara o Cabo das Agulhas, o ponto mais meridional do continente africano. Viu logrado o seu objectivo, mas o seu contributo foi assaz valioso para

que lhe fosse dada continuidade. Afinal, fora ele não só o primeiro Português, mas também o primeiro Homem a concretizar tão difícil quanto grandioso feito.

A 25 de Dezembro, percorridas 70 léguas desde o Rio do Infante, a esquadra do Gama atinge a costa que passaria a chamar-se Terra de Natal em honra ao dia em que por aquelas bandas aportaram.

A 11 de Janeiro de 1498 pousam junto a um pequeno rio (Rio Inharrime), onde são bem recebidos e aí permanecem cinco dias, aproveitando para fazer aguada – *a aguada da boa paz*.

E deram à terra o nome de Terra da Boa Gente; e ao rio o de Rio do Cobre, por verificarem que os residentes usavam muito desse metal como ornamento nas pernas, braços e cabelos retorcidos.

Foi intermediário o ”língua” Martim Afonso, que andara muito tempo “é manjongo” (em Manicongo).

Em 22 de Janeiro a Bérrio explora as bocas de um rio, em terra muito baixa e alagadiça, farta de arvoredo que dava muita fruta de que os naturais se alimentavam. Vasco da Gama chamou-o de «Rio dos Bons Sinais». (Rio de Quelimane, um dos braços do Cuama, depois Zambeze).

Mantiveram-se por essas paragens trinta e dois dias, cuidaram dos navios. Aparecem os primeiros homens doentes (escorbuto). Erguem um segundo Padrão que denominam de *Padrão de São Rafael*, nome do navio que o transportava.

Decorridos três dias, mais precisamente no Domingo que caiu a 25 de Fevereiro, descobrem três ilhas, as Ilhas Primeiras, porque as primeiras que até então encontraram, não divisando as demais que integram um conjunto.

E no primeiro dia do mês de Março depararam-se com mais ilhas, as Ilhas de São Jorge (as actuais de Sena e de Goa); e no dia seguinte (2 de Março) arriba a esquadra à ilha de Moçambique, onde toma refrescos, mantimentos, contactam com mercadores, recebem informações sobre Preste João. A ilha estava sob domínio de um sultão, que era como se fora vice-rei, e visitou os navios por várias vezes, cioso por que lhe oferecessem escarlate, produto que os Portugueses não levavam. O capitão-mor pediu que lhe cedesse dois pilotos, ao que acedeu, desde que os ‘contentassem bem’. Foram compensados cada um com 30 miticais de ouro e duas marlotas. Porém, um deles pouco tempo depois fugiu.

Inicialmente bem recebidos porque os julgavam turcos, quando souberam que eram cristãos tentaram matá-los à traição.

A esquadra partiu a 29 de Março e precisamente um mês depois de avistarem as Ilhas de São Jorge, (um de Abril), deparam-se com um grupo de ilhas que mais tarde foram denominadas Ilhas Quirimba. A que fica mais a sul recebeu o nome de Ilha do Açoutado, porque o capitão-mor mandou açoutar o piloto que tomara em Moçambique por mentir («dizendo-lhe que estas ilhas eram terra firme»). No dia seguinte deparam-se com outras ilhas nas proximidades de Cabo Delgado; no dia 4 avistam a Ilha de Quíloa e em seguida a Ilha de Pemba; e a 7 atingem Mombaça onde os mouros tentaram aniquilar a esquadra.

No dia 14 a frota alcança Melinde, sobre a qual Álvaro Velho afirma: «Esta vila de Melinde está em uma angra e está assentada ao longo de uma praia, a qual vila se quer parecer com Alcochete; e as casas são altas, e mui bem caiadas; e tem ao longo dela, da banda do sertão que está pegado com as casas, um palmeiral muito grande, e toda a terra derredor são lavouras de milho e outros legumes».

Acrescenta que estiveram «davante desta vila nove dias», e que «em estes nove dias sempre se faziam em terra festas e muitas escaramuças a pé, e havia aqui muitos tangeres».

Partiu a frota de Melinde a 24 de Abril, uma terça-feira.

Em Melinde foram, pois, os Portugueses muito bem recebidos, e o Rei disponibilizou-lhes um piloto árabe muito experiente, chamado Ahmad ibn Mâjid, que os conduziu a Calecute, onde chegaram a 20 de Maio de 1498.

Melinde. Estabelecidas aí relações com o chefe local – Samorim – os mercadores muçulmanos, porque se sentiam prejudicados nos seus interesses, moveram grandes hostilidades aos Portugueses.

Dessas relações se faz eco ainda Álvaro Velho cujos êxitos se demandam numa carta do Samorim de Calecute para o rei de Portugal, como se pode aferir da seguinte passagem do seu Roteiro: «E assim mesmo mandou uma carta ao capitão, a qual desse a el-rei de Portugal; a qual era escrita pela mão de Diogo Dias em uma folha de palma, porque todas as coisas que se em esta terra escrevem são em as ditas folhas e a pena com que escrevem é de ferro. Da qual carta o teor é este que se segue: “Vasco da Gama, fidalgo da vossa casa, veio à minha terra, com o que eu folguei. Em minha terra há muita canela e muito cravo e gengibre e pimenta e muitas pedras preciosas. E o que quero da tua é ouro, e prata e coral e escarlata”».

Não se poderá aduzir de tal carta que a mesma constitui como que uma proposta ao estabelecimento de um acordo comercial? Estamos em crer que sim, pois se aventam, ou pelo menos se propõem, relações de trocas de produtos comerciais.

No que se refere à tomada por parte de Vasco da Gama de pilotos árabes devemos atentar em dois factos muito significativos: que, por um lado, os Árabes dominavam já toda a região, incluindo o Índico; e, por outro, eram profundos conhecedores dessa mesma região e, no caso vertente, das rotas marítimas, dominando largamente o comércio que se praticava no Oriente por todo o Índico, até ao Mediterrâneo, unindo três continentes: Ásia, África e Europa.

A 9 de Março de 1500 parte nova armada, agora comandada por Pedro Álvares Cabral, formada por 13 navios (naus e caravelas), rumo à Índia. O rei D. Manuel pretendia estabelecer relações comerciais com a Índia sem o intermédio dos mercadores muçulmanos e venezianos, para assegurar o tráfico das especiarias e de outros produtos exóticos. Descobrimo as terras de Vera Cruz pelo caminho, entrou depois no Índico. (A nau de Gaspar de Lemos voltou a Portugal para anunciar a descoberta do Brasil, sendo portador de uma carta para el-rei D. Manuel, escrita por Pêro Vaz de Caminha, seguindo as demais para a Índia).

Dez das naus levavam regimento de ir a Calecute e as duas restantes a um lugar chamado Sofala para contratar em mercadorias. É assim que em 1501 Sancho de Toar, um dos capitães de Pedro Álvares Cabral, aporta em Sofala e aí vêem duas naus de mouros carregando ouro daquela mina (Sofala). É bem recebido pelo xeque local de quem dá boas informações.

A feitoria da ilha de Moçambique só foi possível construir-se em 1502 quando da segunda viagem de Vasco da Gama; a de Sofala só o viria a ser em 1505 por Pero Anaia, que foi seu primeiro capitão. Foi construída com o consentimento do Rei da Terra, o mouro Zufe. Arrependido depois de tal concessão quis matar os portugueses e apossar-se da fortaleza. Açotes, mouro abexim,

descobriu tal intenção. Numa perseguição levada a efeito até à própria casa de Zufe, este, apesar de cego de nascença, antes de ser morto com alguns dos seus vassallos, feriu vários Portugueses, entre eles o próprio Pero de Anaia. Este acaba por investir Açotes como rei dos mouros de Sofala.

Em 12 de Fevereiro de 1502 Vasco da Gama parte de Lisboa na prática de uma segunda viagem ao Oriente, comandando cinco naus, e toca em Sofala. Submete o sultão de Quíloa com a obrigação do pagamento ao Rei de Portugal de um tributo de vassalagem em ouro. Com o ouro do primeiro tributo foi executada a famosa custódia do Mosteiro dos Jerónimos, cuja autoria é atribuída a Gil Vicente.

Nesse mesmo ano ainda, António do Campo, um dos capitães de Vasco da Gama, entra numa grande baía onde desaguam três rios. Pensando que o do meio tinha a sua origem numa lagoa crismou-a de Baía da Lagoa (a Delagoa Bay dos Ingleses).

Em 1503 João de Empoli, feitor de uma nau armada por conta dos Marchiones, negociantes florentinos em Lisboa, que saiu para a Índia com Afonso de Albuquerque a 6-4-1503, dá-nos também notícias de Sofala, «onde é a mina de ouro».

Em 1506 fortifica-se a feitoria de Moçambique e nomeia-se um «capitão de Sofala e Moçambique», a fim de jurisdicionar os estabelecimentos portugueses existentes nessa costa. Ocupam-se as Cabaceiras e o Mossuril e, posteriormente, as ilhas Quirimba até ao Cabo Delgado, junto ao rio Rovuma.

Por volta de 1514/1515, o carpinteiro de naus António Fernandes realizou duas viagens ao interior, atingindo o reino do Monomotapa, percorrendo território que na maior parte pertence hoje à Rodésia.

Paira grande nebulosidade sobre o aparecimento de tal figura por estas andanças, talvez levado por força das justças do Reino, como degredado na armada do Gama ou na do Cabral; este, porém, deixara-o em Quíloa.

Sabe-se, todavia, que em 1501 estava em Quíloa e cerca de 1505 em Sofala onde se presume tenha ajudado a edificar a fortaleza, primeira construção europeia na África meridional.

João de Barros, referindo-se a António Fernandes, afirma-nos que o mesmo prestara informações a João da Nova, (1501) em Quíloa acerca «do que se passava entre aquela bárbara e infiel gente». Fernandes travara relações com um mouro de nome Mafamede Anconii, que era escrivão da fazenda de el-rei de Quíloa.

Dessas viagens que fez ao Monomotapa, através de Gaspar Veloso, um dos oficiais de Sofala, deixou uma descrição numa carta dirigida ao rei de Portugal. Ao que parece António Fernandes seria analfabeto.

Explorador português e primeiro pioneiro da Rodésia, viajou pelo 'país' do Monomotapa, colhendo informações sobre as suas minas de ouro.

Mas não fique a convicção de que foi Vasco da Gama o primeiro português a lobrigar contactar com o oriente africano. Quando partiu em busca do "caminho marítimo para a Índia" já se sabia de tal viabilidade em alcançar por mar, mercê da informação que a corte de D. João II conseguira colher.

O monarca português encarregara Afonso de Paiva e Pero da Covilhã, que bem conheciam e falavam o árabe, de obterem informações sobre a possível comunicação marítima entre os oceanos Atlântico e Índico e, também, sobre o comércio das especiarias do Oriente.

Tendo partido, ambos, de Santarém em 7-5-1487 (antes de Bartolomeu Dias, que partira em Agosto seguinte), passaram a Barcelona e daqui a Rodes, alcançando o Egípto disfarçados de mercadores de mel. Separaram-se em Aden no Verão de 1488. Afonso de Paiva dirigiu-se para a Etiópia, a lendária terra do Preste João (Príncipe Cristão). Pero da Covilhã dirigiu-se à costa do Malabar. Visita Cananor, Goa, e em Novembro de 1488 está em Calecute. Percorre a costa da Pérsia, visitando especialmente Ormuz. Em Dezembro de 1489, deixa Ormuz, toma novo rumo descendo a costa oriental de África, passa por Melinde, Quiloa, Moçambique e detém-se em Sofala, onde colhe informações seguras sobre a passagem por mar do Atlântico ao Índico.

Contactara, portanto, não só a Índia, como atravessara o estreito de Aden (Bab el Mandeb), percorrera o Golfo pérsico e, como é óbvio, a costa oriental da África.

Segundo o combinado entre ambos, Pero da Covilhã dirige-se ao Cairo em fins de 1490 ou princípios de 1491. Os judeus Abrão de Beja e José de Lamego, enviados por D. João II em busca dos seus emissários, o informaram do falecimento de Afonso de Paiva, e que, segundo ordens de el-rei, deveria continuar a investigação e enviar-lhe notícias de quanto houvesse por bem e necessário.

Pero da Covilhã partiu em seguida para a Abissínia, onde foi conselheiro régio da rainha Helena.

Mais tarde e por sugestão sua, essa Imperatriz ofereceu ao Rei de Portugal (D. Manuel I) a possibilidade de uma aliança contra os infiéis muçulmanos. Resultou que relações amistosas se estabeleceram e os Portugueses contribuíram para a libertação da Etiópia do domínio muçulmano. Construíram várias fortalezas, tomaram o governo de algumas províncias e missionaram.

Pero da Covilhã (Covilhã 1450 – Etiópia 1530?), bem informado, dera preciosas informações sobre preços das especiarias, sua origem, navegações, etc..

Terá sido Pero da Covilhã (pelo menos historicamente parece-nos nada haver em afirmação contrária) o primeiro português e com certeza o primeiro europeu a tomar contacto directo e pessoal com a África Oriental e muito principalmente com terras de Moçambique.

Pequena ressalva, porém, para Bartolomeu Dias que foi quem primeiro tocou, indo do Ocidente, terras africanas, na zona austral, quando, passando o Cabo das Tormentas em 31-12-1487, atingiu ou a Terra de São Silvestre ou o Rio do Infante (Great Fish River).

Nos começos do séc. XVI os Portugueses, que começavam a estabelecer feitorias e a construir fortalezas na costa oriental da África, encontram essas terras repartidas principalmente por dois grandes impérios:

- o do ‘senhor do mundo’ (Muenemuge, que segundo Paiva e Pona quer dizer «senhor de povoação», muene – muzi) mais conhecido pelos Portugueses por Maravi ou Marave, ao norte do Zambeze; e

– o do ‘senhor de tudo’ (Monomotapa – Mwene/Mutapa), ao sul do mesmo rio, na sequência do bíblico reino de Ofir.

4. ROTAS COMERCIAIS

A principal via comercial era o Índico, estrada que punha em comunicação constante as costas mais distantes e desde tempos remotos frequentadas por povos os mais diversos. O interesse pelo desconhecido, a tentação pela aventura, o gosto pelo comércio, terão sido razões bastantes que levaram os povos a deslocarem-se por estas paragens e a comunicarem entre si.

Mas foi a actividade comercial a que mais conduziu ao desenvolvimento das técnicas de marear, pois os mares constituíram desde sempre a grande estrada a unir os povos e continentes, a colocar civilizações em contacto.

Inicialmente os Árabes terão exercido uma rota paralela à costa; os Portugueses com o fito posto nas especiarias do Oriente asiático, serviam-se de Moçambique como porto de escala. Seduzidos, porém, pelas riquezas foram-se deixando ficar.

A concorrência exercida pelos Portugueses prejudicou imenso os Árabes, que desviam a sua rota marítima para Sena e Tete.

Quando em 1571 Francisco Barreto fez a sua malograda “entrada” pelo curso do Zambeze, a penetração árabe era já profunda, achando-se estabelecidas diversas fortalezas e povoações. A povoação de Sena era já relativamente florescente, bem como muitos lugares onde periodicamente se organizavam feiras para o resgate de metais preciosos, comutados por tecidos, contas e vidrilhos.

É evidente que as rotas que ligavam à costa se praticavam fundamentalmente a partir das minas, com termo em Sofala e depois nos rios de Cuama e Moçambique.

Uma das principais rotas era a do Cabo, ligando a Índia à Europa, com escala em Moçambique e praticada pelos Portugueses. Outros europeus os imitaram, especialmente a partir do domínio filipino em Portugal.

Aventa-se a hipótese da existência de um porto na foz do Save denominado Nshava ou Singo, onde teria seu termo uma estrada vinda do interior.

A grande via de penetração no interior foi o Zambeze e no próprio reino do Monomotapa havia caminhos que eram percorridos pelos seus embaixadores (Mutumes) e correios que por todas as terras por onde passavam eram bem acolhidos e tratados.

A existência das feiras implicava um tráfico considerável percorrendo mercados e carregadores negros caminhos que a elas conduzissem.

As rotas de monção eram praticadas entre a Índia, a Arábia e a costa leste africana, aproveitando os ventos favoráveis. Eram importantes as viagens para a Índia, chegando a afirmar-se que a província de Moçambique empobrecera com a chegada e instalação dos Baneanes, a partir de 1686, que em breve dominaram o comércio, canalizando todos os seus bens para a Índia.

O reino de Abutua mantinha relações comerciais com Angola, com cujas terras se supunha este reino confinava, e a atestar este facto está a transacção em Manica de um cobertor de papa vindo daquele reino de Angola que os recebia do continente (Portugal). Este facto curioso

mostra já como existia o comércio de costa a costa, pelo interior do continente, na África Austral, e tão pouco conhecido pelos estudiosos.

Lográmos encontrar documentos que nos convenceram, *a priori*, que muito antes de os muçulmanos desviarem as suas rotas do ouro por Sena e Tete para a costa de Angoche, essas mesmas provavelmente já existiam. E mais, essas rotas, tendo continuidade pelo coração de África, através de reinos sucessivos, atingiram a costa ocidental, na Senegâmbia, junto à foz do Senegal.

O ouro que os Portugueses traziam daí e do golfo da Guiné, podia ser ouro das minas do Monomotapa. Senão vejamos: o ouro do Monomotapa era levado através da África até à costa ocidental como verificou André de Almeida na feira de Sutuco (Sototo, entendemos nós, entre a margem esquerda do Senegal e o norte da ex-Guiné Portuguesa, cento e vinte léguas da foz do Gâmbia, no ano de 1578).

Diz ele: «E sem falta nenhuma vem este ouro e o que vai a Tumbocutum (junto à curva NE, no ponto mais setentrional no curso do Níger) das serras de Sofala; porque falando com Anhadelen, capitão daquela cáfila, perguntando-lhe miudamente onde iam, e onde levavam as manilhas, me disse que aos cafres, nomeando-os por este nome. Deixei neste resgate então cinco arrobas e oito arráteis de ouro que havia vindo daquela cáfila, por não ter mercadorias com que o resgatar. Está hoje este resgate perdido, porque há oito anos que a ele não foi navio nenhum, e estes mercadores devem de correr com os de Tumbocutum, vendo que lhe falta o resgate. Estes cáfilas punham seis meses na viagem» (André Álvares de Almada, *Tratado breve dos rios de Guiné e Cabo Verde*).

Esta asserção pode ainda ser confirmada por Diogo Gomes, que na rua Relação nos diz que o comércio português de produtos africanos se tornou regular a partir de 1441; e que o ouro vinha do interior do Sudão em caravanas de mercadores muçulmanos. E noutro passo acrescenta: «E disseram que frequentemente 300 camelos voltavam de Tombucto carregados de ouro...Os Portugueses em troca do ouro davam trigo e outras mercadorias...vinham os Árabes da terra trazendo ouro puro em pó e recebiam em troca trigo e mantas brancas (*mantones*) e benesses e outras mercadorias que para ali mandou o Infante...».

Os Sudaneses trilhavam as “rotas do ouro” e tinham contactos regulares com europeus, na costa do Golfo da Guiné e mesmo no Sudão.

E para não alongarmos demasiado este trabalho com transcrições, porém, à tentação de referenciar mais um documento que se nos mostra de relevante valor. De uma conversa havida, num jardim em Évora, entre D. João II e o estrangeiro Jerónimo Munzer, refere este no seu *Itinerário*, no que respeita ao ouro e dos seus caminhos: «Quanto ao ouro, acha-se e obtém-se por meio de lavagens em muito sítios nos rios, mas a maior parte vem da Etiópia Oriental. Até hoje não houve ainda ninguém que pudesse dizer com verdade que esteve na verdadeira região aurífera. O ouro é trazido da Etiópia Oriental até às costas da Etiópia Ocidental por muitos negros que se sucedem uns aos outros: um negro da região aurífera trá-lo até um certo lugar em que o entrega a outro, este leva-o até outro ponto entregando-o a um terceiro, e assim por diante, como se faz entre nós com as chamadas peles zibelinas».

Esta é uma rota até agora desconhecida e que merece ser estudada profundamente, pois poderá trazer perspectivas novas e muito importantes ao estudo da História.

5. CONCLUSÃO

De todo o exposto três ideias fundamentais nos ressaltam:

- sob o ponto de vista histórico a influência árabe-muçulmana na África Oriental antes da chegada dos Portugueses é um facto, produto da presença dos imigrantes árabes e persas para ali empurrados por razões de ordem política e religiosa desfavoráveis e produto também dos comerciantes;
- sob o ponto de vista comercial eram já relevantes as relações comerciais existentes em todo o Índico e, particularmente, na costa oriental da África, dominado essencialmente pelos Árabes, quando os Portugueses aí chegaram, abrindo-se acérrima disputa entre os dois povos (Árabes e Portugueses), com acentuado recuo para aqueles a partir do momento em que se institui o vice-reinado da Índia, monopolizador de todo o comércio do Oriente e respectivas rotas mercantis; e que, com a chegada dos Portugueses as rotas comerciais sofreram modificações. Por outro lado, afigura-se-nos que o comércio do ouro era o principal produto que seduzia os povos que demandavam a África.
- sob o ponto de vista antropológico o comércio do ouro, especialmente nas feitorias da Mina e de Arguim, era muito provavelmente ouro que, ou por via comercial ou através de “potlatches”, vinha até essas paragens, donde podermos ser levados a concluir pela existência de uma grande rota intercontinental do comércio do ouro que chegava a Portugal vindo de Moçambique muito antes de se conhecer a sua verdadeira origem – a costa oriental africana.

Ano lectivo 1976/1977

Curso Livre de História, Cadeira de ‘Introdução aos Estudos Históricos’, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ministrado pelo Professor Doutor Joaquim Barradas de Carvalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- *Ethiopia Oriental*, João dos Santos, Lisboa, 1891
- *Dos primeiros trabalhos dos Portugueses no Monomotapa*, A. P. de Paiva e Pona, Imprensa Nacional de Lisboa, 1892
- *Verdadeira Informação da Terra de Preste João*, Francisco Álvares, 1540
- *Tratado breve dos Rios de Guiné e Cabo Verde*, André Álvares de Almada
- *História Trágico-Marítima*
- *Um problema – o Islamismo e a sua penetração na África Negra*, Eduardo Dias, 1946
- *António Fernandes, descobridor do Monomotapa 1514-1515*, H. A. Tracey, Lourenço Marques, 1940
- *Roteiro da primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, Álvaro Velho, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1960
- *Décadas da Ásia*, João de Barros, Déc. I – Livro X
- *História e Ciências Sociais*, Fernand Braudel, Biblioteca de Ciências Humanas, 2ª. Edição, Editorial Presença, 1976
- *Teorias da História*, Patrick, fundação C. Gulbenkian, 2ª. Edição
- *Da História Crónica à História Ciência*, Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Horizonte, 1972

*

MOÇAMBIQUE: INDEPENDÊNCIA, GUERRA E FOME

Como resultado da partilha de África quando da Conferência de Berlim, que decorreu entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, a Portugal foi reconhecida *de facto e de jure* a posse de vários territórios, que todos eles ascenderiam à independência após o Golpe Militar de 25 de Abril de 1975, e Moçambique não seria excepção.

Confrontando os tempos e os espaços as diferenças são profundas: o ouro, as pedras preciosas e as especiarias deram lugar ao gás natural e ao turismo. A paz aparente projectou-se em guerras reais.

Entre o período histórico que decorreu desde a chegada de Vasco da Gama à Costa Oriental do continente africano em 1498 até à independência de Moçambique em 1975, a África Oriental Portuguesa passou pelas seguintes designações oficiais:

- Capitania de Sofala (1501-1752), subordinada à Índia Portuguesa;
- Capitania de Moçambique (1569-1752), vinculada à Índia portuguesa;
- Capitania-Geral de Moçambique, Sofala e Rios de Sena (1752-1836), com vínculo directo com Portugal, situação que se manterá até à independência;
- Província de Moçambique (1836-1891);
- Estado da África Oriental (1891-1893);
- Província de Moçambique (1893-1926);
- Colónia de Moçambique (1926-1951);
- Província de Moçambique (1951-1972);
- Estado de Moçambique (1972-1975).

O Artigo 1.º da Constituição Portuguesa de 1933 diz: «O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende...3.º. – Na África Oriental: Moçambique...».

Por sua vez, em sessão plenária de 2 de Abril de 1976 a Assembleia Constituinte aprova e decreta nova Constituição da República Portuguesa, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, a qual, no seu Artigo 5.º, referindo-se ao ‘Território’ regista: «1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira».

Moçambique viria a adquirir a independência, bem como os demais territórios além Atlântico.

A Guerra da Independência ou Guerra de Moçambique processa-se com a primeira vítima, a morte do Padre holandês Daniel Boormans, da Missão Católica de Nangololo, em 24 de Agosto de 1964, hipoteticamente confundido com o chefe do posto. Todavia, considera-se como o verdadeiro início da guerra a data de 25 de Setembro do mesmo ano, quando do ataque perpetrado pelo fundador e presidente da FRELIMO, Eduardo Chivambo Mondlane, dirigido a partir da Tanzânia, na região de Mueda, no norte de Moçambique. Começavam, deste modo, as hostilidades com Portugal.

Em 3 de Fevereiro de 1969 o Presidente da FRELIMO Eduardo Mondlane é assassinado. A sua morte continua controversa. Sucedeu-lhe Samora Moisés Machel, que viria a ser o primeiro

Presidente de Moçambique em 25 de Junho de 1975. E durante o seu mandato foi vítima de um acidente de aviação na África do Sul em 19 de Outubro de 1986, do qual resultou a sua morte. Regressava, após uma Cimeira da Linha da Frente, com a sua comitiva, num avião soviético Tupalev, conduzido por piloto russo. Embateu contra os Montes Libombos. As causas do acidente nunca foram esclarecidas.

Os Acordos de Lusaka (Zâmbia), assinados em 7 de Setembro de 1974 apenas por um único representante, na qualidade de presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Samora Moisés Machel, e oito personalidades portuguesas, objectivavam conquistar a independência de Moçambique. Entre as várias cláusulas constavam o cessar fogo a partir das 0 horas do dia 8 de Setembro de 1974; e a proclamação da independência no dia 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO. (Diário do Governo n.º 210/74, 2.º Suplemento, 1.ª . Série de 09-09-1974).

O novo país toma a designação de República Popular de Moçambique, e sob este regime presidem aos seus destinos:

- Samora Moisés Machel, entre 25-06-1975 e 19-10-1986; segue-se um
- Governo Provisório, entre 19-10-1986 e 04-11-1986, que durou apenas 16 dias;
- Joaquim Chissano, entre 04-11-1986 e 01-12-1990.

A instabilidade política instala-se, porquanto a RENAMO não interveio no Acordo de Lusaka, e tem início a Guerra Civil Moçambicana entre a duas forças militares: FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique).

Ocorreu entre 30-05-1976 e terminou a 04-10-1992, tendo durado 15 anos, 11 meses e 4 dias.

Enquanto a Frelimo operava no Norte, a Renamo ocupava o sul do país. A Renamo chegou a propor a divisão de Moçambique pelo rio Zambeze.

Moçambique assistiu a problemas bastante sérios após a independência. A recessão económica e social, a nacionalização da terra, do solo e subsolo e das águas territoriais, a planificação da economia, a colectivização da produção e, em suma, o insucesso do planeamento central e o totalitarismo marxista, a corrupção política, a pobreza e as desigualdades económicas, provocaram uma vontade revolucionária, cuja paz só voltaria com a assinatura do Acordo Geral de Paz, a 4 de Outubro de 1992, em Roma, entre a FRELIMO de Joaquim Chissano e a RENAMO de Afonso Dhlakama. Dois princípios fundamentais são fixados: o estabelecimento de um sistema multipartidário e o abandono da planificação centralizada da economia. Assinada a paz realizam-se as primeiras eleições multipartidárias em 1994.

O balanço calcula-se numa centena de milhares de mortos e, o que não é menos gravoso, na existência de um considerável número de minas terrestres que haviam de provocar muitos mais mortos e estropiados. Destruição de infraestruturas básicas ao desenvolvimento e fuga de moçambicanos para os países vizinhos. A economia, já de si fraca, estava depauperada.

Na sequência dos problemas económicos e sociais que atravessava, Moçambique foi obrigado a abandonar a ideologia marxista-leninista, e a República Popular de Moçambique (RPM)

tornou-se na República de Moçambique. E, assim, torna-se primeiro Presidente da República de Moçambique (RM):

- Joaquim Chissano, que governou o país entre 01-12-1990 e 02-02-2005.
- Seguiram-se os demais Presidentes.

A primeira Constituição da República Popular de Moçambique entrou em vigor às 0 horas do dia 25 de Junho de 1975 (Artigo 73º.); é aprovada por aclamação pelo Comité Central da Frente de Libertação de Moçambique aos 20 de Junho de 1975; assinada por Samora Moisés Machel, na qualidade de Presidente da FRELIMO; e publicada na mesma data de 25 de Junho de 1975.

Não contém Preâmbulo e integra 73 artigos.

Com a mesma data é assinada, aprovada e publicada a Lei da Nacionalidade.

Embora no segundo parágrafo do Artigo 2º conste que «Na República Popular de Moçambique o poder pertence aos operários e camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO, e é exercido pelos órgãos do poder popular», na realidade todo o poder está concentrado no Presidente da República que detém os seguintes cargos:

- Comandante-Chefe das Forças Populares de Libertação de Moçambique (Artigo 5º. - § 3);
- Nomeia e demite os responsáveis militares no escalão superior (Artigo 5º.- § 4),
- Pertence-lhe a iniciativa das leis, a par de outros órgãos (Artigo 41º. - 3);
- Convoca e preside à Assembleia Popular, órgão supremo do Estado (Artigo 42º.- § 1);
- Preside à Comissão Permanente da Assembleia Popular (Artigo 46º.);
- O Presidente da República Popular de Moçambique é o Presidente da FRELIMO (Art. 47º.-1);
- O Presidente da República Popular de Moçambique é o Chefe do Estado (Artigo 47º.-2);
- Ao Presidente da República Popular de Moçambique cabem as competências elencadas no Artigo 48º., inclusive a de nomear e demitir o reitor da Universidade;
- Cabe ao Presidente da República o poder de anular as deliberações das assembleias provinciais (Artigo 49º.);
- O Presidente da República decide sobre quem o representa em caso de impedimento ou ausência, ou na realização de certas tarefas específicas (Artigo 51º.);
- Preside ao Conselho de Ministros (Artigo 53º.);
- Pode anular as decisões dos governadores ou dos governos provinciais e das assembleias provinciais (Artigo 60º.);
- O Presidente do Tribunal Superior Supremo é nomeado pelo Presidente da República (Artigo 64º.); e
- de harmonia com o conteúdo do Artigo 50º. «No momento da investidura o Presidente da República presta o seguinte juramento:
«Juro pela minha honra de militante da FRELIMO dedicar todas as minhas energias à defesa, promoção e consolidação das conquistas da Revolução, ao bem-estar do Povo moçambicano, fazer respeitar a Constituição e fazer justiça a todos os cidadãos.»

Contém também os princípios básicos quanto à Nacionalidade.

(Quarta-feira, 25 de Junho de 1975. I Série – Número 1.

BOLETIM DA REPÚBLICA/Publicação Oficial da República Popular de Moçambique

- SUMÁRIO. Aprova a Constituição da República Popular de Moçambique
Aprova a Lei da Nacionalidade).

Segundo o consenso geral de políticos e sociólogos trata-se da implantação de uma República popular socialista unitária e unipartidária de feição marxista-leninista, que vigorou desde 25 de Junho de 1975 e 01 de Dezembro de 1990.

A Constituição de 1990 dissolveu a República socialista e introduziu o estado de Direito Democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições partidárias. Este texto integra o Preâmbulo da Constituição de 22 de Dezembro de 2004, que afirma no seu Artigo 3º. (Estado de Direito Democrático) que A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.

Esta Constituição, que se baseia e fundamenta na de 1990, concebe, além da separação dos poderes, a promoção de uma sociedade de pluralismo, da tolerância e da paz; a pluralidade partidária, uma Assembleia da República e não uma Assembleia Popular, o princípio da liberdade e da igualdade de todos os cidadãos perante a lei; a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, bem como o direito à informação; direitos, liberdades e garantias individuais; garante a existência dos sectores de propriedade dos meios de produção públicos e privados, cooperativos e sociais; formação, captação e segurança das poupanças; sufrágio universal e eleições livres. Integra, ainda, os princípios básicos no que respeita à Nacionalidade.

Tem 306 artigos, e este último, cujo título 'Entrada em vigor' diz:

«A Constituição entra em vigor no dia imediato ao da validação e proclamação dos resultados eleitorais das Eleições Gerais de 2004.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 16 de Novembro de 2004.»

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Joaquim Mulémbwè*.

Publique-se. O Presidente da República, *Joaquim Alberto Chissano*.

(Quarta-feira, 22 de Dezembro de 2004/I Série – Número 51

BOLETIM DA REPÚBLICA/Publicação Oficial da República de Moçambique

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

- SUMÁRIO/Assembleia da República: Aprova a Constituição da República de Moçambique).

A situação geográfica de Moçambique torna o país vulnerável e muito atreito a tempestades e ciclones tropicais com graves consequências para a sua população e economia. Ocorrem no período da estação quente e húmida correspondente aos meses de Novembro a Abril. Citam-se apenas três exemplos bastante demonstrativos dos reflexos que causam em mortes, feridos, desaparecidos, desalojados, doenças, falta de água potável, alimentos e destruição de casas e infraestruturas. Os idosos e as crianças são sempre, como é comum, os mais prejudicados.

Embora receba ajudas humanitárias das instituições internacionais e particulares, não consegue, de forma alguma, superar nem a dor, nem os sacrifícios, nem a reposição da normalidade.

– 04 a 21 de Março de 2019. Ciclone tropical Idai que atingiu não só Moçambique, como ainda o Zimbabué, Malawi, Madagáscar e África do Sul. Teve origem numa depressão tropical que se formou a partir da costa leste de Moçambique e foi o mais forte desde 2008. Furacão categoria 3, ciclone tropical intenso. Com rajadas de 205 km/h, e ventos fortes a atingir os 195 km/h provocou danos de muitos milhões de dólares.

Causou graves inundações e mais de 1000 mortes nos países por onde passou. Em Moçambique contaram-se 518 vítimas mortais. Os efeitos do ciclone afectou mais de 2,5 milhões de pessoas.

Países e instituições dispensaram pródiga solidariedade. Destacam-se a UNICEF, ONU, União Europeia, Sociedade do Crescente Vermelho dos Emiratos Árabes Unidos, Força Nacional de Defesa da África do Sul e o Brasil no âmbito da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

– 24 de Janeiro de 2022. Tempestade Ana. Afectou cinco províncias: Nampula, Zambézia, Tete, Niassa, Sofala e Manica. Matou pelo menos 38 pessoas, 196 ficaram feridas, 10.814 pessoas deslocadas e mais de 120 mil afectadas.

Causou inundações, mais de 23.400 casas foram total ou parcialmente destruídas ou danificadas, bem como 13 instalações de saúde e outras infraestruturas públicas, incluindo pontes, linhas eléctricas, escolas, sistemas de água, 249 escolas com 543 salas de aula, afectando mais de 46.000 alunos.

– 11 de Março de 2022. Ciclone tropical Gombe com ventos e rajadas de 165 e 230km/h, respectivamente. Entrou por Mossuril, na província de Nampula, avançando pelas de Nampula, Zambézia e Sofala.

Registaram-se 63 mortes e 108 pessoas feridas. Ficaram afectadas 736.015 pessoas, correspondendo a 148.253 famílias. Deslocadas 7.086 pessoas; 78.635 casas totalmente destruídas, 63.219 parcialmente destruídas e 9.608 inundadas.

Foram destruídas parcialmente 69 unidades sanitárias; 469 escolas afectadas e 1.458 salas de aula, prejudicando 143.904 alunos.

Destruíu ainda 8 pontes e danificou 2.764 postes de energia.

Os pilotos da era ante-gâmica e os navegadores portugueses da pós-gâmica bem conheciam, de pleno e em absoluto, as características climáticas do oceano Índico; e, consequentemente, dos momentos propícios aos empreendimentos marítimos na região.

Consultas principais:

- INGD

- [ONU News](#)

- [ciclone idai em moçambique - Pesquisa Google](#)

- [ciclone ana em mocambique - Procurar \(bing.com\)](#)

- [ciclone tropical gombe na província de nampula moçambique - Pesquisa Google](#)

A insurreição islâmica em Moçambique. Desde 05 de Outubro de 2017 que vêm ocorrendo no Norte de Moçambique, mais propriamente na província de Cabo Delgado, insurreições islâmicas que conduzem a uma situação de perigo e insegurança dos habitantes locais face aos

morticínios, incêndios, raptos, violações de mulheres e raparigas, e toda uma gama de represálias e torturas que faz que as populações vivam sob uma enorme onda de medo e abandonem os locais de residência para se refugiarem no mato onde passam frio e fome, ou procuram refúgio junto de instituições que lhes dêem o mínimo de protecção e consolo.

A beligerância processa-se entre militantes *wahhabitas* do grupo Ansar al-Sunna do Estado Islâmico da Província da África Central e República de Moçambique, onde pretendem estabelecer um Estado Islâmico.

Quando os Portugueses demandaram estas paragens aí se depararam já com populações muçulmanas pacíficas que não conflituavam com os autóctones e, inclusive, recebiam bem os forasteiros.

Até Abril de 2021 os ataques provocaram cerca de 2.700 mortes num total de 838 incidentes violentos. Mais de 700 mil pessoas ficaram sem casa e cerca de 1,3 milhões necessitados de assistência sanitária. Alguns exemplos:

- Em 12-08-2020 em Mocímboa da Praia. Os jihadistas capturaram pela terceira vez a cidade, tomaram o porto, afundaram uma embarcação e ocuparam duas instalações militares.
- Em 20-08-2020 igualmente em Mocímboa da Praia. Dos confrontos entre ambas as partes beligerantes resultou um número indeterminado de mortes. A população fugiu para Pemba, Palma e ilha do Ibo.
- Em 08-09-2020. Os jihadistas ocupam as ilhas de Mecungo e Vamisse; e, decorridos alguns dias, dominam a única via de ligação entre o Sul e o Norte de Cabo Delgado.
- Em 06-11-2020 atacam Nanjaba, decapitam duas pessoas e incendiam habitações. Mulheres e crianças são violadas.

De seguida atacam a aldeia de Muatide onde os fugitivos foram reunidos num campo de futebol, decapitando mais de 50 pessoas.

- Entre 24 de Março e 05 de Abril de 2021. O grupo Ansar al-Sunna ataca Palma: decapita várias pessoas e ataca uma coluna de deslocados. A firma Total, S. A., que explora o gás natural em Pemba, evacuou cerca de mil trabalhadores e suspendeu a sua actividade. Milhares de refugiados tomam rumo a Pemba.
- Em 13-07-2022. Um grupo terrorista decapita dois jovens que estavam a trabalhar num campo na aldeia de Muaja, distrito de Ancuabe, embrulham as cabeças num plástico que entregam a uma mulher para levar à aldeia. A população entra em pânico e procura fugir no sentido de Montepuez, onde funciona a empresa Montepuez Ruby Mining. Outras empresas mineiras na região foram atacadas e dois guardas de uma delas abatidos pelos terroristas. Entretanto fecharam a laboração.

Essas empresas são importantes contribuintes do Estado.

Importa trazer à colação uma realidade interessante: a existência do Império do Monomotapa, cuja existência histórica decorreu desde c. 1430 até 1760. Com fronteiras irregulares e imprecisas face às lutas internas ou de povos vizinhos, situava-se entre os rios Zambeze a Norte e Limpopo a Sul, distribuindo-se por territórios hoje integrando o Zimbabué, a Zâmbia, o Malawi e Moçambique. A sua principal riqueza residia na mineração de metais, prevalecendo o ouro. O Mwene, título de rei ou imperador, receando que os Portugueses lhe descobrissem o reino, e, conseqüentemente,

as minas de ouro, que ciosamente guardava para si, não lhes deu acesso aos seus domínios. Quem encontrasse vestígios de metal, mormente de ouro, segundo a crença que se fez espalhar, quem o fixasse ficaria cego. Devia fechar os olhos, gritar bem alto até que acesse gente. O local era, então, assinalado com troncos de árvores, folhas ou o que quer que fosse e comunicado o achado ao respectivo régulo. Só este o podia explorar e conservar sem conhecimento de árabes e portugueses. Sempre os poderosos sobre o domínio das grandes fontes de riqueza.

A Igreja Católica tem estado presente através de obras de assistência e os seus membros sofrem com o povo a dureza das violências que lhes são infligidas.

O Papa Francisco visitou Moçambique entre os dias 4 e 6 de Setembro de 2019 e fez uma doação de 150 mil euros como ajuda às vítimas do ciclone Idoi.

Encontrou-se com o Presidente da República de Moçambique e outras entidades estatais, com o corpo diplomático e uma delegação de líderes religiosos. Celebrou missa perante uma assistência de 80 mil pessoas no Estádio Nacional do Zimpeto, em Maputo: apelou à reconciliação entre os moçambicanos, alertou para os perigos das desigualdades sociais e vincou os malefícios da corrupção.

O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) destacou que as vítimas de violência em Palma sofreram e testemunharam atrocidades: assassinatos por decapitação, desmembramento de corpos, violência sexual, sequestros, recrutamento forçado pelos grupos armados e tortura (sic). Não só em Palma como na generalidade dos ataques nas variadas povoações.

Entre os apoios internacionais destacam-se Portugal e a União Europeia.

A fome e a doença são problemas crónicos e de não fácil resolução a curto prazo. A desnutrição será, porventura, a principal causa da mortalidade infantil, seguida da malária, HIV/SIDA e poliomielite, que continuam pela infância até à adolescência.

Outras doenças são comuns entre a população como a malária, a varíola, a tuberculose, a febre amarela, o tifo epidémico, doenças venéreas, a AIDS, sendo de acrescentar a esquistossomose, as filarioses, a peste, a doença das chagas, bem como o tracoma, a boubá, o bócio endémico, sem ignorar doenças como as helmintíases intestinais, com prevalência da ancilostomíase e mais recentemente a Covid-19.

Segundo o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas só no Norte de Moçambique há mais de um milhão de pessoas em risco de fome; e reclama falta de financiamento. Segundo o bispo de Pemba, a pobreza, a corrupção e a falta de perspectivas de futuro são causas que levam os jovens a serem aliciados à adesão aos grupos extremistas, como grupos terroristas que se identificam com os jihadistas do autoproclamado Estado Islâmico, o Daesh.

As deficientes condições de assistência à saúde fazem que não se tenha a capacidade de resposta necessária para intervir com eficácia e eficiência, aparte os cuidados das associações humanitárias e congregações religiosas, o sistema de saúde integra dois subsistemas: o da medicina convencional e o da medicina tradicional.

Médicos e técnicos de saúde que integraram ONG'S a actuar em África solicitaram-me a cedência da minha obra *Medicina Popular Tradicional. Religião, Superstições na Cultura Ribacudana*, para dela retirarem proveito para adaptação local.

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicado em 2019 com base no índice de desenvolvimento humano, que avalia a esperança média de vida, a taxa de alfabetização e o PIB, enuncia os dez países mais pobres, todos no continente africano: Níger, República Centro Africana, Chade, Sudão do Sul, Burundi, Mali, Eritreia, Burkina Fasso, Serra Leoa, Moçambique.

Moçambique:

Embora Moçambique seja um país rico em recursos agrícolas, florestais, energéticos, minerais e marítimos a população é extremamente pobre. Isto acontece, entre muitas outras razões, porque os recursos são explorados por um nicho de pessoas poderosas que conseguem grandes lucros, o que resulta numa elevada taxa de desigualdade. Uma minoria está a tornar-se cada vez mais rica à custa da maioria mais pobre. A Ajuda em Ação tem presença em Moçambique, onde se encontra Fátima, uma criança que faz cerca de cinco quilómetros por dia para ir buscar água, o que a impede de ir à escola (sic).

São múltiplas e variadas as causas da fome em África considerando, além de outras, as enunciadas pelas Nações Unidas:

- a invasão da Ucrânia pela Rússia e consequente impedimento do fornecimento de cereais e outros produtos agrícolas a países assaz dependentes de importações de alimentos como acontece com África; e que conjuntamente com a
- pandemia do Covid-19 provaram até à saciedade, que os sistemas alimentares não funcionam para os mais pobres e não respondem às necessidades alimentares nem aos requisitos de produção; os mais pobres são sempre os mais prejudicados;
- países africanos, que sendo grandes produtores de bens agrícolas, o são em profusão e na base da monocultura voltada para a exportação, não produzem alimentos suficientes para consumo interno, dando azo a um elevadíssimo número de subnutridos;
- conforme afirmação do diretor-executivo do Programa Mundial de Alimentos da ONU, James Morris, a escassez de alimento na África provoca a instabilidade política, e implicará, como consequência, a fome, que é, ao mesmo tempo, causa e consequência da pobreza. Além disso, é causa e consequência dos conflitos.

No mesmo estudo foi divulgada outra estimativa, que afirma que nos próximos 20 anos o continente africano terá uma diminuição na produção de alimentos em cerca de 20%, facto desencadeado pelos conflitos internos.

- segundo estudo realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), cerca de 150 milhões de pessoas africanas não tem acesso à quantidade mínima de calorias diárias. E o pior, outros 23 milhões podem literalmente morrer de fome ou por causas provenientes da mesma, como insuficiência de determinados nutrientes no organismo: falta de potássio, proteína, cálcio, entre outros;
- acelerado crescimento populacional: as taxas de crescimento natural na África são as mais elevadas do mundo. Para se ter uma ideia, a população africana em 1950 era constituída por 221 milhões de pessoas, atualmente, são mais de 850 milhões;
- a deficiente ocupação do território e a extrema dependência económica externa;

- ocupação de grande parte das terras para o plantio de monoculturas destinadas à exportação, portanto não produzem alimentos que abasteçam o mercado interno;
- diminuição da oferta de alimentos no continente;
- grande ocorrência de desertificação, em razão da ocupação de áreas impróprias para agricultura;
- diminuição das pastagens e terras férteis no continente;
- os conflitos étnicos, de hoje e de antanho, que resultam em guerras civis e que conduziram à escravização dos vencidos;
- ausência do sentimento de nação e espírito de unidade sócio-política: inexistência de uma história comum; diversidade de línguas e dialectos; e distintos grupos étnicos com grau de tecnologia profundamente diferenciada.

Em suma, o que temos é um quadro socioeconômico bastante debilitado, e as perspectivas são negativas em relação ao continente, e, por extensão, a Moçambique.

Moçambique é um país detentor de riquezas e reúne todas as condições para se tornar uma nação próspera e desenvolvida, com capacidade para proporcionar aos moçambicanos um futuro saudável e risonho, com um dos melhores níveis de vida inigualável à maioria dos povos subsarianos.

Basta querer!

CONSULTAS

<https://bvsmis.saude.gov.br > doencas-endemicas>

[Os países mais pobres do mundo estão em África | Ajuda em Ação \(ajudaemacao.org\)](#)

<https://ajudaemacao.org/blog/ajuda-humanitaria/paises-mais-pobres-mundo-africa/>

[Cabo Delgado: 300 mil famílias aguardam apoio alimentar](#)

[FAO recomenda investir na agricultura local e na alimentação escolar para superar insegurança alimentar em Moçambique.](#)

[As principais causas da fome na África - Mundo Educação \(uol.com.br\)](#)

Constituições de Moçambique de 1975, 1990 e 2004.

Nota:

Escrevo na minha língua materna que me ensinaram e que eu ensinei.

FERNÃO DE MAGALHÃES: O ENQUADRAMENTO FAMILIAR DO NAVEGADOR

*António de Mattos e Silva**
*José de Mattos e Silva***

Resumo

Apresentam-se as origens da família Magalhães, bem como a inserção, nesta família, do ramo da ascendência direta do navegador português Fernão de Magalhães. Indica-se, ainda, o seu casamento e a sua descendência a qual, contudo, não lhe sobreviveu.

Palavras chave: família, ramo familiar, navegador, casamento, descendência

Abstract

The origins of the Magalhães family are presented, as well the branch of this family related to the Portuguese navigator Fernão de Magalhães. His wedding and sons are also referred.

Key words: family, familiar branch, navigator, wedding, descendents

AS ORIGENS DA FAMÍLIA MAGALHÃES

Segundo alguns nobiliários quando o Conde de Bolonha, D. Afonso, futuro Rei de Portugal com a denominação de D. Afonso III, regressou a Portugal em 1245 para substituir no trono de Portugal o seu irmão D. Sancho II, trouxe no seu séquito um tal de Afonso Vaz sobre o qual não há concordância: uns dizem que era português, outros que era bolonhês e familiar da Condessa D. Matilde de Bolonha, mulher do futuro Rei D. Afonso III. Alguns indicam que o referido Afonso Vaz viria a casar com Sancha de Novais a qual era filha de Afonso de Novais, Senhor de Magalhães e racioneiro do Mosteiro de S. Martinho de Tibães (localizado perto de Braga). O Senhorio de Magalhães estava localizado nas denominadas Terras da Nóbrega, situadas entre

* António de Mattos e Silva – Eng.º Mecânico, Director da Associação da Nobreza Histórica de Portugal, Secretário-Geral do Instituto da Nobreza Portuguesa, Presidente da Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística e Vogal da Comissão de Estudos Côrte-Real, ambas da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do Centro de Investigação Dr. Joaquim Veríssimo Serrão e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

** José de Mattos e Silva – Eng.º Civil, Vogal da Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística e da Comissão de Estudos Côrte-Real, ambas da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do Centro de Investigação Dr. Joaquim Veríssimo Serrão, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e da Associação da Nobreza Histórica de Portugal.

Ponte da Barca e a fronteira do Lindoso, sendo limitadas a Norte pelo Rio Lima, a Leste pela Galiza, a Oeste pela Terra de Penela e, a Sul, pelas Terras de Regalados e do Bouro. Área muito montanhosa, incluía grande parte da Serra Amarela, cujos contrafortes se estendem quase até à região onde hoje se localiza Ponte da Barca. Era num pico destes contrafortes, sobranceiro ao Vale do Lima, que se localizava o Castelo da Nóbrega, centro militar das Terras da Nóbrega e que defendia o Vale do Lima. Um companheiro de Afonso Vaz, denominado Pedro Ourigues da Nóbrega, terá sido quem introduziu Afonso Vaz na região, o que viria a originar o seu casamento com Sancha de Novais.

Do casamento de Afonso Vaz com Sancha de Novais viria a nascer Afonso Rodrigues que consta dos registos do Rei D. Dinis, nomeadamente no ano de 1312 com “ração no Mosteiro de Tibães”, situação que herdara de seu pai. Viria a casar, cerca de 1280, com Alda Martins de Castelões, filha de João Martins de Castelões, o Moço (oriundo da família galega “Castellans”), proprietária da Torre de Magalhães situada na freguesia de S. Martinho de Paço Vedro. O citado Afonso Rodrigues passou a denominar-se Afonso Rodrigues de Magalhães (cognominado de “o Cavaleiro”), pelo que foi o primeiro elemento da sua família a incorporar, no seu apelido, o nome da Torre que pertencera à família da sua mulher.

A freguesia de Paço Vedro de Magalhães foi também a primeira sede paroquial da vila de Ponte da Barca, à qual depois viria a estar anexada. Na “Corografia Portuguesa” pode ler-se: *“Beneficiou do foral manuelino concedido à Terra da Nóbrega em 24 de Outubro de 1513. O primitivo nome desta freguesia — Magalhães — foi posteriormente antecedido do de Paço Vedro (velho), proveniente do nobre solar ali estabelecido por D. Aldonsa Martins de Castelões ou por D. Sancha de Novais com quem teria casado D. Afonso Rodrigues, o primeiro que no século XIII, no reinado de D. Dinis, tomou e usou o apelido de Magalhães”.*

Deste casamento de Afonso Rodrigues de Magalhães nasceu, nomeadamente, Rodrigo Afonso de Magalhães, nascido por 1290, o qual viria a herdar o património do seu pai, e que casou com mulher desconhecida. Foram pais de outro Afonso Rodrigues de Magalhães, nascido cerca de 1340, o qual viria a ser nomeado, na época do Rei D. Fernando I, Alcaide-Mor do Castelo da Nóbrega. Viria a casar com D. Teresa Freire de Andrade, filha de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade, 6.º Grão-Mestre da Ordem de Cristo. Este casamento demonstra a notoriedade já então conseguida pela família Magalhães no seio da nobreza da época, embora não estando incluída na primeira nobreza do Reino onde pontificavam as famílias Castro, Manoel, Meneses, Sousa, Vasconcelos, etc.

Do casamento de Afonso Rodrigues de Magalhães com D. Teresa Freire de Andrade nasceram, nomeadamente, os seguintes filhos:

- Froile Afonso de Magalhães, nascida cerca de 1360, que casou por 1380 com Gonçalo Rodrigues de Araújo, Senhor de Lobios e Alcaide-Mor de Lindoso e Castro Laboreiro, o qual tomou o partido da rainha D. Beatriz e faleceu em 1398;

- Gil Afonso de Magalhães, vassalo de D. João I, Senhor de Juro e Herdade de Lindoso, com todos os seus direitos e rendas, como tivera Diogo Gil (16/05/1387), Senhor da Honra da Quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do Couto de Fontarcada (09/06/1387), nascido cerca de 1362 e falecido depois de 1404. Era o filho varão mais velho mas terá falecido solteiro,

sem geração, tendo o seu irmão Diogo Afonso sucedido na Quintã, na Torre de Magalhães e no Couto de Fontarcada;

- Diogo Afonso de Magalhães, senhor da honra da Quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do Couto de Fontarcada, em que sucedeu a seu irmão Gil Afonso. Nasceu cerca de 1366 e faleceu depois de 27/05/1436, data em que se documenta como Diogo Afonso de Magalhães, criado da rainha D. Filipa de Lencastre. Casou cerca de 1397 com Inês Vasques. A 27/05/1436 D. Duarte confirmou a Inês Vasques, mulher de Diogo Afonso de Magalhães, criado da rainha D. Filipa de Lencastre, o senhorio da terra de Souto de Rebordães. Inês Vasques deve ter falecido em 1454 pois, a 13/05/1454, D. Afonso V confirma a doação a João de Magalhães, filho de Inês Vasques, da Terra de Souto de Rebordães.

Os citados Diogo Afonso de Magalhães e Inês Vasques foram, nomeadamente, pais de João de Magalhães, 1.º Senhor de Ponte da Barca, o qual casou com D. Isabel de Sousa. Esta era filha de Rui Vasques Ribeiro, 2.º Senhor de Figueiró e Pedrógão, o qual era filho de Rui Mendes de Vasconcelos, um dos destacados combatentes na batalha de Aljubarrota. Rui Vasques Ribeiro casara com Violante de Sousa que era filha de Maria Ribeira e de D. Lopo Dias de Sousa, 7.º Grão-Mestre da Ordem de Cristo, neta de D. Álvaro de Sousa e de D. Maria Teles de Meneses (irmã da Rainha D. Leonor Teles) e trineta de D. Maria Pais Ribeira, 15.ª Senhora da Casa de Sousa e de D. Afonso Dinis (filho bastardo de D. Afonso III, Rei de Portugal, e de Maria Peres de Enxara). A citada D. Isabel de Sousa era irmã, nomeadamente, de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, 3.º Senhor de Figueiró e Pedrógão, casado com D. Branca da Silva, irmã de Santa Beatriz da Silva e do Beato Amadeu de Portugal, por ser filha de D. Rui Gomes da Silva, Alcaide-Mor de Campo Maior e Ouguela e de sua mulher D. Isabel de Meneses, a qual era filha bastarda de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real e 1.º Capitão de Ceuta.

Outro filho de Diogo Afonso de Magalhães e Inês Vasques foi Gil Afonso de Magalhães o qual casou com D. Violante de Sousa. Esta era filha de Martim Álvares Cid e de D. Isabel de Sousa a qual era filha de Jorge de Sousa Idanha e de Violante de Andrade. O referido Jorge de Sousa Idanha era filho bastardo de D. Gonçalo Rodrigues de Sousa, Alcaide-Mor de Monsaraz e Marvão, que era filho de Constança Gil e de D. Rodrigo Afonso de Sousa, o qual era filho de Maria Pais Ribeira (15.ª Senhora da Casa de Sousa) e do Infante D. Afonso Dinis, o qual era filho bastardo de D. Afonso III, Rei de Portugal e de Maria Peres de Enxara. Assim, esta D. Violante de Sousa era prima, em quarto grau da atrás referida D. Isabel de Sousa, mulher de João de Magalhães, 1.º Senhor de Ponte da Barca. O referido D. Gonçalo Rodrigues de Sousa, Alcaide-Mor de Monsaraz e Marvão, que durante o cerco de Lisboa permaneceu fiel a D. João I, Rei de Portugal, viria a abandonar o país, após o dia 03/09/1384 (data do levantamento, pelos castelhanos, do referido cerco), acompanhando na retirada para Castela as tropas do Rei de Castela. Por esse motivo os seus bens e terras foram-lhe confiscados.

É ainda de referir que o citado Gil Afonso de Magalhães, marido de D. Violante de Sousa, tinha a alcunha de “o Tremelicoso”, a qual viria a continuar-se num seu filho, Paio Afonso de Magalhães. Seria que tal alcunha estaria relacionada com alguma doença que ambos tinham como epilepsia, Parkinson, ou outra que lhes afectasse o sistema nervoso?



Torre do Palácio dos Vasconcelos, Senhores de Figueiró e Pedrógão, em Santiago da Guarda (Ansião)

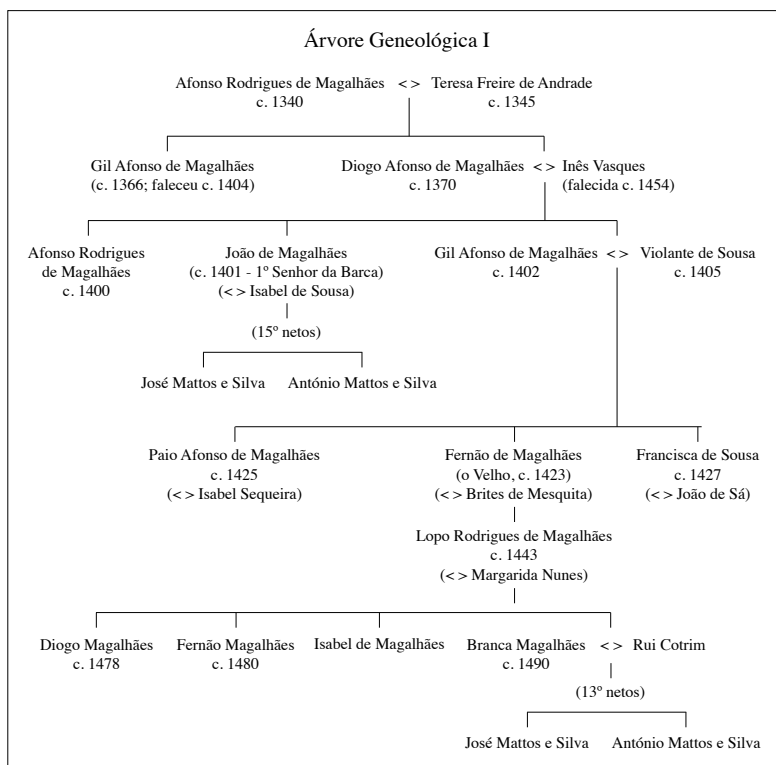
Estes dois casamentos de varões da família Magalhães com senhoras da família Sousa, da primeira nobreza do Reino, demonstra a continuação da ascensão social de alguns Magalhães.

Na árvore genealógica seguinte (Árvore Genealógica I) seguinte apresenta-se parte da descendência de Afonso Rodrigues de Magalhães e de D. Teresa Freire de Andrade. É de notar que os autores descendem de dois ramos da família Magalhães: o dos Senhores de Ponte da Barca (que era o morgadio da família) e do ramo dos “Magalhães de Figueiró” que teve origem em Lopo Rodrigues de Magalhães por este ter ido viver para Figueiró dos Vinhos para tratar da educação dos filhos menores do atrás citado João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, 3.º Senhor de Figueiró e Pedrógão, quando da morte deste.

É de referir que entre os filhos de Lopo Rodrigues de Magalhães existia um Fernão de Magalhães que era primo em segundo grau do navegador e seu homónimo, o que levou vários genealogistas a



Túmulo de Rui Vasques Ribeiro e de sua mulher D. Violante de Sousa (16.ªs avós dos signatários e pais de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, 3.º Senhor de Figueiró e Pedrógão), na Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos



confundi-lo com o descobridor do Estreito de Magalhães. Para aumentar a confusão aquele Fernão de Magalhães também tinha irmãos com os nomes de Diogo e Isabel tal como acontecia com o navegador.

Da análise da Árvore Genealógica I, anteriormente apresentada, constata-se que um dos filhos de Gil Afonso de Magalhães e de D. Violante de Sousa foi Paio Afonso de Magalhães o qual aparece indicado naquela árvore genealógica como tendo sido casado com Isabel Sequeira, ama da rainha D. Isabel (mulher de D. Afonso V), nascida cerca de 1390 e falecida em 1462. Contudo, ele teve uma outra mulher, Maria Fernandes, da qual teve um filho denominado Rodrigo de Magalhães. Este viria a casar com Alda de Mesquita e foram os pais do famoso navegador Fernão de Magalhães.

O ENQUADRAMENTO FAMILIAR DO NAVEGADOR

Numa obra intitulada “Catálogos de los Fondos Americanos del Archivo de Protocolos de Sevilla”, editada pelo “Instituto Hispano-Cubano de História de América”, com sede em Sevilha (pertencente à Fundação Rafael G. Abréu), no Tomo VII, item 1334, apresenta-se um documento que consta do livro do ano de 1519, Ofício XV, Livro I, referente ao escrivão Bernal G. Vallesillo (o mesmo que notariou o testamento de Sevilha do navegador), Folio 551, Fecha: 19

de Marzo, onde se refere o seguinte assunto: “*Donación de una quinta de viñas y castaños y tierras de pan sembrar, radicadas en tierras de Guyan, término de la ciudad de Puerto de Portugal, que el Comendador Fernando de Magallanes, capitán de Sus Altezas, hijo legítimo de Rodrigo de Magallanes y de Alda de la Mesquita, difuntos, vecinos que fueran de la citada ciudad de Puerto de Portugal, hace a su hermana Isabel de Magallanes*”. Este documento, que é um instrumento notarial promovido pelo próprio navegador, permite decifrar, de modo definitivo, o enigma da filiação do navegador. É ainda de referir que, naquele documento, a designação “Guyan” significa Gaia, pelo que o referido documento poderá, também, dar um contributo importante para a resolução do enigma da naturalidade do navegador.

Acontece que, pelo menos noutro documento que também consta do Archivo Histórico Provincial de Sevilla, aparece a mesma referência aos pais do navegador, o que revela que não se trata duma revelação, ocasional, por parte do navegador, mas sim de uma afirmação por ele produzida por diversas vezes, o que contribui para confirmar a respetiva veracidade.

Pelo documento atrás citado ficamos desde logo a saber que uma das irmãs do navegador era Isabel. O navegador seria o filho varão primogénito pois, no texto completo do referido documento constante dos “Catálogos” atrás indicados, Fernão de Magalhães apresenta-se como “filho maior” de seus pais.

A mãe do navegador, Alda de Mesquita, era uma irmã mais nova de Brites de Mesquita (que foi Camareira-Mor de D. Constança de Noronha, segunda mulher do 1.^a Duque de Bragança), a qual era cunhada do sogro de Alda pois a referida Brites era casada com Fernão de Magalhães, o Velho, Senhor da Quinta de Briteiros no termo de Guimarães, irmão de Paio Afonso de Magalhães como se pode verificar pela análise da Árvore Genalógica I.

Fernão de Magalhães, o Velho, Senhor da Quinta de Briteiros, combateu ao lado de D. Afonso V nas batalhas de Alfarrobeira (1449) e na de Toro (1476), o que levou aquele monarca a dar-lhe uma tença, em 07/03/1476, da qual mais tarde viria a renunciar a favor dum seu filho, Gonçalo Rodrigues, a quem D. Manuel I a confirmou a 06/01/1498. Fernão de Magalhães, o Velho, herdou o Outeiro de Poldres, sendo que este Fidalgo da Casa Real teve autorização régia para ampliar o seu solar (27/01/1476). Ele e sua mulher tiveram casas reguengas em Guimarães, confirmadas em 22/04/1474 e viveram, em alternância, também na sua Quinta de Briteiros, comprada à Condessa de Faro. Fernão de Magalhães, o Velho, participou também, sob o comando de D. Afonso V, nas campanhas do Norte de África. Era um homem de temperamento conflituoso tendo assumido algumas fortes desavenças, nomeadamente uma com Fernão Soares de Albergaria, que resultou num combate entre as respectivas forças, junto à Ponte do Prado (perto de Rates), no qual foi morto Álvaro Soares de Albergaria, filho mais velho do citado Fernão Soares de Albergaria.

Tanto Alda de Mesquita como Brites de Mesquita eram filhas de Inês de Mesquita e de Martin Gonçalves Pimentel sendo que este último, segundo alguns nobiliários, seria filho bastardo de Juan Pimentel, 1.^o Conde de Benavente. Aquele que seria o irmão mais novo de Alda e de Brites, Pedro de Mesquita, tomou ordens menores em 1471, pelo que terá nascido cerca de 1458. Assim sendo, Alda de Mesquita poderia ter nascido cerca de 1455, o que conduziria a que tivesse cerca de 23 anos de idade quando foi mãe do navegador.

Como Brites de Mesquita foi a mãe de Lopo Rodrigues de Magalhães, o qual terá nascido cerca de 1443, admitindo que a citada Brites de Mesquita teria no mínimo 16 anos quando o seu filho Lopo nasceu, ela teria nascido cerca de 1427. Admitindo que ela seria a filha primogénita, então entre ela o seu irmão mais novo (o citado Pedro) haveria uma diferença de idades de cerca de 31 anos. Sendo, no total, dez irmãos sobreviventes a que, certamente, haveria de se acrescentar mais alguns que teriam morrido à nascença ou ainda crianças, podemos considerar uma média de 2 a 3 anos entre cada dois irmãos consecutivos, o que é perfeitamente aceitável. Se Inês de Mesquita (mãe de Brites, de Alda, de Pedro e de mais sete filhos) tivesse pelo menos 16 anos de idade quando foi mãe de Brites, tal significaria que a referida Inês teria nascido cerca de 1411, pelo que o seu filho Pedro teria nascido quando ela tinha 47 anos de idade, o que é perfeitamente plausível.

A confirmar a nossa ideia de que Brites de Mesquita poderá ter nascido cerca de 1427, está o facto dum seu irmão, Lopo Martins de Mesquita, ter tido ordens menores em 1443, pelo que terá nascido cerca de 1430, pelo que Brites seria cerca de três anos mais velha do que este seu irmão.

Um dos mais reputados genealogistas, Felgueiras Gayo, considerou que Alda de Mesquita teria sido mãe de Leonor (ou Genebra) de Magalhães, a qual teria casado com João Barbosa. Por sua vez, atribuiu a este casal a paternidade dum Genebra de Magalhães, casada com André Afonso Cão, os quais teriam sido pais dum Rui de Magalhães (nascido cerca de 1500) que casou com uma Isabel Baião. Não nos parece possível existirem, entre este Rui de Magalhães e a sua antepassada Alda de Mesquita, três gerações de permissão, pois isso faria com que Alda de Mesquita tivesse nascido cerca de 1425 (= 1500 - 3 x 25), o que a impediria de ter filhos a nascer cerca de 1480, como foi o caso do navegador. Pensamos que a Leonor (ou Genebra), casada com João Barbosa, e a Genebra casada com André Afonso Cão, são a mesma pessoa. Assim, haveria só uma Genebra de Magalhães que terá casado, primeiro, com João Barbosa e, depois de enviudar deste, teria então casado com André Afonso Cão.

O primeiro marido de Genebra de Magalhães, João Barbosa era, segundo indica Felgueiras Gayo no título de “Barbozas”, irmão de Diogo Barbosa o qual foi sogro do navegador, por serem ambos filhos de Fernão Gonçalves Barbosa e de Leonor Vaz Malheiro, filha de Afonso Malheiro. Terá sido esta relação familiar entre “Barbosas” e “Magalhães” que terá estado na origem do navegador, quando partiu para Sevilha, ter tido ali contactos com Diogo Barbosa, seu futuro sogro.

Alão de Moraes, no título de “Cãos e Nóbregas” da sua obra genealógica, diz que Genebra de Magalhães era irmã do navegador mas que seria filha dum Gil de Magalhães. Para que ambas as afirmações de Alão de Moraes possam ser verdadeiras, Genebra de Magalhães teria de ser meia-irmã do navegador, sendo então filha de Alda de Mesquita e de Gil de Magalhães, com o qual a referida Alda teria casado em primeiras núpcias e, depois de ter ficado viúva dele, teria casado com Rodrigo de Magalhães, tendo então sido pais do navegador e dos irmãos inteiros deste (nomeadamente o Diogo e a Isabel, por ele contemplados no testamento de Sevilha).

Há autores que apresentam um Gil de Magalhães (sem se referir com quem foi casado e se teve descendência), como sendo filho dos atrás citados Gil Afonso de Magalhães e de D. Violante de Sousa. O referido Gil era, portanto, irmão de Fernão de Magalhães, o Velho, Senhor da Quinta de Briteiros e cunhado da mulher deste, Brites de Mesquita irmã da citada Alda de Mesquita. Portanto, é perfeitamente possível que esta tenha, primeiramente, casado com um Gil

de Magalhães, cunhado da sua irmã e, depois, com Rodrigo de Magalhães, que era seu sobrinho (dado que Paio Afonso de Magalhães, pai de Rodrigo de Magalhães, era também irmão do referido Gil, suposto primeiro marido de Alda de Mesquita).

O facto de Genebra de Magalhães ser, apenas, meia-irmã do navegador, pode explicar a razão pela qual não terá sido contemplada no testamento de Sevilha, no qual o navegador apenas referiu dois dos seus irmãos inteiros.

Portanto, para além duma irmã Isabel, o navegador teria tido uma irmã (ou meia-irmã) Genebra, que seria mais velha do que Isabel.

É de notar que o navegador, no seu testamento lavrado em Sevilha em 1519, refere que Diogo de Sousa, seu irmão, e a sua irmã Isabel, para se habilitarem à sua herança teriam de ir viver para Castela e aí casar (*“irem viver para os Reinos de Castela e casando-se neles...”*) e usar o apelido Magalhães. Pensamos que o navegador sabia perfeitamente o que pretendia dizer com estas frases, pois aquilo que estaria no seu pensamento é que ambos os irmãos, que usavam em Portugal o apelido Magalhães, o teriam de manter em Espanha sem terem vergonha de aí o usar, o que poderia acontecer em Portugal pelo facto do seu irmão Fernão, que usava esse mesmo apelido, ser considerado no nosso país, de acordo com a versão oficial do Reino, como um “traidor” à Pátria. De acordo com o seu testamento, estes dois irmãos só teriam direito à herança do navegador, se este não tivesse herdeiros diretos, tendo Diogo precedência sobre Isabel. Contudo, e se seguirmos à letra o que está escrito no testamento qualquer deles, para se poder candidatar à herança, tinha obrigatoriamente de ir viver para Castela, de aí casar e de usar o apelido de Magalhães e as armas de Magalhães e Sousas, como o navegador usava. Há quem pense que o navegador entendia que os seus referidos irmãos eram, à data do testamento, ou solteiros ou viúvos, pelo que estariam livres para casar em Espanha.

Julgamos entender a razão pela qual este irmão do navegador era conhecido por Diogo de Sousa, pois terá sido o seu pai que quis homenagear um seu primo direito que havia sido assassinado. Tal assassinio está relacionado com a atrás referida escaramuça na Ponte do Prado, cerca de 1463, na qual Fernão de Magalhães, o Velho, Senhor da Quinta de Briteiros, matara Álvaro Soares de Albergaria. Na sequência desse evento Fernão de Magalhães, o Velho, foi desterrado para Alcácer Ceguer mas, em Fevereiro de 1464, ou seja poucos meses depois da ocorrência da dita escaramuça, foi perdoado por D. Afonso V na sequência do perdão geral aos homiziados que serviram na armada real em Ceuta. A família de Álvaro Soares de Albergaria decidiu vingar a sua



Brasão de Armas de Fernão de Magalhães, o navegador (“Magalhães” e “Sousa”)

morte e, em retaliação, decidiram mandar Baltazar de Sequeira matar (uns dizem em 1475, outros em 1480) Diogo de Sousa, filho de Fernão de Magalhães, o Velho, Senhor da Quinta de Briteiros.

Ficamos, assim, a conhecer um terceiro irmão do navegador: Diogo Também se fica a saber que o navegador usava as armas de “Magalhães” e “Sousas”, tal como reproduzidas na figura seguinte.

Num documento existente na Torre do Tombo, no Corpo Cronológico (coletânea de documentos organizada por Manuel da Maia, logo depois do terramoto de 1755, formada por 525 maços, que agrupam 82.902 documentos, criada de forma artificial com base, sobretudo, nos “papéis” do funcionário régio Pedro de Alcáçova Carneiro, incorporados na Torre do Tombo em 1569), com data de 19/05/1517, o navegador declara ter recebido a maior parte da dívida que um certo João Abraldez tinha para consigo, após uma deslocação do seu irmão Duarte de Sousa (munido duma procuração do navegador) ao almoxarifado de Ponte de Lima, onde recebeu oitenta mil réis que lhe foram entregues pelo almoxarife Lopo Pereira.

Por este documento ficamos a conhecer mais um irmão do navegador: Duarte.

A explicação para esta operação decorre do facto de Fernão de Magalhães ter emprestado cem cruzados a juros, a Pedro Anes Abraldez, em Cochim, no ano de 1510, obrigando-se o devedor a pagar-lhe, em Portugal, duzentos cruzados. Esta foi uma dívida que o navegador só conseguiu cobrar em 24/11/1515, uma vez que Pedro Anes Abraldez havia entretanto falecido e que as diligências para receber aquela quantia junto de João Abraldez, pai e herdeiro do citado Pedro, não surtiram qualquer efeito. Esta questão acabou por ser resolvida dado que a Coroa Portuguesa devia igual quantia a João Abraldez, pelo que D. Manuel I autorizou o pagamento a Fernão de Magalhães no almoxarifado de Ponte de Lima, pagamento esse que foi recebido por Duarte de Sousa, irmão e procurador do navegador.

Fica, contudo, uma dúvida: por que razão esse irmão Duarte, não só não consta dos nobiliários, nomeadamente dos de Felgueiras Gayo e de Manso de Lima, como também não foi contemplado, pelo navegador, no seu testamento de Sevilha, apesar de aquele lhe ter prestado uma importante colaboração como seu procurador? Duas hipóteses se perfilam:

- ou Duarte de Sousa morreu, sem descendentes, antes do navegador ter feito o testamento;
- ou Duarte de Sousa e o navegador, entretanto se incompatibilizaram, do que resultou aquele não ter sido contemplado, por Fernão de Magalhães, no seu referido testamento.

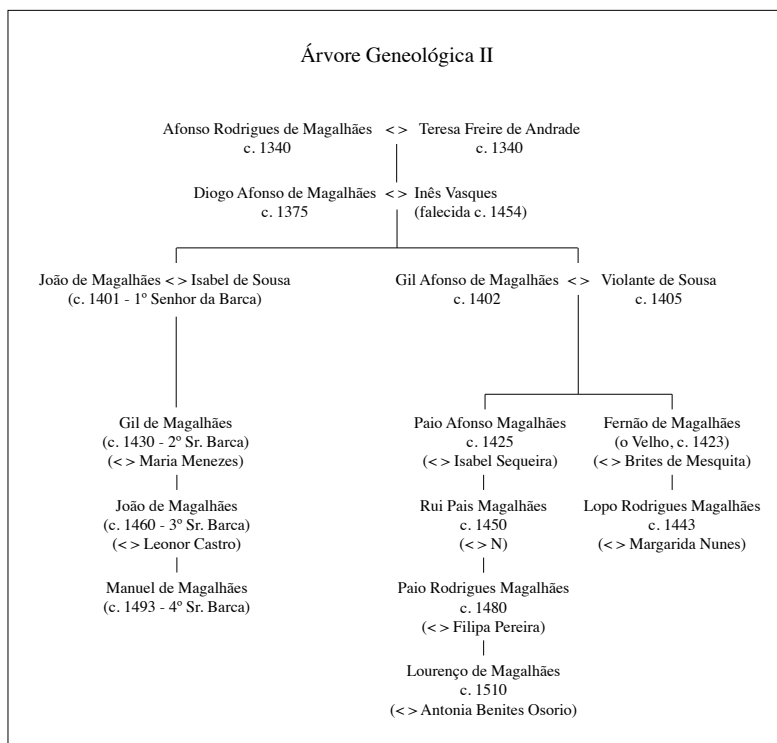
Os detalhes da ascendência do navegador podem ser obtidos através do facto de, em 1567 (ou seja 46 anos após a morte do navegador), um individuo de nome Lourenço de Magalhães, ter apresentado um processo de candidatura à sua herança, processo esse no qual afirmava que o navegador era filho do atrás citado Rodrigo (ou Rui) de Magalhães. A Coroa Espanhola, “ameaçando” o referido Lourenço com o pagamento de elevadas custas processuais, conseguiu que aquele desistisse da reclamação da herança, pelo que esta nunca foi entregue nem a ele nem a outrem. Efetivamente o fiscal da Coroa de Espanha, encarregue de analisar o processo apresentado pelo citado Lourenço disse, entre outros argumentos negativos para os interesses do referido Lourenço, que “*as informações e os testemunhos apresentados não são correctos, nem verdadeiros, nem públicos, nem autênticos*”, pelo que propõe ao Rei de Espanha que não abra mão da herança do navegador e que até obrigue os herdeiros deste a pagarem à Coroa Espanhola “*todos los daños e ynteresses*” resultantes das despesas com a expedição do navegador, que aquele fiscal quantificou em mais de cinquenta mil ducados.

A testemunha de maior importância foi o 4.º Senhor de Ponte da Barca, Manuel Magalhães e Meneses, com uma idade que o próprio diz ser compreendida entre 70 e 75 anos de idade. Refere que conhece o citado Lourenço e todos os seus ascendentes e que o avô do Lourenço, Rui Pais de Magalhães, era irmão do Rui de Magalhães pai do navegador, sendo ambos os citados indivíduos, de nome próprio Rui, filhos de Paio Afonso de Magalhães.

Nuns “Sumários da Torre do Tombo feitos por Gaspar Álvares de Lousada”, no maço 46 refere-se um Fernão de Magalhães “*filho de Rui de Magalhães e que serviu 10 meses em Azamor no ano de 1514*”. Como o navegador esteve, naquele ano, em Azamor, é possível que o pai do navegador, que este designa como Rodrigo, fosse também conhecido como Rui, dado serem nomes sinónimos.

Se admitirmos que Lourenço de Magalhães terá dado uma informação correta no que se refere aos seus pais, avô e bisavô, poderemos estabelecer, com base na árvore genealógica anterior, uma árvore que interliga o ramo familiar do navegador com a sequência dos Senhores de Ponte da Barca, desde o 1.º até ao 4.º (este foi o inquirido quando das “provanças” do referido Lourenço). É de notar que, do citado Lourenço de Magalhães, terá havido descendência em Espanha.

Apresentamos, assim, a Árvore Genealógica II na qual, para que pudesse caber dentro da formatação do presente texto, tivémos de remover, apenas por falta de espaço, alguns indivíduos que havíamos colocado na anterior Árvore Genealógica I.



Por sua vez, a partir do conhecimento de vários outros factos, como os que seguidamente se elencam, completa-se a informação sobre o enquadramento familiar do navegador.

- Em 4 de Junho de 1467 Maria Fernandes e seu marido Gil de Oliveira (padrasto de Rui de Magalhães) recebem de emprazamento as casas da freguesia da Sé, foreiras ao Rei;
- Em 16 de Outubro de 1476 Maria Fernandes vende o emprazamento das suas casas na freguesia da Sé do Porto a seu filho Rui de Magalhães, foreiras ao Rei;
- O Casal de Chão, em Vila Nova de Gaia, foi emprazado, pela Sé do Porto, em 11/6/1482 a "*Ruy de Magalhães cavaleiro*", em primeira vida, podendo nomear a segunda vida e esta a terceira vida, por desistência de sua mãe Maria Fernandes;
- Rui de Magalhães vende as casas da freguesia da Sé, foreiras ao Rei, em 8 de Abril de 1494, a Manuel de Abreu;
- Fernão de Magalhães em Sevilha, em 1519, segunda vida no prazo do Casal de Chão, em Gaia, de que fora primeira vida seu pai Rodrigo de Magalhaes, foreiro à Sé do Porto, nomeia-o em sua irmã Isabel de Magalhães;
- Em 15 de Fevereiro de 1552, Isabel de Magalhães, moradora na quinta pegada a esse Casal, viúva de Álvaro Pereira, renuncia na terceira vida do Casal de Chão, em Gaia, foreiro à Sé do Porto, Casal esse que diz que fora de seu pai, Rui de Magalhães em primeira vida e, antes deste, da mãe dele Maria Fernandes. Aceita a renovação em primeira vida e nomeia desde já este Casal em segunda vida em sua sobrinha, Isabel de Magalhães, filha legítima de seu sobrinho Rui de Magalhães e de Isabel Baião;
- Em 7 de Agosto de 1591 Isabel de Magalhães, viúva de Simão Correia, vende a Diogo Leite de Azevedo, o citado Casal de Chão, foreiro à Sé do Porto. De Diogo Leite de Azevedo o Casal passou a Gregório Cernache de Noronha e depois ao filho deste, Álvaro de Sousa de Noronha.

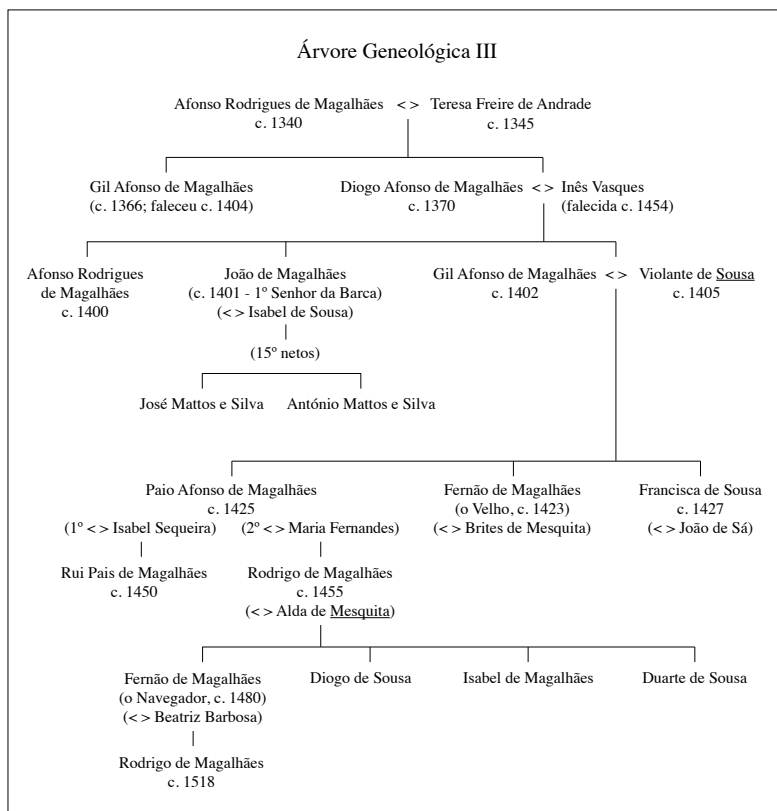
Este conjunto de factos é coerente entre si e permite concluir o seguinte:

- A avó paterna do navegador era Maria Fernandes a qual terá sido casada, primeiro com Paio Afonso de Magalhães e, morto este, terá casado com Gil Oliveira em segundas núpcias;
- Maria Fernandes tinha emprazado o Casal de Chão, em Gaia, em data que se ignora, emprazamento esse que, em 1482, transmite ao pai do navegador;
- Em 1476 o pai do navegador empraza casas na freguesia na Sé do Porto, emprazamento que recebeu de sua mãe. Como não se sabe quando esta terá iniciado esse emprazamento, surgem diversas hipóteses:
 - ou Maria Fernandes vivia no Casal de Chão em Gaia, antes de ter tido casa no Porto;
 - ou Maria Fernandes vivia no Porto antes de ter tido casa em Gaia.
- Em 1482 o pai do navegador empraza o Casal de Chão e, tudo leva a crer que, entre ele e a mãe, mantêm as casas de Porto e Gaia, em simultâneo entre 1476 e 1494, altura em que as casas do Porto deixam de pertencer ao conjunto formado por Rodrigo de Magalhães e sua mãe Maria Fernandes. Nesse período, entre 1476 e 1494, não há certeza se a "permuta" de emprazamentos entre mãe e filho correspondia a uma troca de local de residência entre eles, ou a um mero formalismo burocrático para que os dois emprazamentos não ficassem concentrados numa só pessoa;

- Em 1519, já com o seu pai e avó mortos, o navegador que, entretanto, recebera o empraçamento do Casal de Chão, em Gaia, transmite-o à sua irmã Isabel que, em 1552, o passa a uma sobrinha-neta, supostamente neta da sua irmã (ou meia-irmã) Genebra.

Há autores que sugerem que a mãe de Rodrigo de Magalhães, Maria Fernandes, terá sido a segunda mulher de Paio Afonso de Magalhães. Assim este teria casado primeiro com Isabel Sequeira (que seria a mãe de Rui Pais de Magalhães) e, depois, com Maria Fernandes, que seria a mãe de Rodrigo de Magalhães e, conseqüentemente, a avó paterna do navegador. Contudo, há quem coloque a possibilidade de Paio Afonso de Magalhães ter tido o seu filho Rodrigo, fruto duma relação ocasional com Maria Fernandes, antes do seu casamento com Isabel Sequeira. Essa conclusão resulta do facto de, em 1467, Maria Fernandes já estar casada com Gil de Oliveira e Rodrigo de Magalhães ter nascido por 1455. Esta segunda hipótese é, para nós, a mais plausível.

Com base em toda esta informação é possível estabelecer uma outra árvore genealógica (Árvore Genealógica III) em que se detalha o ramo familiar do navegador. Nela considerámos a hipótese, embora nos pareça ser a menos provável, de Maria Fernandes ter sido a segunda mulher de Paio Afonso de Magalhães.





Convento de Corpus Christi, em Gaia



Na foto, o prédio mais baixo foi onde viveu, no Porto, a família de Fernão de Magalhães



Quinta do Maravedi, em Gaia, que pertenceu a familiares de Fernão de Magalhães

De acordo com o indicado (e por muitas outras razões que agora aqui não podemos referir, por falta de espaço), pensamos que o navegador terá nascido, cerca de 1480, na zona do Grande Porto, preferencialmente em Gaia dado que, no seu testamento, contemplou em Portugal apenas o Convento de Corpus Christi, em Gaia, localidade onde a sua família aprazara várias propriedades como anteriormente se referiu.

O SEU CASAMENTO E A SUA DESCENDÊNCIA

Fernão de Magalhães casou, em Sevilha, com Beatriz Barbosa, filha de Maria Caldera e de Diogo Barbosa. Este, que era feitor da Casa da Contratação de Sevilha, era irmão do atrás referido João Barbosa, primeiro marido de Genebra de Magalhães, meia-ormã do navegador.

Do casamento de Fernão de Magalhães com Betariz Barbosa, terão nascido dois filhos:

- Rodrigo, que terá morrido ainda criança;
- Carlos, que terá morrido à nascença.

Assim, Fernão de Magalhães não teve descendência legítima que lhe tenha sobrevivido.

Há quem refira que o navegador teria tido um filho bastardo, Cristóvão Rebelo, que o acompanhou na viagem e que morreu em combate na Ilha de Mactan, na qual o navegador também perdeu a vida. Há quem pense que, ao ver Cristóvão Rebelo ser atacado pelos indígenas chefiados por Lapu-Lapu, Fernão de Magalhães terá partido em seu socorro, não o tendo conseguido salvar e, assim, precipitando a sua própria morte.

A ESTRUTURA JUDICIAL EM ÁFRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX¹

*Isabel Graes*²

Professora Associada

Sumário: Apresentação. 1. O longo caminho de construção do modelo judiciário africano 2. A proposta do legislador oitocentista 2.1 O mapa judiciário 3. As fragilidades sentidas 3.1 Os juízes eleitos e os advogados *provisionários*: solução ou único recurso? 3.2 A importância dos direitos locais 4. O Regimento de 20 de Fevereiro de 1894

Apresentação

Outrora local de reforço da legitimidade política da dinastia de Avis, os domínios africanos, ora tomados ora descobertos, começaram por ser entregues a senhores laicos e eclesiásticos, só se tornando evidente uma intervenção directa por parte da coroa a partir do reinado d'O Venturoso. Por esta altura, inicia-se o lavramento de diversos regimentos que acompanham a concessão das cartas de mercê dos futuros governadores³. As características que revestem, ainda que não excluam as especificidades geográficas, económicas e socioculturais de cada lugar, permitem traçar o delineamento de diversas áreas *geo-judiciárias*, que abrangem, por um lado, os arquipélagos da Madeira, Açores e a costa ocidental africana; e, por outro, os territórios da África Oriental, da Índia e do Brasil. O motivo para esta divergência inicial prende-se com o facto de, terem sido traçadas respostas distintas, fundadas nas diferenças sociais, políticas e económicas vivenciadas em cada uma daquelas regiões. Desta forma, se não é possível falar de um modelo judiciário ultramarino único para os territórios do Brasil, África e Oriente, tampouco é viável enunciá-lo para o continente africano. Ou seja, enquanto uma sociedade mais complexa como a goesa rapidamente exigiu a criação de um tribunal de 2ª instância (1544), as províncias africanas assistiram paulatinamente à introdução de juízes de fora e corregedores, tendo de aguardar quatro séculos pela criação dos primeiros tribunais

¹ O presente texto corresponde à comunicação apresentada no Colóquio *A África Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, promovido pela Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão e dedicado à memória do vogal da Comissão D. Segismundo Empis de Bragança realizado no dia 21 de Janeiro de 2022. Aos Senhores Professores Doutores Fernando Larcher e Pedro Velez deixamos o nosso penhorado agradecimento pelo convite endereçado.

² Doutora em Direito e Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

³ Dado o elevado número de diplomas legais e de cartas de mercê que foram lavradas desde o século XVI até ao século XIX, serão mencionados apenas os que consideramos determinantes para a compreensão do protótipo judiciário que foi adoptado.

superiores (Luanda, em 1852, e Moçambique, em 1894). No que respeita ao Brasil, a edificação dos seus quatro tribunais superiores, Baía, Rio de Janeiro, S. Luís do Maranhão e Pernambuco teve lugar, respectivamente, em 1609, 1751, 1811 e 1821.

Sendo dedicado o presente texto à reflexão sobre o modelo judiciário estabelecido no território ultramarino português em África, importa ressaltar que a vastidão da matéria impede que sejamos exaustivos. Por esta razão, seleccionámos quatro aspectos que classificamos como determinantes, no contexto do século XIX, a saber: a construção do mapa judiciário; a debelação ou pelo menos algumas das várias tentativas esboçadas com o propósito de resolver os obstáculos criados pela actividade das magistraturas eleitas; a ausência de advogados letrados e o tratamento conferido aos direitos locais. Em virtude da cronologia proposta, o presente trabalho encerra com a análise do Regimento de 20 de Fevereiro de 1894 que configura não só um ponto de chegada em termos da completude das temáticas que aborda, mas também reflecte aquele que viria a ser o modelo estatutário adoptado durante a segunda república. Sem descurar as fontes legislativas e doutrinárias coevas, privilegiaremos, sempre que possível, a documentação arquivística custodiada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pelo Arquivo Histórico Ultramarino.

1. O longo caminho de construção do modelo judiciário africano.

Com o firme propósito de avocar a criação e regulação dos cargos públicos, o autor da compilação afonsina de 1446 começa por enunciar os de natureza judicial, conferindo-lhes um lugar privilegiado. Justificada pela necessidade de combater os abusos, embora não fosse esquecida a vontade de reforçar o poder régio, a presente iniciativa associava-se a outras tecidas na primeira dinastia, em que se procurava vincar a *vis* governativa. Paralelamente, a condição de estado soberano impunha uma maior especificidade de funções que determinava a existência de instituições de uma complexa realidade sinodal. Assim e sem esquecer a importância que continuará a ser detida pela Casa da Suplicação, ou mesmo pelo Desembargo do Paço e pela Mesa de Consciência e Ordens que não são alheios à resposta ultramarina, cedo são criados outros órgãos como: o Conselho da Fazenda (1591); o Conselho da Índia (1604) em substituição da Casa, também designada, da Índia; e, por último, o Conselho Ultramarino que deteve um leque de competências mais vasto e especializado que incidia sobre “todas as matérias e negócios de qualquer qualidade” que tocassem aos “Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, e de todas as demais partes do ultramar, tirando as ilhas dos Açores e Madeira, e lugares de África” (Decreto de 14 de Julho de 1642).

Segundo uma nova linha de política administrativa, as nomeações de titulares de cargos judiciais para os lugares do ultramar passavam a depender de um acto da coroa, sendo providos, especialmente, ouvidores e corregedores. Cada mercê era acompanhada *ex novo* por um articulado próprio que resultava, na maioria dos casos, da adaptação de um modelo regimental já existente⁴,

⁴ Como referimos, o número de diplomas é assaz longo, citando-se a título exemplificativo o Alvará de 23 de Dezembro de 1605. Sobre a construção do modelo judiciário nos territórios africano e oriental, vd. o nosso trabalho, A administração da justiça nos novos territórios ultramarinos portugueses, in Alfredo José Martínez González (dir. y coord), *Estudios Jurídicos e Históricos sobre navegación en la edad moderna: visiones cruzadas*, Editorial Comares, Granada, 2021, pp. 53-80.

ora procedendo o legislador a remissões, ora copiando integralmente o texto original dado a uma circunscrição limítrofe que seguia de perto a *ratio* dos diplomas aplicados na metrópole.

Entre os primeiros documentos emitidos encontra-se um alvará com data de 12 de Agosto de 1520 dirigido ao feitor e demais oficiais de S. Tomé em que o monarca menciona a presença de um corregedor em exercício de funções naquela ilha⁵, datando de 15 de Setembro de 1534, o primeiro regimento do ouvidor de Cabo Verde que teve por destinatário Estevão Lagos⁶. Compulsado este diploma, verificamos que o referido magistrado dispunha do *poder e alçada sobre os negros cativos das ditas ilhas*, aos quais podia infligir qualquer tipo de pena, inclusive a de morte natural, solução que não podia aplicar aos peões de soldada ou outros peões que ganhassem dinheiro por sua braçagem que apenas podiam ser submetidos a tormento ou a açoites e degredo, assim como aos escudeiros que não fossem de linhagem e aos oficiais mecânicos. Por sua vez, a justificação do privilégio de foro pessoal daqueles que fossem parte em juízo, determinava que o ouvidor *sub judice* se limitasse à constituição dos autos e ao seu envio para os tribunais da corte. Havendo lugar a recurso das decisões das magistraturas eleitas naquele território, era competente o mesmo magistrado, ao passo que das decisões deste último era competente a Casa da Suplicação, tal como sucederia, mais tarde, com as sentenças lavradas pelo magistrado da província de Angola.

Tendo em atenção este último território, cerca de dezassete anos após a nomeação do governador Francisco de Almeida (1592)⁷, é criada a primeira ouvidoria, em 26 de Fevereiro de 1609, sendo seu titular o Doutor Manuel Ferraz Barreto⁸. O vasto articulado constante da citada carta de lei, ainda que mantivesse a estrutura dos diplomas destinados a Cabo Verde, não deixava de introduzir alguns detalhes que conferiam poderes mais amplos ao referido ouvidor, os quais apenas foram subtraídos durante a administração filipina. Como exemplo, cite-se o conhecimento das acções que versavam sobre “*cousas do mar entre partes*” e as comerciais, como de soldadas e fretes que não eram da competência do ouvidor da fazenda do mar (o qual se extinguia); o provimento das capelas e hospitais, à semelhança das competências reconhecidas aos provedores das comarcas da metrópole; e a aplicação das provisões despachadas pelo Conselho da Índia e terras ultramarinas. Exceptuavam-se as do Conselho da Fazenda e as do Tribunal do Desembargo do Paço que dissessem respeito, tratando-se deste último caso, dos assuntos sobre defuntos.

Relativamente a S. Tomé, o primeiro Regimento é redigido em 24 de Abril de 1610. Do cotejo entre os diferentes diplomas que vão sendo lavrados sobressai a actualização dos valores de alçada, a possibilidade de às penas corporais e de degredo poderem ser conjugadas penas pecuniárias e o zelo que deveria ser imposto na prossecução dos bons costumes. Caso o ouvidor ficasse impedido ou impossibilitado de exercer as respectivas funções, por motivos de doença

⁵ ANTT, Livro do registo de leis e regimentos de D. Manuel, fl. 194v.

⁶ ANTT, Chancelaria de D. João III, livro 7, fls. 177. Seguir-se-iam os diplomas de 1587, 1606, 1609 e 1618.

⁷ O primeiro governador de Angola foi Paulo Dias de Novais, nomeado em 1571. A este respeito, vd. Carlos Alberto Garcia, *Paulo Dias de Novais, o fundador de Angola*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1970.

⁸ ANTT, Núcleo Antigo, Livro 21, fls. 161v.-163v.

ou morte, o capitão da fortaleza ou o governador do território⁹ podiam nomear, excepcional e pontualmente, o respectivo substituto. A possibilidade de destituição do ouvidor, por acto do capitão da fortaleza encontrava-se afastada, salvo se se tratasse da prática de um crime grave¹⁰.

Sem as exigências que caracterizaram o território goês, mas submetidos ao distrito daquela Relação, assiste-se, em Quinhentos, à edificação de fortalezas na costa oriental africana, em concreto, nas localidades de Sofala, Quíloa e Moçambique; e de feitorias em Zanzibar, Melinde e Lamu que também vêm a ser sede de ouvidorias. No que respeita às disposições que regulam as competências dos ouvidores letrados das fortalezas de Moçambique, Ormuz, Diu, Malaca, Damão, Baçaim e Chaúl, cumpre dizer que se afiguram de modo bastante esparsos, muito embora não divirjam, em regra, do teor dos diplomas dirigidos aos ouvidores da costa ocidental africana. Assim, aqueles magistrados podiam conhecer por acção nova de todas as causas cíveis e crimes¹¹, sendo a sua alçada de quarenta mil réis nos bens móveis e trinta mil nos de raiz¹²; ao mesmo tempo que estavam habilitados a emitir cartas de seguro, excepto nos casos que fossem da competência exclusiva dos ouvidores-gerais. Por fim, acrescia-lhes a possibilidade de poderem prover as serventias dos ofícios da justiça que vagassem até disposição final dos vice-reis.

Durante o período filipino, mantém-se a política de nomeações de magistrados letrados para estes territórios, a par de um conjunto diversificado de funcionários judiciais (escrivães da correição, tabeliães, inquiridores, contadores e distribuidores) que exercem os cargos a título de propriedade e de serventia sendo-lhes reconhecido um leque de competências idêntico ao que era detido pelos seus congéneres no território continental português¹³. Para os lugares mencionados, era respeitado o período trienal de judicatura, tal como era seguido na metrópole, ainda que, por vezes, pudesse ocorrer uma certa *dilatação* daquele intervalo de tempo, cuja explicação podia ter

⁹ É aplicada igual solução em Angola e em S. Tomé por parte dos governadores daquelas províncias. Todavia, neste último território, o capitão não podia destituir o ouvidor antes da conclusão do período para o qual havia sido nomeado, devendo em caso de prática de delito comunicar o sucedido ao monarca. Se o delito praticado fosse de notória gravidade, o ouvidor poderia ser suspenso do cargo, sendo lavrados os devidos autos judiciais e tirada a residência do ocorrido.

¹⁰ Recorde-se o episódio ocorrido, em 1618, em S. Tomé, em que por ordem do governador o ouvidor desta localidade, Luís Dias de Abreu, foi indevidamente preso, o monarca não confirmou o acto, tendo antes mandado soltar o magistrado *ex vi* do disposto na carta régia de 6 de Junho do mesmo ano, reconduzindo-o ao cargo que exercia antes.

¹¹ Cfr. Livro 2, título 41 das Ordenações do Reino.

¹² Sobre a alçada dos ouvidores gerais das fortalezas do norte das partes da Índia, vd. a provisão de 13 de Janeiro de 1608 e o alvará de 9 de Fevereiro de 1618.

¹³ A partir do início do século XVII, a nomeação destes magistrados era precedida por um processo de selecção que tramitava junto do tribunal do Desembargo do Paço (decorrente de um procedimento desencadeado pela secretaria da Repartição das Justiças e do Despacho da Mesa), onde eram prestadas provas que tomavam a designação de Leitura de bacharéis. Para este exame podiam habilitar-se os bacharéis em Cânones ou em Leis com a classificação de Bom ou Excelente que fossem maiores de vinte e cinco anos e do sexo masculino e não apresentassem quaisquer limitações físicas, como a cegueira, surdez ou mudez, nem pertencessem, ou os seus ascendentes a quaisquer entidades secretas e tivessem *sangue limpo*. Sobre a leitura de bacharéis, cfr., designadamente, as CR de 20 de Agosto de 1625 e de 4 de Agosto de 1638; os Decretos de 2 de Junho de 1650, 19 de Julho de 1673, 13 de Julho de 1775, 11 de Maio e 4 de Junho de 1789; os alvarás de 15 de Junho e de 20 de Setembro de 1789 e o Aviso de 20 de Setembro de 1789.

origem nos mais diversos motivos como fosse a demora na designação do substituto¹⁴. Frise-se que, a manutenção dos titulares nos cargos da magistratura nem sempre correspondia a uma ascensão ou promoção no *cursus honorum*, dado que era possível optar-se pela recondução¹⁵ ou permanência no exercício das funções¹⁶. Da transferência não resultava a obediência a uma ordem ou hierarquia geográfica pré-estabelecida, dado que tudo se resumia ao preenchimento de necessidades pontuais motivadas pela *voluntas* régia. De igual modo, nas províncias ultramarinas também estava prevista a possibilidade de serem eleitas figuras locais na qualidade de juizes ordinários, de que são exemplo os casos de Gonçalves Álvares e Rodrigo Ayres, eleitos para o território angolano¹⁷.

Antecipando algumas das questões nevrálgicas que vão povoando os diversos momentos cronológicos, fazemos notar que o período moderno foi confrontado com constantes episódios que opuseram alguns ouvidores aos governadores¹⁸, aos magistrados locais ou aos representan-

¹⁴ Nem sempre a nomeação para um tribunal superior ultramarino era sinal de agrado por parte do destinatário, pois ainda que se tratasse de episódios assaz raros, não podem ser esquecidos os casos de recusa do cargo, como se verificou com a invocação da debilidade da saúde, a distância ou, como a “periculosidade para a salvação” como foi utilizado por Teodósio Contreiras da Silva (1656-1729) que assim fundamentou a rejeição da nomeação para a Relação da Índia (Diogo Barbosa de Machado, *Bibliotheca Lusitana Historica, critica e cronologica na qual se comprehende a noticia dos Autores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1741-1759, III vol., pp. 732).

¹⁵ Entre os diversos casos de recondução, é possível mencionar o caso de José Coimbra Soeiro, ocorrido nos anos de 1695/1696 na Câmara de Santiago (Cabo Verde), na sequência de um pedido do povo (Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, doravante designado como AHU, CU, cx. 8, doc. 706).

¹⁶ A concessão de uma graça régia (ao próprio ou a um familiar), assim como a nomeação para um cargo de docência universitária ou do Santo Ofício poderia atalhar o caminho do *cursus honorum*, não se cumprindo, nestes casos a passagem pelas magistraturas menores de âmbito local (juiz de fora e juiz dos órfãos) e de carácter intermédio (corregedoria, provedoria, ouvidoria, auditoria da guerra e superintendência) que totalizavam, em regra, um período de nove anos. Tampouco o final de carreira correspondia para todos os magistrados à nomeação para a Casa da Suplicação, até porque, de imediato, dependia do número de vagas existentes. Frise-se ainda que não havia uma sequência hierarquizada entre os diversos lugares ultramarinos que se encontravam divididos entre os territórios africanos, orientais e sul americanos. A respeito do período de permanência nos tribunais superiores ultramarinos, cfr. Decretos de 25 de Novembro de 1665, de 9 de Fevereiro de 1725 e do Regimento de 13 de Outubro de 1751, §12.

¹⁷ Tendo em atenção o caso específico de Angola, em 2 de Outubro de 1664, D. Afonso VI determina por provisão da mesma data que os cargos judiciais e da fazenda deveriam ser preferencialmente desempenhados por habitantes locais que tivessem revelado a sua clara lealdade ao governo português por altura dos últimos confrontos verificados durante o domínio holandês. Distinto é o caso de Tomé de Sousa da Ponte que é eleito pelo povo, em Cabo Verde, com o fim de substituir Dionísio d’Azevedo Alvelos, em 1712.

¹⁸ A este respeito, com data de 2 de Maio de 1663, são decididas diversas queixas apresentadas no Conselho Ultramarino contra os governadores de Angola (AHU, cod. 16, fl. 74v e *Monumenta Africana*, vol. 12, p. 440). Contudo, os casos mais emblemáticos ocorreriam na centúria seguinte, a saber: o episódio em que estiveram envolvidos Sebastião Bravo Botelho que tinha pedido para ser nomeado novo ouvidor-geral, em virtude das discórdias verificadas entre o próprio, o governador (Francisco Manuel da Nóbrega e Vasconcelos) e o vigário-geral (António Henriques Leitão). Independentemente das alegações apresentadas, o ouvidor-geral acabaria por ser vítima de um crime perpetrado pelo governador, em 1729 (AHU, Cabo Verde, cx. 13, doc. 27). Em 1762, outra quezília teve por desfecho o homicídio do ouvidor-geral do mesmo arquipélago, João Vieira de Andrade (*Sentença proferida na Casa da Supplicação contra os réos compreendidos na devaça, que S. majestade Fidelissima mandou tirar pela morte do bacharel João Vieira de Andrade, sendo ouvidor nas Ilhas de Cabo Verde, relator o Dezembargador Manoel Jozé da Gama e Oliveira*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1764, in Biblioteca Nacional de Portugal, cod. 1571, fls. 342-351v.).

tes eclesiásticos¹⁹. Exemplificativo do que acabamos de expor é o caso de ouvidor João de Brito preso, em 1637, por determinação do governador Jorge de Castilho, em virtude dos excessos praticados no exercício do cargo e de Pedro do Canto Pacheco nomeado, em 20 de Maio de 1642, por D. João IV, o qual veio a ser acusado de proceder a cobranças indevidas nos processos de inventário, pelo capitão Jerónimo de Sousa Santiago que, por este motivo, pedia para ser provido nos cargos de ouvidor e provedor da fazenda régia em substituição daquele.

2. A proposta do legislador oitocentista

2.1 O mapa judiciário

Criadas as secretarias de estado, cumpre notar que os assuntos judiciários que diziam respeito ao ultramar não se encontravam sob a tutela da pasta do Reino nem da Justiça, ficando, ao invés, dependentes do titular dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, de que é exemplo a solução dada pelo legislador, em 1736. Entre outras competências, era responsável pelas nomeações dos governadores dos territórios ultramarinos, assim como pelos provimentos dos postos militares, dos ofícios de justiça e da fazenda. Mais tarde, entre 1838 e 1892, os negócios atinentes à justiça ultramarina são colocados directamente sob a dependência da secção do ultramar da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, tendo o decreto de 19 de Dezembro deste último ano definido uma área específica na estrutura da “*Direcção Geral do Ultramar*”, junto da qual funcionava ainda para os assuntos judiciários, a Junta Consultiva do Ultramar²⁰ e o Conselho Superior da Magistratura Judicial Ultramarina.

Destarte, atendidos estes aspectos de natureza administrativa, ao começar a ser traçado o mapa judiciário, escassos meses depois da revolução de 24 de Agosto, verificamos que a par das quarenta e quatro comarcas existentes no continente do Reino, acrescem mais dezanove, total que compreende nove comarcas no arquipélago de Cabo Verde, a saber nas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal, Boa Vista, Maia, Fogo e Brava que se encontravam integradas no distrito judicial da Casa da Suplicação²¹. Recordamos que, ao longo dos séculos XVI a XVIII, a organização judiciária havia sido estabelecida de acordo com a descoberta e povoamento dos novos lugares, atendendo apenas a necessidades imediatas e pragmáticas, sem haver,

¹⁹ Esta é a situação vivida entre o ouvidor Luís Rodrigues Belo (1684-1686) e o vigário-geral Tomé de Alvarenga, no que diz respeito à jurisdição do juízo de ausentes.

²⁰ Esta junta tinha sido criada pelo Decreto de 23 de Setembro de 1868 em substituição do setecentista Conselho Ultramarino criado pelo Alvará de 14 de Julho de 1642 e organizado pelo Decreto de 14 de Janeiro de 1643. Com uma natureza jurídica consultiva competia-lhe dar pareceres não só sobre as propostas de diplomas legislativos que dissessem respeito à administração ultramarina e de todos os regulamentos que tendo sido promulgados pelos governadores do ultramar, tivessem de ser confirmados pelo Governo, mas também sobre todas as matérias que o Governo entendesse dever consultá-la (art. 30º/8 do Decreto de 19 de Dezembro de 1892). Na qualidade de entidade com natureza deliberativo-judicial fiscalizava as contas públicas das províncias ultramarinas, conhecia dos conflitos de jurisdição e competência entre as diversas autoridades do ultramar e julgava em última instância as questões do contencioso administrativo da Guiné portuguesa (art. 30º/3 do Decreto de 19 de Dezembro de 1892 e o art. 25º Decreto de 21 de Maio de 1892).

²¹ Incluída também neste distrito, estava toda a costa ocidental africana, ao passo que, a costa oriental, tal como o estado da Índia e os territórios de Timor e Macau, integravam a jurisdição da Relação de Goa.

por parte da administração central, qualquer tipo de preocupação em uniformizar a divisão judiciária ultramarina. Por este motivo, as necessidades verificadas, quando sentidas, eram dadas a conhecer pelos governadores das províncias, a quem cabia também a nomeação de alguns magistrados, como referido.

Entre as primeiras alterações vintistas, aventou-se a possibilidade de ser criada uma Relação do Reino da Guiné²², cuja composição não deveria ser inferior a sete membros, além do presidente e do promotor da justiça e fazenda. Todavia, a proposta não chegaria a ser aceite e no final do ano de 1822 eram apenas três as Relações portuguesas (Lisboa, Porto e Goa), já que a independência do Brasil tinha afastado do ordenamento jurídico pátrio as da Baía, do Rio de Janeiro, do Maranhão e de Pernambuco. Pese embora a numerosa legislação avulsa que caracterizou não só as décadas seguintes²³, mas todo o período da monarquia constitucional, em que se assistiu à criação de diversos julgados e algumas comarcas no continente africano, a decisão de ali instalar uma nova Relação só veio a ter lugar no início da segunda metade do século XIX. Luanda foi o local escolhido pelo autor do Decreto de 30 de Dezembro de 1852²⁴, diploma que tratava da organização e regimento da administração da justiça nas províncias de Angola, S. Tomé e Príncipe e suas dependências. Criado o distrito judicial, dele passavam a fazer parte três comarcas: Luanda, Benguela e S. Tomé que se encontravam subdivididas em julgados e presídios. Ao contrário das comarcas que ficavam na dependência de um juiz de direito, para os julgados era eleito um juiz ordinário (por acto do governador), ao passo que, nos presídios governava a autoridade militar que provisoriamente exercia as funções de juiz ordinário e de paz. Tratando-se de crimes militares, estes eram julgados em conselho de guerra, segundo as ordens do Exército, tendo, entretanto, sido criado também, na capital de distrito, o Conselho Superior de Justiça Militar. Por sua vez, a Junta de Justiça instituída pela Carta Régia de 14 de Novembro de 1711 era mantida pelo diploma de 29 de Novembro 1836 que ora se limitava a reconhecer-lhe a competência para conhecer dos crimes públicos. Por fim, previa-se a instituição de tribunais de jurados de comércio para as comarcas dos distritos de Luanda e Goa²⁵.

A presente divisão geográfica viria apenas a ser alterada nos termos do Decreto de 1 de Dezembro de 1866 (Regimento para a Administração da Justiça nas Províncias de Moçambique, Estado

²² Sessão n.º 282 das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 25 de Janeiro de 1822.

²³ Entre os inúmeros diplomas legislativos a este respeito, citamos, exemplificativamente, a lei de 28 de Fevereiro de 1835, os decretos de 18 de Julho e 7 de Agosto do mesmo ano; o Decreto de 16 de Janeiro de 1837 e, em especial, o Decreto de 21 de Maio de 1841. Para o distrito da Relação de Goa, *vd.* Isabel Graes, *O poder e a Justiça em Portugal no século XIX*, AAFDL, Lisboa, 2014, pp.797-799. Frise-se, contudo, que salvo raras menções à matéria ultramarina, os textos constitucionais não a abordariam, em sede de administração da justiça, deixando este labor para o legislador ordinário.

²⁴ Ainda que criada em 1852, a Relação de Luanda só viria a constituir-se e instalar-se em 1856. *Vd.* a Portaria de 30 de Março de 1857, os Decretos de 13 de Novembro de 1855, de 14 de Abril de 1858 e o Regimento de 20 de Fevereiro de 1894.

²⁵ Sobre a composição e atribuições destes tribunais, *cf.* cap. VIII, em especial os arts. 57º e 59º. Saliente-se ainda que a Relação de Luanda exercia no seu distrito a jurisdição que pelo Código Comercial competia ao Tribunal Superior de Comércio de Lisboa nos termos do art. 1015º (art. 60º). Viriam igualmente a ser criados juízos comerciais em Macau, Goa e Timor *ex vi* do disposto na Lei de 7 de Abril de 1863, no Decreto de 5 de Julho de 1865, na Portaria de 4 de Junho de 1866 e no Decreto de 26 de Novembro de 1866.

da Índia, Macau e Timor) em que se consagra a criação de juntas de justiça em Moçambique e Macau com competência para julgarem, em primeira e única instância, todos os processos-crimes instaurados na respectiva província e conhecerem das sentenças proferidas nos processos de conselho de guerra, nos mesmos moldes em que o fazia o Supremo Conselho de Justiça Militar de Nova Goa. As referidas juntas julgavam ainda em grau de recurso dos agravos e apelações crimes interpostas dos juízes de primeira instância, tal como era determinado para a Relação do distrito²⁶.

Se nos cingimos à enunciação e breve caracterização dos textos legislativos de 1852, 1866 e, mais tarde, de 1878, o qual procede, especificamente, à reforma da divisão judicial das províncias ultramarinas em que são mantidos os dois distritos judiciais (Luanda e Nova Goa), não podemos permitir que seja extraída a ilação de que foram apenas estes os diplomas que regularam a matéria atinente à administração da justiça ultramarina, uma vez que, tal como sucedeu com a generalidade dos diplomas judiciários, o número atingido foi consideravelmente elevado²⁷. Em síntese, no final da década de oitenta do século XIX, enquanto o distrito ocidental era composto por oito comarcas, o distrito oriental era formado por doze, as quais encontravam-se repartidas pelo território da Índia, Moçambique, Macau e Timor; havendo a ressalvar que, na mesma altura, eram criados dois julgados ordinários, a saber: em Diu e Praganá-Nagar-Avelly.

Entre a multiplicidade de diplomas legislativos, ressaltam os que se distinguiram pelo particularismo das medidas tomadas. Nesta condição, mencionamos três decretos: o primeiro de 12 de Outubro de 1870; seguindo-se o de 4 de Outubro de 1877; e o último de 20 de Setembro de 1899 que tiveram por objecto a manutenção da Relação de Luanda que tantas controvérsias gerou, sobretudo em termos de incomportabilidade financeira.

Independentemente de todas as respostas apresentadas, foi notória a constante dificuldade na determinação de critérios que regessem a criação de comarcas e julgados, quer na metrópole quer no território ultramarino, como decorre do parágrafo preambular do decreto de 7 de Maio de 1858 aprovado em pleno governo Histórico presidido pelo Marquês de Loulé²⁸. Entre as diversas tentativas de solução preconizadas, recordamos o texto do decreto de 11 de Dezembro de 1856 que não só dividiu as províncias ultramarinas em dois distritos judiciais, com sede, respectivamente, em Goa e Luanda como adequou a progressão na carreira judicial à divisão das

²⁶ Em, 1869, o Decreto de 17 de Novembro manteria a divisão judicial, tendo o Decreto de 12 de Outubro de 1870 procedido a alterações pontuais ao suprimir a divisão do serviço judicial em Luanda e manda proceder a uma distribuição geral pelos escritórios das duas varas. Vd. por todos, art. 39º§1 do Código de Processo Civil de 1876.

²⁷ Cfr. Isabel Graes, *O poder ...*, pp. 249-260. Significativo no levantamento destes dados destacam-se os trabalhos da autoria o renomado académico e processualista Manuel Chaves e Castro e do Conselheiro Caetano Gonçalves, respectivamente, *Organização e competência dos tribunais de justiça portugueses*, F. França Amado, Coimbra, 1910 e *Regimento da administração de justiça nas províncias ultramarinas*, Bertrand, Lisboa, 1900, para os quais remetemos.

²⁸ A solução não ficaria resolvida naquele momento, tendo o autor do Decreto de 14 de Novembro de 1878 reiterado que “entre as mais urgentes necessidades dos povos, entre os deveres mais sagrados e impreteríveis dos governos está a recta administração da justiça”. E continuava: “Senhor, Vossa Magestade bem sabe que, quando a justiça vigia, até a caridade pode descansar. Muito se tem caminhado há anos, honra se faça, que lhes é devida a todos os governos liberais, muito se tem caminhado no progressivo desenvolvimento das instituições judiciárias nas possessões de além-mar, porém não chegámos ainda, não direi ao terminus da tarefa, que não há balizas fixas ao trabalho da humanidade, e a evolução para o aperfeiçoamento nas instituições humanas é indefinidamente progressiva, mas nem mesmo á altura das nossas possibilidades”. Neste contexto, voltava a dirigir o olhar para os aspectos atinentes à divisão judiciária e ao estatuto das profissões judiciárias no ultramar.

comarcas, doravante, estruturadas em três classes²⁹. Sobre esta temática cumpre dar a conhecer o entendimento do legislador coevo, segundo o qual para os lugares das Relações ultramarinas eram seleccionados os juizes de primeira instância do respectivo distrito judicial que tivessem completado um sexénio naquelas províncias, ou não sendo preenchido este requisito, dentre os juizes de primeira instância com qualquer tempo de serviço. Note-se que, em termos de antiguidade, ao longo de toda a centúria prevaleceu o juízo firmado pelo autor do diploma de 7 de Dezembro de 1836, que remetia para a data do embarque do magistrado. Sendo esta comum a dois ou mais juizes, considerava-se o serviço prestado nos lugares de auditores ou do Ministério Público e a antiguidade no grau de bacharel ou a maior idade. Entre os impedimentos que poderiam cercear as possíveis nomeações, mantinha-se a regra metropolitana que obstaculizava o provimento para os lugares de onde fossem naturais ou onde tivessem domicílio.

Expostas as linhas principais que nortearam a densificação do mapa judiciário em África e algumas considerações acerca do modo de selecção e nomeação de magistrados, passamos à enunciação de três aspectos fracturantes. São eles: a presença maioritária das magistraturas eleitas; o exercício do patrocínio judiciário pelos advogados de provisão e a articulação entre o direito oficial e os direitos locais.

3. As fragilidades sentidas

3.1 Os juizes eleitos e os advogados *provisionários*: solução ou único recurso?

Entre os diversos aspectos que podemos considerar como nevrálgicos está a adopção de magistraturas eleitas nos territórios ultramarinos em que se admitia a selecção de indivíduos sem qualquer preparação jurídica e o exercício do patrocínio judiciário por parte dos advogados ditos *provisionários*. Por outras palavras, não podemos dizer que apenas os territórios ultramarinos apresentavam problemas de difícil solução, já que muitas das questões levantadas eram comuns à metrópole, como ocorria com as características reconhecidas aos magistrados substitutos, os juizes ordinários e os abusos cometidos pelos actores judiciários em geral.

Importa recordar que o recurso aos juizes ordinários era fomentado pela ausência de um número suficiente de magistrados, sobretudo, letrados, sendo este um problema não apenas das províncias ultramarinas mais distantes, mas também de territórios como o distrito da Relação de Ponta Delgada que só ultrapassou esta debilidade quando o legislador determinou a obrigatoriedade de ali ser cumprido um período de judicatura, sob pena de não ser possível a progressão na carreira. Cónscio das dificuldades que este tipo de magistratura carregava, o legislador não hesitou, por diversas vezes, em tentar extingui-la, tanto no território ultramarino como na metrópole. Com este propósito, conta-se entre os primeiros trabalhos apresentados, a proposta da autoria de Lima Leitão apresentada na sessão da Câmara dos Deputados, de 21 de Fevereiro de 1828. Ainda que este texto não tenha chegado a ser discutido, é notória a influência que exerceu relativamente ao diploma da Nova Reforma Judiciária (1836-1837) que determinou a

²⁹ Cfr. *Annaes do Conselho Ultramarino*, Parte Oficial, Serie I, Fev. de 1854 a Dezembro de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 82-83.

supressão destes juizes nos territórios da África Oriental, Índia, Macau e Timor. A sua reintrodução somente viria a ser efectuada, cerca de três décadas mais tarde (1866), para, novamente volvidos trinta anos, assistir-se à sua derradeira extinção (20 de Fevereiro de 1894), tal como tinha ocorrido na metrópole no pretérito ano de 1886.

Atento e motivado pela ausência de magistrados, José Maria Lobo d'Ávila postulava, na sessão da Câmara dos Deputados de 14 de Junho de 1869, a necessidade de ser extinta a Relação de Luanda. Em abono da sua proposição, invocava a inexpressividade deste tribunal, aspecto que era agravado pelo escasso número de comarcas existentes no vasto território que constituía aquela província. Porque os obstáculos judiciais ultramarinos não se cingiam a este aspecto, a mesma peça de oratória acenava com um outro “problema” que dizia respeito à aplicação dos direitos locais que ao continuarem a ser respeitados em detrimento do direito dito oficial geravam uma série de embaraços, como exporemos mais adiante.

Intrínseco ao caso dos magistrados eleitos que, por se tratar de indivíduos sem formação jurídica, comprometiam a boa administração da justiça, residia um outro criado pelos advogados *provisionários*³⁰. Como tal, entendiam-se aqueles que careciam de licença ou provisão para advogar em que se compreendiam os que não eram bacharéis em direito³¹, ou que, sendo-o, não apresentavam as respectivas cartas académicas, ainda que exibissem as certidões de aprovação dos respectivos exames. Note-se que a literacia jurídica era um requisito imprescindível para a maioria da doutrina vigente, tendo sido amplamente analisada na literatura jurídica dos finais do século XVIII³². Ou seja, ainda que possamos recuar ao ano de 1539 por ser a data em que o legislador exigiu que a judicatura fosse exercida apenas por bacharéis em Leis ou em Cânones, a realidade permaneceu muito distante de tal objectivo, como analisámos em trabalhos anteriores³³. Assim, a ausência destes profissionais do foro expunha, por um lado, a existência de falhas, mormente de natureza deontológica protagonizada pelos ditos “rábula” e “requerimentistas”; e, por outro, o total desconhecimento da tecnicidade do Direito. Tratando-se do caso indiano, a representação gráfica adoptada pela crítica coeva, descrevia e ridicularizava ainda estes actores jurídicos colocando-lhes, por vezes, alguns adereços como o porte de um tinteiro à cintura. Em suma, esta era uma matéria que urgia resolver.

³⁰ Importa não esquecer que ainda que as debilidades provocadas pela presença destes últimos fosse identificada por todos, não deixavam de ocupar o lugar de juizes ordinários ou de ser os primeiros substitutos dos magistrados letrados. Contra esta situação, devem ser citadas as palavras do autor do Relatório que acompanha o Decreto de 14 de Novembro de 1878, segundo o qual era imperioso que se procedesse à nomeação de mais dois juizes para o distrito de Luanda, de modo a corrigir ou inviabilizar o recurso a advogados *provisionários* que “em virtude da sua profissão não podiam inspirar aos litigantes a indispensável confiança numa absoluta imparcialidade”.

³¹ Não sendo detentores de uma formação jurídica dita oficial, obtida, designadamente, na Faculdade de Leis em Coimbra, o conhecimento que apresentavam decorria de uma aprendizagem embrionária e não menos prática efectuada junto das “escolas de advogados” de Goa.

³² Recorde-se o texto de Jerónimo da Silva Araújo, *Perfectus Advocatus hoc est tractatus de Patronis, sive Advocatis, Theologicus, Juridicus, Historicus et Poeticus*, Joannis Baptistæ Lerzo, Lisboa, 1743.

³³ Cfr. *O poder e a Justiça...*, pp. 773-784 e 818-823.

No entanto, se a legislação do período moderno não descurou a regulação das licenças, o mesmo fez o seu congêneres oitocentista. Assim, tendo em atenção apenas o universo ultramarino, no período anterior à vigência da Carta de 1826, recordamos que a habilitação era concedida, em nome do monarca, por acto do governador que actuava, sem quaisquer restrições, como regedor das justiças, uma vez realizado o exame perante o chanceler da Relação. Mais tarde, vários foram os diplomas que o consagraram, designadamente, o decreto n.º 24, de 16 de Maio de 1832, a portaria régia de 13 de Outubro de 1838, a Novíssima Reforma Judiciária e a lei de 19 de Dezembro de 1843, que transferiram para a presidência da Relação de Goa as atribuições do vice-rei, e para os juizes de direito as do chanceler, recomendando as portarias ministeriais de 24 de Março de 1847, de 10 de Fevereiro e 2 de Agosto de 1849 a manutenção do escrúpulo e limite que deveria haver no número de licenças a conceder. O início da segunda metade da mesma centúria trouxe algumas alterações, tendo o autor do decreto de 13 de Maio de 1869 fixado o número dos advogados permitidos nos diferentes tribunais, ao mesmo tempo que regulou a concessão, duração e extensão dos respectivos diplomas de habilitação. Entre aquela data (1869) e 1880, altura em que voltaria a ser fixado o número de advogados do distrito judicial de Goa, *ex vi* do Decreto de 12 de Janeiro, contavam-se, perto de três centenas de advogados para o território *sub judice*.

Contudo, não deve concluir-se que o número de advogados *provisionários* era completamente aleatório, visto que, se por um lado, a licença só era concedida nos julgados quando o número de advogados existentes fosse insuficiente, por outro, a legislação vigente, designadamente, o diploma de 1869, antes mencionado, estabelecia uma *ratio* relativamente ao total permitido, a saber: 23 na Índia (12 para as ilhas de Goa, 8 em cada uma das de Bardez e Salsete, e 3 em Damão e Diu); 8 em Macau (5 em Macau e 3 em Timor); 9 em Moçambique (5 na comarca de Moçambique e 4 na de Quelimane); 16 em Angola (10 na comarca de Luanda e seis na de Benguela); 4 em S. Tomé e Príncipe; e cinco para cada uma das comarcas de Cabo Verde. Neste contexto, doravante, as licenças passavam a ser concedidas pelos presidentes das Relações dos respectivos distritos judiciais, preceito que seguia aliás, a regra centenária da Casa da Suplicação e da Relação do Porto. Uma vez licenciados, os advogados actuavam por um quadriénio, período que podia ser reformado e prorrogado por mais três anos, caso fosse declarada a necessidade ou conveniência na sua manutenção. Em suma, eram nomeados com esta natureza, todos os que não fossem graduados em Direito, ou que, sendo-o, não apresentassem as respectivas cartas académicas, ainda que exibissem certidões de aprovação dos respectivos exames.

De especial importância para a compreensão e análise do estatuto dos advogados *provisionários* foi a discussão travada na sessão de dia 21 de Julho de 1869, protagonizada pelo deputado B. F. da Costa e o ministro da Marinha e Ultramar do governo Reformista, José Maria Latino Coelho, em que o primeiro muito embora reconhecesse que o número de advogados *provisionários* era insuficiente, rejeitava a solução encontrada que permitia aos juizes de direito concederem as respectivas licenças³⁴, visto ser totalmente inadequada, motivo pelo qual propunha a criação de

³⁴ Tal ocorria, por exemplo, nas comarcas de Macau, Moçambique, Quelimane e Cabo Verde, sempre que a necessidade do serviço o exigisse.

uma escola de direito em Goa. No entanto, como esta não veio a ser instituída³⁵, manteve-se a prática já instituída em que se recorria aos advogados de provisão, como é dado a conhecer no diploma de 20 de Fevereiro de 1894.

3.2 A importância dos direitos locais

O terceiro e último aspecto que ensejou alguma controvérsia, diz respeito ao direito dos povos autóctones. Pese embora a correlação com uma reflexão de natureza sociológica ou administrativista, não será este o enfoque seguido, restringindo-se a compreensão da presente matéria à implicação verificada na construção do modelo judiciário ultramarino. Deste modo, as duas perguntas que surgem de imediato prendem-se, por um lado, com uma inequívoca distinção estabelecida entre os dois ordenamentos, em que o direito local foi, senão ignorado, pelo menos rejeitado pelo colonizador; e, por outro, a viabilidade de poder ser admitida uma articulação entre ambos, ainda que se reconhecesse uma clara subalternização dos ordenamentos locais face ao direito oficial, visto prevalecer a aplicação da vontade do dominante.

Na opinião do autor do Relatório do Código Administrativo de 1881, Júlio Marques de Vilhena, se a transposição do direito administrativo da metrópole para as colónias constituía um verdadeiro absurdo, o mesmo podia dizer-se em relação ao judiciário. Entendimento contrário foi apresentado por Caetano Gonçalves no texto *Organização judiciária do ultramar, bases para um projecto de reforma*³⁶, assim como pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Tomás António Ribeiro Ferreira, que a respeito do Relatório que acompanhou o diploma de 14 de Novembro de 1878, explicava haver todo o interesse em aproximar a metrópole do ultramar através da implantação da “verdadeira justiça, a humanitária, a fraterna, a cristã, a que dá a cada um o que é seu nivelando as classes e as individualidades”, sendo este “o maior benefício que a dominação europeia pode levar-lhes”. Foi ainda sustentada uma terceira posição, por diversos autores que reclamaram a positivação dos usos e costumes dos povos autóctones. Nesta qualidade integrava-se Joaquim d’Almeida da Cunha que no *Estudo acerca dos usos e costumes dos banianes, Bathiás, Parses, Mouros, Gentios e Indígenas* (1885), para além de dar a conhecer um conjunto de documentos introdutórios da autoria do governador de Moçambique, Domingos Fortunato do Vale, que reflectiam as constantes violações a que aquelas comunidades eram sujeitas por actos de capitães-mores e colonos; exhibia a proposta de redacção do código cafreal para o distrito de Inhambane (1852). Não obstante a sua importância, o citado diploma não chegou a ser sancionado, havendo que aguardar pela aprovação do Código de Milandos de 11 de Maio de 1889, que ficou a dever a um acto do próprio governador³⁷.

³⁵ Vd. Luís Cabral de Oliveira, *A consagração dos naturais, Direito(s) e elites naturais católicas em Goa (1780-1880)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2014, pp. 471-480.

³⁶ Edição de 1897, p. 29.

³⁷ Para o caso moçambicano, a primeira tentativa de codificação resultou do trabalho do governador geral, Conselheiro Francisco Maria da Cunha. Todavia, nesta sede o empreendimento revelou-se assaz tímido, se comparado, com o que se verificou nos territórios sob o domínio inglês como foi testemunhado por Lopo Vaz de Sampaio e Mello na sua obra *Política Indígena* e ainda por António Enes.

Mais tarde, é significativa a reflexão tecida pelo publicista Marnoco e Sousa para quem a obra colonizadora tinha sido uma das matérias em que se tinham “cometido mais erros e absurdos”³⁸, posto que a legislação colonial enfermava dois vícios: a precipitação das reformas e a introdução pura e simples dos códigos metropolitanos nas colónias. Ao rejeitar a tese da uniformização, explicitava ser necessário ter sempre presente a ideia de que os países colonizados diferiam dos países colonizadores pelo clima, solo, costumes, religião e organização económica, política e social. Ao sopesar o critério da adaptação, o mesmo autor acabava por adoptar o da especialização que previa a existência de leis privativas para as colónias, ao entender ser este o que melhor lhes convinha. E rematava: “os indígenas não querem a nossa legislação e nós também não temos interesse algum em a impor, a não ser para fazer triunfar uma uniformidade jurídica quimérica ou para salvar o valor absoluto que porventura reconhecamos às nossas instituições”³⁹. Ante a incapacidade de ajustar os dois ordenamentos potenciada pelos entraves encontrados na compilação dos usos e costumes dos indígenas, o referido académico advertia que a ausência dos devidos diplomas (que poderiam ter um valor simplesmente doutrinal, como era defendido por autores como Arthur Girault) contribuía, forçosamente, para uma má administração da justiça. Sem uma resposta imediata, o problema subsistiu até porque, como concluía, “os parlamentos t[inha]m uma grande indiferença pelos assuntos ultramarinos, não se deixando aquecer pelo entusiasmo que porventura anima[va] o grupo de deputados coloniais”⁴⁰.

Se este era o posicionamento dos autores nacionais, cumpre recordar que, em 1885, o Acto Geral da Conferência de Berlim tinha estatuído no art. 6º o compromisso de conservação das populações indígenas e do melhoramento das suas condições materiais e morais de existência, seguindo-se os trabalhos da Conferência de Lausanne (1888) que acabariam por esclarecer e ampliar alguns dos aspectos que aquela Conferência não tinha tratado de modo claro, mormente no afastamento que tinha feito do conceito de raças inferiores e da extinção das torturas infligidas aos indígenas. Decorridos cinco anos, coube ao Congresso Internacional de Sociologia Colonial (1900) desenvolver o princípio de que os Estados colonizadores, ainda que subtraíssem a independência aos indígenas, deviam torná-los felizes. Sobre esta temática, a lição de Marnoco e Sousa, em sintonia com a posição ora traçada, explicava que a conservação dos usos e costumes indígenas tinha a vantagem, por um lado, de não perturbar a vida social das populações coloniais e, por outro, de evitar a crise que se havia de dar em seguida à abolição das suas instituições⁴¹, entendimento que não era acompanhado por Teixeira de Guimarães, conhecido por defender a existência de uma manifesta afeição da metrópole para com as colónias. Em tom de retorsão,

³⁸ In *Administração Colonial*, 1906, p. 160.

³⁹ Idem, p. 171.

⁴⁰ Idem, p. 191.

⁴¹ Em 1901, o Congresso Colonial Nacional, reunido em Lisboa, pronunciava-se no sentido de serem mantidas as instituições indígenas no ultramar, em tudo o que não contrariasse a moral e a justiça, critérios que Marnoco e Sousa considerava serem pouco precisos e rigorosos e que apesar de tudo já se encontravam consagrados no Decreto de 18 de Novembro de 1869 que tornou extensivo às províncias ultramarinas o Código Civil (art. 8º). Entendimento distinto teve o legislador de 16 de Dezembro de 1880, cujo decreto da mesma data, parte do princípio de que não havia razão alguma de justiça ou de conveniência pela qual não deveriam ser ressalvados os usos e costumes dos gentios das Velhas Conquistas e de Goa.

Marnoco e Sousa esclarecia que *os nossos grandes códigos vigoravam no ultramar*, muito embora nenhum deles se tivesse adaptado às condições locais, pois contrariavam as instituições indígenas, e citava como exemplo o Código Penal de 1852⁴².

Importa frisar que se os usos e costumes das Novas Conquistas foram compilados logo no alvor do segundo decêndio de oitocentos⁴³, a África ocidental não dispunha de um diploma semelhante, apesar da determinação constante do decreto de 31 de Maio de 1887, que teve por objecto o Congo, que mandava se procedesse ao estudo de tais matérias; e o decreto de 21 de Maio de 1892, que organizou a Guiné, ter prometido um código de processo e um código penal com aplicação especial a este distrito que deveria respeitar, sempre que possível, os costumes locais. Saliente-se que esta não era uma característica apenas do território ultramarino africano, dado que Macau e Timor também não dispunham de qualquer compilação que regulasse os seus usos e costumes. À dificuldade de reunir os costumes locais, acrescentava-se a barreira linguística que acentuava ainda mais a compreensão daqueles preceitos. Concomitantemente, definiam-se longos períodos de *vacatio legis* para as províncias ultramarinas, sob a justificação de dever ser acatada uma “necessária dilação” como sucedeu com o Código Civil que foi aplicado às províncias ultramarinas apenas em 1 de Julho de 1870, *ex vi* do disposto no decreto de 18 de Novembro de 1869⁴⁴.

Ainda a propósito da possível codificação dos usos e costumes locais, nem sempre consentânea entre a doutrina, como fizemos notar, aventava-se na óptica judiciária a hipótese de serem criados tribunais mistos. A este respeito, Lopo Vaz de Sampaio e Mello declinando a sua necessidade; opinião que ajustava para o julgamento das causas cíveis em que admitia a existência de instâncias indígenas. Todavia, tratando-se da jurisdição penal, segundo o mesmo conselheiro,

⁴² Complementarmente, era indicada ainda a Portaria de 15 de Outubro de 1863 onde se lia que Moçambique, a Índia e Macau ainda que pertencessem ao mesmo distrito judicial não podiam ter duas legislações diferentes (*Administração* ...p. 203). A respeito da aplicação do Código Civil, o decreto de 18 de Dezembro de 1869, excepcionava: na Índia, os usos e costumes das Novas Conquistas, e os de Damão e Diu, reunidos nos respectivos códigos, quando não contrários à moral e à ordem pública; em Macau, os usos e costumes dos chinas nas questões da competência do procurador dos negócios sínicos; em Timor, os usos e costumes dos indígenas nas questões suscitadas entre eles; em Moçambique, os usos e costumes dos banianes, batiás, parses, monhés, gentios e outros indígenas nas questões suscitadas entre eles; e, na Guiné, os usos e costumes dos indígenas denominados grumetes nas questões ocorridas entre eles. Recorde-se ainda a letra do Regimento para administração da justiça nas províncias de Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor, aprovado por decreto de 1 de Dezembro de 1866, ao determinar que os juizes de direito deviam, na Índia, observar os *usos e costumes* nas causas dos súbditos não cristãos (in *Legislação Novíssima, Boletim do Conselho Ultramarino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, vol. III-1857-1862; p. 503-535).

⁴³ Trata-se da compilação efectuada em 1824, revista, em 14 de Outubro de 1855. O mesmo sucedeu em Damão e Diu, cujos costumes constaram da portaria de 31 de Agosto de 1854 confirmados por igual diploma de 4 de Dezembro de 1865. Sucedeu-lhes o código aprovado para Diu pela portaria de 16 de Janeiro de 1894 e para Damão pela portaria de 30 de Junho também do mesmo ano.

⁴⁴ Seguiram-se outros exemplos como sucedeu com a abolição da pena de morte nos crimes civis (de 1 de Julho de 1867) que só produziria efeitos no ultramar, em 9 de Junho de 1870; o Código de Processo Civil de 1876 mandado aplicar pelo decreto de 4 de Agosto de 1881; o Código Comercial de 1888 generalizado às províncias ultramarinas pelo decreto de 20 de Fevereiro de 1894; o Código do Processo Comercial de 14 de Janeiro de 1895 que viria a ser respeitado nos territórios ultramarinos por determinação da portaria ministerial de 31 de Maio do mesmo ano e as disposições dos livros 2 a 4 do Código de Justiça Militar de 10 de Janeiro de 1895 aplicadas pela Carta de lei de 26 de Maio de 1896.

tal competência devia ser conferida somente aos tribunais europeus, dado o conjunto de valores que caracterizava estes últimos onde a pena de morte já tinha sido abolida. Por último, frisava a necessidade de ser estabelecido um código penal para cada província ultramarina adaptado aos aspectos culturais vigentes⁴⁵, como veio a resultar também dos trabalhos do Congresso de Sociologia Colonial reunido em 1900.

4. O Regimento de 20 de Fevereiro de 1894

É devida uma última palavra ao diploma que depois das reformas de 1866, regulou de modo mais amplo a organização judiciária ultramarina, encerrando o conjunto de medidas encetadas durante o século XIX. Falamos do Regimento de 20 de Fevereiro de 1894, cujo relatório começa por justificar a necessidade de revogar toda a legislação anterior, dado o notório desajuste verificado. Entre as propostas enunciadas, é dado a conhecer: o progressivo desenvolvimento dos domínios coloniais de que dependia integralmente a boa administração da justiça; a necessidade de serem reunidas num mesmo diploma as diversas temáticas que a legislação avulsa tinha consagrado, deixando antever aquele que, mais tarde, veio a ser o modelo adoptado, em que se compreendem os diferentes estatutos judiciários; e de serem revistas, senão extintas as instâncias militares no ultramar, tendo em atenção as inúmeras reclamações⁴⁶. Afora estes propósitos, entre as novas soluções, ressalta-se a criação do distrito judicial da Relação de Moçambique que, ao contrário do que sucedera com Luanda, não apresentava quaisquer constrangimentos orçamentais.

Doravante eram três as Relações ultramarinas: Luanda que compreendia as províncias de Luanda e S. Tomé e Príncipe; Moçambique, com sede em Lourenço Marques, e nova Goa, com sede na cidade de Pangim e jurisdição no Estado da Índia e nas províncias de Macau e Timor. Com o intento de nivelar ou equivaler as Relações ultramarinas às de Lisboa, Porto e Ponta Delgada, determinava-se que das decisões daqueles juízos, tal como nas destes, cabia recurso para o Supremo Tribunal de Justiça⁴⁷. Complementarmente, instituía-se o distrito militar da Guiné portuguesa que compreendia uma comarca com sede em Bolama, ainda que continuasse a pertencer ao distrito judicial de Lisboa (em conformidade com o disposto no decreto de 21 de Maio de 1892). Na esteira da criação dos juízos de comércio verificada *ex vi* do diploma de 1852, fundava-se, em cada sede de comarca, um tribunal comercial de 1ª instância. Para cada um dos julgados que não fosse sede de comarca nomeava-se um juiz municipal e em cada freguesia, um juiz popular e respectivo substituto⁴⁸.

⁴⁵ *Questões coloniais, Política Indígena*, Magalhães & Moniz Ltda, editores, Porto, 1910, pp. 153-214 e 529-556.

⁴⁶ A sua extinção veio de facto a ocorrer, como decorre do disposto no art. 4º do texto de 1894. O mesmo sucedeu com o cargo de procurador dos negócios sînicos de Macau, o de curador geral dos serviçais e colonos.

⁴⁷ A nível comarcão, nos últimos anos foram fundadas as circunscrições do Congo (Lei de 19 de Julho de 1885), Cabo Delgado (Decreto de 8 de Abril de 1891), sendo agora instituída a da Beira.

⁴⁸ Note-se que os lugares de ouvidor tinham sido extintos, em 1856. Comparativamente, no “continente do Reino” o protótipo judicial apresentava os juízos de direito, os juízos municipais e os juízos de paz.

Relativamente ao estatuto da magistratura judicial, o período de judicatura passava a observar um sexénio, contado desde a data da tomada de posse e os vetustos juízes de paz, apesar de reclassificados (sob a designação de juízes populares) eram “mantidos”, dada a forte adesão que colhiam junto das populações locais, como sucedia em Angola, sendo-lhes atribuída competência para as causas de baixo valor.

O exercício da advocacia era restringido aos bacharéis em direito, sendo as licenças concedidas pelo presidente da Relação. Havendo necessidade de recorrer aos advogados de provisão, estes só podiam actuar perante os tribunais que funcionavam na comarca ou comarcas para as quais tivessem licença.

No que respeitava ao território cabo-verdiano, encontravam-se compreendidas as comarcas de Sotavento e Barlavento, as quais pertenciam ao distrito judicial de Lisboa, sendo a administração da justiça nesta província regulada, mais tarde, pelo Regimento de 23 de Dezembro de 1897, cujo projecto de organização judiciária e regimento de administração foi elaborado de acordo com o respectivo governador e juízes de direito das respectivas comarcas. Por fim, previa-se a criação de um Conselho Superior da Magistratura Judicial ultramarino que veio a ser instituído pelo Decreto de 10 de Janeiro de 1895.

À guisa de conclusão, podemos referir que apesar dos circunstancialismos geográficos, políticos, sociais e económicos, se a iniciativa do legislador oitocentista não se revelou inerte, não impediu que continuasse a ser sentida uma forte dificuldade no estabelecimento e delineamento do mapa judiciário, não só na metrópole, mas também em cada um dos territórios ultramarinos. Se os critérios existiam, no contexto da primeira, sendo amiúde apresentados por parlamentares e políticos, o mesmo não sucedia com as províncias d'além-mar, onde somente pareciam evidenciar-se a preocupação e interesse dos deputados coloniais. A esta primeira dificuldade somou-se uma constante ausência de um número suficiente de magistrados e funcionários judiciais que, não raras vezes se mostravam relutantes ou recusavam mesmo em progredir no *cursus honorum*, rejeitando uma nomeação para um território que consideravam ser bastante inóspito e onde a sobrevivência não estava garantida. A esta falta de actores judiciários, fazia-se corresponder a nomeação dos chamados advogados de provisão ou *provisionários* que apesar de fornecerem uma resposta, faziam-no de modo tívio e assaz lacunar. Por sua vez, a pontual existência de tribunais indígenas quase nunca aceites e a dificuldade em codificar os usos e costumes autóctones tampouco viabilizavam uma solução construtiva. Em suma, apesar dos esforços encetados pelo legislador de 1894 e reforçados em 1897, no final do século XIX, a boa administração da justiça mantinha-se comprometida.

JOSÉ LUIZ MONTEIRO: A ESTAÇÃO CENTRAL DO ROSSIO E A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

*Paulo Batista*¹

Investigador integrado do CIDEHUS.ES

Introdução

Nascido em Lisboa, na freguesia de São José, em 25 de outubro de 1848, José Luiz Monteiro, também conhecido por Mestre dos Mestres, nas palavras de Porfírio Pardal Monteiro, tem tanto de significativo para a arquitetura portuguesa, quanto de desconhecido do grande público.

Das origens à Academia, da formação em Paris ao regresso a Lisboa

Proveniente de uma família da pequena burguesia, a sua formação artística desde muito cedo começou a definir-se, seguramente por influência do pai, Tomás Luiz Monteiro, canteiro de profissão, em cuja oficina aprendeu o trabalho da pedra.

Concluída a instrução primária, em 1859 iniciou o ensino preparatório, que lhe possibilitou o primeiro contacto com a língua francesa. No ano seguinte, com apenas 12 anos, foi admitido no ensino técnico-profissional da Real Academia de Belas Artes de Lisboa, onde frequentou a Aula de Desenho de Arquitetura e de Desenho Histórico, permanecendo neste estabelecimento de ensino até 1870. Este período de 10 anos foi marcado pelas sucessivas distinções que recebeu, demonstrativas do reconhecimento de um aluno que claramente se destacou entre os demais, uma característica que se irá manter ao longo do seu percurso académico e profissional que, de tão rico, não cabe aqui desenvolver, por limitações de espaço.

Porém, a estrutura programática da Real Academia de Belas Artes de Lisboa, com claro predomínio do Desenho, a par do estudo da Natureza e da Antiguidade, acrescida da insuficiência pedagógica, acentuou o desfasamento nesse sentido com o resto da Europa, e a necessidade de alcançar uma prática arquitetónica contemporânea, que José Luiz Monteiro não terá deixado de sentir.

É neste contexto que em 1871 concorre a uma das três vagas para pensionista no estrangeiro, abertas pela Real Academia de Belas Artes de Lisboa, com vista ao aperfeiçoamento dos estudos. A decisão é conhecida em setembro de 1872, tendo o projeto de arquitetura de José Luiz Monteiro

¹ Investigador integrado do CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Este artigo resulta da conferência, com o título *A Arquitetura de José Luiz Monteiro e a Sociedade de Geografia de Lisboa*, apresentada na Sociedade de Geografia em Lisboa, em 28 de janeiro de 2019.

conquistado o primeiro lugar. Problemas económicos e de saúde, a que se juntou o inesperado falecimento do seu pai e a necessidade de apoiar a família, determinaram que apenas embarcasse para Paris em março de 1873. Em setembro desse ano efetuou os exames de admissão para a muito prestigiada École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts, sendo admitido na 2.^a Classe de Arquitetura, do Curso de Arquitetura Civil, no mês seguinte. Nesta escola parisiense, José Luiz Monteiro escolheu como mestre o Professor Jean-Louis Pascal (1837-1920), reconhecido especialista da Antiguidade Clássica greco-romana e da arquitetura do ferro. Este arquiteto francês foi a influência determinante na formação pedagógica, e posterior trajeto profissional, de José Luiz Monteiro, nascendo entre ambos uma profunda amizade e admiração, que permanecerá até ao final da vida de Jean-Louis Pascal. Tal foi evidenciado em 1876, quando o seu mestre o nomeou responsável pelas obras de reconstrução do edifício da Câmara Municipal de Paris, trabalhos que conduziu durante um ano e meio, facto extraordinário considerando a importância do mesmo e estarmos na presença de um jovem que ainda não completara a formação como arquiteto. Na mesma linha, em 1878, Jean-Louis Pascal chamou-o para colaborar na instalação da representação de Portugal na Exposição Universal de Paris, desse ano.

Ainda em 1878, a 28 de novembro, José Luiz Monteiro recebeu o Diploma de Arquiteto da École Nationale et Spéciale des Beaux-Art, sendo o primeiro português a conseguir este grau. Este reconhecimento surgiu na sequência dos inúmeros galardões, entre prémios, medalhas, menções honrosas e verbas pecuniárias, com que foi agraciado ao longo do curso, sendo-lhe mesmo proposto pelo Governo Francês a respetiva naturalização, que recusou de imediato.

De facto, ainda antes de concluir a formação em Paris, José Luiz Monteiro candidatou-se, em setembro de 1877, ao lugar de Arquiteto-Chefe da 1.^a Secção da Repartição Técnica, da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Em maio de 1878 soube que tinha sido escolhido para este cargo, que só viria a ocupar em abril de 1880, depois de concluir a formação académica. Em paralelo, sentiu necessidade de desenvolver e adquirir outras aprendizagens, pelo que solicitou à Real Academia de Belas Artes de Lisboa o prolongamento da condição de pensionista por mais dois anos. O pedido para efetuar esta viagem foi deferido em maio de 1877, quando ainda frequentava o curso de Arquitetura, razão pela qual apenas inicia o seu périplo no final de janeiro de 1878. José Luiz Monteiro partiu de Paris, por comboio, passando pelo sul de França, Mônaco, Itália, inclusive a Sicília, e Suíça. O regresso a Lisboa, a princípio, por barco, pela costa do Mediterrâneo, e depois por comboio, a partir do sul de Espanha, ocorreu a 23 de março de 1880, antecipado devido ao falecimento da sua mãe, Gertrudes Margarida da Conceição Monteiro. Esta viagem, de grande significado para José Luiz Monteiro, em que sobressai a permanência em Roma, durante cerca de dois meses, permitiu-lhe o contacto com as populações locais e com artistas portugueses estabelecidos em França e Itália, a que acresce uma vasta produção artística relativa às paisagens que conheceu. Além desta produção elaborou o projeto de restauro do templo romano dos Imperadores Antonino e Faustina, datado de 146 d.C., tal como imposto pelo Conselho Académico da Real Academia de Belas Artes de Lisboa a todos os alunos pensionistas no estrangeiro.

Chegado a Lisboa, José Luiz Monteiro tomou posse do seu lugar na CML, a 1 de abril de 1880, desenvolvendo uma longa carreira como arquiteto até 1909, data em que se reformou, ao fim de 29 anos de serviço.

Em simultâneo ao seu ingresso como técnico no Município de Lisboa, logo que regressou a Portugal, em 1880, José Luiz Monteiro foi nomeado Académico de Mérito pela Real Academia de Belas Artes de Lisboa, na sequência da apresentação do seu projeto de restauro do supradito templo romano. A 23 de junho do ano seguinte foi nomeado docente de Arquitetura Civil, acumulando essa função com a de Arquitecto-Chefe da 1.ª Secção da Repartição Técnica, da CML.

O arquiteto e técnico do Município de Lisboa

Entre os seus inúmeros projetos e obras edificadas desenvolvidos por José Luiz Monteiro, enquanto técnico municipal, destacaram-se o novo Mercado Central de Lisboa, entre a avenida da Liberdade e as ruas Barata Salgueiro, Mouzinho da Silveira e Alexandre Herculano (iniciado em 1881, mas não concluído), o Liceu Central de Lisboa, atual Liceu Passos Manuel, situado nas antigas cercas dos conventos dos Paulistas e de Jesus, ao lado da Academia das Ciências (projeto de 1882, em que foi substituído pelo arquiteto Rozendo Carvalheira), a Escola Froebel, no jardim da Estrela (1882), a Capela do Cemitério de Benfica (1888), e o Quartel do 1.ª Companhia do Regimento de Sapadores Bombeiros, na avenida D. Carlos I, no local do antigo Convento da Esperança (1892). A par destes projetos importa referir outros de menor dimensão, como o arranjo urbanístico do largo Barão de Quintela (1882), os candeeiros do Monumento aos Restauradores da Independência, na praça dos Restauradores (1886), e a colaboração na construção do edifício dos Paços do Concelho de Lisboa, do arquiteto Domingos Parente da Silva, nomeadamente no desenho de mobiliário das salas das Sessões e do Arquivo, dos fogões de mármore de Carrara do Salão Nobre e dos portões em ferro forjado deste edifício (1887-1891), para lá da elaboração do brasão da cidade.



Fig. 1 – Estação do Rossio e hotel Avenida Palace. [ant. 1919]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/BAR/000286.

José Luiz Monteiro foi também responsável pelo desenho de diversos coretos, como o do jardim de São Pedro de Alcântara (de 1886, desmontado quatro anos mais tarde), o da Feira Franca, no topo da avenida da Liberdade, no âmbito do 4.º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898), os das visitas oficiais dos reis Eduardo VII, de Inglaterra, e Afonso XIII, de Espanha, nas praças do Pelourinho, de Santos e do Rossio (ambos em 1903), de que apenas subsiste o construído para a avenida da Liberdade (1894), que se encontra desde 1932 no jardim da Estrela (1894).

Finalmente, ainda no âmbito de uma arquitetura efémera, uma referência ao Pavilhão das Comemorações do 3.º Centenário da Morte de Luís de Camões, na praça do Comércio, em 1880 e, dois anos mais tarde, o carro alegórico da Cidade de Lisboa para desfile nas comemorações do Centenário da morte do Marquês de Pombal. Neste contexto, a nível internacional, é imperioso mencionar a participação, na qualidade de membro do Comité de Lisboa para a Exposição Mundial de Roma, de 1885-1886 e, em 1900, como Arquitecto-Chefe para as instalações da secção portuguesa da Exposição Universal de 1900, realizada em Paris, que levará a que no ano seguinte lhe seja atribuído ao grau de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra, pelo Presidente da República Francesa, que aceitou com bastante resistência, por achar que este apenas se destinava a proezas heroicas.

Não sendo esta listagem exaustiva, parece evidente que o génio de José Luiz Monteiro não foi totalmente aproveitado enquanto técnico da CML, desde logo considerando os quase 30 anos em que este ao serviço desta instituição. Mesmo assinalando a diversidade tipológica e de escalas do trabalho efetuado, este remete maioritariamente para uma arquitetura festiva e efémera, que concretizou com inegável rigor e qualidade. Por outro lado, os escassos edifícios de maior dimensão que assinou, ou não passaram das fundações, como foi o caso do Mercado e do Liceu Central de Lisboa, ou permanecem relativamente desconhecidos em Lisboa, no conjunto da extraordinária obra arquitetónica e urbanística que nos deixou.



Fig. 2 – Estação do Rossio. Vista noturna. [s.d.]. Col. Estúdio Horácio Novais I FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos

O profissional liberal

Pelo contrário, foi nos projetos e obras de José Luiz Monteiro, como profissional liberal, que este notável arquiteto se evidenciou e ficou ligado, de forma indelével, à história de Lisboa, sobretudo por via da importação da estética dos modelos ecléticos do cosmopolitismo de Paris e pelo contributo para a introdução da utilização do ferro na arquitetura portuguesa.

Nessa qualidade, importa sublinhar, mais uma vez, sem pretensões de abrangência, o projeto do coroamento da torre sineira do Mosteiro dos Jerónimos (1880), a nova sede do Real Ginásio Club Português, na rua Serpa Pinto (1883), o Palácio dos Condes de Castro Guimarães, no pátio do Torel, junto ao Campo Mártires da Pátria (1885), para o qual também projetou uma capela (1897) e um jardim de Inverno (1904), ambos demolidos, a Estação Central do Rossio (1886-1887), o Hotel Internacional, mais tarde Hotel Avenida Palace (1890), a construção da nova Igreja dos Anjos, na avenida D. Amélia, atual avenida Almirante Reis (1897), a biblioteca, as salas Portugal (um dos mais magníficos e significativos exemplos da arquitetura do ferro em Portugal) e Algarve, além das portas exteriores, da Sociedade de Geografia de Lisboa (1897), todos na capital, e o Palácio da Herdade de Santos, em Rio Frio, no concelho de Palmela (1919).

Ao nível da arquitetura residencial, José Luiz Monteiro destacou-se na sofisticada tipologia do *chalet*, que conheceu na viagem que efetuou aos Alpes, antes de regressar a Portugal, em 1880. Exemplo disso são os *chalets* de Ernesto Biester, em Sintra (1890), da rainha D. Maria Pia, em Cascais (1890), da condessa do Faial, na mesma cidade (1896), dos condes de Tomar, também conhecido por Palacete de Santa Sofia, na Cruz Quebrada (1896), da condessa de Cuba, em Paço de Arcos (1899), para lá das capelas particulares do *chalet* dos duques de Palmela, em Cascais (1919), que projetou para a aristocracia, mas sobretudo para a burguesia endinheirada, que aspirava ascender socialmente.

Uma nota final para evidenciar o projeto dos jazigos familiares dos marqueses de Tomar, no Cemitério dos Prazeres, e de José Luiz Monteiro, no Cemitério do Alto de São João, ambos de



Fig. 3 – [Rossio, Restauradores, São Pedro de Alcântara e avenida da Liberdade, fotografia aérea]. [195-].
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000431.

1886, bem como o *chalet* que projetou para a sua própria residência, na rua Quatro de Infantaria, n.º 14, em Campo de Ourique (1893), e ainda de um prédio de rendimento, na avenida da República, em Lisboa (1902), reforçando que esta retrospectiva não esgota a matéria. Mais recentemente, em 1994, foi atribuído o seu nome a uma rua de Lisboa, no bairro dos Loios, na freguesia de Marvila, em Lisboa.

No conjunto do trajeto de José Luiz Monteiro como arquiteto, técnico municipal, professor da Escola de Belas de Lisboa e membro da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, sempre desenvolvidos com grande sobriedade, humildade e generosidade, sobressai a excelência, o profissionalismo e a admiração dos pares. Exemplo disso são, entre muitas outras distinções com que foi agraciado ao longo da vida, a proposta, nunca concretizada, de instituição do Prémio José Luiz Monteiro, pela Sociedade dos Arquitetos Portugueses, em 1930, com a finalidade de distinguir o percurso académico de exceção dos alunos da Escola de Belas Artes de Lisboa no curso especial de arquitetura civil, a atribuição da medalha de ouro de mérito municipal, em 1935, ou a intenção da CML para a construção de uma estátua em sua homenagem, na avenida da Liberdade, em 1929.

A Estação Central do Rossio

Entre a vasta obra produzida por José Luiz Monteiro destaca-se, em termos de visibilidade e utilização pública, a Estação Central do Rossio, seguramente uma das mais bonitas estações de caminho de ferro de Portugal, que em 1971 foi classificada pelo IPPAR (Instituto Português do Património Público) como Imóvel de Interesse Público.

Mas o reconhecimento da Estação do Rossio há muito ultrapassou as fronteiras nacionais, tendo sido distinguida em 2011 com uma menção honrosa nos Brunel Awards e considerada, respetivamente, pelas revistas norte-americanas *Flavorwire* e *Travel + Leisure* como uma das 10 e 14 mais belas estações do mundo.



Fig. 4 – Estação Académica e entrada lateral da estação do Rossio. [s.d.].
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/002598.

Para a compreensão da sua história e dinâmica é fundamental considerá-la de forma integrada, num projeto mais vasto, que para além do edifício de passageiros, integra o Hotel Avenida Palace, mesmo o lado, a que se encontra parcialmente adossada, o túnel do Rossio, com mais de 2600 metros de comprimento, inaugurado em 1889, a maior obra da engenharia portuguesa do século XIX, que tornou possível a ligação à Estação de Campolide, e ainda o largo Duque de Cadaval, cujo engenhoso sistema de rampas e construção de uma plataforma sobrelevada permitiu ultrapassar o problema das diferenças de cota e aceder ao cais de embarque, a partir do exterior.

Em 1886 José Luiz Monteiro foi escolhido pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para dirigir o projeto da Estação Central no Rossio. Pretendia-se dotar a capital de uma grande estação ferroviária no coração da cidade, depois dessa aposta na Estação de Santa Apolónia, inaugurada em 1865, o que faz dela a mais antiga do país, ter fracassado, precisamente pelo problema, à época, de se encontrar demasiado afastada do centro económico e político de Lisboa. No mesmo sentido, existia a clara intenção da estação central a construir assumir um papel fulcral na expansão da capital ao longo das linhas suburbanas ferroviárias que a serviam, que o tempo veio a confirmar, permitindo que diariamente cheguem milhares de pessoas à capital, provenientes das zonas periféricas de Lisboa.

É crível que a questão da localização deste imponente equipamento a construir desagradou a José Luiz Monteiro, tendo em conta o limitado espaço para o efeito, entre os palácios da Casa Cadaval e Castelo Melhor (atual Palácio Foz), se quisermos, entre o Rossio e os Restauradores, sem qualquer possibilidade de desenvolvimento, como é expectável e característico das cidades europeias. Esta situação fazia-se sentir ainda mais, considerando a função que lhe estava reservada, de terminal de todas as vias-férreas nacionais e internacionais, nomeadamente o Sud-Express, a primeira ligação rápida entre Lisboa e Paris, que durante muitos anos partiu da Estação Central do Rossio.



Fig. 5 – As mães portuguesas prestam homenagem perante a urna vinda de França do soldado desconhecido, 1921-04-07. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/EFC/000137.

A exiguidade do espaço era tal de forma evidente, numa estação apelidada de Central, que, devido ao aumento do tráfego, as oficinas de manutenção, para lá das placas giratórias e as cocheiras de locomotivas, tiveram de ser deslocadas para a Estação de Campolide, construída logo a seguir, em 1891.

Do que não parece haver dúvidas é quanto ao incómodo que sentiu por via da imposição estilística da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para o projeto da nova estação, que genericamente segue o modelo da Estação de Saint-Lazare, em Paris. Referimo-nos à decoração revivalista neomanuelina que deveria ter, evocativa do período áureo dos Descobrimentos Marítimos Portugueses, pejada de elementos nacionalistas, como a figura de D. Sebastião, datada de 1891 (da autoria do *escultor* francês Gabriel Farail), que então provocou bastante polémica e contestação. José Luiz Monteiro soube responder a estas condicionantes de forma muito inteligente, apresentando um edifício discretamente nobre, que superou com grande elegância o casamento, de todo improvável, deste estilo com a arquitetura ferroviária.

A todos estes constrangimentos e dificuldades José Luiz Monteiro respondeu com o brilhantismo que marcou o seu percurso profissional e académico. Já nos referimos ao criativo complexo de rampas e da plataforma sobrelevada, que permitiram superar a diferença, de cerca de 30 metros, entre os vários níveis de acesso, quer pelo exterior, quer pelo interior da estação, possibilitando o rápido e fácil acesso ao cais de embarque.

Na Estação Central do Rossio, pese toda a beleza do conjunto, sobressai a fachada principal, esculpida pelos canteiros do engenheiro francês Edmund Bartissol, que dá para o largo D. João da Câmara. Aqui, ao nível do piso térreo, apresenta-se outra das originalidades que este arquiteto soube imprimir ao conjunto, nomeadamente, por entre as oito portas de acesso ao átrio do rés-do-chão, as duas que se encontram ao centro, de maior dimensão face às restantes, em arco de ferradura, que remetem para a dupla boca do túnel, com a inscrição “Estação Central” esculpida.

No primeiro piso do alçado principal, observam-se nove janelas, sendo as três centrais encimadas por dois medalhões, também da autoria de Gabriel Farail. O primeiro evoca a obra de George Stephenson, inventor da locomotiva a vapor e que é conhecido como o pai dos caminhos



Fig. 6 – Vista de Lisboa com as traseiras da Estação Central do Rossio. Vista do cais da estação ferroviária. [s.d.].
Col. Estúdio Mário Novais I FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos

de ferro britânicos. O segundo recorda Fontes Pereira de Melo, um dos mais destacados políticos portugueses da segunda metade do século XIX, que, entre outros cargos de destaque, foi ministro das Obras Públicas, devendo-se à sua ação o primeiro troço dos caminhos de ferro nacionais, que ligou Lisboa ao Carregado, inaugurado em 1856. Um terceiro medalhão, sobrepujando a janela central do segundo andar, assoma a memória do rei D. Luís, que ocupou o trono português entre 1861 e 1889, data do seu falecimento, em que a fachada da Estação Central do Rossio estava a ser executada.

Outra marca de José Luiz Monteiro encontra-se na pequena torre quadrangular que se eleva no topo deste edifício, com um relógio elétrico ao centro. Os que têm o privilégio de aceder a esta torre, deparam-se com uma paisagem de grande beleza, compreendendo a Baixa Pombalina, o Castelo de São Jorge e a avenida da Liberdade.

Outro dos principais pontos de destaque da Estação Central do Rossio, de monumentalidade evidente, é a gare propriamente dita, inaugurada a 11 de junho de 1890, com 21 metros de altura, por 130 de comprimento, e 10 linhas férreas, fornecida pela casa belga Baume et Mercier. No seu moderno interior, as plataformas de embarque encontram-se sob uma magnífica cobertura em ferro, suportadas por uma estrutura de pilares em ferro fundido, com decoração neogótica, em contraste com a fachada neomanuelina, cuja construção foi executada pelas companhias Duparcly & Bartissol, Papot & Blanchard, e E. Berand.

Finalmente, é incontornável relevar a Sala do Rei, normalmente fechada ao público, mas possível de visitar mediante marcação. Este espaço, que se encontra excepcionalmente bem conservado, mantendo a sua traça original, permite uma verdadeira viagem no tempo, sendo o único exemplar conhecido em estações ferroviárias de Portugal. Tinha como finalidade permitir que a família real e, mais tarde, com a implantação da República, as figuras de destaque do novo regime, aguardassem os comboios, com vista ao seu embarque, ou recebessem as visitas de Estado e os viajantes mais ilustres que chegavam a Lisboa por esse meio de transporte.

Uma derradeira nota para os painéis de azulejo que decoram as paredes laterais da gare. Do lado direito (nascente) observam-se 13 painéis de Lucien Donnat e Rogério do Amaral,



Fig. 7 – Estação do Rossio. Vista do cais da estação ferroviária. [s.d.].
Col. Estúdio Mário Novais I FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos



Fig. 8 e 9 – Sala do Rei da Estação Central do Rossio, 2020-07-18. Col. Paulo Batista

executados pela fábrica de Sant’ Anna, que chegaram à Estação do Rossio em 1958, oferecidos pelo Fundo de Fomento de Exportação. Estes painéis tinham a função de anúncios de publicidade da Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa, em 1940, a atividades e produtos tipicamente nacionais, que eram exportados, como as frutas, vinhos de mesa, café, cortiça, vinhos do Porto, porcelanas, vidros e faianças, conservas de peixe, resinosos, vinhos da Madeira, frutas, pratas e filigranas, sisal, tecelagem e bordados, oleaginosos.

No lado contrário da estação, encontram-se, desde 1996, 14 painéis de azulejos, da responsabilidade de Lima de Freitas, produzidos pela fábrica de Cerâmica Constância, no ano anterior, que evocam as figuras míticas e lendárias de Lisboa, nomeadamente São Vicente de Lisboa, Santo António e a Sé, Santo Condestável e o Convento do Carmo, rainha D. Leonor e o Convento da Madre de Deus, o Convento dos Jerónimos e a Ordem de Cristo, Francisco de Holanda e a sua obra sobre Arquitetura, D. Sebastião, o Encoberto, Padre António Vieira e o V Império, Almeida Garrett e o Teatro D. Maria II, Alexandre Herculano e a História, e Fernando Pessoa e o caminho da Serpente.

Mais recentemente, em 1976, data de abertura ao público, quem não se lembra do Centro Comercial Terminal, situado nos pisos intermédios da Estação Central do Rossio, com cerca de 100 lojas e cinemas, que encerrou em 1994?

A Sociedade de Geografia de Lisboa

Fundada em 10 de novembro de 1975, a Sociedade de Geografia de Lisboa fixou-se no edifício da grande sala de espetáculos Coliseu dos Recreios (classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1996), na rua das Portas de Santo Antão, projetado pelos engenheiros Goulard, pai e filho, e Manuel Garcia Júnior, com fachada do arquiteto César Janz.

Inaugurado em 14 de agosto de 1890, sete anos mais tarde a Sociedade de Geografia de Lisboa vai ocupar uma parte deste edifício, depois de ter passado por três edifícios, respetivamente

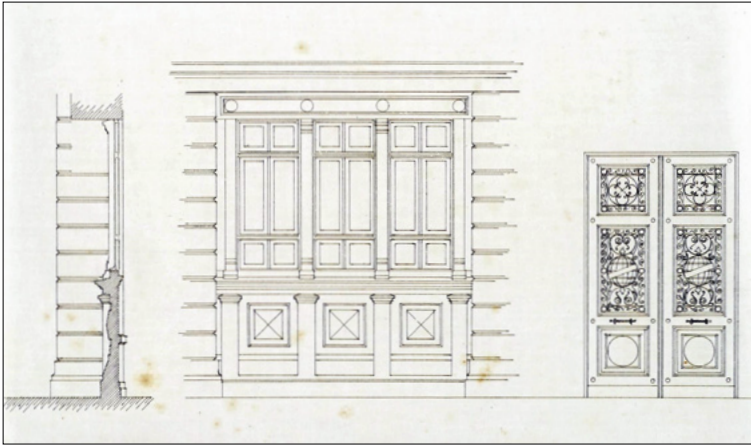


Fig. 10 – Portas da frente da Sociedade de Geografia de Lisboa, [1897].
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/JLM/07/02.

situados na rua do Alecrim (1876-1883), na travessa da Palmeirinha (1883-1891) e no palácio das Chagas (1891-1897), demasiado pequenos, tendo em conta o crescimento desta sociedade científica.

É neste contexto que José Luiz Monteiro é convidado a desenvolver o projeto de adaptação dos espaços existentes para receberem os serviços, a biblioteca e o museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, incluindo o acompanhamento e direção dessas obras, para além das portas da frente do edifício, decoradas com vitrais com motivos alusivos aos seus objetivos.



Fig. 11 – Sociedade de Geografia, sessão solene na sala Portugal. 1898-05.
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000737.



Fig. 12 – [Sessão solene realizada na Sociedade de Geografia, com a presença do Rei Dom Manuel II e do infante Dom Afonso. 1908-06. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/000060.

Nos trabalhos feitos sob o traço de José Luiz Monteiro sobressai a famosa Sala Portugal, situada no andar nobre (2.º piso), que se estende ao longo de toda a fachada do edifício. Com cerca de 50 metros de comprimento por 16 de largura, este grande salão de planta retangular prevê uma dupla utilização, para a realização de grandes receções e sessões solenes no piso inferior, e de exposição das coleções museológicas nas duas galerias inferiores que contornam, em toda a volta, o referido espaço.



Fig. 13 – Sessão na Sociedade de Geografia, presidida pelo presidente da República, doutor António José de Almeida. 1921. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000086.



Fig. 14 – António Ferro discursando na sessão solene que assinalou os 25 anos de sacerdócio do cardeal patriarca, dom Manuel Gonçalves Cerejeira. [entre 1930 e 1939]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/EFC/000510.

Estas galerias, com escadarias simétricas nos topos, de ferro fundido, trabalhado com grande detalhe, suportadas por refinadas colunas, no mesmo material, são o grande destaque do salão, que fazem dele um dos mais belos e importantes exemplares da arquitetura do ferro em Portugal.

O teto desta sala possuía uma estrutura metálica, que permitia a entrada da luz zenital, encontrando-se coberta na atualidade, na sequência de obras realizadas. Com exceção desta



Fig. 15 – O Presidente da República, general Carmona, o ministro da Instrução, Carneiro Pacheco e outras individualidades, na inauguração da exposição de maquetas para a estátua de Mouzinho de Albuquerque, na Sociedade de Geografia de Lisboa. [entre 1936 e 1939]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/EFC/001761.

alteração, a sala Portugal mantém-se inalterada face ao projeto inicial, refletindo, no seu todo, no que respeita à utilização do ferro, a grande influência em José Luiz Monteiro do seu mestre Jean-Louis Pascal.

Conclusão

A vida de José Luiz Monteiro, que faleceu a 27 de janeiro de 1942, evidencia o percurso de um dos arquitetos mais bem preparados da sua época, de formação clássica nas Beaux-Arts de Paris, que, todavia, não fez escola em Portugal. A sua obra permanece quase anónima para a generalidade do público, com exceção de alguns edifícios, onde se destaca a Estação Central do Rossio.

Contudo, o lugar de exceção de José Luiz Monteiro na história da arquitetura não se deve somente aos projetos e obras-chave que nos legou, mas também ao seu notável trajeto como professor e, mais tarde, entre 1912 e 1929, diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa, onde lecionou durante 40 anos. Por esta via contribuiu, de forma decisiva, para a renovação da arquitetura em Portugal, ao transmitir aos seus alunos os alicerces e os sólidos conhecimentos que lhes permitiram enveredar por outros caminhos, do ecletismo, de Álvaro Machado, Norte Júnior, Tertuliano Marques e Leonel Gaia, ao modernismo de Cristino da Silva, Carlos Ramos, Porfírio Pardal Monteiro, Cassiano Branco, Cottinelli Telmo, Jorge Segurado ou Raul Lino, vincando, indiscutivelmente, a dimensão, muito para além da época em que viveu, de José Luiz Monteiro.



Fig. 16 – Sociedade de Geografia de Lisboa, sala Portugal. [ant. 1910]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000188.

Nota final

Considerando que este trabalho foi apresentado oralmente limitamo-nos a observar nesta publicação que o respetivo conteúdo se baseia em considerações que têm como ponto de partida os seguintes estudos:

Batista, Paulo. José Luiz Monteiro e a Estação Ferroviária do Rossio, Lisboa: Together, 2021.

Cunha, João Alves da, Trigueiros, Luiz. José Luiz Monteiro, 1848-1942, Lisboa: Editorial Blau, 2004.

Viegas, Maria Inês (coord.). José Luiz Monteiro: marcos de um percurso, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

PORTUGAL NOS MARES DE ORLANDO RIBEIRO: ATLÂNTICO, MEDITERRÂNEO E IDENTIDADE GEOPOLÍTICA.

Virgílio Miguel Machado

Professor Adjunto ESGHT/Universidade do Algarve

Autor de Portugal Geopolítico-História de uma Identidade

Resumo

Portugal teve uma especial relação com o mar, enquanto expressão de uma unidade geográfica e identidade política. Explora-se a obra de Orlando Ribeiro (1911-1997) para a compreensão da sua formação e consolidação pela Geografia e História, entre dois mares: o Atlântico e o Mediterrâneo.

Sendo missão da SGL auxiliar a difusão e a compreensão dos conhecimentos geográficos, procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de estudiosos, a evocação do grande geógrafo aos 25 anos do seu falecimento, com interpretação revisitada, reforça a compreensão geopolítica de Portugal.

Palavras-chave: Civilização, Geopolítica, Identidade, Mar, Geografia.

Key words: Civilization, Geopolitics; Identity, Sea, Geography.

Agradecimentos

Um agradecimento especial é devido à Sociedade de Geografia de Lisboa, pela oportunidade e honra de minha associação ao trabalho científico do Professor Orlando Ribeiro e acesso ao acervo bibliográfico gentilmente cedido pela sua Biblioteca, bem como à Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e ao Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, pela cedência da utilização de imagens fotográficas do seu espólio.

I. INTRODUÇÃO

Orlando Ribeiro nasceu em Lisboa em 1911. Doutorou-se em Geografia com apenas 25 anos de idade. Realizou estudos complementares em História e Geologia. Viajou pelo mundo, lecionando em instituições de ensino superior nacionais e internacionais, especialmente em França, na Sorbonne onde conheceu sua colega de profissão e futura cónjuge, Suzanne Daveau. Fundou em 1943 o Centro de Estudos Geográficos, do Instituto Geral de Ordenamento do Território, hoje integrado na Universidade de Lisboa.

A sua obra de referência, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de 1945, com sucessivas reedições até aos anos 90, foi a obra geográfica portuguesa mais traduzida no plano internacional. Utilizarei a 5ª edição, de 1987. Contam-se também 56 publicações suas na principal revista portuguesa de Geografia, a *Finisterra*.

A Biblioteca Nacional de Portugal em 2011 na homenagem ao centenário do seu nascimento fez publicar um livro¹ com testemunhos, contributos e referências ao seu legado científico prestados por personalidades ilustres da Geografia portuguesa e que se encontra disponível no acervo da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Neste artigo, invocar-se-ão outras obras, como *Introduções Geográficas à História de Portugal*, de 1977 ou a *Formação de Portugal*, 1ª edição, de 1987. A *Geografia de Portugal* em 4 volumes, de 1989, com Hermann Lautensach e comentários de Suzanne Daveau merece menção na compilação de conhecimento geográfico sobre bases históricas e formação do Estado português (vol. III, Cap.VII), bem como *Geografia e Civilização*, de 1961. Nesta, utilizaremos uma edição de 1983 na Revista Espaço e Sociedade, sob direção do Professor Jorge Gaspar. Suas diferentes edições e/ou datas de edição permitirão denominações distintas.

A obra *Geografia e Civilização*, pela profusão de imagens, inspirou-nos a seguir o método principal que Orlando Ribeiro tanto privilegiava no conhecimento geográfico, ou seja, a observação, registando-a pela fotografia. Utilizaremos registos desse espólio no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa em urbes antigas e cidades como Porto e Coimbra e contemporâneas de sua vida em Lisboa para identificarmos os traços de identidade geopolítica portuguesa nestas cidades, em conformidade com o seu pensamento, ora revisitado e com a interpretação do olhar do evocado e ilustre geógrafo.

II. CONTEXTOS. CONCEITOS E IDENTIDADE GEOPOLÍTICA

O termo geopolítica não é mais do que uma terminologia moderna de um ramo da Geografia, a Geografia Política. Em meados do século passado, os seus estudos, contemporâneos na época de Orlando Ribeiro, incidiam essencialmente na caracterização de individualidades geográficas como suporte de formação e eclosão política de nações que se formaram Estados. Solo, relevo, população, precipitação, aptidões agrícolas, regime da propriedade, acesso ao mar, rios navegáveis, modos de vida identitários, tradições, cultura e história eram suas componentes essenciais.

A visão moderna, designada geopolítica, alargou esta visão para as relações internacionais, diplomacia, áreas geográficas de influência e controlo, guerra e paz. O ênfase voltou-se para áreas, designadamente como tecnologia, transporte, distribuição, informática, economia, redes de empresas e inteligência geográfica, enquanto contextos e pluralidades para a criação e manutenção de relações de poder que, não raras vezes, ultrapassam a soberania política dos Estados e as condicionam, alavancam ou transformam com áreas geográficas regionais internacionais ou blocos de influência.

¹ Biblioteca Nacional de Portugal (2011). *Orlando Ribeiro: 1911-1997. Ponto de partida: lugar de encontro*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Num esforço de conciliação entre estas visões, o autor destas linhas fez publicar em 2021 um livro² sobre identidade geopolítica aplicada à formação de Portugal enquanto ordem política e que será amiúde recorrido neste livro, aqui invocando-se, como suporte e relação, justamente o conhecimento científico do evocado geógrafo Orlando Ribeiro. Adiante se referirão trechos e conteúdos dessa relação.

Recuperemos a concepção originária de geopolítica, segundo DODDS³, enquanto relação entre o planeta (a Terra), o poder político e sua distribuição. O termo associa duas palavras de origem grega: «geo» e «polis», ou seja, a Terra e sua organização política, entre os homens e seu ambiente envolvente. O mar teve certamente importância nesse ambiente para Portugal. Para Orlando Ribeiro, os mares mediterrâneo e atlântico, enquanto áreas geográficas e culturais contribuíram para a formação de Portugal. Dai justamente, o seu legado *Portugal, Mediterrâneo e o Atlântico*.

Nessa relação, duas linhas de identidade na relação dos povos com o mar se assinalam na geopolítica. Uma enquanto demarcação, fronteira, potencial ou efetiva, controlo, ocupação, linha que liga ou envolve uma terra, em suma, uma apropriação totémica que inspira e baseia relações entre lugares e seres humanos. Deve-se a MACKINDER⁴ em 1904 esta primeira formulação. Mais recentes são as investigações de DIJINK⁵, PELLING & BLACKBURN⁶ ou de KIDD⁷.

A segunda assinala o mar enquanto instrumento de comunicação, de transporte, de uso comum e interatividade, com interdependência geográfica em que a identidade se forma e reforça pela capacidade de estabelecer relações, nós, redes e pontos de contacto, em múltiplas formas de equilíbrio e geometria variável. O original pensador foi MAHAN⁸ em 1898 tendo atualmente defensores, entre outros, como KAPLAN⁹ ou BERLI, BUNEL & DUCRUET¹⁰.

Estas expressões relacionam-se com elementos fundamentais como a história, o desenvolvimento institucional e a cultura dos povos, designadamente, em relação ao mar, segundo MACK¹¹ compostas, designadamente, de tradições, emoções e afetos operando em diversas

² Machado, V. (2021). *Portugal Geopolítico-História de uma Identidade*. Lisboa: Lisbon International Press.

³ Dodds, K. (2021). *Geopolítica- Una breve introducción*. Barcelona: Antonio Bosch Editor.

⁴ Mackinder, H. (2004) «The geographical pivot of history», in *The Geographical Journal*, Nova Jersey, vol.170,nº 4, pp.298-321.

⁵ Dijink, G. (1996). *National Identity and geopolitical visions*: Londres: Routledge.

⁶ Pelling, M.; Blackburn, S (2014). *Megacities and the coast: risk, resilience and transformation*. Londres: Routledge.

⁷ Kidd, S.- Land-Sea Interactions and the Ecosystem Approach (2019) « Ocean Planning and Governance». In D. Langlet e R. Rayfuse (Eds.). *The Ecosystem Approach in Ocean Planning: Perspectives from Europe and Beyond*, nº 5, , pp.140-159. Consultado em 09.12.2022 em <http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctvrxk2v2.12>.

⁸ Mahan, T.- *Influencia del poder naval en la historia*. (2007). Madrid: Ministerio de Defensa. Subdirección General de Publicaciones y Patrimonio Cultural.

⁹ Kaplan, R. (2022). *A vingança da geografia*. Coimbra: Almedina.

¹⁰ Berli, J; Bunel, M; Ducruet, C. (2018) «Sea-Land Interdependence in the global maritime network: the case of Australian Port Cities». In *Networks and Spatial Economics*, nº18, pp. 447-471.

¹¹ Mack, J. (2018). *O Mar-Uma História Cultural*. Silveira: Letras Errantes.

escalas geográficas desde a individual, passando pela nacional à global. A maior parte das sociedades políticas poderá, em vários momentos da história, ter convivido, conjunta ou alternadamente, com estas projeções de identidade consoante os contextos, sempre determinantes, segundo NYE¹² nas estratégias de poder.

Neste estudo, invoca-se Orlando Ribeiro (1987, 5ª edição). A geografia de Portugal é um ajustamento e entrecruzamento de mundos naturais e influências culturais aportados pelo mar. O Mediterrâneo que configura o Portugal Mediterrâneo (Capítulos I e II) e o Atlântico que se traduz no Portugal Atlântico (Capítulo III).

Nesta asserção, Portugal é variedade que compõe a unidade (Capítulo IV). Explica Ribeiro (1987, p.57) que unidade não é necessariamente uniformidade, mas ajustamento harmonioso de peças que compõem uma imagem de conjunto. Processos históricos inculcaram raízes romanas, bárbaras e muçulmanas na diversidade portuguesa (Ribeiro, 1987, 1ª edição, Capítulo IV). Um utilizaram contextos terrestres para sua disseminação. Outros contextos marítimos. Pelo Mediterrâneo aportaram raízes e culturas romana e muçulmana.

Todavia, o conjunto tem importantes fatores unificadores, como a importante estrada política, expressão feliz do historiador Jaime Cortesão que Ribeiro subscreeve (1977, p. 63) e que resulta da existência de uma planura litoral na costa que constitui faixa de trânsito ininterrupta do Minho até ao Guadiana consequente de uma atlantização do povoamento e individualidade cultural (1987, 5ª edição, pp.124-129).

Outros contextos, que serão mais detalhados adiante, como o processo militar da Reconquista, a densidade e deslocamentos da população e a configuração dos sítios urbanos na relação com rios navegáveis e o mar, ajudam à explicação da formação identitária do Estado político português.

O objetivo deste artigo é interpretar como Portugal, enquanto expressão histórica de uma unidade resultou de um conjunto sobre uma diversidade ajustada entre o mundo mediterrâneo e o mundo atlântico. Formou-se uma identidade geopolítica baseada em elementos naturais e humanos de relação do povo português com estes mares, identificando-se os fatores políticos, sociais e económicos que a explicaram, interpretando e aplicando atualizadamente os contributos fundamentais de Orlando Ribeiro.

Para tal, identificar-se-ão esses fatores no capítulo seguinte. Concluir-se-á com a interpretação do espólio fotográfico já assinalado na introdução, com a seleção de fotografias explicativas desses fatores numa urbe antiga, a Citânia de Briteiros e nos principais centros urbanos do país, de Norte a Sul, num eixo triangular, de vocação litoral que abrangerá as cidades do Porto, Coimbra e Lisboa e que comprovará as teses de Orlando Ribeiro quanto à configuração de Portugal.

III. METODOLOGIA

Utiliza-se a geografia política como caminho. Procuram-se padrões, repetições, semelhanças entre contextos de origem diversa que se justapõem e entrecruzam para explicação de conjuntos ou sistemas. A opção estruturalista, cuja orientação se segue nesta investigação, segundo

¹² Nye, J. (2010). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.

GABARDO¹³, deve esforçar-se por encontrar homologias dos distintos momentos históricos, no seu contexto cultural, com vista à generalização do discurso.

Neste milénio, retiram-se os estudos de Jones e Olken (cit. por DIAMOND¹⁴, 2019, pp.473-478), sobre “experiências naturais da História”, ou seja, resultantes de comparações de trajetórias históricas em que os resultados, atenta uma expressiva amostra de um certo número de factos ou acontecimentos, tenderam a uma determinada repetição ou padronização, rejeitando-se estas em função de outros acontecimentos aleatórios.

Que padronização se atenta? Que acontecimentos aleatórios se rejeitam? Que contributos de Orlando Ribeiro para esta análise? Assinalámos, nos conceitos, duas linhas identitárias relacionadas com o mar. Orlando Ribeiro (1983, prefácio), designa-as como civilizações, enquanto expressões de relação com o outro, de transmissão, de testemunho de formas, sítios e paisagens, a que designa o “condomínio científico do geógrafo” (1983,p.9).

As civilizações identificadas são a do granito no Norte de Portugal (1983, capítulo A) e a do Barro, no Sul de Portugal (1983, Capítulo B) ligadas, por sua vez, a áreas de influência do Noroeste Atlântico e do Sul Mediterrânico.

Por esta análise, a primeira linha identitária assinalada na relação com o mar corresponde à civilização do granito, do Noroeste Atlântico e que explica o contexto histórico da fundação política de Portugal no século XII (Machado, 2021, Capítulo III). A segunda linha identitária, por sua vez, associa-se à civilização do barro, do Sul Mediterrâneo e que explica a maioridade e maturidade da ordem política portuguesa nos séculos XIII a finais do século XIV (Machado, 2021, Capítulo IV). Nesta, consolidaram-se os fundamentos que sustentaram Portugal enquanto unidade geopolítica autónoma no contexto europeu.

Na segunda linha de identidade, explicam-se as origens da diplomacia portuguesa, enquanto atividade entre sujeitos que se reconhecem mutuamente na ordem política, de acordo com a concepção de MANFREDI¹⁵. A análise desse período histórico enquanto consolidação dessa ordem, permitirá melhor entender essa unidade e atividade enquanto expressões de exigência de reconhecimento de uma autonomia política face a outras ordens políticas.

Por outro lado, considera-se que a história colonial e ultramarina portuguesa, que se iniciou na época dos Descobrimentos a partir dos séculos XV e XVI, é um processo aleatório nesta análise. Afirmativa de um Estado-Império, onde outros contextos de poder, domínio e controlo se levantaram, secundando KAPLAN¹⁶ ou WILSON¹⁷.

Os contextos da origem e maturidade da unidade política portuguesa pré-ultramarina têm semelhanças, analogias, homologias com a atualidade política, que se iniciou com a descolonização, após a revolução de abril de 1974 e com o regresso ao compromisso multilateral português, europeu e

¹³ Gabardo, E. (2003). *Eficiência e Legitimidade do Estado, Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político*. Tamoré: Editora Manole.

¹⁴ Diamond, J. (2019). *Como se renovam as nações-Crises, Escolhas e Mudança*. Lisboa: Bertrand Editora.

¹⁵ Manfredi, J (2021). *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Editorial Síntesis.

¹⁶ Kaplan (ob. cit, 2022, Capitulo I).

¹⁷ Wilson, B. (2021). *Metrópoles- A história da cidade, a maior criação da civilização*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência.

mundial, de equilíbrio e de interdependência de um Estado pequeno no contexto europeu em área continental, mas com ampla configuração marítima.

Por ultimo, concluindo a metodologia, sendo a observação o campo decisivo do geógrafo, as formas, os materiais, as paisagens, em especial, das principais urbes de Portugal, nos seus centros históricos, retratadas em fotografia no tempo de Orlando Ribeiro, permitirão entender e formar melhor um quadro compreensivo estratégico da compreensão do *Portugal Geopolítico* em que o mar assume um contexto decisivo e identitário.

IV. PORTUGAL: CIVILIZAÇÃO DO GRANITO E DO BARRO EM ORLANDO RIBEIRO E CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA

Desde os primórdios da Humanidade, admite-se que o mar fosse primeiro pensado como terra, ou seja, enquanto fonte de recursos e subsistência alimentar. Necessitando de ser apaziguado. Praias, enseadas, lagoas e sapais onde vida marinha permitia fonte de subsistência alimentar seriam privilegiados. Formas de organização coletiva mais sedentarizadas seriam necessários para satisfação destas necessidades, onde o apelo à tecnologia, o controlo e a dominação dos recursos seriam prioritários (Mack, 2018).

A civilização do granito, com origens na Bretanha e reflexos na cultura megalítica do Ocidente europeu e vida castreja (Ribeiro, 1983, A) utiliza intensamente esta pedra dura na construção de casas, muros, armazenamento duradouro de produtos agrícolas e testemunhos de património, como monumentos funerários e religiosos. O espigueiro, ainda hoje, um marco da paisagem no Minho, é um excelente símbolo dessa civilização.

O granito é uma pedra difícil de trabalhar, necessita de madeira e ferro para sua sustentação em construções. Tal obriga a uma utilização mais aperfeiçoada e local de tecnologia para seu controlo. Bem como organizações mais cooperativas, especializadas e burocráticas para sua operacionalidade e registo. O mar pode ser aqui, tratado como terra, como faina limitada, fragmentária e intermitente. Como o labutar dos campos (Ribeiro, 1987, p. 129).

E aqui se verificam os maiores contributos de Orlando Ribeiro (1989, volume III, pp. 660-670) revisitados e reinterpretados, na formação geopolítica de Portugal no século XII. Na verdade, no Noroeste peninsular, onde se fundou uma reivindicação de autonomia política num desmembramento feudal da Europa e concomitante fragmentação peninsular no processo da Reconquista cristã, tiveram de convergir uma série de fatores institucionais, dir-se-iam, geopolíticos, favoráveis a essa autonomia.

Nos fatores geográficos, assinala-se uma agricultura intensiva de um solo fértil para o cultivo de cereais (ex: cevada, centeio), proporcionada por abundância de água e precipitação, com maior densidade de população (já assinalada por Ribeiro desde o século VI) atrativa de instituições, como reinos autónomos (Suevos, no século V-VI), organizações eclesíásticas, nomeadamente mosteiros, que vão proporcionar melhor organização e mais eficiência na utilização do solo com excedentes agrícolas (v.g. armazenados em espigueiros).

Assinale-se ainda toda uma organização burocrática especializada fundada no Direito eclesíástico que vai valorizar o instituto jurídico da propriedade e atos públicos com ela relacionados

(compras, vendas, doações, restituições de posse) assinalados em documentos desde o século IX (Ribeiro, 1989.p.661). Uma língua ou dialeto próprios pode dar coesão a este conjunto.

Em *Portugal Geopolítico* (2021, pp.84-93) discorro sobre a importância destes fatores na fundação do reino de Portugal, nomeadamente, sobre a estruturação crescente da Igreja Católica como organização social interessada na valorização do instituto da propriedade e da personalidade jurídica da mulher como sua doadora ou testadora em quadro de viuvez acelerada nos processos militares da Reconquista cristã emergente. O noroeste peninsular, pela fragmentação e eficiência da propriedade, seria contexto fértil a uma dinâmica fundiária que reivindicaria uma língua própria, o galaico-português (2021,pp. 140-147)

No contexto geopolítico da época, a concordata de Worms em 1122 marca uma autonomia institucional triunfante da Igreja Católica face ao Sacro-Império Romano- Germânico no direito de investidura autónoma de seus bispos, incentivando um relacionamento de proximidade com poderes temporais autónomos a quem pudesse prestar um Direito mais elaborado que lhe interessasse, com reconhecimento simultâneo de direitos patrimoniais das mulheres, comerciantes e agricultores e, em geral, garantindo um exercício de Justiça para além do parentesco e laços de sangue.

Assim, considera-se, nasceu Portugal (Machado, ob.cit,p.101) caracterizado na sua fundação como reino de chefatura patrimonial em que a propriedade é importante fonte de poder para o Estado e/ou para poderes políticos territoriais, seja como estatuto ou como medida de riqueza, seja em espécie ou em dinheiro, seja fundiária ou móvel, como importante traço distintivo de sua identidade geopolítica.

Todavia, a situação geográfica de Portugal, no extremo sudoeste da Europa, na Península Ibérica e afastada pela barreira montanhosa dos Pirenéus do restante eixo continental europeu, sem rios navegáveis provenientes desse eixo, afirmaria o mar como instrumento privilegiado de importação e troca de ideias, bens e tecnologia, em concreto, com o mar Mediterrâneo que se tornaria decisivo na configuração geopolítica da Europa (MARSHALL,¹⁸ WILSON, ob cit.,p.110).

A importância do Mediterrâneo em Portugal, para Ribeiro (1983, Parte B) estaria ligada a outra civilização: a do barro. Para o Sul. Este material, muito mais plástico, fácil de obter e trabalhar, dispensaria a utilização de metais e/ou madeira para seu suporte e de uma tecnologia local ou organização cooperativa para sua utilização em construções de carácter duradouro como casas, armazéns agrícolas, templos ou outros monumentos simbólicos.

A tecnologia, assim, seria importada, em especial, pela utilização pré-industrial que os romanos faziam do barro cozido e para a sua conversão em tijolo nas casas, telhas e construções, em geral. O barro cru seria instrumento utilizado para preferente uso doméstico ou industrial na conservação de azeite, vinhos e frutos secos, conforme condições favoráveis a este tipo de produtos na agricultura mediterrânea.

A dependência do Sul em relação a tecnologia do exterior implicaria maior abertura ao comércio e importação de ideias, arte e outras expressões culturais, produtos e migrações. O mar

¹⁸ Marshall, T. (2020). *O Poder da Geografia*. Lisboa: Edições Saida de Emergência.

Mediterrâneo, mais calmo e menos energético, com variedade de penínsulas, baías e estuários, teria melhores condições para a experimentação e evolução favorável da navegação marítima, com experiencialismo e sentido pragmático.

Neste contexto, o valor geopolítico do Mediterrâneo é acrescido, admitindo-se sempre que o transporte pela água seria mais fácil e menos custoso do que por terra, o que constituía vantagem estratégica das ordens políticas que o puderam aproveitar, segundo DIAMOND¹⁹.

O Sul do país caracteriza-se por condições gradualmente desfavoráveis para uma policultura agrícola intensiva de regadio, como a inexistência de vales férteis, abundância de solos pedregosos e climas relativamente secos (Ribeiro, 1987, pp.41-47). Assim, o litoral, os rios navegáveis e o mar constituíram fatores crescentes de interesse social e económico e de unidade para Portugal, visíveis na implantação de urbes ou cidades mais importantes e concentração de população. Estamos na segunda linha da identidade geopolítica, assinalada nos contextos, na ligação dos povos com o mar.

Na consolidação da identidade geopolítica portuguesa, o mar é caminho, meio de transporte e forçosamente, de subsistência. Condições favoráveis ao nomadismo, itinerância, movimento. Com talento, contactam-se outros grupos e, em condições de reciprocidade, troca e comércio em mercados. O historiador grego Dião Crisóstomo (cit. por WILSON, ob. cit., p.107) define um lugar de mercado como o que “junta todo o tipo de homens, mostrando-os uns aos outros e, tanto quanto possível, fazendo deles um povo único”.

A identidade geopolítica portuguesa bem pode fundar-se em valores de comunicação, partilha, interdependência e de troca em espaços mais igualitários. Não fosse o próprio nome do país, Portugal, proveniente de porto ou *portus*, definido como “lugar onde se importam e exportam mercadorias” (Digesto, 16,59, cit. por ESCOHOTADO²⁰, p. 277).

Quando, nos séculos XIII a XIV, as tecnologias de navegação marítima já permitiram ligações entre os polos comerciais do Norte Atlântico e do Sul Mediterrâneo, o valor geopolítico português aumentou enquanto eixo. E a possibilidade de relações internacionais. Secundamos Péquignot²¹ quanto à aplicação do termo no final da Idade Média – conjunto de atividades de representação, de intercâmbio e de negociações políticas, realizadas em nome de um poder junto de outros poderes (p.47).

Entre esses contratos, segundo BRANDÃO²² os tratados internacionais de paz e comércio. Numa ponta com as cidades-estado no Sul Mediterrâneo, como Florença (1338) Génova (1370) ou Veneza (1392) e outra ponta nos reinos do Mar do Norte, desde 1226 (Inglaterra), sucessivamente renovados nos séculos XIII e XIV até ao Tratado de Windsor (1386) ou desde 1290 aos mercadores portugueses estabelecidos em Harfleur, França, mais tarde, com um entreposto comercial fundamental em Bruges, Flandres, em 1387. Este movimento em tenaz entre

¹⁹ Diamond, J. (2016). *Sociedades Comparadas*. Barcelona: Penguin Random House,

²⁰ Escohotado, A. (2018). *Los enemigos del comercio*. Barcelona: Editorial Planeta.

²¹ Péquignot, S. (2011). «Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle». In *Les relations diplomatiques au Moyen Âge*. Formes et enjeux, pp. 47-66. Paris: Publications de la Sorbonne.

²² Brandão, F. (2002). *História Diplomática de Portugal-uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.

o Atlântico e o Mediterrâneo encontra eco no meu *Portugal Geopolítico* (ob.cit, pp.115-120), enquanto expressão do comércio marítimo internacional português como atividade económica de interesse diplomático e geopolítico.

Na Idade Média, como assinala HESPANHA²³, os mercadores marítimos internacionais constituam um estatuto, uma espécie de comunidades a quem se concediam direitos com diferentes designações (“salvo conduto”, “bom comportamento”) para o exercício do comércio, com formas de auto-organização, sujeitas a usos mercantis e títulos contratuais e de crédito próprios, sem grande interferência dos poderes formais vigentes. A realidade itinerante e de mobilidade destes grupos assim o justificaria.

E na história do comércio marítimo português, assinala-se segundo CORTESÃO²⁴ (pp.124-125) a celebração de tratados comerciais, como o de 20 de Outubro de 1353, em que o mercador do Porto, Afonso Martins de Alho conclui, com o rei Eduardo III de Inglaterra, um tratado por 50 anos de proteção, salvo conduto e livre comércio para os mercadores, marinheiros e pescadores das cidades e vilas marítimas de Portugal. Um verdadeiro representante, em nome do rei, das comunidades marítimas portuguesas. O Porto e sua matriz atlântica confirmam-se plenamente neste facto geopolítico de extraordinário relevo.

Não raramente, a maioria da ordem geopolítica portuguesa nos séculos XIII e XIV, pela necessidade de reconhecimento internacional que lhe assiste, fundado no valor do mar, pugnará por uma consciência moral universal baseada na autoridade da fé representada pela autoridade papal eclesiástica e por um sentido pragmático baseado no comércio, na interação com os outros e em tratados internacionais de geometria variável. Tudo isto prepara o país político para a expansão marítima nos séculos XV e XVI.

Assim, Portugal é pluralidade na convergência da sua identidade geopolítica. A Norte, com a primeira linha de identidade geopolítica na relação dos povos com o mar, fragmentária, sedentária e de labutar permanente e a Sul, com a segunda linha de identidade itinerante, comunicacional e de comércio. Isto gera um polimorfismo, um localismo e gradualismo das paisagens portuguesas, nunca descurando Ribeiro a sua comparação internacional.

Perguntava o ilustre geógrafo, (1987, pp. 142,143 e 165) “ A que deve o País a sua rica, complexa e quase desconcertante diversidade regional? Em primeiro lugar ao entrecruzamento de influências mediterrâneas e atlânticas (..) Por transições graduais entre a Ria de Aveiro e as montanhas calcárias da Estremadura alcança o litoral uma dos grandes limites da geografia europeia (...) é também por transições graduais que se faz a passagem ao mundo mediterrâneo. A Estremadura recorda a Ática e o Lácio, o Alentejo, os planaltos cerealíferos da Sicília, o Algarve uma fimbria marítima (..) a ultima riviera mediterrânica e a influência de todas as colonizações marítimas da Antiguidade (..).

Antes das conclusões finais, destinarei um capítulo próprio aos olhares do geógrafo Orlando Ribeiro sobre Portugal, com recurso, em especial, a algumas fotografias do seu espólio. O nosso

²³ Hespanha, A.M. (2019). *Filhos da Terra- Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

²⁴ Cortesão, J. (1964). *Os Factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

interesse incidirá sobre diferentes sinais, símbolos de identidade geopolítica que retratam a Norte, as influências da civilização atlântica, e, a Sul, da civilização mediterrânica.

As fotografias demonstrarão padrões e semelhanças, distinções e diferenças visíveis na implantação topográfica dos núcleos históricos das grandes cidades portuguesas, sua orientação geográfica e posição relativa em relação aos rios e ao mar, bem como localização de construções distintivas de poder simbólico temporal e/ou religioso nesse conjunto demonstrativas da pluralidade convergente da identidade geopolítica portuguesa. Foram selecionadas as cidades do Porto, a Norte, e de Lisboa, a Sul. Coimbra, como passo intermédio, histórico e geográfico a meio caminho entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

V. URBES E IDENTIDADE GEOOPOLITICA PORTUGUESA

Orlando Ribeiro (1987, pp.35-36) descreve as aglomerações e, mais tarde, cidades como fruto de uma vontade humana. Em Portugal, as preocupações de defesa em lugares altos, alcandorados, na proximidade de rios e /ou estuários constituem tipologia predominante, sítios de *oppidum* romanos (p.96) na emergência de núcleos de aglomeração populacional, atuais centros históricos.

Tais padrões, visíveis nas principais cidades portuguesas, como Lisboa, Porto e Coimbra, permitiam, ao mesmo tempo, segurança e aviso contra invasões e saques hostis, mas também acessibilidade a rios e mar, como fontes de vantagem económica, seja extrativa, pela exploração da pesca ou sal, seja distributiva, para transporte e comércio de produtos e mercadorias.

Entre Douro e Minho, no contexto do Noroeste Peninsular e na civilização do granito, identificamos traços de densidade populacional, com recurso a tecnologias agrárias e fragmentação da propriedade. A Citânia de Briteiros (figura 1), povoado perto de Guimarães, castro de influencia cultural celta teria cerca de duzentas habitações, arruamentos, cercas de gado, muralhas, balneário e templo crematório (Machado, 2021, p. 52).



Figura 1 - Citânia de Briteiros, [Guimarães], Alto Minho. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1972.
© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT- U. Lisboa – S13339

Esta fotografia, simples, com ruínas e aparentemente destituída de qualquer significado, é, todavia, um excelente exemplo, tão caro a Orlando Ribeiro, da civilização do granito. Os grossos muros de pedra separavam construções e habitações marcando traços de um trabalho difícil, duro e complexo. Com recurso a tecnologias de uso do metal e da madeira, num retrato de divisão e fragmentação fundiária. O aproveitamento do espaço parece intenso, algo desordenado e sem uma estruturação de conjunto. Traços típicos de uma individualidade cultural associada ao Ocidente Atlântico e longe das civilizações mediterrânicas, especialmente a grega e romana.

Todavia, a estrutura redonda também demonstra a necessidade de reunião em conselho e de uma organização, dir-se-á política, biológica e circular para cooperação e gestão comunitárias, designadamente, no trabalho agrícola e uso dos metais, de pastoreio ou em manifestações simbólicas, com responsabilidades rotativas associadas à cadência das estações do ano.

No Porto, situa Ribeiro (1987,p.136), à roda de uma pequena cidade, denominada Portucale, junto à foz do Douro e na sua margem direita no já referido padrão de sitio alcandorado, a aglutinação do corpo político português. Mera referência de associação ao nome Portugal, simbólica ou visível pelas fotografias do seu olhar? Tentemos uma interpretação geopolítica atualizada. Vejamos a figura 2.~

No sitio mais alto do centro histórico do Porto, a Igreja Católica manifesta o seu poder. Com a implantação altaneira da Sé e do Paço Episcopal e de um Terreiro que dominam a visão de conjunto sobre o Rio Douro e para impressionar terceiros. Tão importante para a fundação política do Estado português, dando-lhe a organização burocrática e especializada em Direito e Justiça que o poder real, temporal, tanto deles carecia. O Tribunal canónico do Porto também ainda lá está nesse conjunto. Mera coincidência ou fruto de vontades humanas e organizacionais registadas historicamente para a posteridade?

A identidade geopolítica portuguesa no Porto revela-se pela presença renovada do granito nas igrejas ou nas frontarias, portas e janelas de construções, sejam habitações ou palácios



Figura 2 - [Porto]. Fotografia de Orlando Ribeiro, s.d.
© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – F1464

mais importantes. A visão desordenada do conjunto, à semelhança de Briteiros, mantém-se. O aproveitamento do espaço, intenso, em edifícios que se apinham, com orientações divergentes, marcam a importância da densidade de população por área ocupada, fragmentação e divisão da propriedade.

Por outro lado, muitas construções estão, na sua entrada principal, de costas voltadas para o rio. Orlando Ribeiro (1987, p. 129) alertava. A Nação portuguesa tem uma estrutura rural. Incluindo nas formas da paisagem urbana. Na figura 2, o rio Douro, estreito, não parece ter grande importância no conjunto urbano que não se decliva diretamente para ele. Existe uma rua principal, oblíqua, divergente do rio que não vai diretamente ao alto da colina. As preocupações de defesa são aqui, fundamentais.

Os rios e o mar são, aqui, utilitários. Se deles não se extrai nada, têm menos importância. Estamos no domínio da primeira linha de investigação assinalada nos contextos e conceitos (Capítulo III). O Porto atlântico na relação com o rio e o mar é controlo, demarcação, delimitação, linha de fronteira. Tudo muito associado à formação do Estado português no processo histórico e militar da Reconquista.

No sentir e pulsar económico e social do Porto, deve aferir-se também a importância do Vinho do Porto e da Região Demarcada do Douro, a primeira a nível mundial no século XVIII, com exportações substanciais do vinho pelo mar e seu comércio com Inglaterra na configuração do seu *hinterland* social e económico. Todavia, a identidade geopolítica do Porto na sua configuração urbana não se alterará substancialmente, como veremos. Registe-se a figura 3, também foto de Orlando Ribeiro.

No foco das imagens mais conhecidas do Porto, em que o núcleo urbano está para além do rio, registe-se ainda a posição sobranceira do edifício mais forte do conjunto, o Paço Episcopal. No alto, ainda se destacam torres de igrejas em posição de visão, controlo e domínio, com nota de destaque para a Torre dos Clérigos.



Figura 3 - Porto: vários aspectos da cidade. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1976.
© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-ULisboa – S13343

Agora o Cais da Ribeira, na zona ribeirinha do Porto, hoje também considerada Património da Humanidade, é o conjunto paralelo na orla do rio Douro que mais se destaca. Padrões repetidos: a utilização do granito, a fragmentação da propriedade, agora também aproveitada em altura, a densidade de área ocupada. Os armazéns, próprios da utilização intensa do rio para atividades de transporte e comércio do vinho do Porto, vão ficar na outra margem do rio, ou seja, em Vila Nova de Gaia.

Como nota final, registre-se também no Cais da Ribeira, a falta de um grande terreiro, espaço ou largo que dê sentido à importância do mercado, feiras ou comércio, designadamente, marítimo, na vida da cidade. Nenhum monumento de relevo e com valor simbólico ali se situa. O Porto atlântico, biológico, respeita as margens que a Natureza lhe pode oferecer.

Coimbra, no centro do país, a cerca de 40 km do mar, banhada pelo rio Mondego, com equidistâncias próximas relativamente ao Porto, a Norte e Lisboa, a Sul, é cidade com vantagem geográfica, como ponto de contacto e/ou pausa num caminho, sendo escolhida pela sua importância histórica e geográfica.

A figura 4 representa o olhar de Orlando Ribeiro em 1949 sobre Coimbra, justificativos da sua interpretação sobre a cidade. Invocaremos suas referências e acrescentaremos mais algumas linhas sobre a sua identidade geopolítica, no eixo da confluência entre o Portugal Atlântico e Portugal Mediterrâneo.

Orlando Ribeiro descreve-a (1987,p. 152) como “cidade desconcertante pela desarmonia dos seus elementos” (sic) onde a acrópole, ocupada por edifícios universitários, domina o passo de vista sobre a entrada romana que se fazia pela ponte sobre o rio no eixo da circulação Lisboa-Porto, então na sua época, a estrada nacional 1, a mais importante do país.

Mais refere a importância, na Idade Média, da acessibilidade ao mar, pela navegação do rio e porto fluvial, destacando o papel dos fatores espirituais no seu desenvolvimento: o bispado, transferido desde o século VI da vizinha Conimbriga romana, os cónegos regantes de Santa Cruz e a Universidade, identificando, nestes, a posse de bens fundiários dos arredores, em



Figura 4 - Coimbra. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1949.

© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa -F1808

particular do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Acrescentemos também para os cónegos regrantes, a Mata de Santa Cruz.

A figura 4 tem um olhar simultaneamente fundiário e urbano, resultante da crescente importância da patrimonialização como fonte de riqueza e poder político visível nas cidades. Mas também da organização. Ao contrário do Porto, os altos de Coimbra, quais sentinelas, apresentam edifícios com maior densidade de construção, em especial, a Universidade à direita, e, por baixo desta, o antigo Paço Episcopal, hoje Museu Nacional Machado de Castro e ainda à esquerda, o conjunto urbano associado ao Mosteiro de Santa Cruz.

Orlando Ribeiro, destaca, ainda, a divisão entre cidade Alta, com estas características de grandes edifícios e conjuntos e a cidade Baixa, junto ao rio, com forte componente comercial. Nestas, as casas são mais pequenas e o espaço é um recurso escasso, a ser mais intensamente aproveitado.

O conjunto urbano de Coimbra, comparativamente ao do Porto, tem uma disposição mais amigável, especialmente a Sul, para com o rio, outrora, meio de transporte fluvial que o banha. As preocupações de defesa e segurança não são aqui, tão destacadas. Registe-se que Coimbra está a cerca de 40 km da orla marítima pelo rio até à foz, sendo menos exposta a operações militares e de saque predatório por essa via.

Destaca-se também o branco do casario, a preferência mediterrânea, com recurso a outros materiais construtivos da civilização do barro, como o tijolo, a cal e a rocha calcária que não o granito. Todavia, os sítios alcandorados, as colinas, a intensa utilização e fragmentação do solo urbano com casas justapostas em ruas íngremes e oblíquas, em viés para o rio na subida para as colinas, continuam visíveis, à semelhança do Portugal Atlântico detetado no Porto.

Não se verifica um eixo principal de circulação entre a Alta e a Baixa da Cidade, o que demonstra separação e funções distintivas de uma e outra. O comércio não é retratado como fonte de poder urbano em Coimbra. O poder que vigia e controla está em sítios alcandorados. Essencialmente pelos edifícios da Universidade com uma torre que tem funções de orientação do conjunto. Outras torres, como as do Mosteiro de Santa Cruz, também se destacam, relembrando ainda o papel importante da Igreja Católica na fundação do Estado português, mas já não com a mesma força exclusiva de implantação que se verifica no Porto.

A fotografia de Orlando Ribeiro é tirada de Oeste para Este. No alto da colina, a torre visível da Universidade está no edifício da Faculdade de Direito, denominada Via Latina, onde está o conjunto histórico mais importante. Via Latina parece recuperar a importância do Direito romano. Se o fosse de Este para Oeste seria visível o edifício da Faculdade de Medicina. Coimbra é simbolicamente retratada como a cidade dos Doutores.

Esse poder simbólico é fundamental na identidade geopolítica portuguesa. O Direito representa o importante poder da lei e da justiça na maturidade e consolidação do Estado Português. Em *Portugal Geopolítico* (ob cit., p.110) discorro sobre a importância das primeiras Cortes, as de Coimbra (1211) como produtoras da mais antiga legislação régia, denominadas *Inquirições* como forma de exercício político inquisitorial, de cadastro e de registo fundiário.

As Cortes eram assembleias participativas das classes possidentes com representantes das cidades onde se localizavam. Pela legislação emanada e pelo efeito de demonstração e divulgação associadas ao seu registo e relato para a posteridade, contribuíam para o reforço do poder político monárquico.

Coimbra está, histórica e geograficamente, a meio caminho entre o Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo. Entre a formação do Estado na Reconquista e a sua consolidação com os primeiros reinados. Ainda com a força da ruralidade na delimitação da propriedade, sua fragmentação e importância do cadastro fundiário, mas já com inclinação favorável para o transporte e para o comércio, enquanto declive urbano para a Baixa da cidade.

E chegamos a Lisboa. Capital de Portugal desde 1255 é considerada por Ribeiro (1987,p. 154) uma cidade tipicamente mediterrânica, combinando, no seu sítio genético, a acrópole, a colina mais próxima do grande abrigo litoral, com “o mar” que, é, na verdade, segundo o próprio, um regolfo atlântico e não propriamente um estuário.

As fotografias que se apresentam, de seguida, sobre Lisboa, são contemporâneas da vida de Orlando Ribeiro no século XX, mas não constituem seu olhar. Na linha atrás seguida e no respeito do seu pensamento geográfico, procuram identificar-se em Lisboa, no seu conjunto urbano, sinais da cidade mediterrânica na sua ligação com o mar representativas da segunda linha de identidade geopolítica portuguesa assinalada nos contextos.

Esta fotografia é das mais representativas sobre identidade geopolítica portuguesa em Lisboa. Destaca-se, em primeiro lugar, a colina de São Jorge, sobranceira sobre o rio Tejo, padronização das primeiras preocupações de defesa e segurança. Ao contrário do Porto e Coimbra, preserva o seu castelo, também outrora Paço de Alcáçovas, então sede do poder político e militar firmada a Reconquista cristã no território português no século XIII.

O edifício da Sé de Lisboa, construção de poder simbólico da Igreja Católica, já não está no alto das colinas, como se verificava no Porto e em Coimbra, mas a meio caminho entre a colina de São Jorge e o rio. A sua importância política em Lisboa era menor, afirmativa do poder temporal numa capital que procurava convergência institucional a seu favor, não só pela Igreja Católica, como também da nobreza fundiária, mas essencialmente de uma emergente burguesia mercantil que aproveitava o comércio marítimo no estuário do rio Tejo a uma curta distância do Oceano Atlântico.

Essa convergência parece demonstrar-se por uma estrutura urbana em que quer a Sé de Lisboa, quer a Praça do Município, esta símbolo da sede de um poder municipal futuro, estão no eixo, numa continuidade de uma rua paralela ao rio que as une, com as portas principais abertas para Ocidente numa clara vocação marítima e ribeirinha que acompanha o movimento do sol.



Figura 5 - Panorâmica sobre a Baixa Pombalina, destaca-se em primeiro plano o edifício dos Paços do Concelho. Lisboa. Fotografia de Judah Benoliel. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – JBN003637/ A10572/ N9105

O triunfo do casario branco, novamente, da cal e do tijolo, com vocação mediterrânica acompanha uma menor fragmentação da propriedade urbana. Esta tem maiores edifícios de ocupação no solo, sinónimo de maior seleção da riqueza e concentração, quando não ostentação, de poder urbano. Mas também para funcionalidades, de habitação, armazenamento ou comércio ligadas a uma vida de maior aglomeração nas cidades.

Sendo as nações fruto da História, como dizia Orlando Ribeiro (1967,p. 25), a configuração de Lisboa, na denominada Baixa Pombalina, adveniente da reestruturação urbana ordenada pelo Marquês de Pombal, na sequência da tragédia do terramoto de 1755, não nos deixa indiferente. Todavia, afirma-se que as condições proporcionadas pelo estuário do rio Tejo iriam provocar maior aproveitamento ribeirinho na sua frente urbana e uma clara vocação marítima e comercial do poder político que escolheria esta cidade como capital. Antes da Praça do Comércio existia o Terreiro do Paço, justamente onde se localizava o Paço real da Ribeira, a sede do poder político monárquico português.

Essas condições reforçaram-se pela referida reestruturação em que a Praça do Comércio se assume com maior símbolo (figura 6) de ordenação, estruturação e reflexo desse poder. Atentamos nessa figura (6) obviamente, também central na explicação na defesa da segunda linha de identidade geopolítica portuguesa na sua relação com o mar.

A Praça do Comércio é uma explosão de elementos de identidade geopolítica portuguesa. Por uma questão de texto, teremos de nos resumir ao seu essencial. A vocação ordenada, planeada e estruturada das cidades vem da civilização mediterrânica, em especial, do Império Romano, com a malha ortogonal, o cadastro fundiário e as operações paritárias de parcelamento do solo, denominadas centúrias²⁵.

Como assinala justamente um outro grande geógrafo português, o professor Jorge Gaspar, o ordenamento do campo precede o da cidade, pois o planeamento desta provém dos conhecimentos de geometria aplicados às zonas agrárias.²⁶ A redescoberta desses modelos, tão cara no Renascimento europeu, mas também no neoclássico do século XVIII projeta-se na Praça do Comércio em que se afirma um poder da cidade sobre a terra, ostentatório e decisivo, bem como do poder político que a erigiu.

A Praça do Comércio representa o início de uma dimensão do urbano que ultrapassa a escala humana em que o poder político convoca o coletivo para demonstração do seu poder. Nada mais ilustra a ligação desta Praça à civilização do barro, mediterrânica, nas palavras de Ribeiro definidas como civilização arqueológica, ou seja, “a que desdenha o material que a Natureza oferece impondo as suas preferências” (Ribeiro,1983,p.37).

Uma identidade geopolítica baseada no transporte, na circulação e no comércio necessita de vias ordenadas para segurança, acessibilidade e salubridade, edifícios com maior capacidade de armazenamento, com arejamento, incluindo, para algum tratamento industrial necessário de produtos, bem como largos ou terreiros para sua troca em mercados que funcionem como locais de comunicação de transações e de exibição ou reconhecimento do seu poder.

²⁵ Fadigas, L. (2017). Território e Poder- O uso, as políticas e o ordenamento. Lisboa: Edições Sílabo.

²⁶ Gaspar, J. (2022). O ordenamento do campo precede o da cidade in *Electra*, nº 18, Setembro-Dezembro de 2022, pp.45-58.



Figura 6 - Panorâmica da praça do Comércio e encosta do Castelo de São Jorge. Lisboa. Fotografia de Paulo Guedes. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – PAG000447

Os locais dominantes deixaram de ser sítios elevados ou estratégicos por questões de segurança. As praças, nas cidades marítimas, segundo Teixeira²⁷ passariam a assumir um papel central na organização da cidade, seja por constituírem um ponto de confluência, a meio de uma via longitudinal ao mar e uma via principal de acesso ao interior, seja porque nela se implantavam progressivamente funções comerciais e edifícios importantes ou ainda por implantação de algum edifício institucional de referência.

A Praça do Comércio funciona, assim, como largo ou terreiro ordenado e público em que a toponímia do nome confere significado simbólico ao poder do comércio e do mercado, como fontes de riqueza, tributação e poder político. O conjunto é dominado ao centro pelo representante máximo desse poder, o rei soberano em pose majestática com um dos símbolos, também, de riqueza do Império Romano: o cavalo.

Por sua vez, a estruturação uniforme dos edifícios à volta da Praça confere convergência institucional das partes para o todo, sejam lojas comerciais, repartições oficiais públicas, habitações palacianas ou monumentos, como o Arco Triunfal da Rua Augusta. Perto, localizam-se a Alfândega e o Ministério das Finanças. O poder político está aqui concentrado.

Como visões de conjunto também, estão mais distantes, como compromissos históricos aceites para a atualidade, o castelo de São Jorge, fonte de poder militar e a Sé de Lisboa, como fonte de poder espiritual. A Praça do Comércio e suas visões complementares constituem um conjunto monumental significativo da identidade geopolítica portuguesa.

Todavia, o olhar da geografia não pode subordinar-se à visão política, simbólica e de ostentação dos poderes políticos. Tem de procurar os bastidores, a profundidade e, muitas vezes, o subsolo em ligação com a geologia. Se há pouco utilizámos uma fotografia da Praça do Comércio,

²⁷ Teixeira, M. (2015). As formas da cidade portuguesa in *o Estudo da Forma Urbana em Portugal*, Vítor Oliveira, Teresa Marat-Mendes e Paulo Pinho (org.). Porto: Universidade do Porto,.

orientada do rio para a cidade histórica e para aquilo que é o mais representativo das imagens turísticas de Lisboa, vamos agora fazer um contraponto de visão, ou seja, da cidade histórica para o rio recorrendo ao acervo, feliz, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Atentemos na figura 7.

O olhar da cidade histórica (do Miradouro de Santa Luzia) para o rio é de 1957, ainda antes do início da construção da ponte sobre o Tejo nos anos 60. A Praça do Comércio não surge, agora, tão proeminente na composição do conjunto e voltam a redescobrir-se os traços de uma identidade geopolítica portuguesa, dir-se-ia, profunda, no espaço urbano de Lisboa.

O conjunto é divergente. A altura dos edifícios não é uniforme. O mesmo para a sua largura e dimensão. Os telhados têm formas e sentidos de orientação diversificados. Existem ruas com um sentido perpendicular, mas também em viés para o rio. Aqui e acolá, registam-se aproveitamentos no topo dos edifícios em águas-furtadas e/ou sótãos. Uma torre de igreja surge isolada e submergida no casario.

Que se redescobre em Lisboa? Traços de um sentido de engenho, improvisado e adaptação contextual e biológica às condições do terreno. Um aproveitamento intenso em altura e ou em largura dos edifícios na ocupação do solo disponível. Uma demarcação funcional sedentária de todas as possibilidades do rio em terra com habitações, armazéns e utilizações diversificadas, incluindo descanso e conforto espiritual.

Em suma, em Lisboa ainda são detetáveis alguns indícios da individualidade cultural do Ocidente atlântico. Da primeira linha de identidade geopolítica portuguesa assinalada nos contextos. Que não foi contemplada no urbanismo de Pombal pós-terramoto de 1755. E que continua resiliente demonstrando a capacidade de se interpretar o mar enquanto recurso fundiário suscetível de aproveitamento e valorização. Pelos poderes urbanos e políticos. A indústria do turismo vai ficar grata. Estamos em tempo e ordem de concluir esta viagem.



Figura 7 - Vista de Lisboa a partir do miradouro de Santa Luzia. Fotografia de Raquel Sociero de Brito, 1957.
© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT- U. Lisboa – S1631

CONCLUSÃO

As linhas de investigação fundamentais sobre identidade geopolítica na relação com o mar foram aplicadas a Portugal. Orlando Ribeiro é o grande geógrafo português do século XX que interpretou o papel dos mares Atlântico e Mediterrâneo, enquanto elementos naturais e fruto de civilizações na formação de Portugal.

A civilização do granito e a civilização do barro são complementares para esse entendimento. O mar enquanto demarcação, fronteira, controlo, ocupação, linha ou rota, potencial ou efetiva que liga ou envolve uma terra está ligado ao Atlântico. O mar enquanto instrumento de comunicação, de transporte, de uso comum e interatividade corresponde-se com o Mediterrâneo. Se o primeiro foi fundamental para a eclosão da autonomia política de Portugal no século XII, o segundo foi decisivo para a sua maturidade e consolidação nos séculos XIII e XIV.

Viajámos de Norte a Sul. Entre o Porto e o rio Douro e Lisboa e o rio Tejo, passando por Coimbra e o Mondego no cruzamento destas identidades. O autor deste ensaio espera que a experiência tenha sido cativante para os sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Concluo afirmando que devemos orgulho em Portugal. De ser uma unidade política mundial impar pela sua estabilidade histórica. De constituir um exemplo único na Europa de entrecruzamento de mares na sua configuração política. De poder afirmar-se como portador de uma mensagem de diversidade na unidade política enquanto melhor contributo para um referencial de paz universal.

BIBLIOGRAFIA

- Berli, J; Bunel, M; Ducruet, C. (2018). «Sea-Land Interdependence in the global maritime network: the case of Australian Port Cities». In *Networks and Spatial Economics*, nº18, pp. 447-471.
- Biblioteca Nacional de Portugal (2011). *Orlando Ribeiro: 1911-1997. Ponto de partida: lugar de encontro*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Brandão, F. (2002). *História Diplomática de Portugal-uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cortesão, J. (1964). *Os Factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Diamond, J. (2019). *Como se renovam as nações-Crises, Escolhas e Mudança.* Lisboa: Bertrand Editora.
- Diamond, J. (2016). *Sociedades Comparadas*. Barcelona: Penguin Random House.
- Dijink, G. (1996). *National Identity and geopolitical visions*: Londres: Routledge.
- Dodds, K. (2021). *Geopolítica Una breve introducción*. Barcelona: Antonio Bosch Editor.
- Escohotado, A (2018). *Los enemigos del comercio*. Barcelona: Editorial Planeta.
- Fadigas, L. (2017). *Território e Poder- O uso, as políticas e o ordenamento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Gabardo, E. (2003). *Eficiência e Legitimidade do Estado, Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político*. Tamboré: Editora Manole.
- Gaspar, J. (2022). O ordenamento do campo precede o da cidade in *Electra*, nº 18, Setembro-Dezembro de 2022, pp.45-58.
- Hespanha, A.M. (2019). *Filhos da Terra- Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

- Kaplan, R. (2022). *A vingança da Geografia*. Coimbra: Almedina.
- Kidd, S. (2019). «Land-Sea Interactions and the Ecosystem Approach, Ocean Planning and Governance». In D. Langlet e R. Rayfuse (Eds.). *The 2017 Ecosystem Approach in Ocean Planning: Perspectives from Europe and Beyond*, nº 5, 2019, pp.140-159. Consultado em 09.12.2022 em <http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctvrk2v2.12>.
- Mack, J. (2018). *O Mar-Uma História Cultural*. Silveira: Letras Errantes.
- Machado, V. (2021). *Portugal Geopolítico: História de uma Identidade*. Lisboa: Lisbon International Press.
- Mackinder, H. (2004). «The geographical pivot of history». In *The Geographical Journal*, Nova Jersey, vol.170, nº 4, pp.298-321.
- Mahan, T (2007). *Influencia del poder naval en la historia*. Madrid: Ministerio de Defensa. Subdirección General de Publicaciones y Patrimonio Cultural,
- Manfredi, J. (2021). *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Marshall, T. (2020). *O Poder da Geografia*. Lisboa: Edições Saída de Emergência.
- Nye, J.(2010). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pelling, M.; Blackburn. S.(2014) .Megacities and the coast: risk, resilience and transformation. Londres: Routledge.
- Ribeiro, O. (1977). *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Edições Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (1983). Geografia e Civilização. In *Coleção Espaço e Sociedade*, nº 2, Jorge Gaspar (Dir.).Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, O. (1987). *A Formação de Portugal*, 1ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação: Lisboa.
- Ribeiro, O.(1987). *Portugal, Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, O.; Lautenschach, H. (1989). *Geografia de Portugal*, 3º volume. Lisboa: Edições João Sá da Costa. ISBN 972-9230-25-0
- Teixeira, M. (2015). As formas da cidade portuguesa. In o *Estudo da Forma Urbana em Portugal*, Vítor Oliveira, Teresa Marat-Mendes e Paulo Pinho (Org.). Porto: Universidade do Porto.
- Wilson, B. (2021). *Metrópoles- A história da cidade, a maior criação da civilização*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência.

FOTOTECA

- [Porto]. Fotografia de Orlando Ribeiro, s.d. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – F1464
- Coimbra. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1949. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa –F1808
- Citânia de Briteiros, [Guimarães], Alto Minho. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1972. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – S13339
- Porto: vários aspectos da cidade. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1976. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – S13343
- Vista de Lisboa a partir do miradouro de Santa Luzia. Fotografia de Raquel Soeiro de Brito, 1957. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – S1631
- Panorâmica sobre a Baixa Pombalina, destaca-se em primeiro plano o edifício dos Paços do Concelho. Lisboa. Fotografia de Judah Benoliel. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – JBN003637/ A10572/ N9105.
- Panorâmica da praça do Comércio e encosta do Castelo de São Jorge. Lisboa. Fotografia de Paulo Guedes. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – PAG000447.

O ALMOTACÉ-MOR DA CORTE: DA CRIAÇÃO DO OFÍCIO À CONSOLIDAÇÃO DO SEU REGIMENTO

Luís Seabra Lopes

Universidade de Aveiro

lsl@ua.pt

Resumo

Neste artigo, são estudadas as funções do almotacé-mor da corte, durante o primeiro século de existência do ofício. O estudo baseia-se na legislação da época e em outra documentação que alude, de forma explícita ou implícita, a essas funções. Verifica-se que as competências documentadas nos reinados de Dom Duarte, que criou o ofício em 1436-1437, Dom Afonso V e Dom João II foram genericamente as mesmas que acabaram por ficar estabelecidas nas *Ordenações Manuelinas*. Por outras palavras, e ao contrário do que por vezes se pensa, não houve alterações significativas nessas competências. Em complemento, são brevemente estudadas as biografias dos sucessivos almotacés-mores até Dom João III. Três dos sete almotacés-mores estudados participaram em negociações técnicas tão complexas como as do Tratado de Tordesilhas (1494) ou, já no século XVI, as negociações da questão das Molucas (1524). Embora estas tarefas não estivessem directamente relacionadas com o ofício de almotacé-mor, elas evidenciam a qualidade técnica de algumas das pessoas que o desempenharam.

Palavras-chave: almotacaria, corte itinerante, almotacé-mor da corte

Abstract

The functions of the court's *almotacé-mor*, in the first century of existence of this office, are studied on the basis of both the legislation of that period and other documentation that explicitly or implicitly alludes to these functions. It is concluded that the competencies documented in the reigns of Duarte, who created the office in 1436-1437, Afonso V and João II were generally the same as those eventually established in the new ordinances of Manuel I. In other words, and contrary to what might be expected, there were no significant changes in these competencies. In addition, the biographies of the successive persons in this office until João III are studied. Three of the seven studied *almotacés-mores* participated in complex technical negotiations such as those of the Treaty of Tordesillas (1494) or, already in the 16th century, those of the Moluccas (1524). Although these tasks were not directly related to the *almotacé-mor*'s functions, they show the technical quality of some of the people appointed to that office.

Keywords: economic regulation, urban management, itinerant court, court's *almotacé-mor*

1. INTRODUÇÃO

Na história de Portugal até ao século XIX, a palavra *almotaçaria* designava o conjunto de actividades da administração pública relacionadas com a regulação económica e com a gestão urbana (FREIRE DE OLIVEIRA, 1882-1911, I, p. 212-218; TORRES, 1963a; HESPANHA, 1982, p. 153 e 249-250; PINTO, 2018). Num segundo significado, *almotaçaria* designava um tabelamento de preços e/ou salários (PINHEIRO & RITA, 1984). Deriva de *almotacé* (do árabe *al-muhtasib*), palavra que designava o oficial ou funcionário responsável pela regulação económica e gestão urbana no âmbito de um município. Os *almotacés*, bem documentados desde o século XII, fiscalizavam os preços e salários, os pesos e medidas, a qualidade dos produtos apresentados para venda nos mercados e o trabalho dos oficiais mecânicos. Na vertente da gestão urbana, definiam lugares de lixeira comum, garantiam a limpeza do espaço urbano e promoviam a resolução de conflitos resultantes da actividade construtiva. Ronald Bishop Smith, dissertando sobre os *almotacés*, dizia que «*a good description of this office in the Portuguese context does not exist*» (SMITH, 1993, p. 9). Felizmente, o interesse pelo tema tem vindo a crescer (RIBEIRO DA SILVA, 1988, II, p. 567-594; PEREIRA et al., 2001; FERREIRA, 2014; PINTO, 2016a; PINTO, 2016b; PINTO, 2018; CAMPOS & PINTO, 2018).

Desde o final do século XIII, está documentado em Lisboa e outros municípios principais o costume de distribuir o trabalho de *almotaçaria* por 24 *almotacés* ao longo de cada ano, dois em cada mês. Especificamente no município de Lisboa, existiu desde a mesma época a distinção entre *almotacé grande* (ou *maior* ou *mor*) e *almotacé pequeno*. O concelho e o alcaide elegiam dois *almotacés*-mores para cada mês do ano, sendo um cavaleiro e outro cidadão, e estes por sua vez escolhiam, também para cada mês, dois *almotacés* pequenos (*Posturas de Almotaçaria*, p. 45; PINTO, 2016a, p. 290-295; PINTO, 2016b, p. 50). Na cidade do Porto, também existiu a figura do *almotacémor* nos séculos XV-XVI, mas com diferente enquadramento (RIBEIRO DA SILVA, 1988, II, p. 592-594). Em 1500/11/05, um João Caldeira, cavaleiro, morador em Tânger, foi nomeado para o ofício de *almotacé-mor* dessa cidade marroquina ¹.

A partir do século XV, documenta-se a figura do *almotacé-mor da corte*. Em Portugal como em outros reinos da Europa medieval, a corte era simultaneamente o conjunto de pessoas que gravitavam em torno do rei e o local onde o rei e essas pessoas se encontravam. Como o rei vivia em quase permanente deambulação pelo reino, a corte era um organismo itinerante, e de dimensões variáveis, formado pelo grupo de pessoas que acompanhavam o rei de forma permanente e por outras pessoas que estavam na corte a desempenhar funções específicas de forma temporária ou a tratar de assuntos particulares. No seu estudo fundamental sobre a corte dos reis de Portugal em finais da idade média, Rita Costa Gomes caracterizou a corte como um sistema espacial, que funcionava em múltiplos círculos de influência centrados na presença física do rei. A autora estudou detalhadamente a estrutura interna, instituições e funcionamento da corte, a participação dos diferentes grupos sociais na vida da corte e a complexa logística envolvida na sua itinerância (COSTA GOMES, 1995, p. 275-285).

¹ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 12, fl. 53.

Sendo composta por centenas de pessoas, a corte era um importante local de consumo e tinha, naturalmente, os seus próprios regatões. Os problemas de regulação do mercado cortesão estavam no âmbito da almotaçaria. Vários outros aspectos necessários ao funcionamento da corte, como sejam a conservação dos caminhos e das pontes e a limpeza dos locais de permanência, estavam também no âmbito da almotaçaria. Assim, não surpreende que tenha acabado por ser criado o ofício de *almotacé-mor da corte*. Este, no entanto, foi sempre um ofício desempenhado ao longo de vários anos, por vezes de forma vitalícia, enquanto que em alguns municípios os almotacés-mores exerciam o ofício por períodos de um mês. Com a itinerância da corte, algumas das atribuições do almotacé-mor da corte acabavam por adquirir relevância nacional.

Em parte por falta de um rasto documental abundante, as actividades do almotacé-mor da corte no século XV estão ainda menos estudadas do que as dos almotacés municipais. O *Dicionário de História de Portugal*, que não tem nenhuma entrada dedicada ao almotacé-mor da corte, apenas nos diz, na entrada «Almotacé», que aquele ofício tinha como atribuições «*o abastecimento da corte e prover o conserto dos caminhos por onde o soberano havia de passar*» (TORRES, 1963b). Rita Costa Gomes, no estudo já mencionado, refere brevemente este ofício, realçando as suas atribuições nas áreas do abastecimento da corte, tabelamento de preços e controlo dos pesos e medidas (COSTA GOMES, 1995, p. 282, tb. 32 e 217). Mais recentemente, partindo de um interesse no tema do controlo metrológico, Mário Viana considerou que a criação deste ofício terá representado «*uma valorização das questões metrológicas em termos governativos*» e presume que a matriz inicial do ofício de almotacé-mor da corte estaria «*principalmente ligada à regulação metrológica*» (VIANA, 2015, p. 111-113; VIANA, 2017, p. 89-90). Em outras sínteses sobre esta época, o ofício de almotacé-mor é praticamente ignorado, mesmo quando são referidas pessoas que o exerceram (BAQUERO MORENO, 1978-1979; GOMES, 2006, p. 119-126; MENDONÇA, 1991; FONSECA, 2007; DOMINGUES, 2007).

Considerou-se durante muito tempo que o ofício de almotacé-mor da corte teria sido criado no reinado de Dom Afonso V (TORRES, 1963b). Nas décadas mais recentes, tem prevalecido a opinião de Armindo de Sousa. Este autor, referindo-se aos preceitos que regiam o ofício, afirmou que «*foram estabelecidos geralmente ao longo do século XV, desde o ano de 1417, em que foi promulgado o primeiro regimento*» (SOUSA, 1990, I, p. 129, n. 74). Armindo de Sousa remete para um código da câmara do Porto, elaborado por ordem de Dom Filipe II (1614), no qual encontramos traslados de vários documentos antigos «*que estauam em pergaminho*». Junto ao documento que serviu de base às afirmações de Armindo de Sousa, encontramos as seguintes indicações ²:

«*Regimento antigo do almotace-mor sobre os pezos e medidas*» (em título)

«*De Cesar, 1455, de Christo, 1417*» (à margem)

² *Liuro de Treslado de Capítulos de Cortes e Sentenças Antiguas* [...], conhecido como «Livro B da Câmara do Porto», no AHMP, cota A-PUB/6087, fl. 31-31v. O «regimento» está publicado, com omissão do título e da nota à margem, por MAGALHÃES BASTO (1940: 171-172).

Trata-se, afinal, de um alvará do almotacé-mor Pedro Lourenço de Almeida, datado de 1462, dirigido a vários municípios do bispado do Porto e centrado no problema da uniformização metrológica. No traslado, foi-lhe portanto dado um título enganador. Por sua vez, a nota à margem, que levou Sousa a datar o documento de 1417, não se refere à data do documento, mas sim a uma alusão que ele contém às «*cortes que foram feitas em a cidade de Lisboa na era de mil e tresentos e sincoenta e sinquo annos*». De facto, foi nas segundas cortes realizadas em Lisboa no ano de 1455 (e não era de 1455, ano de 1417, como interpretou o copista) que Dom Afonso V aceitou a coexistência de diferentes padrões regionais de pesos e medidas, estabelecendo seis centros de aferição, um dos quais localizado na cidade do Porto (TRIGOSO, 1815, p. 357-359; GAMA BARROS, [1922]~1950, p. 97-100). O citado alvará vem na sequência dessa decisão régia. Assim, os dois equívocos do copista e a precipitação de Armindo de Sousa deram origem a uma conclusão sem fundamento. Voltaremos a este alvará mais adiante.

Uma nota final nesta introdução para referir que existiu também o ofício de «*almotacé-mor do príncipe*», sobre o qual não conheço quaisquer estudos. Assim, por exemplo, em 1507/12/17, Dom Manuel I deu a Diogo Lopes de Sequeira o ofício de almotacé-mor do príncipe Dom João, futuro Dom João III, «*asy como o dito offiçio sempre tiveram os almotaces mores dos prjmcepes destes reinos*» (SMITH, 1993, p. 7). Nas biografias dos almotacés-mores da corte veremos que, em alguns casos, o almotacé-mor do príncipe ascendeu a almotacé-mor da corte quando o príncipe ascendeu ao trono.

No resto do artigo, procuro esclarecer quais eram as atribuições do almotacé-mor da corte desde a sua criação até ao reinado de Dom João III, ou seja, aproximadamente pelo espaço de um século. Neste período, em que se operou também a transição do estado medieval para o estado moderno, o ofício foi extinto, restaurado e consolidado. Estudo também as biografias das pessoas que exerceram o ofício na mesma época. Quando escrever «*almotacé-mor*», sem mais qualificação, estarei a referir-me ao almotacé-mor da corte.

2. O ALMOTACÉ-MOR DA CORTE

2.1. Criação, abolição e restauração do ofício

Uma primeira referência ao almotacé-mor da corte aparece em 1437 numa reclamação do mosteiro de Almoester (*Chancelarias*, Dom Duarte, I (2), doc. 827; VIANA, 2015: 56, n. 63). Que era o almotacé-mor da corte, vê-se pela forma como o rei o refere: «*nosso almotace moor*». Este ofício já existia portanto no reinado de Dom Duarte.

Nas cortes de Torres Novas de 1438, realizadas logo após a morte de Dom Duarte, o infante Dom Henrique, procurando solucionar a crise então desencadeada, apresentou um projecto de regimento onde também encontramos uma referência a um ofício de «*almotaçel moor*». Atendendo ao contexto, tratava-se certamente do almotacé-mor da corte³. Em 1438/11/28, ainda

³ «*item nom poer ofiçiaaes da casa do crime, nem do çiucl de Lisboa, nem corregedor da corte, nem das comarquas, nem meyrinho moor, nem almotaçel moor, nem procuradores da corte, nem na dieta casa do çiucl*» (BAQUERO MORENO, 1978-1979, I, p. 15, em nota)

antes do fim dessas cortes, a regência confirmou o «*ofício d'almoçaria da nossa corte*» a Pedro Lourenço de Almeida⁴.

Nas cortes realizadas no ano seguinte em Lisboa, o povo da Asseiceira apresentou certas queixas sobre o «*almotace moor em uosa corte*» (*Cortes*, Dom Afonso V, 1439, p. 169). Mais importante, num dos capítulos gerais dessas cortes de 1439, dirigindo-se a Dom Afonso V, os povos atribuíram a criação do ofício de almotacé-mor da corte a Dom Duarte: «*asy como fez el Rey voso padre [...] foy bordenar allmotaça moor, nom por neçesydade, mais por comprir vomtade, mostrando que se fazia por boom regymento*» (*Cortes*, Afonso V, 1439, p. 97; PINTO, 2016b, p. 51, n. 31). A criação do ofício de almotacé-mor da corte será, pois, não anterior a 1433. Entretanto, num alvará datado de 1436/04/14, Dom Duarte determinou que «*em ffectos d'almoçaria, nenhuum desenbargador nom conheça deles, saluo o nosso corregedor da corte, quando nos formos na çidade [de Évora]*»⁵. Estando o corregedor da corte a assegurar funções na área da almoçaria, parece seguro inferir que, nesta data, ainda não existia o ofício de almotacé-mor da corte. Assim, este ofício terá sido criado em 1436 ou 1437.

Data também do reinado de Dom Duarte a iniciativa de construção dos estaus de Lisboa, que viria a ser concluída durante a regência de Dom Pedro. Cada estau era um espaço de alojamento tipicamente com 10 camas que seria utilizado pelos membros da corte quando esta estivesse na capital (COSTA GOMES, 1995, p. 278-279). Tendo o almotacé-mor, como veremos, importantes responsabilidades na logística da corte, a coincidência temporal entre a construção dos estaus e a criação do ofício de almotacé-mor da corte sugere que Dom Duarte terá empreendido uma reforma desses processos.

No citado capítulo das cortes de 1439, os povos apresentaram queixas (não especificadas) e disseram que o ofício de almotacé-mor era «*mujto odioso*». Disseram também que o próprio Dom Duarte teria mudado de opinião: «*semdo certo de muj grande dapnno que se, ao pouou, de tall hofycyo, seguja, iaa tinha bordenado de ho nom aver hy mays*». Pediram portanto a extinção do ofício, dizendo que as suas funções poderiam voltar a ser assumidas pelos oficiais que antes as exerciam, porque menos dano causavam «*os pouquos lobos no curall, que hos mujtos*» (*Cortes*, Dom Afonso V, 1439, p. 97-98; VIANA, 2015, p. 56, n. 63, e 112-114). O infante Dom Pedro, então já regente, deu seguimento à pretensão dos povos e o cargo foi, de facto, extinto.

No entanto, o cargo de almotacé-mor da corte foi rapidamente restaurado, não sendo de excluir que tal tenha acontecido ainda durante a regência do infante Dom Pedro. Certo é que, em 1448/09/05, apenas três meses depois de ter assumido o governo do reino, Dom Afonso V doou uma capela a «*Pero Lourenço d'Almeyda, noso cavaleiro, de nosa casa, e noso almotaçel moor*»⁶. Dois anos depois, em 1450/06/17, o mesmo rei concedeu uma tença anual a «*Pero Lourenço d'Almeida, nosso almotaçe moor*»⁷. A partir daqui, o almotacé-mor manter-se-á na

⁴ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 18, fl. 9v; BRAAMCAMP FREIRE, 1921-1930: II, 309, n. 1.

⁵ Arquivo Distrital de Évora, Fundo da Câmara de Évora, Lv. 66 [=Livro Pequeno de Pergaminhos], fl. 50v.

⁶ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 12, fl. 17v-18.

⁷ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 34, fl. 103v.

orgânica do estado até ao século XIX. Nas cortes de Évora de 1481-1482, e dirigindo-se já a Dom João II, os povos mostravam desconhecer a existência do cargo de almotacé-mor no reinado de Dom Duarte, atribuindo a sua criação a Dom Afonso V: «ordenou voso padre, que amtygamente hi nam avya, a saber, almotaçe moor, que foy dado este ofiço novamente a Pero Louremço» (*Alguns Documentos*, p. 242).

2.2. Fontes documentais para o estudo do ofício de almotacé-mor da corte

Tendo estado extinto por algum tempo a partir das cortes de Lisboa de 1439, o ofício de almotacé-mor não ficou previsto nas *Ordenações Afonsinas*, concluídas em 1446 (DOMINGUES, 2007; VIANA, 2015, p. 113). Assim, é necessário recolher informações sobre as funções do almotacé-mor em outras fontes disponíveis. Desde logo, convém ter em conta a seguinte afirmação de Dom João II nas cortes de 1481-1482:

«... este ofiço em efeito nom he novo, amtes todo o que agora faz o almotaçe moor pertemçia ao corregedor da corte per seu regimento» (*Alguns Documentos*, p. 243)

Nas cortes de 1498, os povos também falavam do «*corregedor da vossa corte, que antigamente este carrego* [de almotacé-mor] *tjnha*» (*Cortes*, Manuel I, 1498, p. 124). Assim, para percebermos as atribuições do almotacé-mor da corte antes da reforma manuelina, faz sentido confrontar as atribuições do corregedor da corte estabelecidas nas *Ordenações Afonsinas* com as atribuições do almotacémor estabelecidas nas *Ordenações Manuelinas* e com as informações que for possível colher na documentação produzida ao longo dos reinados de Dom Duarte, Dom Afonso V e Dom João II. Não tendo o almotacé-mor sido uma figura consensual na sociedade portuguesa do século XV, bastante informação relevante aparece no contexto de reclamações apresentadas em cortes, como vamos agora ver.

2.3. O almotacé-mor e a logística da corte

Logo em 1437, a abadessa do mosteiro de Almoster queixava-se de que o «*almotaçe moor constangia os dictos caseiros e lhes mandaua tomar as palhas e outros mantijmentos contra suas uontades, e os fazia serujr com as cargas*» (*Chancelarias*, Dom Duarte, I (2), doc. 827). Nas cortes de 1439, a Asseiceira mostrava-se muito agravada pelo almotacé-mor, uma vez que, quando a corte estanciava em lugares vizinhos, «*nos costringem que leuemos mantijmentos, o que a nos he grande destroiçom*» (*Cortes*, Afonso V, 1439, p. 169-170). Por sua vez, a Atalaia dizia que, quando o rei, ou sua mãe ou tios, estavam em lugares vizinhos, «*o corregedor da uosa corte, e esso meesmo o almotaçel moor, nos costringem que lleuemos all os mantijmentos; outrosy nos tomam nosas bestas e bois pera as carregas*» (*Cortes*, Afonso V, 1439, p. 173). Nestas referências, são recorrentes três aspectos principais: mantimentos, bestas de carga e palha.

Com a extinção do ofício de almotacé-mor, estas actividades foram atribuídas ao corregedor da corte. Estavam nesta altura em curso os trabalhos de reforma e compilação das ordenações do reino, que tiveram o impulso decisivo do infante regente, Dom Pedro, e viriam a ser concluídos em 1446. O produto deste trabalho é conhecido como *Ordenações Afonsinas* (COSTA, 1968; DOMINGUES, 2007). Ora, no capítulo das *Ordenações Afonsinas* relativo ao corregedor da corte, estipulava-se que os lavradores «*a que especialmente for recado do nosso corregedor,*

que nós havemos lá d'hir invernar, fação seus palheiros em cada huum ano continuadamente de toda a palha que ouverem» (OA, Lv. I, tit. 5, §30). Além disso, «onde nós estevermos nom seja nenhuma palha tomada, salvo per alvaraaes do corregedor» (id., §31). Talvez devido às reclamações de 1437-1439, as *Ordenações Afonsinas* não referem outros mantimentos. Quanto às bestas de carga, o corregedor emitia «alvaraaes que davam aaquelles que vinhaõ servir com suas bestas, levando as carregas ao tempo da partida nossa» (id., §29). O corregedor, em articulação com as autoridades locais, devia ainda garantir a limpeza do espaço público (id., §27 e §28).

Entretanto, como vimos, o ofício de almotacé-mor foi restaurado pouco tempo depois da conclusão das *Ordenações*. Nas cortes da Guarda de 1465, estabeleceu-se que o almotacé-mor podia conceder a certas pessoas o direito de requisitar bestas e carros, desde que pagassem previamente o respectivo aluguer (SOUSA, 1990, II, p. 373). Nas cortes de Coimbra e Évora de 1472-1473, discutia-se qual seria a melhor maneira de organizar a estadia da corte de forma a «ser soportada nos lugares sem sua destroyção». O rei determinou que, «per respeito das camas e pousadas, que se am de dar a cada huum per hordenamça da pousemtadoria, se dem bestas de carregua, mamtimentos, palhas e outras cousas per seu almotace moor» (DIAS, 2014, p. 126).

Nas cortes de Évora-Viana de 1481-1482, voltaram os povos a pedir a extinção do ofício, e novamente por causa dos problemas relacionados com o abastecimento da corte. Diziam que «abastauam os almotaaes das çidades e villas de vossos regnos, asi pera regimento dellas, como pera vyrem os mamtymentos a vosa corte, quando acomteçe vyr aos ditos lugares» (*Alguns Documentos*, p. 242). Dom João II não cedeu, mas nomeou durante as próprias cortes (1481/11/22) um novo almotacé-mor, Rui de Sousa.

Nas cortes de Évora de 1490, o almotacé-mor ficou impedido de requisitar mais do que um certo número de bestas de carga (*TMMM*, doc. 115; SOUSA, 1990, II, p. 490). Dom Manuel I, escassas semanas após a subida ao trono, legislou no sentido de permitir a requisição e utilização de bestas de albarda, bestas de sela e carretas apenas para o abastecimento da corte. Para quaisquer outros fins, essa utilização seria feita mediante o pagamento do respectivo aluguer⁸. Nas cortes de 1498, diziam os povos que, por «azo e senborio» e «mando» do almotacé-mor, se perdiam «mays de dez mjll jeiras dos proues lauradores do rregno» (*Cortes*, Manuel I, 1998, p. 124). Pediam por isso, mais uma vez, a abolição do ofício. Queixavam-se também de que o almotacé-mor e os desembargadores da Relação, quando estavam numa dada localidade, «tomam conheçimento dos feitos d'almotacaria e jngurias berbaes de que o conheçimento he das camaras» (Id., p. 140).

No entanto, o almotacé-mor continuou a existir. Em 1500/09/24, temos notícia dos mantimentos cuja disponibilidade o almotacé-mor Dom Nuno Manuel deveria assegurar na vila do Torrão, dada a iminente visita da rainha⁹. Veremos adiante (sec. 2.7) a forma como o ofício de almotacé-mor da corte ficou configurado nas *Ordenações Manuelinas*.

⁸ Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Histórico, Chancelaria da Cidade, Livro 1º de Registo de Posturas, Regimentos, Taxas, Privilégios e Ofícios, doc. 1, fl. 14-14v (1495/12/09).

⁹ ANTT, Corpo Cronol., Parte II, mç. 3, n.º 30). Em 1518/11/23, estando iminente a passagem do rei no Sardeal, Dom Nuno Manuel mandou ao juiz dessa vila que tratasse dos necessários preparativos (id., mç. 78, n.º 101). Ronald Bishop Smith publicou três documentos do almotacé-mor Diogo Lopes de Sequeira, datados de 1524, também relacionados com o abastecimento da corte em Évora (SMITH, 1993, docs. 3-5).

Um exemplo dos procedimentos seguidos com vista ao abastecimento da corte é-nos dado pelos documentos, relativos ao abastecimento da corte em Évora em 1524, publicados por Smith: a) Um alvará de Dom João III, com data de 1524/08/30, dirigido ao almotacé-mor Diogo Lopes de Sequeira, dispensando os lavradores de quatro herdades, «*por esta soo vez que nesta çidade estamos*», de fornecerem mantimentos para a corte; b) Um alvará circular do almotacé-mor, de 1524/12/06, com cópia de um alvará de Dom João III, de 1524/10/18, dirigido aos municípios de Entre Tejo e Guadiana, sobre o abastecimento de mantimentos a Évora, dada a próxima chegada da Rainha; e c) Um mandado do mesmo almotacé-mor de 1524/12/07, informando que a Rainha chegaria por volta de 1525/01/20 e mandando que os mantimentos fossem entregues até 1525/01/15 (SMITH, 1993, docs. 3, 4 e 5).

A conservação das vias de comunicação, em que também intervinha o almotacé-mor, parece ter sido menos causadora de reclamações do que o abastecimento da corte. Ainda assim, nas cortes de 1490, os povos pediram para retirar ao almotacé-mor as competências que tinha sobre a rede viária do reino. No entanto, o rei manteve essas competências: quando o rei fosse percorrer algum caminho, «*o almotace moor o deve correger, per sy ou per outrem*», e se o almotacé-mor tivesse conhecimento de caminhos em mau estado, «*pode mandar aos corregedores [das comarcas] que os mandem correger*» (TMMM, doc. 115).

2.4. O almotacé-mor e os pesos e medidas

No período em que o ofício de almotacé-mor esteve extinto, as funções de controlo metroológico aparecem atribuídas ao corregedor da corte. Sabe-se, por exemplo, que em 1442 «*Gonçalo Fernandez, corregedor da corte*», mandou dar instruções aos almotacés do Porto para estes verificarem as balanças, pesos e medidas dos vários profissionais¹⁰. As *Ordenações Afonsinas*, concluídas em 1446, mantiveram a atribuição das funções de regulação metroológica ao corregedor da corte: ao entrar num município, o corregedor da corte deveria dirigir-se a «*camara do concelho*» e mandar «*afinar todollos pesos de todallas cousas que se ouverem de medir e pesar*». O corregedor da corte teria «*huma besta de albarda pera trazer os pesos e medidas que ordenados som*», sinal de que existiam padrões legais únicos pelos quais todos os outros deveriam ser aferidos (*id.*, §33; TRIGOSO, 1815, p. 357). O capítulo relativo ao corregedor da corte termina especificando as penas a aplicar aos que fossem encontrados na posse de pesos e medidas não marcados ou não conformes com os padrões (*OA*, Lv. I, Tit. 5, §3440).

A documentação posterior dá-nos notícias inequívocas sobre a transferência destas responsabilidades para o almotacé-mor da corte¹¹. Do primeiro almotacé-mor, Pedro Lourenço de Almeida,

¹⁰ PINTO FERREIRA, 1980: 219-221. J.A. Pinto Ferreira publicou o documento, atribuindo-o à era de 1442, ano de 1404. Trata-se de uma acta de vereação em que um dos subscritores é «*Vasco Anes, criado do Senhor Regente*», portanto criado de Dom Pedro, duque de Coimbra. O documento data portanto do ano de 1442. O corregedor da corte ali referido foi lente de leis no Estudo Geral de Lisboa, tabelião da corte em 1440 e depois corregedor da corte, cargo em que volta a aparecer em 1443 (BAQUERO MORENO, 1979-1980: 463-464). No índice da publicação, as datas desta e de outras sessões já aparecem corrigidas (PINTO FERREIRA, 1980: 515-520).

¹¹ Sobre a metrologia histórica portuguesa, vejam-se, entre outros, os trabalhos de TRIGOSO (1815), GAMA BARROS ([1922]~1950), SOARES (~1950), SEABRA LOPES (2003, 2005 e 2019), FERREIRA (2010) e VIANA (2015 e 2017).

são conhecidos dois alvarás com temática metrológica. No primeiro, datado de 1454/01/17, negou permissão ao mosteiro de Arouca para continuar a utilizar as medidas antigas, dado o regimento de pesos e medidas então em vigor, e porque «*em geerall proveito he serem todas as medidas e pesos jguaaes em todo o regno*» (VIGÁRIO, 2007, doc. 38; VIANA, 2015, p. 113). No segundo, enviado a vários municípios do bispado do Porto em 1462/08/04, o almotacé-mor mandou que viessem «*pollos padrois de pezos e medidas a ditta cidade [do Porto]*»¹². É também conhecida a sua actuação na comarca da Beira em 1453-1454, quando Dom Afonso V passou cerca de meio ano deambulando por essa comarca (GOMES, 2006, p. 249 e 299-300). Nessa altura, o almotacé-mor mandou destruir os padrões existentes nos concelhos, deixando padrões novos em seu lugar (TRIGOSO, 1815, p. 356-359; GAMA BARROS, [1922]~1950, p. 97101).

Em 1482, quando Dom João II tentou uniformizar as medidas de capacidade, atribuiu ao almotacé-mor a tarefa de aferição dos padrões municipais que, nas *Ordenações Afonsinas*, tinha ficado atribuída ao corregedor da corte:

«*mandamos que huum padrã de cada huuma das ditas coussas, verdadeiramente filhado pello sobredito [padrão] de Santarem, e marcado das nossas armas, tragua o noso almotaçee moor continuadamente em nosa corte, para com elle mandar prover, por onde amdarmos, as dictas mididas*» (Livro dos Pregos, doc. 448; SOARES, ~1950, p. 383)

Do almotacé-mor Rui de Sousa, são conhecidos os regimentos de pesos e medidas que deixou em 1483/12/14 na câmara do Porto (MAGALHÃES BASTO, 1940, p. 175-180; SOARES, ~1950, p. 381; SEABRA LOPES, 2018, doc. I) e em 1490/01/24 na câmara de Évora (SEABRA LOPES, 2018, doc. II). Por sua vez, em 1490/05/19, o seu filho e sucessor, Dom João de Sousa, deixou em Montemor-o-Novo um regimento semelhante ao de Évora¹³. No preâmbulo que se repete nesses regimentos, o almotacé-mor dizia que tinha instruções régias para «*jeerallmente por todos sseus regnos*» fazer cumprir esse regimento (SEABRA LOPES, 2018, docs. I, §3, e II, §3). A análise do regimento de 1483 mostra que grande parte do seu conteúdo é anterior a 1455. O preâmbulo terá, assim, sido escrito pelo almotacé-mor Pedro Lourenço de Almeida. Que os almotacés-mores realmente procuravam fazer cumprir o regimento, confirma-se até certo ponto, quer pela referida actuação de Pedro Lourenço de Almeida em 1453-1454, quer por esta referência num dos capítulos gerais das cortes de 1490:

«*outro grande agravo recebe vosso povo do dicto almotaçee moor [...] por mandar viir de todos vossos regnos os pessos e medidas a vossa corte, honde elle estaa, pera os aveer de prover asy como jaa duas vezes fez quando Vossa Alteza veyo Antre Tejo e Odiana*» (TMMM, doc. 115)

Já do século XVI, são conhecidos dois alvarás régios, ambos datados de 1524 e dirigidos ao almotacé-mor Diogo Lopes de Sequeira, em que Dom João III estabelece algumas orientações

¹² MAGALHÃES BASTO, 1940: 171-172; é este o alvará que Armindo de Sousa pensou ser o primeiro regimento do almotacé-mor, como vimos na introdução.

¹³ Biblioteca Nacional de Portugal, cota: PGS. 82V. Tem o seguinte título: «*Regimento dos pesos e mididas*». Devo a Pedro Pinto a indicação da existência deste regimento.

sobre o tempo para ser colocada a marca da cidade de Lisboa nos padrões de pesos e medidas da cidade de Évora (SMITH, 1993, doc. 1).

Veremos adiante na sec. 2.7 que o regimento de pesos e medidas acabou por ser integrado, com as devidas adaptações, no próprio regimento manuelino do almotacé-mor.

2.5. *A área de jurisdição do almotacé-mor*

Nas cortes de Leiria-Santarém de 1433, Dom Duarte determinou que os feitos cíveis suscitados em «*çinco legoas d'arredor de hu ell esteuer*» fossem dirigidos à sua Casa da Relação, e não à Casa do Cível, localizada em Lisboa (SOUSA, 1982, p. 104). Estas determinações foram depois integradas na compilação das ordenações do reino, dizendo-se aí que os feitos cíveis suscitados no «*luguar donde elle, ou sua corte estivesse, ou a cinco legoas de redor*», seriam desembargados pelos «*ouvidores que andassem na sua corte*» (OA, Lv. III, Tit. 90). Quanto ao caso específico dos feitos de almotaçaria, a câmara de Évora guardou registo de um alvará de Dom Duarte, datado de 1436, segundo o qual, quanto o rei estivesse «*na çidade ou ataa çinco legoas della*», os feitos de almotaçaria ali suscitados seriam analisados pelo corregedor da corte¹⁴. No capítulo das ordenações de 1446 relativo ao corregedor da corte, que, como vimos, tinha intervenção na área da almotaçaria, ficou estipulado que o corregedor da corte «*conhecerá de quaesquer aggravos que a elle vierem, dante os juizes ordinairos, assim em feitos civys, como em crimes, ataa cinco legoas*» (OA, Lv. I, Tit. 5, §15).

Todavia, o almotacé-mor da corte não esteve sempre sujeito a tal limitação. Pelo contrário, o preâmbulo repetido nos vários regimentos de pesos e medidas que conhecemos sugere, como vimos, que o almotacé-mor deveria promover a uniformização metrológica em todo o reino. Também vimos (sec. 2.3) que o almotacé-mor, em articulação com os corregedores das comarcas, tinha intervenção na rede viária de todo o reino, independentemente do local onde estava a corte.

Em todo o caso, quanto aos pesos e medidas, dificilmente o almotacé-mor poderia aferir os padrões dos municípios situados em locais distantes do itinerário da corte. Ora Dom João II estava empenhado em uniformizar as medidas de capacidade e em simplificar e uniformizar os pesos, e constatava que, por todo o reino, os pesos e medidas continuavam a não estar «*çertos nem comçertados seguundo devem*» (TRIGOSO, 1815, p. 359-353; GAMA BARROS, [1922]~1950, p. 102-106; SOARES, ~1950, p. 383-389). Assim, por carta de 1487/06/28, Dom João II alargou os poderes do almotacémor Rui de Sousa. Este deveria garantir a conformidade de «*todollos padroes dos comçelbos e pessos e medidas que erradas achar*», podendo para esse efeito enviar delegados a diferentes pontos do país. Mandava portanto o rei que, quem Rui de Sousa enviasse «*pellas dictas çidades, villas e luguares, lhe obedeçam e cumpram sseus mandados*» (SOARES, ~1950, p. 385). Em 1490/02/05, o rei nomeou Dom João de Sousa para suceder a seu pai no ofício de almotacé-mor e, no mesmo dia, lhe passou outra carta dando-lhe os mesmos poderes alargados que tinha dado a seu pai três anos antes (GAMA BARROS, [1922]~1950, p. 103-104).

¹⁴ Arquivo Distrital de Évora, Fundo da Câmara de Évora, Lv. 66 [=Livro Pequeno de Pergaminhos], fl. 50v.

Pouco tempo depois, nas cortes reunidas em Évora em Março de 1490, os povos lembravam que as atribuições do almotacé-mor tinham pertencido ao corregedor da corte, e que este tinha, como área de jurisdição, um círculo com raio de cinco léguas centrado no local onde estivesse o rei. Dom João II concordou com essa limitação, excepto no caso das bestas e mantimentos, «*porque, segundo as necessydades da terra, convem que se estenda ou alaongue sua jurdiçam*» (TMMM, doc. 115). Os povos queixavam-se também que o almotacé-mor enviava «*menposteiros per quaeesquer lugares que elle quer, a husar de seu oficio, como se Vosa Alteza em os taees lugares estevese*». Pediam por isso que o rei revogasse «*a carta que [o almotacé-mor] tem pera fazer correyçam per todo o reino*». Embora não se faça aqui qualquer referência a pesos e medidas, este pedido refere-se certamente às citadas cartas que Dom João II passou a Rui de Sousa (1487) e Dom João de Sousa (1490), dando-lhes poderes para enviarem representantes seus aos diferentes municípios do reino para inspecionarem os padrões metrológicos. Dom João II reiterou a sua concordância com o limite de cinco léguas na correição do almotacé-mor. Esse limite viria a ficar também consignado nas *Ordenações Manuelinas* (OM, 1512-1513, Lv. I, tit. 12, fl. 36v; OM, 1521, Lv. I, tit. 15, fl. 38v).

Num alvará de 1524/10/18, dirigido aos municípios de Entre Tejo e Guadiana e Além Guadiana, Dom João III avisava que o almotacé-mor, Diogo Lopes de Sequeira, «*usse de toda a jurdiçam e poder que tem, de almotaçe moor, demtro das çynquo legoas de seu Regimento*», com vista ao abastecimento da corte em Évora tendo em conta a próxima chegada da Rainha (SMITH, 1993, doc. 4).

2.6. A equipa do almotacé-mor

Segundo a breve síntese de Armindo de Sousa, que se referia a datas não posteriores a 1490, o almotacé-mor seria auxiliado por oficiais de dois tipos, o *aposentador* e o *mamposteiro* (SOUSA, 1990, I, p. 129, n. 74). Tentarei em seguida clarificar e completar esta informação com base nas referências que foi possível recolher.

Ao longo da segunda metade do século XV, encontramos algumas referências a aposentadores da casa real, que, regra geral, eram escudeiros. Refiro aqui alguns que encontrei, mas terão existido outros: Antão Vasques¹⁵, Aires de Almeida¹⁶, João de Ourém¹⁷, Manuel da Silva¹⁸, João Lopes Chacim¹⁹, João Rodrigues²⁰ e Vasco Correia²¹.

A ideia de que o almotacé-mor era auxiliado pelo aposentador é contrariada por várias constatações. Por um lado, tudo indica que o almotacé-mor não tinha atribuições directamente relacionadas com o alojamento dos elementos da corte. Com efeito, a disponibilização do

¹⁵ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 11, fl. 102 (1451/05/21).

¹⁶ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 13, fl. 174 (1456/03/09).

¹⁷ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 7, fl. 12 (1476/07/16).

¹⁸ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 28, fl. 105v (1497/09/15), Lv. 31, fl. 149 (1498/03/31) e Lv. 44, fl. 103 (1498/05/15).

¹⁹ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 16, fl. 74 (1499/04/28).

²⁰ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 1, f. 57v (1501/12/02).

²¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 33, n.º 67 (1526/01/22).

alojamento não ficou incluída entre as atribuições do corregedor da corte em 1446 (*OA*, Lv. I, tit. V) nem nas atribuições do almotacé-mor após a reforma manuelina (*OM*, 1521, Lv. I, tit. 15). Por outro lado, existia o ofício de aposentador-mor da corte (COSTA GOMES, 1995, p. 275). Em 1437, o aposentador-mor era Rui Mendes Cerveira, cavaleiro da casa real, que se manteve no cargo pelo menos até 1446²². Segundo a compilação das ordenações finalizada por esta altura, competia ao aposentador-mor dar «*as pousadas ás nossas companhas*» (*OA*, Lv. I, tit. 61). Deveria «*partir do lugar donde estevermos, ante por espaço d'huum dia, ou mais, segundo a distancia do lugar, pera onde houvermos d'ir*» e, em articulação, com as autoridades locais dos lugares, fixar alojamentos para os membros da corte. Documentam-se outros aposentadores-mores nas décadas seguintes: João Freire de Andrade²³, Nuno Furtado²⁴, Dom Henrique Henriques²⁵ e Manuel da Silva²⁶, este último documentado como aposentador em datas anteriores.

Em 1505, a carta de nomeação de Manuel da Silva para o ofício de aposentador-mor refere a existência de outro ofício designado como «*apousemtador pequeno*». Os indivíduos anteriormente documentados como simples aposentadores, entre os quais se inclui o próprio Manuel da Silva, seriam aposentadores pequenos e estariam na dependência do aposentadormor. Na referida nomeação, Dom Manuel I refere a existência de dúvidas sobre a repartição de competências entre o aposentador-mor, o aposentador pequeno e o juiz da imposição de Lisboa, que superintendia sobre a aposentadoria de Lisboa. Uma vez que ao «*apousemtador moor pertence apousemtar per si, quando quer que lhe aprouuer, e o apousemtador pequeno amdar com elle polla villa*», mandava a «*Joham Lopes Chaçim, nosso apousemtador [pequeno] que, daquy em diante, nam deis pousadas quamdo o dito apousemtador moor estiver no lugar, senam aquellas que elle, por sua pessoa, nam quiser hyr dar, porque emtom as dares vos*»²⁷.

O ofício de aposentador-mor continuou a existir nos séculos seguintes, mas, aparentemente, reduzido a um carácter honorífico. Com efeito, na segunda metade do século XV, com a criação dos estaus e das aposentadorias de Lisboa, Évora e Santarém, as responsabilidades do aposentador-mor foram-se esvaziando (BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões*, 1921-1930, II, p. 140-141; COSTA GOMES, 1995, p. 278-279). Nas *Ordenações Manuelinas* já só encontramos uma breve referência: aparece aí o aposentadormor numa enumeração «*Dos que podem trazer seus contendores aa corte per razam de seus priuilegios*» (*OM*, 1521, Lv. III, tit. 4). Seja como for, embora seja evidente que os aposentadores contribuíam para a organização logística da corte, é certo também que eles não podem ser considerados como colaboradores directos do almotacé-mor. A Fig. 1 sintetiza o enquadramento funcional do almotacé-mor da corte.

²² ANTT, Chanc. Duarte I, Lv. 1, fol. 145 (1437/03/01), idem, Lv. 19, fl. 14 (1438/11/20), idem, Lv. 18, fl. 52 (1439/03/19), idem, Lv. 5, fl. 44 (1446/05/21).

²³ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 11, fl. 1 (1451/02/17); idem, Lv. 11, fl. 41 (1451/04/15); idem, Lv. 11, fl. 143 (1451/09/17).

²⁴ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 7, fl. 3 (1476/07/18), e Chanc. Manuel I, Lv. 15, fl. 152 (1514/10/19).

²⁵ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 20, fl. 31v (1499/08/19, conf. de doação de 1483/09/25); e Lv. 19, fl. 1 (1487/08/04).

²⁶ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 23, fl. 47 (1505/01/11), e Lv. 35, fl. 80 (1520/10/08).

²⁷ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 23, fl. 47 (1505/01/11).

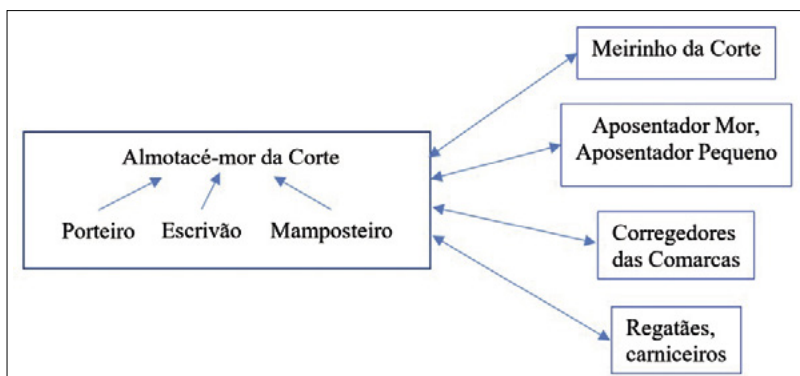


Fig. 1 – Enquadramento funcional do almotacé-mor da corte

Por sua vez, os mamposteiros eram aqueles representantes que, segundo as citadas cartas de 1487 e 1490, faziam o trabalho que o almotacé-mor «*faria se nos nas dictas çidades e villas e lugares estevesemos, e o dito nosso almotaçe moor hi de presentem fosse, e o por sy fezesse*». Nas cortes de 1490, os povos queixavam-se de que o almotacé-mor enviava «*menposteiros per quaeesquer lugares [...], como se Vosa Alteza em os taees lugares estevese*» (TMMM, doc. 115).

O meirinho da corte dava algum apoio na área da almotaçaria. Nas *Ordenações Afonsinas*, em que essa área ficou atribuída ao corregedor da corte, caso a câmara de um concelho não afinasse os padrões de pesos e medidas no devido tempo, o próprio corregedor, com ajuda do meirinho da corte, faria esse trabalho (OA, Lv. I, 5, §26; sobre as principais atribuições do meirinho da corte, ver OA, Lv. I, 11). Nas *Ordenações Manuelinas* ficou estipulado que o meirinho da corte teria também em sua posse um conjunto de padrões de pesos e medidas «*pera ver mais a meude se os regataões de nossa corte pesam e medem verdadeiramente*» (OM, 1512-1513, Lv. I, tit. 12, fl. 35v; OM, 1521, Lv. I, tit.15, fl. 37v-38).

As *Ordenações Manuelinas* determinavam que o almotacé-mor disporia de um porteiro «*pera fazer as cousas que lhe elle almotaçe moor mandar no que a seu officio pertencer*» (OM, 1512-1513, Lv. I, tit. 12, fl. 36v; OM, 1521, Lv. I, tit.15, fl. 38v).

A cópia do regimento de pesos e medidas deixada em Évora em 1490/01/24 dá-nos a conhecer a figura do «*escriuam d'almotacee moor*», ofício nessa altura desempenhado por Álvaro Velho, que elaborou essa cópia (SEABRA LOPES, 2018, doc. II, §21). Da época em que Dom Nuno Manuel foi almotacé-mor, existem vários documentos que nos falam, quer do *escrivão da almotaçaria-mor*²⁸, quer do *porteiro da almotaçaria-mor*²⁹.

²⁸ ANTT, Corpo Cronol., Parte II, id., mç. 62, n.º 174 (1516/01/05), mç. 73, n.º 166 (1518/02/03), id., mç. 74, n.º 150 (1518/05/01), id., mç. 87, n.º 145 (1519/02/14), id., mç. 80, n.º 56 (1519/02/28), id., mç. 83, n.º 129 (1519-08-03), id., mç. 86, n.º 133 (1519/12/23).

²⁹ Sem pretensão de sermos exaustivos, anotamos algumas referências: ANTT, Corpo Cronol., Parte II, mç. 55, n.º 133 (1515/03/06), id., mç. 62, n.º 175 (1516/01/05), id., mç. 73, n.º 173 (1518/03/05), id., mç. 74, n.º 153 (1518/05/01), id., mç. 80, n.º 87 (1519/03/05), id., mç. 81, n.º 148 (1519/05/10), id., mç. 83, n.º 124 (1519/08/02), id., mç. 86, n.º 122 (1519/12/20).

Os regatões e carnicheiros que abasteciam a corte gosavam de certas liberdades e privilégios cuja atribuição pertencia ao almotacé-mor. Em 1451/01/04, Dom Afonso V mandou que o almotacé-mor, ao abrigo da ordenação régia que concedia esses privilégios, libertasse um regatão de certas penas em que incorreria ³⁰. Já no início do século XVI, pelos anos de 1506 a 1512, encontramos o almotacé-mor, Dom Nuno Manuel, concedendo a diversos regatões e carnicheiros os privilégios que estavam previstos para aqueles que abasteciam a corte ³¹. Considerando os seus «*trabalhos e mudanças por todo o reino*», esses privilégios incluíam a isenção de portagem, usagem, costumagem, açougagem, relego e passagem do gado. Competia ao aposentador arranjar alojamento para os regatões e carnicheiros da corte junto ao local onde estivesse o rei. Os carnicheiros da corte estavam limitados a comprar até um máximo de 18 arrobas de carne por dia para a casa real.

2.7. O regimento do almotacé-mor

Na documentação de Dom João II, encontramos algumas referências ao regimento do almotacé-mor, ou de almotaçaria mor. Assim, na ordenação de 1482 já citada, Dom João II dizia que o almotacé-mor teria os padrões dos pesos e medidas e fiscalizaria os padrões dos municípios «*como em seu regimento he contheudo*» (*Livro dos Pregos*, doc. 448). Essa ordenação seria, de resto, «*assentada no livro das nossas hordenações, que anda nessa chamçelaria, e bem asy no regimento do dito almotaçee moor*». Na citada carta de 1487, com instruções especiais para o almotacé-mor Rui de Sousa, mandava o rei que este cumprisse e fizesse cumprir «*seu rregymento d'almotaçarja moor assy e pella guisa que nelle he contheudo*» (SOARES, ~1950, p. 385). Nas cortes de 1490 alude-se também ao «*regimento do almotacee moor*» (TMMM, doc. 115). Todavia, não nos chegou nenhuma versão deste regimento.

Quem comparar o capítulo «*Do almotacé-mor*» das *Ordenações Manuelinas* com os regimentos de pesos e medidas de Porto/1483 (SEABRA LOPES, 2018, doc. I) e Évora/1490 (SEABRA LOPES, 2018, doc. II) e Montemor-o-Novo/1490 ³², notará que muito do conteúdo e estrutura desses regimentos foi reaproveitado, com adaptações, por Dom Manuel I (*OM*, 1512-1513, Lv. I, tit. 12; *OM*, 1521, Lv. I, tit. 15. Mário Viana considerou que a cópia do regimento de pesos e medidas, deixada no Porto em 1483, seria na verdade uma «*cópia parcial*» do próprio regimento do almotacé-mor em vigor na época (VIANA, 2015, p. 114). No preâmbulo do regimento de pesos e medidas, o almotacé-mor afirma que o rei lhe tinha mandado que, por todo o reino, «*ffçaça compryr e dar a enxecuçom*» ao dito regimento (MAGALHÃES BASTO 1940, p. 175). Naturalmente, esta orientação do rei constaria do regimento do próprio almotacé-mor. O resto do documento de 1483 é o regimento propriamente dito, que se refere apenas aos pesos e medidas dos municípios e dos particulares (SEABRA LOPES, 2018, doc. I). Tratava-se, pois, de um regimento a cumprir no âmbito dos municípios.

³⁰ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 11, f. 29.

³¹ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 38, fl. 75 (1506/08/20), *id.*, Lv. 46, fl. 129 (1507/07/22), *id.*, Lv. 5, fl. 12v (1508/02/14), *id.*, Lv. 41, fl. 15v (1510/08/26), *id.*, Lv. 7, fl. 40v (1512/09/01).

³² Biblioteca Nacional de Portugal, PGS. 82 V.

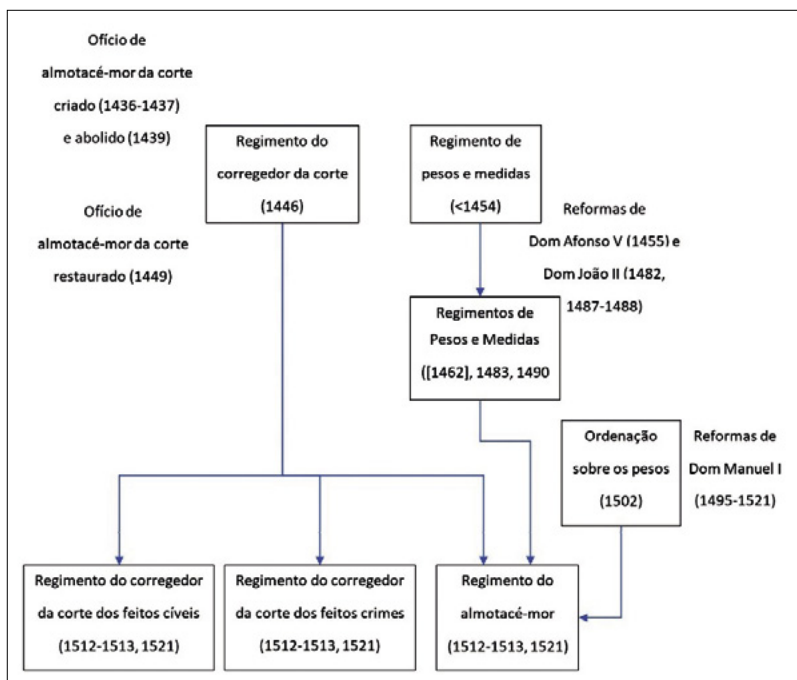


Fig. 2 – Genealogia do regimento manuelino do almotacé-mor da corte

Num estudo recente sobre a génese e evolução do regimento de pesos e medidas ao longo do século XV, foi possível concluir que, no essencial, o regimento de pesos e medidas em vigor em 1483 já existia antes de 1454, e que o regimento de 1490 resulta da actualização do regimento de 1483 tendo em conta a reforma dos pesos de Dom João II, de 1487-1488 (SEABRA LOPES, 2018; SEABRA LOPES, 2020).

Já o verdadeiro regimento do almotacé-mor tem a sua origem no conjunto de atribuições na área da almotaçaria incluídas no regimento do corregedor da corte em 1446. É certo que Dom João II mandou pensar a ordenação de 1482 ao «*regimento do dito almotaçee moor*», como vimos. Quer isto dizer que o regimento do almotacé-mor poderia ter certos anexos com orientações específicas que o almotacé-mor deveria ter em conta. Não parece, todavia, existir fundamento para afirmar que a cópia do Porto seria uma cópia parcial ou extracto do regimento do almotacé-mor em vigor na época. O regimento do almotacé-mor manuelino é o resultado da fusão do antigo regimento de pesos e medidas (documentado desde 1454) com o antigo regimento do almotacé-mor (cuja matriz inicial é dada pelas funções de almotaçaria atribuídas ao corregedor da corte em 1446).

Assim, a mais antiga descrição das funções do almotacé-mor actualmente conhecida é já do século XVI. Trata-se do capítulo «Do almotacé-mor» que apareceu na primeira versão das *Ordenações Manuelinas*. No essencial, o almotacé-mor desempenhava uma dupla função (*OM*, 1512-1513, Lv. I, tit. XII, fl. 31-36v; *OM*, 1521, Lv. I, tit. XV; FARIA, 2014). Por um lado, garantia as condições necessárias à tradicional itinerância da corte, nomeadamente no que dizia

respeito à manutenção das vias de comunicação, limpeza do espaço urbano nos locais de permanência e disponibilidade de bens alimentares para pessoas e animais de carga. Por outro lado, aproveitando a própria itinerância, fazia cumprir as posturas municipais, supervisionava a actividade dos almotacés, regulava os preços e controlava os pesos e medidas.

Vê-se que a maior parte das funções atribuídas ao almotacé-mor no início do século XVI tem correspondência nas funções atribuídas ao corregedor da corte no tempo do infante Dom Pedro (OA, Lv. I, tit. V, §26-40). Nesse conjunto de correspondências, avultam as disposições relativas a pesos e medidas. Já as funções do almotacé-mor relacionadas com o fornecimento de «*mantimentos*» como «*pam, vinho, carne e pescado*» à corte, que aparecem descritas com bastante detalhe nas *Ordenações Manuelinas* (OM, 1512-1513, I, 12, fl. 31-31v e 35v-36; OM, 1521, I, 15, fl. 33v-34 e 38), estão praticamente ausentes nas ordenações de 1446. De facto, nas ordenações de 1446, o capítulo relativo ao corregedor da corte tem disposições relativas às bestas de carga e às palhas (OA, Lv. I, tit. V, §29-31), mas nada adiantam sobre o abastecimento de outros mantimentos. Como referido acima, as queixas levantadas em 1437 e 1439 quanto aos mantimentos levaram à abolição (temporária) do ofício de almotacé-mor e poderão também explicar a ausência de atribuições relacionadas com mantimentos no capítulo do corregedor da corte.

Quem comparar as funções de almotaçaria atribuídas ao corregedor da corte em 1446 com as funções atribuídas ao almotacé-mor por Dom Manuel I, poderá inferir que a matriz inicial do ofício de almotacé-mor estaria centrada na regulação metrológica. A partir de 1512-1513, esse foco teria passado para segundo plano, enquanto o abastecimento da corte teria passado a ser o «objectivo prioritário» (VIANA, 2017, p. 90). No entanto, como ficou amplamente documentado acima, o abastecimento da corte esteve sempre entre as principais atribuições do almotacé-mor. A Fig. 2 sintetiza as origens do regimento manuelino do almotacé-mor.

3. QUEM EXERCEU O OFÍCIO DE ALMOTACÉ-MOR DA CORTE?

Na esperança de colher informações sobre o perfil das pessoas que desempenharam o ofício de almotacé-mor, e assim aferir eventuais requisitos a ter em conta na nomeação, pareceu oportuno investigar as biografias de quem efectivamente exerceu o ofício na época estudada. Citarei as fontes primárias nos aspectos mais directamente relacionados com o ofício de almotacé-mor e apoio-me nos estudos disponíveis para os restantes pormenores biográficos.

3.1. Pedro Lourenço de Almeida, 1437-1439 e 1448-1463

As grandes linhas da biografia do primeiro almotacé-mor, Pedro Lourenço de Almeida, são bem conhecidas (BRAAMCAMP FREIRE 1921-1930, II, p. 308-312; BAQUERO MORENO 1979-1980, II, p. 708-709). São aqui resumidos os principais traços biográficos, acrescentandose algumas informações novas directamente relevantes para o tema do presente artigo. Em 1433-1434, surge-nos um Pedro Lourenço, contador nos almoxarifados de Lamego e Viseu, a realizar uma inquirição e tombo dos bens e direitos reais nesses dois almoxarifados³³.

³³ ANTT, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 297.

Seria provavelmente o nosso almotacé-mor, que possuía uma quinta precisamente junto a Viseu. Em 1434/03/16, Pedro Lourenço aparece como aposentador da rainha Dona Leonor³⁴. Adoptou uma posição moderada nas cortes de Lisboa de 1439, colaborou com o infante Dom Pedro durante a regência, mas ficou do lado do rei no conflito que se seguiu. No que diz respeito à nomeação para o cargo de almotacé-mor, vimos acima que remonta ao reinado de Dom Duarte I. Em 1437, o almotacé-mor surge já, embora sem indicação do seu nome, na citada reclamação do mosteiro de Almoester (*Chancelarias*, Dom Duarte, I, 2, nº 827). Em 1438/11/28, logo após a morte de Dom Duarte, a regência confirmou «*Pero Lourenço d'Almeida, criado da Raynha mjnha madre*», no cargo de almotacé-mor³⁵. Vimos também que o cargo de almotacé-mor foi extinto em 1439, mas que já tinha sido restaurado em 1448/09/05. Outras referências à atividade deste almotacé-mor estão igualmente recolhidas acima. Em 1463, mantinha-se no cargo³⁶. Pedro Lourenço de Almeida, que era filho de Martim Lourenço de Almeida, alcaide da Covilhã, e neto por via materna de Martim Vaz de Castelo Branco, também alcaide da Covilhã, não deixou filhos, mas o ofício de almotacé-mor passou para um parente próximo.

3.2. *Gonçalo Vaz de Castelo Branco, 1464-1481*

Com efeito, Gonçalo Vaz de Castelo Branco era também neto do referido Martim Vaz de Castelo Branco, e portanto primo co-irmão do seu antecessor (VASCONCELOS, 2012, p. 362-363). Em 1464/02/06 já se documenta «*Gonçalo Vaaz de Castelo Branco, do noso conselho e nosso almotacee moor*», a pedido de quem Dom Afonso V concedeu uma carta de perdão em favor de um moço de monte que cometera um homicídio³⁷. No dia seguinte, dois servidores do mesmo almotacé-mor tiveram certas isenções³⁸. Gonçalo Vaz foi também chanceler-mor, escrivão da puridade, vedor da fazenda, regedor e governador da Casa do Cível, senhor de Vila Nova de Portimão, etc. Morreu entre 1493 e 1496 (BRAAMCAMP FREIRE 1921-1930, II, p. 173; MOTA, 1989, II, p. 75).

3.3. *Pedro Vaz de Castelo Branco, 1481*

Pedro Vaz de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz, foi em 1481/02/23 nomeado para lhe suceder (SOUZA, 1735-1749, III, p. 45; MOTA, 1989, II, p. 75-76). Sendo de menor idade, o ofício seria interinamente exercido por um irmão, Martim Vaz de Castelo Branco, nomeado no mesmo dia para o ofício de vedor da fazenda. Em 1482, sendo ainda moço fidalgo, Pedro Vaz começou a receber uma tença (MOTA, 1989, II, p. 76). Porém, nessa altura o almotacé-mor já era outro.

³⁴ ANTT, Chanc. Duarte I, Lv. 1, fol. 230.

³⁵ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 18, fl. 9v.

³⁶ Em 1463/07/06, um seu criado foi nomeado tabelião em Asseiceira e Atalaia (ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 9, fl. 97). Em 1463/08/05, outro criado de «*Pero Lourenço d'Almeida, do noso conselho e nosso almotace moor*», foi nomeado escrivão do corregedor na comarca e correição da Beira (ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 9, fl. 118v).

³⁷ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 8, fl. 6v.

³⁸ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 8, fl. 56v.

3.4. Rui de Sousa, 1481-1490

Em 1481/11/12, teve início em Évora uma reunião de cortes (*Alguns Documentos*, p. 66-272; SOUSA, 1990, I, p. 425; MENDONÇA, 1991: 202-248), na qual, como referi acima, os povos apresentaram reclamações sobre a actuação do almotacé-mor e pediram a abolição deste ofício. Dom João II não cedeu, mas talvez tenha sentido a necessidade de entregar o ofício a pessoa que desse mais garantias de o exercer com sucesso. Certo é que, apenas dez dias após o início das cortes, o rei nomeou para o ofício de almotacé-mor uma das pessoas mais notáveis e capazes da época. De facto, em 1481/11/22, Dom João II determinou o seguinte:

*«esgoardando nos como o carrego e ofiçio de noso allmotaçe moor he tall que nom deue ser delle emcarregado senom pera que o faça com muyto rresgoardo de seruiço de Deus, e nosso, e bem do pouoo, conheçendo de Rruy de Soussa, senhor da ujlla de Sagres, do nosso comsselho, que he tall pessoa que o assy fara [...], damo-llo daquy em djamte por nosso allmotaçe moor»*³⁹

É de notar que esta nomeação identifica como antecessor Gonçalo Vaz, e não Pedro Vaz: *«como todo teue e auya Gonçalo Vaaz de Castellbranco, que o foi del rey meu pae que Deos aja»*. Rui de Sousa foi homem de grande confiança de Dom Afonso V, Dom João II e Dom Manuel I e teve uma carreira verdadeiramente notável (BRAAMCAMP FREIRE, 1921-1930, I, p. 213-214 e 434; BAQUERO MORENO, 1994; BAQUERO MORENO, 1995, p. 146-150; PELÚCIA, 2007, p. 76-78). Em meados do século XV, com cerca de 30 anos, era já vedor da casa da rainha Dona Isabel e alcaide-mor e fronteiro-mor de Pinhel. Foi depois senhor de Sagres a partir de 1471, meirinho-mor do príncipe Dom João (depois rei Dom João II), embaixador a Castela em 1474 e 1475, combatente na batalha de Toro, senhor de Beringel a partir de 1477, embaixador a Inglaterra em 1482 e embaixador a Fez em 1489. Ao longo da década de 1480 terá estado principalmente ocupado com o seu ofício de almotacé-mor, ao qual renunciou no início de 1490. A actividade de Rui de Sousa como almotacé-mor costuma ser referida apenas de passagem (CARVALHO, 1971; FONSECA, 2007), sinal da pouca atenção que tem sido dada ao ofício de almotacémor. Em Janeiro de 1490, começou a receber uma tença de 150 000 reais brancos⁴⁰. Em 1494, Rui de Sousa participou na embaixada que ultimou o famoso Tratado de Tordesilhas e assinou-o em 1494/06/07 em representação de Dom João II⁴¹. Finalmente, em 1498 acompanhou os reis de Portugal, Dom Manuel I e Dona Isabel, a Castela, onde Dom Manuel I foi jurado como príncipe herdeiro de Castela, em 1498/04/28 (RESENDE, [*<1536*] 1798, *Entrada ...*, p. 306). Sobre Rui de Sousa, deixou Garcia de Resende a seguinte apreciação:

«pessoa de muita valia e autoridade, e de bom conselho, e vivo saber, muy despejado, e de muyta graça, e estimado, e favorecido d'el-rey, e de todolos reis que alcançou» (RESENDE, [*<1536*] 1798, *Vida e Feytos ...*, cap. 173)

³⁹ ANTT, Chanc. Afonso V, Lv. 26, fl. 149.

⁴⁰ ANTT, Chanc. João II, Lv. 12, fl. 34.

⁴¹ *«los honrrados Ruy de Sosa, señor de Usagres & Berengel, & Don Juan de Sosa su hijo, almotaçen mayor del muy alto & muy exçelente señor el Señor Don Juan, por la gracia de Dios Rey de Portugal [...] & Arias de Almadana, corrigidor de los fechos civjles en su corte [...], sus embaxadores & procuradores bastantes»* (COELHO et al. 1892: 69)

Por sua vez, um nobiliário tardio dá esta síntese sobre Rui de Sousa: «*foy o maior homem daquelles tempos*» (*Casal do Paço*, <1831, §335, n. 18). A escolha de uma pessoa com estas qualidades para o ofício de almotacé-mor certamente reflecte a importância que Dom João II atribuía à área da almotacaria e, em particular, à uniformização dos pesos e medidas (TRIGOSO, 1815, p. 359-353; GAMA BARROS, [1922]~1950, p. 102-106; SOARES, ~1950, p. 383-389). Como referi acima, Dom João II chegou a dar poderes especiais a Rui de Sousa com o objectivo de agilizar o processo de uniformização metroológica. Rui de Sousa morreu naquela última viagem a Castela, em 1498/05/24, na cidade de Toledo (RESENDE [<1536] 1798, *Entrada*, p. 298; BRAAMCAMP FREIRE, 1901, p. 9-10). Está sepultado em Évora em campa de bronze, onde uma inscrição revela ter morrido aos 75 anos. A campa é «obra flamenga do gótico chamejante, do mais belo que se conhece» (CARVALHO, 1971).

3.5. Dom João de Sousa, 1490-1495

Pela referência do Tratado de Tordesilhas, vemos que um dos três negociadores portugueses, Dom João de Sousa, era filho de Rui de Sousa e lhe sucedera no ofício de almotacé-mor. Foi nomeado para esse ofício em 1490/02/05⁴². No mesmo dia, Dom João II passou-lhe uma carta semelhante à que tinha passado a seu pai em 1487/06/28, já citada acima, ampliando-lhe os poderes relacionados com o controlo dos pesos e medidas (GAMA BARROS, [1922]~1950, p. 103-104). Poucos dias depois da nomeação, já era tratado com o título de «Dom», que o rei terá concedido aos filhos de Rui de Sousa. Deixou uma cópia do regimento de pesos e medidas em Montemor-o-Novo em 1490, já citado várias vezes. Com a coroação de Dom Manuel I, Dom João de Sousa terá deixado de ser almotacé-mor, de cujo exercício não são conhecidas outras notícias. Foi embaixador a Castela em 1497 e no mesmo ano começou a exercer as funções de alcaide-mor e capitão de Nisa (VASCONCELOS, 2012, p. 915). Acompanhou os reis a Castela em 1498, juntamente com seu pai e outras «*peçoas muy principaes*» (RESENDE [<1536] 1798, *Entrada*, p. 298). Por morte de seu pai, foi senhor de Sagres. Foi guarda-mor a partir de 1510/02/10 e morreu sem filhos em 1513/12/16. A representação deste ramo dos Sousas veio a ficar em seu meio irmão, Dom Pedro de Sousa, 1º conde do Prado.

3.6. Dom Nuno Manuel, 1496-1521

Dom Nuno Manuel surge, primeiro como almotacé-mor do duque de Beja, Dom Manuel, herdeiro da coroa, e depois como almotacé-mor da corte, na sequência da coroação (BRAAMCAMP FREIRE, 1921-1930, III, p. 29). Desempenhava já o ofício de almotacé-mor da corte em 1497/09/16, data em que Dom Manuel I o nomeou para o ofício de alcaide das sacas da vila de Monsaraz, dando-lhe autorização para pôr um escudeiro a servir o ofício por ele⁴³. Garcia de Resende incluiu «*Dom Nuno Manoel almotacel mor*» na lista de pessoas notáveis que em 1498 acompanharam os reis a Castela (RESENDE [<1536] 1798, *Entrada* ..., p. 299).

⁴² ANTT, Chanc. João II, Lv. 17, fl. 49; BRAAMCAMP FREIRE 1921-1930, I, p. 214; BAQUERO MORENO 1994; BAQUERO MORENO 1995: 148, n. 102.

⁴³ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 30, fl. 21.

Em 1501/10/07, era alcaide-mor da Guarda, ofício que trespassou passados poucos meses ⁴⁴. Ao longo de todo o seu reinado, Dom Manuel I empreendeu a principal reforma de pesos e medidas na história portuguesa anterior à introdução do sistema métrico decimal (SEABRA LOPES, 2003; SEABRA LOPES, 2019). É natural que Dom Nuno Manuel, enquanto almotacé-mor em todo esse período, tenha estado envolvido nessa reforma. Contudo, não são conhecidos documentos que o atestem. Em data anterior a 1508 foi encarregado da capitania das 100 lanças. Em 1508/02/28, o rei encarregou Dom Nuno Manuel da capitania geral das ordenanças (MORAIS, 1954, doc. 1, p. 161). Em 1508/05/20, o rei estabeleceu um regimento sobre a organização da gente de armas, onde diz ter encarregado Dom Nuno Manuel da «*capitania geral de toda a gente da ordenança, que ora é feita, [...] e de toda aquella que mais ao diante fizermos, assi em nossa corte, como polo reino e em todos nossos senhorios*» (MORAIS, 1954, doc. 2, p. 162-163). Coube assim a Dom Nuno Manuel dar início à rede de organizações militares locais conhecidas como «companhias de ordenanças», as quais se mantiveram até ao século XIX. A partir de 1515, foi também guardamor. Em 1520, continuava a exercer o ofício de almotacé-mor ⁴⁵. Foi senhor de Salvaterra de Magos, Águias e Erra.

3.7. Diogo Lopes de Sequeira, 1523-1530

A actuação de Diogo Lopes de Sequeira enquanto almotacé-mor já foi objecto de um pequeno estudo (SMITH, 1993; ver também SMITH 1975). Em 1507/12/17, Dom Manuel I nomeou-o para o ofício de almotacé-mor do príncipe Dom João (SMITH, 1993, p. 7, em nota). Este, já como Dom João III, e seguindo a tradição, nomeou Sequeira para o ofício de almotacé-mor da corte em 1522/06/23 (SMITH, 1993, p. 7-8, em nota). Diogo Lopes de Sequeira, que só tomou posse em finais de 1523, foi outra figura de proa na época. Comandou a primeira expedição portuguesa a Malaca (1509), foi governador da Índia (1518-1522) e participou nas negociações com Castela sobre as Molucas (1524). Nas palavras de Armando Cortesão, «Foi um dos mais importantes e competentes delegados portugueses à Junta que, em 1524, se reuniu em Badajoz-Elvas para procurar resolver a questão das Molucas» (CORTESÃO, 1975, p. 155).

4. CONCLUSÃO

No âmbito de outras investigações na área da almotacaria, apercebi-me da inexistência de estudos aprofundados sobre o ofício de almotacé-mor da corte no século XV. Em parte, tal poderá dever-se ao reduzido rasto documental que nos chegou das actividades do almotacé-mor nessa época. Neste artigo, foram estudadas as competências atribuídas ao almotacé-mor, quer com base na legislação vigente, quer com base em outra documentação que alude, de forma explícita ou implícita a essas competências. Foi possível concluir que as competências documentadas nos reinados de Dom Duarte, que criou o ofício, Dom Afonso V e Dom João II foram

⁴⁴ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 38, fl. 87v, e Lv. 4, fl. 15v.

⁴⁵ ANTT, Chanc. Manuel I, Lv. 35, fl. 119v (1520/05/30), id., Lv. 35, fl. 79 (1520/10/10), id., Lv. 35, fl. 121v (1520/12/29).

genericamente as mesmas que acabaram por ficar estipuladas nas *Ordenações Manuelinas*. Por outras palavras, não houve alterações significativas nessas competências.

Foram também analisadas as biografias dos sucessivos almotacés-mores, ao longo de um século a partir do reinado de Dom Duarte: Pedro Lourenço de Almeida, Gonçalo Vaz de Castelo Branco, Pedro Vaz de Castelo Branco (que não terá chegado a exercer o ofício), Rui de Sousa, Dom João de Sousa, Dom Nuno Manuel e Diogo Lopes de Sequeira. Podemos observar duas vias principais conducentes à nomeação para o ofício de almotacé-mor da corte. No início de um reinado, foi normal o novo rei nomear uma nova pessoa por o ofício. Assim, Rui de Sousa, que tinha sido meirinho-mor do príncipe Dom João, foi nomeado para almotacé-mor da corte quando o príncipe passou a ser o rei Dom João II. Dom Nuno Manuel, que tinha sido almotacé-mor do duque de Beja, foi nomeado para almotacé-mor da corte quando o duque passou a ser o rei Dom Manuel I. E Diogo Lopes de Sequeira, almotacé-mor do príncipe Dom João foi nomeado para almotacé-mor da corte quando este passou a ser o rei Dom João III. Por outro lado, ao longo de um mesmo reinado, verifica-se uma certa tendência para a transmissão familiar dos ofícios. No reinado de Dom Afonso V, Pedro Lourenço de Almeida passou o ofício a um primo coirmão, Gonçalo Vaz de Castelo Branco, e este por sua vez passou-o a um filho. No reinado de Dom João II, Rui de Sousa passou o cargo a seu filho, Dom João de Sousa.

O ofício de almotacé-mor mexia com importantes aspectos do funcionamento da economia e exigia por isso competências e capacidades técnicas especiais. No elenco de almotacés-mores, encontramos algumas pessoas notáveis, considerando os cargos que ocuparam e as missões que lhes foram confiadas. Os casos de Rui de Sousa, Dom João de Sousa e Diogo Lopes de Sequeira merecem especial destaque. As capacidades e competências técnicas que certamente tinham, e que justificaram a nomeação para o ofício de almotacé-mor, terão contribuído também para os habilitar a participar em negociações técnicas complexas como as do Tratado de Tordesilhas, em 1494 (Rui de Sousa e Dom João de Sousa), ou as da questão das Molucas, em 1524 (Diogo Lopes de Sequeira). Vale portanto a pena aprofundar a história dos almotacés-mores da corte portuguesa.

5. FONTES E BIBLIOGRAFIA

Alguns Documentos = Alguns Documentos para Servirem de Provas a Parte 2ª das Memorias para Historia e Theoria das Cortes Geraes, Lisboa, 1828.

BAQUERO MORENO, H. (1979-1980) *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*, 2 volumes, Coimbra.

BAQUERO MORENO, H. (1994) «Dois Negociadores do Tratado de Tordesilhas: Rui de Sousa e João de Sousa», *Oceanos*, nº 18, Tordesilhas: a Partilha do Mundo, CNCDP, Lisboa, 1994, pp. 12-14.

BAQUERO MORENO, H. (1995) «O Papel da Diplomacia Portuguesa no Tratado de Tordesilhas», *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, p. 135-150.

BRAAMCAMP FREIRE, A. (1921-1930) *Brasões da Sala de Sintra*, 2ª edição, 3 vols., Imprensa da Universidade, Coimbra.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, & Sandra MG PINTO (2018) Paisagens urbanas e rurais de Coimbra no longo século XIV pelo olhar dos seus almotacés, ...

- CARVALHO, A.M. (1971) «Sousa, Rui de», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. IV, Iniciativas Editoriais.
- Casal do Paço, <1831 = *Nobiliário de Famílias de Portugal. Título de Souza* [do Nobiliário de Casal do Paço] *anotado e Acrescentado por Felgueiras Gayo*, A.A. Meireles & D.A. Afonso, Braga, 1941.
- Chancelarias*, Dom Duarte, I (2) = *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, tomo 2, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1998.
- COELHO, J.R. (dir.), Próspero Peragalo, Xavier da Cunha & Rafael E.A. Basto (1892) *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Cortes*, Dom Afonso V, 1439 = *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V: cortes de 1439*, João José Alves Dias & Pedro Pinto (org.), Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.
- Cortes, Manuel I = *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I*, J.J. Alves Dias (org./rev.), Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2001-2002.
- CORTESÃO, A. (1975) *Esparsos*, III, Coimbra.
- COSTA GOMES, R. (1995) *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Difel, Lisboa.
- COSTA, M.J.B.A. (1968) «Ordenações», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. III, Iniciativas Editoriais.
- DIAS, D.J.T. (2014) *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-1473: Subsídios para o Estudo da Política Parlamentar Portuguesa*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra.
- DOMINGUES, J. (2007) *As Ordenações Afonsinas: Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela.
- FARIA, D. (2014) «A Burocracia Régia e os seus Oficiais no Tempo de D. Manuel I», *Revista Portuguesa de História*, t. XLV, p. 587-607.
- FERREIRA, P.J.C. (2014) Do Ofício de Almotacé na Cidade de Lisboa (século XVIII), *Cadernos do Arquivo Municipal: 2ª Série*, nº 1, Câmara Municipal de Lisboa, p. 55-82.
- FERREIRA, S.C. (2010) «Para uma Nova Interpretação da Realidade Metrológica Tardo-Medieval: Geografia, Política, Sociedade», *Revista Portuguesa de História*, XLI, p. 223-246.
- FONSECA, L.A. (2007) *D. João II*, Círculo de Leitores.
- FREIRE DE OLIVEIRA, E. (1882-1911) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 17 volumes, Tipografia Universal, Lisboa.
- GAMA BARROS, H. ([1922]~1950) «Pesos e medidas», *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV por Henrique da Gama Barros: 2ª Edição*, T.S. Soares (dir.), Tomo X, pp. 13-115.
- GOMES, S.A. (2006) *D. Afonso V: o Africano*, Círculo de Leitores.
- HESPANHA, A.M. (1982) *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*, Livraria Almedina, Coimbra.
- Livro dos Pregos = Livro dos Pregos: Estudo Introdutório, Transcrição Paleográfica, Sumários e Índices*, I.M. Viegas & M. Gomes (coord.), E.M. Alberto (intro.), M.G. Martins, S.M. Loureiro (transcr.), Coleção Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, nº 2, Câmara Municipal de Lisboa, 2016.
- MAGALHÃES BASTO, A. (1940) *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel do Arquivo Municipal do Porto* (Documentos e Memórias para a História do Porto, V), Câmara Municipal do Porto, Porto.
- MENDONÇA, M. (1991) *D. João II: Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Editorial Estampa.
- MORAIS, A.F. (1954) «Ordenanças e Ginetes d'el-Rey», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 24, p. 7-185.
- MOTA, E.P. (1989) *Do Africano ao Príncipe Perfeito*, dissertação de mestrado, Universidade do Porto.

- OA = *Ordenações do Senhor Rey D. Afonso V*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792; reedição facsimilada: Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1984.
- OM, 1512-1513 = *O Primeiro [-Quinto] Livro das Ordenações*, Valentim Fernandes Alemão (impr.), Lisboa.
- OM, 1521 = *O Primeiro [-Quinto] Livro das Ordenações*, Oficina de Jacobo Cronberguer, versão final, Évora, 1521.
- PELÚCIA, A.M.P. (2007) *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: A Elite Dirigente do Império Português nos Reinados de D. João III e Dom Sebastião*, dissert. dout., Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, M.R.M., N.F. NICOLAZZI JR. & M.F. BARBOSA (2001) «Almuthasib: Considerações sobre o Direito de Almotaçaria nas Cidades de Portugal e suas Colónias», *Revista Brasileira de História*, 21 (42), p. 365-395.
- PINA, R. (<1522) «Chronica d'ElRey D. João», Collecção de [Livros] Inéditos de História Portuguesa dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790-1824.
- PINHEIRO, A., & A. RITA (1984) *Lei de Almotaçaria: 26 de Dezembro de 1253. 2ª edição*, Banco Pinto & Sotto Mayor.
- PINTO FERREIRA, J.A. (1980) «*Vereações*»: *Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo*, Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XL, Câmara Municipal do Porto.
- PINTO, S.M.G. (2016a) «A Instituição da Almotaçaria, o Controlo da Actividade Construtiva e as Singularidades em Finais da Idade Média», *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços, Poderes*, J.L.I. Fontes, L.F. Oliveira, C. Tente, M. Farelo, M.G. Martins (coord.), Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, p. 287-312.
- PINTO, S.M.G. (2016b) «Em Torno do Foral Medieval da Almotaçaria de Lisboa», *Fragmenta Historica*, nº 4, p. 47-100.
- PINTO, S.M.G. (2018) «A Influência do Fuero Real na Almotaçaria de Lisboa», *Cuadernos de Historia del Derecho*, 25, 27-44.
- Posturas de Almotaçaria = Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, José Pedro Machado (leitura, nótula e vocabulário), Francisco José Veloso (apresentação), Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa, 1974.
- RESENDE, G. ([<1536] 1798) *Chronica dos Valerosos e Insignes Feitos del Rey Dom Ioam II de Gloriosa Memoria*, Real Officina da Universidade, Coimbra.
- RIBEIRO DA SILVA, Francisco (1988) *O Porto e o seu Termo (1580-1640: os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 vols., Porto.
- SEABRA LOPES, L. (2003) «Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade do Condado Portucalense ao Século XVI», *Portugalia: Nova Série*, XXIV, Faculdade de Letras, Porto, p. 113-164.
- SEABRA LOPES, L. (2005) «A Cultura da Medição em Portugal ao longo da História», *Educação e Matemática*, nº 84, p. 42-48.
- SEABRA LOPES, L. (2018) «O Regimento de Pesos e Medidas nos Reinados de Dom Afonso V e Dom João II», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 136, 2018, p. 143-168.
- SEABRA LOPES, L. (2019) «The Distribution of Weight Standards to Portuguese Cities and Towns in the Early 16th Century: Administrative, Demographic and Economic Factors», *Finisterra*, vol. 54 (112), Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, p. 45-70.
- SEABRA LOPES, L. (2020) «Os Marcos de Colonha e de Tria e a Reforma dos Pesos de Dom João II (1487-1488)», *Revista Portuguesa de História*, t. 51, p. 83-105
- SMITH, R.B. (1975) *Diogo Lopes de Sequeira*, Ed. Silvas, Lisboa.
- SMITH, R.B. (1993) *Diogo Lopes de Sequeira: Elements on his Office of Almotacé Mor*, Silvas-Coop. Trab. Gráf., Lisboa.
- SOARES, T. (~1950) «Observações», *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV por Henrique da Gama Barros: 2ª Edição*, T.S. Soares (dir.), Tomo X, p. 351-410.
- SOUSA, A. (1990) *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., INIC, Porto.
- SOUSA, A.C. (1735-1749) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 20 vols., Oficina Silviana.

TMMM = Trás-os-Montes Medieval e Moderno: Fontes Documentais (documento electrónico), M.C.A.C. Alegre & P.M.C.P. Costa (transcr.), Arquivo Distrital de Bragança, 2003.

TORRES, R.A. (1963) «Almotaçaria», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. I, Iniciativas Editoriais.

TORRES, R.A. (1963b) «Almotacé», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. I, Iniciativas Editoriais.

TRIGOSO, S.F.M. (1815) «Memória sobre os pesos e medidas portuguesas e sobre a introdução do sistema metro-decimal», *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. V, Lisboa, p. 336-411.

VASCONCELOS, A.M.F.P. (2012) *Nobreza e Ordens Militares: Relações Sociais e de Poder. Séculos XIV a XVI* (Militarium Ordinum Analecta, vol. 12), CEPESE, Porto.

VERÍSSIMO SERRÃO, J. (1993) Itinerários de el-rei D. João II: 1481-1495, Academia Portuguesa da História, Lisboa.

VIANA, M. (2015) *Estudos de História Metroológica: Medidas de Capacidade Portuguesas*, Centro de História da Universidade de Lisboa.

VIANA, M. (2017) *Novos Estudos de História Metroológica (Séculos XIV-XX)*, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores.

VIGÁRIO, R.M. (2007) *O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437): a Comunidade e o Património*, dissert. mest., Universidade de Coimbra.

COLÓQUIO PORTUGAL E A ORDEM DE MALTA

A PROPÓSITO DAS ELEIÇÕES DE
DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES:

LUÍS MENDES DE VASCONCELOS (1622) E
D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA (1722)

9 E 10 DE MAIO DE 2022

- EMBAIXADOR FERNANDO RAMOS MACHADO
“DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES (E UM QUE NÃO O ERA)”
- PROF.^a DOUTORA ANA LEAL DE FARIA
“A DIMENSÃO HUMANITÁRIA DA DIPLOMACIA. A ORDEM SOBERANA DE MALTA
E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1951-1971)”
- PROF. DOUTOR GONÇALO COUCEIRO FEIO
“A ORDEM DE MALTA EM PORTUGAL E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES
MILITARES DA RENASCENÇA”
- GENERAL ALEXANDRE DE SOUSA PINTO
“FREI DOM MANUEL PINTO DA FONSECA (1681-1741-1773) PORTUGAL
E A ORDEM DE MALTA”
- PROFESSOR CATEDRÁTICO FILIPE THEMUDO BARATA
“DO LEVANTE PARA OCIDENTE. O MEDITERRÂNEO E OS CONTEXTOS DA AÇÃO
DA ORDEM DE MALTA”

DOIS GRÃO-MESTRES PORTUGUESES (E UM QUE NÃO O ERA)

Fernando Ramos Machado

Presidente da Comissão Asiática da SGL

INTRODUÇÃO

Os Hospitalários que, só muito mais tarde, viriam a ser designados por Ordem de Malta, foram reconhecidos pela Santa Sé, em 1113. Escassos 20 anos depois, iniciaram a sua implantação em território do então ainda Condado Portucalense

Foi o princípio de um relacionamento que dura até hoje. Ainda que o cenário da acção dos Hospitalários fosse o Mediterrâneo e Portugal tivesse estado presente sobretudo noutras zonas do Globo, não faltaram nunca portugueses combatendo nas fileiras da Ordem do Hospital, ou exercendo cargos relevantes nas suas estruturas de Governo. Quatro ascenderam mesmo à Dignidade suprema de Grão-Mestre; foram eles:

- Afonso de Portugal
- Luís Mendes de Vasconcelos
- António Manoel de Vilhena
- Manuel Pinto da Fonseca

(Entre 29 de Abril e 8 de Novembro de 2020 e, por poucos dias, em Junho de 2022, presidiu interinamente à Ordem, como Lugar-Tenente, o português Ruy Gonçalves Villas-Boas).

Vasconcelos e Vilhena foram eleitos com 100 anos de intervalo, em 1622 e 1722. Assim, em 2022, passam 400 e 300 anos, respectivamente, sobre as suas eleições. Foi essa dupla efeméride que a Sociedade de Geografia entendeu dever ser assinalada, com um Colóquio, a 9 e 10 de Maio. Nele proferi uma Conferência, da qual o presente trabalho é uma versão alargada, e que consta de 3 Partes:

- 1ª Parte - “Luís Mendes de Vasconcelos”
- 2ª Parte - “O Grão-Mestre que não era português”
- 3ª Parte - “D. António Manoel de Vilhena”

No que toca a Luís Mendes de Vasconcelos, dispomos, excepcionalmente, de uma pequena biografia, publicada em 1672, meio século exacto, apenas, após a sua eleição. Foi seu autor António Pereira de Lima, da Ordem de Malta, Comendador de Sernancelhe, sobrinho de outro António Pereira de Lima, que fora companheiro e protegido de Vasconcelos. A obra, em espanhol, é dedicada ao Grão-Mestre Nicolau Cotoner, cujo irmão e predecessor, Rafael, conhecera bem o biografado e prestou ao autor informações relevantes.

Em 1731, Miguel Lopes Ferreira publicou uma tradução em português, dedicada ao Grão-Mestre de então, precisamente António Manoel de Vilhena. No prefácio, assinala que “observou a natureza, parece que com mistério, que corresse todo um século desde o ano de 1622 em que aquele Heroe foi eleito, até o de 1722 em que Vossa Eminencia foi elevado”.

Mesmo com falhas e limitações, “A Vida e Acções de Sua Alteza Sereníssima Fr. Luís Mendes de Vasconcelos” é uma obra única, fonte preciosa de informações, dando-nos o detalhe de uma longa carreira e traços do carácter dum português ilustre.

Não seria esta a ocasião adequada para uma nova edição da versão portuguesa de uma obra, que associa os dois Grão-Mestres que, neste ano, evocamos?

(Actualmente, mas não era essa a prática antiga, inclui-se o Beato Gerardo, Fundador da Ordem, na lista dos Grão-Mestres, como o primeiro deles. É nessa conformidade que, no presente trabalho, Luís Mendes de Vasconcelos, Antoine de Paule/António de Paula e António Manoel de Vilhena são referidos, respectivamente, como 55º, 56º e 66º Grão-Mestres).

1ª PARTE

LUÍS MENDES DE VASCONCELOS

Antes de mais, impõe-se uma clarificação. Houve dois portugueses ilustres (ainda que um deles controverso) contemporâneos e ambos de nome Luís Mendes de Vasconcelos, provavelmente parentes. São, com frequência, confundidos, aparecendo misturados os dados biográficos dos dois, como se se tratasse de uma só pessoa.

Um deles terá nascido em Lisboa, entre 1550 e 1560. Serviu nas tropas espanholas, em Itália e na Flandres. Capitão-Mor de uma Armada, que partiu para a Índia, em 1610; Governador de Angola, de 1617 a 1621, onde, contrariando as instruções régias, levou a cabo uma política belicista e violentamente esclavagista, pelo que sofreu uma devassa. Ignora-se o local e a data da sua morte.

Compôs várias obras, como “Arte Militar”, dedicada a Cristovão de Moura, “Conquista da Índia”, oferecida a El-Rei, “Tratado de la Conservación de la Monarchia de España”, oferecido ao Duque de Lerma”; a mais célebre, porém, foi “Do Sítio de Lisboa”, cujo objectivo era convencer Filipe II a transferir para Lisboa a Capital do seu Império.

Mas é o “outro” Luís Mendes de Vasconcelos que nos interessa, neste contexto.

Nasceu em Évora, provavelmente em 1543. Era filho de Francisco Mendes de Vasconcelos, que servira na Casa do Infante Cardeal D. Afonso.

A 12 de Setembro de 1571, uma comissão presidida pelo Lugar-Tenente de D. António, Prior do Crato, julgou por boas as “provanças” de sua nobreza, condição necessária para admissão na Ordem de Malta. Menos de um mês depois, teria lugar a Batalha de Lepanto. Considero pura fantasia afirmar-se, como às vezes se faz, que Vasconcelos nela participou. No entanto, é certo que, saindo de Portugal para Malta, serviu algum tempo junto de D. João de Áustria, o herói de Lepanto. O Generalíssimo do Mar, filho de Carlos V, entregou-lhe uma mensagem para o Grão-Mestre da Ordem, La Cassière, e despediu-se dele com “honradas demonstrações de sentimento”, vendo-o “em presença como um grande Varão, e em profecia, como a um grande

Mestre”; na versão espanhola, o jogo de palavras é mais evidente - “un gran Maestro”. O encontro, ainda que mitificado, foi como que um prenúncio auspicioso para o português, que iniciava então a sua carreira.

Chegou a Malta a 1 de Abril de 1572 e integrou-se, naturalmente, na Língua de Castela, que englobava Leão e Portugal.

Era ele “de estatura mais que mediana, de corpo com toda a perfeição proporcionado, muito composto e direito igualmente, de pés e pernas. De grave e alegre aspecto, de cara muito gentil-homem, bem provido de barba, boas cores, notavelmente discreto, singular cortesão e grandemente aseado no vestir. Sem mostrar facilidade, chegando a um lugar em que estivessem oito ou dez pessoas, a todas saudava, e assistia tão galantemente, que, dizendo a cada um seu dito com tanta graça, tanto em seu lugar, e com tanto modo o dizia, que estimando todos aquele favor os deixava com ensino e alegria”.

Irresistivelmente, vêm-nos à lembrança o retrato de Manuel de Sousa Coutinho, no “Frei Luís de Sousa e as palavras de Maria, sua filha: “O retrato daquele gentil cavaleiro de Malta que ali está. Como ele era bonito meu Pai, como lhe ficava bem o preto! E aquela cruz tão alva em cima.”. Manuel de Sousa Coutinho esteve em Malta, em 1576-77, como noviço, não tendo professado. Ele e Vasconcelos ter-se-iam, muito possivelmente, encontrado então.

No quadro dos seus deveres militares, Vasconcelos participou em seis “caravanas”, as expedições, promovidas pela Ordem e com a duração de seis meses; a primeira iniciou-se em Novembro de 1572, a última em Março de 1583. Fez ainda um “socorro”, na galera “S. Pedro”, em Agosto/Setembro de 1582. Foi capitão da galera “Esperança”, de Julho de 1586 a Julho de 1588, suportando todos os encargos.

Entretanto, crises da maior gravidade haviam afectado, tanto Portugal, como a Ordem de Malta.

Em 1580, Filipe II de Espanha subiu ao Trono de Portugal (como Filipe I). Opusera-se-lhe D. António, filho bastardo do Infante D. Luís e, tal como seu Pai, Prior do Crato. Foi espoliado do seu cargo e, durante a Dinastia da Casa de Áustria, o Priorado, principal instituição da Ordem de Malta no nosso País, foi geralmente administrado por estrangeiros, como o Arquiduque Cardeal Alberto, Vítor Amadeu do Piemonte e o Cardeal Infante D. Fernando.

No que toca à Ordem de Malta, uma facção de Cavaleiros destituiu, em 1581, o Grão-Mestre Jean Levesque de la Cassière e designou como Lugar-Tenente o francês Jean Lescout Romegas, “valoroso soldado, mas fraco político, manipulado pelo clã espanhol”, nas palavras do historiador Alain Blondy, que acrescenta “o objectivo era fazer eleger um Grão-Mestre espanhol, que teria integrado a Ordem no dispositivo estratégico dos Habsburgos de Espanha. A França ameaçou então sequestrar as Comendas situadas no Reino e que asseguravam a maior parte dos rendimentos da Ordem; mas foi o Papa Gregório XIII quem pôs fim ao golpe de força”.

Neste quadro de luta de influências, os espanhóis tiravam partido da dependência em que Malta, frequentemente, se achava do fornecimento de trigo siciliano, para pressionar a Ordem a adoptar posições favoráveis à estratégia de Madrid. António Pereira de Lima destaca um episódio, de que não indica a data, dizendo apenas que teve lugar, quando era Vice-Rei da Sicília Marcantonio Colonna e, portanto, entre 1577 e 1584, período durante o qual os dois sucessivos Grão-Mestres, La Cassière e Verdalle, foram franceses. Tendo faltado o trigo em Malta, o

Grão-Mestre ordenou a Vasconcelos que, “por seu bom modo e discreto estilo”, fosse a Palermo, diligenciar junto de Colonna. Por sua desdita, porém, Vasconcelos achou-se no local de um recontro, em Jacca, entre espanhóis e sicilianos. Foram mortos os seus criados e ele muito seriamente ferido, salvando-se por milagre.

A sua carreira ia prosseguindo, agora também com o exercício de cargos administrativos:

- Auditor de Contos, por três anos e quatro meses
- Procurador dos Encarcerados, durante quatro anos, acumulando, durante dois, como Comissário de Pazas
- Recebedor da Ordem em Portugal, de Maio de 1589 a Dezembro de 1598.

Seguiu-se uma função diplomática – por três anos e meio, foi Embaixador da Ordem junto do Papa. Era um cargo da maior importância e delicadeza. O relacionamento entre a Santa Sé e a Ordem de Malta nem sempre era fácil. O Papa, detentor supremo do Poder Espiritual, não renunciara ainda totalmente, nos princípios do Séc. XVII, a procurar dominar os Estados, além de ele próprio ser, também, Soberano Temporal. Por seu lado, a Ordem de Malta, ainda que Soberana e uma forte Potência naval, não deixava de ser uma Ordem Religiosa, estando o Grão-Mestre sujeito ao Soberano Pontífice, no plano espiritual. Não faltariam, pois, ocasiões para potenciais conflitos.

“Terminada a Embaixada ordinária, teve licença do Grão-Mestre, e se voltou ao Reino de Portugal”. Aqui estando, chegou-lhe a nomeação como Conservador Conventual. Mas, dada a sua ausência de Malta, só veio a exercer efectivamente aquela função, a partir de Julho de 1609, por três anos e meio.

Estaria, assim, provavelmente, em Portugal quando, em 1608, foi publicada a primeira edição de “Do Sítio de Lisboa”, do seu homónimo, Luís Mendes de Vasconcelos.

Entre Julho de 1607 e Dezembro de 1608, durante a ausência de Vasconcelos, viveu em Malta Michelangelo Caravaggio. Pintou algumas obras-primas, expostas ainda hoje na Co-Catedral, bem como um conhecido retrato do Grão-Mestre Alof de Wignacourt com um pajem.

Em Janeiro de 1613, já perto dos 70 anos, Luís Mendes de Vasconcelos foi promovido a General das Galés. Exerceu, por dois anos, esse cargo, que requeria grande energia. Pereira de Lima refere alguns feitos daquele a quem designa por “freio impaciente do orgulho Maoetano, açoute feroz da soberba Otomana”:

- Tomou a Cidade de Foja, no Levante;
- Em acções da sua responsabilidade e, noutras, acompanhando o Marquês de Santa Cruz, General das Galés de Espanha, foram apresadas diversas embarcações turcas e feitos numerosos cativos;
- Em 1614, repeliu uma “soberbamente furiosa Armada Turqueica, cujas velas muitas, e arrogantes, sulcavam os mares”, com o desígnio “de atacar o Casal de Santa Catarina”. Os Turcos fugiram “deixando na praia muitos mortos com feridas e muitos feridos de morte”.

Quando era Embaixador em Roma, o Papa Paulo V desejou promovê-lo a Balio de Aquila, tendo ele “recusado, com humildade e prudência, como serpente e pomba”, suponho que para

não pôr em causa, perante o Pontífice, a sua independência, como representante da Ordem. Veio a aceitar aquela Balía, quando já era Conservador Conventual, mas a ela renunciou, para aceder à de Acre, ao ser promovido a General. Como primeiro cabimento, teve as Comendas de Elvas e Montouto, que deixou, melhorando-se com a de Vera Cruz. Por graça, teve as de Vila Cova, Rossas, Frossos e Algozo, concedidas por Alof de Wignacourt; o Grão-Mestre quis ainda provê-lo na rica Comenda de Santarém e Pontével, mas ele, mostrando estar muito satisfeito com as que tinha, a pediu para António Pereira de Lima, tio do biógrafo; este sublinha que, “se o nosso General não tivera mais de Senhor, que de ambicioso, fora naquele tempo, o Cavaleiro dos maiores despachos, e importantes Comendas”.

Em 1616, foi nomeado Embaixador Extraordinário junto do Papa Paulo V e de Luís XIII, Rei de França. O objectivo era contestar as pretensões de Carlos Gonzaga, Duque de Nevers, a tornar-se Grão-Mestre da Ordem do Santo Sepulcro, separando-a da de Malta. “E, como o intento era do Duque, ao Rei Cristianíssimo parecia bem e, por esta via, a Sua Santidade não parecia mal”.

Os interesses em causa eram de monta, com risco de a Ordem de Malta vir a ter os seus rendimentos muito cerceados. Daí a escolha de Vasconcelos, “sujeito de cabais prendas, e Cavaleiro de conhecidos méritos, Cortesão tão prático, como discreto, Cavaleiro tão ajustado como político”.

Em Paris, defendeu com grande veemência a posição da Ordem de Malta.

Começou a sua exposição a Luís XIII, recordando que a Ordem de Malta era a mais antiga de todas as de Cavalaria e que sempre os Reis de França a cumularam de favores. Assim, exprimia confiança em que o Rei não permitiria “jamais, que o requerimento, que tem feito o Duque de Nevers a Sua Santidade de desmembrar da Ordem o que é do Santo Sepulcro tenha em algum tempo lugar, atendendo (...) à legítima possessão, que ela tem tido (...) depois de cento, e dez anos, e ao justo título, que tem por doação, e incorporação, que a ela se fez pela feliz memória do Papa Inocêncio VIII, com geral consentimento de todos os Reis, e Príncipes Cristãos, assim da Dignidade do Grão-Mestrado, como de todos os seus bem, que eles em suas terras possuem, como se mostra na Bula de 28 de Março de 1490”. Insistiu em que não se consentisse que, “por honra, utilidade, e proveito de um Príncipe particular, o comum de uma Ordem se empobreça, despreze e infame, como sem dúvida acontecerá, se Vossa Majestade, com sua poderosa mão, não reprimir este impulso, e atalhar este negócio”.

Luís XIII prontamente anuiu e prometeu iria instruir o seu Embaixador em Roma, no sentido de se suplicar ao Papa que nenhuma alteração se fizesse na matéria.

(Muito tempo depois, a meio do Séc. XX, voltou a levantar-se, ainda que em termos diferentes, a questão do relacionamento entre Malta e o Santo Sepulcro, tendo a Ordem de Malta atravessado então uma crise que pôs em causa a sua existência. Sobre o assunto, escreveu Roger Peyrefitte “Chevaliers de Malte”).

Na obra monumental do Abbé de Vertot, lê-se que, em 1618, as forças da Liga Católica tentaram, sem sucesso, apoderar-se da Cidade de Sousse, na costa da actual Tunísia. Pereceram seis Cavaleiros e ficaram feridos seis, entre os quais Luís Mendes de Vasconcelos; contava então 75 anos.

A 14 de Setembro de 1622, faleceu o Grão-Mestre Alof de Wignacourt. Segundo Pereira de Lima, ele teria, no leito de morte, recomendado que Luís Mendes de Vasconcelos fosse escolhido como seu sucessor. Sublinha o biógrafo que, três dias depois, Vasconcelos, “sem dificuldade,

nem controvérsia, foi eleito pela melhor, e maior parte do Convento”, acrescentando que “a sua eleição, em tudo acertada, foi universalmente aplaudida, não só na Corte Romana, mas também nas dos mais Príncipes da Europa”. Na verdade, houvera outro candidato, Antoine de Paule, Grão-Prior de Saint-Gilles, retenhamos este nome. Na altura, alguns viram De Paule e Vasconcelos como representando, respectivamente, as facções francesa e espanhola.

O respeito por Vasconcelos era e tem-se mantido consensual. Desde a mais antiga História sobre a Ordem de Malta, a de Bosio, edição de 1643, até trabalhos recentes de divulgação, tem sido louvada a sua bravura destemida, em expedições navais contra os turcos, bem como a prudência e habilidade que manifestou, em várias missões, designadamente diplomáticas.

Foi o 55º Grão-Mestre da Ordem de Malta, o 2º a ser tratado por Alteza Sereníssima (o seu predecessor fora feito Príncipe do Império, em 1607, por Rodolfo II e, em 1620, Fernando II tornara esse estatuto permanente, para os Grão-Mestres; Mas, durante o Magistério do sucessor de Vasconcelos, “ resolveu a Santidade do Papa Urbano VIII que aos Grão-Mestres de S. João se lhes falasse por Eminência (...) com que se acomodaram (...) por serem filhos muito obedientes à Igreja Romana”. (Com Pinto da Fonseca, no Séc. XVIII, o tratamento passaria a ser de Alteza Eminentíssima, até hoje).

O cargo de Grão-Mestre dos Hospitalários revestia-se de grande complexidade. Eleito vitaliciamente pelos seus pares, chefiava uma Ordem, que sendo religiosa, com uma vertente assistencial e vocacionada para o apoio aos peregrinos e o tratamento dos doentes, era também militar, forte Potência naval no Mediterrâneo, com papel de relevo na defesa da Europa contra o expansionismo otomano, e no combate aos piratas berberescos. O Grão-Mestre devia obediência ao Papa, no plano espiritual, sem que a Ordem deixasse de ser reconhecida como Soberana. Tal estatuto não decorria, aliás, (nem decorre) do exercício de Poder sobre um território, embora, historicamente, remontasse à conquista de Rodes pelos Hospitalários, no início do Séc.XIII; perdida aquela Ilha, fora-lhes cedido, por Carlos V, o Arquipélago Maltês, como feudo, sendo devido o tributo anual simbólico de um falcão, a entregar, ao Vice-Rei da Sicília. Como Príncipe de Malta, cabia ao Grão-Mestre administrar e defender a Ilha, base territorial e baluarte da Ordem. Além dos Cavaleiros, seus subordinados, eram também seus súbditos os autóctones malteses. A Ordem, transnacional, era internacional, pela sua composição, agrupando-se os Cavaleiros por Línguas, em número de 8. Nos vários Países do Mundo Católico, a Ordem estava implantada, com Comendas, que constituíam a sua principal fonte de rendimentos.

Vasconcelos contava já, ao ser eleito, uma longa e trabalhosa vida; restavam-lhe escassos seis meses, período durante o qual não ocorreram feitos de armas notáveis, e demasiado curto para realizar obra; como diz o Abbé de Vertot, o pouco tempo que sobreviveu a Wignacourt foi empregue a confirmar as sábias disposições do seu predecessor.

Numa História de Malta do Séc. XIX, lê-se que ele se mostrou disposto a restabelecer a Nação maltesa no exercício de todos os seus direitos e privilégios, mas a sua idade avançada não lhe permitiu dar execução a esse projecto.

No breve lapso de tempo do seu Magistério, mostrou-se fiel aos princípios que nortearam a sua vida e, no preenchimento de lugares, procurou não ceder a pedidos e empenhos, assegurando “repartir com justiça e equidade, os Benefícios que Deus lhe pôs nas suas mãos”. E “repartia larga,

e liberalmente com os pobres as rendas, que possuía, tanto com esmolas públicas, como particulares, e secretas”. Sempre envergonhou um hábito ainda claramente monástico, enquanto as vestes dos seus sucessores viriam a assumir, progressivamente, um carácter mais mundano.

Faleceu a 7 de Março de 1623. “Pedi (...) o enterrassem sem mais pompa, que a um homem da plebe, que quis unir o que é bem se una, em um Cavaleiro Religioso, que é a generosidade na vida, e a humildade na morte”. E “a todos pareceu bem (...), julgou-se, porém, se observasse o costume, e estilo, que com os outros Grão-Mestres se usara, e assim o enterraram com as mesmas cerimónias Magistrais”.

Como os seus predecessores que haviam presidido à Ordem, desde que ela se instalara em Malta, Vasconcelos foi sepultado na cripta da Igreja Conventual, actualmente Co-Catedral; foi o 12º e era para ter sido o último, já que os seus sucessores passaram a sê-lo nas Capelas das respectivas Línguas, até à ocupação da Ilha, por Bonaparte.

Mas algo de imprevisto ocorreu:

Em 2017, o Grão-Mestre Matthew Festing foi “convidado”, pelo Soberano Pontífice, a resignar ao seu cargo, facto inédito, nos mais de 900 anos da Ordem.. A isto, já de si extraordinário, acresceu que, em Novembro de 2021, tendo ido a Malta, sentiu-se mal durante uma cerimónia, na Co-Catedral, e veio a falecer, dias depois. Foi decidido seria enterrado na cripta, o primeiro, pois, desde Luís Mendes de Vasconcelos. A Vida é, por vezes, tão romanesca como a Literatura.

2º PARTE

O GRÃO-MESTRE QUE NÃO ERA PORTUGUÊS

História e Literatura

Em 1935, Ferreira de Castro viajou pelo Mediterrâneo, recolhendo material que viria a utilizar para redigir “Pequenos Mundos e Velhas Civilizações”.

Já em 1934, no prefácio a “Terra Fria”, o Autor revelara o seu amor pelos “povos minúsculos, pelas repúblicas em miniatura”, pelas “regiões onde existem ainda princípios feudalistas”, sublinhando que “as pequenas ilhas, sobretudo, fascinam-me”.

Um dos capítulos de “Pequenos Mundos” foi dedicado a Malta, pequena ilha que, por mais de 250 anos, além do seu povo minúsculo, acolhera uma República em miniatura, ao tornar-se a Sede dos Cavaleiros Hospitalários, conhecidos, desde o Séc. XVI, como Ordem de Malta, instituição, aliás, imbuída de princípios feudalistas.

A Ordem esteve sempre sedeadada na Região mediterrânica (Terra Santa, Chipre, Rodes, Malta, Catânia, Ferrara, Roma) excepto por um brevíssimo período, em S. Petersburgo, no Báltico, quando foi Grão-Mestre o Czar Paulo I (1798-1801). E o Mediterrâneo foi o palco da sua actividade. Por seu lado, Portugal não teve o Mediterrâneo como cenário da sua Expansão, ainda que esta se tivesse iniciado em Ceuta, na junção do Mediterrâneo e do Atlântico. Martim de Albuquerque revela que, em carta de 1529, o Duque de Bragança sugeriu, a D. João III, a cedência de Ceuta, sob certas condições, aos Hospitalários, que haviam perdido Rodes, anos antes; poderia, pois, ter havido uma Ordem de Ceuta, em lugar da Ordem de Malta, mas não façamos História Alternativa...

Seja como for, nunca faltaram portugueses combatendo nas fileiras da Ordem de Malta, ou exercendo funções governativas, até ao mais elevado nível.

Três dos quatro Grão-Mestres portugueses que, ao longo dos séculos, presidiram à Ordem encontram-se sepultados em Malta – Luís Mendes de Vasconcelos, António Manoel de Vilhena e Manuel Pinto da Fonseca (o túmulo de Afonso de Portugal, que foi Grão-Mestre ainda na Terra Santa, está em Santarém). Os dois últimos, dos mais prestigiosos com que a Ordem contou, enriqueceram sobremaneira o património arquitectónico maltês.

Pelo interesse desta matéria para o público português, Ferreira de Castro dedicou-lhe algumas páginas; é de lá que retiro as seguintes passagens, que considero enigmáticas:

“Afastado da direcção da Ordem pelos próprios companheiros, o filho de Afonso Henriques deixa Jerusalém e recolhe a Portugal, onde a vida se lhe abrevia. Sem outro epitáfio além do seu nome, sepultam-no em Santarém, na Igreja de S. João de Alporão, comenda da Ordem. E outro Grão Mestre português ela não volta a ter durante os séculos em que os Cavaleiros andam por Chipre e Rodes. As gentes lusitanas, gulosas como as demais por dignidades e feitos que dêem lustre, afincadamente trabalham na sombra para que a um dos seus seja de novo entregue a chefia da Ordem. Mas, ou porque o filho de D. Afonso Henriques do seu génio houvesse deixado ruim memória, ou porque Portugal, apesar das comendas que oferece prodigamente, é muito pequeno para a cubiça dos Cavaleiros, a honraria desejada tarda imenso. Bailios e priores muitos há; grão-mestres nem mais um.

Chega, porém, a era das descobertas e das conquistas. Nos séculos XVI e XVII Portugal já não é um país pequeno. Os Cavaleiros encontraram-se, então, em Malta. A aspiração da fidalguia portuguesa vai ser, enfim, satisfeita. Em 1622, Luíz Mendes de Vasconcelos, bailio de S. João de Acre, é eleito Grão Mestre da poderosa Ordem. Usa o título de Alteza, que o cargo lhe confere, e guarda, qual troféu da sua vida de combatente, o bastão de general das galés. Ainda desta feita Portugal não foi feliz. Mendes de Vasconcelos somava já oitenta anos quando o escolheram para Grão Mestre. Cinco meses depois ele morria, o que levou Frei Lucas de Santa Catarina a escrever que “se lhe dava o magistério mais para prémio do que para exercício”.

Os Cavaleiros portugueses de Malta entenderam que, por efémero, o mestrado de Luíz Mendes de Vasconcelos não constituía honraria que bondasse a Portugal, tão generoso em contribuir para a riqueza da Ordem. E bichana à direita, confábula à esquerda, protesta aqui, pede acolá, obtiveram que outro compatriota fosse eleito Grão Mestre, como se a morte do anterior não abrisse hiato no domínio de Portugal em Malta. António de Paula se nomeava o escolhido; prior do Crato era e de sólidas influências gozava em terras extremas da Ibéria. Mas ainda desta vez a boa sorte não sorriu à pertinácia lusitana. Os candidatos de outras línguas, na eleição derrotados, deram por paus e por pedras e logo assacaram a António de Paula pecha de costumes dissolutos, muito em voga, então nos sumptuosos Albergues de Malta. Um Cavaleiro francês, tecedor de rimas, compôs canção de desgabo e obteve que ela andasse na boca do povo. Como, porém, não precisava o atingido, muitos Cavaleiros de Espanha e Itália, do mesmo mal acusados, viram na sátira referência individual e, uma noite, travados de razões com o autor das coplas, se envolveram em briga ruidosa. Os Cavaleiros de Portugal, alarmados com o borborinho feito em redor de António de Paula, de tudo

se serviam para amainar a ondulação. Os seus inimigos, porém, não se deixavam facilmente convencer. Impugnando a validade da eleição, tentaram inutilizar definitivamente o Grão-Mestre português e, nesse sentido, recorreram ao Tribunal Pontifício, com um terrível libelo sobre a vida íntima de António de Paula – “informação tão injuriosa como a que tinha por relatores o ódio e a inveja”.

O escândalo começa a ser murmurado na Europa, comentado sorridentemente nas próprias cortes que sustentavam os famosos Cavaleiros.

Portugal desenvolve, então, as suas melhores influências em Roma, para que o acontecido seja abafado com a manutenção de D. António no posto. E consegue-o: “ pôs-se silêncio na causa, temendo-se convencidos os fautores dela”. Apesar disso, muitos dos Cavaleiros, negando mérito directivo a António de Paula, furtavam-se a obedecer-lhe quando ele traçava projecto de combate ao inimigo. Numa pequena batalha naval, a Ordem perdeu duas galés e centenas de combatentes de várias línguas, tudo fidalguia orgulhosa do seu valor.

Os homens que estavam habituados a sucessivos triunfos não perdoaram a derrota – e à inépcia do Grão-Mestre a debitaram. No prélio infeliz houve, porém, um português que conquistara pós-tuma admiração e simpatia. D. Jerónimo de Sousa da Cunha se chamava. “ roto o corpo todo a mosquetazos e sustentando com a mão esquerda os intestinos vivendo só na direita, em que meneava a espada, se dilatou nas mortes, que tirava, a vingar e a dar a conhecer o preço da que perdia”.

Mas, muito mal marchava o mestrado de António de Paula. Foi então que o Papa Urbano VIII, talvez a pedido de Portugal, resolveu, indo em seu auxílio, dar-lhe a autoridade que ele perdera entre os Cavaleiros. E num breve que lhe remeteu – informa Frei Lucas de Santa Catarina – “ com elegante estilo lhe troca em católico triunfo aquele primeiro lutuoso conflito aplaudindo-lhe e premiando-lhe a fortaleza e a vigilância”.

Assim protegido pelo Pontífice, o Grão-Mestre português obteve alguma unidade nas suas hostes e, por mor disso, conseguiu vingar-se da derrota sofrida, derrotando, por sua vez, os infieis, dois meses depois, no mar de Chipre.

Morreu António de Paula em 1636. Os Cavaleiros, porque ele já lhes não avivava as emulações, mandaram gravar sobre o seu túmulo pomposo elogio, pagando com esta póstuma moeda verbal, os desgostos que lhe deram em vida e as cóleras que lhe despertaram. E mais nove grão-mestres houve em Malta antes que outro português se sentasse sobre a cobiçada poltrona” (págs. 95-98).

E, mais adiante:

“Vilhena foi, em Malta, um novo La Valette e dele os portugueses coevos se orgulhavam como de propriedade sua. Ele resgatava o patriotismo lusitano dos desaires sofridos, um século antes, durante o mestrado de António de Paula” (pág.100).

E ainda:

“Sob a capela-mor está, numa cripta, quasi ignorado, quasi invisível, o túmulo de outro Grão Mestre português, o de Luiz Mendes de Vasconcelos, que chefiou a Ordem durante cinco meses apenas. Do lusitano que se lhe seguiu, António de Paula, não encontramos a sepultura nem quem sobre ela nos informasse, grande fosse embora o nosso empenho de ler a inscrição elogiosa que os Cavaleiros mandaram gravar na lousa do morto, depois de o terem combatido e injuriado em vida...” (pág.116).

Mas teria havido, então, mais um Grão-Mestre português, para além dos quatro habitualmente apontados? A História, sem hesitar, diz-nos que não, a Literatura, pela pena de Ferreira de Castro, responde que sim

Com o nome Luís Mendes de Vasconcelos, houve duas personagens históricas, contemporâneas, uma das quais 55º Grão-Mestre da Ordem de Malta, cujas biografias aparecem, com frequência, fundidas, como se se tratasse de uma só; já, no que toca a Antoine de Paule/António de Paula, 56º Grão-Mestre, houve uma só personagem mas, ao lado da versão propriamente histórica, a fantasia de Ferreira de Castro criou uma figura diferente; duma parte, temos a História, da outra, a Literatura.

Quem sucedeu a Vasconcelos, como 56º Grão-Mestre da Ordem de Malta, foi Antoine de Paule, nascido em Toulouse, possivelmente em 1554. Não era português, mas francês, não era Prior do Crato, mas Prior de Saint-Gilles, não gozava de sólidas influências, em terras extremas da Ibéria, mas, nas da Gália, certamente que sim.

Pertencia a uma família originária de Génova, instalada no Sul de França em 1475 e que entrara na Magistratura tolosense, tendo seu avô sido nobilitado em 1512. Por sua mãe, estava relacionado com a Casa de Joyeuse, que alcançara grande valimento, graças a Anne, primeiro Duque de Joyeuse, “archimignon” do Rei Henrique III.

Antoine de Paule terá tido uma juventude agitada e, possivelmente, pouco exemplar, numa França dilacerada pelas violências entre Católicos e Protestantes.

Da sua carreira na Ordem de Malta não se conhecem proezas militares, mas foi Comendador do Forte de S. João, que defendia o porto de Marselha. A ascensão, no quadro da Língua de Provença, culminou como Grão-Prior de Saint-Gilles. A Língua de Provença era a mais antiga das 8 da Ordem, compreendia dois Grão-Priorados, Toulouse e Saint-Gilles, sendo este o mais antigo e de maior importância dos dois, pelo número de Comendas dependentes.

Em Setembro de 1622, Antoine de Paule candidatou-se à sucessão de Aloy de Wignacourt; o eleito, porém, foi Luís Mendes de Vasconcelos. Mas, à morte deste, menos de seis meses depois, suceder-lhe-ia, como Grão-Mestre.

A partir de Antoine de Paule, Grão-Mestre, francês, personagem histórica, Ferreira de Castro constrói a figura de “António de Paula”, português, Prior do Crato, que à morte do seu compatriota, Luís Mendes de Vasconcelos, teria ascendido à chefia da Ordem de Malta.

(Em Portugal, traduzem-se, tradicionalmente, os nomes de Imperadores, Reis, Papas, Santos etc. Frei Lucas de Santa Catarina traduziu os nomes próprios dos Grão-Mestres da Ordem de Malta, mantendo os nomes de família na versão original; no caso de Antoine de Paule, cujo nome de família era, em si, um nome próprio – Paule, afrancesamento do italiano Paolo - traduziu nome próprio e apelido, e Antoine de Paule torna-se António de Paula. Recordem-se, a este propósito, o caso de S. Francesco di Paola e S. Vincent de Paul, cujos nomes são traduzidos como S. Francisco de Paula e S. Vicente de Paulo.

É a versão “António de Paula” que Ferreira de Castro utilizou, legitimamente, ainda que, talvez, com a intenção de reforçar, de modo subliminar, no espírito do leitor, a ideia de que se tratava de um português.

Note-se, ainda, que Hospitalários são sempre mencionados pelo seu nome próprio e apelido. Ora, Ferreira de Castro, numa ocasião, alude ao 56º Grão-Mestre apenas como D. António;

D. António e, supostamente, Prior do Crato, tal como o fora, em 1580, o candidato infeliz à sucessão no Trono português... A que leitor ocorreria, assim, pensar que o Grão-Mestre também não fosse português?

Referir-me-ei à personagem histórica como Antoine de Paule e, à criação literária de Ferreira de Castro, como “António de Paula”).

Ferreira de Castro pega, depois, num facto real - as acusações de que Antoine de Paule foi alvo, após ter sido eleito. De relatos antigos, consta que “o seu Magistério foi perturbado por dissensões que se elevaram novamente entre os Cavaleiros e por diversas acusações, dirigidas contra ele”. Com efeito, “a este Grão-Mestre não faltavam inimigos, e dessas pessoas que, com a ajuda do seu atrevimento, se orgulham de fazer passar, por verdades, as mais negras calúnias. Apresentam ao Papa um memorial no qual dizem que este Grão-Mestre é um homem dissoluto nos seus costumes, grande simoníaco, e que comprou a sua Dignidade com dinheiro”. Os termos variam, mas permanece o mesmo sentido; também concorrem, geralmente, em que ele “acabou por se justificar” e, mesmo, que o fez “com muito sucesso e glória” de “todas estas calúnias, tendo enviado a Roma, para o defender, “o Comendador Fr. Denis Polastron de la Hillière, Cavaleiro de vida exemplar”.

A acusação mais grave dizia respeito aos seus “costumes dissolutos”. Que se queria dizer, com esta expressão? Não está explícito, mas parece-me depreender se pretendia aludir a práticas homossexuais. E teriam algum fundamento? Seria por o Grão-Mestre levar um estilo de vida de um refinamento julgado impróprio de uma Ordem Religiosa? Quarenta anos antes, o comportamento, requintado e extravagante dos “mignons” de Henrique III, incluindo o “archimignon” Anne, primeiro Duque de Joyeuse e parente chegado de Antoine de Paule, tinham estado na base de idênticas acusações.

Com o sucesso da “justificação” em Roma, a imagem e a autoridade do Grão-Mestre terão saído restauradas, e a questão não voltou a afectar o seu Magistério. Ferreira de Castro, porém, carrega fortemente as tintas com que alude às acusações e dá um tratamento muito diferente a esta matéria, que ganha uma relevância central.

É uma versão cheia de fantasia, literariamente interessante e de leitura agradável, mas incoerente e implausível. Assim, vejamos:

Os candidatos derrotados “assacaram a António de Paula pecha de costumes dissolutos”. Ora, como levar a sério a gravidade de tal acusação, quando se acrescenta que os mesmos estavam “muito em voga nos sumptuosos Albergues de Malta” e, de tal forma, que muitos Cavaleiros se sentiram visados numa canção satírica alusiva?

Por outro lado, “muitos dos Cavaleiros, negando mérito directivo a António de Paula “ (por causa da natureza das acusações?) “furtavam-se a obedecer-lhe quando ele traçava projecto de combate ao inimigo”; mas, então, não lhe obedecendo e sofrendo derrota em batalha, como poderiam acusar o Grão-Mestre de inépcia militar?

Prossegue, afirmando “Portugal desenvolve, então, as suas melhores influências em Roma, para que o acontecido seja abafado com a manutenção de D. António no seu posto. E Consegue-o”.

No entanto, Portugal não dispunha, na altura, de grandes influências em Roma, estava, até, privado de independência política. Mas, nem para Portugal, nem para Filipe III, poderia ser uma alta prioridade a defesa da reputação de um Grão-Mestre, ou mesmo da sua posição, ainda que, por hipótese, ele fosse português. O Grão-Mestre tinha estatuto de Chefe de Estado, com Embaixador acreditado junto do Papa, e era a ele que cabia a defesa dos seus direitos e interesses.

Ferreira de Castro pretende fazer passar a ideia de que Urbano VIII, talvez a pedido de Portugal (!), resolveu ir em auxílio do Grão-Mestre, dando-lhe a autoridade que ele perdera junto do Cavaleiros e enviando-lhe um Breve elogioso, munido do qual o “Grão-Mestre português obteve alguma unidade nas suas hostes e, por mor disso, conseguiu vingar-se da derrota sofrida, derrotando, por sua vez, os infiéis, dois meses depois, no mar de Chipre”. Ora, encontra-se truncada a frase de Frei Lucas de Santa Catarina que, na sua obra, com toda a clareza afirma que, à “vingança” no mar de Chipre, “acresceu (...) outra não menos estimável glória para o Grão-Mestre em um Breve que lhe remeteu o Pontífice Urbano VIII (...)”. Assim o Breve veio depois, não antes do combate, foi um prémio, não um estímulo. E não deixa de ser irónico que o Autor mostre o Grão-Mestre como “protegido” por Urbano VIII, quando foi sempre tenso o relacionamento entre ambos.

Por que razão quis Ferreira de Castro “inventar” um Grão-Mestre português, onde havia um francês e, tendo-o feito, por que motivo se empenhou em dar dele uma imagem tão negativa? Dir-se-ia que uma antipatia pessoal o move.

Afinal, sobre o 56º Grão-Mestre histórico (francês), Frei Lucas de Santa Catarina escreveu, em termos elogiosos, que “celebrou um Capítulo geral com grande utilidade da Ordem. Foi Príncipe igualmente pio, generoso, liberal e magnânimo, virtudes que o fizeram, e conservaram temido, e vitorioso de seus émulos, venerado de todos, e amado com especialidade de seus Cavaleiros”.

Já quanto ao supostamente português “António de Paula”, criação literária de Ferreira de Castro, contentemo-nos com que não tenha sido mais do que isso, uma criação literária, cuja vida decorreu, apenas, nas páginas dum livro de viagens.

Assinale-se que, no papel de historiador, Ferreira de Castro “descobriu” um suposto Grão-Mestre português, “António de Paula”, mas, na pele de viajante, não teria encontrado o seu túmulo, por mais que o tivesse procurado. No entanto, na Capela da Língua de Provença, na Co-Catedral de S. João, ergue-se, imponente, o mausoléu do 56º Grão-Mestre, Antoine de Paule; estará o Autor, subtilmente, a enviar-nos a mensagem de que “António de Paula” não existiu?

Com aquelas passagens de “Pequenos Mundos”, estamos, claramente, fora do domínio da História e situados no campo da Literatura. Mas a divergência entre o texto e a realidade ultrapassa a licença, concedida aos autores de Ficção Histórica, empurrando-nos para a História Alternativa. Trata-se de um género legítimo, mas muitos leitores, como foi o meu caso inicialmente, terão sido induzidos em erro, julgando estar perante uma obra de informação, e não de ficção.

Mais interessante que a questão da legitimidade (duvidosa) do procedimento, seria conhecer quais as motivações do Autor. Mas, a menos que se encontre alguma referência escrita por ele deixada, estaremos reduzidos a tecer especulações e divagações.

Não deixa de ser curioso que Ferreira de Castro tenha abordado a relação entre História e Literatura, mais adiante, no mesmo livro, no capítulo sobre o Castelo de If:

“Contudo, as gentes que devassam, agora, o remoto castelo, não vieram até cá pelos homens de carne e osso que padeceram aqui demorada angústia, mas sim por uma figura literária que não esteve aqui, que não existiu sequer (...); a fantasia seduz mais do que a realidade, a Literatura atrai mais do que a História”. E acrescenta: ” O guia do sinistro presidio declama ‘eis aqui, meus senhores e senhoras, o calabouço onde viveu aquele que havia de tornar-se o famoso Conde de Monte Cristo (...) e tenta adivinhar se eles são cultos, ou se, tendo lido obra impressa, tomaram a fábula por verdade”.

E se estivéssemos perante um jogo, uma aposta (consigno próprio)? Ferreira de Castro, como o cicerone, estaria a testar a cultura dos seus leitores, ou a tentar adivinhar se tomaram a fábula por verdade. Contudo, tal atitude parece pouco conforme à seriedade que se reconhece ao Autor, além de que envolvia o grave risco de pôr em causa a sua credibilidade, se algum leitor denunciasse, como falsa ou errada, a versão apresentada. Era um jogo em que ele não tinha nada a ganhar e, talvez, muito a perder.

A verdade, porém, é que, em mais de 80 anos, a divergência entre História e Literatura não foi constatada ou, caso o tenha sido, não deu origem a qualquer polémica; Ferreira de Castro teria, pois, “ganhado” a hipotética aposta....

Todavia, uma “explicação” deste tipo, a que poderíamos chamar puramente “lúdica”, ou “gratuita”, não me satisfaz. Admito, antes, que Ferreira de Castro, ao criar a figura de “António de Paula”, teria em mente alguma personagem relevante, de muito elevado estatuto, em relação à vida privada da qual tivessem circulado rumores/acusações, e que ele não quisesse ou não pudesse criticar abertamente; estaríamos, assim, perante uma personagem “à clef”.

É matéria que se me afigura de aprofundar, mas não tenho, de momento, conclusões definitivas. Acrescentarei, porém, como base para divagação / especulação:

1)

Manuel Teixeira Gomes nasceu, em Portimão, em 1869. Diplomata, Político e Escritor. Logo após a implantação da República, foi nomeado Ministro em Londres, onde permaneceu 13 anos, com uma breve interrupção. Em 1922, Delegado de Portugal, junto da Sociedade das Nações, vindo a assumir uma das Vice-Presidências. Eleito Presidente da República, em 6 de Agosto de 1923, viria a resignar, em 11 de Dezembro de 1925. Auto-exilou-se de imediato. Em 1931, instalou-se em Bougie, na Argélia, onde morreu, dez anos depois, tendo o seu corpo vindo para Portugal, em 1950.

É considerado um dos mais insígnis autores portugueses da primeira metade do Séc. XX. Pela sua obra perpassa uma intensa sensualidade. Todos os que se têm ocupado da biografia de Teixeira Gomes referem-no como brilhante, refinado, mundano, esteta, literato e cosmopolita. Também aludem, por vezes ainda com algum embaraço, à sua orientação sexual, não havendo consenso a tal respeito; alguns recusam-se a aceitar a sua alegada homossexualidade, outros não hesitam em afirmá-la. Inclino-me a pensar que, na sua vida e na sua obra, não faltariam indícios

a apontar no sentido da bissexualidade de Teixeira Gomes. Ele nunca o confirmou, antes pelo contrário, mas outra atitude não seria expectável, à época. Mesmo assim, não evitou rumores, insinuações e acusações, por vezes como arma de arremesso, da parte de adversários políticos.

Seria em Teixeira Gomes que Ferreira de Castro se inspirou ao compor a personagem “António de Paula”? Há paralelismos. Assim, tal como o Grão-Mestre, ele foi Chefe de Estado e, tal como ele, foi eleito para um elevado cargo na esfera internacional (Vice-Presidente da Sociedade das Nações). A eleição de Teixeira Gomes à Presidência da República, em Sessão do Congresso, foi um acto muito disputado, sendo necessários três escrutínios; por seu lado, Antoine de Paule teve de se candidatar duas vezes, antes de ser eleito Grão-Mestre, e, nos “Pequenos Mundos”, “António de Paula” ascende à Dignidade suprema da Ordem, apenas graças à aguerrida campanha dos Cavaleiros portugueses. Finalmente, tanto a vida íntima de Teixeira Gomes, como a do Grão-Mestre, foram objecto de críticas.

Mas está totalmente fora de questão que Teixeira Gomes pudesse ter sido o modelo do retrato, tão negativo, do Grão-Mestre supostamente português. É que ele e Ferreira de Castro comun-gavam na hostilidade para com o Estado Novo. Além disso, Ferreira de Castro nutria o maior respeito pelo talento literário do antigo Presidente, e referia, como testemunho precioso da amizade entre ambos, um fauno em bronze, que dele havia recebido (e que se encontra guardado na Casa-Museu Ferreira de Castro, em Sintra).

2)

Ainda que sem ter que ver, pelo menos directamente, com a matéria que nos ocupa, não resisto a juntar mais um enigma, uma nova figura “à clef”.

Em Maio de 1924, Paul Morand, diplomata e escritor francês, que alcançou grande sucesso, sobretudo no período de entre as Duas Guerras, esteve, pela primeira vez, em Lisboa. Dessa visita, resultou a curta novela “Lorenzaccio ou o Regresso do Proscrito”, incluída na colectânea “Europa Galante”, publicada no ano seguinte. É a estória de um ex-ditador português, Tarquínio Gonçalves, derrubado em tempos, preso em S. Tomé, exilado em Londres e que, graças a uma reviravolta política, retornou a Lisboa, após uma longuíssima ausência. Termina com uma cena de cariz sexual, em Sintra, entre Tarquínio e um jovem marinheiro enviado, pelos seus inimigos, para o assassinar.

Por curiosa coincidência, quando Morand visitou Lisboa, o Presidente era Teixeira Gomes, homem de hábitos e requintes mundanos, tal como Tarquínio Gonçalves, e regressado, há pouco, como ele, de uma longa ausência em Londres; as iniciais de ambos - T.G. - eram as mesmas.

Mas não foi Teixeira Gomes que, numa entrevista concedida em 1956, Paul Morand referiu, ao revelar: “Construí a personagem de “Lorenzaccio” inspirando-me num amigo meu, um jovem português que era o chefe dos pederastas de Lisboa. Divertiu-me transformá-lo num ditador, isto dois anos antes de Salazar ter aparecido e quando Portugal estava muito longe da ditadura! Mas os portugueses julgaram que eu tinha feito um retrato de Salazar, e andámos de can-deias às avessas, durante vinte anos”.

É muito duvidoso que “os portugueses” tivessem visto em Tarquínio Gonçalves um retrato de Salazar, poucos, aliás, teriam lido a novela; Ferreira de Castro talvez tenha sido um deles, mas

o próprio Salazar foi-o certamente, quando lha mostraram, em 1943, quase 2º anos depois de ter sido escrita. O texto irritou profundamente Salazar, a ponto de ter recusado o “agrément” à nomeação de Morand como Encarregado de Negócios do Regime de Vichy, em Lisboa.

Assim, “António de Paula” não era Teixeira Gomes que, tão pouco, teria inspirado o retrato de Tarquínio Gonçalves Este último, por seu lado, não era uma representação de Salazar. E Salazar, homem de costumes austeros, certamente não era “António de Paula.

3)

Nem Teixeira Gomes, nem Salazar.

Muito agradeço ao meu caro Amigo Arquitecto Segismundo Pinto, com quem tenho abordado este assunto, o ter-me sugerido a seguinte pista: estaria Ferreira de Castro a visar Gustavo Cordeiro Ramos.?

Gustavo Cordeiro Ramos, cujo nome, hoje, não nos diz nada, nasceu em Évora, em 1888. Foi Ministro da Instrução Pública, em três Governos da Ditadura Militar e nos três primeiros meses do Estado Novo. Procurador à Câmara Corporativa (1935 – 1949). Presidente do Instituto para a Alta Cultura, depois Instituto de Alta Cultura (1942-1964). Como governante, participou na criação da Mocidade Portuguesa. Nutria grande admiração e cultivou laços estreitos com a Alemanha Nazi. Em 1938, escreveu o prólogo de uma antologia alemã de discursos e outros textos de Salazar, com prefácio de Joseph Goebbels. No ano seguinte, foi recebido pessoalmente, em Berlim, por Adolf Hitler, a quem entregou um exemplar de *Os Lusíadas*, em tradução alemã.

A sua demissão do Governo, em Julho de 1933, precedida do afastamento, em Maio, do Chefe de Gabinete, o seu irmão, Armando Cordeiro Ramos, “está rodeada de mistério”. Queixou-se a Salazar de ser vítima de conspiração, mas o Presidente do Conselho “explicou” que a demissão se devia a duras críticas, por parte dos professores, pela tentativa de politizar o ensino primário.

Para o historiador Luís Reis Torgal, foram as posições germanófilas, “demasiado claras”, plenamente mantidas, após a subida de Hitler ao Poder, que ditaram o seu afastamento. A investigadora São José Almeida afirma que Gustavo Cordeiro Ramos “tinha fama de homossexual, com um comportamento impróprio, em face das suas responsabilidades políticas”, pelo que fora afastado.

A sua obra mais importante, “O Fausto de Goethe, no seu duplo significado filosófico e literário”, foi alvo de acusação de plágio por Sant’Anna Dionísio, n”*Águia*”, em 1929, o que levou à proibição, pela Censura, do número seguinte da revista e de novos artigos sobre o assunto.

A sua reputação, entre a comunidade intelectual, era má, possivelmente sintetizada numa frase de Abel Salazar: “ O Cordeiro Ramos é um homem sem categoria intelectual nem moral. A todos os respeitos, um desastre”.

O “puzzle” começa a fazer sentido – Ferreira de Castro teria certamente a maior animadversão pelas posições ideológicas de Gustavo Cordeiro Ramos, e por algumas das decisões por ele tomadas, como responsável político, além de ele aparecer conluiado e protegido da Censura. A Censura era uma faceta do Estado Novo que particularmente desagradava a Ferreira de Castro e que o levava, em 1934, a renunciar à prática do jornalismo (no ano anterior, pois, às suas viagens no Mediterrâneo). Com as vestes do Grão-Mestre, estaria, assim, Gustavo Cordeiro Ramos, personagem contemporânea de Ferreira de Castro, de muito elevado estatuto, cujos alegados

“costumes dissolutos” eram criticados, e a quem o Autor não poderia ou não quereria referir-se abertamente. A própria Censura não descobriu o disfarce.

Hoje, quando Gustavo Cordeiro Ramos é menos que uma nota de pé de página, temos dificuldade em reviver as paixões de há 80 anos e em compreender que Ferreira de Castro tenha empregado alguma da sua criatividade a compor um texto críptico que, já na altura, poucos terão entendido em todas as suas implicações. Durante décadas, sob disfarce de um suposto Grão-Mestre português, Gustavo Cordeiro Ramos manteve-se encerrado, naquilo que era “uma tão grande gaiola para tão pequeno pássaro”.

3ª PARTE

D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA

D. António Manoel de Vilhena nasceu em Lisboa, a 28 de Maio de 1663, filho de D. Sancho Manoel, 1º Conde de Vila-Flor, Herói da Guerra da Restauração.

Partiu muito jovem para Malta e, logo que completou as três caravanas, condição necessária para seguir na Ordem do Hospital, foi nomeado Patrão da Capitânia de uma armada. Nesse posto, foi ferido, em 1680, em combate contra dois navios de Tripoli, que acabaram por ser apresados.

Em 1684, foi Capitão de um dos navios da Ordem, encarregados de auxiliar os venezianos na conquista da Moreia. Foi depois promovido a Major e a Coronel das milícias de campanha. Em 1692, foi-lhe confiado o comando da 8ª galé e, no ano seguinte, o da galé S. António.

Além de cargos militares, exerceu também altas funções administrativas e governativas. Assim, em 1713, ascendeu a Grão-Chanceler e Chefe da Língua de Castela (Leão e Portugal). Em 1720, foi nomeado Procurador do Tesouro.

No que toca a honras, em 1694, fora promovido a Grã-Cruz; em 1716, foi feito Balio da Acre.

Tendo morrido o Grão-Mestre Marco António Zondodari, foi, por unanimidade, D. António Manoel de Vilhena eleito seu sucessor, a 17 de Julho de 1722.

Afirma-se, por vezes, que, além dos méritos do ilustre português, terá também pesado, na sua eleição, o prestígio alcançado, pelo nosso País, no Reinado de D. João V, com a vitória naval do Cabo Matapan, sobre os Otomanos, cinco anos antes; inclino-me a partilhar este entendimento.

No epitáfio de Vilhena, lê-se: “Elevado à suprema dignidade do mestrado, por causa da sua virtude, mais parecia príncipe por nascimento, do que por eleição”. Podemos acrescentar que esse Príncipe, no Trono de Malta, nunca esqueceu que era português. Frei Lucas de Santa Catarina, escrevendo em 1725, exalta “este Herói, tão benemérito dela, como o mais esclarecido Vassalo desta Coroa, (por mais que independente de todas, cinja agora a sua)”. E, em 1731, na Dedicatória, ao próprio António Manoel de Vilhena, da tradução da Vida e Acções de Luís Mendes de Vasconcelos, Miguel Lopes Ferreira sublinha “as repetidas demonstrações com que Vossa Emi-nência justifica o amor que lhe deve a sua Pátria, e o Rei que felizmente a governa”.

Dessas “demonstrações”, era particularmente apreciado o envio de falcões à Corte de Lisboa. Carlos V, como atrás se disse, ao ceder Malta aos Hospitalários, em 1530, impusera o tributo

simbólico de um falcão, a ser entregue, anualmente, ao Vice-Rei da Sicília; ao longo dos tempos, os Grão-Mestres passaram a presentear os Reis de Espanha e França, não por obrigação jurídica, mas por cortesia diplomática, que Vilhena, agora, alargava, por afecto, ao País do seu nascimento, e por deferência para com o seu Soberano.

Durante todo o Grão-Magistério de Vilhena, era D. João V o Rei em Portugal. E, fosse por casualidade, influência ou por ser esse o ambiente político-ideológico do tempo, creio ver, no Grão-Mestre, alguns dos traços positivos que atribuímos a D. João V, dele se podendo dizer, verdadeiramente, que foi Magnânimo.

Essa proximidade a D. João V talvez também explique o que um autor francês actual considera como tendo sido, com António Manoel de Vilhena, uma “monarquização” da figura do Grão-Mestre. A esse propósito, Alain Blondy menciona um projecto de 1736, a que a morte de Vilhena veio pôr termo, e que visava obter, do Papa e dos Príncipes cristãos, a autorização de usar um boné escarlate, fechado com dois círculos de ouro, enriquecidos de pedrarias e pérolas, formando uma Cruz de Malta”. Não se inspiraria este plano na memória de um dos mais brilhantes momentos do Magistério, a oferta pelo Papa a Vilhena, em 1725, do Estoque – espada de prata dourada, de cerca de cinco pés - e do Barrete – género de boné de veludo púrpura, bordado de ouro, guarnecido de um Espírito Santo de pérolas?

Era distinção muito rara, concedida só a Príncipes e personagens notabilíssimas; em mais de 400 anos, fora-o, apenas, umas 50 vezes, só uma delas a um português, o Rei D. Manuel, nenhuma a um Grão-Mestre de Malta. O último a recebê-la, antes de Vilhena, havia sido o Príncipe Eugénio. Visava premiar quem se tivesse destacado na luta contra os inféis.

António Manoel de Vilhena teve de enfrentar os Otomanos, logo nos primeiros dias do seu Grão-Magistério.

Contando tirar vantagem de uma revolta dos escravos muçulmanos, que estaria em preparação, uma esquadra otomana de dez navios surgiu em frente de Valeta. Constatando, porém, as medidas defensivas que haviam sido adoptadas, retirou-se, não sem mandar ao Grão-Mestre uma missiva, em que ordenava a libertação dos escravos. Ora, não obstante o tom insolente, Vilhena viu uma oportunidade interessante e preparou uma resposta cortês, entregue não em Tunis, como fora requerido, mas em Constantinopla, por intermédio do Marquês de Bonnac, Embaixador de França. Nela se exprimia a disposição da Ordem em negociar a libertação recíproca dos escravos. A reacção do Grande Vizir foi muito positiva, mostrando mesmo interesse em avançar para uma trégua de 20 anos com a Ordem de Malta. Infelizmente, a oposição do Ministro turco responsável pela Marinha, vexado por não ter sido incluído nas negociações, fez fracassar o projecto.

Assim, as hostilidades mantiveram-se, como foi a regra durante séculos. Além da perseguição, com sucesso, aos corsários berberescos, assinala-se o bombardeamento de Tripoli, em 1728, numa acção de grande envergadura.

Vilhena reforçou ainda mais as defesas da Ilha, em particular com a construção do notável Forte Manoel, numa ilhota que controla o acesso ao porto de Marsamxett, um dos dois de Valeta. Além do valor propriamente militar, na sua edificação estiveram também presentes preocupações de ordem estética. Em 1728, D. João V fez uma oferta de numerosas peças de artilharia, em bronze, com destino ao Forte.

Mandou erguer outros edifícios. Em Mdina, a antiga Capital, fez elevar um Palácio, para residência dos Grão-Mestres. Não só procurava revitalizar a Cidade, como marcava, com imponência, a grandeza da Ordem, perante a velha Nobreza de Ilha, que ali tinha os seus solares.

Entre Valeta e as fortificações de Floriana, mandou construir um bairro novo, que foi chamado Burgo Vilhena e, nele, dois asilos, que sustentaram, um para idosos, outro para incuráveis de ambos os sexos.

(Será, admito, uma lenda piedosa que o nome Floriana tenha sido dado pelo Grão-Mestre, em honra do seu pai, primeiro Conde de Vila Flor. As linhas defensivas começaram a ser levantadas por ordem de Antoine de Paule, em 1635, e desenhadas pelo Arquitecto italiano Pietro Paolo Floriani).

Reconhece-se a Vilhena o mérito de ter lançado os trabalhos preparatórios do que viria a ser conhecido como Código Rohan (do nome do seu sucessor Emmanuel de Rohan-Polduc), concluído em 1782, com a revisão e a síntese de todas as regras da Ordem, desde os seus inícios.

Como Mecenas protector das Artes, a coroa de Vilhena é o bellissimo Teatro Manoel, em Valeta, o mais antigo Teatro Nacional em funcionamento, no Mundo. Inicialmente chamado Teatro Público, a sua construção foi financiada pessoalmente pelo Grão-Mestre. Destinava-se à “honesta recreação do povo” e foi Inaugurado, em 1731, com a representação da tragédia “Mérope”, de Maffei.

Por coincidência, tanto o Abbé de Vertot como Frei Lucas de Santa Catarina terminam as suas obras, com referência ao ano de 1725, não cobrindo toda a duração do Magistério de Vilhena.

Por minha parte, embora houvesse muito ainda a dizer, concluirei também, acrescentando apenas, que, eleito Grão-Mestre em 1722, 100 anos após Vasconcelos, a morte de Vilhena ocorreu em 1736, 100 anos após a de Antoine de Paule. O seu túmulo é considerado o mais imponente na Co-Catedral de S. João.

ANEXO I

“LIV Seguiu-se o Grão-Mestre Luís Mendes de Vasconcelos, Bailio de Acre, português de nação, e o segundo, que com a nobreza hereditária, e glória adquirida, confirmou no Magistério, a honrosa nomenclatura de Alteza. Subiu a esta pelos autorizados degraus dos cargos da Religião, detendo-se neles o largo espaço da sua vida, não porque o retardasse o demérito, mas porque tendo muitos, em todos deixasse exemplos. Nestes exercícios conheceram, e veneraram, com especial experiência, a sua prudência capacíssima (nas funções de importantes Embaixadas) a Coroa Francesa e a Coroa Romana, como seu valor as ocupações militares, que lhe puseram na mão o bastão de General das Galés, não conseguindo menos glória naquelas, facilitando os negócios, que nestas, repetindo os triunfos. Assim parece que contendessem sempre o Sago, e a Toga sobre qual lhe serviria mais vezes de gala.

Nos seus primeiros anos abraçou o Sagrado militar Instituto desta Religião, a que o levaram os espíritos de nobreza e o génio Português, com que teve sempre simpatias o exercício das armas, como oficina da glória, e das façanhas. Dispô-lo para elas um extremo perigo, de que antes resuscitou, que saiu com vida, como se já fosse dispondo a fortuna, que começasse, perdendo o

medo à morte, quem depois havia de arrancar das mãos dos perigos as coroas da imortalidade. Colocaram-no no Trono as acções com que mereceu esta; mas sem mais, que a posse de cinco meses, o perdeu com a vida. Fatalidade das virtudes heróicas, que se lhe abrevie aquela glória lograda, já que se não lhe pode negar merecida! Roubou-lha a morte quando já contava oitenta anos, no de mil seiscentos e vinte e três, como se quisesse mostrar a superior providência (que não restando mais que obrar à prudência, e ao valor) se lhe dava o Magistério, mais para prémio que para exercício; bastando que as grandes acções que obrara merecendo-o, fossem fiadoras das que executaria exercitando-o. Mas glória singular deste Herói, a que impossibilitado o prémio, ocupou toda a vida o merecimento! No comum jazigo dos Grão-Mestres, tem sepultura, em que se lhe abrevia o epitáfio um elogio, que em seu lugar nos tornará a dar assunto, como sempre às vozes da Fama, que ele soube executar melhor cronista”.

Frei Lucas de Santa Catarina, “Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta”

ANEXO II

“LV Seguiu-se o Grão-Mestre D. António de Paula, Prior de S. Gil, e o terceiro com título de Alteza, que ainda que assustado com o insuperável inimigo da peste, assim dispôs a guarda sua Cidade, que triunfando brevemente dele, passaram logo as suas Galés a sinalizar-se com importantes presas e singulares vitórias. Não foi de menos glória a que logo no princípio do seu Governo alcançou da malevolência de seus émulos, que infamando seus costumes de dissolutos, como a sua eleição de inválida, recorreram ao tribunal Pontifício, com uma informação tão injuriosa, como a que tinha por relatores o ódio, e a inveja; mas pôs-se silêncio na causa, temendo-se convencidos os fautores dela. A este crédito se seguiu ao mesmo Grão-Mestre o que lhe resultou da facção de Santa Maura, Praça combatida, e entrada com galharda resolução, e bravosidade Maltesa, contra a opinião de alguns que de difícil a passavam a inexpugnável, saindo assim cavaleiros, como Soldados, tão coroados com o triunfo, como premiados de despojo. Emudeceu brevemente os vivas desta vitória, a funesta notícia de um conflito naval, em que o valor Hospitalário, mais por emulação indiscreta, que por falta de vigorosa resistência, deixou duas Galés (e muita Nobreza de todas as línguas) nas mãos do comum inimigo, nem por vitorioso, menos castigado de considerável, e sensível perda, como admirável de resistência católica, em que se fez o maior lugar D. Jerónimo de Sousa da Cunha, Português, que (roto todo o corpo a mosquetazos, e sustentando com a mão esquerda os intestinos, vivendo só na direita, em que meneava a espada) se dilatou nas mortes, que tirava, a vingar e a dar a conhecer o preço da que perdia. Mas esta perda, que foi a única para o Grão-Mestre, se vingou dous meses depois no mar de Chipre, castigados os bárbaros (em que se contavam trezentos mortos, e grande numero cativos) tomada a sua mais soberba, e famosa Capitania, com a glória de inferior número de Soldadesca, com que intrepidamente foi entrada, e rendida.

Acresceu a esta vingança outra não menos estimável glória para o Grão-Mestre, em um Breve, que lhe remeteu o Pontífice Urbano VIII, que com elegante estilo lhe trocou em Católico triunfo aquele primeiro lutuoso conflito, aplaudindo-lhe, e premiando-lhe a fortaleza, e a vigiância, com que promovia a sua Religião à reputação mais gloriosa, nos exercícios da piedade,

e da milícia, na providência de máquinas, e petrechos de guerra, na reforma dos costumes em toda a Ilha, no exercício quotidiano dos Cavaleiros, e na observância inviolável dos Estatutos; o que tudo coroou o seu Magistério de gloriosos acertos. Pendendo deles a disposição das funções marítimas, se recolhiam as suas Galés, como por foro vitoriosas, o que se experimentava também nos baixéis do mesmo Grão-Mestre, em que pareceu, que a sua direcção e experiência, influíam valor, e fortuna.

Celebrou um Capítulo geral com grande utilidade da Ordem. Foi Príncipe igualmente pio, generoso, liberal e magnânimo, virtudes, que o fizeram, e conservaram tímido (sic), e vitorioso de seus émulos, venerado de todos, e amado com especialidade de seus Cavaleiros. Testemunhou-o o sentimento, e ltuosas demonstrações, com que se lamentou sua morte, no ano de mil seiscentos e trinta e seis, em que depois de oitenta de idade, ainda se lhe julgou a vida por breve. Deixou na Ilha monumentos de sua religião, piedade e grandeza. Das com que se adquiriu imortal memória, se lêem elegantes testemunhos em sua sepultura”.

Frei Lucas de Santa Catarina, “Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta”

ANEXO III

“LXV Seguiu-se o Gram Mestre D. António Manoel de Vilhena, de inclyta, e Régia ascendência, trazendo sua origem do esclarecido Rey D. Fernando III, de Castella, cognominado o Santo. Mais immediatos exemplares de valor o execurarao nos prelúdios, e progressos da milícia Hospitalária, (a que o destinou o valor, e a nobreza) em seu heróico pay, (hum dos famosos Generaes, que virão as Campanhas Portuguesas, coroado de vitórias) D. Sancho Manoel, de que ainda soão nos ouvidos da admiração deste século, os militares vivas, que aclamarão suas proezas.

Occupou D. António os primeiros lugares da Religião, com antecipadas mostras de ânimo guerreiro, que o adiantarão ao cargo de Commandante, nas Galés contra os bárbaros, na guerra da Morea, em que se houve com tão valerosa e militar destreza, que de idade de trinta e dous annos lhe honrou o peito a Gram Cruz, passando à dignidade de Gram Cancellor, Cabeça da Língua de Portugal, e Castella, e logo à de Ballio de Acre, degraos, porque dando-lhe a mão o valor, a nobreza, e a benevolência, (que o fez bem quisto) sobio ao Throno do Magistério, seguindo aos votos dos Eleitores o commum applauso de seus Cavalleiros, e Vassallos, que comarcharão a experimentar, e reconhecer, na abundância, que se vio na Ilha, (pelas grossas prezas, que a enriquecerão, não fallando dos muitos Cathólicos, que se resgatarão) um plausível vaticínio das felicidades de seu governo. Não foy nelle menos estimável prelúdio, a prompta providência, com que, com militar idéa, começou a fortificar a mesma Ilha, ameaçada do formidável apparatus do commum inimigo, a que sem dúvida desarmou os projectos a fama da sua vigilância, como também desenganaria depois o valor da sua resistência, commo já uma machina naval com que o ameaça.

No anno de mil setecentos e vinte e cinco (que isto escrevemos) conta dous no seu governo, apalavrando, com os acertos delle, as atenções do Christianíssimo, e merecendo ao nosso Augusto Monarcha D. João o V, o Magnífico, não só as demonstrações do Real agrado, com que estima, e preza tão generosa, esclarecida, e Sagrada Milícia, mas o estimável lugar, que offerece

aos seus Heroes Hospitalários, no immortal Templo da Lusitânia Sacra, que com grandiosidade Régia, prudência, e direcção generosa, lavra, erige, e consagra à sua, como à glória Portugueza.

Nas deste Heroe, tão benemérito della, como o mais esclarecido Vassalo desta Coroa, (por mais que independente de todas, cinja agora a sua) não alargamos mais a penna, reservada para mais singular escritura, em que nos tornará a servir de assumpto, e sempre de crédito)”.
Frei Lucas de Santa Catarina, “Memórias da Ordem Militar de São João de Malta”.

A DIMENSÃO HUMANITÁRIA DA DIPLOMACIA. A ORDEM SOBERANA DE MALTA E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1951-1971)

Ana Leal de Faria

Academia Portuguesa da História

1. Introdução

Este estudo centra-se nos primeiros vinte anos de relações diplomáticas entre Portugal e a Ordem Soberana Militar de Malta, entendendo o conceito de “relações diplomáticas” no sentido estrito de representação permanente e sistemática entre dois Estados soberanos, embora as relações do nosso país com a Ordem dos Cavaleiros Hospitalários sejam bem mais antigas, pelo menos desde que D. Teresa, mãe do futuro rei D. Afonso Henriques, lhes outorgou o mosteiro de Leça do Bailio (entre 1112 e 1116).

Foram muitos os donativos, legados e privilégios que os cavaleiros receberam dos primeiros reis de Portugal, nomeadamente as terras do Crato, onde fundaram uma casa que se tornou célebre a ponto de o superior português da Ordem dos Hospitalários ter passado a ser conhecido por Prior do Crato, cargo que foi mesmo desempenhado por alguns dos infantes: D. Luís, duque de Beja, filho de D. Manuel (1527-55) e o seu filho e neto do rei, D. António (1555-95); os filhos de D. Pedro II, D. Francisco, duque de Beja, (1691-1742) e D. Pedro III, marido de D. Maria I (1742-1786) e, finalmente, D. Miguel (1828-34), filho de D. João VI. Em 1789, os bens da Ordem passaram para a Casa do Infante, extinta em 1834. Contam-se, também, alguns portugueses entre os grão-mestres da Ordem de Malta: Fernando Afonso de Portugal, filho natural de D. Afonso Henriques (1202-1206), Luís Mendes de Vasconcelos (1622-1623), António Manuel de Vilhena (1722-1732) e Manuel Pinto da Fonseca, o primeiro a usar o título de Sua Alteza Eminentíssima (1741-1773).

Estes dois últimos grão-mestres deixaram obra notável, embora as relações com Portugal se tenham limitado ao envio de diversas esquadras para felicitar o rei e a família real por ocasião de grandes eventos políticos e familiares. De facto, as relações da Ordem de Malta com a corte de Lisboa mantiveram-se meramente cerimoniais e protocolares, ao contrário do que acontecia com a de Madrid, o que pode explicar-se devido à organização administrativa da Ordem por “Línguas”, sendo Portugal um dos três priorados da Língua Castelhana, que abrangia também os priorados de Castela e de Leão¹.

¹ Cf. *Relação da Grandioza Embaixada que em nome da Magestade dos Senhores Reis de Portugal deu nesta Corte de Madrid às Magestades dos Senhores Reis Catolicos, o Excellentissimo Senbor D. Rodrido Annes de Sá Almeida e Menezes, Marquês de Abrantes [...]*, Impressa em Madrid na Officina da Muzica, por Miguel de Rêzola, año 1728, p. 8. Aí se refere a presença do embaixador de Malta no cortejo desta entrada pública. https://purl.pt/13831/4/hg-17060-2-p_PDF/hg-17060-2-p_PDF_24-C-R0150/hg-17060-2-p_0000_rosto-b_t24-C-R0150.pdf. Os embaixadores portugueses em Madrid - D. Luís da Cunha (1719) e o Visconde de Vila Nova da Cerveira (1748) – também fazem referência à presença diplomática da Ordem de Malta nessa corte.

Fundada no século XI, na Palestina, a *Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodas e de Malta* começou como uma ordem beneditina durante a 1ª Cruzada (1096-1099), mas acabou por se transformar, no início do séc. XII, numa ordem militar cristã, com regras próprias e a missão de assistir, tratar e proteger os peregrinos à Terra Santa. Com a queda do Reino Latino de Jerusalém (1291), os cavaleiros estabeleceram-se primeiro em Chipre, depois em Rodas e mais tarde em Malta.

Nos finais do séc. XVIII, com o desembarque das tropas do Directório (1798), comandadas por Napoleão durante a Campanha do Egipto, o papel militar da Ordem de Malta terminou e com ele esbateu-se o ideal religioso, de qualquer forma, já em declínio ao longo do século das Luzes. Manteve-se, no entanto, uma espécie de ideal diplomático já que, praticamente, em todas as cortes católicas encontramos membros da Ordem entre a elite política que acabavam por ir informando o grão-mestre do que viam e ouviam. La Valette tornou-se, assim, um dos melhores postos de escuta da Europa. Os seus arquivos, abertos ao público em meados do século passado, têm contribuído para lançar uma nova luz sobre inúmeras questões diplomáticas².

Ao longo do séc. XIX, a vida da Ordem caracterizou-se por uma sequência de hesitações. Primeiro, passou por um período atribulado, na sequência da conquista da ilha, em que muitos cavaleiros se refugiaram na Rússia chegando a eleger o próprio czar Paulo I³, apesar de ser o chefe da igreja ortodoxa russa, como grão-mestre. Depois, durante o Congresso de Viena (1815), insistiu para ser reconhecida como soberana, mas sem nada fazer para a restituição da ilha, que seria sempre muito dispendiosa de manter para além de entrar em choque com os poderosos interesses britânicos. Finalmente, acabou por se fixar em Roma, passando a designar-se Ordem Soberana e Militar de Malta e a ocupar dois palácios na cidade, ambos com estatuto extraterritorial: o *Palazzo Magistrale di Malta*, n.º 68 da Via dei Condotti, Campo Marzio de Roma, e a *Villa del Priorato di Malta*, no monte Aventino.

O primeiro fora adquirido no séc. XVI por Antonio Bosio, um grande estudioso das catacumbas romanas, nascido em Malta e cujo tio era o representante dos Cavaleiros junto da Santa Sé. Quando Bosio morreu, em 1629, deixou o edifício à Ordem, que o transformou em residência oficial dos seus embaixadores. Na década de 1720, o grão-mestre António Manoel de Vilhena encarregou Carlo Gimach do restauro e da decoração do palácio, que permaneceu como uma embaixada até à mudança da própria Ordem para esse local, em 1834. Quanto à *Villa* do Monte Aventino, onde hoje também fica a embaixada da Ordem junto do Estado italiano, era e ainda é a sede do grão-priorado em Roma.

Uma das grandes transformações do séc. XIX foi a angariação de numerosos membros nos Estados Unidos e na América Latina, introduzindo uma mudança nas qualidades exigidas para

² Veja-se ENGEL, Claire-Éliane, *Histoire de L'Ordre de Malte*, Genève-Paris-Munich, Ed. Nagel, 1968.

³ **Paulo I** (1754-1801) foi o único filho do czar Pedro III e de Catarina II. Subiu ao trono por morte da mãe (1796) e governou a Rússia até ser assassinado (1801). Com a conquista da ilha de Malta por Napoleão os cavaleiros dispersaram-se e muitos deles refugiaram-se em S. Petersburgo, elegendo o próprio czar como seu grão-mestre em substituição de Ferdinand Hompesch que acusavam de não ter defendido a Ordem. Hompesch demitiu-se em 1799 por pressão da Áustria, ficando Paulo I de facto como grão-mestre de uma ordem católica, apesar de ser o chefe da igreja ortodoxa russa. Deu origem à tradição russa dos Cavaleiros Hospitalários (Ordem de São João) dentro das Ordens Imperiais da Rússia.

se ser cavaleiro, nomeadamente quanto às provas de nobreza. Ao mesmo tempo, os votos monásticos de obediência, pobreza e castidade iam deixando de ser compatíveis com a vida secular moderna dos Cavaleiros, enquanto a sua missão hospitalária original passava a ser, cada vez mais, o foco principal da Ordem.

2. A grande crise de meados do séc. XX e o início das relações diplomáticas da Ordem Soberana Militar de Malta com o Estado português

Depois da 2ª Guerra Mundial, os conflitos foram numerosos, em parte como resultado do acentuado enriquecimento da Ordem, graças à sábia gestão do grão-mestre, Príncipe Ghigi della Rovere⁴ e também devido às elevadas quantias pagas pelos membros americanos, o que suscitou imensas invejas. Quando, em 1951, se iniciaram as relações diplomáticas da Ordem Soberana Militar de Malta com o Estado português, estalou uma violenta crise face à hostilidade declarada do Cardeal Canali⁵, que desencadeou todo um mecanismo eclesiástico para subter a Ordem de Malta à do Santo Sepulcro de Jerusalém⁶, que recentemente o tinha elegido como grão-mestre (26-12-1949). Note-se que o referido cardeal era, ao mesmo tempo, grão-prior de Roma da Ordem de Malta.

Ambos, Grão-Mestre e Cardeal, são verdadeiras personagens de romance que Roger Peyrefitte⁷ não deixou de aproveitar. Mencionou-os, embora brevemente, em *Les Clés de Saint Pierre* (1955), obra em que atacou a Santa Sé e o papa Pio XII, e fez do Cardeal Canali a personagem principal da novela *Les Chevaliers de Malte* (1957), apresentando-o como um homem poderoso e extremamente ambicioso.

A Europa tentava recuperar das ruínas morais e materiais deixadas pela 2ª Guerra Mundial quando Pio XII declarou o Ano Santo de 1950, pretendendo oferecer ao mundo uma imagem da Igreja Católica em todo o seu esplendor, o que culminou com a proclamação do dogma da Assunção de Maria ao Céu (1 de novembro de 1950). No ano seguinte teriam lugar as cerimónias de encerramento do Jubileu e Portugal, país católico poupado à guerra, foi escolhido pelo Santo Padre para esse efeito, o que representou um momento histórico de grande importância e projeção internacional, pleno de significado religioso, mas também político e diplomático.

O encerramento das comemorações ocorreu no santuário de Fátima, a 13 de outubro de 1951, dia do 34.º aniversário da última aparição da Virgem Maria aos três pastorinhos. Segundo

⁴ **Príncipe Ludovico Chigi Albani della Rovere** (julho 10, 1866 – novembro 14, 1951), filho do Príncipe Mario e de sua mulher Antoinette. Foi Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta, de 1931 a 1951. Em 1893 casou com Dona Anna Aldobrandini, Princesa de Sarsina, falecida a 17 de setembro de 1898.

⁵ **Nicola Canali** (Rieti, junho 6, 1874 - Cidade do Vaticano, agosto 3, 1961). Filho do marquês Filipo Canali e da condessa Leoneta Vicentini. Cardeal em 1935 e Grão-Mestre da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém. Foi Presidente da Pontifícia Comissão para o Estado da Cidade do Vaticano (1939) e Penitenciário-Mor (1941) até à sua morte.

⁶ A Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém é a única instituição secular do Vaticano. Tal como a Ordem de Malta, é reconhecida como Ordem de Cavalaria pela Santa Sé, honra exclusiva partilhada por ambas as instituições.

⁷ **Roger Peyrefitte** (1907-2000), escritor e diplomata francês. Nos seus romances tratou frequentemente de temas controversos e as suas obras colocaram-no em rota de colisão com a Igreja Católica.

o repórter do *Século Ilustrado* assistiu-se, na Cova da Iria, a «uma das maiores concentrações humanas, verificadas nos anais da História do Mundo»⁸. O Vaticano fez-se representar pelo legado do papa, Cardeal Tedeschini. Veio também o grão-mestre da Ordem de Malta, acompanhado por uma pequena comitiva. De acordo com José Nosolini⁹, Embaixador de Portugal junto da Santa Sé (1950-1954), os representantes da Ordem de Malta «comparticiparam de todas as cerimónias e vieram encantados». Foram hospedados e tratados magnificamente em casa de Bustorff Silva e do Visconde de Botelho e «ficaram penhoradíssimos»¹⁰. Foram também recebidos pelo recém-eleito presidente da República, General Craveiro Lopes¹¹, a quem o ministro plenipotenciário da Ordem, Conde Capodilista¹², apresentou credenciais (3 de outubro de 1951). Tudo parecia indicar que em breve seria estabelecida a necessária reciprocidade para dar início a relações diplomáticas plenas.

Nosolini não era diplomata de carreira, embora também tenha sido também embaixador em Madrid (1954-1959). Monárquico, católico, activista do CADC, exerceu importante actividade político-administrativa na União Nacional e na administração de empresas e bancos. Foi deputado na I, III, IV e V Legislaturas da Assembleia Nacional e membro do *Instituto de Coimbra*¹³. Era amigo íntimo de Salazar e um dos seus principais conselheiros políticos. Em Roma, desenvolveu notáveis esforços com vista à reciprocidade diplomática, pelo que foi agraciado com a Grã-cruz Magistral com banda da Ordem Soberana e Militar de Malta, assim como o Presidente da República recebeu o Grande Colar, mas as relações diplomáticas bilaterais ainda levarão cerca de dez anos até à sua concretização. A pergunta impõe-se: porque esperava Salazar?

⁸ «Fátima e as celebrações do Ano Santo», *Século Ilustrado*, 13 de outubro de 1951.

⁹ **José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão** (Porto, 1893-1968). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, administrador das Companhias Nacional dos Fósforos, Colonial de Navegação e de Fomento Colonial, governador do Banco de Angola, Vice-Presidente do Conselho de Administração da SONAP, Presidente da Assembleia Geral do Banco Fonsecas e Burnay, Governador do Funchal (1938-41), representante do Ministério das Colónias na OCDE, Presidente da concelhia da União Nacional do Porto, Deputado entre 1935 e 1953, apenas com uma breve interrupção enquanto exerceu as funções de governador do distrito autónomo do Funchal, nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Vaticano a 31 de agosto de 1950 e com o mesmo carácter em Madrid (1954-1959). Cf. *Anuário Diplomático* [...], Ano de 1950, Lisboa, 1951.

¹⁰ AHMNE, P01, N° 1039, Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, Roma, Ofício confidencial do Embaixador José Nosolini, 1 dezembro 1951.

¹¹ **General Francisco Hígino Craveiro Lopes** (1894-1964), eleito por sufrágio directo a 22 de julho de 1951, terminando o mandato em 1958. Recebeu a *Grã-Cruz di Bali di Onore e di Devozione* da Ordem Soberana e Militar de Malta. Cf. *Anuário Diplomático e Consular Português*. Ano de 1951 (Referido a 31 de Dezembro), Lisboa, 1952.

¹² **Alvise Giovanni Emo, Conde Capodilista** (1898-1980), filho de Giorgio, Conde Emo Capodilista e de Maria Francesca, Condessa Zileri dal Verme degli Obbizi. Casou em primeiras núpcias com Maria Henriqueta Álvares Pereira de Melo, filha de D. Jaime Caetano Álvares Pereira de Melo, 8º Duque de Cadaval, falecida em 1930, e em segundas núpcias com Giacinta Ruspoli, filha de Alessandro Ruspoli, 7º príncipe de Cerveteri

¹³ O Instituto, em Coimbra, foi uma prestigiada academia científica, literária e artística, fundada em 1852, no contexto da Regeneração e em actividade até 1982. Entre as publicações dessa instituição, conta-se *O Instituto: Revista Científica e Literária*, publicado de 1852 a 1981, o qual foi, até cessar a publicação, a mais antiga revista científico-literária publicada em Portugal.

Os ofícios confidenciais de Nosolini, dirigidos a Paulo Cunha¹⁴, então ministro dos Negócios Estrangeiros, testemunham de forma clara e objectiva a difícil situação política em que se encontrava a Ordem de Malta, o que contribuiu para a explicação da falta de empenho do Presidente do Conselho. Ao mesmo tempo que o embaixador chamava a atenção do governo para a crescente valorização da Ordem, ao que não seria estranho o sucessivo estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países, nem a circunstância de aumentar os seus meios de acção, alertava o governo português para a complexidade da situação:

«Vim encontrar no meio romano a Soberana Ordem de Malta num dos primeiros planos de discussão. A sua valorização tem-se acentuado, não sendo estranho a tal facto o sucessivo estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países e, como se diz também, a circunstância de aumentar meios de acção cuja finalidade se discute. Neste último caso está a constituição de uma frota aérea»¹⁵.

De início, Nosolini confessa não ter ainda bem compreendido a origem das dificuldades entretanto surgidas. Durante o grão-mestrado do Príncipe de Ghigi, a Ordem de Malta tinha-se desenvolvido muito, aumentando o seu prestígio e alargando o quadro das suas relações oficiais com diversos países. Enriquecera imenso e a sua próspera situação económica sustentava consideravelmente diversas obras de beneficência. No entanto, também corriam rumores desagradáveis. Dizia-se que à sua sombra se faziam chorudos negócios e que os cavaleiros professos estavam longe de respeitar os votos religiosos a que se encontravam obrigados. De acordo com os relatórios da missão portuguesa na Santa Sé, esses boatos seriam dirigidos ou aproveitados pela Ordem do Santo Sepulcro, igualmente poderosa e rival da Ordem de Malta.

Durante a já referida ausência do Príncipe Chigi em Portugal, ter-se-iam movido influências na Santa Sé, levando o Pio XII a abrir um inquérito. Uma comissão cardinalícia inquiriu durante bastante tempo a situação dos bens da Ordem para verificar a sua gestão e o seu *status*. A luta foi serrada, surda, assente na fraseologia sábia das discussões eclesásticas e cheia de intrigas de bastidores. Constava que para obrigar o grão-mestre a aceitar as decisões que teriam levado à sujeição da Ordem, o Cardeal Canali o teria ameaçado misteriosamente de excomunhão maior, mas as reacções violentas dos grandes dignitários da Ordem de Malta tê-lo-iam obrigado a recuar.

O Príncipe Chigi chegara a Roma em finais de outubro de 1951. De acordo com Nosolini, vinha cheio de satisfação e alegria pela sua viagem a Portugal e Espanha. As recepções tinham sido brilhantes, sem esquecer a enorme consolação espiritual das grandiosas cerimónias de Fátima. Poucos dias mais tarde teria recebido a notícia de que estava a ser preparada uma comissão de cardeais para proceder a um inquérito ou investigação à vida da Ordem, «tanto mais que sendo ela constituída por Cavaleiros professos [...] sujeitos a votos religiosos, havia uma disciplina Vaticana a respeitar»,

¹⁴ Paulo Arsénio Veríssimo da Cunha (1908-1986), mais conhecido por Paulo Cunha, advogado, professor catedrático de Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, reitor da mesma Universidade de 1962 a 1965. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de 2-8-1950 a 14-8-1958, cargo interrompido por duas breves interinidades de Marcello Caetano (26-12-1956 a 11-2-1957 e 29-5-1957 a 2-6-1957).

¹⁵ AHMNE, P01, N° 1039, Ofício confidencial n° 246, Roma, Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, 21 de dezembro de 1951.

diziam. O Príncipe teria reagido, considerando que «a disciplina religiosa podia ser cumprida sem se ferir a soberania da Ordem» e que este «ataque, sem se olhar à minha posição, ao meu trabalho, à minha idade, deixa-me amargurado»¹⁶. A notícia da decisão pontifícia teria sido um golpe fatal. Morreria, poucos dias depois, vitimado por um ataque cardíaco (14-11-1951).

Logo após o falecimento do Príncipe, começou a correr outro rumor: a Ordem do Santo Sepulcro pretendia tomar posição relevante na Ordem de Malta. Efectivamente, perante o problema da eleição do novo grão-mestre, constava que o Cardeal Canali, que para além de grão-mestre do Santo Sepulcro era também grão-prior da Ordem de Malta, tencionava apresentar a sua candidatura.

Refira-se que, em 1949, Pio XII estabelecera que o grão-mestre do Santo Sepulcro fosse um cardeal, sendo eleito o Cardeal Canali, também prior comendatário da Ordem Soberana Militar de Malta. Efectivamente, este tentou, embora sem sucesso, unir sob sua tutela as duas ordens, o que foi considerado incompatível. A relevância da situação era evidente: a junção das duas fortunas possibilitaria ao Cardeal Canali controlar uma riqueza considerável, permitindo operações financeiras de grande envergadura e à escala internacional, porventura nem sempre destinadas a obras de caridade. Não conseguindo os seus intentos, Canali procurou então o apoio do Vaticano para remover o carácter soberano da Ordem de Malta e colocá-la sob a exclusiva tutela da Santa Sé. Os seus planos acabariam por falhar, mas causaram uma crise profunda o que, em parte, explica a dilação portuguesa no estabelecimento de uma representação diplomática junto da soberana Ordem de Malta.

Pio XII proibiu a eleição de um novo grão-mestre antes da revisão completa dos estatutos, gerando-se uma surda conspiração para colocar a Ordem de Malta sob a alçada da comissão cardinalícia encarregada de examinar a gestão financeira e administrativa e proceder ao exame das provas. Era, no fundo, mais uma fase na longa luta travada pelos Cavaleiros: desde a Idade Média, para conservar a sua independência face ao papa e à cúria romana; desde o Renascimento, para fazer face à rivalidade entre as duas ordens militares pontifícias. Com efeito, nos finais do séc. XV, Inocêncio VIII extinguiu a Ordem do Santo Sepulcro que, no entanto, resistiu até conseguir que Alexandre VI (Rodrigo de Bórgia) revogasse a bula de dissolução. Contudo, nunca mais conseguira recuperar os bens e propriedades que, entretanto, tinham passado para a Ordem de Malta.

Finalmente, no início de 1952, estava constituído um tribunal, inicialmente composto por cinco cardeais, para determinar a natureza e qualidade da Ordem - soberana e religiosa - incluindo os votos de obediência, castidade e pobreza impostos aos cavaleiros professos, bem como o âmbito da respectiva competência e as relações recíprocas perante a Santa Sé. De acordo com o jornal *L'Osservatore Romano*, de 9 de janeiro de 1952, o referido tribunal, investido dos mais amplos poderes, seria composto pelos cardeais Eugénio Tisserant (Decano do Colégio dos Cardeais desde 1951), Clemente Micara, José Pizzardo, Bento Aloisi Masella e Nicolau Canali¹⁷. Foi, por isso, adiada *sine die* a eleição do novo grão-mestre, decapitando a Ordem de Malta por largo período e diminuindo consideravelmente o seu prestígio internacional»¹⁸.

¹⁶ IDEM, *ibidem*, Ofício de Nosolini, Roma, 14 de janeiro de 1952 e Informação de serviço de Caldeira Coelho, Lisboa, 21 de janeiro de 1952.

¹⁷ IDEM, *ibidem*, «L'Osservatore Romano», 9 de janeiro, 1952.

¹⁸ IDEM, *ibidem*, Telegrama de Nosolini, Roma, 9 de janeiro de 1952.

Eram imensas as questões que se levantavam: a Ordem iria manter a sua atitude ou iria submeter-se? No caso de desobediência, o papa iria até à excomunhão ou a Ordem seria laicizada? Era impossível prever o desfecho da batalha, mas a diplomacia portuguesa tinha indícios seguros de que os cavaleiros belgas, os castelhanos e os portugueses eram de parecer que a Ordem devia recuar e acabar por aceitar o tribunal. O receio, a cautela e a dificuldade em negociar acabavam por ser os grandes obstáculos da submissão, subsistindo sempre a questão fundamental: qual era, afinal, a verdadeira causa da intervenção?

No fundo, não se conhecia o problema na sua essência. Seria um simples problema de ordem religiosa porque, de acordo com os rumores que corriam, os professos não faziam vida compatível com o cumprimento rigoroso dos votos? Seria um simples problema administrativo e económico, porque constava que a Ordem teria feito negócios muito discutíveis e porque, sendo riquíssima, os seus bens eram muito cobiçados? Ou seria antes um problema político porque ao lado da Santa Sé, e soberana como ela, a Ordem espalhava a sua representação diplomática pelo mundo, constituindo uma espécie de segundo Estado que poderia vir a criar dificuldades à Igreja e não ser o mesmo Estado feudatário que a servira durante séculos?

A confusão, o mistério e a névoa envolviam as verdadeiras causas da questão e os motivos da constituição do tribunal. No fundo, o fim principal a atingir, de acordo com a opinião de Nosolini, seria resolver o caso político: reformar a Ordem de Malta, obtendo a garantia de que seria um Estado soberano bem comandado pela Santa Sé. Mas, precisamente na mesma altura em que constava estar lavrada a sentença e faltando, apenas, o *referendum* do Santo Padre, a própria Ordem resolveu retirar-se do julgamento, decisão que rebentou estrondosamente, com foros de escândalo, e foi sentida como um duro golpe pela Santa Sé.

Monsenhor Montini (futuro Paulo VI), secretário de Estado do Vaticano, acabou por comunicar à Ordem que a sua atitude era ofensiva para com o papa e, caso a mantivesse, seriam tomadas duras medidas enquanto o Grande Magistério da Ordem de Malta convocava os presidentes das Associações dos diferentes países para se reunirem em Roma.

Foram realizadas diversas tentativas para que a questão se resolvesse através de negociações, como desejava Monsenhor Montini, mas tal desiderato acabou por fracassar. O Conde de Pecci, Ministro da Ordem junto da Santa Sé¹⁹, também falhou na tentativa de se encontrar uma solução mais ou menos combinada. O próprio Pio XII acabou por entrar em conversações com o Cardeal Canali e com outros cardeais e por duas vezes mudou para mais rígida a sua inicial atitude benévola. Para o Pontífice o problema passava a ter só uma solução: «a Ordem deveria aceitar a sentença sem a conhecer». De acordo com o embaixador português, a Santa Sé iria acabar por reconhecer a soberania da Ordem, mas apenas «depois de garantir a posição, ainda que indirecta, da perfeita subordinação dela»²⁰.

Apesar destes e de outros eventuais problemas internos e fosse qual fosse a solução encontrada, Nosolini alertava o Ministro Paulo Cunha para o crescente prestígio da instituição. Não só o Brasil e a Alemanha tinham acabado de estabelecer relações diplomáticas com a Ordem de

¹⁹ O Conde Stanislaw de Pecci era sobrinho neto de um antigo papa e amigo pessoal de Pio XII.

²⁰ AHMNE, P01, N° 1039, Nosolini, Roma, Ofício confidencial de 18 de fevereiro de 1953.

Malta, como também seria previsível a intensificação da sua actividade, nomeadamente através de uma eventual grande acção hospitalar em África o que, certamente, interessaria a Portugal, dada a sua presença naquele continente. Também lhe parecia oportuno aproveitar a ocasião «para procurar criar a Língua Portuguesa, tornando a organização do nosso país independente da espanhola».

O Embaixador aduzia dois fortes argumentos: por um lado, «não deve ser indiferente a isto o próprio Brasil que tem também relações diplomáticas com a Ordem de Malta e que de certeza não gostará de estar incluído na “Língua Castelhana”»; por outro, essa constituição não traria quaisquer encargos, mas sim facilitaria o maior prestígio da Ordem em Portugal, o que nos devia ser agradável já que a ela nos ligavam «brilhantes tradições e a ela pertenceram as mais altas figuras da nossa história». Também propôs que se entregasse “à guarda” da Ordem, ou que se arrendasse por uma quantia simbólica, um dos seus antigos castelos, por exemplo, o de Leça do Bailio²¹. A sugestão de uma bandeira própria foi, igualmente, equacionada:

«Esse Priorado ficará com estandarte próprio, que poderá ser, creio, um estandarte semelhante ao da Mocidade Portuguesa, porque tem beleza indiscutível. V. Ex^a dirá»²².

Pio XII acabou por responder a favor da Ordem de Malta, declarando-a simultaneamente religiosa e soberana, decisão confirmada pela sentença do Tribunal Cardinalício de 24 de janeiro de 1953.

3. O reacender da crise da Ordem de Malta, segundo a diplomacia portuguesa.

Parecia ter terminado a causa, mas depois de Nosolini deixar Roma, a questão reacendeu-se:

«A OM novamente em crise. Sumo Pontífice ordenou Comissão Cardeais Cúria reexaminasse toda a questão e proponha medidas a adoptar. Segue amanhã ofício»²³.

É este o teor do telegrama do embaixador Francisco Calheiros e Meneses²⁴, que substituiu Nosolini a partir de fevereiro de 1954. Estava novamente em causa a soberania da Ordem de Malta, questão suscitada pelo padre jesuíta Salvatore Lener, que em diversos artigos publicados no *Civiltà Cattolica*, levantara sérias objecções quanto à independência da Ordem de Malta em relação à Santa Sé.

²¹ IDEM, *ibidem*, Ofício de Nosolini, Roma, 9 de junho de 1953.

²² IDEM, *ibidem*, Ofício de Nosolini, Roma, 1 de setembro de 1953.

²³ AHNNE, P02, N° 2253, Ofício de Francisco Calheiros e Meneses, Roma, 9 de fevereiro de 1955.

²⁴ **Francisco de Assis Maria de Oliveira de Almeida Calheiros e Meneses** (1891-1970), neto do 1º conde da Guarda, casou em Berlim com Erna Edith Hitta List (18-04-1928). Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de Madrid, entrou para o corpo diplomático por concurso, em 1915. Desempenhou funções na Comissão de Limites entre Portugal e Espanha, na Comissão mista luso-espanhola encarregada de estudar os meios necessários para evitar incidentes de pesca e na Comissão Permanente do Direito Internacional Marítimo. Representou Portugal na Sociedade das Nações, na Conferência Internacional do Trabalho, na revisão da Convenção de Genebra. A carreira diplomática levou-o às Legações de Bruxelas, Paris, Londres, Roma e Vaticano, a partir de 2 de fevereiro de 1954. Cf. *Anuário Diplomático* [...]. Ano de 1954, Lisboa, 1955.

De acordo com o Pe Lener, tratava-se de uma corporação religiosa católica, com o fim hospitálio e, nessas condições, dependente da Corporação dos Religiosos, mas munida de soberania externa. Então, Pio XII decidiu novamente nomear a mesma comissão de cardeais para reexaminar toda a questão. De acordo com Francisco Calheiros, tal decisão produziu na Ordem de Malta o receio «parece que justificado, de que a Santa Sé e, em especial, o Cardeal Canali e a sua “entourage” do Governatorato do Vaticano, tenham o propósito firme de obter a administração dos bens da Ordem Soberana [...] assunto muito complexo, que envolve conhecimentos de direito canónico profundos»²⁵.

A crise estava a assumir internacionalmente um «aspecto penoso». Francisco Calheiros, ao contrário de Nosolini, era embaixador de carreira, usando de toda a prudência e preferindo esperar o desenrolar dos acontecimentos e observar a atitude das outras potências. Entretanto, pediu instruções para a posição a tomar caso os diplomatas de outros países que se achavam nas mesmas circunstâncias tivessem ordens dos seus respetivos governos para fazerem diligências individuais e amigáveis junto da Santa Sé no sentido de se procurar uma solução conciliatória, caso contrário abster-se-ia de qualquer intervenção.

«A questão tomou um carácter de tão aguda intransigência de parte a parte e os melindres e suscetibilidades são tão grandes [...] que seria da maior inconveniência qualquer acção, mesmo revestida da maior amabilidade e reconciliação. Os próprios Embaixadores de Espanha, de França e de Itália que tinham tomado a peito a divergência e desejavam aconselhar e conciliar» não foram mais além do que procurar «moderar os ímpetos»²⁶.

Um dos juízes, o Cardeal Tisserant²⁷, prestou-se a ser mediador e a procurar «suavizar as asperesas», mas sem obter grandes resultados. Havia grande desconfiança de parte a parte. Também entre o corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé, o Conde Wladimir d'Ormesson²⁸, seu vice-decano, tentou servir de mediador entre a Santa Sé e a Ordem. Era quem mais conhecia e se ocupava da questão e tal como o Cardeal Tisserant era de nacionalidade francesa. Gozava de incontestável prestígio e estima de todos, tendo vindo a intervir, embora a título pessoal, junto das duas entidades com grande tacto e espírito de conciliação. Mas estava pessimista quanto à possibilidade de um acordo, confiando ao embaixador português, embora sob toda a reserva, que começava a ver claro acerca dos motivos que tornavam tão

²⁵ AHMNE, P02, N° 2253, Ofício de Francisco Calheiros e Meneses, Roma, 9 de fevereiro de 1955.

²⁶ IDEM, *ibidem*, Roma, 4 de março de 1955.

²⁷ **Eugène Gabriel Gervais Laurent Tisserant** (1884-1972), Cardeal da Igreja Católica, homem de grande cultura, agraciado com o grau de doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra (1956), eleito para Academia Francesa (1961), elemento activo do Concílio Vaticano II (1962-65) e sucessor do Cardeal Canali como Grão-mestre da Ordem do Santo Sepulcro (1960-72).

²⁸ **Conde Wladimir Lefèvre d'Ormesson** (S. Petersburgo, 1888 – Omerson-sur-Marne, 1973). Filho do Conde Olivier d'Ormesson (1849-1923) e de Marguerite du Breuil-Hélión de La Guéronnière (1854-1916). Escritor, jornalista e diplomata, embaixador na Argentina (1945-48) e no Vaticano (1940 e 1948-56). Foi membro da Academia Francesa e administrador da ORTF (radiodifusão e televisão francesa). Tio do escritor Jean d'Ormesson. O seu pai e o seu irmão, André d'Ormesson, foram também diplomatas.

difícil o entendimento o que, a ser verdade «colocaria extremamente mal os professos e dirigentes da Ordem» pelo que Calheiros recomendava ao ministro Paulo Cunha «um segredo completo»²⁹.

Entre os membros da Ordem de Malta reinava um grande de desânimo. O Conde Stanislao de Pecci confessou ao Embaixador português já não ter esperança num entendimento. Reconhecia estar «cansado de lutar, não cansaço físico, mas falta de coragem de ver que quando tudo se encaminhava aparentemente para uma solução, a Santa Sé voltava com novas exigências ou com novas decisões»³⁰. Para Francisco Calheiros, por um lado, o Vaticano não teria qualquer interesse em causar o desaparecimento de uma organização secular que tantos serviços tinha prestado à Igreja e que hoje em dia ainda conservava a missão de caridade e assistência; por outro, a Ordem de Malta sem o apoio da Santa Sé ficaria reduzida a uma entidade privada, «sem lustre nem significado»³¹. No entanto, constava que a Cúria Pontifícia seria contrária à representação externa da Ordem de Malta pelo que o embaixador aconselhava que se aguardasse o desenrolar dos acontecimentos.

Como entidade religiosa a Ordem de Malta estava submetida à fiscalização da Congregação dos Religiosos a quem devia um relatório anual dando conta da sua actividade e administração. Corriam rumores de que a referida congregação, que só costumava intervir em casos muito graves, teria encontrado razões para isso. Queria examinar processos e contas, exigindo explicações sobre «o destino que teriam tido os numerosos bens deixados por entidades e pessoas particulares à Ordem de Malta» e pretendia esclarecimentos sobre «a concessão indevida de passaportes a pessoas que não teriam direito a usufruí-los, correndo a insinuação de que seriam dados a troco de fortes somas monetárias»³².

A Santa Sé mostrou-se intransigente e a Ordem de Malta acabou por aceitar as imposições pontifícias, ficando por resolver a aceitação do seu desejo expresso de que «o exame das contas e dos processos se fizesse em terreno neutro [...] não se sabe se por uma questão de prestígio ou por quaisquer outros motivos»³³. A sentença da Comissão Cardinalícia era muito clara e não deixava margem para dúvidas: a Ordem devia estudar todos os meios favoráveis ao seu retorno à «normalidade»³⁴.

No dia 24 de abril de 1955, reuniu na *Villa dei Cavalieri di Malta, sull'Aventino* a delegação da Ordem de Malta, presida pelo Cardeal Canali, para a eleição de um lugar-tenente geral ordinário, em substituição do interino, Conde Hercolani, que presidia ao governo da Ordem desde a morte do último grão-mestre. A votação recaiu sobre o venerável bailio Marquês Paternò di Carcaci, do grão-priorado de Nápoles e Sicília.

²⁹ AHMNE, P02, N° 2253, Ofício de Francisco Calheiros e Meneses, Roma, 4 de março de 1955.

³⁰ IDEM, *ibidem*.

³¹ IDEM, *ibidem*.

³² IDEM, *Ibidem*, Roma, 7 de março de 1955.

³³ IDEM, *ibidem*.

³⁴ IDEM, *ibidem*, Roma, 23 de abril de 1955.

Era a primeira vez que se fazia uma eleição segundo a constituição de 1936 e também seria a última, já que se preparavam novas constituições. Era também a primeira vez, desde há um século e meio, que tinha lugar uma eleição de carácter internacional visto que, depois da queda de Malta, só os grão-priorados de Itália e da Áustria tinham tomado parte nas eleições.

Graças a imensos esforços, a Ordem de Malta tinha conseguido, uma vez mais, conservar uma semi-independência: liberdade administrativa e liberdade de eleição. A comissão cardinalícia conservaria o direito de exame sobre as finanças, capítulo extremamente delicado e complicado. Em princípio, a soberania da Ordem, constantemente contestada no passado, seria reconhecida mais uma vez.

A diplomacia portuguesa estava atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Em maio de 1955, Nosolini, entretanto embaixador em Madrid, alertava o governo para uma eventual candidatura do Infante Fernando da Baviera³⁵, recentemente viúvo da Duquesa de Talavera, ao grão-mestrado da Ordem. Para alguns sectores nacionais, não seria desejável um espanhol, talvez mais por motivos históricos do passado do que por exigências do presente, já que as relações entre os dois países eram amistosas, confirmadas pela troca de vistas de Estado dos respectivos presidentes: O Generalíssimo Franco a Portugal (1949) e o General Craveiro Lopes da Espanha (1953). Nessa ocasião, Franco teria dito «comungamos na mesma fé, desfrutamos de análoga cultura e, o que é para nós decisivo, habitamos na mesma casa, no mesmo compartimento da Europa, nessa fortaleza culturífica do Ocidente. Por isso, quanto mais unidos vivamos, mais livres e fortes nos sentiremos»³⁶.

D. Fernando presidia à Associação Espanhola da Ordem de Malta que, auxiliada pelo embaixador de Espanha no Vaticano, muito tinha contribuído para resolver a questão com a Santa Sé, tendo a comissão de cardeais obtido certas concessões, como o afastamento das personalidades mais intransigentes dos postos de direcção, a cedência para efeitos de fiscalização de certos elementos de administração e a aceitação do princípio de que os novos grão-mestres e lugares-tenentes teriam o *agrément* prévio da Santa Sé³⁷. Ora, o Infante acabava de visitar o Papa que o recebera com visíveis demonstrações de simpatia e apreço. A afirmação de Pio XII, rapidamente publicitada, de que «Los Caballeros españoles, si, que son caballeros» prestar-se-ia às maiores especulações, alimentadas por uma extensa reportagem fotográfica publicada na revista *El Alcazar*, de 21 de maio de 1955.³⁸ No entanto, o visível abatimento e decadência física do Infante inviabilizaram a apresentação da sua candidatura.

³⁵ **Fernando Maria da Baviera e Bourbon** (1884-1958), duque de Cádiz e príncipe da Baviera, filho mais velho de Luís Fernando, Príncipe da Baviera e de Maria da Paz, Infanta de Espanha. Casou em primeiras núpcias com a infanta Maria Teresa da Espanha (1882-1912), filha do rei Afonso XII da Espanha, de quem teve quatro filhos. Já viúvo, contraiu um matrimónio morganático, em 1914, com María Luisa de Silva y Fernández de Henestrosa, duquesa de Talavera de la Reina, dama da rainha Maria Cristina, de quem não teve descendência. Em 1955 enviuvou pela segunda vez e faleceu em Madrid a 5 de abril de 1958.

³⁶ Cit. in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História da Portugal* (1951-1960), Vol. XVI, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 90.

³⁷ AHMNE, P02, N° 2253, Despacho de Manuel Rocheta em nome do Ministro, Lisboa, 26 de abril de 1955.

³⁸ IDEM, *ibidem*, Ofício de José Nosolini, Madrid, 24 de maio de 1955.

4. Dois Papas, duas políticas

A situação estava já mais distendida quando o novo embaixador de Portugal, Vasco Pereira da Cunha³⁹, chegou ao Vaticano, em fevereiro de 1958. No final desse ano morreria o papa Pio XII (9 de outubro de 1958), que fora hostil à Ordem de Malta. A eleição de João XXIII, a doença e depois a morte do Cardeal Canali (3 de agosto de 1961) tornavam possível um aprofundamento de relações com o governo português.

Seria a vez de Vasco da Cunha enfrentar o problema das sucessivas manobras dilatórias de Salazar, para as quais poderiam ter concorrido, por um lado, a coincidência do momento em que se acordara o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Ordem com o início da crise desta com a Santa Sé; por outro, o desconhecimento da acção benemérita da Ordem de Malta por parte da grande maioria da opinião pública portuguesa. Segundo o embaixador, havia a convicção, «de certo injusta, mas bastante generalizada de que a Ordem não representava hoje em dia qualquer papel no campo internacional: era uma sobrevivência histórica, uma organização de carácter aristocrático que cumprira a sua missão, mas que como entidade soberana, já nada podia fazer no mundo actual». E, entre parêntesis, acrescentava:

«Isto que disse, citando opiniões alheias, e aquilo que entendi dever calar, penso-o eu também por minha própria conta, conforme me permiti ponderar quando se tratou do estabelecimento de relações diplomáticas com a Ordem de Malta, durante o tempo em que prestei serviço nessa Secretaria de Estado»⁴⁰.

Vasco da Cunha fez os possíveis por ultrapassar melindres protocolares anteriores, disponibilizando-se a visitar o lugar-tenente, Marquês Frei Ernesto Paternó, embora prevendo que seria o chanceler da Ordem de Malta a retribuir a cortesia com o pretexto de ainda não estar estabelecida a desejada reciprocidade. Foi o que aconteceu, não deixando o referido chanceler, Barão de Apór, de aproveitar a oportunidade para comunicar que se estranhava a demora e se esperava que o governo português acreditasse um representante junto da Ordem o que, tradicionalmente, recairia sobre os chefes de missão junto da Santa Sé. De acordo com o embaixador, era consensual a opinião de que, durante o governo do Príncipe Chigi, a Ordem de Malta se tinha tornado uma espécie de «club de gentilshommes [sic]» onde talvez se descurassem alguns dos aspectos essenciais daquilo que deveria ser a sua acção. No entanto, desde então as coisas tinham mudado muito, sobretudo no campo da assistência hospitalar, na luta contra a lepra e na reintegração dos doentes já restabelecidos «num meio social normal», havendo vantagens, para Portugal, numa colaboração a este respeito nas Províncias Ultramarinas⁴¹.

³⁹ **Vasco Pereira da Cunha** nasceu a 17 de maio de 1900, licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa, foi Adido de Legação em Roma (Vaticano) em 1921, entrou no concurso para o quadro diplomático e consular a 15 de maio de 1924, foi cônsul em Bona, em S. Francisco (Califórnia), no México, em S. Paulo, e Cônsul-Geral em Madrid, Londres e Tânger. Presidiu à Comissão encarregada de coligir os documentos relativos à política externa de Portugal durante a segunda Guerra Mundial (1952), foi Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1954) e Embaixador junto da Santa Sé, nomeado a 31 de dezembro de 1957. Cf. *Anuário Diplomático* [...]. Ano de 1957, Lisboa, 1958.

⁴⁰ AHMNE, P02, N° 2253, Ofício de Vasco Pereira da Cunha, Roma, 2 de julho de 1958.

⁴¹ IDEM, *ibidem*.

Nos finais dos anos 50, a representação estrangeira junto da Ordem de Malta tinha um carácter acentuadamente sul-americano. Por um lado, o governo português não via qualquer vantagem em aparecer associado ao referido grupo. O mesmo não aconteceria se tivesse que tratar com a Ordem no âmbito de uma eventual acção nas Províncias Ultramarinas. Mas, por outro lado, de acordo com Vasco da Cunha, «seria preferível dar a nossa concordância de princípio à nomeação dum ministro junto da Ordem, adiando-se essa nomeação para quando a sua constituição provisória estivesse definitivamente aprovada e fosse eleito o grão-mestre», com a ressalva de que a situação poderia, contudo, rever-se caso algum ou alguns países europeus de maior importância viessem, entretanto, a nomear ministros.

Em 1958, os poucos países europeus que tinham chefes de missão devidamente acreditados junto da Ordem de Malta eram a República de São Marinho (desde 1936), Espanha (1957), Itália (1958), Áustria (1958). Os outros, à excepção do Líbano (1955), eram Panamá, Argentina, Nicarágua, Chile (todos em 1956), República Dominicana, Haiti, Perú e Brasil (em 1957), Colômbia (1958) e Guatemala (1959), embora a Ordem tivesse já nessa altura relações com Portugal e a Santa Sé, na Europa, e com Costa Rica, El Salvador, Equador e Paraguai. Além destes países, tinha também delegações oficiais sem privilégios diplomáticos em França, na Bélgica e junto da República Federal Alemã⁴². No entanto, embora ficasse cada vez mais difícil para o governo português a recusa em acreditar o seu embaixador no Vaticano como ministro plenipotenciário junto da Ordem de Malta, por não ter argumentos nem quanto à falta de pessoal, nem quanto a exigências financeiras, a posição da secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros era clara, conforme as instruções que enviara ao seu embaixador:

«Quanto à hipótese de representação diplomática portuguesa junto daquela Ordem, afigura-se a esta Secretaria de Estado que, enquanto a situação da Ordem não se esclarecer convenientemente, será aconselhável não alterarmos a posição actual, tanto mais que [...] o Governo português declarou oportunamente que receberia um Ministro da Ordem, mas que, por sua vez, não nomearia no momento um representante seu, nem a tal propósito podia assumir compromissos para o futuro»⁴³.

Com uma situação deveras singular, a Ordem de Malta recebeu, finalmente, os seus regulamentos modernos, nos princípios de 1961, uma Carta Constitucional⁴⁴ em que expressamente se afirmava tratar-se de «uma ordem religiosa laical de cavalaria, tradicionalmente nobiliária» (art. 1º), que «tem por finalidade promover a glória de Deus mediante a santificação dos seus membros, o serviço da Fé e da Santa Sede e o auxílio ao próximo conforme as suas tradicionais tradições» (art.2º) e esclarecia que «a íntima relação existente entre as qualidades da Ordem religiosa e da Ordem soberana não se opõe à autonomia da própria Ordem no exercício da sua

⁴² AHMNE, P02, N° 2253, Ofício do Embaixador Vasco Pereira da Cunha, Roma, 4 de julho de 1958.

⁴³ IDEM, *ibidem*, Despacho ao Embaixador Vasco Pereira da Cunha, Lisboa, 17 de setembro de 1958.

⁴⁴ *Soberana Militar Ordem de Malta. Carta Constitucional*, promulgada a 27 de janeiro de 1961. No AHMNE, P.19, N° 41387, existe um exemplar policopiado, com a seguinte Nota – «veio para o arquivo, tal como se encontra», 18 de março de 1965.

soberania e das prerrogativas a ela inerentes como sujeito de Direito Internacional em relação aos Estados» (art. 3º). A Ordem de Malta esclarecia, de uma vez por todas, que se reconhecia como obediente ao Vaticano mas, simultaneamente, com território próprio (ainda que exíguo), personalidade jurídica internacional, estatuto diplomático e de observador junto da ONU, dedicando-se, sobretudo, ao trabalho humanitário de assistência e caridade⁴⁵.

Embaixadores de Portugal no Vaticano – 1951-1974

Nome	Posse	Apresentação de credenciais	Termo de funções
José Nosolini	1950-10-30	1950-11-23	1954-02-19
Francisco Calheiros e Meneses	1954-02-19	1954-02-24	1958-01-20 (S)
Vasco Pereira da Cunha	1958-02-04	1958	1961-05-19
António Leite de Faria	1961-06-27	1961-07-07	1968-11-25
Eduardo Brazão	1968-12-16	1968-12-21	1974-04-27

5. Entre o Ano Santo e o Concílio Vaticano II, uma década para a reciprocidade

Por decreto de 15 de abril de 1961, António Leite de Faria⁴⁶ era designado embaixador de Portugal junto da Santa Sé; duas ou três semanas depois, Franco Nogueira⁴⁷ era nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros; a situação jurídica da Ordem de Malta estava clarificada desde a Constituição, sancionada no início desse mesmo ano; e o ano não terminaria sem a bula *Humanae salutis* de João XXIII (25 de dezembro), convocando o Concílio Vaticano II, inaugurado meses mais tarde (11 de outubro de 1962)⁴⁸.

A ocasião era de participação, renovação e *aggiornamento* da Igreja Católica e o sucessor de Pio XII aproveitou o momento para uma demonstração pública de reconciliação entre a Santa Sé e a Ordem de Malta. O protocolo do Vaticano «dispensou honras especiais ao Grão-Mestre da Ordem de Malta colocando-o ao lado do Presidente da República Italiana e antes dos Príncipes de sangue que chefiavam as Missões Especiais da Bélgica e do Luxemburgo», factos que na opinião de António Leite de

⁴⁵ Cf. PAPANTI-PELLETIER, Paolo, «O ordenamento jurídico da Ordem Soberana Militar de Malta na Idade Moderna», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, V. 102, jan./dez. 2007, pp. 79 – 87. file:///C:/Users/fvs/Downloads/67749-Texto%20do%20artigo-89179-1-10-20131125.pdf, acesso em 24 de novembro de 2022 e também MONCADA, Luiz Cabral de, «A Constituição Política da Ordem de Malta», *JURISMAT*, Portimão, n.º 4, 2014, pp. 237-250, https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/6391/1/jurimat4_235-250.pdf, acesso em 8 de maio de 2022.

⁴⁶ **António Augusto Braga Leite de Faria** (1904-2000), licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, entrou para o quadro diplomático e consular, em 1930. Ao longo da sua carreira desempenhou missões diplomáticas junto da Sociedade das Nações, da Conferência de Haia, da NATO, no Rio de Janeiro, em Paris, em Bruxelas, em Londres, no Vaticano e junto da Ordem de Malta. Cf. *António de Faria*, António José Telo (org.) e Bruno Reis e Pedro Faria (colaboração), Lisboa, Ed. Cosmos, 2001.

⁴⁷ **Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira** (1918-1993), Ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de maio de 1961 até 6 de outubro de 1969.

⁴⁸ O Concílio, realizado em 4 sessões, terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o pontificado de Paulo VI.

Faria mereciam especial atenção por se verificar que «um Governo de abertura à esquerda, como o actual Governo Italiano⁴⁹, que não perde ocasião de cortejar a popularidade das multidões, não hesita em dar honras soberanas ao que muitos consideram hoje em dia mera sobrevivência anacrónica»⁵⁰.

Era a vez do novo embaixador voltar a insistir na urgência de uma representação diplomática portuguesa, com o argumento de que havia toda a conveniência em não criar novas más vontades sem qualquer proveito. Desde julho que vinha insistindo no assunto, pressentindo que «a nossa falta de resposta a diligências particularmente amistosas e expressivas tenha agravado ressentimentos que já se notavam em certos sectores da Ordem de Malta a nosso respeito»⁵¹.

O governo português acabou por concordar com o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, acumulando a representação junto da Ordem de Malta com a embaixada no Vaticano, como a generalidade dos países ali acreditados. Por fim, a 19 de dezembro de 1962, realizou-se a audiência solene para apresentação das credenciais de António Leite de Faria como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (EEMP), mas um contratempo de última hora quase ia impedindo a cerimónia.

Por estranha coincidência, as cartas credenciais não chegaram a tempo. No entanto, o embaixador não se deu por derrotado, entregando, em vez delas, um sobrescrito meramente simbólico. De facto, enquanto o grão-mestre, Frei Angelo de Mojana, e os outros altos dignitários exprimiram grande satisfação por se terem realizado os seus desejos, o Governo português parecia contrariado, dando ordens ao embaixador para não dar publicidade à sua representação junto da Ordem de Malta. Procurava, a todo o custo, evitar a sua divulgação junto a opinião pública. Leite de Faria obedeceu, mas não sem deixar de assinalar a importância do acontecimento pois servia, na sua opinião, para reforçar os laços tradicionais que Portugal mantinha com a Santa Sé e prestigiava a legação portuguesa⁵². Era a manifestação de um conceito clássico de diplomacia.

Entretanto, a guerra tinha eclodido em Angola (fevereiro-março de 1961). Em 1963, seria a vez da Guiné. Nesse ano foi apresentado um «Projecto de Acordo entre a Ordem Soberana Militar de Malta e o Governo Português sobre a gestão de um hospital nas Províncias Ultramarinas», recusado pelo Ministério do Ultramar por considerar que as vantagens eram exclusivamente da Ordem de Malta⁵³.

6. De Legação a Embaixada

De simples Legação, durante a missão de António Leite de Faria, como já se referiu, a representação portuguesa foi elevada a embaixada com Eduardo Brazão, embaixador de Portugal no

⁴⁹ Refere-se a Amintore Fanfani (1908-1999), 32º primeiro-ministro da Itália por cinco mandatos separados. Foi um dos políticos italianos mais conhecidos após a Segunda Guerra Mundial e uma figura histórica da facção de esquerda da Democracia Cristã. É também é considerado um dos fundadores da moderna centro-esquerda italiana.

⁵⁰ Cf. *António de Faria*, Doc 6/10, Embaixada de Portugal no Vaticano, 7 de novembro de 1962.

⁵¹ IDEM, *ibidem*.

⁵² IDEM, *ibidem*, Doc 6/15, Embaixada de Portugal no Vaticano, 20 de dezembro de 1962.

⁵³ AHMNE, P.01, N° 06439, Projecto e resposta do Ministério do Ultramar, 7 de agosto de 1963.

Vaticano entre 1968 e 1974⁵⁴. Nas suas Memórias recorda, com muita saudade, esse tempo. E também manifesta uma certa amargura pelo esquecimento a que foi votado, em 1984, quando o grão-mestre veio oficialmente a Portugal visitar a representação portuguesa da Ordem⁵⁵.

No seu último período romano, Brazão tinha conseguido a passagem da legação a embaixada, «depois de uma conversa com Marcello Caetano, nos lindos jardins do Palácio de Queluz, onde ele passava as férias estivais», tendo assim apresentado credenciais «por duas vezes e num belo estilo que fazia recordar um passado já distante»⁵⁶.

Nessa altura, só tinham embaixadores junto da Ordem de Malta os novos Estados latino-americanos, incluindo o Brasil, e alguns novíssimos Estados africanos. Essa elevação foi quase simultânea à de Espanha e ficavam ainda para trás a Itália e a Áustria. A França, embora tivesse altíssimas tradições naquela Ordem, não se fazia representar diplomaticamente, ainda que nesse país a instituição exercesse uma notável actividade, em grande parte graças ao Príncipe de Polignac, seu presidente nacional. «De Gaulle dizia que não a reconheceria oficialmente enquanto não tivesse ao menos um rochedo seu, para complemento dos requisitos de soberania. Esquecia-se que fora a própria França de Napoleão que lhe retirara brutalmente a terra em que assentava»⁵⁷, comentava Eduardo Brazão. Tanto ele como o seu antecessor, António Leite de Faria, foram condecorados com a Grã-Cruz de Graça Magistral da Ordem Soberana Militar de Malta em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados ao recíproco estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Ordem de Malta.

Entre 1951 e 1971, o Conde Alvise Emo-Capodilista estava acreditado junto do governo português como ministro não residente, mas atingiu o limite de idade em 1971, terminando funções. Respeitando a tradição diplomática de reciprocidade, também a representação da Ordem de Malta em Portugal elevou à dignidade de embaixada a sua legação em Lisboa (11 de maio de 1971). Nessa ocasião, a Ordem solicitou o *agrément* para o seu sucessor, Conde Hans Ulrich Schaffotsch⁵⁸. O novo embaixador apresentou credenciais a 5 de janeiro

⁵⁴ **Eduardo Brazão**, (Lisboa, 1907 – Cascais, 1987). Era filho do conhecido actor Eduardo Joaquim Brazão (1851-1925), amigo pessoal do rei D. Luís, com quem colaborou na tradução de algumas peças de Shakespeare, licenciou-se em Direito e desde cedo procurou conciliar a sua íntima vocação para o estudo da História com uma futura carreira na diplomacia, o que conseguiu à terceira tentativa, no concurso de 1941, obtendo a nomeação definitiva em julho de 1943. Ainda durante a 2ª Guerra Mundial desempenhou missões em Vichy e na embaixada de Portugal junto da Santa Sé. Seguiu-se Madrid e Hong-Kong (nomeado Cônsul), ainda no rescaldo da guerra, onde realizou uma obra notável em prol da comunidade portuguesa, praticamente esquecida nessas longínquas paragens orientais. Chefiou o Protocolo de Estado e foi Secretário Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, cargo que não lhe agradou. Desempenhou missões diplomáticas em Dublin (Encarregado de Negócios), em Roma (Quirinal), já com credenciais de embaixador, no Canadá, Costa Rica, Bruxelas, Grão-Ducado do Luxemburgo, Santa-Sé e Ordem de Malta, elevada a embaixada.

⁵⁵ BRAZÃO, Eduardo, *Memorial de D. Quixote*, 2ª Edição Aumentada e Corrigida, Printed in the United States of America, 2014, p. 164.

⁵⁶ IDEM, *ibidem*, p. 159.

⁵⁷ IDEM, *ibidem*, pp. 161, 162.

⁵⁸ **Hans Ulrich von Schaffotsch**, nascido a 10 de julho de 1927, filho do Conde Hans Ulrich e da condessa Henckel von Donnesmark, casado com a Condessa Sidónia von Wuthrnau, foi 1º Secretário da Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro (1957), 1º Conselheiro (1966), Ministro Conselheiro e Embaixador da Ordem no Paraguai (1967) e no Brasil (1969) antes de ser nomeado para Lisboa, em 1971.

de 1972, ficando o conselheiro da embaixada, Conde Carlo Nigra⁵⁹, como encarregado de negócios *ad interim*.

Em conclusão

Desde finais do séc. XVIII, a vocação militar da Ordem de Malta foi sendo extinta, sobretudo a partir do momento em que os cavaleiros perderam o domínio territorial da ilha de Malta, mas não acabou a sua vertente hospitalar e assistencial, como pode ler-se no já citado art. 2º, parág. 2 da sua Constituição:

«Fiel aos preceitos divinos e aos conselhos de Nosso Senhor Jesus Cristo, guiada pelos ensinamentos da Igreja, a Ordem firma e difunde as virtudes cristãs da caridade e da irmandade, exerce as obras de misericórdia, especialmente socorrendo os enfermos, os emigrantes, os refugiados e os exilados, a infância abandonada e os pobres, cuidando da sua elevação espiritual e reforçando a sua fé em Deus, e zela as Missões Católicas. Em particular, a Ordem presta assistência às vítimas de calamidades extraordinárias e aos feridos de guerra».

Em Portugal, já a Assembleia dos Cavaleiros de Malta, fundada em 1899 pelo rei D. Carlos, desenvolvia importante acção humanitária na prática das obras de misericórdia, de acordo com o Evangelho: assistência aos pobres, aos peregrinos, aos presos, aos doentes, aos refugiados.

As relações diplomáticas entre Portugal e a Ordem de Malta só puderam funcionar em plena reciprocidade depois de ultrapassada a crise de meados do século XX, passando a Ordem de Malta a ser reconhecida como entidade soberana, embora com um estatuto singular, como já acentuámos: ordem religiosa obediente ao Vaticano, mas simultaneamente com território (ainda que exíguo), personalidade jurídica internacional, estatuto diplomático e de observador junto da ONU.

Como Estado soberano e neutral, a Ordem mantém relações diplomáticas com mais de uma centena de Estados, entre os quais Portugal, onde procura mobilizar os recursos pertinentes para responder às necessidades das populações perante conflitos bélicos, escassez alimentar, catástrofes sanitárias, ambientais ou outras.

Podemos considerar que desenvolve uma diplomacia humanitária visto que a sua negociação política tem como objectivo ajudar as pessoas que se encontram no estrangeiro, em situação vulnerável, sendo das poucas organizações internacionais que presta apoio às vítimas da guerra da Ucrânia, dentro do próprio país e aos refugiados, através das suas Associações Nacionais nas zonas de fronteira da Polónia, Roménia, Lituânia e Eslováquia.

⁵⁹ **Carlo Luigi, Conde Nigra**, (Turim, 1900-Lisboa, 1973), Doutor em Química e Conselheiro da Soberana Ordem de Malta, filho de Arturo, Conde Nigra e de Isotta Carla Joana Bernini, casado com D. Guilherminade Mendonça, neta do 3º Conde de Azambuja e bisneta do 1º Duque de Loulé e da Infanta D. Ana de Jesus Maria de Bragança.

DOCUMENTOS

AHMNE - EXPEDIENTE
041877 31 DEZ 1951

EMBAIXADA DE PORTUGAL
JUNTO DA SANTA SÉ

Roma, 21 de Dezembro de 1951

N.º. 246 Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros
Excelência:

RECEBIDA NOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
EM 31 DEZ 1951

CONFIDENCIAL ORDEM DE MALTA PROCESSO 331,292

+

Vim encontrar no meio romano a Soberana Ordem de Malta num dos primeiros planos de discussão.

A sua valorização tem-se acentuado, não sendo estranho a tal facto o sucessivo estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países e, como se diz também, a circunstância de aumentar meios de acção cuja finalidade se discute. Nesta ultimo caso está a constituição de uma frota aérea.

O Brazil acaba de estabelecer relações com a Ordem admitindo a representação activa e passiva.

Para a Alemanha foi designado como Ministro o Principe Ruffo della Scaletta.

Consta que brevemente outra noticia de interesse contribuirá para aumentar o prestigio da Ordem.

Ao mesmo tempo, porém, surgiram dificuldades que ainda não consegui precisar.

Uma delas teria resultado de uma carta de alguém do Vaticano dirigida ao Principe Chigi, exactamente na véspera da sua morte, e que - segundo o meu informador - lhe causou a mais profunda emoção.

Não consegui saber até agora o conteúdo dessa carta, nem sequer se ela tinha relação com o facto - boato que corre também - de que a Ordem do Santo Sepulcro, após a morte do Principe, pretendeu tomar posição relevante na Ordem de Malta.

F. A. Varella
2-2-52

Ofício confidencial do Embaixador José Nosolini ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Cunha),
Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, Roma, 21 de dezembro de 1951. AHMNE, P01, N° 1039

EMBAIXADA DE PORTUGAL
JUNTO DA SANTA SÉ

- 2 -

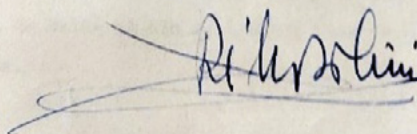
O problema agora em aberto é, como V.Ex.^a. sabe, o da eleição do novo Grão-Mestre.

Fala-se na possível eleição do Bailio italiano Marasca, e num dos Príncipes de Lichtestein.

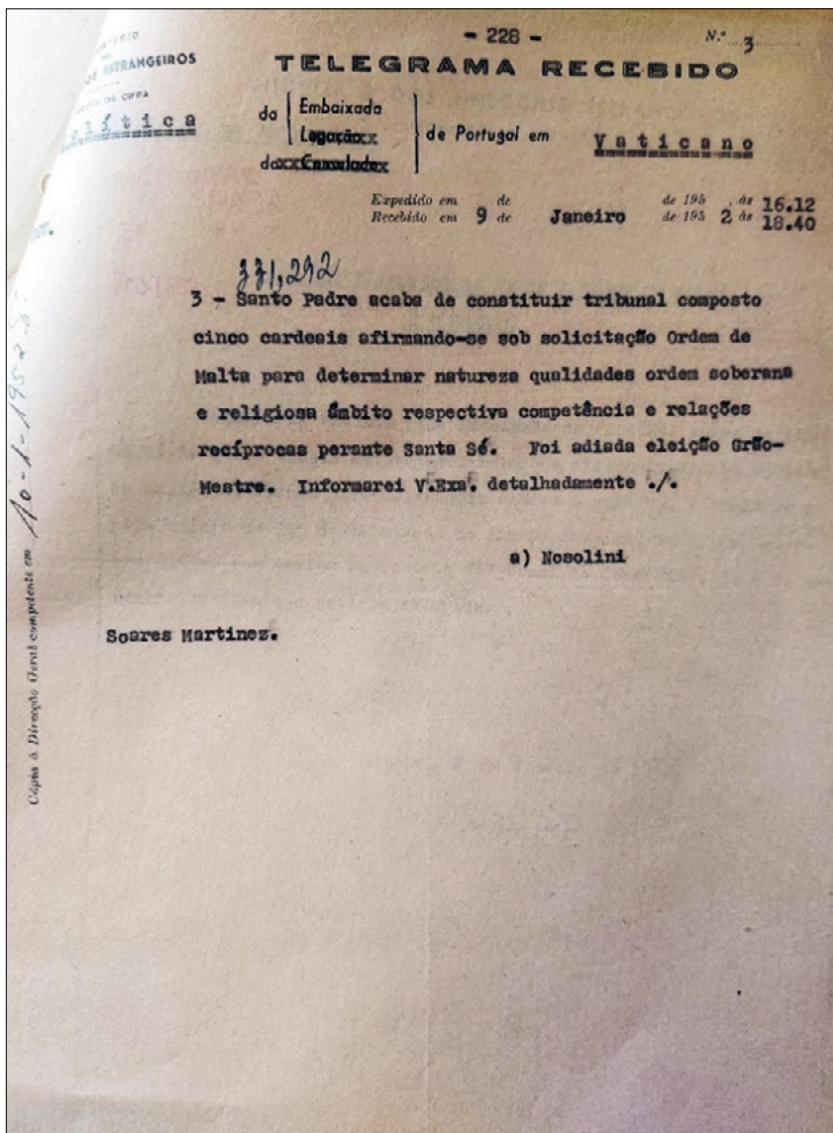
Diz-se ainda que S.E. o Cardeal Canali, Grão-Mestre do Santo Sepulcro e Grão-Prior da Ordem de Malta, tencionava apresentar a sua candidatura.

Qualquer que seja a solução, parece evidente que o prestígio da Ordem de Malta continuará a acentuar-se e que a sua actividade recrudescerá, falando-se novamente numa grande acção hospitalar que se estenderá até a Africa.

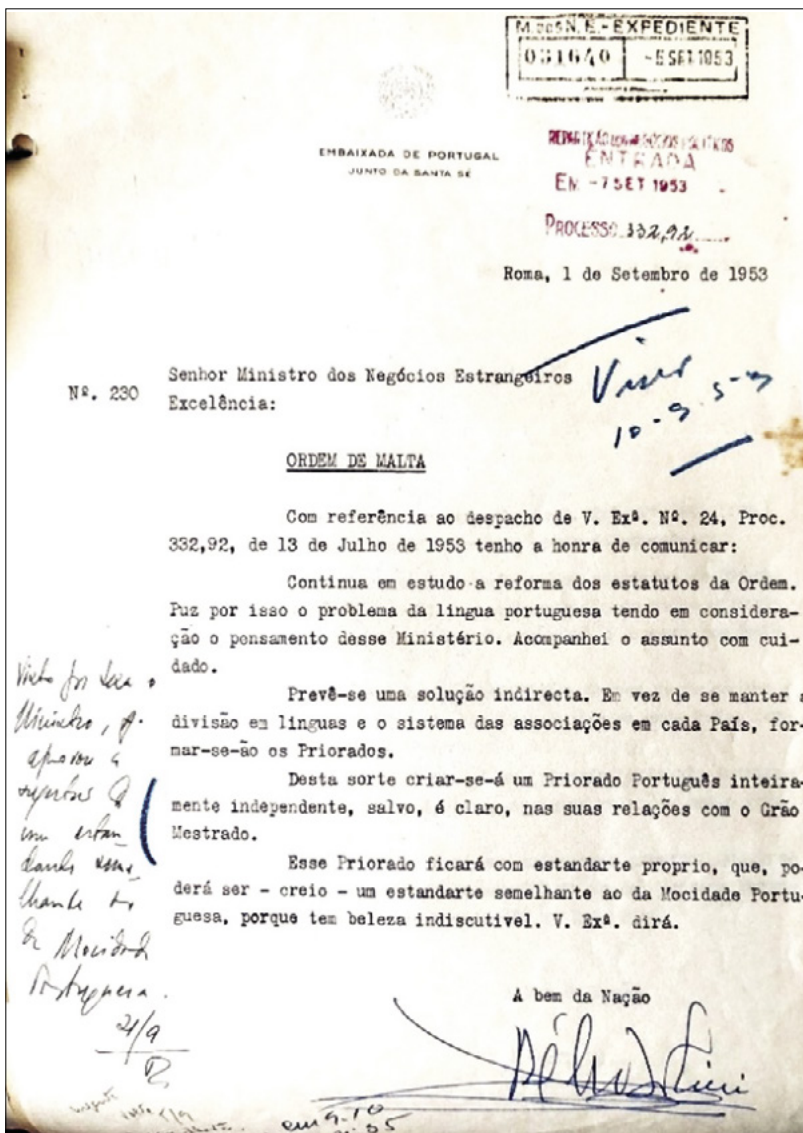
A bem da Nação



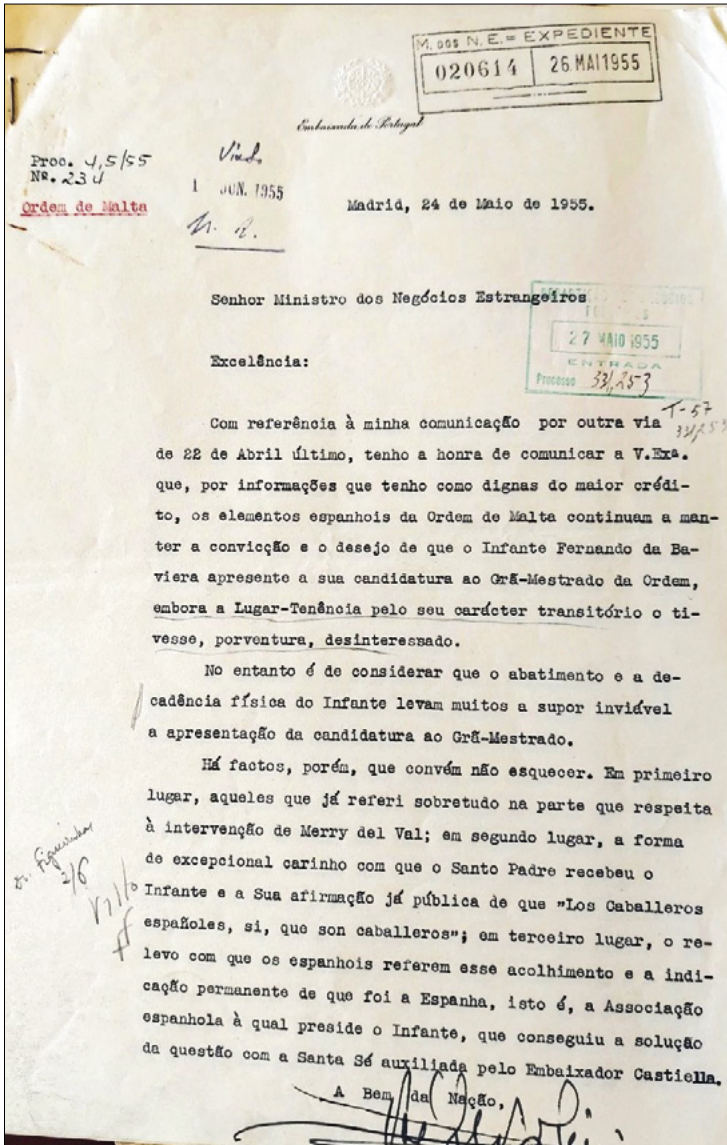
Ofício confidencial do Embaixador José Nosolini ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Cunha),
Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, Roma, 21 de dezembro de 1951. AHMNE, P01, N° 1039



Telegrama do Embaixador José Nosolini ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Cunha) sobre a situação jurídica da Ordem de Malta, Roma, 9 de janeiro de 1952. AHMNE, P01, N.º 1039



Ofício do Embaixador José Nosolini ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Cunha) sobre a reforma dos Estatutos da Ordem de Malta e a oportunidade que se oferecia para a criação de um Priorado Português inteiramente independente, salvo nas suas relações com o Grão-Mestrado, Roma, 1 de setembro de 1953. AHMNE, P01, N.º 1039



Informação sobre o interesse da Espanha na candidatura do infante Fernando da Baviera ao Grão-Mestrado da Ordem de Malta e elogio de Pio XII aos cavaleiros espanhóis, Madrid, 24 de maio de 1955. AHMNE, P.02, N° 2253

C O P I A

Chefs de Mission (Ministres)
accrédités auprès de l'Ordre Souverain et Mil. de Malte
selon l'ordre de l'ancienneté (juin 1958)

<u>LIBAN</u>	S.E.M. Joseph Harfouche (16 décembre 1955)
<u>PANAMA</u>	S.E.M. Don Adolfo Arias Espinosa (21 février 1956)
<u>ARGENTINE</u>	S.E.M. le Prof. Manuel Rio (11 avril 1956)
<u>NICARAGUA</u>	S.E.M. Tomas Francisco Medina (4 juillet 1956)
<u>CHILI</u>	S.E.M. Don Manuel Ossa Sainte Marie (27 octobre 1956)
<u>REPUBLIQUE DOMINICAINE</u>	S.E.M. le Dr. Tulio Franco Franco (18 mai 1957)
<u>ESPAGNE</u>	S.E.M. Francisco Gomez de Llano (16 novembre 1957)
<u>HAITI</u>	S.E.M. le Dr. Benoit O. Alexandre (7 décembre 1957)
<u>PEROU</u>	S.E.M. Luis F. Lanata Coudy (17 décembre 1957)
<u>ITALIE</u>	S.E.M. Bartolomeo Migone (8 mars 1958)
<u>COLOMBIE</u>	S.E.M. le Dr. Carlos Arango Vélez (31 mars 1958)
<u>AUTRICHE</u>	S.E.M. le Baron Joseph Kripp (21 juin 1958)
<u>SAN MARINO</u>	S.E.M. Ferruccio Martelli (1936)
<u>BRESIL</u>	M. Carlos Da Ponte-Ribeiro Eiras, Chargé d'Affaires a.i. (17 octobre 1957)

----- está conforme -----

Roma, 4 de Julho de 1958



Lista dos Chefes de Missão acreditados junto da Ordem de Malta por ordem de antiguidade, enviada pelo Embaixador Vasco Pereira da Cunha, Roma, 4 de julho de 1958, AHNNE, P.02, N° 2253.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
INFORMAÇÃO DE SERVIÇO
Pedido de agrément para o novo Ministro da Ordem Soberana
de Malta CONDE HANS ULRICH SCHAFFGOTT

CURRICULUM-VITAE


Nasceu em 10 de Julho de 1927;
Licenciado pela Academia de Comércio de Troppau;
Primeiro Secretário, Conselheiro e Ministro Conselheiro da Embaixada da Ordem Soberana de Malta no Rio de Janeiro 1957/1969;
Embaixador no Paraguay, 1967;
Embaixador no Brasil desde 8 de Outubro de 1969 até ao mês de Maio corrente.

Lisboa, 5 de Maio de 1971.

*Affidavit
concordance en
8/5/71
Lithographie de
Paris Cont'*

Arquivado a Comde de Haffre

Pedido de *agrément* para o novo Ministro da Ordem de Malta, Conde Hans Ulrich Schaffgott, Informação de serviço, Lisboa, 5 de maio de 1971. AHMNE, P.09, N.º 9806.

S  R.

PROTÓCOLO *Presidência da República*
Secretaria Geral

ENTRADA Proc. 65,21
Em 5/12/71

IMP. DOS REGES ESTRANGEIROS
24 NOV. 1971
SECÇÃO DE EXPEDIENTE

Senhor
Chefe do Protocolo do Estado

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência: Paço de Belém - Lisboa-3 - Portugal

2942 / Pº 20 19 NOV 1971

ASSUNTO:

2.0
2.6
61

Para os devidos efeitos, tenho a honra de comunicar a V. Exs. que Sua Excelência o Chefe do Estado recebe Sua Exs. o Embaixador da Ordem Soberana de Malta, em audiência solene, para entrega de credenciais, no dia 5 de Janeiro, às 22 horas, no Palácio Nacional de Belém.

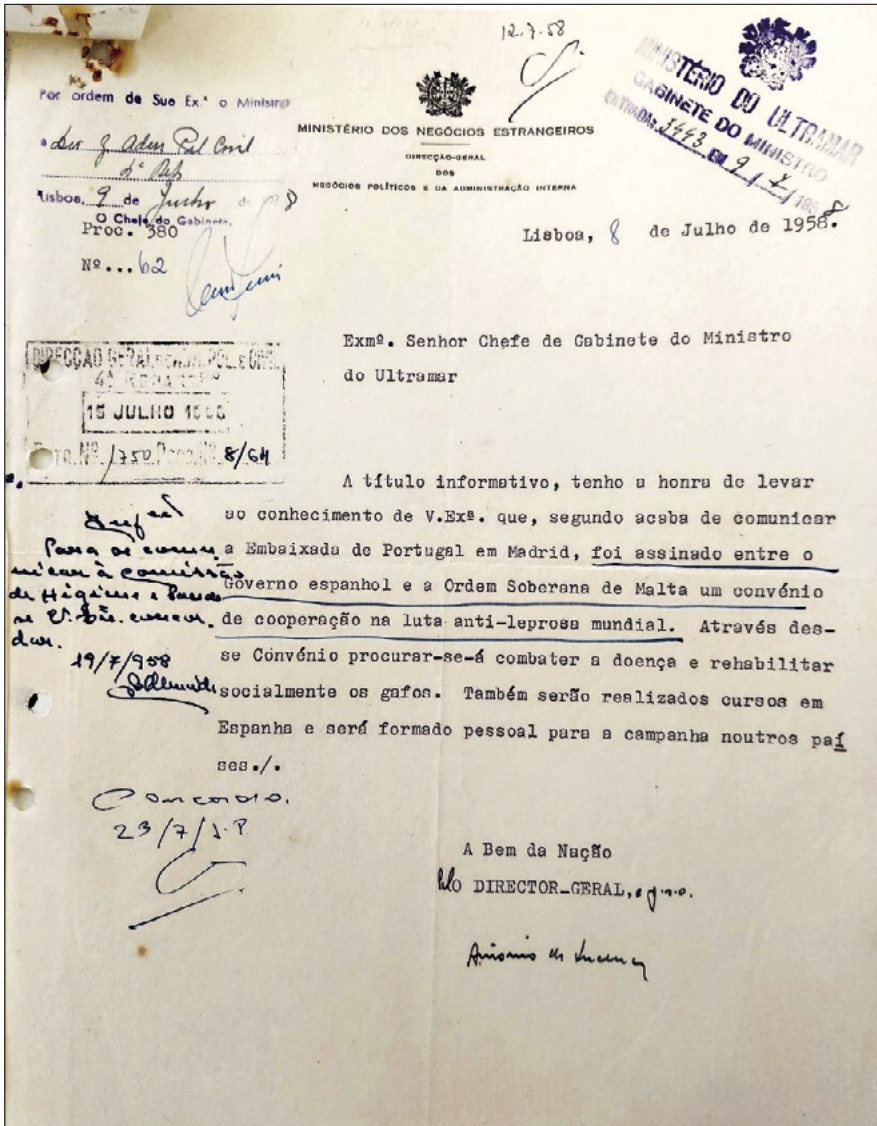
Apresento a V. Exs. os melhores cumprimentos.

A bem da Nação
O Secretário-Geral

Luis Pereira Coutinho
Luis Pereira Coutinho

180


Convocatória para audiência solene de entrega das credenciais do Embaixador da Ordem de Malta, Palácio de Belém, Secretaria Geral da Presidência da República, 24 de novembro de 1971. AHMNE, P.09, N° 9806.



Diplomacia humanitária: informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Ultramar sobre a assinatura de um convénio de cooperação na luta anti-leprosa mundial entre o Governo espanhol e a Ordem de Malta, Lisboa, 8 de julho de 1958. AHMNE, P.02, N° 2253.

622

6439



MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

12/8
Direcção-Geral de Administração Política e Civil

1.ª REPARTIÇÃO

Armário _____ **Processo N.º** 3-5

Epígrafe

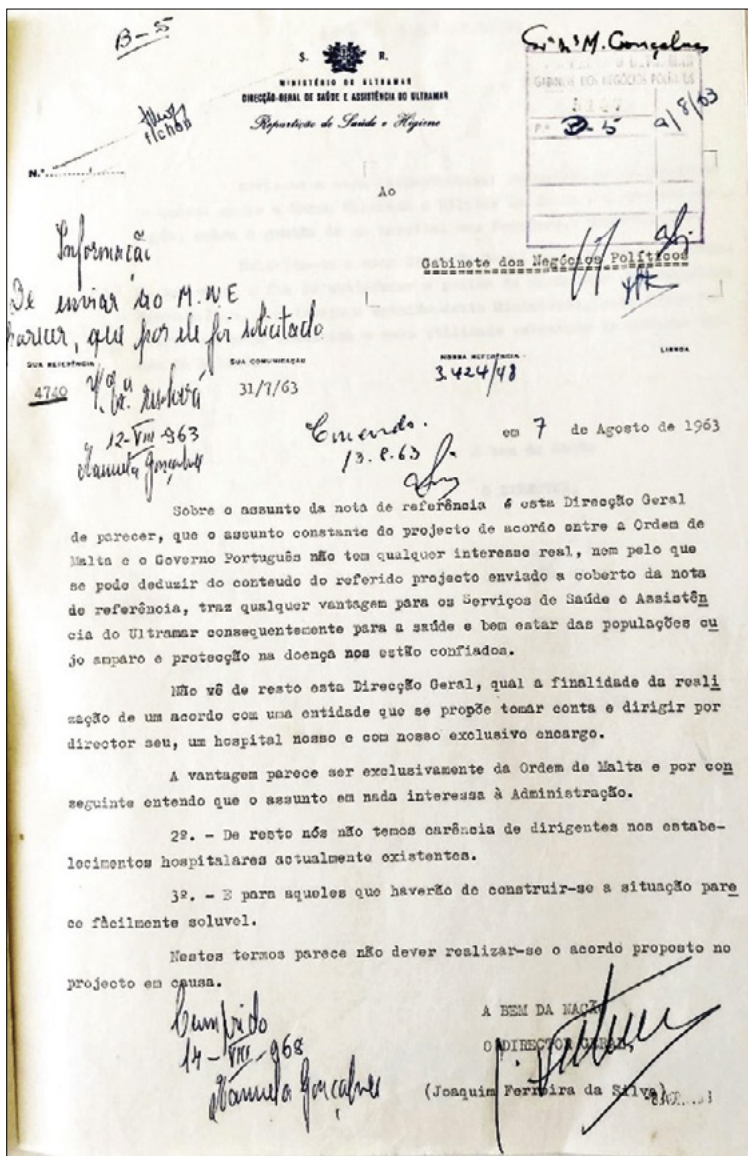


Assunto

Projecto de Acordo entre a Ordem Soberana e
Militar de Malta e o Governo Português
sobre a gestão de um hospital nas Prov. Ultr.

Mod. 10 — 5.000 ex. — 70985 — 1-963

Projecto de acordo entre a Ordem de Malta e o Governo Português sobre a gestão de um hospital nas Províncias Ultramarinas. AHMNE, P.01, N.º 06439.



Resposta do Ministério do Ultramar, 7 de agosto de 1963.
AHMNE. P.01, N° 06439.

Bibliografia

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, Representação de Portugal junto da Santa Sé, Relações diplomáticas com a Ordem de Malta:

- P.01, Nº 1039, correspondência com o Embaixador José Nosolini; Nº 6439, Projecto de Acordo entre a Ordem Soberana Militar de Malta e o Governo Português
- P.02, Nº 2253, correspondência com os Embaixadores Francisco Calheiros e Meneses e Vasco Pereira da Cunha
- P. 05, Nº 0178, Ordem de Malta, Corpo Diplomático; Nº, 2046, Relações políticas; Nº, 38337, Ordens de serviço e passaportes
- P. 06 Nº, 33805, Documentos administrativos; Nº 41387, *Soberana Militar Ordem de Malta – Carta Constitucional* (exemplar dactilografado)

ALBUQUERQUE, Martim de (Dir.), *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*, Lisboa, Ed. INAPA, 1992

Anuário Diplomático e Consular Português. Anos de 1951 a 1958.

BRAZÃO, Eduardo, *Memorial de D. Quixote*, 2ª Edição Aumentada e Corrigida, Printed in the United States of America, 2014.

CAMPO BELLO (D. Henrique, conde de), *A Soberana Militar Ordem de Malta e a sua actuação em Portugal*, Porto, 1931.

ENGEL, Claire-Éliane, *Histoire de L'Ordre de Malte*, Genève-Paris-Munich, Ed. Nagel, 1968.

Grandes maestros de la Orden de Malta pertenecientes a las lenguas de Castilla y Aragon en los siglos XVII y XVIII y su intervención en la política internacional de su época, Madrid: Imprensa Torrent, 1932.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 3ª Edição revista, Lisboa, Ed. Almedina, 2010.

MONCADA, Luiz Cabral de, «A Constituição Política da Ordem de Malta», *JURISMAT*, Portimão, n.º 4, 2014, pp. 237-250, https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/6391/1/jurismat4_235-250.pdf, acesso em 8 de maio de 2022.

Nova história da militar Ordem de Malta e dos senhores Grão-Priores della em Portugal: fundada sobre os documentos que só podem supprir, confirmar ou emendar o pouco incerto ou falso que della se acha impresso, Lisboa, Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1800

PAPANTI-PELLETIER, Paolo, «O ordenamento jurídico da Ordem Soberana Militar de Malta na Idade Moderna», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, V. 102, jan./dez. 2007, pp. 79 – 87. file:///C:/Users/fvs/Downloads/67749-Texto%20do%20artigo-89179-1-10-20131125.pdf, acesso em 24 de novembro de 2022

Relação da Grandioza Embaixada que em nome da Magestade dos Senhores Reis de Portugal deu nesta Corte de Madrid às Magestades dos Senhores Reis Catholicos, o Excellentissimo Senhor D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, Marquês de Abrantes [...], Madrid, Of. da Muzica, 1728. https://purl.pt/13831/4/hg-17060-2-p_PDF/hg-17060-2-p_PDF_24-C-R0150/hg-17060-2-p_0000_rosto-b_t24-C-R0150.pdf, acesso a 5 de maio de 2022.

Século Ilustrado, Ano XIV, Nº 720, 20 de outubro de 1951.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História da Portugal* (1951-1960), Vol. XVI, Lisboa, Ed. Verbo, 2006

TELO, António José (org.) REIS, Bruno e Faria, Pedro (colaboração), *António de Faria*, Lisboa, Ed. Cosmos, 2001.

VERSOS, Inês, «Malta, Ordem de», in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa, Ed. Gradiva, 2010, pp.577-592.

A ORDEM DE MALTA EM PORTUGAL E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES MILITARES DA RENASCENÇA

Gonçalo Couceiro Feio

Professor Universitário

A introdução e vulgarização das armas de fogo portáteis e pesadas nos campos de batalha europeus desde meados do século XIV veio, ainda que paulatinamente e a ritmos diferentes (e em geografias diferentes) causar as maiores transformações na guerra e na arte militar a todos os níveis: na forma de combater, no movimento das forças, nos dispositivos de protecção estáticos e móveis e, sobretudo, na logística das operações. Autores há que chamaram a todo este período entre meados daquele século até ao fim do século XVI o tempo da Revolução Militar,¹ tal a profundidade das transformações induzidas por esta *Nova Pugnatio Intituto*, o novo fundamento de combate,² como o médico veneziano Benedetti lhe chamou quando viu uma parada de alemães às portas de Novara em 1495. As Guerras de Itália serão o principal palco destas transformações militares e a invasão de Carlos VIII de França precipitará toda uma cadeia de acontecimentos que fará da península itálica o epicentro da inovação militar, reflectindo a enorme mistura étnica, linguística e cultural que por quase cinco decénios fará a guerra na Europa. O Renascimento italiano cultivando o interesse pelas ciências e matemáticas, o renascer da geometria e da curiosidade científica foi todo ele posto ao serviço da guerra, sendo frequente o concurso de homens como Leonardo da Vinci na idealização e construção de engenhos ou Michelangelo no desenho de fortalezas abaluartadas em Florença. O já conhecido episódio durante o cerco de Pisa posto pelos florentinos em 1500, quando os sitiados compreenderam que um monte de terra solta era mais eficaz na defesa contra projecteis que os velhos panos de muralha de pedra, desencadeou um movimento construtivo, primeiro na Europa e depois levado a outras partes do mundo por portugueses e espanhóis e que ficou conhecido, genericamente, como a *Trace Italienne*, construção de bastiões ou construção abaluartada que, de forma simples, podemos classificar como uma construção mais baixa, mais espessa, acompanhada de fossos resultantes da extracção da terra, revelins exteriores às muralhas, baluartes duplos, cortinas entre baluartes, onde a artilharia ocupava lugar de relevo, em que o seu tiro cobria o maior número de ângulos possível, e onde a resistência construtiva era a chave da segurança do perímetro. Desaparecem

¹ PARKER, Geoffrey, «The 'military revolution, 1560-1660' – A Myth?», in *The Military Revolution Debate – Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*, (ed. por Clifford J. Rogers), Boulder, Westview Press, 1995.

² BENEDETTI, Alessandro, *Diaria de bello carolino* (ed. por Dorothy M. Schullian), Nova Iorque, 1967, pp. 148 e ss.

as construções em altura medievais, surgem os extensos panos de muralha, em comprimento e espessura, capazes de resistir ao fogo da artilharia. Esta nova arquitectura militar permitiu que as cidades resistissem por muito mais tempo, por as muralhas agora envolverem cidades inteiras, o que implicou que os exércitos para as conquistar tinham de ser muito maiores em dimensão e dotados de uma complexa logística de produção e de consumo para sustentar a capacidade de fogo. Aquela, por seu turno, implicava a disponibilidade de recursos financeiros avultados que alterou a lógica das dotações financeiras dos estados para a guerra.

Exércitos maiores, fossem de cidadãos, ou de mercenários, não implicavam apenas maior capacidade financeira dos estados para os manter. Exércitos maiores exigiam cadeias de comando mais complexas e detalhadas. Havia, por isso, que formar todos os graus e escalões hierárquicos para que, no campo de batalha, a condução das forças, o comando e ligação, pudessem ser eficazes e seguros. Por outro lado, a especialização técnica que as armas de fogo trouxeram à guerra resultaram na criação de novos escalões hierárquicos e novos desafios logísticos a ter em conta no planeamento das operações. O regresso em força da infantaria aos campos de batalha europeus que desde 1297, na Ponte de Stirling, voltou a mostrar o seu valor, a recordar a eficácia das velhas legiões romanas traduz não só uma nova visão da guerra mas sobretudo reflecte toda uma nova ordem social, cuja mudança se acentua com as convulsões da Peste Negra de meados do século seguinte. As grandes formações de infantaria, os quadrados de piques e arcabuzes em mangas, anunciam o novo tecido social europeu e apontam o ocaso da cavalaria como ordem social, como casta guerreira, profundamente enraizadas na cultura europeia. A própria função da cavalaria no campo de batalha, agora carregado do fumo das detonações da artilharia e dos arcabuzes, altera-se, e se a casta guerreira ainda insiste em combater a cavalo e carregar com demasiadas perdas sobre alvos fixos, como era hábito da cavalaria francesa, fá-lo apenas num tempo de estertor dos seus tempos áureos, mesmo que os espanhóis a reinventem, mesmo que o *Grande Capitão* Gonçalo de Córdova lhe descubra novas possibilidades tácticas. Afonso de Ávalos, marquês de Vasto, na batalha de Pavia, quis seguir a pé à frente das suas unidades de infantaria, embora tivesse sido fisicamente impedido pelo seu tio, Fernando de Ávalos, marquês de Pescara. Mesmo assim, o sinal estava dado e era inequívoco. Entre nós, no ano seguinte, em 1526, no treino da milícia do Porto, o seu alcaide-mor, João Rodrigues de Sá, ainda andou apeado no meio dos homens, apesar de contrariado, obedecendo à ordem real. Minutos depois, deixava um seu criado em seu lugar, montava o seu cavalo e afastava-se do local.³ A cavalaria e os seus ideais estavam mais enraizados na mentalidade de alguns do que na prática militar. E não há maior exemplo de um fim dos tempos que duraram mil anos que o de um D. Quixote, corpo e espírito de uma nobreza buliçosa em profunda decadência e transformação.

Podemos então resumir que os principais factores que contribuíram para o desabar da Cavalaria como Ordem social são precisamente a vulgarização das armas de fogo, a criação de novas e cruciais especializações técnicas a elas associadas, o regresso da infantaria em força ao campo de batalha onde a cavalaria perde parte da função; tudo isto acompanhado de novas práticas de guerra associadas à nova arquitectura militar e a toda uma nova economia da guerra.

³ SANCEAU, Elaine, «A Ordenança no Porto no Reinado de D. João III», Porto, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, Vol. XXIX – Fasc. 3-4, 1957.

Em Portugal, o panorama militar era um pouco diferente mas os mesmos princípios aplicam-se. A especificidade da arte militar portuguesa, quando comparada com o que se passava nas restantes potências europeias, assenta em três vectores que a diferenciam: o baixo índice demográfico que tanto condicionou a prática militar, obrigando a uma criteriosa gestão dos recursos humanos que sempre passou pela contratação de mercenários; o facto de a esmagadora maioria das operações militares ocorrerem fora do reino (a última tinha sido a batalha de Alfarrobeira em 1449 e, mesmo assim, tratou-se de uma operação militar diferente do que já se praticava em África, uma espécie de um voltar atrás no tempo, em termos tácticos e tecnológicos); e por a base da acção militar portuguesa ser feita a partir de uma rede de fortalezas com constante apoio naval para efeitos de logística e transporte, prática de controlo do mar, e para uso de fogos de apoio e de cobertura. As práticas militares sedimentadas no Norte de África e em Marrocos desde a conquista de Ceuta criaram uma verdadeira escola de guerra onde portugueses de diversas proveniências sociais, mouros de pazes e mercenários estrangeiros aprendiam os preceitos de uma forma de guerrear única que garantiu a presença militar portuguesa na região por mais de 300 anos. O incedível equilíbrio entre a fortaleza como protecção dinâmica, graças à artilharia, a capacidade de projecção de força fora do perímetro em batalhas campais mas, sobretudo, em golpes de mão, infiltrações atrás das linhas inimigas e em território inimigo, acções de sabotagem de raptos e roubo, enfim, de disrupção da capacidade inimiga, permitiram elevados níveis de prontidão e conteúdos práticos de transmissão e de ensino que muito aproveitou às carreiras e experiências de militares que, noutras geografias, adaptaram todo um conjunto de conhecimentos. Vemos homens cujos percursos passaram pela Índia, por Malaca, por Angola e pela América do Sul cujos conhecimentos militares foram aprendidos no Norte de África e adaptados às circunstâncias locais. A constante adaptação à geografia e às condições locais, o convívio com práticas militares diferentes pela mão de aliados e inimigos, o crescente carácter tecnológico da guerra, a cada vez maior complexidade logística são condições que ultrapassam as capacidades e a vocação das ordens militares em Portugal no dealbar da Renascença.

Tendo toda esta realidade como pano de fundo e correndo o risco de fazer aqui uma generalização, prática sempre hostil a uma análise histórica minimamente séria e fundamentada, perguntamos qual foi afinal o papel e importância militar das Ordens Militares em Portugal no dealbar da Renascença? Objectivamente, quase nenhuns. Ou seja, e este pormenor que fique claro: as ordens militares eram socialmente importantes e economicamente ainda mais. Militarmente já não o eram. Alguns militares eram cavaleiros de hábito de ordens militares. Mas não combatiam comandando efectivos próprios da ordem que representavam, princípio que se estende às ordens de Santiago, Aviz e do Hospital. Já para não falar da Ordem de Cristo, aquela que há mais tempo tinha sido agregada à Coroa, desde 1417. E quando o fizeram, como aconteceu na batalha do Salado em que o Prior de Leça, D. Gonçalo Pereira, combateu ao lado do rei com um punhado dos seus servidores, ou o prior do Crato D. João de Ataíde, filho do primeiro conde da Atouguia, que combateu em Alfarrobeira ao lado de D. Pedro, ou mesmo o prior Diogo Fernandes de Almeida, Alcaide de Torres Novas e defensor de Larache, faziam-no pelo prestígio do cargo que ocupavam e não tanto pelo poderio militar que lhes pudesse estar associado. O destino militar das ordens de cavalaria, em Portugal, acompanhou o destino das hostes privadas dos grandes

senhores do reino. D. João II não viu com bons olhos o poder das grandes casas senhoriais e são conhecidos os seus movimentos de abaixamento da nobreza. D. Manuel por seu turno, e ainda que tivesse reposto a honra e património da Casa de Bragança, tinha já consciência das novas práticas militares que em nada se coadunavam com a existência de hostes senhoriais e contingentes que faziam a guerra pela mão de poderosos senhores. Podemos mesmo afirmar que o último grande momento das hostes senhoriais em Portugal, em dimensão e relevância militar, deu-se com a tomada de Azamor em 1513, em que D. Jaime, o Duque de Bragança, levou a sua enorme hoste pessoal, cerca de 3000 homens, a quem pagou e mandou treinar durante seis meses antes da operação.⁴ Não obstante continuarem a existir as *mesas* dos capitães – a obrigatoriedade de os capitães pagarem e alimentarem directamente os seus homens quando eram nomeados para cargos na Índia ou nas praças de Além, não obstante o caso das pequenas forças formadas a maior parte das vezes de improviso, a partir da Madeira ou do Algarve, para socorrer as praças de África, dos 262 fidalgos aventureiros com os seus 629 criados que embarcaram na Grande Armada de 1588, e, por último, a corte em torno do duque de Bragança em Vila Viçosa, não obstante tudo isto, a tomada de Azamor foi o último episódio militar que contou com a presença de uma grande hoste senhorial, marcando o princípio do fim das velhas instituições militares que ajudaram a fazer Portugal até então.

Mesmo quando o Prior do Crato era nada menos que o próprio irmão do rei D. João III e decidiu por conta própria e risco, e à revelia do rei, sair a cavalo em direcção a Barcelona para se juntar a Carlos V na expedição a Tunis, em 1535, o punhado de homens que o acompanha eram da sua casa mas nenhum era cavaleiro da Ordem do Hospital. Para se ter a noção da grandeza e das proporções, de Malta saíram cerca de 700 cavaleiros de S. João que activamente participaram na campanha, o que mostra uma realidade diametralmente oposta à que se vivia em Portugal. Não é de estranhar este facto. Com efeito, bastará consultar uma lista de locais onde os Hospitalários estabeleceram os seus templos, hospitais e castelos para vermos a verdadeira vocação da ordem que, aliás, se manteve fiel aos seus princípios de instituição sócio-caritativa. Não tiveram os Hospitalários em Portugal, enquanto Ordem Militar, papel militarmente relevante como angariadores de meios ou co-organizadores de acções militares, ao contrário da sua contemporânea Ordem do Templo. Fixando-se algures entre 1122 e 1128 em Leça do Balio,⁵ os Hospitalários cedo se entregaram a um plano assistencial enquanto os Templários se entregaram a um plano de defesa. Excepção feita aos privilégios que D. Afonso IV em 1341 concede à Ordem, atribuindo-lhe jurisdição cível e criminal nas comarcas de Trás-os-Montes e Beira, denotando assim a importância militar da Ordem em regiões de fronteira com Castela.

A ordem dos cavaleiros de S. João virá a instalar-se na ilha de Malta, como sabemos, em 1530. Dois anos mais tarde, D. João III cria a Mesa da Consciência e Ordens, em Dezembro, cuja origem resultou da intenção do monarca de criar um conselho para deliberar sobre questões

⁴ FEIO, Gonçalo Couceiro, *A Guerra no Renascimento, o ensino e a aprendizagem militares, de D. Manuel I a Felipe II*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2018, pp. 216-218.

⁵ Costa, Paula Pinto; Pimenta, Maria Cristina, «A cruzada e os objectivos fundacionais das Ordens Religioso-Militares em Portugal», *Revista Portuguesa de História*, t. XL (2008/2009) pp. 273-284, *passim*.

relativas aos bens imóveis das instituições religiosas. A Mesa da Consciência funciona mas vem a ter regimento apenas a 24 de Novembro de 1558, já na regência de D. Catarina.⁶ Dos seus 40 artigos destaca-se o artigo 20, o qual estabelece o princípio da necessidade de reformar as ordens de Santiago e de Avis. Na verdade, e à semelhança do que se passava com o mestrado da Ordem de Cristo, D. João III pedira ao Papa que vinculasse à Coroa a administração das Ordens de Santiago e Avis, solicitação que teve resposta positiva em Janeiro de 1551. Já com os Hospitalários o cenário foi diferente. A Coroa procurou manter dentro da sua esfera o priorado do Crato sem sequer tentar a sua agregação. Apesar da sua decrescente importância militar em Portugal, à semelhança do que se passava com as restantes ordens, tinham os Hospitalários considerável património (que em 1789 será agregado à Casa do Infantado).⁷ Na Europa, porém, o seu prestígio e importância militar aumentava com o papel que passou a desempenhar nas ilhas Mediterrânicas. Verdadeira defesa avançada do flanco sul da Cristandade, a ordem, agora genericamente conhecida como de Malta, terá uma acção militar notável até à sua extinção por Napoleão Bonaparte. Logo o duríssimo cerco de 1565 sustentado por Jean Parisot de la Valette sublinhou a importância estratégica das ilhas e da Ordem para a Europa. O forte de S. Telmo, construído 12 anos antes do cerco, construção abaluartada de clara inspiração renascentista, provou ser crucial na defesa da ilha. Terminado o cerco, o financiamento maciço que as potências europeias canalizaram para a Ordem de S. João mostra inequivocamente o interesse na sua preservação.⁸

Por fim, não deixa de ser curioso e até irónico, que a Ordem Militar com menor vocação guerreira das criadas quando da primeira cruzada será aquela que terá função militar efectiva mais tempo na História. O Renascimento, longo e profícuo período ditou o fim de uma velha ordem europeia e acabou por marcar toda uma nova prática militar que se perpetuou nos muros de um forte de S. Telmo ou mesmo no Forte Manuel, assim designado em honra do seu principal promotor, o 66º Grão-Mestre da Ordem, António Manuel de Vilhena.

⁶ DE WITT, Charles Martial, «Le «regimento» de la «Mesa da Consciência» du 24 novembre 1558», in «Revista Portuguesa de História», Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tomo IX, Coimbra, 1960, pp. 277-284, p. 282.

⁷ «D. Maria I, por Carta de 31 de Janeiro de 1790 roborou e ratificou a anexação e união do Priorado do Crato à Casa do Infantado, de acordo com a bula papal de 25 de Novembro de 1789. O Alvará de 18 de Dezembro de 1790 extinguiu a Mesa Prioral do Crato, passando o expediente à Junta do Infantado. Foi criada uma nova Mesa e um juiz dos feitos da Casa e Priorado. A Casa passou a controlar o Grão-Priorado do Crato, que se compunha, para além da vila do Crato, de Gáfete, Sertã, Amieira, Proença-a-Nova, Cardigos, Oleiros, Belver, Envendos, Gavião, Tolosa, Carvoeiro e Pedrógão. Através de Carta de Lei de 19 de Julho de 1790, D. Maria I declarou e regulou a jurisdição da Casa e Estado do Infantado.» in, BRAGA, Joana, *Casa do Infantado e Grão Priorado do Crato: catálogo*, Lisboa, ANTT, ID L 731, p. 9.

⁸ França, Espanha, Portugal e a Santa Sé fizeram generosas doações financeiras para a reconstrução e fortalecimento da ilha. Cf. ATTARD, Joseph, *The Knights of Malta*, 2.a ed., Malta, Publishers Enterprises Group, 1993, p. 67.

FREI DOM MANUEL PINTO DA FONSECA (1681-1741-1773) PORTUGAL E A ORDEM DE MALTA

A PROPÓSITO DOS CENTENÁRIOS DAS ELEIÇÕES A GRÃO-MESTRES
DOS PORTUGUESES FR. D. LUÍS MENDES DE VASCONCELOS (1622)
E FR. D. ANTÓNIO MANOEL DE VILHENA (1722)

Alexandre de Sousa Pinto

Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar

Introdução

Neste colóquio, organizado para celebrar os 400 anos da eleição a Grão-Mestre da Ordem de Malta do português Fr. Luís Mendes de Vasconcelos e os 300 anos da eleição ao mesmo cargo de outro português Fr. António Manoel de Vilhena, poderia parecer completamente fora do tema a minha proposta, quando convidado a participar, de vos falar de um terceiro português, Manuel Pinto da Fonseca, que também foi, se bem que mais tarde e portanto já fora dos centenários, eleito para o desempenho do mesmo alto cargo.

A minha proposta merece, talvez, uma explicação que a justifique. O século XVIII ficou conhecido na História de Malta como o “Século Português”, pela acção política, cultural e militar dos portugueses que, em grande parte deste século, presidiram ao governo da Ordem (1722-1773), aos quais se ficou a dever um enorme avanço em todos os aspectos referidos. Ora esse “Século Português” inclui o governo de Manuel Pinto da Fonseca durante os últimos 32 anos do período indicado. Não me parecia que se pudesse falar do seu início, com Fr. António Manoel de Vilhena, sem nos referirmos à continuidade a ele trazida por Pinto da Fonseca.

Neste sentido irei procurar dizer-vos quem era Manuel Pinto da Fonseca, o que fez antes de ser eleito Grão-Mestre da Ordem e também, obviamente, procurarei dar uma ideia do enorme contributo que deu durante os 32 anos do seu reinado para a fama do ainda hoje designado “Século Português de Malta”.

I – Genealogia

Manuel Pinto da Fonseca pertencia a uma nobilíssima família portuguesa com origem medieval na margem Sul do Rio Douro, mais concretamente, representava dois ramos dos Pintos, provindos dos antiquíssimos Sousas, mais antigos do que o próprio reino, ditos «Pintos de Riba-Bes-tança». Seus pais eram parentes como descendentes do tronco comum constituído por Ayres Pinto, senhor da Honra de Covelos e chefe da linhagem (século XV), casado com Constança

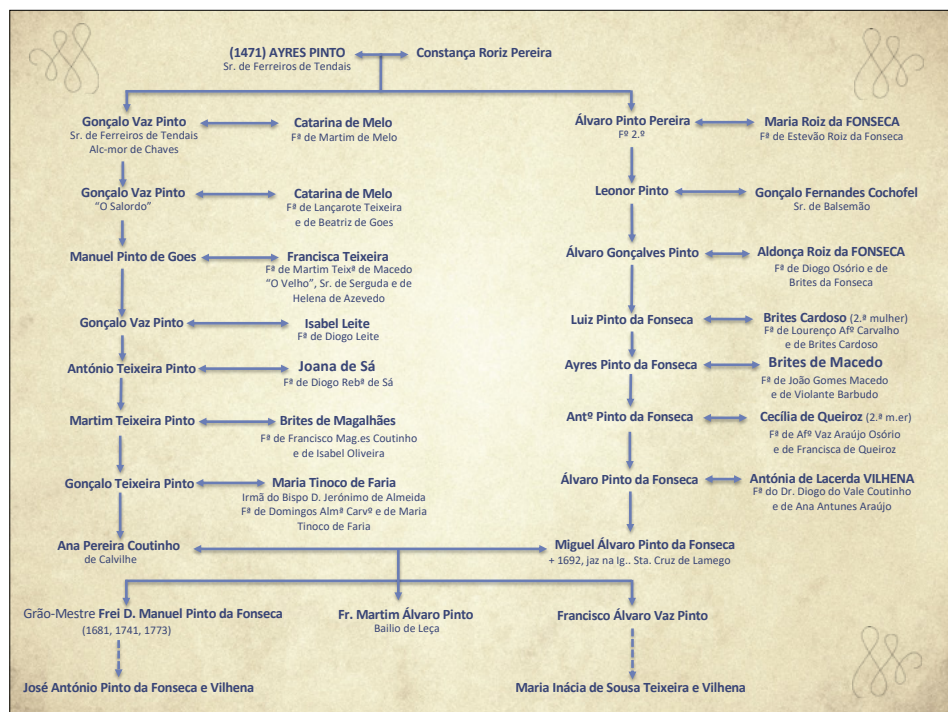
Roiz Pereira, que era quinto neto por varonia de D. Egas Mendes de Gundar, companheiro de armas de D. Afonso Henriques. Deste casal descendem os Senhores de Ferreiros de Tendais que ficara na posse do primogénito, Gonçalo Vaz Pinto, os Senhores de Balsemão, os da Lagariça, os de Felgueiras, Vieira e Fermedo, os da Torre da Chã e os de Vilar do Paraíso, entre outros.

O ramo que usou em várias gerações o apelido conjunto «Pinto da Fonseca» é o dos descendentes do casamento do secundogénito do atrás referido Ayres Pinto, Álvaro Pinto Pereira com Maria Roiz da Fonseca.

Na sua ascendência Manuel Pinto da Fonseca contava com muitos dos heróis portugueses das conquistas de além-mar, sendo já próximos de si, como irmãos de seu bisavô materno Martim Teixeira Pinto, Gonçalo Vaz Pinto, primeiro capitão de Ceilão na Índia, Garcia Teixeira de Sá, capitão de Chaül na Índia e Rui Vaz Pinto, governador do Rio de Janeiro.

Nasceu em Lamego a 24 de Maio de 1681 e foi cavaleiro de Malta, tendo sido, em Portugal juiz ordinário e conservador da Ordem e comendador das comendas de Oleiros, Fontes e Ser-nancelhe. Em Malta, por graça do Grão-Mestre D. Fr. Raimundo Perellos de 26 de Novembro de 1719, foi bailio de S. João de Acre e, depois, já sendo Grão-Mestre D. António Manoel de Vilhena, foi vice-chanceler da Ordem.

Teve Manuel Pinto da Fonseca como irmãos **Fr. Martim Álvaro Pinto da Fonseca e Sousa**, cavaleiro professo de Malta, comandante da galera S. Luís, capitão, sargento-mor e brigadeiro de infantaria da Ordem, comendador de Vera-Cruz e, assim, Bailio de Leça, do Conselho de Sua



Magestade, etc. e **Vicente Francisco Álvaro Vaz Pinto**, ambos filhos de **Miguel Álvaro Pinto da Fonseca**, alcaide-mor de Ranhados, capitão-mor de Lamego e senhor da Quinta dos Cedros em Sta Marta de Penaguião, e de D. Ana Pinto Teixeira¹, como vimos parentes entre si por descendem do tronco comum atrás indicado. Era neto paterno de Álvaro Pinto da Fonseca, alcaide-mor de Ranhados que nasceu em 21-X-1619, e de **D. Ana Pereira Coutinho**, por vezes referida como D Ana de Vilhena. Este seu avô era irmão de António Pinto da Fonseca, cavaleiro de Malta, e de outro seu homónimo, Manuel Pinto de Fonseca, maltez, comendador de Moura Morta e Bailio de Acre², todos estes filhos do seu bisavô Álvaro Pinto da Fonseca, FCR, e de sua mulher Antónia de Vilhena. É interessante verificar como em várias gerações sucessivas destes Pinto da Fonseca se encontram sempre diversos membros da Ordem de Malta no exercício de altos postos.

Teve Manuel Pinto da Fonseca de **Rausenda Paulichi**, filha de Alberigo Paulichi e de Petronilla Ramuzetta, o filho **José António Pinto da Fonseca e Vilhena** que casou com sua prima direita **D. Maria Inácia de Sousa Teixeira e Vilhena**, filha ilegítima de seu tio paterno **Vicente Francisco Vaz Pinto** e de uma **Clara Cerqueira**.

Deste casamento nasceram i) **D. Ana Pinto de Vilhena** que c.c. **Gonçalo Peixoto Pinto Coelho**, senhor de Felgueiras e Femedo, c.g.; ii) **D. Josefa Pinto de Vilhena** que c.c. **José Ignácio de Azevedo de Sousa Coutinho** (meu 5º Avô), 23º senhor da Casa da Torre das Pedras (de que hoje sou eu o 30º senhor) e 4º dos direitos reais de Paredes da Beira, de quem não houve geração, estando sepultada na capela da minha casa em Paredes da Beira; e **D. Maria Felisberta Pinto de Vilhena** que c.c. **Luís Beleza**, F.C.R., c.g.

Permito-me chamar a vossa atenção para o facto de que há vários antepassados de Manuel Pinto da Fonseca de apelido Pereira Coutinho e outros, antepassados e descendentes, que usaram o apelido Vilhena, garantindo, assim, um parentesco mais ou menos próximo entre este Grão-Mestre e o seu antecessor António Manoel de Vilhena, tendo eu encontrado escritos em que são ditos primos direitos o que, garantidamente, não são³.

Um nosso confrade da Assembleia Portuguesa da Ordem, o Dr. João Filipe Taveira de Castro da Fonseca e Sousa, pode representar na Ordem este Grão-Mestre, pois é filho do representante dos Senhores da Casa das Brolhas em Lamego e da dos Pereira Coutinho em Penedono que dele descendem. Lembro também que os Coutinhos, senhores do Couto de Leomil, são originariamente FONSECAS⁴ que passaram a usar como apelido a designação que lhes era dada como possuidores do pequeno couto «Coutinho» de Leomil, mas que, já como Coutinhos, vieram a possuir

¹ Filha de Gonçalo Teixeira Pinto e de Maria Tinoco de Faria, n.p. de Martim Teixeira Pinto, senhor do morgado de Calvilhe, como também vimos.

² Sepultado em arca tumular de granito armoriada na igreja do convento de S.ta Cruz em Lamego.

³ A arca tumular armoriada referida na n.p.p. anterior apresenta um escudo esquartelado no 1º de Pinto, no 2º de Vilhena, no 3º de Coutinho e no 4º de Sousa, o que nos garante que já na geração de seu avô a ligação aos Vilhena era um facto.

⁴ O que justifica o facto de os brasões de armas de FONSECAS e COUTINHOS serem iguais (de ouro, com 5 estrelas de vermelho postas em sautor), diferenciando-se, inicialmente, apenas pelos timbres (um leopardo de vermelho para os Coutinhos e um touro de vermelho para os FONSECAS) e, mais modernamente, pelo número de raios das estrelas (com 5 raios para os Coutinhos e 7 raios para os FONSECAS).



Brasão da Torre da Lagariça (Resende)



Brasões de Armas de FONSECAS e COUTINHOS

grande parte da Beira como, entre muitas outras, as vilas de Trancoso e Penedono de cujo castelo foi alcaide-menor, em nome de seu pai, Gonçalo Vasques Coutinho o vencedor da batalha de Trancoso, o célebre Álvaro Gonçalves Coutinho “O Magriço” capitão dos portugueses que Luís de Camões garante terem ido a Inglaterra defender a honra de doze donzelas atingidas pelos insultos de outros tantos cavaleiros ingleses, e que da refrega saíram vencedores.

Recorrendo à Heráldica, ciência que, como bem sabemos, é complementar da História e da Genealogia, chamo a vossa atenção para o facto de que Manuel Pinto da Fonseca era Pinto por varonia uma vez que o seu 7º avô – Gonçalo Fernandes Cochofel – era na realidade um Pinto, senhor da Torre da Lagariça, onde figurava uma pedra de armas que ostentava um escudo de Pinto em chefe, no qual os seus descendentes, já no século XVI, quiseram representar o sangue dos FONSECAS distribuindo pelo escudo a esmo as cinco estrelas que lhes pertenciam como descendentes de D. Aldonça e de D. Maria Roiz da Fonseca, daí resultando uma aberração heráldica mas que, no entanto, não deixa de as representar. Ainda com recurso à Heráldica, lembro o que atrás já referi, isto é, que os Coutinhos são um ramo dos FONSECAS que, sendo senhores do Couto de Leomil (um couto de pequenas dimensões) eram ditos os Coutinhos, tendo adoptado tal designação como apelido mas mantido as suas armas, diferenciadas inicialmente apenas pelo timbre (o touro dos FONSECAS foi alterado pelos Coutinhos para um leopardo) e posteriormente alterando o número de raios das estrelas (os sete dos FONSECAS passaram a



Brasão no Túmulo no Convento de Sta. Cruz - Lamego

cinco nos Coutinhos). Finalmente temos aqui os brasões gravados na pedra e nos azulejos do túmulo do bailio de Acre, tio-avô e homónimo do nosso Grão-Mestre, na Igreja de S.^{ta} Cruz de Lamego (anexa ao Convento que é hoje o aquartelamento do Centro de Operações Especiais do Exército), em que o escudo dos azulejos, datado de 1727, é esquartelado no 1º de Pinto, no 2º de Vilhena, no 3º de Coutinho (erradamente com seis raios) e no 4º de Sousa, e o esculpido no granito da arca tumular, mais antigo, apresenta no 1º Pinto, no 2º e 4º Coutinho (correctos com os seus cinco raios) e no 3º Vilhena, o que nos garante que já este seu tio-avô se considerava também um Vilhena⁵.

II – Malta

A Ordem Hospitalária foi transferida, ao sabor das vicissitudes das diferentes épocas, de Jerusalém para S. João de Acre, para Chipre, para Rodes e, finalmente, em 1530, para as ilhas de Malta e de Gozzo. A sua permanência nestas ilhas mediterrânicas transformou-a numa potência militar essencialmente marítima, sentinela avançada no Mediterrâneo contra o perigo maometano.

Além do seu poderio militar foi arrecadando riquezas consideráveis que lhe vinham dos rendimentos das possessões que detinha espalhadas por toda a Europa Ocidental, em França, Inglaterra, Espanha e Portugal mas também na Europa Oriental nomeadamente na Áustria, na Alemanha, na Polónia e na Prússia que constituíam os bailiados, as comendas e os priorados.

Desde os primórdios da sua existência a Ordem dividia-se em oito línguas, a saber:

- *Provença*, que compreendia dois grandes-priorados: São Giles com 54 comendas, Toulouse com 35 e o bailiado de Manosque. No tempo de Pinto da Fonseca o chefe da língua desempenhava funções como Grão-Comendador da Sagrada Religião;
- *Alvernia*, constituída pelo priorado de Lyon com 40 comendas e que era chefiada pelo Marechal da Ordem;
- *França*, com três grandes priorados, o de Paris com 45 comendas, o de Poitiers com 35 e o de Voulaines com 24 para além do bailiado de Morei. Esta língua designava o Grande Hospitaleiro;
- *Itália*, com sete grandes priorados, o de Roma com 19 comendas, o da Lombardia com 45, o de Veneza com 27, os de Barletti e de Capoue com 25 e o de Messine com 12 e, ainda, o de Pisa com 26. Era a língua que apresentava o Almirante, chefe da Armada de Malta;

⁵ O sarcófago em granito tem a inscrição: «*Sepultura de Manuel Pinto da Fonseca, Bailio de Acre, do Conselho d'El Rei, filho de Alvaro Pinto da Fonseca Fidalgo da Casa de El Rei, neto de António Pinto da Fonseca da Casa de Balsemão*». O brasão nele esculpido é de escudo esquartelado com o 1º de Pinto, o 2º de Coutinho, o 3º de Vilhena e o 4º de Coutinho. Sendo o 3º e o 4º de Coutinho, era mais lógico que o escudo fosse partido com o II de Coutinho, o que me leva a pensar que aqui se pretendia antes representar num dos quartéis (talvez no 2º) os Fonseca. O que nos leva a admitir esta hipótese é o facto de o sabermos filho de um Pinto da Fonseca e de uma Vilhena Coutinho, assim ficando os quatro costados representados. Por outro lado, o painel de azulejos apresenta um brasão com um escudo esquartelado sendo o 1º quartel de Pinto, o 2º de Vilhena, o 3º de Coutinho ou de Fonseca (erradamente com as estrelas de 6 raios dos Tavares) e o 4º de Sousa com uma bordadura de sete castelos (de Portugal?). Admito que aqui se pretendesse clarificar que um dos quartéis do brasão inserido no sarcófago devia ser de Fonseca e fosse esse que aqui se quis introduzir, mostrando-o diferente dos outros, tendo no entanto o desenhador falhado o número de raios das estrelas que, neste caso, deviam ser de sete raios.

- *Aragão, Catalunha e Navarra*, com seis grandes priorados, o de Aragão com 29 comendas, o da Catalunha com 28 e o de Navarra com 17 que detinha o lugar de Grão-Conservador;
- *Inglaterra*, compreendendo os priorados de S. João de Londres e o da Irlanda com 32 comendas.
- *Alemanha*, cujo grão-prior era príncipe do Sacro Império tendo na sua dependência 67 comendas e os priorados da Boémia e da Hungria. Competia-lhe designar o Grão-Bailio da Ordem; e
- *Castela, Leão e Portugal*, com 27 comendas de Castela e Leão, o grande priorado do Crato com 31 comendas e o bailiado de Leça, competindo-lhe designar o Grão-Chanceler, à vez um português e um espanhol.

Cada língua ocupava em Malta palácio próprio mas é notável o predomínio dos franceses na frente das três primeiras línguas indicadas.

Em Portugal, como vimos, a Ordem detinha o priorado do Crato e um grande número de comendas, sendo nesta época Grão-Prior do Crato o infante D. Pedro, filho de D. João V posteriormente D. Pedro III como marido da rainha D. Maria I; sucedeu-lhe o infante D. Francisco, seu tio paterno, e a este veio a suceder D. João que depois foi o rei D. João VI. O último que deteve tal dignidade foi o rei D. Miguel I.

O Grão-Mestre era senhor e feudatário das suas ilhas e governava a Ordem com poder vitalício, absoluto, indiscutível, tendo a coadjuvá-lo um Grande Conselho, com valor apenas consultivo, só podendo ser julgado pelo Pontífice Romano. Do ponto de vista religioso o Grão-Mestre tinha o direito de apresentar, na vacância do bispado de Malta, uma lista de três nomes ao rei da Sicília, seu suserano até certo ponto, dos quais um era por este apresentado a Roma para confirmação episcopal.

III – O Grão-Mestre Manuel Pinto da Fonseca

Como vimos D. Frei Manuel Pinto da Fonseca é eleito 68º Grão-Mestre da Ordem de Malta em 18 de Janeiro de 1741, escassos três dias após a morte do seu antecessor Despuig, reinado que exerceu enquanto em Portugal reinavam D. João V e D. José I durante 32 anos, até à sua morte em 24 de Janeiro de 1773 aos 92 anos acabados de cumprir.

Sucedeu a outros três Grão-Mestres portugueses, o primeiro em plena Idade Média, D. Afonso de Portugal (1203-1206), filho de D. Afonso Henriques, que foi o 11º Grão-Mestre, e os que hoje homenageamos D. Luís Mendes de Vasconcelos (1622-1623), o 55º e D. António Manoel de Vilhena (1722-1736), o 66º.

Neste colóquio tivemos já oportunidade de conhecer o resultado muito positivo dos cerca de quinze anos de reinado de D. António Manoel de Vilhena, de que resultara grande prestígio para Portugal e os portugueses, e é também conhecido o prestígio obtido por Manuel Pinto da Fonseca como vice-chanceler e bailio da Ordem não sendo, pois, de estranhar a sua eleição apenas cinco anos depois da morte de D. António. Aliás, esclareço, como curiosidade, que a actual sede do governo maltês está instalada no antigo «Albergue da Língua de Castela e Portugal», em La Valetta, onde já antes da sua eleição Pinto da Fonseca pontificava. Talvez seja de acrescentar aqui

a presunção de que também o prestígio e a magnificência de D. João V junto da Santa Sé e da Ordem não estarão afastados do interesse manifestado por esta eleição.

Paulo Varela Gomes e Camilo Azevedo⁶ dizem-nos que tinha fama de justiceiro inflexível e que mantivera extraordinária fibra até ao fim da vida, contando-nos que tendo, através de um óculo, observado ao largo uma vela turca, imediatamente mandou sair umas galés em sua perseguição, verificando-se que nela se tinha dado uma insubordinação dos escravos maioritariamente cristãos e que, uma vez tomado o navio e o seu proprietário, o riquíssimo Paxá Mustafá, a conduziram a terra onde a tripulação foi acolhida como heróis, preparando-se o Grão-Mestre para exigir do Sultão um elevado resgate. No entanto, o rei de França pediu que ele fosse bem acolhido porque ele próprio pagaria o resgate para conseguir o acordo que estava a negociar com o Sultão. Mustafá foi instalado num palácio em La Valetta aproveitando para promover uma revolta de escravos que incluía



Grão-Mestre D. Manuel Pinto da Fonseca

o assassinato do Grão-Mestre por um dos seus escravos; uma denúncia deu a conhecer a trama e Pinto da Fonseca passou a fio de espada todos os revoltosos com exceção, mais uma vez por interferência do soberano francês, do próprio Mustafá. Por outro lado, já com 77 anos, havia quem, na sua Corte, o quisesse morto para lhe suceder. Uma gazeta francesa chegou a publicar a notícia da sua morte e, com a gazeta na mão, Pinto da Fonseca convocou toda a Corte para com ele fazerem um passeio pela cidade, percorrendo-a *de-fio-a-pavio*, mostrando-se no final em perfeitas condições físicas enquanto a maioria dos acompanhantes, completamente derreados, estavam de língua de fora.

Ainda no reinado de D. António Manoel de Vilhena, como vice-chanceler e bailio de S. João de Acre, comprou um terreno em La Valetta, no qual mandou construir um edifício a que foi dado o nome de Palácio Brito que foi sua resi-

dência, assim como da sua família. O terreno e o referido edifício, por sucessivas heranças por via dos Pereira Coutinho, acabou por ficar na posse de Macário de Castro Pereira Coutinho, senhor da Casa das Brolhas em Lamego e da dos Pereira Coutinho em Penedono, de quem atrás falámos, e cuja família até há relativamente pouco tempo ainda recebia dela rendas.

Mas a acção governativa de Pinto da Fonseca deixou uma marca indelével nos seus vários aspectos:

- Politicamente, junto da Santa Sé, esforçou-se para deixar as marcas do seu avanço para o «status» real, tendo conseguido que lhe fossem reconhecidos os títulos de príncipe com o consequente tratamento de alteza, aos quais os Grão-Mestres tinham direito mas que havia caído em desuso há

⁶ *Uma Casa em Lamego*, in Arquivos da RTP, 2021.



Albergue de Portugal, Leão e Castela

mais de um século. Não contente, conseguiu ainda para si que o Papa lhe conferisse o título de eminência, atribuído aos príncipes da Igreja, os cardeais. Assim, os Grão-Mestres da Ordem de Malta, a partir do seu reinado, passaram a intitular-se como “Príncipe e Alteza Eminentíssima” encimando o brasão magistral com a coroa fechada de soberano. Em 1747 Bento XIV⁷ reconheceu ao seu plenipotenciário junto da Ordem as honras de embaixador real e foram estabelecidas relações diplomáticas ao nível de embaixada da Ordem junto das cortes de Viena, Versalhes, Nápoles e Madrid. Frederico II, da Prússia, trata-o como «*affectioné ami*», Luís XV trata-o por «*Mon Cousin*», tal como Catarina a Grande, da Rússia, ou o próprio rei de Portugal que o tratam como par. Foi ainda Bento XIV quem lhe enviou a espada de honra e o chapéu ducal, benzidos por si, honra pela segunda vez concedida a um Grão-Mestre (fora-o também D. António Manoel de Vilhena) e só muito raramente concedida a quaisquer outros soberanos. Ocasão esta em que a Arcádia Romana se associou à homenagem, com discurso do P.^o Miguel Morei seu guardião-geral, e a assistência do cardeal Portocarrero, Grã-Cruz da Ordem e de muitos outros cardeais e cavaleiros, concluindo-se a festa com a recitação de quinze sonetos, o que posso admitir ter sido organizado pelo jesuíta português P.^o Manuel de Azevedo⁸, proeminente membro desta academia assinalado como organizador de grande número das suas sessões. A magnificência do seu reinado é o maior exemplo de monarca absoluto sobre Malta representado nos seus últimos retratos com uma coroa fechada com ouro e uma peliça de arminho substituindo o habitual manto negro.

- Ilustrou-se na diplomacia, nomeadamente nas relações que desenvolveu com a França cuja influência, como vimos, era muito acentuada através das suas três línguas, tendo, em consequência, sido franceses a grande maioria dos Grão-Mestres até então eleitos. Esta influência está

⁷ Cardeal Prospero Lambertini, depois S.S. o Papa Bento XIV (1675-1740-1758) por alguns considerado o mais notável dos Papas do século XVIII.

⁸ Por coincidência interessante este P.^o Manuel de Azevedo era tio materno do marido de D. Josefa Pinto de Vilhena, como vimos neta de Manuel Pinto da Fonseca e sepultada na capela da minha casa em Paredes da Beira.



Palácio dos Grão-Mestres



Armazéns de Pinto da Fonseca

presente na intervenção de França no episódio relatado atrás com Mustafá, paxá de Rodas, em que nem às instâncias do Papa para que ele fosse julgado acedeu. Este acontecimento determinou Pinto da Fonseca a reformar a guarda magistral que passou a ser composta exclusivamente por malteses e a antiga companhia de falcoeiros reorganiza-se depois de ter sido extinta num dos mestrados anteriores. Também em 19 de Setembro de 1760 o galeão turco «Corona del Gran Signore», armado com 78 canhões e levando 750 pessoas a bordo, ancorou em Stenchio, uma das ilhas do arquipélago das Espórades, onde desembarcou o capitão Rejes Herin com a maior parte dos tripulantes, a fim de exigir tributo da população, deixando a bordo 68 escravos cristãos e 40 otomanos que, apossando-se do galeão, velejaram para Malta onde o entregaram e que, considerado boa preza, foi imediatamente crismado de «S. Salvador». Mustafá III, furioso, ameaçou invadir a ilha mas a França, de novo se interpôs, sendo encontrada pelo Grão-Mestre como solução a venda do galeão por 244.000 escudos ao rei de França que por sua vez o restituiu ao Sultão. Com o reino das Duas-Sicílias os problemas eram diferentes mas nem por isso menos complexos; o Grão-Mestre era considerado vassalo dele pela doação de lhe fizera Carlos V em 1530 «em perpétuo feudo, nóbil e franco, os castelos e as ilhas de Tripoli, Malta e Gozzo, com todos os seus territórios e jurisdições, devendo reconhecer d'Ele, imperador, como rei da Sicília, e de seus sucessores nesse reino, o feudo supradito; e, assim, como sinal exterior, anualmente em dia de Todos-os-Santos, seria oferecida à mão do vice-rei de Nápoles uma ave de altenaria ou falcão ... ficando, mediante este foro, isentos os cavaleiros de qualquer serviço militar, comummente prestado pelos vasallos». Em 1734 o Grão-Mestre Vilhena reconhecera a suserania de Carlos VII, entronizado em Nápoles e na Sicília, jurando-lhe fidelidade contra a confirmação pelo jovem rei de todos os privilégios anteriores da Ordem. Em 1741 Carlos VII nomeia um seu ministro em Malta quando, conforme era sua prerrogativa, Pinto da Fonseca já indicara outro como cônsul. A controvérsia prolongou-se por um ano mas acabou pela designação pelo Grão-Mestre de um terceiro confirmada pelo rei. Não satisfeito, Carlos VII em 1753 envia a Malta um visitador apostólico, como era uso fazerem os soberanos da Sicília até 1530 aquando da cedência da ilha por Carlos V de

acordo com a concessão feita por Urbano II⁹. Pinto da Fonseca, autoritário e enérgico, opôs-se lutando contra tal ingerência, proibindo ao visitador o desembarque. A contenda foi também demorada mas Bento XIV, a pedido do Grão-Mestre, resolveu o assunto a contento de ambas as partes. Podemos ainda exemplificar a sua capacidade diplomática, neste caso aliada ao prestígio de que gozava a marinha maltesa, pelas negociações encetadas por Catarina da Rússia para que fosse aceite o seu requerimento da cedência de um oficial competente para reorganizar as forças navais russas e da aceitação para que alguns oficiais russos escolhidos prestassem serviço nas galeras maltesas para o seu adestramento técnico. Uma vez consentido por Pinto da Fonseca, em junho de 1766 vieram para Malta os oficiais escolhidos que por lá se conservaram três anos, merecendo tratamento muito amistoso e deferente¹⁰.

- Mas não foi menos eficaz no que respeita à cultura, organizando e pondo a funcionar a «Imprensa Nacional da Ordem», fundando a «Biblioteca Pública» que recheou com um fundo inicial de cerca de 10.000 volumes, mandando construir o «Palácio da Justiça», edifício majestoso, o elegante «Forte de Gozzo» que por si foi completado, a «Casa do Almirantado» e a sua própria residência, um grandioso palácio, levantado em 1762-63, com o brasão dos Pintos sobre a varanda central, de linhas elegantes mas sóbrias, bem assente, coroado por duplo escudo de armas, num dos quais se ostentam as armas de Portugal. É também do seu risco a estrada que leva ao Casal Paulo assim como a nova «Alfandega», para além de enorme número de armazéns de qualidade para recolha e guarda de diversas matérias.

- No campo religioso Pinto da Fonseca não foi capaz de resistir à geral hostilidade contra a Companhia de Jesus, iniciada em Portugal pelo Marquês de Pombal em 1759, e seguida pela França em 1762, pela Espanha em 1766, por Nápoles em 1767 e por Parma em 1768 pelo que, mesmo reconhecendo que apenas razões políticas estavam por detrás da decisão, também determinou em Malta, a 22 de Abril de 1768, a expulsão dos 20 jesuítas que lá viviam tendo, no entanto, o cuidado de os transportar a Civitavecchia num barco francês e garantido a cada um uma pensão de 80 escudos romanos. Expulsão esta que criou na ilha uma situação complexa do ponto de vista cultural e de educação popular pois o seu «Colégio Militense» era já na época uma academia que conferia lúreas. Pinto da Fonseca tomou em mãos a administração das igrejas e das casas da Companhia e transformou o colégio em universidade, substituindo os docentes jesuítas pelos melhores professores italianos que contratou, pagando do seu próprio bolso o que os rendimentos do antigo colégio não comportavam.

IV – Manuel Pinto da Fonseca, o Homem

Manuel Pinto da Fonseca foi senhor absoluto, cujo pensamento se define bem pela frase que lhe é atribuída: «se eu fosse rei de França, nunca reuniria os Estados Gerais; se fosse Pontífice, jamais convocaria Concílios; chefe dos Hospitaleiros de S. João de Jerusalém, não convocaria

⁹ Urbano II (1088-1099).

¹⁰ Esta ligação diplomática privilegiada com a corte russa poderá ter facilitado o apoio dado mais tarde por Paulo I, quando da expulsão da Ordem de Malta por Napoleão e até à elevação de um czar a Grão-Mestre durante um certo período.



Moedas

Conselhos Gerais, pois sei bem como tais assembleias acabam sempre por minar a autoridade de quem as convoca». Este seu pensamento não constituiu impedimento a que, até à sua morte, alguém se tenha manifestado contra a sua autoridade, mantendo-se sempre íntegro o respeito pelo Grão-Mestrado.

Exerceu o seu poder, para o qual foi eleito mercê dos valiosos serviços prestados e dos méritos pessoais indiscutíveis, com a magnificência que via ser a do seu rei natural D. João V, atreito ao espavento e à pompa, governando a Ordem com brilho e esplendor inultrapassáveis.

Tinha, no entanto, um espírito jovial contando-se que, sendo já muito idoso, mandou certo dia despejar as caixas das esmolas das Almas do Purgatório, para obter o numerário de que precisava para pagar uma das suas obras públicas. Quando, respeitosamente, lhe deram a conhecer que assim prejudicava os sufrágios pelos defuntos, respondeu: «Não se assustem; estou muito velho e qualquer dia vou ter com as almas do purgatório; lá me entenderei com elas».

Durante o seu reinado foram cunhadas moedas de ouro de 4, 2 e 1 zecchini, e de 20, 10 e 5 scudi, moedas de prata de 30, 15, 4 e 2 tari e de 2 e 1 scudi e moedas de bronze de 1 tari, carlino, cinquina ou grano.

O seu brasão de armas como grão-Mestre era de escudo esquartelado: 1 e 4 de vermelho, com uma cruz de prata; 2 e 3, as armas de Pinto, de prata com cinco crescentes de vermelho, postos em sautor, sobreposto à cruz da Ordem e ostentando coroa real.



Brasão do Grão-Mestre Frei Dom Manuel Pinto da Fonseca

Depois de 32 anos à frente da Ordem, Manuel Pinto da Fonseca morre a 24 de Janeiro de 1773, com 92 anos de idade. Os seus Cavaleiros mandaram construir em sua honra em Roma um monumento em mármore preto depois enviado para Malta e colocado na igreja de S. João, em La Valetta, à esquerda de quem entra, na capela de Castela, Leão e Portugal, exactamente ao lado do seu antecessor o Grão-Mestre Vilhena¹¹. A grandiosidade do monumento corresponde muito bem à imponência e ao fausto de que se rodeara em vida Manuel Pinto da Fonseca. Nele se inscreveu, traduzido do latim e descodificando as siglas e abreviaturas, «a Deus Muito Grande e Muito Bom. Fr D. Manuel Pinto, Grão-Mestre da Ordem de Jerusalém, governou 32 anos, viveu 92 e morreu em 1773. A amizade reconhecida ergueu este túmulo».



Mausoléu de Frei Dom Manuel Pinto da Fonseca

V – A terminar

Maria Cândida Proença¹² diz-nos que D. Maria I¹³, no século XVIII, obteve do Papa Pio VI¹⁴ a bula *Expedit quam* máxime, que declara o Grão-Priorado de Portugal independente de toda a jurisdição do capítulo-geral e do grão-mestrado de Malta, anexando-o à Casa do Infantado. Pouco depois, em 1793, pela bula *Quoniam ecclesiasticum*, o mesmo pontífice decretou que, assim como o grão-priorado de Portugal ficou isento de qualquer interferência de Malta pelo lado temporal, também pelo lado espiritual dependeria apenas da Santa Sé. Nestas condições o administrador da Casa do Infantado seria de direito o Grão-Prior do Crato e, em obediência a este princípio foram grão-priores do Crato sucessivamente os infantes D. Pedro e D. Miguel.

Como vimos, Manuel Pinto da Fonseca morre em 1773, tendo exercido os primeiros 9 anos do seu reinado no tempo do rei D. João V de Portugal e os últimos 23 no de D. José I. Quatro anos depois da sua morte é, em Portugal, elevada ao trono a Senhora Dona Maria I que obtém do Papa Pio VI a isenção temporal do priorado do Crato e, logo depois, em 1793, a sua isenção espiritual, isto é, 20 anos após o final dos grão-mestres portugueses da Ordem de Malta os reis de Portugal obtiveram do papado a independência do priorado do Crato.

¹¹ Nestes dois sarcófagos, que se veem lado a lado, chamo a atenção para o facto de nos brasões de cada um dos dois grão-mestres o representativo do Grão-Mestre Vilhena (no alto) é encimado por uma coroa ducal aberta enquanto o do Grão-Mestre Pinto (na base) é encimado por uma coroa real fechada que, a partir dele, foi usada pelos seus sucessores.

¹² *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, p. 308.

¹³ D. Maria I (1734-1777-1816).

¹⁴ Papa Pio VI (1775-1779).

Em 1793 era já regente em nome da rainha o príncipe D. João que, assim, continuou a luta de sua mãe.

Impõe-se, parece-me, perguntar se não haverá ligação entre estes dois acontecimentos, pela perda da natural influência que a corte portuguesa detinha sobre a Ordem e que, obviamente, deixara de ter.

Talvez seja também de lembrar ainda que em 1798 Bonaparte ocupa Malta o que faz surgir o período de instabilidade que levou, talvez como vimos, em resultado da diplomacia iniciada por Manuel Pinto da Fonseca com a Rússia, à mudança temporária da sede da Ordem para a Rússia (1799-1801) e até à estranha nomeação do czar Paulo I, um imperador ortodoxo, afastado da Igreja Romana, como grão-mestre.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Martim de – *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*, Edições Inapa, Lisboa, 1992.
– *A Ordem de Malta e o Mundo*, Edições Inapa, Lisboa, 1998.
- ANÓNIMO – *Annales Historiques de l'Ordre Souverain de St. Jean de Jerusalem depuis l'année 1725 jusqu'au moment présent*, Saint-Petersbourg, 1799.
- CARVALHO, Diogo José de – *Jubilos Universales – El Señor Fray D. Manoel Pinto de Fonseca*, Of. de Luis Seco Ferreira, Coimbra, 1743.
- DAILLIEZ, Laurent – «Essai Historique Sur L'Ordre Souverain de Saint Jean de Jerusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV Siècles)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol I, Paris, 1969, pp. 13-52.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de – *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores Dela em Portugal*, Lisboa, 2003.
- GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Ed. Carvalhos de Basto, Vol. VIII, Braga, 1990.
- GOMES, Paulo Varela e AZEVEDO, Camilo – *Uma Casa em Lamego*, Arquivos da RTP, 2021.
- MULA, Charles – *The Princes of Malta. The Grand Masters of the Order of St. John in Malta 1530-1798*, Publishers Enterprises Group, Malta, 2000, pp. 215-220.
- PROENÇA, Maria Cândida – *Dicionário de História de Portugal*, Círculo de Leitores, 2020.
- SOUSA PINTO, Alexandre de – «Os Hospitalários e Portugal», in *Boletim n.º 5 – 2019*, CPHM, Lisboa, 2019, pp. 93-105.
- SOUTO, A. Meyrelles do – *D. Frei Manuel Pinto da Fonseca*, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- VILLAS-BOAS, D. Ruy de – «Os Grão-Mestres Portugueses da Ordem de Malta», *Filermo* n.º 5/6, ACPOSMM, Lisboa, 1997, pp. 93-107.

DO LEVANTE PARA OCIDENTE. O MEDITERRÂNEO E OS CONTEXTOS DA AÇÃO DA ORDEM DE MALTA

Filipe Themudo Barata

Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Évora

Há 500 anos ...

Este ano de 2022 tem uma importância especial para a Ordem de Malta. Foi há 500 anos, em dezembro de 1522, que a Ordem, estabelecida em Rodes, aceitou abandonar a ilha e as outras possessões que tinha no Dodecaneso; de facto, como se sabe, negociou então a sua rendição. Com esse episódio, o Mediterrâneo Oriental abriu-se à expansão Otomana, a qual foi progredindo para Ocidente.

Hoje, a Ordem de Malta é uma instituição humanitária sediada em Roma que em encontros deste tipo trataram das características sociais e institucionais da Ordem, os seus aspetos de organização e até pontos da sua história.

Como o título escolhido pretende mostrar, o sentido deste artigo pretende perceber e discutir como, depois de instalada na Palestina, os sucessivos contextos políticos e militares do Mediterrâneo foram empurrando esta organização cada vez mais para Ocidente. De certo modo, é um pouco uma parte da história do Mediterrâneo que terá tido início no século XIV e só terminará quase no final do século XVI.

Já agora, importa relembrar que o próprio nome da Ordem, é uma espécie de roteiro dos locais por onde ela se foi fixando: o seu nome oficial é “Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta”. Na verdade, além destes três locais, a Ordem de Malta teve sedes ou passou mais ou menos tempo, por Chipre, Creta, Messina, Catânia, Ferrara e Roma, onde hoje está localizada.

Como tudo isso aconteceu? É a pergunta que se procurará responder.

Mas há uma nota prévia absolutamente necessária e que se refere à evolução do ambiente político do Mediterrâneo Oriental que então se vivia e, em muitos aspetos, continuou a viver. Desde que, nos finais do século XI, os cruzados se estabeleceram na Palestina, se quiséssemos traçar o mapa político do Levante do Mediterrâneo, teríamos enormes dificuldades em definir, com precisão, as fronteiras políticas.

Hoje, num mundo dominado pela jurisdição absoluta de cada poder político sobre um território – os países –, é difícil admitir e perceber integralmente o ambiente político que aí se viveu durante alguns séculos, filho da guerra defensiva, mas também de conquista, da pirataria, das redes comerciais ligadas a Veneza, Génova, Barcelona e outras cidades que mobilizavam

poderosos interesses e eram a base de interesses muito variados, de pequenos exércitos que serviam comunidades e, muitas vezes, protegiam rotas comerciais, de tiranetes locais que se envolviam na política regional e das dificuldades dos grandes poderes em controlar todo o território que, só em teoria, lhes pertenceria. Este ambiente variado, complexo e instável ajudará a perceber o percurso da Ordem de Malta.

Aliás, esta história rica e complexa tem empurrado a imaginação e o saber de muitos autores, sejam historiadores, antropólogos ou politólogos a tentar perceber, descrever e desenhar este labirinto de ações e emoções em que o Mediterrâneo é tão fértil. Sobre estes olhares gerais, a bibliografia é vasta¹.

Dado interesse que a história do Mediterrâneo gera, para que um leitor mais curioso possa aceder a informação mais disponível, procurar-se-á também fornecer, além da bibliografia da especialidade, outra mais comum e fácil de encontrar.

Da assistência a peregrinos a estrutura militar

Esta história da Ordem de Malta já é conhecida e inicia-se em meados do século XI, quando um grupo de mercadores de Amalfi recebeu uma pequena parcela no bairro cristão de Jerusalém. A doação foi feita pelo califa Fatímida que pouco depois, por volta de 1050, face aos conflitos no mundo islâmico, teve de abandonar a cidade e confinar-se ao controle sobre o Egito. Já foi com o apoio dos dominicanos que se construiu um mosteiro e, por volta de 1080, ainda antes, portanto, da primeira cruzada, foi erguido um hospício para receber peregrinos que, obviamente, necessitava de gente que se dedicasse a assistir a esses viajantes que chegavam a Jerusalém. Do ponto de vista formal, o mosteiro estava na alçada da chamada Igreja Latina de Jerusalém, no caso da igreja de Santa Maria Latina².

Foi desta forma e na sequência desta atividade que se foi formando o que haveria de se tornar a Ordem dos Hospitalários que, sublinhe-se, começou por ter só esta função assistencial. Com o tempo e as necessidades de proteger os peregrinos com mais eficácia é que foi ganhando a sua faceta militar, reconhecida pela Papa Inocêncio II, já com o reino latino de Jerusalém a funcionar.

Para o papado, que conhecia bem o que se passava na Terra Santa depois das conquistas da Primeira Cruzada, criar a Ordem dos Hospitalários era importante, pois reforçava o potencial

¹ São clássicas algumas dessas obras com um olhar global sobre o Mediterrâneo; entre outros, quatro exemplos: Braudel, Fernand, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, London/NY: Harper & Row. 1972-1973; Horden, Peregrine & Purcell, Nicholas *The Corrupting sea. A study of Mediterranean history*, Oxford: Blackwell, reprinted, 2001; Matvejevitch, Pedrag *Breviário do Mediterrâneo*, Lisboa: Quetzal, 2019; Maalouf, Amin. *O Naufrágio das Civilizações*, Barcelona: Editora Marcador, 2020.

² Sobre este período de instalação na Palestina, veja-se a obra clássica: Lannin, Sir William Henry *A history of Malta Knighthood*, Boston: The four Seas Company Publishers, 1922, p. 65 e segts ([KnightsHospitallers.pdf](#) disponível online em 5 de dezembro de 2022: [KnightsHospitallers.pdf](#)); Pérez Peña, Rafael *La Soberana Orden de Malta a través de diez Siglos de Historia y su Relación con la Acción Humanitaria*, Tese de Doutoramento da Universidade de Málaga, 2009, em especial os capítulos I e II ([TESIS ORDEN DE MALTA A TRAVÉS DE DIEZ SIGLOS.pdf](#) acessível online 5 de dezembro 2022) King, E. J. *The Knights Hospitallers in the Holy Land*, Methuen & Co: Londres, 1931 (file:///C:/Users/pc/Desktop/TheKnightsHospitallersintheHolyLand_10860621%20(1).pdf acessível 5 de dezembro de 2022).

militar da presença cristã, mas especialmente o seu lado simbólico e criava uma ligação privilegiada a uma estrutura com “voz” na região. A Bula do papa Pascoal II que lhes dá autonomia e regra própria, datada de 15 de fevereiro de 1113, intitulada *Pie Postulano Voluntatis*, permitia-lhes que pudessem eleger os seus superiores e nela, dirigida ao Grão-Mestre, percebe-se que, para o Bispo de Roma, mais do que conhecer a realidade no terreno, era ter um controle mínimo sobre o que se passava em Jerusalém e daí a importância de colocar a Ordem sob a sua proteção. Diz a bula, numa tradução da responsabilidade do autor:

“Nós, por isso, estamos muito satisfeitos com o piedoso zelo da vossa hospitalidade, e recebemos a vossa petição com favor paternal e ordenamos e estabelecemos com a autoridade do presente decreto que essa Casa de Deus, o vosso Hospital sejam desde agora colocados e para sempre fiquem sob a proteção da Sé Apostólica e de Abençoado Pedro”³

Como se sabe, espalhados pelos diversos reinos cristãos, ou seja, o Reino de Jerusalém, o Principado de Edessa, o Condado de Tripoli e o Principado de Antioquia e à medida que os muçulmanos se recompuseram, os cristãos da Palestina viraram-se obrigados a construir fortes um pouco por todo o lado e as ordens militares dos Templários e Hospitalários estão entre os seus grandes construtores.⁴

Mas a situação era confusa; face ao perigo e ameaças permanentes por parte dos árabes, as várias cruzadas que se seguiram foram incapazes de reverter a situação, até porque tinham objetivos muitas vezes imprecisos: umas dirigiam-se à Palestina, outras ao Egipto e outras ainda tinham mesmo como alvo Bizâncio cujas riquezas, os cristãos, com o apoio dos Venezianos, chegaram a querer tomar.

Claro que tudo isso colocava muitas comunidades contra a presença ocidental; primeiro, Bizâncio claro, mas também algumas cidades italianas com interesses bem estruturados no Levante e, de uma forma geral, todos os árabes da região, embora o fluxo de peregrinos continuasse, apesar dos perigos e da indefinição política que se vivia. Não admira por isso que, em 1187, a cidade de Jerusalém caísse às mãos de Salah al-Din ibn Ayyub, que os cristãos conheciam como Saladino.

Esta contraofensiva muçulmana pode parecer sem importância para responder à pergunta que foi formulada, mas ela representou o primeiro passo da Ordem para Ocidente: nesse ano de 1187, face ao perigo militar que se vivia e à incapacidade cristã de lhe pôr cobro, decidiu-se que o mosteiro e o hospital dos Hospitalários fossem instalados junto à costa, na majestosa fortaleza de São João de Acre.

³ Nas comemorações dos seus 900 anos, muitas delegações da Ordem de Malta publicaram a imagem da Bula, com a respetiva transcrição e tradução. A responsabilidade da tradução é do autor que comparou o texto latino, com a tradução em duas dessas página da ordem: [Blessed Gérard & the early history of the Order of Malta - The Foundation of the Order of St. John through Blessed Gérard](#) e [ORDEM DE MALTA: Quando se comemoram os seus 900 Anos, o que diz a Bula *Pie Postulatio voluntatis*?](#) (accedidos e dispoñíveis em 5 de dezembro de 2022).

⁴ Nicolle, David & Hook, Adam *Crusader Castles in the Holy Land, 1097 – 1192*, Oxford: Osprey Publishing, 2004 (disponível online em 5 de dezembro de 2022: [2004-28579.pdf \(faravashi.ir\)](#)). Esta obra é um bom exemplo, dada a qualidade das ilustrações.

Acre não só dispunha de uma fortaleza com muito melhores condições e, se oferecia uma via de saída militar, tinha a vantagem acrescida de ser um ponto interessante por onde passavam alguns circuitos comerciais da região.

Já Jerusalém, sem proteção e segurança garantidas nunca mais foi a mesma cidade e disso existem inúmeros testemunhos. Em 1244, milícias nômadas locais entraram em Jerusalém e já a encontram destruída e, pouco depois, em 1250, os chamados escravos – guerreiros mamelucos tomam a cidade e expulsam todos os cristãos que ainda lá permaneciam⁵.

Mas o avanço muçulmano nesse Médio Oriente foi-se organizando e consolidando, pois, os cristãos não ajudaram a consolidar uma presença forte a partir de Acre. Ao contrário, todas as fontes conhecidas mostram como os Hospitalários não conseguiam acalmar as rivalidades, tantas vezes violentas, entre as diferentes comunidades cristãs que lá viviam. Pode mesmo afirmar-se que foram bastante responsáveis por ajudar a construir o forte exército que o Egito conseguiu organizar, dado terem sido os intermediários da compra e venda de escravos-guerreiros mamelucos que compravam aos turcos e foram a base do exército que, pouco depois, devastou toda a Síria e Palestina⁶.

Foi, pois, sem surpresa, incluindo para os próprios cavaleiros da Ordem que, em 1291 e apesar dos enormes esforços dos monges guerreiros, a grande fortaleza de Acre cai às mãos dos infieis, o que obrigou, novamente, os Hospitalários a dar o segundo passo para Ocidente: assim, depois de um século e meio, a Ordem abandona a Palestina e refugia-se na ilha de Chipre, no caso, na cidade de Limassol.

Abandono da Terra Santa em 1291 e estabelecimento em Chipre até 1309

Chipre não era um local interessante para os Hospitalários montarem a sua sede. A ilha era um local de fuga de muitos dos que continuavam a chegar da Palestina e Limassol era, de facto, uma cidade pouco útil para definir as novas opções estratégicas da Ordem, já que a sua atividade principal era a de ser usada pelos mercadores das cidades italianas e da península Ibérica, com as quais era difícil a Ordem competir, além dos monges terem alguma desconfiança em relação aos mercadores de algumas dessas cidades italianas que, embora cristãos, se os seus interesses o justificassem, não hesitavam em se juntar aos muçulmanos. Como, aliás, o tinham feito em Acre.

Esta falta de apetência de Chipre servir qualquer interesse estratégico dos Hospitalários pode ser observada pela necessidade que tiveram em construir uma frota marítima que servia, ao mesmo tempo, para a guerra e para o comércio. A existência de uma frota conduziu a que, a

⁵ Numa obra muito popular, anotam-se os contextos dos ataques a que a cidade de Jerusalém ficou sujeita face a sucessivos invasores após a morte de Saladino: Montefiore, Simon Sebag *Jerusalém. A Biografia*, Lisboa: Aletheia Editores/Expresso, 2018, volume IV (*As Cruzadas e o Declínio dos Mamelucos*), pp. 24-54.

⁶ A situação que se criou a partir do momento em que os cristãos se transferiram para S. João de Acre e os problemas que aí se foram criando está muito bem descrita numa obra de divulgação: Crowley, Roger *A Torre Maldita. A última batalha dos cruzados pela Terra Santa*, Lisboa: Presença, 2021, pp. 24-54. Uma perspectiva global da ordem em: Conrad, Philippe “des chevaliers de l’hôpital de Saint-Jean-de-Jérusalem l’ordre de Malte”, in : Clio. *Voyages culturels - Clio - Malte - Clio - Voyage Culturel* (acessível 5 de dezembro de 2022)

partir de 1299, tenha passado mesmo a existir o cargo de Almirante. É certo que estas embarcações se embrenharam em algumas expedições nas costas sírias e na Arménia, mas essas ações não tinham grande dimensão e importância⁷.

Mas o destino da Ordem do Hospital acabou por se jogar ao longo do século XIII e em Roma. Por várias razões, mas uma das mais evidentes era a de que as duas grandes ordens militares, do Hospital e do Templo, não tinham bom nome na Europa, por terem acumulado demasiadas riquezas e um comportamento soberbo, mesmo para com os poderosos.

Este contexto, que não escapava ao Papado que estava ciente da situação, levou o Papa Clemente V a convocar, em 1309, os 2 Grão-Mestres para uma reunião em que um dos objetivos principais era o da fusão das 2 instituições e, também, de estabelecer novos alvos no Mediterrâneo Oriental. Jacques de Molay, dirigente do Templo, recusou liminarmente essa sugestão o que terá ajudado ao destino trágico que teve e todos conhecem. Já o Hospitalário Foulques Villaret, mais sagaz e talvez para evitar o que, entretanto, tinha acontecido aos Templários, propôs a conquista de Rodes. Claramente, era uma proposta inteligente, pois, com a tomada da ilha, derrotaria os gregos cismáticos, como eram considerados, e colocava-se na fronteira com o Islão, sempre em nome da Cristandade. Além disso, todos sabiam que a cidade mais importante da ilha era um centro já fortificado, com forte presença eclesiástica e grande dinamismo comercial.

De Chipre para Rodes: para Ocidente, mas na fronteira

Nos finais do século XIII, Rodes, uma ilha fértil, vivia uma situação especial. Dirigida pelos sucessores de um antigo governador nomeado por Bizâncio, Léon Galabar (1202-1203), que se tinha proclamado independente, embora reconhecendo uma espécie de suserania do Imperador bizantino, viu a ilha ser atacada e tomada pelos Genoveses (1248) que aí tinham um importante entreposto, pois ficava próxima da costa da Anatólia⁸.

Aliás, todas essas ilhas do mar Egeu eram disputadas por Venezianos e Genoveses, com a pretensão evidente de controlarem rotas comerciais, estabelecerem feitorias e manterem ativas as redes comerciais. Mas a costa turca era também controlada por uma série de principados, com maior ou menor autonomia, e, além disso, Rodes, situada nesse mar do Dodecaneso, era frequentada por mercadores, mas também por piratas o que colocava eternos problemas de segurança.

A conquista teve início em 23 de junho de 1306, quando uma expedição saída de Chipre com 2 galeras e 4 embarcações mais pequenas e constituída por 35 cavaleiros da Ordem dos Hospitalários e 500 homens de infantaria chegou a Rodes. Antes, em 27 de maio de 1306, foi necessário que o Grão-Mestre negociasse com o genovês Vignolo de Vignoli, o qual teria um acordo secreto com Bizâncio sobre a jurisdição da ilha; depois da queda de Rodes, em 15 de agosto de 1306, o

⁷ Ver, por exemplo, Salazar y Acha, Jaime “Los Caballeros de San Juan y las distintas etapas de su actuación naval en la Edad Media” in: *XLII Jornadas de Historia Marítima. La Orden de Malta, la Mar y la Armada (III)*, Cuaderno Monográfico n.º 63, Instituto de Historia y Cultura Naval: Madrid, 2011, pp. 25-40.

⁸ Vatin, Nicolas « L’arrivée à Rhodes » in : *Rhodes et l’ordre de Saint-Jean-de-érusalem*, Open Edition Books / CNRS Éditions, s/d, pp. 9-16 (acessível online em 5 de dezembro de 2022).

mesmo Grão-Mestre procurou criar melhores condições de segurança, o que fez em discussões com o Imperador bizantino Andrónico II e o principado de muçulmano de Menteche. Não se estranhe essa aparente multiplicidade de aliados que, teoricamente, era suposto defrontarem-se como inimigos; era assim o Mediterrâneo desses tempos⁹.

Neste contexto complexo, progressivamente e por vários meios, a Ordem foi-se apoderando de um conjunto de ilhas perto de Rodes, todas fortificadas, das quais a mais importante era a de Cós e que, no conjunto, representavam uma organização global bastante sofisticada e sempre solidária. Apesar de algumas não terem importância económica relevante, outras foram-se, digamos assim, especializando, embora com uma dimensão proporcional à pequenez de cada ilha; em Haiki, criavam-se e treinavam-se falcões; a ilha de Simi era conhecida pelos pescadores de esponjas; já em Tilos cultivavam-se amendoeiras e vinhas; Nissiros vendia enxofre; até a pequena ilha de Calimnos usava a sua madeira para fazer rosários que vendia aos peregrinos¹⁰.

A ordem também iniciou a construção de uma fortaleza em Esmirna, na costa turca, embora só usasse a cidade para o comércio e até como local predileto de negociações políticas. Por outro lado, num acordo com o Papa Clemente V, ficou acordado que Roma suportaria por 5 anos as despesas para a manutenção de 1000 cavaleiros, 4000 infantes e 26 ou 27 galeras, esperando com isso, a consolidação de uma forte presença cristã de obediência a Roma¹¹.

Durante os duzentos e poucos anos seguintes, a Ordem teve uma forte presença na região, envolvendo-se, várias vezes, em expedições sempre contra o poder turco, ou sendo por ele ameaçada. Um exemplo de expedições e razias agressivas por parte da ordem deram-se em 1403 contra Beirute e Trípoli. Ao contrário, a ilha de Cós sofreu, em 1455 e 1457, fortes ataques turcos.

Mais para Ocidente, em direção a Creta, à Sicília e a Malta

Escusado será dizer que a Ordem se foi tornando um incómodo, um travão, e mesmo uma ameaça para o poder Otomano. Como é fácil de perceber, à medida que os Turcos iam consoolidando e estruturando todo o território sob a sua jurisdição, esta ilha tornava-se uma ameaça inadmissível e um obstáculo ao controle do Mediterrâneo Oriental. A primeira tentativa de tomada de Rodes, falhada, é de 1480. Mas, em 1522, Solimão, o Magnífico, organizou um exército de 100 000 homens para tomar a ilha. E conseguiu-o¹².

É muito impressionante a falta de atenção e mesmo indiferença com que a Europa ouviu os sucessivos pedidos de auxílio dos monges Hospitalários, deixando-os à sua sorte. Nenhum

⁹ Idem, pp. 12-16

¹⁰ *Ibidem*; Blondy, Alain «Les Hospitaliers de Jérusalem, Rhodes et Malte» in : *Cahiers de la Méditerranée. Nobles et chevaliers en Europe et en Méditerranée*.97/2/2018, open edition Journal, <http://journals.openedition.org/cdlm/12299> (acessível em 5 de dezembro de 2022):

¹¹ *Ibidem*; Vatin, Nicolas “Rhodes, rempart de la chrétienté?” in: *Rhodes et l’ordre de Saint-Jean-de-érusalem*, Open Edition Books / CNRS Éditions, s/d, pp. 17-40 (acessível online em 5 de dezembro de 2022) ; Vatin, Nicolas «Paix sociale et prospérité» in: *Idem*, pp. 41-67.

¹² González Castrillo, Ricardo “Sobre la conquista otomana de Rodas”, in: *Anaquel de Estudios Árabes*, 2007, vol. 18, pp.117-135 (acessível online 5 de dezembro de 2022).

monarca terá percebido que, afinal, Rodes era a última fronteira da Europa a Este. O ataque foi esmagador e, por fim, em 1 de janeiro de 1523, os últimos cavaleiros da Ordem abandonam a ilha, respeitando o acordo feito, em 22 de dezembro anterior, de Salomão com os representantes latinos e gregos da ilha: os cavaleiros tinham 12 dias para abandonar Rodes e podiam levar as suas armas e alfaías religiosas.

Segundo as fontes, usaram 50 embarcações e rumaram à ilha de Creta que, na altura, era uma possessão veneziana. Essa estadia só poderia durar pouco, a começar pelo facto da própria ordem olhar, com desconfiança, por aqueles que se autointitulavam como cristãos, mas não acorreram os monges quando mais deles precisava.

Não havendo condições para ficarem nesta nova morada, rapidamente rumaram mais para Ocidente e estabeleceram-se provisoriamente na Sicília, enquanto tentavam perceber onde poderiam estabelecer uma nova sede. A escolha sucessiva de ilhas como sede não era um acaso. As ilhas permitiam controlar um território que, por definição, tinha sempre uma autonomia, mas tinham e têm um valor estratégico especial.

Num documento acessível na web e divulgado pelo governo de Espanha discute-se os pontos geoestratégicos mais importantes do Mediterrâneo; quando aponta com maior valor, identifica a Sicília, Malta, Chipre e Creta. Se fizéssemos o mesmo exercício para 500 anos antes, provavelmente chegaríamos às mesmas conclusões e, curiosamente, foi por essas mesmas ilhas que a Ordem de Malta se foi recolhendo em momentos difíceis¹³.

Todos sabemos que foi em Malta que acabaram por se estabelecer. Não é aqui o momento de analisar o documento que permitiu aos Cavaleiros de Rodes se estabelecerem na nova morada, mas é importante deixar algumas notas, pois tem relação com o que foi a política dos Hospitalários nos séculos seguintes.

Como se sabe, foi o Imperador Carlos V que, através de uma Real Cédula, assinada em 4 de março de 1530 doou a ilha aos Cavaleiros de São João Batista. Tratava-se de um compromisso unilateral do monarca e que requeria aceitação pública por parte do Capítulo Geral da Ordem. Do ponto de vista formal o documento tinha de lidar com problemas delicados, como era o caso da ligação histórica de Malta à Sicília e que Afonso V de Aragão, o Magnífico, em 1428, tinha prometido manter-se para sempre, ou o facto de ter associado a sua Mãe, Joana, à doação, já que era através dela que recebia o direito do senhorio sobre as ilhas¹⁴.

Este verdadeiro feudo que instituiu para a Ordem era livre do compromisso, normal na época, de qualquer tipo de obséquo ou serviço, esperando-se que se mantivesse o hospital e

¹³ Roucek, Joseph S. *La Geopolítica del Mediterraneo*, CEPC (Centro de Estudios Políticos y Constitucionales del Ministerio de la Presidencia, Relaciones con las Cortes y Memoria Democrática) pp.25-54 (acessível online em 5 de dezembro de 2022).

¹⁴ Fonenay, Michel "Charles Quint, Malte et la défense de la Méditerranée", in: *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, 2003/4, (Nº50-4), PP. 7-28 ([Charles Quint, Malte et la défense de la Méditerranée - Cairn.info.pdf](#) acessível online a 5 de dezembro de 2022) Sobre a História de Malta há uma obra popular com bastantes anos: Godechot, Jacques *Histoire de Malte*, Coleção "Que sais-je?", PUF, 3ª edição: Paris, 1952 ([9782130368014.pdf](#) acessível online a 5 de dezembro de 2022)

continuassem a sua ação de continuar a luta “*contra os pérfidos inimigos da Santa Fé*”¹⁵. A única obrigação, simbólica neste caso, era de levar, todos os anos pelo dia de Todos os Santos, um falcão ao seu Vice-Rei. E acrescenta: “*Com isto ficarão isentos de todo o serviço de guerra e outras coisas que os vassallos devem ao seu senhor*”¹⁶.

Claro que ficaram omitidas no documento as verdadeiras razões pelas quais o Imperador Carlos V lhes fazia a doação que incluía Malta, Gozo e Trípoli, na costa africana. A primeira e mais evidente era a de manter uma posição estratégica no Mediterrâneo guardado por um exército bem armado e motivado; depois, era o da ilha poder funcionar como a primeira linha de defesa de face às ameaças navais mouriscas ou que vinham do Oriente; em terceiro lugar, queria compensar com esta doação a ameaça que a monarquia francesa representava para a Carlos V e a Espanha, , suspeita de estar aliada aos turcos, o que era verdade, pois o acordo franco-turco foi tornado público em 1536.

Apesar da assinatura do instrumento de aceitação ter a data de 25 de abril de 1530, foi necessário discutir muitos detalhes que incluía temas tão diversos como o direito de cunhar moeda, a definição dos preços do trigo importado e as taxas a cobrar, ou a dependência sufragânea do Bispo de Malta. A única divergência, se assim é possível dizer, era que Carlos V precisava da Ordem na ilha, mas que os cavaleiros esquecessem a reconquista da ilha de Rodes, enquanto estes tinham muita dificuldade em o fazer, pois todas as memórias de grupo, ligações e redes sociais e comerciais estavam no Oriente.

Em qualquer caso, em 26 de outubro de 1530, vinda de Messina, onde muitos cavaleiros se encontravam, desde janeiro de 1523, a Ordem de S. João Batista toma oficialmente conta da ilha, em ato público solene que decorreu junto ao porto principal.

O primeiro grande ataque Malta sofreu-o em 1565, quando, no mês de maio, uma grande armada turca chegou à ilha; a importância da corajosa defesa dos cavaleiros foi a de ter permitido que o auxílio chegasse a tempo, impedindo um prejuízo grave à segurança europeia. Pouco depois, a Ordem de Malta foi das que melhor percebeu a importância do confronto que se avizinhava e que teve lugar em Lepanto, em 7 de outubro de 1571 e, por isso, envolveu-se a fundo nessa batalha que Braudel mostrou ter sido decisiva para o futuro da Europa e do Mediterrâneo¹⁷.

Se a partir de então Malta e os seus Cavaleiros se tornaram uma espécie de portão do Mediterrâneo, nunca esqueceram a ilha de Rodes e o importante papel que lá tiveram. Nessa política incluíram a atividade comercial, mas também o corso contra os seus inimigos.

Mais impressionante é a lista de participação em ataques aos Otomanos ao longo de todo o século XVII e até XVIII contra ilhas gregas. Dois exemplos: a primeira incursão do século XVII que se conhece é de 1603 e foi contra as ilhas de Patras, Naupaktos e Cos; em 1620 e 1625, em ataques a várias ilhas, em Leukas e no Peloponeso Ocidental na tomada de um castelo trouxeram 170 cativos¹⁸.

¹⁵ O'Donnel, Hugo “La cesión de Malta a los Caballeros de San Juan a través de la cédula del 4 de marzo de 1530”, in: *Peregrinationes II*, s/d, p. 2 ([La cesión de Malta a los Caballeros de San Juan.pdf](#) acessível online a 5 de dezembro de 2022).

¹⁶ *Idem*, p. 3.

¹⁷ Fontenay, Michel, *ob. cit.* P. 47

¹⁸ *Ibidem*

Mais do que listar estas ações, era preferível perceber as opções políticas que envolviam. A primeira era a de obrigar os Otomanos a manter a vigilância pela imensidão de ilhas gregas, o que não facilitava as incursões a Ocidente. A segunda era a de prejudicar sempre e de qualquer forma os turcos, incentivando as comunidades gregas à revolta. Um bom exemplo é o que aconteceu em 1611, em Epeiros, na revolta contra os Otomanos, que chegou a envolver o Metropolitano de Larissa, Dionísio.

Quando a situação o permitia, outras das vertentes de ação era a de participar em ações militares de maior fôlego, como aconteceu em 1673, quando os Maniotas pediram o apoio da Ordem para tomarem a fortaleza de Zarnata e os Hospitalários enviaram 4 embarcações com 500 homens e 40 canhões. Outro dos momentos foi o do envolvimento da Ordem nas Quinta e Sexta Guerra Veneza-Otomanos com o ataque a Creta, em 1644.

Finalmente, a Ordem de Malta mantinha e cultivava uma relação estritamente religiosa com as comunidades gregas católicas e a sua hierarquia que, passava até pela doação de esmolas, como aconteceu com a sua contribuição para a construção do mosteiro capuchinho de Naousa, em Paros¹⁹.

Concluindo

A sequência do que se passou não cabe neste artigo. Mas, depois de Lepanto, que colocou um ponto final à expansão Otomana para Ocidente, a Ordem de Malta foi ganhando espaço para voltar a recuperar a sua capacidade militar na região do Levante, onde se envolveu em incursões um pouco por todo o lado; entretanto, com o saber acumulado e mais tempo disponível, foram construindo fortalezas, mosteiros e igrejas nas ilhas, cujo feudo lhes tinha sido dado por Carlos V. Foi no contexto desses anos de ataques ao Islão e ocupação da ilha que começaram a embelezar Malta²⁰. Em 1606, receberam como convidado de honra um grande artista: Caravaggio, que pintou, no Oratório da Catedral de S. João, em La Valetta, a extraordinária “Decapitação de S. João Batista”.

Não deixa de ser curioso refletir sobre as voltas que esta ordem religiosa deu. Começou como por ser uma instituição de assistência em que se destacava um hospício, ou hospital nas palavras de hoje, para tratar de peregrinos cansados e feridos. Depois de tantos séculos, pouco mais de mil anos de facto, abandonou o seu lado guerreiro e voltou à sua função original que se tinha comprometido com o dirigente Fatimida. Hoje reconhecemos a Ordem de Malta como uma instituição de assistência e com hospitais em muitos lugares e, assim, vamos perdendo de vista a sua atividade militar que foi também uma atividade central na sua história.

As voltas que o mundo deu...

¹⁹ Fontenay, M. *Ibidem*.

²⁰ Sobre arte e património em Rodes, veja-se, por exemplo: Zoitou, Sofia, “Staging Holiness. The Case of Hospitaller Rhodes (ca. 1309-1522)” in: *Mediterranean Art History*, vol. 3, Brill: Leiden/Boston, 2021, URL: [9789004444225.pdf](https://doi.org/10.1017/S0950268821000225) (acessível a 5 de dezembro de 2022). Para Malta, uma bela antiga edição de um livro: Sammut, Edward *Notes for a History Art in Malta*, Progress Press Co. 1953. [Sammut_Edward_Art in Malta.pdf \(um.edu.mt\)](https://www.um.edu.mt/library/ojs/bitstream/handle/10755/14444/1/Sammut_Edward_Art_in_Malta.pdf) (acessível em 5 de dezembro de 2022)

ACTIVIDADES DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ADMINISTRATIVA – 28 DE MARÇO DE 2022

No dia 28 de Março de 2022, pelas 15 horas, reuniu em Assembleia Geral Administrativa, na sua sede, sita em Rua das Portas de Santo Antão, 100, 1150-269 Lisboa.

O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) após cumprimentar os Sócios deu início aos trabalhos lendo a ata da Assembleia Geral, de 19 de julho de 2021, que foi aprovada por unanimidade.

Antes da ordem de trabalhos o sócio Dr. Abel da Fonseca pediu a palavra para fazer um elogio ao Sr. Presidente. Destacou os 21 anos em que o Sr. Eng. Luís Aires de Barros se encontrava ao leme da Sociedade, apesar dos seus 90 anos de idade. O Sr. Presidente agradeceu.

De seguida o sócio Professor Jorge Braga de Macedo pediu a palavra para apresentar uma reclamação que deveria ficar em ata. Referiu o cancelamento duma iniciativa que propusera realizar na Sociedade de Geografia. O Presidente tomou a palavra esclarecendo que esse assunto fora tratado e coordenado, a seu pedido, pelo sócio Abel da Fonseca Presidente da Secção de História. Esse evento ficou sem efeito por não ter existido consenso entre as partes.

De seguida deu início à seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação das atividades durante 2021;
2. Conhecimento, exame e eventual aprovação dos atos e contas da gerência social referente a 2021;
3. Eleição da Mesa, da Direção e da Comissão Revisora de Contas.

Nesse sentido o Presidente apresentou, a todos os presentes, um resumo das principais atividades do ano de 2021 discriminadas no Relatório da Gerência que foi distribuído. Recordou que o ano começou com um trimestre em que a situação pandémica foi difícil de conter. Tudo isto se repercutiu na ação sociocultural da Sociedade.

De qualquer modo salientou os factos mais relevantes que foram ocorrendo.

Em primeiro lugar o bom êxito que tiveram os contactos desenvolvidos entre a Direção da SGL e os diversos níveis de altos responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa (CML) que conduziram à aprovação, por unanimidade, do Protocolo de Colaboração entre as duas instituições: a SGL e a CML. Salientou que o processo de aprovação da parte da CML teve tramitação que só permitiu a aprovação do protocolo de Colaboração por unanimidade em reunião de Assembleia Municipal de 29 de abril de 2021. Neste sentido o pagamento da nossa renda pelo Município de Lisboa só começou a partir de agosto de 2021, inclusive.

A não normalização das condições de trabalho tem obviado a aplicação dos termos de Protocolo de Colaboração, aguardando-se que em 2022 haja melhores condições para as nossas atividades socioculturais.

Em relação à frequência de leitores na Biblioteca e Cartoteca, a evolução desde 2018 foi a seguinte: 2018 – 1252 leitores; 2019 – 1458 leitores; 2020 – 700 leitores; 2021 – 531 leitores. Tenha-se em atenção que o 1º semestre de 2021 foi mau dada a recidiva pandémica que levou ao fecho da Sociedade.

No que se refere às atividades socioculturais, principalmente comunicações, *symposium* e mesmo congressos e lançamento de livros, no período de 2018 a 2021 os dados são os seguintes: 2018 – 168 sessões públicas e presenciais; em 2019 – 184 sessões públicas e presenciais; em 2020 caiu-se para a realização

principalmente por via informática usando a plataforma ZOOM – 39 sessões presenciais das quais 5 foram virtuais. Em 2021 atingiram-se 71 sessões públicas e não presenciais na sua maioria. Todavia houve um pequeno número de sessões presenciais ou mistas.

Salientou que a Comissão Asiática propôs aos sócios um Concurso de Ensaio sobre “O Oriente e Eu”. Houve 5 concorrentes e o 1º prémio do concurso foi ganho pela nossa sócia, Doutora Margarida Chora que apresentou o texto “O Oriente e Eu: o Orientalismo ou o verbo e a carne”, que será publicado no Boletim da SGL. O prémio foi entregue à premiada numa singela sessão pública.

O Museu Etnográfico e Histórico teve a visita de 735 visitantes. No entanto foi relevante não só a atividade de remodelação das vitrines, como a colaboração de 4 estagiários que prepararam trabalhos de licenciatura onde obtiveram elevadas classificações nas provas, nas respetivas universidades.

Desenvolveu-se importante trabalho de fotografia de peças do acervo museológico tendo-se contado com a colaboração do sócio Paulo Silveira e da Diretora do Museu Doutora Manuela Cantinho.

O Presidente salientou a publicação da obra do nosso sócio Arquiteto Eduardo Kol de Carvalho “Os portugueses no Japão, 1860-2010 – Cronologia das Relações Luso-Nipónicas”. O autor cedeu à SGL os direitos de autor da 1ª edição. Os exemplares remanescentes dos que o autor retém pessoalmente e dos que são distribuídos por lei, serão comercializados pela SGL.

Em 2021 receberam-se convites para participar nas comemorações dos 200 anos da fundação da Sociedade de Geografia de Paris e nos 146 da Sociedade de Geografia Romena. A Doutora Manuela Cantinho representou a SGL nesta última comemoração, tendo proferido uma conferência sobre a nossa Sociedade. Não foi possível ir a Paris às comemorações da SG de Paris por, na altura, as condições pandémicas não serem aconselháveis a esta deslocação.

Merece relevo que, a despeito das condições adversas de trabalho, durante o ano recebemos, a pedido da Embaixada Russa, os organizadores e participantes na “Russian Ocean Way” que realiza o projeto da Sociedade de Geografia Russa da “Circunavegação Russa” que decorrerá durante os anos 2021 e 2022 sobre o tema “Pelas rotas dos grandes navegadores russos”.

De muito interesse foi a visita de estudo de uma delegação oficial da República Popular de Angola para consultar e estudar mapas da fronteira norte de Angola entre 1880 e 1920. Esta delegação incluiu seis membros qualificados que obtiveram dados de interesse quanto á fronteira angolana na área de estudo.

O Presidente evocou a memória dos sócios e amigos falecidos em 2021: Alm. Rogério Silva Duarte d’Oliveira, Eng. Gonçalo Ribeiro Telles, Sr. Domingos de Avelar Soeiro, Embaixador Octávio Neto Valério, Dr. Manuel Joaquim Amador Coelho, Prof. Doutor Rui António Ferreira de Agonia Pereira, Dra. Ginlia Lanciani, Prof. Eng. Henrique Augusto Barbosa Estácio Marques, Eng. Carlos Rendelmann Passanha Pereira, Eng. António Manuel Carvalho Cabral de Mello, Prof. Edivaldo Machado Boaventura, Prof. Doutor José Manuel Martins Ferreira Coelho, Cor. José Casimiro Coelho Pereira Pinto, D. Segismundo Carlos José Empis de Bragança e o Doutor Fernando Aguiar Branco.

Referiu ainda:

O número de sócios existentes em 31.12.2021: 928

Quadro de Ouro

Por no ano 2021 ter completado 50 anos de vida associativa, sem interrupção, foi inscrito no Quadro de Ouro o sócio:

17814 Dr. Carlos Manuel Ramos de Oliveira.

Quadro de Honra

Por no ano de 2021 terem completado 25 anos de vida associativa, sem interrupção, foram inscritos no Quadro de Honra os sócios:

- 19499 Dr. Armando Gil Lopes de Campos
- 19507 Dr. Jorge da Silva Macaísta Malheiros
- 19511 Dr. José Fernando Carrapatoso Taborda
- 19517 Prof. Doutor Álvaro Luís Correia Nóbrega
- 19522 Dr. António Manuel Rosas Leitão
- 19527 Dr. José Gomes Honorato Ferreira
- 19556 Dr. António Cal Gonçalves

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos o Presidente solicitou ao Diretor Tesoureiro uma apresentação resumida do Relatório e Contas de 2021.

Nesse sentido, o Dr. José António Dantas Saraiva, explanou sucintamente a evolução do exercício do ano de 2021. Acrescentou que, em princípio, em 2022 a Sociedade teria resultados positivos já que seria o primeiro ano em que deixaria de pagar a renda. Em 2021 para além das cotas e diplomas tinha havido um ligeiro incremento nos subsídios. Estes teriam aumentado um pouco tendo atingido o valor de 196.000€. De seguida referiu as entidades que deram apoio. Para finalizar referiu em consequência do *lay off* as despesas baixaram significativamente em relação a 2020. Foi este o enquadramento que deu origem a um resultado negativo de 55.000€.

O sócio Abel da Fonseca pediu a palavra e fez algumas considerações sobre o Relatório de Contas, nomeadamente sobre o pagamento ou não das cotas. Tendo havido uma melhoria na cobrança em cerca de 5.000€, o que considerou bastante positivo.

O Presidente tomou a palavra referindo que se tudo continuar neste ritmo a ano de 2022 pode ter um resultado positivo, embora em dez anos tenhamos perdido metade do legado deixado por Gago Coutinho.

De seguida solicitou ao Presidente da Comissão Revisora de Contas, Eng. Marco António de Oliveira, que lesse o Parecer da Comissão que a seguir se transcreve:

A Comissão Revisora de Contas, no exercício das suas competências estatutárias, acompanhou com regularidade os atos e contas da gestão relativa ao exercício de 2021, pelo que dá o seu parecer.

Para este efeito, recebeu da Direção todos os elementos e esclarecimentos requeridos para proceder à apreciação das Contas. A atividade da Sociedade de Geografia continuou em 2021 a ser fortemente afetada pelas medidas que foi necessário implementar, decorrentes da pandemia COVID-19, cujas consequências se traduziram, designadamente, na limitação das visitas ao Museu, e das consultas e pesquisas na Biblioteca.

A Comissão Revisora de Contas regista, com apreço, a elevada relevância de que se reveste a assinatura do Contrato de Subarrendamento para Fins não Habitacionais, celebrado entre a Sociedade de Geografia de Lisboa e o Município de Lisboa em 15 de setembro de 2021.

A Comissão Revisora de Contas considera que as demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas foram elaboradas no quadro das disposições em vigor, em conformidade com a legislação aplicável;

E propõe:

1. Um voto de louvor à Direção pelo seu inextinguível empenho na procura de soluções que permitam prosseguir e desenvolver a atividade da SGL;

2. Um voto de agradecimento ao Governo de Portugal, à Câmara Municipal de Lisboa, à Fundação para a Ciência e Tecnologia, ao Estado Maior do Exército, ao Estado Maior da Armada, ao Fundo de Fomento Cultural, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, ao IAPMEI, à Fundação Eng. António de Almeida, ao Turismo de Portugal e ao Instituto de Segurança Social, pelo apoio que continuam a prestar à SGL;

3. Um voto de reconhecimento a todos os Funcionários e Colaboradores que, como sempre, têm demonstrado a sua dedicação;

4. Que o Relatório e Contas da Gerência sejam aprovados.

Concluída a explanação e leitura do parecer da Comissão Revisora de Contas, que foi positivo, não havendo objeções o Relatório da Gerência de 2021 foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao último ponto da ordem de trabalho, Programa para 2022.

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo-se à situação do país e à tomada de posse do Governo só a 30 de Março. Referiu-se ainda ao facto da última tranche do PRR, relativa a 2021, só ter entrado em 2022.

Informou a Assembleia que a Sociedade apresentara à Câmara Municipal de Lisboa, uma proposta no sentido de o restaurante do Convívio poder vir a ser explorado pela Casa do Alentejo. No entanto, tal proposta não fora aceite. A Sociedade iria continuar a dinamizar essa prestação de serviço junto dos sócios.

O Presidente salientou a forma cordial como foi recebido pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng. Carlos Moedas, tendo exprimido junto dele a necessidade de se voltar a nomear um novo membro para representar a CML na Direção e da urgência em se ativar o Protocolo assinado com a CML no sentido do gabinete técnico da CML poder debruçar-se sobre a reabilitação do nosso edifício.

Por último, destacou a importância do estudo financiado pela EDP relativamente à instalação elétrica da Sociedade.

Em seguida o Presidente em exercício, Luís Aires-Barros, informou que se iria fazer uma proposta de remodelação na Direção, apresentando os nomes para Presidente e Secretário-Geral da SGL que iriam ser votados. Confirmou que se recandidatava à presidência da SGL e propunha o nome da sócia Doutora Maria Manuela Cantinho Pereira para Secretária-Geral. Em seguida comunicou que, face ao pedido de demissão de quatro membros da anterior Direção, eram designados em sua substituição quatro novos nomes nos seguintes termos:

Diretores que pediram a demissão

Carlos de Azevedo Araújo de Geraldès

António Diogo Pinto

António de Jesus Bispo

José Ribeirinha Diniz da Costa

Diretores Propostos

António Rebelo de Sousa

João Luís Cardoso

Nuno Miguel Ferrand de Almeida

Rogério Ferreira de Almeida

Por último, os sócios presentes votaram as listas propostas para a Direção (anexo 1) e para a Comissão Revisora de Contas. (anexo 2). Contados os votos o resultado da votação foi o seguinte:

Direção: 25 VOTOS POSITIVOS e 1 VOTO NULO

Comissão Revisora de Contas: 25 VOTOS POSITIVOS e 1 VOTO NULO

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia Geral Administrativa às 17h00 horas.

O Presidente

Prof. Cat. Luís Aires-Barros

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 13 DE JULHO DE 2022

No dia 13 de Julho de 2022, pelas 16h30, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Sociedade de Geografia de Lisboa que foi convocada através de anúncios, publicados em 5 de Julho nos jornais Diário de Notícias e Jornal de Notícias e Correio da Manhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Admissão de Novos Sócios.

Entrou-se na ordem do dia com a análise 17 propostas de Sócios Ordinários. Cumpridos e verificados os requisitos estatutários, todos foram eleitos por unanimidade, listando-se em seguidos os nomes deles:

Mestre Rita Isabel Antunes Santos Neves Gaspar, Dra. Eduarda Maria Mendes Freire Reis, Mestre Nuno Grillo de Brito de Albuquerque Gaspar, Doutora Maria Manuela Vaz Marujo, Dra. Helena Raquel Correia Brazão de Castro, Dr. Pedro Henrique da Silva Horta, Dr. Theo Lot Wolf, Prof. Doutor Jaime Alvarez Pina, Prof. Doutor Henrique Virgílio dos Santos Nascimento, Prof. Doutor João R. R. Figueiredo, Doutor Eng. João Paulo de Cárcomo Lobo Ferreira, Doutor Troy Sternberg, Eng. João Paulo de Cárcomo Lobo Ferreira, Dr. Rodrigo Manuel Botelho Moniz Moita de Deus, Dra. Maria Manuela Vaz Marujo, Mestre Nuno Grillo de Brito de Albuquerque Gaspar, Prof. Doutor Henrique Virgílio dos Santos Nascimento.

O Secretário-Geral

Prof. Cat. João Pereira Neto

PRINCIPAIS ACTOS PÚBLICOS OCORRIDOS NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA 2022

Janeiro

17 – Secção de Geografia dos Oceanos – Conferência “O estudo da História dos Oceanos no passado geológico”. Oradora: Doutora Fátima Abrantes – Plataforma ZOOM.

21 - Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão – Colóquio “A África Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX”. Oradores: Prof. Doutora Isabel Graes, “A estrutura judicial em África” e Profs. Doutores Henrique Coutinho Gouveia e Luís Pequito Antunes, “Museus Etnográficos em África” – Plataforma ZOOM.

27 – Secção de História da Medicina – Conferência “Manuel Mendes Silva (1911-1972), o Bacteriologista das Salmonellas”. Orador: Dr. Manuel Mendes Silva – Plataforma ZOOM.

28 – Secção de História – Conferência “Marechais de D. Miguel: duque de Cadaval; condes de Barbacena e de Bourmont; visconde de Veiros (1828-1833)” – Orador: Doutor Daniel Protásio – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

Fevereiro

4 - Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão – Colóquio “A África Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX”. Oradores: Prof. Doutor Fernando Larcher, Em defesa do desenvolvimento das colónias portuguesas. Intervenções de Jayme Larcher na Câmara dos Pares do Reino. 1868-1872.- Prof. Doutor Pedro Velez, “Nos 170 Anos da Recriação do Conselho Ultramarino” 23 Setembro 1851 – Plataforma ZOOM.

18 – Secção de História – Conferência “O Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul: História e Comemorações”. Orador: Comandante Carlos Valentim. ZOOM/Auditório Adriano Moreira.

21 – Secção de Geografia dos Oceanos – Conferência “Banco de D. João de Castro: de efêmera ilha a décima ilha dos Açores?”. Oradora: Prof.^a Doutora Teresa Ferreira -Plataforma ZOOM.

24 – Secção de História da Medicina – Conferência “Uma história sobre a Diabetes no Centenário da descoberta da insulina”. Orador: Dr. Luís Gardete Correia - Plataforma ZOOM.

Março

15 – Secção de Genealogia Heráldica e Falerística – Conferência “Medalha de D. Afonso Henriques - Privativa do Exército”, Símbolo e Lenda na Representação do Seu Patrono. Orador: Mestre José Estevéns Colação – Auditório Adriano Moreira.

16 – Secção de Ciências Militares – Conferência “Cenários de emprego das Forças Armadas no futuro”. Orador: General Luís Valença Pinto - Plataforma ZOOM.

17 – Comissão de Migrações – Conferência “Mobilidades”. Oradores: Prof.^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade (SGL/CEMRI-UAb), Prof. Doutor Jorge Macaísta Malheiros (SGL/IGOT-UL), Prof. Doutor Rui Soares (SGL/AIP) - Plataforma ZOOM.

18 - Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão – Colóquio “A África Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX”. Oradores: Prof. Doutora Madalena Larcher, “D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa: Bispo de Cabo Verde e Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa” e Dr. Tomás Pinto Bravo, “Nas vésperas do Ultimatum: A Acção militar de Alexandre de Serpa Pinto e de João de Azevedo Coutinho nas margens do Chire em 1889” - Plataforma ZOOM.

24 – Secção de Ciências Militares – Conferência “Visão prospetiva das linhas de incidência tecnológica para o desenvolvimento de capacidades militares”. Orador: Contra-Almirante Carmo Durão – Plataforma ZOOM.

29 – Secção de Geografia dos Oceanos – Conferência “A Conferência das Nações Unidas dos Oceanos 2022”. Oradora: Doutora Maria Inês Gameiro - Plataforma ZOOM.

31 – Secção de História da Medicina – Conferência “Pandemias, Epidemias, Surtos Infeciosos e outras coisas”. Orador: Prof. Doutor Jaime Pina – Plataforma ZOOM.

Abril

5 – Secção de Arqueologia - Ciclo de Conferências Lisboa Subterrânea: Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Orador: Dr. Fernando Real “A gestão do impacto das obras sobre o património arqueológico” – Auditório Adriano Moreira.

7 – Secção de Ciências Militares – Conferência “Um Novo Paradigma para a Força Militar - Os Militares num Mundo em Mudança”. Orador o Prof. Doutor António José Telo -Plataforma ZOOM.

12 – Conferência – “Ucrânia: o país e a geopolítica” – Orador: Professor Doutor Eduardo Santos Silva (Cônsul Honorário da Ucrânia) – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

12 – Lançamento do Livro - “Os rios não sobem montanhas” da autoria do Sócio Dr. José Manuel de Braga Dias – Sala do Convívio.

19 – Secção de Arqueologia - Ciclo de Conferências Lisboa Subterrânea: Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Orador: Dr. João Marques “Obras do Metro do Rossio, Corpo Santo e Poço da Marinha – seu impacto na arqueologia” – Auditório Adriano Moreira.

22 – Comissão de Migrações - Sessão de Homenagem a Gérald Bloncourt – Sala Algarve/ZOOM. Esteve patente uma “Mostra” sobre o Autor.

26 – Secção de Arqueologia - Ciclo de Conferências Lisboa Subterrânea: Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Orador: Dra. Lídia Fernandes “Arqueologia em Lisboa na década de 1960: entre a investigação e a salvaguarda” – Auditório Adriano Moreira.

27 – Secção de Antropologia – Conferência “Desigualdades sociais e obesidade infantil e nos comportamentos de risco”. Oradora: Profa. Doutora Cristina Padez – Plataforma ZOOM.

28 – Secção de Genealogia Heráldica e Falerística – Conferência “Cruzeza e violência na cultura heráldica europeia”. Orador: Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego – Auditório Adriano Mariano.

28 – Secção de História da Medicina - “A historiografia da medicina e a obra de A. J. Barros Veloso”. Orador: Professor Doutor Henrique Leitão – Plataforma ZOOM.

29 – Secção de História – Conferência “Para sempre: evocação de D. Manuel I, Fernão de Magalhães e Pedro Álvares Cabral nos quinhentos anos das suas mortes”. Orador: Prof. Doutor José Manuel Garcia – Auditório/ZOOM.

Maio

3 - Secção de Arqueologia - Ciclo de Conferências Lisboa Subterrânea: Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Orador: Dr. José Bettencourt “Quando os navios morrem na praia. Uma viagem pela arqueologia ribeirinha da cidade de Lisboa a partir do Cais do Sodré” – Auditório Adriano Moreira.

5 – Secção de Ciências Militares – Conferência “Guerra na Ucrânia “. Orador: Dr. Carlos Gaspar - Plataforma ZOOM.

9 e 10 – Colóquio Portugal e a Ordem de Malta a propósito das eleições de dois grão-mestres portugueses: Luís Mendes de Vasconcelos (1622) e D. António Manoel de Vilhena (1722) - Sala Portugal.

11 – Secção de Artes e Literatura - 11º Ciclo de Conferências Luso-italianas - “O Palácio dos Condes de Soure e Morgado de Cosme de Lafeté (sécs. XVI- XIX) ” – Orador: Dr. Rui Manuel Mesquita Mendes - Auditório Adriano Moreira.

16 – Secção de Geografia dos Oceanos – Conferência “A (in)dependência energética da Europa – The Iberian Southern Gas Corridor”. Orador: Dr. Duarte Lynce de Faria - Plataforma ZOOM.

18 – Secções de Etnografia, Antropologia e Arqueologia – “ETNÓGRAFOS EM PORTUGAL – SEUS CONTRIBUTOS. Oradores: Prof. Doutor António Piedade: “Zófimo Consiglieri Pedroso e os primórdios da Etnografia em Portugal”; Profª Doutora Ana Cristina Martins: “Margarida Ribeiro (1911-2001) uma etnógrafa em contexto arqueológico”, Dr. Nuno Roque da Silveira: “O Padre Karl Estermann: O etnógrafo do Sudoeste de Angola”, Mestre Dr. José Fernando Reis Oliveira: “O etnógrafo elvensé António Tomás Pires” – Auditório Adriano Moreira.

20 – Secções de História e Estudos Luso-Árabes – Conferência “A viagem de Magalhães no *Babr-I-Mohit*, o «Espelho dos Mares», de Sidi-Ali ben Hussein – um Roteiro do Mar das Índias, de 1554”. Orador: Dr. João Abel da Fonseca – Auditório Adriano Moreira/Plataforma ZOOM.

23 - Ciclo Comemorativo do Centenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul (1922-2022 – “Ângulos, estrelas, fronteiras e atitude – antecedentes da travessia aérea”. Orador: Prof. Doutor Eng. João Matos – Auditório/ZOOM.

24 – Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística – Conferência “Origens, apogeu e declínio de uma família escalabitana”. Orador: Prof. Doutor Alexandre de Mendonça – Auditório Adriano Moreira.

26 – Secção de História da Medicina – Conferência “Egas Moniz: Factos e Mistérios”. Orador o Professor Doutor Victor Oliveira – Plataforma ZOOM.

27 - Ciclo Comemorativo do Centenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul (1922-2022 – “O estado da tecnologia aeronáutica no primeiro quartel do século XX”. Orador: TGen-Pilav António Mimoso e Carvalho; “O desenvolvimento da navegação aérea (1919-1921)”. Orador: Cte. Doutor António Costa Canas – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

30 – Secções de Geografia Matemática e Cartografia e Geografia dos Oceanos – Conferência “Antártida OPERANTAR XL”. Oradora: 1º tenente Laura Sousa - Plataforma ZOOM.

31 – Comissão Asiática – Conferência “A Ásia e as novas centralidades estratégicas”. Orador: Embaixador Francisco Seixas da Costa - 15h00 – Auditório Adriano Moreira/ZOOM

Junho

1 - Secção de Ciências Militares – Conferência “O emprego das Forças Armadas no plano interno” - Oradora - Dra. Ana Miguel Santos - Plataforma ZOOM.

2 – Comissão de Migrações – Conferência “Formas de Acolhimento” - Oradora: Dra. Leonor Félix Costa – Plataforma ZOOM.

3 – Secção Luís de Camões – Conferência “Camões” - Orador - Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa - Auditório Adriano Moreira.

6 – Comissão Côrte-Real - Sessão de Homenagem ao Professor José Manuel Martins Ferreira Coelho (1943-2021) - Auditório Adriano Moreira – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

7 – Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão – Conferência “O Vintismo e a Justiça”. Oradora - Professora Doutora Isabel Graes - Plataforma ZOOM.

21 – Secção de Geografia Matemática e Cartografia e Geografia – Conferência “Extração de Batimetria por Satélite: O Passado e o Futuro da Cartografia Náutica”. Oradora: Comandante Isabel Bué – Plataforma ZOOM.

22 – Secções de Artes e Literatura e Estudos do Património – Conferência “Um francês de Avignon na comunidade italiana do Loreto. O Projectista e escultor Claude Lapadre (c. 1675 -1738)” – Oradora - Doutora Sílvia Ferreira – Auditório Adriano Moreira.

23 – Comissão de Migrações – Conferência “Cultura, trabalho e mobilidade: qual a realidade da inserção dos imigrantes em Portugal?” – Orador: Dr. Carlos Serrano – Plataforma ZOOM.

24 – Secção de História – Conferência “A defesa da raia no olhar de Duarte de Armas” – Orador – Doutor Augusto Moutinho Borges – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

30 – Secção de História da Medicina – Conferência “Filatelia e Medicina - Uma Coleção Temática”. Orador: Sr. Dr. José Alberto Pereira – Plataforma ZOOM.

Julho

7 – Comissão de Migrações - Ciclo de Conferências “Palavras a Bordo” - Tradições, Narrativas e Provérbios de Comunidades Imigradas em Portugal” Orador: Doutor Manuel Vaz Dias - “Vistos” para a Vida e para a Liberdade Aristides de Sousa Mendes - Cônsul de Portugal em Bordéus (1940)” – Plataforma ZOOM.

8 – Secção da História da Medicina – Inauguração da Exposição “Uma Visita à História da Diabetes no Centenário da Descoberta da Insulina” – Sala Algarve.

8 - Secção de História – Ciclo de Conferências *História Social da Moda*. Oradora a Doutora Maria João Martins “O Pecado não mora ao lado — as ditaduras ibéricas, as políticas de corpo e a sedução (1940-1970)” – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

12 – Secção de Arqueologia - Ciclo de Conferências “O Oriente no Ocidente” Oradores: Dr. José das Candeias Sales e Dra. Susana «A maravilhosa descoberta do Vale» No centenário da descoberta do túmulo de Tutankhamon – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

19 – Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística – Conferência “IN MEMORIAM de SIMAS ALVES DE AZEVEDO” - Dr. José Filipe Dias da Costa Menéndez – Auditório Adriano Moreira.

21 – Secção de História da Medicina – Conferência “Hospital Militar do Porto, mais de 160 anos de história”. Oradora: Tenente-Coronel Médica Raquel Santos – Plataforma ZOOM.

Setembro

21 – Secção de Arqueologia - Ciclo de Conferências Lisboa Subterrânea: Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea. Oradores: Dr. Filipe Santos Oliveira e Dr. Ever Mota: “O convento de São Domingos da Cidade - História e Arqueologia / O espaço e os objectos - Cultura material no Convento de São Domingos de Lisboa” - Plataforma ZOOM.

23 – Secção de História – Conferência “Revisitar «Os Grandes Espaços», de Adriano Moreira, conferência proferida na SGL na Abertura Solene da Semana do Ultramar, em 27 de Maio de 1963”. Orador: Dr. João Abel da Fonseca – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

27 – Secção de Arqueologia – Conferência “Obeliscos Egípcios na Europa”. Orador: Professor Luís Manuel de Araújo – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

28 – Lançamento do Livro - Diário de Bordo” da autoria dos: Eng. Costa Ramos, Mar. Carlos Rosa e Mar. Eduardo Camilo – Sala do Convívio.

28 – Secção de Genealogia Heráldica e Falerística – Conferência “Cativeiro cristão na economia e política de mercê das parentelas, a propósito dos 444 anos da batalha de Al Quasar al-kibr”. Orador: Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego – Auditório Adriano Moreira.

29 – Secção da História da Medicina – Conferência “UBIQUE BONUM QUÆRITO: Fernando da Silva Correia, acção e produção informacional”. Oradora: Dra. Joana Beato Ribeiro – Plataforma ZOOM.

Outubro

6 – Comissão de Relações Internacionais – Conferência “O CONTROLO DA SECA - O exemplo de Israel e sugestões para Portugal”. Orador: Prof. Doutor José Beltrão – Auditório Adriano Moreira.

11 – Secção de Etnografia – Conferência “Díficeis travessias: reconstituindo a experiência de madeirenses e açorianos embarcados para as plantações da Guiana britânica e Havai (século XIX)”. Oradoras: Professoras Cristiana Bastos e Ana Isabel Spranger – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

18 – Secção de Antropologia - III Conferência Anual de Antropologia do Ambiente – vários oradores - Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

20 – Conferência - “A Estratégia Militar Portuguesa em África” - Coronel Luís Manuel Brás Bernardino – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

24 – Comissão de Migrações - Inauguração da Exposição “Itinerários da Saudade / Memórias de Família com futuro - três vagas de migrações portuguesas para França”, promovida pela Comissão de Migrações, no âmbito da Temporada Cruzada França Portugal – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

26 – Secção de História – Conferência “Representações da Arte da Mesa Peninsular na Azulejaria”. Orador: Prof. Doutor Augusto Moutinho Borges – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

27 – Secção de História da Medicina – Conferência “PORTUGAL: 120 ANOS DE CONTRIBUTO À MEDICINA TROPICAL”. Orador: Sr. Prof. Doutor Filomeno Fortes – ZOOM.

Novembro

8 e 9 – Secção de Arqueologia - “5.º Seminário FRAGMENTOS DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA – Entre Vivos e Mortos: Mar, rios, os vivos e a “barca de Caronte””. Vários oradores – 09h30 – Auditório Adriano Moreira.

10 – Comissão de Relações Internacionais – Conferência “As Relações da Rússia com a Europa depois da Guerra da Ucrânia”. Orador: General José Freire Nogueira – 15h00 – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

11 – Secções de Arqueologia e Genealogia, Heráldica e Falerística - II Seminário IBÉRICO de EX-LÍBRIS – 70 anos ao serviço da arte, da ciência e do património - Vários oradores – Auditório Adriano Moreira.

11 – Comissão Asiática - apresentação do livro Os Portugueses no Japão, 1860~2010 - Cronologia das Relações Luso-Nipónicas, de Eduardo Kol de Carvalho – Sala Portugal.

15 – Secção de Etnografia em colaboração com as Secções de Antropologia e Arqueologia - “ARTE-DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ANÁLISE CULTURAL” – Auditório Adriano Moreira.

16 – Secção de Geografia dos Oceanos – Conferência “A salvaguarda da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável na presente conjuntura global” - Vários oradores – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

18 – Secções de História e de Estudos Luso-Árabes – Conferência “Religião e Poder no Islão: o Xerifismo” - Professor Doutor António Dias Farinha – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

22 – Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística – Conferência “Património Falerístico da Casa Real das Duas Sicílias - Glorificação e Serviços à Santa Madre Igreja” – Dr. Vítor Escudero – Auditório Adriano Moreira.

23 – Secção de Ciências Militares – Conferência “O contributo dos Drones e da Inteligência Artificial no desenvolvimento sustentável” – Eng. Francisco Câmara – Plataforma ZOOM.

24 – Secção de História da Medicina – Conferência “Saúde Pública em Cenários de Emergência” - Dr. Francisco George – Plataforma ZOOM.

28, 29 e 30 – Secção de História “Medieval Europa in Motion – THE SEA” – Instituto de Estudos Medievais da Faculdade da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Vários oradores nacionais e internacionais.

Dezembro

5 – Antestreia Série Documental “A ODISSEIA DE FERNÃO DE MAGALHÃES” – Sala Portugal.

6 – Comissão Asiática – Conferência “Os desafios da China”. Orador: Embaixador Seixas da Costa – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

12 – Secção de História da Medicina – Lançamento do Livro “Arquitectura branca – Os Sanatórios para Tuberculose em Portugal”, da autoria do Arquitecto José Avelãs Nunes – Sala Portugal.

12 – Comissão Africana - “Quando os caminhos estão fechados”. Igrejas Zione, mulheres, espíritos e sofrimento em Maputo, Moçambique.” Oradora: Profa. Giulia Cavallo - Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

14 – Secção de Arqueologia - Seminário (Híbrido) evocativo do Ano Internacional do Vidro (UNESCO 2022) “*Quando a Areia se torna transparente*” em colaboração com: o CAL-Centro de Arqueologia de Lisboa, o IHC-Polo da Universidade de Évora | IN2PAST, o VICART-NOVA FCT e a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Vários oradores – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

15 – Comissões Asiática e de Migrações - “Dinâmicas Geopolíticas no Afeganistão”. Orador: Doutor Paulo Rocha Trindade com a participação de Maryam Shahi – Auditório Adriano Moreira/ZOOM.

16 – Secção de História - Sessão de Encerramento do Ciclo 500 anos da Viagem de Fernão de Magalhães - “As comemorações no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa: breve repositório” - Dr. João Abel da Fonseca; “Do Porto a Mactan: do nascimento à morte e à imortalidade de Fernão de Magalhães”, pelo Senhor Prof. Doutor José Manuel Garcia – ZOOM/Auditório Adriano Moreira.

COMISSÕES GERAIS E SECÇÕES PROFISSIONAIS**COMISSÃO AFRICANA – Presidente: Prof. Doutora Sónia Infante Girão Frias Piccoli**

Organização de Conferência

12 de Dezembro de 2022 pelas 15h00.

Título: “Quando os caminhos estão fechados”. Igrejas Zione, mulheres, espíritos e sofrimento em Maputo, Moçambique.”

Oradora Professora Giulia Cavallo (Professora Auxiliar convidada no ISCSP).

Agradece-se ao Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. Doutor Aires-Barros e a todos os outros colaboradores da SGL a generosa cooperação para a realização dos trabalhos da Comissão Africana.

COMISSÃO ASIÁTICA – Presidente: Embaixador Fernando Ramos Machado

Janeiro – Em Reunião da Comissão, com ponto único na Agenda a Eleição da Mesa da Direcção CA Ano de 2022, constatando-se não se ter apresentado nenhuma Lista candidata para o efeito, foi decidido, por unanimidade, que a Mesa cessante se manteria, provisoriamente, em funções (19.01.22).

Maio – Conferência “A Ásia e as novas centralidades estratégicas”, pelo Embaixador Francisco Seixas da Costa (sessão híbrida, 31.05.22). Assistiram 31 participantes.

Novembro – Apresentação, pela Dra. Clara Ferreira Alves, do livro “Os Portugueses no Japão, 1860 – 2010, Cronologia das Relações Luso- Nipónicas, do Arq. Eduardo Kol de Carvalho; o Embaixador do Japão, Ushio Shigeru, usou também da palavra (11.11.22). Assistiram 118 participantes.

Dezembro – Conferência “Os desafios da China”, pelo Embaixador Francisco Seixas da Costa (sessão híbrida, 6.12.22). Assistiram 12 participantes.

Dezembro – Conferência “Dinâmicas Geopolíticas no Afeganistão”, por Paulo Rocha Trindade e Maryam Shahi, em articulação com a Comissão das Migrações (sessão híbrida, 15.12.22). Assistiram 52 participantes.

Reuniões ordinárias da Comissão Asiática - 19.01.22

Total de participantes em sessões da Comissão Asiática - 161+52 (articulação com Comissão Migrações).

Total de oradores em sessões da Comissão Asiática – 3+2 (articulação com Comissão Migrações).

Total de sessões da Comissão Asiática -3+1 (articulação com Comissão Migrações).

Presidente - Fernando Ramos Machado (Emb.)

Vice-Presidente - Celina Veiga de Oliveira (Dra.)

Vice-Presidente - Manuel Rodrigues (Prof. Dr.)

COMISSÃO INFANTE D. HENRIQUE, ORDEM DE CRISTO E A EXPANSÃO – Presidente: Prof. Doutor Fernando Larcher

1. A *Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão*, desenvolveu no ano de 2022 as seguintes actividades:

1. Nos meses de Janeiro a Março promoveu o Colóquio virtual *A África Portuguesa na segunda metade do século XIX*, cujo programa se segue:

Em 21 de janeiro, Sexta-feira, 10.00 h

- Sessão de Abertura.

- Prof. Cat. Luís Aires de Barros, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

- Prof. Doutor Fernando Larcher, Presidente da Comissão Infante D. Henrique, Ordem de Cristo e Expansão.

- Prof. Doutora Isabel Graes, *A estrutura judicial em África*.

Em 4 de fevereiro, Sexta-feira, 15.00 h

- Prof. Doutor Fernando Larcher, *Em defesa do desenvolvimento das colónias portuguesas. Intervenções de Jayme Larcher na Câmara dos Pares do Reino. 1868-1872*.

- Prof. Doutor Pedro Velez, *Nos 170 Anos da Recriação do Conselho Ultramarino - 23 Setembro de 1851-23 Setembro de 2021*.

Em 18 de Março, Sexta-feira, 14.30 h

- Prof. Doutora Madalena Larcher, *D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa: bispo de Cabo Verde e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

- Dr. Tomás Pinto Bravo, *Nas vésperas do Ultimatum: A Acção militar de Alexandre de Serpa Pinto e de João de Azevedo Coutinho nas margens do Chire em 1889*.

O Colóquio foi dedicado à memória do vogal da Comissão D. Segismundo Empis de Bragança.

2. De Junho a Outubro estava programado o ciclo de conferências *O Triénio Liberal no Mundo Luso-Hispânico*, evocativo do II Centenário da Revolução Liberal, realizado em parceria com o *Centro Europeu de Estudos de História Constitucionais*, para o qual estavam agendadas as seguintes conferências: Prof. Doutor Luís Cabral de Oliveira, *Goa e a Revolução Liberal*, Prof. Doutor Fernando Larcher, *Quando os ventos sopram de Cádiz*, Prof. Doutor Pedro Velez, *Monarquia e Constituição: evoluções e paradigmas*; Prof. Doutora Remedios Morán Martín, *Sobre la ley de señoríos en el trienio liberal*; Prof. Doutora

Isabel Graes: *A justiça e o vintismo*; Mestre João Andrade Nunes, *O processo de extinção do Conselho do Almirantado como paradigma das ideias liberais*.

Deste ciclo, porém, dada a contestação, por parte da Comissão *da Ásia*, de abordagem de um tema respeitando um acontecimento ocorrido naquele continente, apenas se realizou, no dia 7 de Junho, a conferência do Prof. Doutor Luís Cabral de Oliveira, *A Revolução Liberal em Goa*, achando por bem a Comissão suspender as restantes.

II. Na reunião da Comissão realizada no dia 20 de Janeiro de 2021 foi reeleita por unanimidade a seguinte mesa para o ano de 2023:

Presidente – Prof. Doutor Fernando Larcher

Vice-Presidente - Prof. Doutor Pedro Rebelo Botelho Alfaro Velez

1º Secretário – Prof. Doutora Isabel Graes

2º Secretário – Dr. Pedro Sá Nogueira Saraiva

COMISSÃO DE MIGRAÇÕES – Presidente: Professora Doutora Maria Beatriz Rocha da Trindade

A “Comissão de Migrações”, cuja presidência me foi superiormente confiada por convite desde 2015 (22/06/2015) tem, desde aí, conseguido assegurar uma permanente e diversificada atividade, que faz reconhecer os seus programas como atuais e de grande qualidade. O grupo coordenador deste núcleo integrou até ao presente dois vice-presidentes: Professora Doutora Ana Cristina Pereira Neto (antropóloga) e Professor Doutor Jorge Macaísta Malheiros (geógrafo).

Haverá que confirmar se todos os elementos que a constituem e cujos nomes me permito citar: Aida Batista, José Manuel Braga Dias, Pedro Augusto Santana Figueiredo, Jorge Malheiros, Manuel Malheiros, Manuela Marujo, António Pacheco, Joaquim Pereira, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Gonçalo Nuno Perestrelo dos Santos, Yvette dos Santos, Rui Soares, Paulo Rocha Trindade.

Pelo aparecimento da pandemia não foi conseguido assegurar (antes que se realizasse) a continuidade de uma gestão conjunta, integrando todos os membros que a constituem, como anteriormente acontecia. Por intermédio de decisões individuais ou assumidas pelo grupo, que até então reunia regularmente, as propostas para cada Sessão continuaram, no entanto, a ser apresentadas à consideração do Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A audição dos membros da Comissão, que se considera imprescindível, a propósito de cada uma delas, o que sempre ocorreu anteriormente, não pôde ter continuidade, dadas as regras distanciamento impostas pela pandemia. Não deixou, no entanto, de lhes ser comunicado (via e-mail) toda a programação concebida (datas, temas e oradores) e respeitados os comentários e sugestões de quem os produziu.

A realização de actividades respeitantes ao ano de 2022 é apresentada por ordem cronológica. As presenças, em número nunca inferior a trinta elementos e, por vezes, superior a cinquenta participantes, asseguraram o interesse motivado pela actualidade dos temas e qualidade dos oradores. Assim:

1. 17 de março – Mobilidades*

Oradores Jorge Macaísta Malheiros

Rui Soares

Maria Beatriz Rocha-Trindade

A Sessão decorreu no Auditório Adriano Moreira, em modalidade híbrida.

2. 22 de abril – Sessão de Homenagem a Gérald Bloncourt

Programa em anexo

A Sessão decorreu no *Sala Algarve*, em modalidade híbrida.

A organização e participação internacional, conduziram a uma significativa presença de intervenientes. Foi acompanhada de uma “Mostra” fotográfica relacionada com o autor, com visita guiada, que se manteve cerca de uma semana.

3. 2 de junho - “Formas de Acolhimento”

Oradora Dra. Leonor Félix Costa

A Sessão decorreu no Auditório Adriano Moreira, em modalidade híbrida.

4. 23 de junho – Cultura, trabalho e mobilidade: qual a realidade da inserção dos imigrantes em Portugal?*

Orador Carlos Serrano

A Sessão decorreu no Auditório Adriano Moreira, em modalidade híbrida.

5. 7 de julho – “Vistos” para a Vida e para a Liberdade*

Orador Manuel Vaz Dias (residente em Bordéus)

A Sessão decorreu no Auditório Adriano Moreira, em modalidade híbrida.

6. 24 de outubro – Itinerários da Saudade/ Memórias de Família com Futuro – três vagas de migrações portuguesas para França

A Sessão decorreu na Sala Algarve, em modalidade híbrida.

Realizada no âmbito da “Temporada Cruzada França Portugal”, com participação internacional, foi acompanhada de uma exposição fotográfica e orientada por conhecedores da matéria (que em alguns casos entrevistaram).

Vd. Programa inserido no convite.

Nota - Tratou-se de mais uma organização conjunta, desenvolvida entre esta Comissão e o “Observatório dos Lusodescendentes” (Isabelle Simões Marques/diretora e Emmanuelle Afonso/fundadora e coordenadora).

7. 15 de dezembro – Dinâmicas Geopolíticas no Afeganistão*

Orador Paulo Rocha Trindade (residente em Bruxelas)

Participante Maryam Shahi

A Sessão decorreu no Auditório Adriano Moreira, em modalidade híbrida.

Sessão organizada em colaboração com a “Comissão Asiática”.

Nota - Sob proposta do sócio/SGL e membro da “Comissão de Migrações”, Prof. Doutor Rui Soares (diretor da Associação Internacional de Paremiologia/International Association of Paremiology), as Sessões organizadas em colaboração, por sua proposta enquanto membro da “Comissão de Migrações”, encontram-se assinaladas com um asterisco (*).

Por unanimidade, todos os membros da “Comissão de Migrações” se encontram profundamente sensibilizados pela preciosa colaboração prestada pelos funcionários da Sociedade de Geografia de Lisboa, muito especialmente, no que respeita ao dia em que tiveram lugar as Sessões acima referidas. A todos é devido um reconhecido agradecimento.

Também um agradecimento especial é devido à Doutora Maria Manuela Cantinho Pereira, enquanto Curadora do “Museu Histórico e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa”.

Merece um reforçado reconhecimento, a permanente disponibilidade da Senhora Dona Carla Abreu, que se manifestou sempre pronta para apoiar e efectuar as diligências de natureza burocrática e estabelecer a ligação entre a “Comissão de Migrações” e a Presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa. Bem-haja!

Cabe agradecer a V. Exa., em nome de todos os elementos da “Comissão de Migrações”, a abertura e o apoio prestados.

ANEXO I



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa tem a honra de convidar V. Ex.^a a assistir à I Sessão do Colóquio “**Palavras a Bordo**” - **Tradições, Narrativas e Provérbios de Comunidades Imigradas em Portugal**”, promovido pela *Comissão de Migrações* em colaboração com a *Associação Internacional de Paremiologia*, dedicado ao tema “**Mobilidades**”, que se realiza no dia **17 de Março de 2022 (quinta-feira)**, pelas **15h30**.

Oradores: Prof.^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade (SGL/CEMRI-UAb), Prof. Doutor Jorge Macaísta Malheiros (SGL/IGOT-UL), Prof. Doutor Rui Soares (SGL/AIP).

[Entrar na reunião Zoom](#)

<https://us06web.zoom.us/j/83468880697?pwd=MGEiVkJU5RG9PNTY5SHRDaDBVdifiOT09> ID da reunião: 834 6888 0697 - Senha de acesso: 529175

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 3425401/5068

ANEXO II



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa têm a honra de convidar V. Ex.^a a assistir à **Sessão de Homenagem a Gérald Bloncourt** promovido pela Comissão de Migrações, que terá lugar no dia **22 de Abril de 2022**, na Sala Algarve. Estará patente uma “Mostra” sobre o Autor.

Esta Sessão tem o Alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República.

A sessão decorrerá presencialmente e por videoconferência.

<https://us06web.zoom.us/j/88481453892?pwd=THg1RXFQeXZodzBYenR2SlkwTE51OT09>

[Programa em Anexo](#)

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 3425401/5068

ANEXO III



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa tem a honra de convidar V. Ex.^a a assistir à I Sessão do Colóquio **“Palavras a Bordo” - Tradições, Narrativas e Provérbios de Comunidades Imigradas em Portugal**, promovido pela *Comissão de Migrações* em colaboração com a *Associação Internacional de Paremiologia*, dedicado ao tema **“Formas de Acolhimento”**, que se realiza no dia **2 de Junho de 2022 (quinta-feira)**, pelas **15h00**.

Oradora: **Dra. Leonor Félix Costa**, do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS).

[Entrar na reunião Zoom](#)

<https://us06web.zoom.us/j/87032243355?pwd=VHIWcVZGWnpVdTlqeEdUaWR6WnR1Zz09>

ID da reunião: 870 3224 3355 - Senha de acesso: 580866

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 3425401/5068

ANEXO IV



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa tem a honra de convidar V. Ex.^a a assistir ao Colóquio **“Palavras a Bordo” - Tradições, Narrativas e Provérbios de Comunidades Imigradas em Portugal**, promovido pela *Comissão de Migrações* em colaboração com a *Associação Internacional de Paremiologia*, dedicado ao tema **“Cultura, trabalho e mobilidade: qual a realidade da inserção dos imigrantes em Portugal?”**, que se realiza no dia **23 de Junho de 2022**, pelas **15h00**.

Orador: Dr. Carlos Serrano

[Entrar na reunião Zoom](#)

<https://us06web.zoom.us/j/82574091556?pwd=Q1JiclpRNWRMbklxYkhYN3E4SWxpZz09>

ID da reunião: 825 7409 1556 - Senha de acesso: 031021

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 3425401/5068

ANEXO V



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa tem a honra de convidar V. Ex.^ª a assistir ao Colóquio **“Palavras a Bordo”** - Tradições, Narrativas e Provérbios de Comunidades Imigradas em Portugal”, promovido pela *Comissão de Migrações* em colaboração com a *Associação Internacional de Paremiologia*, dedicado ao tema

“Vistos” para a Vida e para a Liberdade

Aristides de Sousa Mendes - Cônsul de Portugal em Bordéus (1940)

que se realiza no dia 7 de Julho de 2022 (quinta-feira), pelas 16h00. Será orador o Doutor Manuel Vaz Dias.

Entrar na reunião Zoom

<https://us06web.zoom.us/j/86802109888?pwd=VHNEYW1ZbTViVTNYTDYxSFVpMIBxUT09>

ID da reunião: 868 0210 9888 - Senha de acesso: 056742

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 3425401/5068

ANEXO VI



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e o Observatório dos Lusodescendentes têm a honra de convidar V. Ex.^ª a assistir à inauguração da Exposição **“Itinerários da Saudade / Memórias de Família com futuro - três vagas de migrações portuguesas para França”**, promovida pela Comissão de Migrações, no âmbito da Temporada Cruzada França Portugal, que terá lugar no **Auditório Adriano Moreira** no dia **24 de Outubro de 2022**.

Programa

11:30 – Exibição em antestreia em Portugal, do documentário em versão portuguesa **“Les Héritiers de la Bataille de La Lys”**, com presença do autor, Carlos Pereira

13:00 - **Almoço** na Sala de Convívio da SGL (sujeito a marcação -**210434039**)

14:30 – Mesa Redonda, inauguração da exposição e testemunhos - versão híbrida

ZOOM: <https://us06web.zoom.us/j/81808103661?pwd=dCtVl3FnS0gwbTnMeHU0VpQs25LQTO9>

16:30 – **Apéro** cruzado franco-português (encerramento)

Entrada livre, sujeita a disponibilidade de lugar, aconselhamos reserva de lugar para observatoriolusodescendentes@gmail.com

A Exposição estará patente até ao dia **28 de Outubro** (10:00-13:00 e 14:00-16:30)

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 342 5401/5068

ANEXO VII



O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa tem a honra de convidar V. Ex.^ª a assistir a uma iniciativa cultural, organizada no âmbito de uma colaboração estabelecida entre a "Comissão Asiática" e a "Comissão de Migrações", intitulada
"Dinâmicas Geopolíticas no Afeganistão"

Terá lugar no dia 15 de Dezembro de 2022 (quinta-feira), pelas 15h/hora portuguesa, no Auditório Adriano Moreira, em **versão híbrida**.

Intervêm como orador **Paulo Rocha Trindade** e **Maryam Shahi**, enquanto participante (CVs. em anexo).

A Sessão, dá continuidade ao programa "*Palavras a Bordo*" - *Tradições, Narrativas e Provérbios de Comunidades Imigradas em Portugal* (iniciado em 2021 - "Comissão de Migrações" - "*Associação Internacional de Paremiologia*").

Entrar na reunião Zoom

<https://us06web.zoom.us/j/89671267336?pwd=O2dIT3A0NFw02VaUTZVY1VwZ3hYOT09>

ID da reunião: 896 7126 7336 - Senha de acesso: 336160

Rua das Portas de Santo Antão, 100 1150-269 LISBOA Tel.: 21 3425401/5068

COMISSÃO DE ESTUDOS CÔRTE-REAL – Presidente: Doutor Daniel Protásio

As actividades desenvolvidas centraram-se:

- Eleição dos corpos sociais (sessão ordinária de Fevereiro),
- Discussão e aprovação do plano preparatório para a realização do 2.º Simpósio de Estudos Côte-Real (sessões ordinárias de Março a Maio, Setembro e Outubro),
- Homenagem ao anterior Presidente da Comissão, Professor Doutor José Manuel Ferreira Coelho (sessão ordinária de 6 de Junho),
- Preparação da reunião com o Sr. Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa a esse propósito, ocorrida a 1 de Julho (sessão de extraordinária de 27 de Junho),
- Sessões de apresentação de trabalhos académicos sobre os presidentes e membros destacados na Comissão, como o 4º Visconde de Santarém, Gilberto Marques e Almirante Gago Coutinho, assim como acerca do arquivo da Comissão (sessões de Novembro e Dezembro).

SECÇÃO DE ANTROPOLOGIA – Presidente: Prof. Dr. António Piedade

Em 2022 a Secção de Antropologia procurou concretizar o plano de atividades elaborado no ano anterior.

Em 27 de Abril 2022 realizou-se uma conferência intitulada *Desigualdades Sociais e obesidade infantil e nos comportamentos de risco* – proferida pela Prof.^ª Doutora Cristina Padez coordenadora do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra. (Via Zoom).

A 18 de outubro de 2022, a Secção de Antropologia da Sociedade de Geografia de Lisboa [SA-SGL] e o Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra [CIAS-UC] promoveram a realização da III CONFERÊNCIA ANUAL DE ANTROPOLOGIA DO AMBIENTE com o seguinte programa:

- Sessão de abertura que contou com a presença do Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa Prof. Catedrático Doutor Luís Aires-Barros, do Presidente SA-SGL Prof. Doutor António Piedade e do representante do CIAS-UC Prof. Doutor Gonçalo Santos.

PAINEL I- UMA ANTROPOLOGIA PARA ALÉM DO HUMANO: ANIMAIS E SOCIEDADE

- *Guardiões e cães: uma etnografia das relações afiliativas vivenciadas em ecossistemas domésticos* - R. Hallal, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas [ISCSP], Centro de Administração e Políticas Públicas [CAPP], Universidade de Lisboa [ULisboa], Portugal

- *Trajetos partilhados entre pessoas e cães: de auxiliares de terapia a amigos ou membros da família* M. J. Moreira ISCSP, ULisboa e C. Casanova CAPP, ISCSP-ULisboa e CIAS-UC

- *Reconfiguração de papéis sociais de animais de companhia (ac) em auxiliares de terapia (at): como os cães (canis lupus familiaris) podem ajudar humanos e melhorar o seu próprio bem-estar* - S. Vasconcelos, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [UTAD], C Viegas, Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas [CITAB-UTAD], Universidade do Minho [UM] e C. Casanova CAPP, ISCSP-ULisboa e CIAS-UC

- *Leopardos no parque nacional Gashaka Gumti: uma convivência difícil*. G. Jesus, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias [ULHT], Lisboa, Portugal e CIAS-UC e V Sommer, Department of Anthropology, University College London [UCL Anthropology], Londres, Reino Unido

- *Uma leitura interdisciplinar sobre o tráfico de animais no Antropoceno*. F. A. M. Zarpelon, Universidade do Centro Oeste [UNICENTRO] – Paraná, Brasil (via zoom)

- *Macaco demónio: percepção sobre os macacos mona em São Tomé e Príncipe* - G. Jesus, ULHT e CIAS-UC e C. Casanova CAPP, ISCSP-ULisboa e CIAS-UC

- *Ontologias ruminantes: descolonialidade animal e utopia a partir das vacas* – V. C. Dias, Programa de Pós-Graduação em História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo [Unifesp], Brasil

PAINEL II RUPTURAS CLIMÁTICAS E INCERTEZAS AMBIENTAIS

- *Mineração na Amazônia: uma análise sobre as fotografias de Sebastião Salgado em Serra Pelada* - R. L. Arraes, Programa de Doutoramento em Antropologia na UC, Portugal

- *Calor, ar-condicionado e a climatização em Cuiabá* – A. A. Peixoto. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social [PPGAS] – Universidade Federal de Mato Grosso [UFMT], Brasil. (Via zoom)

- *O passado na compreensão dos desafios do presente: impacto das alterações climáticas do mesolítico sobre as comunidades humanas de Muge* - D. C. Nogueira, CIAS-UC, R. R. Gaspar, CIAS-UC e Centro Hospitalar Universitário de Coimbra [CHUC], Coimbra, Portugal, G. Santos, CIAS-UC, R. M. Godinho; - Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano [ICArEHB], Faculdade de Ciências Humanas e Sociais [FCHS], Universidade do Algarve [UALG], Faro, Portugal e Cláudia Umbelino CIAS-UC e ICArEHB-FCHS-UALG.

- *O contributo da ciência cidadã e de metodologias colaborativas na regeneração de rios urbanos* - M. Menezes, Laboratório Nacional de Engenharia Civil [LNEC], Nagayamma K. T. S. Aragão Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação & Desenvolvimento [CeIED], ULHT e C. Smaniotto Costa, CeIED- ULHT

- *Terras indígenas e autodeterminação* - C. A. M. Rodrigues Universidade de Brasília [UnB], Brasil
- *Interseções de conhecimento: antropólogos, biólogos marinhos, e pescadores tradicionais em tempos de crise climática e ambiental* – G. Santos CIAS-UC e J. Baptista CIAS-UC e Centro de Ecologia Funcional [CFE-UC]

- *Emergência climática e rompimento de barragens – relações entre os usos múltiplos das águas* - B. J. Silva, Universidade Estadual de Campinas [Unicamp], Brasil. (Via zoom)

- *A comunidade piscatória de Setúbal: sustentabilidade e incerteza* – J. S. Couto Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa [ICS-UL]

No dia 15 de novembro de 2022 realizou-se uma sessão da Secção de Etnografia intitulada *ARTE-DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ANÁLISE CULTURAL*, organizada pela Secção de Etnografia em conjunto com as Secções de Antropologia e Arqueologia

Na reunião de final de ano, realizada em 16 de janeiro de 2023, foi apreciado e aprovado o relatório de atividades de 2022 e procedeu-se à eleição dos dirigentes da Secção, tendo sido reeleita por unanimidade a mesa atual constituída por:

Presidente: Prof. Doutor António Piedade

Vice-Presidente: Prof. Doutor António Vermelho do Corral

Secretária: Prof.^a Doutora Ana Pereira Neto

SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA – Presidente: Doutora Ana Cristina Martins

O presente relatório reporta-se às atividades desenvolvidas por esta Secção em 2022, um ano particularmente difícil da sua história por corresponder ao falecimento de um dos seus mais antigos vogais e vice-presidente de Mesa, o Doutor João Carlos de Senna-Martínez, Professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a cujo centro de arqueologia – Uniarq – se encontrava associado. Esta é, ademais, a razão pela qual a agenda de 2023 teminício apenas em abril (*vide infra*). Desaparecimento físico que marca profundamente todos quantos com ele privaram e cuja memória ficará para sempre timbrada nas páginas da Secção que muito fica a dever ao seu empenho, tenacidade, criatividade e fraternidade. E a melhor forma de evocar o seu nome é prosseguir projetos pensados e decididos em unísono, alargando e aprofundando iniciativas que configuram já o modo de ser, estar e fazer desta Secção, mormente quanto à busca contínua de abordagens interdisciplinares.

Por isto se tem procurado, desde o momento do seu passamento, dar continuidade à estratégia de promoção de eventos de interesse comum a diferentes grupos de trabalho da SGL e de outras instituições, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Assim se entende que se conseguisse de igual modo continuar a realizar os vários ciclos de conferências iniciados nos últimos anos, com destaque para *Lisboa Subterrânea – Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea e O Oriente no Ocidente*. Ademais, logrou-se concretizar o quarto encontro anual *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* organizado com o Centro de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa, volvido todo o interregno imposto pelos sucessivos confinamentos gerais decretados no quadro pandémico vivido no país desde inícios de 2020.

Tem-se, também, mantido a profícua colaboração com a Biblioteca da SGL, através da Dra. Helena Grego, a quem a Secção fica, uma vez mais, devedora da excelência das mostras bibliográficas associadas a todas as suas atividades (*vide infra*).

Os eventos preparados, organizados e coorganizados pela Secção continuam a registar uma afluência expressiva, principalmente na sua versão “zoom”, com a capacidade máxima da sala virtual a ser completamente esgotada (= 100 lugares), como sucedeu por ocasião das conferências dos dias 12 de junho e 22 de setembro (*vide infra*). Circunstância consequente, não apenas do interesse suscitado pelos temas, como do facto desta e de outras plataformas digitais permitirem reunir numa mesma sala quem de outro modo dificilmente conseguiria assistir aos eventos gerados pela Secção. Em contrapartida, o horário limite definido superiormente para a finalização das conferências (17h00) continua a justificar um acentuado decréscimo do número de público em contexto presencial.

– 5 de abril de 2022 – Conferência presencial de Fernando Real, «A gestão do impacto das obras sobre o património arqueológico», no âmbito do ciclo *Lisboa Subterrânea – Trajetos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea*, em colaboração com a plataforma ‘Olisipo Fórum’.

– 19 de abril de 2022 – Conferência presencial de João Marques, «Obras do Metro no Rossio, Corpo Santo e Poço da Marinha – seu impacto na arqueologia», no âmbito do ciclo *Lisboa Subterrânea – Trajetos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea*, em colaboração com a plataforma ‘Olisipo Fórum’.

– 26 de abril - Conferência presencial de Lídia Fernandes, «Arqueologia em Lisboa na década de 1960: entre a investigação e a salvaguarda», no âmbito do ciclo *Lisboa Subterrânea – Trajetos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea*, em colaboração com a plataforma ‘Olisipo Fórum’.

– 3 de maio - Conferência presencial de José Bettencourt, «Quando os navios morrem na praia. Uma viagem pela arqueologia ribeirinha da cidade de Lisboa a partir do Cais do Sodré», no âmbito do ciclo *Lisboa Subterrânea – Trajetos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea*, em colaboração com a plataforma ‘Olisipo Fórum’.

– 12 de julho – Conferência híbrida (Auditório Adriano Moreira & Zoom) de José das Candeias Sales (Universidade Aberta), «“A maravilhosa descoberta do Vale”». No centenário da descoberta do túmulo de Tutankhamon», no âmbito do ciclo *O Oriente no Ocidente*.

– 21 de setembro - Conferência presencial de Filipe Santos Oliveira (CHAM NOVA FCSH / ERA Arqueologia) e Ever Calco (ERA Arqueologia), «O espaço e os objetos – cultura material no Convento de São Domingos de Lisboa», no âmbito do ciclo *Lisboa Subterrânea – Trajetos na Arqueologia Lisboeta Contemporânea* e do programa oficial das ‘Jornadas Europeias do Património’.

– 22 de setembro – Conferência híbrida (Auditório Adriano Moreira & Zoom) de Luís Manuel de Araújo (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), «Obeliscos Egípcios na Europa», no âmbito do ciclo *O Oriente no Ocidente* e do programa oficial das ‘Jornadas Europeias do Património’.

– 8 e 9 de novembro – Seminário (presencial) 5 – Fragmentos de Arqueologia de Lisboa «Entre vivos e mortos: mar, rios, os vivos e a “barca de Caronte”», *in memoriam* – Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martínez, com lançamento do volume 4 da coleção «Fragmentos de Arqueologia de Lisboa» “Água, dos Homens e dos Deuses... captar, distribuir, conter...”, apresentado pelo Doutor António Carlos Valera:

- António Faustino Carvalho (UALg | CEAACP)

- «Manifestações tumulares pré e proto-históricas da região de Lafões à luz da tese de João Carlos de Senna-Martínez»

- Carlos Didelet (CML/DMC/DPC/CAL)

- «A Pré-História da Região de Lisboa – As particularidades dos enterramentos da Estremadura: Calcários, fibrolite e anfíbolito, e placas cranianas. Os materiais do Museu Geológico e do Museu Décio Thadeu»
- Tânia Casimiro (HTC/IAP/IHC-NOVA FCSH |) e Joel Santos (NOVA FCSH)
- «Da Etrúria para Lisboa - três mil anos de influências arqueológicas em três cemitérios contemporâneos»
- Ana Margarida Arruda (Uniarq-FLUL), Ana Sofia Antunes (Uniarq-FLUL), Elisa Sousa (Uniarq-FLUL) e Francisco Gomes (Uniarq-FLUL)
- «Morrer na *finis terrae* - o mundo funerário no litoral centro atlântico durante a Idade do Ferro»
- António Rei (IEM-NOVA FCSH)
- «A sacralidade mí(s)tica do Extremo Ocidente Ibérico»
- Cláudia Costa (ICArEHB-UAlg) e Rodrigo Banha da Silva (CML/DMC/DPC/CAL | NOVA FCSH)
- «A associação de animais às necrópoles de Olisipo: inferências sobre o seu significado simbólico»
- Rodrigo Banha da Silva (CML/DMC/DPC/CAL | NOVA FCSH)
- «A espacialidade funerária romana da cidade de Olisipo: problemáticas de definição e expressões arquitetónicas»
- Raquel Gonzaga (UCoimbra)
- «A água na liturgia islâmica e possíveis leituras arqueológicas nos contextos funerários»
- Paulo Almeida Fernandes (Museu de Lisboa | IEM_NOVA FCSH)
- «Permanência e mudança: a matéria da morte na Lisboa em transição para a Idade Média»
- Manuel Fialho (CML/DMC/DPC/GEO | CH-UL)
- «O cemitério dos judeus de Lisboa na época medieval: documentação e arqueologia»
- Rui Filipe Gil (CICuLS)
- «Memória e identidade das barcas de aquém e além-mar. A vida e morte nos templos de Sesimbra»
- Susana Henriques (EON–Indústrias Criativas, Lds., Liliana Matias de Carvalho (DCV/FCT-UC), Ana Amarante (LAF/CEF; DCV/FCT-UC), Sofia N. Wasterlain (DCV/FCT-UC) e Ana Curto (CIAS-UC)
- «Bioarqueologia, do campo ao laboratório: o caso da necrópole Moderna do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa)»
- Nathalie Antunes-Ferreira (ISCS Egas Moniz), Cristina Fuzeta (ISCS Egas Moniz), Alfredo Martin (ISCS Egas Moniz), Sara Cantiga (ISCS Egas Moniz), Carlos Boavida (IAP-NOVA FCSH | AAP) e Fátima Palmeiro (IAP-NOVA FCSH)
- «Um esqueleto no armário ou como a Arqueologia não vive só do que se descobre debaixo da terra»
- Cátia Delicado (Uniarq-FLUL)
- «Olhar o Horizonte. Dieta, mobilidade e causas de morte observadas através de análises de isótopos estáveis nas grutas do Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça)
- Sofia Vasconcelos (CML/DMC/DPC/GEO)
- «O Homem de frente a morte: percepções, símbolos e ritos. Leitura a partir de um estudo de caso situado no Cemitério dos Prazeres»

- Anabela Valente (CML/DMC/DPC/GEO)
- «Os Cemitérios oitocentistas de Lisboa»
- 14 de dezembro – Seminário via zoom evocativo do Ano Internacional do Vidro «Quando a Areia se Torna Transparente», em colaboração com o CAL-Centro de Arqueologia de Lisboa, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o IHC-Polo da Universidade de Évora | IN2PAST e a VICARTE NOVA FCT:
 - Francisco B. Gomes (UNIARQ | FLUL)
 - «Opaco ma non troppo: uma leitura histórica do vidro pré-romano do Sul de Portugal»
 - Inês Coutinho (VICARTE_NOVA FCT)
 - «Fracturas e Iridiscências: a conservação e o restauro do vidro de época romana até à era industrial»
 - Filipa Pimenta (CML/DMC/DPC/CAL)
 - «Conservação e restauro de uma garrafa de vidro, proveniente da Casa dos Bicos, Lisboa»
 - Susana Gómez Martínez (UÉvora | CAM/CEAACP)
 - «O vidro no Gharb al-Andaluz: reflexos do Oriente
 - Carlos Boavida (IAP-NOVA FCSH | AAP)
 - «Vidros nos Terrços. Algumas considerações sobre a coleção de vidros recuperada nos Terrços do Carmo, Lisboa»
 - Maria João Botelho Moniz Burnay (PNAjudá)
 - «Orientalismo nas coleções da Casa Real Portuguesa: vidros da Rainha D. Maria Pia»
 - Emília Margarida Marques (CRIA/ISCTE-UL | IHC-NOVA FCSH)
 - «Técnica e trabalho, indústria e lugar: patrimonializações do vidro na Marinha Grande»

A Secção continua a dar prioridade à divulgação das suas actividades na *web*, quer na página da própria Secção alocada no sítio *web* da SGL, quer na *archport* e noutras plataformas académicas e científicas, expandido essa difusão às diversas páginas institucionais de *Facebook* com o intuito de disseminar os trabalhos apresentados ao longo do ano. Entretanto, desde 2019 que se tem vindo a reforçar a propagação das actividades da Secção através de página própria de *Facebook* que conta já com quase 3 000 seguidores, correspondendo a um aumento de c. 30% comparativamente a 2019. Resultados obtidos graças ao empenho permanente da presidente da Secção, Doutora Ana Cristina Martins, a quem se deve, em exclusivo, a gestão da divulgação das suas actividades, assim como a produção dos cartazes em formato digital.

De um modo geral, podemos afirmar que a experiência colhida neste último ano confirma, uma vez mais, a pertinência das decisões da actual Mesa da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa quanto aos tipos e modelos de atividades seguidos, agora acrescidos pelo inegável potencial das sessões virtuais através da plataforma “zoom”.

Agradecendo, de novo e sempre, o apoio de funcionários da SGL a todas as suas iniciativas, assim como de membros da sua Direção, a Mesa da Secção, em resultado do ato eleitoral de 27 de dezembro último, integra seis novos vogais e apresenta a seguinte composição para o ano de 2023:

Presidente: Doutora Ana Cristina Martins

Vice-Presidente: Prof. Doutor Luís M. de Araújo

Secretário: Arq.º Segismundo Ramires Pinto

SECÇÃO DE ARTES E LITERATURA – Presidente: Profa. Doutora Maria João Pereira Neto

Devido à incerteza sobre a evolução da situação pandémica em Portugal – COVID 19 - durante os primeiros meses de 2022, algumas das actividades e sessões previstas pela Secção de Artes e Literatura da SGL, foram anuladas ou adiadas para 2023. No entanto deu -se continuidade à colaboração na organização do 11º Ciclo de Conferências Relações Luso – Italianas, promovidas pela Doutora Nunziatella Alessandrini do CHAM com o alto patrocínio da Embaixada de Itália - subordinada ao tema Património Italiano em Portugal.

Deste modo, e em estreita colaboração com a secção de Estudos do Património, promoveram-se as seguintes conferências na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa:

- 11 de Maio - O palácio dos Condes de Soure e Morgado de Cosme de Lafeté – sendo orador o investigador: Rui Mesquita Mendes

- 22 de Junho - Um francês de Avignon na comunidade italiana do Loreto- o projectista e escultor Claude Laparde (c.1675-1738) – pela Doutor Sílvia Ferreira.

Na sequência de colaborações anteriores a secção de Artes e Literatura da SGL através da Professora Maria Leonor Garcia da Cruz, promoveu o XVII Seminário Imagética e Conexões Mundiais- numa estreita colaboração com o CH da Universidade de Lisboa; CICP UÉvora. As sessões foram realizadas por ZOOM.

SECÇÃO DE CIÊNCIAS MILITARES – Presidente: General Vitor Amaral Vieira

A situação sanitária do País continuou a condicionar a realização do Plano de Actividades aprovado. Apesar disso, as sessões programadas foram quase que inteiramente realizadas, apenas por via da aplicação Zoom, tendo um dos Temas inicialmente propostos sido reprogramado para 2023.

Foi possível manter contactos permanentes com os vogais da secção, via e-mail, e encontradas soluções pontuais para manter activa, com os condicionalismos vigentes, a nossa actividade.

1. Durante 2022 a Secção de Ciências Militares (SCM) realizou três Reuniões de Mesa e uma Reunião Plenária.
2. No que se refere a actividades de estudo e divulgação, com ampla participação dos vogais da SCM, foi calendarizada a execução do Plano Anual de Actividades que havia sido proposto e aprovado. Integraram esse Plano diferentes Projetos que foram agrupados em cinco domínios:
 - Visão prospetiva da evolução dos conflitos
 - Visão política sobre o Emprego da Força
 - Visão diplomática sobre a Necessidade da Força
 - Tendências de evolução das tecnologias com aplicação militar
 - Princípios orientadores para as Estratégias Genética, Estrutural e Operacional
3. Estas actividades foram planeadas em formato de conferência ou discussão dirigida, tendo nelas sido sempre conferida particular atenção às respetivas dimensões militares, bem assim como a sua aplicação ao caso nacional.
4. Indicam-se as conferências realizadas durante este período e os respectivos oradores.

Cenários de emprego das Forças Armadas no futuro	Gen Valença Pinto
Um Nova Paradigma para a Força Militar - Os Militares num Mundo em Mudança.	Prof António José Telo
A Guerra na Ucrânia	Dr Carlos Gaspar
Visão prospetiva das linhas de incidência tecnológica para o desenvolvimento de capacidades militares	Contra Almirante Carmo Durão
O Emprego das Forças Armadas no Plano Interno	Dr ^a Ana Miguel Santos
O contributo dos drones e da Inteligência Artificial no desenvolvimento sustentável.	Eng. Francisco Câmara
Caracterização das atuais modalidades do emprego do poder militar - fundamentação da estratégia militar nacional.	Discussão Dirigida

Os conteúdos destas apresentações, em formato digital, constituem-se como acervo da SGL

Relativamente à conferência da Dr.^a Ana Miguel Santos, foi elaborada esta síntese:

No quadro de emprego das Forças Armadas no plano interno, procurou-se perceber o entendimento da utilização das Forças Armadas, sempre objecto de alguma controvérsia, atenta a clara limitação constitucional ao seu emprego no âmbito interno fora das situações de ameaça externa, sendo verdade que, sempre que necessário, elas são utilizadas, independentemente do enquadramento legal dessa utilização, especto resolvido (ou não) à posteriori. Ou seja, a necessidade e a urgência prevalecem e, quando confrontado com uma situação que exija algo que se identifique como sendo uma possibilidade das Forças Armadas, o poder político recorre a elas. Por outro lado, o emprego operacional das forças armadas no nosso território, obriga a uma articulação com outros organismos do Estado, nomeadamente Forças de Segurança, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e outras, que se tem revelado pouco ágil e apresentando mesmo algumas más interpretações. Da intervenção e posterior debate recolheram-se os seguintes pontos:

- Sobre o enquadramento legal deste emprego, nomeadamente se há necessidade de rever a CRP, a conferencista defendeu que não haveria necessidade de rever a CRP, sendo suficiente as diretivas políticas que alargam o âmbito da utilização das Forças Armadas sob a coordenação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que resultaram bem no caso da resposta à pandemia em diversos domínios;

- Sobre a decisão política de empregar recursos em vez de capacidades e as implicações para o comando hierárquico militar, a conferencista defendeu que seria fundamental coordenar e aproveitar sinergias existentes, evitando redundâncias de meios, naturalmente escassos e caros, entre militares e outros organismos do estado;

- Sobre algumas dissonâncias entre o comando das forças armadas e forças de segurança, presentes na resposta em apoio à população, referiu que seria importante a definição clara da autoridade para coordenar este emprego, sendo difícil definir uma norma rígida, sendo preferível uma articulação baseada no conhecimento e presença no local de atuação, procurando manter as linhas hierárquicas das forças e meios;

- Referiu que ficaram importantes lições a retirar do apoio militar numa situação de emergência sanitária que importaria corporizar em novas diretivas políticas que sem diminuir a autoridade militar, regulamentassem o futuro emprego, que infelizmente se teme venha a ser necessário

5. É grato registar que, para os padrões habituais da SGL, as conferências registaram audiências interessantes, que variaram entre 65 e 32 participantes. Também os debates internos foram participados por um número significativo de Vogais.
6. Durante o ano de 2022 a Mesa da SCM manteve a mesma constituição: Presidente - Ten General Amaral Vieira – Vice-Presidentes - Ten General Manuel Couto e Ten General Faria de Menezes - Diretores - Ten General José Calçada e Maj General Grave Pereira - Secretário - Maj General Santos Braga.
7. No próximo dia 25 de Janeiro de 2023, será realizada uma nova Reunião Plenária de que resultará uma nova Mesa da SCM, bem como um Plano de Actividades definitivo para 2023, baseado no projecto enviado à SGL em Março de 2022.
8. Com muito gosto e inteira justiça dá-se nota que o apoio proporcionado pelo Secretariado e outro pessoal da SGL foi sempre competente, eficiente, oportuno e correto.

SECÇÃO DE ESTUDOS LUSO-ÁRABES – Presidente: António Dias Farinha

Vice-Presidente – José Luís Leiria Pinto

Secretário – João Abel da Fonseca

Vice-Secretária – Maria Leonor García da Cruz

O presente Relatório começa por apresentar as Actas das duas reuniões da Secção de História realizadas durante o ano de 2022.

ACTA 1/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de 2022, pelas 14h30, reuniu-se no auditório Adriano Moreira do Edifício-Sede da SGL, a Secção de Estudos Lusó-Árabes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da Acta da reunião anterior;
2. Informações;
3. Eleição da Mesa para o ano de 2022;
4. Plano de Actividades para 2022.

A Mesa foi constituída por todos os seus Membros, à excepção da Vice-Secretária, que justificou a falta e delegou o voto no Presidente, tal como o Vogal Dr. Augusto Jorge Mayer da Silva.

Tomou a palavra o Presidente da Mesa, Prof. Doutor António Dias Farinha, que saudou os circunstantes, agradecendo a presença de todos, tendo-se entrado na Ordem de Trabalhos.

O Secretário da Mesa, Dr. João Abel da Fonseca, leu a Acta da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto 2. – Informações, usaram da palavra:

- 1 – O Presidente da Mesa, para sublinhar o facto de no ano de 2021 não se terem realizado sessões da secção, devido à pandemia, esperando que no ano em curso se pudessem retomar, agora de foram híbrida – presencial e virtual –mantendo-se a vontade de realizar parcerias com outras secções, uma prática desejável e para incrementar. Por ter falecido em 22 de Agosto de 2020 o Vogal da Secção, Dr. Manuel Augusto Pechirra, Presidente do Conselho Directivo do Instituto Lusó-Árabe para a Cooperação (ILAC), vítima de doença oncológica, o Professor Dias Farinha, depois de descrever a acção daquele, pelos laços que criou e fomentou com o mundo árabe, a partir de 1985, propôs que ficasse lavrado em acta um voto de pesar, o que foi prontamente aprovado;

2 – O Secretário, para recordar, no âmbito das comemorações do V centenário da viagem de Fernão Magalhães, uma obra editada pela SGL, em 1958, intitulada *O Bahr-I-Mohit ou «Espelho dos Mares*, de Sidi-Ali ben Hussein, um Roteiro do Mar das Índias, com um prefácio do então Secretário-Geral da SGL, o médico naval Dr. Júlio Gonçalves. Justificou o interesse pelo facto de existir, na obra em apreço, um capítulo dedicado à referida viagem, o que tem sido esquecido na bibliografia afim.

Passando ao ponto 3. – Eleição da Mesa para o ano de 2022, verificando-se a existência de uma só lista concorrente, foi esta reconduzida, por unanimidade, mantendo, por conseguinte, a mesma composição:

Prof. Doutor António Dias Farinha – Presidente;

Contra-almirante José Luís Leiria Pinto – Vice-Presidente;

Dr. João Abel da Fonseca – Secretário;

Prof.ª Doutora Maria Leonor García da Cruz – Vice-Secretária.

Quanto ao ponto 4. – Plano de Actividades para 2022, o Presidente manifestou a sua vontade no sentido de que se aprofundasse a temática relacionada com o que intitulou de ‘Diálogos Luso-Árabes’, contando com a colaboração dos Vogais da Secção através da apresentação de comunicações, a par de outras por parte de oradores convidados. Aproveitou para sugerir que viessem a concretizar-se sessões dedicadas aos seguintes temas:

1 – Árabes e muçulmanos em Timor, pelo Vice-Presidente da Secção;

2 – A viagem de Magalhães n’ *O Bahr-I-Mohit ou «Espelho dos Mares*, de Sidi-Ali ben Hussein, de 1554, pelo Secretário da Secção;

3 – O Morabitismo: um fenómeno transcultural na África Islâmica, pela Vice-Secretária da Secção;

4 – A arquitectura árabe antiga e moderna no Algarve, pelo Arq.º José Alberto Alegria;

5 – A vida de um cristão em terras islâmicas, pelo Prof. Adel Sidarus.

Referiu, ainda, o facto de no corrente ano se cumprirem 80 anos da morte do Prof. David Lopes, justificando-se uma sessão dedicada à revisitação da sua obra, designadamente, o estudo das relações entre Portugal e o mundo islâmico.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou, pelas 14:55, com as palavras do Presidente, renovando o agradecimento pela presença de todos e pela confiança depositada pelos Vogais da Secção na Mesa reeleita.

A presente Acta, depois de aprovada nos termos legais, na reunião da Secção do dia 18 de Novembro de 2022, vai assinada pelo Presidente da Mesa e por mim, seu Secretário, que a redigi e fiz escrever, depois de anotar, por meu punho, o resultado da votação.

Nota: em anexo a esta acta encontram-se as duas delegações de voto supracitadas, que baixam ao arquivo respectivo na Secretaria da SGL.

ACTA 2/2022

Aos dezoito dias do mês de Novembro de 2022, pelas 14h30, reuniu-se na Sala de Reuniões do 2.º andar do Edifício-Sede da SGL a Secção de Estudos Luso-Árabes, no seguimento da convocatória, oportunamente, dirigida a todos os Vogais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

5. Leitura e aprovação da Acta da reunião anterior;

6. Informações;

7. Eleição da Mesa para o ano de 2023;

8. Plano de Actividades para 2023.

A Mesa foi constituída por todos os seus Membros, tendo ainda comparecido o Vogal Prof. António Vermelho do Corral.

Tomou a palavra o Presidente da Mesa, Prof. Doutor António Dias Farinha, que saudou os circunstâncias, agradecendo a presença de todos, tendo-se entrado na Ordem de Trabalhos.

O Secretário da Mesa, Dr. João Abel da Fonseca, leu a Acta da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade.

Quanto ao ponto 2. – Informações, usaram da palavra:

1 – O Presidente da Mesa, para sublinhar o facto de no ano de 2022 não se ter conseguido concretizar todo o Plano de Actividades aprovado na reunião anterior, por incompatibilidade de agenda dos oradores convidados. De seguida, realizou um pequeno historial da actividade da secção há cerca de 60 anos, referindo os nomes de prestigiados vogais arabistas de grande craveira, como António Losa, José Domingos Garcia Domingues, Francisco José Veloso e José Pedro Machado, que intitulou de «quatro magníficos». Mais significou que seria bem acolhida, no seio da SGL, a apresentação do livro *Entre Cristãos, Mouros e Judeus: do Minho ao Mar das Índias (Coletânea de estudos de António Losa)*, com coordenação de António Manuel Lázaro, lançado em Braga em 2018;

A Vice-Secretária para dar conta da realização, em 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 30 de Novembro e 1 de Dezembro (videoconferência intern.), FAZENDA VI Seminário internacional: Gestão económica, tensões sociais e mentais em dinâmicas imperiais e à margem dos impérios, coord. cient. e org. M.L.G.CRUZ e Abílio DINIZ-SILVA / Centro de História UL, apoio FCT, com comissão científica, em rede internacional de parceiros científicos do CHUL e FLUL com: Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ – Programa de pós-graduação em História Social (DCH-FFP) – Seminário Permanente Familias y Redes Sociales: etnicidad y movilidad en el Mundo Atlántico da Universidad de Sevilla – UFRN, Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UESB, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – George Washington University. Apoio da SGL – Secções de Artes e Literatura e de Estudos Luso-Árabes. Áreas de investigação: Estruturas e relações sociais de produção; Mercancia e estatutos sociais; Relações político-administrativas e gestão de recursos; Tributação, projectos e reacções; Investidores: indivíduos, grupos e instituições; Mecanismos financeiros; Formas de controlo; Corrupção; Arbitrios; Exploração de recursos naturais; Produção artesanal e produção industrial; Comércio e profissões de fé; Estado da arte, documental e bibliográfico. <https://sites.google.com/site/fazendaviseminariointernac2022/>

Passando ao ponto 3. – Eleição da Mesa para o ano de 2023, verificando-se a existência de uma só lista concorrente, o Vogal Prof. António Vermelho do Corral propôs que se passasse de imediato à votação. A Mesa foi reconduzida, por unanimidade, mantendo, por conseguinte, a mesma composição:

Prof. Doutor António Dias Farinha – Presidente;

Contra-almirante José Luís Leiria Pinto – Vice-Presidente;

Dr. João Abel da Fonseca – Secretário;

Prof.^a Doutora Maria Leonor García da Cruz – Vice-Secretária.

Quanto ao ponto 4. – Plano de Actividades para 2023, o Presidente manifestou a sua posição no sentido de que se deveria manter os mesmos temas do plano do ano anterior que não foi possível concretizar, a saber:

1. Revisitar a obra de David Lopes. O estudo das relações entre Portugal e o mundo islâmico, pelo Presidente da Secção;

2. Árabes e muçulmanos em Timor, pelo Vice-Presidente da Secção;
3. O Morabitismo: um fenómeno transcultural na África Islâmica, pela Vice-Secretária da Secção;
4. A arquitectura árabe antiga e moderna no Algarve, pelo Arq.º José Alberto Alegria;
5. A vida de um cristão em terras islâmicas, pelo Prof. Adel Sidarus.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou, pelas 14:55, depois de ter sido aprovada por unanimidade a proposta do Vogal Prof. António Vermelho do Corral, de um voto de confiança à Mesa para a redacção da Acta, bem como as palavras do Presidente renovando o agradecimento pela presença de todos.

A presente Acta vai assinada pelo Presidente da Mesa e por mim, seu Secretário, que a redigi e fiz escrever.

Durante o ano de 2022, a Secção de Estudos Luso-Árabes promoveu as seguintes sessões:

20 de Maio – conjunta com a Secção de História, integrada no Ciclo *Comemorações do V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães*, subordinada ao tema “A viagem de Magalhães no *Bahr-I-Mobit*, o «Espelho dos Mares», de Sidi-Ali ben Hussein – um Roteiro do Mar das Índias, de 1554”

Foi orador o Senhor Dr. João Abel da Fonseca;

18 de Novembro – conjunta com a Secção de História, subordinada ao tema “Religião e Poder no Islão: o Xerifismo”

Foi orador o Senhor Prof. Doutor António Dias Farinha.

Ambas as sessões culturais contaram com a organização de Mostras Bibliográficas afins aos temas tratados, mercê do empenho da responsável pela Biblioteca da SGL, Dr.ª Helena Grego, a quem cumpre agradecer a disponibilidade sempre patenteada. Outrossim, uma palavra de reconhecimento muito especial à Senhora D. Carla Abreu, da Secretaria da SGL, pela colaboração prestimosa e sempre dedicada ao longo do ano, bem como a todos os colaboradores da instituição.

SECÇÃO DE ETNOGRAFIA – Presidente: Mestre Dra. Maria Helena Correia Samouco

A Secção de Etnografia durante o ano de 2022 desenvolveu um conjunto de actividades, tendo contado com a colaboração de outras Secções que habitualmente se associam aos eventos programados

Assim realizaram-se as seguintes sessões em:

– 18 de Maio, com a colaboração da Secção de Antropologia e Arqueologia realizou-se a sessão intitulada *ETNÓGRAFOS EM PORTUGAL SEUS CONTRIBUTOS - II Parte* com as comunicações do Prof. Doutor António Piedade: “Zófimo Consiglieri Pedroso e os primórdios da Etnografia em Portugal”; Dr. Nuno Roque da Silveira: “O Padre Karl Estertmann: O etnógrafo do Sudoeste de Angola”; Mestre Dr. José Fernando Reis Oliveira: “O etnógrafo elvense António Tomás Pires”

– Em 11 de Outubro, com a colaboração da Srª Presidente da Comissão Africana realizou-se a sessão intitulada: “Difíceis travessias: reconstituindo a experiência de madeirenses e açorianos embarcados para as plantações da Guiana britânica e Hawaii (século XIX)” em que foram oradoras a Professora Doutora Cristina Bastos e a Professora Doutora Ana Isabel Spranger, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

– Em 15 de Novembro, com a colaboração das secções de Antropologia e Arqueologia, teve lugar a sessão intitulada: “Arte – Diferentes perspectivas de análise cultural” com as comunicações de: Mestre

Dr.^a Maria Helena Correia Samouco: “A Custódia: Notável Relicário da Ourivesaria Portuguesa”; Professora Doutora Ana Cristina Martins (IHC- Polo UÉvora /IN2PAST) “ Diálogos entre Arte e Ciência: O caso da Arqueologia”; Mestre Dr. José Fernando Reis de Oliveira “ Aproximação à “ART BRUT” ou “Outsider ART” – Coleções Notáveis; Artistas Singulares”; Professor Doutor António Piedade: “ Breves Notas sobre Etnomusicologia”; Dr. Viriato Barros da Silveira: “A Geografia, a Antropologia e a Geometria Sagrada”; Dr. Nuno Roque da Silveira: “Tchonza- Escultor quioco da Lunda/Canzar/Angola 1965”.

– Em Janeiro de 2023 realizaram-se eleições para a Mesa da Secção a qual foi reconduzida para o ano de 2023, ficando com a seguinte composição: Presidente: Mestre Dr.^a Maria Helena Correia Samouco; Vice- Presidente: Mestre Dr. José Fernando Reis de Oliveira e Secretário: Prof.^a Doutora Ana Cristina Pereira Neto. Durante a reunião da Secção foram tecidas considerações sobre a necessidade de se convidarem mais sócios para renovar as Secções, por exemplo através de convites apresentados por docentes universitários também sócios da nossa prestigiada Sociedade de Geografia de Lisboa.

SECÇÃO DE ESTUDOS DO PATRIMÓNIO – Presidente: Profa. Doutora Maria João Pereira Neto

Devido à incerteza sobre a evolução da situação pandémica em Portugal – COVID 19 – durante os primeiros meses de 2022, algumas das actividades e sessões previstas pela Secção de Artes e Literatura da SGL, foram anuladas ou adiadas para 2023. No entanto deu -se continuidade à colaboração na organização do 11o Ciclo de Conferências Relações Luso – Italianas, promovidas pela Doutora Nunziatella Alessandrini do CHAM com o alto patrocínio da Embaixada de Itália - subordinada ao tema Património Italiano em Portugal.

Deste modo, e em estreita colaboração com a Secção de Artes e Literatura, promoveram-se as seguintes conferências na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa:

- 11 de Maio, pelas 15 horas – O palácio dos Condes de Soure e Morgado de Cosme de Lafeté sendo orador o investigador: Rui Mesquita Mendes;
- 22 de Junho de 2022 – Um francês de Avignon na comunidade italiana do Loreto- o projectista e escultor Claude Laparde (c.1675-1738) – pela Doutor Sílvia Ferreira.

SECÇÃO DE GENEALOGIA HERÁLDICA E FALERÍSTICA – Presidente: Eng.º António de Mattos e Silva

A Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística da SGL, continuando a sua natural vocação e afirmação do que tem sido preconizado pelas Mesas em funções ao longo dos últimos anos, sublinha o aprofundamento da abordagem inter, multi e transdisciplinar, promovendo e realizando actividades académicas, culturais e científicas, em estreita colaboração com outras Comissões e Secções da SGL e igualmente com muitas outras Instituições nacionais e estrangeiras, sobre temas abrangentes e de comum interesse às mesmas, no incessante respeito pelo rigor ético e excelência das práticas científicas.

Estas inúmeras actividades, devidamente programadas, bem como o âmbito em que se realizam, já têm sido apresentadas e detalhadas nos anteriores Relatórios anuais e também o vão ser no presente Relatório.

No que ao Programa do Ano Académico 2021-2022 diz respeito, porque realizado ainda no ano civil de 2021, importa começar por dizer que *a Mesa desta Secção (que tinha sido eleita em 22 de Setembro de 2020) se manteve em funções*, porque desde o início do mês de Novembro de 2020 até finais do mês de Setembro de 2021 não se puderam realizar as sessões mensais que já estavam programadas para esse período, pois não era permitido, pela Direcção da SGL, realizarem-se sessões presenciais (e optámos por não as realizar de forma digital), devido à pandemia da Covid-19.

Portanto, a Mesa desta Secção continuou a ter a seguinte constituição:

Presidente: Eng.º António de Mattos e Silva

Vice-Presidente: D. Madalena Ferreira Jordão

Vice-Presidente: Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego

Secretário: Mestre José Sesifredo Estevéns Colaço

Como já se referiu, a partir do final do mês de Setembro de 2021 (com o surto pandémico da Covid-19 mais aliviado) a Direcção da SGL voltou a permitir a realização de sessões presenciais, mas com um horário diferente do habitual.

A nossa Secção realizou então novamente as seguintes actividades:

19 de Outubro de 2021 (Abertura do Ano Académico de 2021-2022): Conferência: “Séculos de tradição em iconografias maltesas *que por mercê nos informarão e vários papéis antigos que vimos*”, pelo Vice-Presidente da nossa Secção Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego, Vice-Director do CHAM-F-CSH-UN / CIDEHUS - EU, do IPH.

23 de Novembro: Conferência: “*Quod de pagano rege christianum fecistis*: D. Gaspar de Benemerín”, pelo Dr. João Portugal, Presidente do Instituto Português de Heráldica.

14 de Dezembro (fim do ano civil de 2021): Conferência: “*Vitrais com heráldica portuguesa*”, pelo Arq.º Segismundo Ramires Pinto, um dos fundadores, antigo Presidente e actual vogal desta Secção, do IPH e da APEL.

Como o surto da Covid-19 voltou a alastrar, tendo até, durante alguns períodos, os funcionários da SGL ficarem em teletrabalho, esta Secção só começou novamente a realizar as sessões do ano civil de 2022 no respectivo mês de Março.

15 de Março de 2022: Conferência: «*Medalha de D. Afonso Henriques - Privativa do Exército*”, Símbolo e Lenda na Representação do Seu Patrono», pelo Secretário da nossa Secção Mestre José Sesifredo Estevéns Colaço, da Secção de Heráldica do Exército, Presidente da Academia Internacional de Heráldica (Delegação de Portugal), Vice-Presidente da APEL.

28 de Abril: Conferência: “*Cruzea e violência na cultura heráldica europeia*”, pelo Vice-Presidente da nossa Secção Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego, Vice-Director do CHAM-FCSH-UN / CIDEHUS - EU, do IPH.

9 e 10 de Maio: No “Colóquio Portugal e a Ordem de Malta”, realizado por iniciativa da Secção de História da SGL, o Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego (Vice-Presidente da nossa Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística) e o Arq.º Segismundo Ramires Pinto (Vogal da nossa Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística), participaram nas sessões como oradores convidados, tendo estado também presente o Eng.º António de Mattos e Silva (que foi pessoalmente convidado para assistir a este Colóquio na sua qualidade de Presidente da nossa Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística).

24 de Maio: Conferência: “Origens, apogeu e declínio de uma família escalabitana”, pelo Prof. Doutor Alexandre de Mendonça, Professor Catedrático Convidado e Investigador Coordenador da Faculdade de Medicina da U. L.

19 de Julho: Conferência: “In Memoriam de Simas Alves de Azevedo”, pelo Dr. José Filipe Dias da Costa Menéndez, sócio fundador da Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística da SGL, da APEL, do IPH, da APG. (Presidiu à sessão a Senhora Prof.^a Doutora Manuela Cantinho, Directora do Museu e Secretária-Geral da SGL).

20 de Setembro: Reunião de Trabalho da Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística, que contou com a presença de cinco vogais, tendo-se feito representar, enviando procurações, mais outros oito vogais (totalizando, desta forma, uma representatividade de 13 vogais), e durante a qual foi feita a avaliação dos Anos Académicos de 2020-2022 e foi apresentado, discutido e aprovado por unanimidade o Programa do Ano Académico de 2022-2023. Na ocasião foi igualmente eleita, por unanimidade e aclamação, a Mesa desta Secção para este referido Ano Académico 2022-2023, a qual continuou a não sofrer alteração e se manteve assim constituída:

Presidente: Eng.º António de Mattos e Silva

Vice-Presidente: D. Madalena Ferreira Jordão

Vice-Presidente: Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego

Secretário: *Mestre* José Sesifredo Estevéns Colaço

Mantendo a continuidade dos seus quadros dirigentes, a Mesa desta Secção, agora reeleita, manifestou novamente, e de imediato, a sua total solidariedade para com a Direcção da SGL e evidenciou cabal disponibilidade para sempre trabalhar em conjunto com a Direcção e demais Comissões ou Secções da SGL, na defesa da ética científica e cultural e dos superiores interesses da SGL.

O Presidente manifestou ainda a total disponibilidade da Mesa para se continuar a trabalhar em parceria com outros organismos, nacionais e estrangeiros.

28 de Setembro (Abertura do Ano Académico de 2022-2023): Conferência: “Cativeiro cristão na economia e política de mercê das parentelas, a propósito dos 444 anos da batalha de Al Quasr al-kibr”, pelo Vice-Presidente da nossa Secção Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego, Vice-Director do CHAM-FCSH-UN / CIDEHUS - EU, do IPH.

22 de Novembro: Conferência: “Património Falerístico da Casa Real das Duas Sicílias - Glorificação e Serviços à Santa Madre Igreja”, pelo Dr. Vítor Escudero, da Academia Nacional de Belas Artes, da Real Academia de Bellas-Artes de Santa Isabel de Hungria (de Sevilla), e Delegado em Portugal do Real Circulo Francesco II di Borbone. (Esteve patente uma mostra ilustrativa do tema da Conferência, com Emblemática, Heráldica e Falerística do Reino das Duas Sicílias).

13 de Dezembro (fim do ano civil de 2022): ia realizar-se a Conferência intitulada “Revisitando os usos e aplicações da Heráldica”, pelo Arq.^{to} Segismundo Ramires Pinto, um dos fundadores, antigo Presidente e actual vogal desta Secção, do IPH e da APEL, mas a sessão foi cancelada, pois na tarde deste mesmo dia a SGL encerrou as suas portas, por aconselhamento de organismos oficiais e devido ao mau tempo e às inundações que se fizeram sentir em Lisboa e noutros pontos do país.

Notas Finais: De referir que se tem aumentado o número de vogais desta Secção, com evidente benefício para ela, pois todos não somos demais para continuar a História grandiosa desta “nossa casa”, genuína cátedra de conhecimentos e saberes ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

No âmbito dos Agradecimentos, eles são devidos, em primeiro lugar, à Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, na pessoa do seu Ilustre Presidente e Emérito Académico, o Senhor Professor Catedrático Eng.º Luís Aires-Barros, pelas facilidades, apoio e estímulo sempre evidenciados e dedicados a esta Secção, a par de um constante e interessado acompanhamento que nos apraz saudar e registar.

Agradecimentos são também devidos, por todas as facilidades concedidas pela Biblioteca e Cartoteca da SGL, à Senhora Dr.ª Helena Grego.

Agradecimentos são ainda devidos aos funcionários da SGL, e, em particular, pelo seu trabalho e simpatia, às distintas funcionárias da Secretaria da SGL: D. Carla Abreu e D. Sandra Abreu.

SECÇÃO DE GEOGRAFIA MATEMÁTICA E CARTOGRAFIA – Presidente: Engenheiro Rogério Ferreira de Almeida

No ano de 2022, a Mesa da Secção de Geografia Matemática e Cartografia foi composta por: Presidente – Engenheiro Rogério Ferreira de Almeida

Vice-Presidente – Comandante António Costa Canas

Secretário – Engenheiro José Nuno Lima

Na sequência da Assembleia-geral electiva da SGL, o Engenheiro Rogério Ferreira de Almeida passou a integrar a direcção da SGL, ficando estatutariamente impedido de continuar a presidir à SGMC. Por esse motivo, a presidência foi assumida pelo Vice-Presidente, Comandante António Costa Canas.

Em 2022, realizaram-se três reuniões da Secção em modo virtual (plataforma Zoom). Nelas se determinaram as datas para as palestras a realizar em 2022 e também a preparação das actividades para 2023.

Em 2022 realizaram-se as seguintes palestras:

– “Ângulos, estrelas, fronteiras e atitude – antecedentes da travessia aérea”, proferida pelo sr. Professor João Matos (membro da SGMC), realizada em modo presencial e via Zoom, no âmbito das comemorações da Travessia Aérea do Atlântico Sul, em 23 de Maio;

– “O desenvolvimento da navegação aérea (1919-1921)”, proferida pelo sr. Comandante António Costa Canas (membro da SGMC), realizada em modo presencial e via Zoom, no âmbito das comemorações da Travessia Aérea do Atlântico Sul, em 27 de Maio;

– “O estado da tecnologia aeronáutica no primeiro quartel do século XX”, proferida pelo sr. General Mimoso e Carvalho, realizada em modo presencial e via Zoom, no âmbito das comemorações da Travessia Aérea do Atlântico Sul, em 27 de Maio;

– “Antártida – OPERANTAR XL”, proferida pelo sra. Tenente Laura Sousa, do Instituto Hidrográfico, realizada via Zoom, numa sessão conjunta com a Secção de Geografia dos Oceanos, em 30 de Maio;

– “Aplicação de imagens multiespectrais de Detecção Remota na derivação da batimetria de zonas costeiras superficiais”, proferida pelo Sra. Comandante Isabel Bué, do Instituto Hidrográfico, realizada via Zoom, em 21 de Junho;

Em 20 de Dezembro de 2022, realizou-se uma reunião presencial na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa para a eleição da Mesa da Secção de Geografia Matemática e Cartografia para 2023.

Foram eleitos, por unanimidade:

Presidente - Comandante António Costa Canas

Vice-Presidente - Comandante Miguel Bessa Pacheco

Secretário - Engenheiro José Nuno Lima

SECÇÃO DE GEOGRAFIA DOS OCEANOS – Presidente: CAIm. José Bastos Saldanha

Mesa da Secção

Presidente: CAIm José Bastos Saldanha (sócio nº 19591),

Vice-Presidente: Dr. José Hipólito Monteiro (18429),

Secretário: Prof. Doutor Pedro Borges Graça (20100),

Vice-Secretário: Doutora Ana Maria Correia Ferreira (20688).

Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar”

A evolução para endemia da Covid-19 permitiu a abertura plena das atividades da Sociedade de Geografia de Lisboa a partir de 2

de maio de 2022 e à Secção de Geografia dos Oceanos (doravante SGO ou Secção) passar progressivamente do modo virtual ao híbrido na continuidade das Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar” durante o exercício de 2021 com a finalidade de contribuir para a consciencialização pública relativamente à importância dos oceanos e das zonas costeiras, em termos dos valores que representam e dos riscos que enfrentam. As ações desenvolvidas agruparam-se em três grandes áreas:

a) *Comemoração do Dia Nacional do Mar* que, além de manter viva a data em que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar entrou em vigor em 16 de novembro 1994, é uma oportunidade para refletir sobre a temática dos oceanos e das zonas costeiras e prestar reconhecimento público a uma individualidade ou instituição que, pela atualidade da sua obra, se tenha distinguido no desenvolvimento e divulgação da cultura do mar.

b) *Participação na Conferência dos Oceanos*.

c) *Agenda do Oceano* atende às questões relativas ao oceano e às suas margens que foram abordadas nos âmbitos internacional, europeu e nacional, mediante a divulgação, a discussão e o acompanhamento do seu implemento.

d) *Divulgação da Nossa Cultura do Mar* nas suas diversas expressões, incluindo a vulgarização do conhecimento oceanográfico, de modo a contribuir para uma remoçada assunção do mar, desígnio permanente de Portugal.

Importa realçar que a temática do Programa de Atividades para 2022, designado Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar” e aprovado em 8 de outubro de 2021, continuou a centrar-se, a médio prazo, no implemento da condição necessária para concretizar numa visão de longo prazo (50 anos) a sustentabilidade das atividades humanas com incidência direta ou indireta no Mar Português, o bem comum de todos nós. Ora, a assunção plena daquela condição decorre da obrigação por compromisso nacional para a concretização aprazada das estratégias marinhas, que no âmbito da Diretiva-Quadro «Estratégia Marinha» foram estabelecidas para as águas lusas em dois ciclos: os resultados do primeiro que decorreu entre 2012-2018 estão descritos no Relatório Inicial (avaliação inicial, definição do bom estado ambiental e estabelecimento de metas ambientais), constituindo a fase de preparação daquelas estratégias marinhas; o segundo ciclo (2018-2024) respeita ao estabelecimento de um Programa de Monitorização que visa o

acompanhamento sistemático do estado ambiental das águas marinhas nacionais, tendo por referência as metas ambientais estabelecidas anteriormente, considerando fatores bióticos e abióticos relevantes, bem como as pressões e impactos dominantes. Uma tal relevância não alterou o quadro de vinculação de Portugal com objetivos atuais de âmbito diverso descritos na *Agenda do Oceano* e concretizados em:

- a) 16 de novembro, na sessão comemorativa do Dia Nacional do Mar.
- b) No 5.º ciclo do Seminário do Mar dedicado a “Ciência e Sustentabilidade”.

No planeamento e execução destas ações, procurou privilegiar-se o trabalho em cooperação por intermédio de objetivos comuns, o que permitiu caminhar em parceria com diversas instituições e individualidades, adiante referidas, a quem se agradece o patrocínio e apoio prestados, sem os quais não seria possível conferir a dignidade e a visibilidade indispensáveis. Uma palavra final de reconhecimento para todos os participantes nas Jornadas.

Dia Nacional do Mar de 2022

1) A Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/98 de 26 de fevereiro institucionalizou o Dia do Mar em 16 de novembro, data de entrada em vigor em 1994 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; tem recebido a designação de Dia Nacional do Mar (DNM) para distinguir o seu carácter luso de outros eventos similares, tais como, o Dia Europeu do Mar, o Dia dos Oceanos e o Dia Mundial do Mar. De entre as celebrações que se multiplicaram pelo País em 16 de novembro, Dia Nacional do Mar, a habitual sessão comemorativa que a Sociedade de Geografia de Lisboa vem organizando anualmente decorreu entre as 14h30 e as 16h50 em modo presencial, no auditório Adriano Moreira, e em modo digital para acompanhamento remoto mas sem qualquer intervenção. Após palavras de abertura e de agradecimento aos conferencistas e auditores pelo Secretário-Geral Doutora Maria Manuela Cantinho Pereira em representação do Presidente da SGL, o Presidente da Secção de Geografia dos Oceanos (SGO) teve considerações breves sobre o significado desta celebração cuja importância acrescida decorre das fundadas expectativas da Humanidade no desenvolvimento sustentável no contexto de uma pandemia global ainda em curso, tensões geopolíticas, conflitos existentes, insegurança alimentar, o risco crescente de uma recessão global e uma alteração climática.

- a) A temática geral escolhida, *A salvaguarda da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável na presente conjuntura global*, decorre da Declaração Ministerial do Fórum de Alto Nível Político para o Desenvolvimento Sustentável (HLPF) de 2022, reunido em Nova Iorque de 5 a 15 de julho, que reafirmou entre outros desígnios, a erradicação da pobreza em todas as formas e dimensões, incluindo a extrema pobreza; a importância de conseguir a segurança alimentar global; e de que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e nenhuma paz sem desenvolvimento sustentável. E refletiu sobre o impacto da Covid-19 na Agenda 2030 e indicou quais as ações conducentes a uma melhor recuperação sem deixar de agilizar o progresso para os SDGs, os Objetivos em análise, outros assuntos prioritários e o “nosso roteiro para o futuro”. E reafirmou o compromisso que foi assumido com as ações inscritas na declaração política aprovada na Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2019, em que se incluí o *Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável de 2019*.
- b) A sessão prosseguiu com a mesa-redonda sobre “A relação ciência-política no progresso da Agenda 2030” e finalizou com a conferência “O progresso alcançado na Conferência dos Oceanos de Lisboa e os desafios que persistem na implementação com sucesso do ODS 14”.

- c) O tópico da mesa-redonda procedeu da Declaração Política aprovada na Conferência dos Oceanos de 2022 que reafirmou um forte compromisso para conservar e utilizar de modo sustentável o oceano, mares e recursos marinhos e apelou a uma maior ambição a todos os níveis para intervir decisivamente e com urgência na melhoria da saúde e da produtividade, uso sustentável e resiliência do oceano e dos seus ecossistemas. Reconheceu a importância da Década das Nações Unidas das Ciências dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), salientando que as ações baseadas na ciência e na inovação e a cooperação internacional e as parcerias com fundamento na ciência, tecnologia e inovação, em conformidade com as abordagens de precaução e ecossistémicas, contribuirão com as soluções necessárias para superar os desafios para alcançar o Objetivo 14.
- d) A mesa-redonda “A relação ciência-política no progresso da Agenda 2030” foi moderada pela Prof.^a Cat. Maria João Bebianno, Membro do Grupo de Especialistas do Processo Regular das Nações Unidas (CIMA/UAlgarve), que intitulou a sua comunicação *A interface Ciência-Política no World Ocean Assessment das Nações Unidas* em que destacou o 3.º ciclo do *Processo Regular de Avaliação do Estado Global do Oceano (Processo Regular)* a decorrer desde 2021 até 2025, cujo propósito é consolidar a avaliação científica contínua do estado do meio marinho para reforçar a base científica da decisão política. Seguiram-se:
- O Prof. Doutor Luís Menezes Pinheiro, Presidente do Comité Português para a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC/UNESCO) (CESAM/UAveiro) que, na sequência de intervenções anteriores, deu conta do estado de implemento do Plano da Década das Ciências do Oceano (2021-2030) necessário para a concretização da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
 - O Prof. Doutor Luís Goulão, da Direção do Doutoramento em Ciência da Sustentabilidade da Universidade de Lisboa (ISA, ULisboa), com a comunicação *Contributo do Doutoramento em Ciências da Sustentabilidade da Universidade de Lisboa* que ampliou a informação prestada na sessão comemorativa do Dia Nacional do Mar de 2021, a partir da experiência entretanto adquirida na responsabilidade partilhada entre ciências naturais e sociais na organização e ensino com evidência na avaliação do modelo pedagógico, no trabalho de projeto, em teses que procuram transformar conhecimento em resultados e inovação e na formulação de recomendações atinentes à relação ciência-política para a Sustentabilidade. E referiu ainda que este grande projeto da Universidade de Lisboa envolve 17 escolas das suas Faculdades e Institutos e que se aguarda com fundada expectativa o contributo científico das primeiras teses de doutoramento.
 - A Prof.^a Cat. Maria Eduarda Gonçalves (ISCTE, ULisboa), que designou a sua comunicação de *A utilização da ciência na informação de políticas públicas*, começou por introduzir algumas referências recentes sobre a questão em apreço para oferecer uma reflexão que a pandemia de Covid-19 proporcionou como “teste da qualidade” do parecer científico e técnico, com evidência para os desafios que se suscitam na interface ciência-política, a necessidade do diálogo interdisciplinar, da comunicação e da compreensão públicas da ciência, de instituições de fronteira que facilitem a comunicação do saber e o combate à desinformação.
- Seguiu-se um animado debate com participação dos auditores presentes.
- e) A conferência “O progresso alcançado na Conferência dos Oceanos de Lisboa e os desafios que persistem na implementação com sucesso do ODS 14” foi proferida pelo Emb. Alexandre Leitão,

enviado especial para o Clima e vice-presidente da Comissão Organizadora da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (MNE). Reveste um testemunho essencial sobre o papel determinante do oceano para a salvaguarda mediata da Biosfera e a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, centrando-se de modo exaustivo no enquadramento da Conferência dos Oceanos de 2022 e no seu planeamento e concretização concluindo que foram cumpridos os principais objetivos substantivos definidos pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 73/292, em 9 de maio de 2019 e assumidos pelo Estado Português e o nosso parceiro queniano. E a terminar, o Emb. Alexandre Leitão Conferência dos Oceanos reconhece que a Conferência dos Oceanos foi um marco importante de afirmação de Portugal como país com vocação marítima, cabendo-nos aproveitar esta oportunidade de desenvolvimento socioeconómico, através do Mar que nos faz potência geográfica.

- f) Antes do encerramento da sessão, o CAIm. José Bastos Saldanha evocou duas efemérides com significado universal e de candente atualidade cujas datas aniversariantes ocorreram em 16 de novembro:
- Os 77 anos da fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a finalidade de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, as ciências naturais, as ciências sociais e humanas e a comunicação e informação.
 - O Dia Internacional para a Tolerância, instituído pela resolução 51/95 da UNESCO, para ser comemorado no dia 16 de novembro de cada ano, em reconhecimento da declaração de Paris, assinada no dia 12 desse mês, em 1995, que foi subscrita por cento e oitenta e cinco Estados.
- g) A terminar, o CAIm. José Bastos Saldanha, em representação do Prof. cat. Luís Aires-Barros, agradeceu a disponibilidade e o elevado mérito do contributo prestado pelas individualidades participantes e bem assim a todos os auditores, o que permitiu, mais uma vez, concretizar uma bem-sucedida sessão celebrativa do Dia Nacional do Mar.
- h) Atendendo à relevância dos assuntos tratados nesta sessão comemorativa, eles serão publicados numa próxima edição do Boletim da SGL.

Participação na Conferência dos Oceanos

1) Compromissos e promessas

a) No âmbito das Nações Unidas

A dimensão da Conferência dos Oceanos implicou que, para um seu conhecimento mais equilibrado, se recorresse ao documento, *Summary of the Second UN Ocean Conference: 27 June – 1 July 2022*, produzido pelo *Earth Negotiations Bulletin* (A Reporting Service for Environment and Development Negotiations), acessível em enb.iisd.org/2022-un-ocean-conference.

– Após dois anos de adiamento devido à pandemia Covid-19, a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para Apoio à Implementação do Objetivo 14 para o Desenvolvimento Sustentável, doravante Conferência dos Oceanos, decorreu em Lisboa entre 27 de junho e 1 de julho deste ano e foi convocada de acordo com a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 73/292 e Decisão n.º 75/578. O tema geral da Conferência foi “Aumentar a incidência sobre os Oceanos fundada na ciência e na inovação para concretizar o Objetivo 14 em termos de análise, parcerias e soluções”.

– Os trabalhos foram organizados num debate geral e em diálogos interativos sobre: poluição marinha; reforço das economias oceânicas; gestão, proteção, conservação e reabilitação dos ecossistemas

marinhos e costeiros; minimização e combate à acidificação, desoxigenação e aquecimento dos oceanos; tornar a pesca sustentável e assegurar o acesso de pescadores artesanais de pequena pesca aos recursos marinhos e mercados; aumento dos conhecimentos científicos e desenvolvimento da capacidade de investigação e a transferência de tecnologia marinha; reforço da conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos implementando o direito internacional, tal como expresso na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS); e potenciando as interligações entre o SDG 14 e outros Objetivos para a concretização da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030.

– Foram anunciados cerca de 300 compromissos voluntários, 50 de alto nível, em que se insere o projeto de investimento apresentado por Portugal para produzir energias renováveis do oceano e atingir uma capacidade de 10 gigawatts até 2030. No entanto, persistiram interrogações sobre se as promessas se traduziriam “num apoio significativo para os responsáveis pela gestão do oceano especialmente porque o SDG 14 permanece como o mais subfinanciado dos 17 Objetivos Globais”, continuando o acesso ao financiamento disponível a apresentar problemas. Além dos novos compromissos, os delegados à Conferência refletiram sobre o progresso realizado desde a primeira Conferência em 2017, salientando os avanços concretos para resolver a poluição por plásticos, incluindo no meio marinho, mediante a instituição de um comité de negociação intergovernamental para elaborar um novo tratado internacional para terminar com aquela poluição. Os delegados também registaram o progresso realizado sobre o novo acordo para conservar e utilizar de forma sustentável a biodiversidade no alto mar com elevadas expectativas de que o processo esteja concluído em 2022, além do apelo a uma moratória sobre a mineração do mar profundo. Olhando para o futuro, a França e a Costa Rica anunciaram a sua disponibilidade para co-organizarem a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano em 2025.

– A Conferência aprovou a Declaração Política “O Nosso Oceano, Nosso Futuro, Nossa Responsabilidade” (A/ CONF.230/2022/L.1) como documento final com a recomendação para que a Assembleia Geral o adote na sua 76.^a sessão. Nessa declaração os Chefes de Estado e de Governo e representantes de alto nível, sociedade civil e outros parceiros relevantes reafirmaram um forte compromisso para conservar e utilizar sustentavelmente o oceano, mares e recursos marinhos e apelaram a uma maior ambição a todos os níveis para intervir decisivamente e com urgência para melhorar a saúde, a produtividade o uso sustentável e a resiliência do oceano e dos seus ecossistemas. Reafirmou os termos da Declaração da Conferência das Nações Unidas de 2017 “O Oceano, Nosso Futuro: Apelo à Ação” e reconheceu a importância da Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), salientando que as ações baseadas na ciência e na inovação e a cooperação internacional e as parcerias com fundamento na ciência, tecnologia e inovação, em conformidade com as abordagens de precaução e ecossistémicas, contribuirão com as soluções necessárias para superar os desafios para alcançar o Objetivo 14.

– Cerca de 4.000 delegados, incluindo vários Chefes de Estado e de Governo, participaram na Conferência, coorganizada pelos Governos do Quênia e de Portugal, que incluiu eventos especiais e laterais que ocorreram por toda a cidade de Lisboa.

b) Além da supracitada promessa, Portugal comprometeu-se ainda a garantir que 100% da área marinha sob soberania ou jurisdição portuguesa seja avaliada como em Bom Estado Ambiental e a classificar 30% das áreas marinhas nacionais até 2030.

2) Intervenção da SGL

a) Participou com três representantes, membros da SGO que foram selecionados de acordo com o

processo de deliberação na sessão de 6 de maio passado e propostos à Presidência como representantes da instituição:

- (18429) Dr. José Hipólito Monteiro;
- (19591) C/Alm José Manuel Pinto Bastos Saldanha;
- (20951) Eng. Joaquim Fernandes Lourenço.

- b) Conforme foi exposto na sessão anterior gorou-se a tentativa de concretização de uma proposta de evento paralelo da Conferência.
- c) No entanto, interessa repassar a fundamentação então apresentada para solicitar a participação na Conferência com “o acompanhamento desde 2015 da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em particular com o Objetivo 14 e com o Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável de 2019 (titulado *O Futuro é Agora: A Ciência para Alcançar o Desenvolvimento Sustentável*), o qual reconhece que a *ciência da sustentabilidade* pode ajudar a resolver os diferendos e as questões controversas na concretização da Agenda 2030. Essa revelou-se a nossa principal demanda”.
- A participação com um evento paralelo na Conferência valorizaria a abordagem temática sobre *desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e ciência da sustentabilidade* num seminário no próximo outono que a SGL pretende organizar.
 - O enunciado da nossa proposta de evento paralelo era “Como é que a ciência da sustentabilidade está a abordar as soluções de compromisso e as questões desafiantes envolvidas na implementação do GDS e, em particular, do Objetivo 14?”. Como se pode verificar, ela enquadra-se quer na finalidade da Conferência quer no propósito do 6.º tópico das suas conversações interativas a efetuar no seu âmbito, adiante transcritos:
 - (i) Finalidade da Conferência: “Aumentar a incidência sobre os Oceanos fundada na ciência e na inovação para concretizar o Objetivo 14 em termos de análise, parcerias e soluções”.
 - (ii) Propósito do 6.º Tópico das conversações interativas da Conferência: “Incrementar o conhecimento científico e desenvolver a capacidade de investigação e a transferência de tecnologia marinha”.
 - O evento deveria contar com um acreditado conferencista especializado em *ciência da sustentabilidade*, acompanhado de uma individualidade portuguesa que estivesse associada à mesma ciência.
 - (i) O tópico a tratar: “Como é que a ciência da sustentabilidade está a abordar as soluções de compromisso e as questões desafiantes envolvidas na implementação do GDS e, em particular, do Objetivo 14?”
 - (ii) A escolha do conferencista devia recair num dos membros do grupo de cientistas que elaborou o Relatório de 2019, a contactar por intermédio do seu copresidente Professor Doutor Peter Messerli (Switzerland), Diretor, Centre for Development and Environment (CDE), University of Bern, Switzerland.
 - (iii) Em email de 22 de abril, o Presidente da SGL endereçou convite ao Professor Peter Messerli, expressando admiração pela investigação desenvolvida, e no caso da sua indisponibilidade mais solicitou a indicação de outro cientista do Grupo de 2019 que pudesse aceitar o convite. Em resposta de 28 de abril, o Professor Messerli declinou o convite devido a compromissos anteriores, mas mostrou-se recetivo no futuro.

- d) Gorada esta tentativa, acompanhou-se os trabalhos da Conferência para colher referências sobre a aplicação da *ciência da sustentabilidade*. Nesse sentido, de entre os temas abordados pelas “sete conversações interativas da Conferência” consultou-se os documentos-sumário de cada uma e em particular o 6.º tópico cujo propósito é: “Incrementar o conhecimento científico e desenvolver a capacidade de investigação e a transferência de tecnologia marinha”. Por este ser o tópico de referência para o nosso projeto de evento paralelo, pesquisámos o respetivo registo vídeo existente na base de dados da TV das Nações Unidas e, em nenhuma das valiosas intervenções dos copresidentes, moderador (Doutora Margaret Leinen, diretora do Scripps Institution of Oceanography) e membros do painel (Doutor Vladimir Ryabinin, secretário executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, UNESCO; Doutora Jane Lubchenco, Subdiretora para o Clima e Ambiente da Casa Branca, Gabinete para a Ciência e Tecnologia; Doutor Peter de Menocal, presidente do Woods Hole Oceanographic Institute; e Doutor Hide Sakaguchi, presidente do Ocean Policy Research Institute da Sasakawa Peace Foundation) e bem assim dos participantes foi sequer referida a *ciência da sustentabilidade*. Uma representante das Nações Unidas (Divisão para os Assuntos do Oceano e o Direito do Mar) explicitou melhor as alusões gerais dos oradores anteriores à importância da relação entre ciência e política ao referir o Parte superior do formulário do Processo Regular das Nações Unidas para Informação e Avaliação Global sobre o Estado do Ambiente Marinho, incluindo os Aspetos Socioeconómicos (doravante Processo Regular), mormente o 3.º ciclo em curso no período de 2021 a 2025, em que se reconhece o papel das ciências do oceano no processo de tomada de decisão, em particular no apoio a ações que assegurem a sustentabilidade no futuro; de acordo com o programa de trabalho para aquele 3.º ciclo, são esperados três resultados principais, sendo o terceiro (“o desenvolvimento de capacidades”) considerado como um dos objetivos fundamentais do Processo Regular, mediante o crescimento das capacidades dos Estados no reforço da interface oceânica entre ciência e política nos âmbitos nacional, regional e global.
- e) A supracitada omissão de qualquer referência à *ciência da sustentabilidade* no âmbito das Nações Unidas faz nascer a dúvida sobre a divulgação (ou eventualmente a aceitação) do Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável de 2019 (titulado *O Futuro é Agora: A Ciência para Alcançar o Desenvolvimento Sustentável*), o qual foi elaborado por um grupo de cientistas nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de acordo com a decisão tomada pelos Estados-membros no HLPF de 2016. É inofismável o estatuto (Ministerial declaration of the 2016 high-level political forum on sustainable development, convened under the auspices of the Economic and Social Council, on the theme “Ensuring that no one is left behind” - E/HLS/2016/1, annex IV, para. 7) conferido ao Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável em termos de âmbito, frequência, método e relação com o relatório de execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Saliente-se que o conteúdo do Relatório é da inteira responsabilidade do grupo independente de cientistas.

Agenda do Oceano

No âmbito da Secção:

Devido á escassez de meios não foi possível à SGO, durante o ano de 2022, proceder à compilação sistemática e divulgação periódica da *Agenda do Oceano*, com o propósito de identificar as questões

relativas ao oceano e às suas margens nos âmbitos internacional, europeu e nacional, de modo a permitir o seu acompanhamento e eventual debate. Todavia, assinalaram-se alguns acontecimentos com maior repercussão marítima e marinha a prazo:

Em Portugal

– Em 1 de fevereiro foi distribuída a *OCEANICA*-Newsletter da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, nº 8 da Série II (dezembro de 2021). A *OCEANICA* é uma newsletter criada para divulgar as iniciativas e atividades realizadas no âmbito da Cátedra e com ela pretende-se fomentar a criação de uma rede internacional de instituições e pessoas interessadas pela temática e que queiram participar enviando notícias e sugestões. Para subscrever, enviar informações, notícias e sugestões de divulgação contatar: oceanheritage.news@fcs.unl.pt. Informação em [OCEANICA N.º8 \(Série 2\) \(campaign-archive.com\)](https://oceanica.unl.pt/campaign-archive.com).

– Em 2 de fevereiro entrou em vigor o Acordo sobre as Condições de Exercício da Atividade das Frotas Portuguesa e Espanhola nas Águas de Ambos os Países, entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, assinado em Luxemburgo, em 28 de junho de 2021 de acordo com o Aviso dos Negócios Estrangeiros n.º 3/2022, DR n.º 23/2022, Série I de 2022-02-02

– Em 10 de fevereiro foi autorizada a reprogramação dos encargos plurianuais relativos à aquisição pela Guarda Nacional Republicana de um Coastal Patrol Vessel e de três Coastal Patrol Boats de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2022, DR n.º 29/2022, Série I de 2022-02-10.

– De 16 a 20 de fevereiro decorreu a Nauticampo - Salão Internacional de Navegação de Recreio, Desporto Aventura, Caravanismo e Piscinas na Feira Internacional de Lisboa, o maior evento de Atividades Náuticas, Lazer ao Ar Livre, Desporto e Aventura em Portugal e um dos mais antigos da Europa.

– Em 30 de março, nomeação do Primeiro-Ministro do XXIII Governo Constitucional António Luís Santos da Costa pela Presidência da República, Decreto do Presidente da República n.º 81-B/2022, DR n.º 63/2022, 2.º Suplemento, Série I de 2022-03-30.

– Em 7 de abril, o Governo apresentou à Assembleia da República o Programa do XXIII Governo Constitucional [1.º Desafio Estratégico - Alterações Climáticas e Transição Climática | I.IV Valorizar o Território: do Mar à Floresta | Apostar no potencial do Mar, pp. 94-96].

– Em 20 de abril, o Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, lançou junto de representantes de várias entidades públicas e privadas, a iniciativa de uma ‘*task force*’ para a área do mar com o objetivo de potenciar o contributo do mar para a economia do país e reforçar a posição e a visibilidade de Portugal no mundo, enquanto nação eminentemente marítima.

– Em 5 de maio evocou-se o Dia Mundial da Língua Portuguesa, proclamado em 2019 pela 40.ª sessão da Conferência Geral da UNESCO.

– Em 9 de maio foi aprovado o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional pelo Decreto-Lei da Presidência do Conselho de Ministros n.º 32/2022, de 9 de maio, DR n.º 89/2022, Série I de 2022-05-09.

– Em 9 de maio foi aprovado o Código de Conduta do XXIII Governo Constitucional pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2022, de 9 de maio, DR n.º 89/2022, Série I de 2022-05-09.

– Em 15 de maio, o Aeroporto Internacional de Faro foi denominado de Aeroporto Gago Coutinho pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2022, de 15 de maio, DR n.º 129/2022, Série I de 2022-07-06.

– Entre 19 e 22 de maio, ocorreu em Faro a celebração do Dia da Marinha sob o tema “Novas Tecnologias na Marinha”. Esta efeméride presta homenagem ao grande feito de Vasco da Gama que em 20 de maio de 1498, pela primeira vez na história, ligou, por via marítima, a Europa ao Oriente, com a chegada a Calecute, na Índia. Esta data e o feito que lhe está associado foi escolhido para celebrar o

Dia Europeu do Mar.

– Em 27 de maio, foi publicado o resultado da eleição do presidente do Conselho Nacional de Educação pela Resolução da Assembleia da República n.º 19/2022, de 27 de maio, DR n.º 109/2022, Série I de 2022-06-06.

– Em 27 de maio foi aprovado o Orçamento do Estado para 2022 pela Lei da Assembleia da República n.º 12/2022, de 27 de maio, DR n.º 122/2022, Série I de 2022-06-27.

– Em 17 de outubro, em nota do portal do Instituto do Mar e da Atmosfera, I.P., foi noticiado o óbito do Prof. Carlos Sousa Reis, que dedicou a sua vida ao ensino, à investigação e à operacionalização da Biologia Marinha, com realce para o contributo notável que prestou às Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar” com intervenções em diversos eventos. A Secção evocou comovidamente a sua memória e apresentou os sentidos pêsames aos seus Familiares e Amigos.

– Em 18 de outubro, alteração da Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» pela Resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º 93/2022, de 18 de outubro, DR n.º 201/2022, Série I de 2022-10-18.

– Em 25 de outubro, designação dos membros do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável pela Resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º 99/2022, de 25 de outubro, DR n.º 206/2022, Série I de 2022-10-25.

– Em 26 de outubro, fixação dos tamanhos mínimos de referência de conservação para espécies, relativo à conservação dos recursos haliêuticos e à proteção dos ecossistemas marinhos através de medidas técnicas pela Portaria do Ministério da Agricultura e Alimentação n.º 255/2022, de 26 de outubro, DR n.º 207/2022, Série I de 2022-10-26.

– Em 22 de novembro, obrigatoriedade de instalação de equipamento de monitorização contínua ou de seguimento em todas as embarcações licenciadas para a pesca com ganchorra pela Portaria do Ministério da Agricultura e Alimentação n.º 281/2022, de 22 de novembro, DR n.º 225/2022, Série I de 2022-11-22.

– Em 20 de dezembro, adaptação da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2022, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República n.º 243/2022, Série I de 2022-12-20.

– Em 21 de dezembro, aprovação do plano estratégico da pequena pesca pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2022, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República n.º 244/2022, Série I de 2022-12-21.

– Em 23 de dezembro, alteração do regime da organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional pelo Decreto-Lei n.º 86/2022, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República n.º 246/2022, Série I de 2022-12-23.

– Em 29 de dezembro, prosseguimento da execução do programa de aquisição de seis NPO da classe «Viana do Castelo» destinados à Marinha Portuguesa pela Resolução do Conselho de Ministros n.º

146/2022, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República n.º 250/2022, Série I de 2022-12-29.

– Em 29 de dezembro, autorizada a reprogramação dos encargos plurianuais relativos à aquisição pela Guarda Nacional Republicana de um Coastal Patrol Vessel e de três Coastal Patrol Boats pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2022, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República n.º 250/2022, Série I de 2022-12-29.

– Em 30 de dezembro, aprovação da Lei das Grandes Opções para 2022-2026 pela Lei n.º 24-C/2022, 2.º Suplemento, da Assembleia da República, publicada no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30.

– Em 30 de dezembro, aprovação do Orçamento do Estado para 2023 pela Lei n.º 24-D/2022, 2.º Suplemento, da Assembleia da República, publicada no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30.

Âmbito europeu

– Em 31 de janeiro foi divulgado o Relatório de Execução do primeiro ano do Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (noticiado em dezembro de 2021) que evidencia progresso da economia azul no Atlântico. O mesmo relatório apresenta as atividades lançadas em 2021, além de ideias específicas sobre como fortalecer a concretização o implemento do AAP 2.0 em 2022 e depois. Também mostra projetos importantes, escolhidos de uma base de dados com mais de 500 projetos que já são financiados no Atlântico. Informação em [2021_atlantic_action_plan_implementation_reports.pdf](#) (atlanticstrategy.eu)

– Em 19 e 20 de maio decorreu em Ravena (Itália) a conferência do Dia Europeu do Mar de 2022, que foi coorganizada pela Comissão Europeia, Governo Italiano, Região de Emilia-Romagna e o Município de Ravena, sob o tema “Uma economia azul sustentável para uma recuperação ecológica”, tendo revestido um evento híbrido.

– Em 12 de dezembro, o Conselho de Agricultura e Pescas da União Europeia mediante proposta da Comissão Europeia aprovou as oportunidades de pesca para 2023 para as populações piscícolas administradas exclusivamente pela União no Atlântico, Kattegat e Skagerrak e para as populações compartilhadas bilateralmente com a Noruega e trilateralmente com a Noruega e o Reino Unido. Evidenciou-se um progresso notável na pesca sustentável na União Europeia em 2022, em que 80% das capturas totais permitidas (TAC) foram inferiores ao rendimento máximo sustentável (MSY), o que indicia um futuro saudável para as populações piscícolas e os pescadores que neles confia em comparação com os escassos 14% atingidas pelas TAC em 2009.

Âmbito mundial

– Em 22 de março celebrou-se o Dia Mundial da Água (evocado desde 1993), incidindo a sua temática na importância da água doce; este ano o destaque centrou-se nas águas subterrâneas, um recurso invisível com um impacte visível em toda a parte.

– Em 22 de maio, o Dia Internacional da Diversidade Biológica procurou, com a abordagem de um futuro partilhado para a vida, conferir um impulso e apoio à plataforma para a biodiversidade global pós-2020 a ser aprovada na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, COP15.

– Em 5 de junho, o Dia Mundial do Ambiente celebrou o tema “Só há uma Terra” adotado na Conferência de Estocolmo de 1972 com enfoque em “Viver de forma sustentável em harmonia com a Natureza”.

– Em 8 de junho, o Dia Mundial dos Oceanos realçou o tema “Revitalização: Uma ação coletiva pelo Oceano”, que revestiu a primeira celebração híbrida deste evento anual com uma sessão presencial na sede das Nações Unidas em Nova Iorque transmitida em direto.

– De 5 a 7 e de 11 a 15 de julho teve lugar na sede das Nações Unidas em Nova Iorque o Fórum de Alto Nível Político para o desenvolvimento sustentável (HLPF) de 2022. O Fórum foi convocado sob o tema “Reconstruir melhor a partir da doença do coronavírus (COVID-19) enquanto se progride na plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” no contexto de uma pandemia global em curso, tensões geopolíticas, conflitos existentes e uma alteração climática para analisar os esforços dos governos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) e conduzir uma análise completa dos SDG 4 (qualidade da educação), 5 (igualdade de género), 14 (vida aquática), 15 (vida em terra), e 17 (parcerias para os objetivos). O Fórum 2022 iniciou o planeamento da segunda cimeira sobre SDGs para ser antecipada para setembro de 2023 (a periodicidade é quadrienal) e os Estados-Membros foram instados a serem perturbadores na preparação para a sessão e de aproveitar a oportunidade que a Cimeira pode oferecer para retomar o curso da Agenda 2030. No último dia foi aprovada a Declaração Ministerial (em ficheiro anexo) que reafirma: a erradicação da pobreza em todas as formas e dimensões, incluindo a extrema pobreza; a importância de conseguir a segurança alimentar global; e de que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e nenhuma paz sem desenvolvimento sustentável. A Declaração ainda inclui partes sobre o impacto da COVID-19 na Agenda 2030 e ações conducentes a uma melhor recuperação sem deixar de agilizar o progresso para os SDGs, os Objetivos em análise, outros assuntos prioritários e o “nosso roteiro para o futuro”. No seu parágrafo 118, a Declaração solicita que seja aprovada para implementação e reafirma o compromisso que foi assumido com as ações inscritas na declaração política aprovada na Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2019, em que se inclui o *Relatório Global sobre Desenvolvimento Sustentável de 2019.2*).

– Em 8 de dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas evocou a passagem do 40.º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que foi concluída na Jamaica em 1982, o que revestiu um sucesso diplomático no âmbito de uma ordem de direito multinacional. Apesar das diferenças à partida, a comunidade internacional uniu-se em torno do objectivo comum de estabelecer uma ordem jurídica para os mares e oceanos que promovesse a utilização pacífica dos mares e oceanos. O declínio acelerado do oceano, as alterações climáticas, a elevação do nível do mar e o impacto prejudicial das actividades humanas continuam o processo de degradação do oceano que se aproxima de um momento de rutura. Como instrumento em evolução, a UNCLOS deve ser adequada aos desafios emergentes. As negociações em curso sobre um instrumento internacional juridicamente vinculativo ao abrigo da UNCLOS sobre a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional (Tratado BBNJ) constituem uma oportunidade histórica para a humanidade e o planeta. A Assembleia Geral das Nações Unidas tem reconhecido a contribuição primordial da UNCLOS para o reforço da paz, segurança, cooperação e relações amigáveis entre todas as nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas tem reconhecido a contribuição primordial da UNCLOS para o reforço da paz, segurança, cooperação e relações amigáveis entre todas as nações. A Convenção vem contribuindo para a promoção do progresso económico e social de todos os povos do mundo, bem como para o desenvolvimento sustentável dos oceanos e mares. Só a implementação efectiva da UNCLOS,

juntamente com a cooperação internacional, a nível regional, sub-regional e bilateral, pode garantir a segurança marítima global, a salvaguarda e a sustentabilidade dos nossos oceanos e mares.

– Nos derradeiros meses de 2022, realizaram-se importantes conferências de partes contratantes de acordos sobre o clima, biodiversidade, zonas húmidas, produtos químicos, e outros, adiante resumidas, cujo contributo para abordar as crises ambientais foi apreciado pela Secção:

Entre 31 de outubro e 4 de novembro de 2022 decorreu a 34.^a reunião das Partes Contratantes do Protocolo de Montreal (MOP 34) que visa proteger a camada de ozono estratosférico através da eliminação progressiva das substâncias que a diminuem, com a celebração do 35.^o aniversário de um dos tratados ambientais de âmbito mundial com maior sucesso. Com efeito, apesar de haver reduzido 98% das substâncias redutoras da camada de ozono com referência a 1990, os bons resultados científicos recentes incentivam as Partes Contratantes a aproveitar o sucesso do Protocolo para abordar outras questões ambientais e para concretizar os compromissos de Kigali.

O Fórum Intergovernamental sobre exploração mineira, minerais, metais e desenvolvimento sustentável (IGF) realizou entre 7 e 10 de novembro a sua 18.^a reunião anual (AGM 18) sob o tema (Minerais críticos e a transição energética). De acordo com a Agência Internacional de Energia, será necessário um esforço concertado para atingir os objetivos do Acordo de Paris que exige até 2040 a quadruplicação em minerais críticos para tecnologias energéticas limpas. Uma transição mais célere para alcançar a emissão zero até 2050, implicará seis vezes mais entradas de minerais em 2040 do que hoje. Deste modo, o setor mineiro deve reposicionar-se para fornecer estes minerais críticos, assegurando ao mesmo tempo que estes são extraídos e comercializados de forma responsável.

Entre 5 e 13 de novembro realizou-se a 14.^a reunião da conferência das partes contratantes da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional (COP 14) sob o tema “Ações em zonas húmidas para as pessoas e a natureza”. Foram aprovadas 21 resoluções, algumas com o objetivo de aumentar o alcance e a diversidade da participação nos trabalhos da Convenção, mediante a promoção dos Povos Indígenas e comunidades locais na gestão de zonas húmidas, a ligação com os jovens e aumentar as sinergias e a cooperação com outros acordos ambientais multilaterais.

(iv) A Conferência de Alteração Climática ocorreu entre 6 e 20 de novembro, que incluiu a 27.^a reunião das partes contratantes da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas (COP 27). Pela primeira vez, os países concordaram em reconhecer ser necessário financiamento para dar resposta às perdas e danos associados aos efeitos prejudiciais das alterações climáticas com a rápida criação de um fundo e das modalidades de financiamento necessárias devendo os seus pormenores serem resolvidos durante o próximo ano.

Na 19.^a reunião da conferência das partes contratantes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (COP 19), que decorreu entre 14 e 25 de novembro foram aprovadas 46 propostas para aumentar ou diminuir controlos do comércio internacional de vida selvagem ou dos seus produtos e sujeitar muitas espécies de tubarões, lagartos, tartarugas, peixes, aves, sapos e plantas ao controlo da Convenção para assegurar a sustentabilidade destas espécies na natureza e ao mesmo tempo permitir o seu comércio internacional.

(vi) A 1.^a sessão do Comité Intergovernamental de Negociação (INC 1) ocorreu entre 26 de novembro e 2 de dezembro para desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre poluição de plásticos, incluindo o meio marinho. A criação deste Comité foi aprovada na 5.^a sessão

da Assembleia das Nações Unidas sobre o Ambiente, em março de 2022, que estabeleceu o ano de 2024 como prazo limite para conclusão da missão.

2) Parcerias internas e externas

a) Seminário do Mar

- i) O Seminário do Mar decorre do protocolo de cooperação estabelecido entre o CEEA – Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico e do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (Polo da ULisboa) e apresentado em 9 de maio de 2016 na SGL, como instituição cooperante. Trata-se de um ciclo mensal de conferências a apresentar à 2.ª feira, com início às 17h00 e a duração aproximada de 90 minutos; o título é indicado pelo conferencista que dispõe de 40 min para a sua apresentação seguida de debate.
 - ii) Prosseguiu em 2022 o 5.º Ciclo de conferências dedicado à temática “Ciência e Sustentabilidade”, constatando-se que o calendário do Seminário do Mar foi integralmente cumprido com a realização de quatro conferências, todas em modo digital, listadas em seguida. Uma nota de apreço é devida aos conferencistas, auditores e organizadores e, em particular, à D. Carla Abreu pelo seu inestimável labor no apoio à preparação e condução das sessões.
 - 17 de janeiro, “O estudo da História dos Oceanos no passado geológico”, Doutora Fátima Abrantes (IPMA e CIMA-Universidade do Algarve).
 - 21 de fevereiro, “Banco de D. João de Castro: de efémera ilhota a décima ilha dos Açores?”, Prof.ª Doutora Teresa Ferreira (Departamento de Geociências-Universidade dos Açores).
 - 29 de março, “A Conferência das Nações Unidas dos Oceanos 2022”, Doutora Maria Inês Gameiro (Gabinete do Ministro do Mar).
 - 16 de maio, “A (in)dependência energética da Europa – The Iberian Southern Gas Corridor”, Prof. Doutor Duarte Lynce de Faria (IUM - Instituto Universitário Militar).
 - iii) Numa apreciação plural ao Seminário do Mar constatou-se que conferiu visibilidade a diversos tópicos atuais com uma apresentação breve de cada um deles cuja escolha foi orientada por duas temáticas: primeiro a “Opção Estratégica Atlântica de Portugal”, depois “20 Anos de Políticas Públicas do Mar” e a partir de 2020 “Ciência e Sustentabilidade”. Reconheceu-se o contributo desta iniciativa no esforço de consciencialização e mobilização da Sociedade Portuguesa relativamente ao oceano e às regiões costeiras, apesar da modéstia do seu alcance. Entendeu-se que o Seminário devia prosseguir com um planeamento que permitisse identificar os desafios mais marcantes sobre as políticas públicas do mar em Portugal, na Europa e no âmbito internacional em articulação com o Programa de Atividades, procedendo-se à sua concretização em sessões em modo virtual devido às medidas de contenção podendo em qualquer momento passar-se consensualmente a modo híbrido a caminho do presencial pleno.
- b) Evocação do Professor Mendes-Victor
- i) Em *e-mail* de 13 de outubro foi distribuída a Nota Informativa 11/2022, de 12 de outubro, da estrutura da Homenagem Nacional ao Professor Mendes-Victor. Nela é referido que, em sua memória, a SGO decidira em 2013 assinalar, anualmente, o Dia Internacional para a Redução do Risco de Catástrofes.
 - ii) Como tema deste ano, 2022, desse Dia Internacional foi escolhida a sétima (G) Meta Global de Sendai: *“Aumentar consideravelmente até 2030 a disponibilidade e o acesso a sistemas antecipados de aviso de multiperigos e a informação e avaliação do risco de catástrofe com disponibilização pública”*.

- iii) O Quadro de Sendai 2015 – 2030 foi aprovado na 3.^a Conferência Mundial das Nações Unidas para Redução do Risco de Catástrofes em 18 de março de 2015, na cidade de Sendai, no Japão. Aquele Quadro contempla sete metas globais e trinta e oito indicadores para avaliação do progresso na redução do risco de catástrofes e perdas, os quais alinham na sua implementação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o acordo de Paris. É um acordo voluntário, não-vinculativo, com a duração de 15 anos que reconhece ao Estado o principal papel na redução do risco de catástrofes, cuja responsabilidade deve ser partilhada com outros parceiros, incluindo o governo local, o setor privado e outras entidades. Ele persegue o objetivo de *Redução significativa do risco de catástrofes, perdas em vidas, saúde e meios de subsistência e dos bens económicos, físicos, sociais culturais e ambientais de pessoas, negócios, comunidades e países.*
- b) A mesma Nota Informativa indica as ações programadas da Homenagem Nacional
- i) Atribuição do topónimo Mendes-Victor pelo Município de Oeiras (processo em curso).
 - ii) Concretização da recomendação da Assembleia Municipal de Lisboa à Câmara Municipal para instituir conjuntamente uma iniciativa conjunta com o nome do Professor Mendes-Victor para incentivar a investigação do risco sísmico (pedido de audiência ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa em curso).
- (iii) Edição do livro sobre a Vida e a Obra do Professor Mendes-Victor.
- Outras iniciativas
- 30 de maio, sessão em modo digital promovida pelas Secções de Geografia dos Oceanos e de Geografia Matemática e Cartografia com a conferência “Antártida – OPERANTAR XL” pelo 1.º Tenente Laura Sousa (Instituto Hidrográfico).

Divulgação da Nossa Cultura do Mar

1) Parcerias internas e externas

a) Rede Nacional da Cultura dos Mares e dos Rios (RNCMR)

Não se registou qualquer progresso na atividade conduzida pela mesa da presidência em exercício para o biénio 2016-2018: Presidente, Arq. Benjamim Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Esposende, Vice-Presidente, CAlm José Bastos Saldanha, em representação da SGL, e Secretária, Dr.^a Ivone Magalhães, Coordenadora do Museu Municipal de Esposende.

- b) Outros eventos com potencial incidência na consolidação da rede informal da Cultura dos Mares e dos Rios:
- i) O contínuo movimento editorial sobre assuntos marítimos, com destaque para as edições temáticas da *Revista de Marinha*, da *ARGOS* - Revista do Museu Marítimo de Ílhavo e da revista *Marés* da Mútua dos Pescadores e para as edições *on-line* do *Jornal da Economia do Mar*, da *Revista de Gestão Costeira Integrada*, da Revista Científica Eletrónica *Maria Scientia* do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, as notícias no portal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera e as newsletters de Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia, da Década das Nações Unidas para a Ciência do Oceano, da Associação dos Portos de Portugal e de *Notícias do Mar*.
 - ii) A crescente divulgação de eventos ligados ao mundo marítimo por via de plataformas digitais, portuguesas e internacionais, de instituições públicas e privadas.

iii) As agendas culturais: da Marinha, com destaque para a Academia de Marinha, do Museu Marítimo de Ílhavo (que inclui o CIEMar-Ílhavo – Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar e o Aquário dos Bacalhaus), do Oceanário de Lisboa (e as exposições temporárias) e da Biblioteca Municipal *Rocha Peixoto* da Póvoa de Varzim, as conversas mensais no Museu de Marinha animadas pelo seu Grupo de Amigos, e o ciclo de palestras “Quintas do MARE” do MARE-UL, além de eventos pontuais sobre a temática do Mar, abordados por diversas instituições.

Vida interna

1) Devido às medidas de contenção do Covid-19, apenas foram realizadas duas das cinco sessões ordinárias previstas para 2021 em modo presencial, em 8 de outubro e 10 de dezembro, mediante convocação por e-mail. Assinala-se que nessas sessões o quórum foi cumprido.

2) No plano interno da SGL, a SGO procurou privilegiar o trabalho em parceria com outras Comissões Gerais e Secções Profissionais.

3) No plano externo, a Secção promoveu sob a orientação da presidência da SGL parcerias com diversas instituições e individualidades conducentes à organização conjunta de eventos significativos, tais como, o Seminário do Mar e a sessão comemorativa do Dia Nacional do Mar.

4) A SGO está ciente do contributo que desde 1999 vem sendo prestado pelas Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar” para a criação e desenvolvimento de ambientes propícios à chamada literacia plural do Oceano, por intermédio da RNCMR e da *Agenda do Oceano*. No entanto, um tal propósito só poderá ser eficaz se for comum, envolver a participação de entidades públicas e privadas e da sociedade civil e revestir continuidade. Nesse sentido, o esforço próximo deve continuar a ser orientado para a formulação de uma agenda da literacia em Portugal por intermédio da RNCMR que permita dar a conhecer as iniciativas em curso e a sua importância, aprofundar o respetivo conceito e concertar os esforços conducentes a uma renovada cidadania.

5) Considera-se que o Programa de Atividades gizado para 2022 foi plenamente cumprido, embora a sua execução tenha sido trabalhosa devido à escassez de meios disponíveis e inusitada pelo recurso a uma plataforma virtual, o que dificultou a realização de tarefas de rotina (com atraso nas convocatórias e na elaboração da *Agenda do Oceano* e do presente relatório). No entanto, o resultado alcançado não pode deixar de ser notável apesar do reconhecido condicionamento presencial devido à crise pandémica, com a realização dos eventos previstos em modo virtual, que registaram audiências muito mais concorridas do que é usual nas sessões presenciais

6) Daí, que se renove, em 2023, a tentativa de reformulação da *Agenda do Oceano*, mediante uma reflexão sobre o critério do respetivo conteúdo que passe a divulgar factos com implicação conjuntural que a distingua, com qualidade, da proliferação de plataformas digitais que quotidianamente assinalam eventos ligados ao Mar; ela deve ser integrada no sítio oficial da SGL, além de outras atividades da SGO, o que lhes concederia uma maior visibilidade e facilidade de acesso por via da *Web* aos conteúdos gerados, nomeadamente sob a forma de *e-book*, além do arquivo das atividades passadas.

7) O Programa de Atividades de 2023 foi aprovado na sessão de 16 de dezembro de 2022, assinalando que nos próximos anos, a temática das Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar” vai centrar-se no implemento da condição necessária para concretizar numa visão de longo prazo (50 anos) a sustentabilidade das atividades humanas com incidência direta ou indireta no Mar Português, o bem comum de todos

nós. Ora, a assunção plena daquela condição decorre da obrigação por compromisso nacional para a concretização aprazada das estratégias marinhas que, no âmbito da Diretiva-Quadro «Estratégia Marinha», foram estabelecidas para as águas lusas com o propósito de alcançar em 2020 o seu bom estado ambiental e o manter doravante. E ainda manter em revisão a lista de ações e a respetiva ordem por critérios de adequabilidade e exequibilidade com destaque para uma reflexão abrangente sobre a emergente *ciência da sustentabilidade* – tal como foi reconhecida pelo *Relatório para o Desenvolvimento Sustentável Global de 2019* (<https://sdgs.un.org/gsdri>) como a metodologia científica aplicável ao documento “Transformando o nosso mundo – e o seu desenvolvimento em Portugal, mediante a organização de um evento sobre o respetivo conceito e a sua aplicação na concretização da Agenda de 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e em Portugal com a participação de eminentes individualidades nacionais e estrangeiras e o envolvimento da Academia portuguesa e de entidades oficiais incluindo o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

8) Em 31 de dezembro, o número de vogais é de 24, mantendo-se todavia 12 sócios com participação suspensa, pelo que o número de vogais ativos é de 12, o que suscita a necessidade de mobilização de mais membros através dos sócios que vão sendo eleitos para a SGL, além de prosseguir o incentivo a uma participação mais ativa dos seus vogais e conferir mais eficiência ao procedimento administrativo da Secção em conformidade com o estipulado no artigo 18º do seu Regulamento Privativo.

9) Correspondendo ao requisito estatutário estipulado no artigo 13º do Regulamento Privativo, os membros presentes e representados reelegeram por unanimidade para os cargos da Mesa da Secção de Geografia dos Oceanos em 2023 a única lista de candidatura, com os seguintes vogais elegíveis, de acordo com o disposto no número 6.º do Artigo 6.º do mesmo Regulamento:

- Presidente: CAIm. José Manuel Pinto Bastos Saldanha (sócio n.º 19591),
- Vice-Presidente: Dr. José Hipólito Monteiro (18429),
- Secretário: Doutora Ana Maria Correia Ferreira (20688),
- Vice-Secretário: Prof. Doutor Pedro Borges Graça (20100).

10) Tal como sucedeu nos anos anteriores, as Jornadas “A Sociedade Civil e o Mar” procuraram em 2022 corresponder às expectativas inadiáveis da Sociedade Civil em torno da temática do Oceano e das zonas costeiras e deste modo contribuíram para que a Sociedade de Geografia de Lisboa pudesse plenamente honrar o seu Legado Patrimonial e a Responsabilidade Cívica inerente ao estatuto de utilidade pública.

SECÇÃO DE HISTÓRIA – Presidente: Dr. João Abel da Fonseca

Presidente - Sócio N.º 19255 - João Abel da Fonseca

Vice-Presidente - Sócio N.º 20075 - Augusto Moutinho Borges

Secretário - Sócio N.º 19833 - Daniel Estudante Protásio

Vice-Secretária - Sócia N.º 19089 - Patrícia Moreno

Vice-Secretária substituta – Sócia N.º 20039 - Fernanda Durão Ferreira

O presente Relatório começa por apresentar as Actas das duas reuniões da Secção de História realizadas durante o ano de 2022, bem como o Plano de Actividades para 2023.

ACTA 1/2022

Aos vinte e oito dias do mês de Janeiro de 2022, pelas 14h30, reuniu-se no auditório Adriano Moreira do Edifício-Sede da SGL a Secção de História, no seguimento da convocatória, oportunamente, dirigida a todos os Vogais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Eleição da Mesa para o ano de 2022;
- Discussão e aprovação do Plano de Actividades para 2022;
- Eleição de um novo Vogal;
- Informações.

A Mesa foi constituída por todos os Membros, à excepção do Vice-Presidente, Augusto Moutinho Borges, que justificou a falta e delegou o seu voto no Presidente, João Abel da Fonseca, não se encontrando presentes quaisquer outros Vogais. Justificaram a falta, com delegação de voto no Presidente, os Vogais seguintes: António José Chrystêllo Tavares; José Bastos Saldanha; Henrique Alexandre da Fonseca e Paulo Batista.

Tomou a palavra o Presidente da Mesa que saudou os circunstantes desejando um bom ano e agradecendo a sua presença, lamentando, contudo, a ausência de outros Vogais, tendo-se entrado na Ordem de Trabalhos.

Por não ter dado entrada na Secretaria da SGL qualquer proposta de uma nova lista candidata à constituição da Mesa da Secção de História para o ano de 2022, entenderam os Vogais presentes recandidatar-se. A Mesa cessante foi reeleita por unanimidade, mantendo a sua composição, a saber:

- Presidente – João Abel da Fonseca
- Vice-Presidente – Augusto Moutinho Borges
- Secretário – Daniel Estudante Protásio
- Vice-Secretária – Patrícia Moreno
- Vice-Secretária substituta – Fernanda Durão Ferreira.

Passando ao ponto 2, o Presidente da Mesa reeleita, face ao curto tempo de que se dispunha, dado que se iniciaria pelas 15h uma sessão híbrida da secção, leu o texto enviado, oportunamente, à Direcção da SGL, para constar do Relatório da Gerência, referido a 31 de Dezembro de 2021, tal como consta do mesmo nas páginas 46 e 47, que mereceu aprovação por unanimidade como Plano de Actividades para 2022.

Passando ao ponto 3, o Presidente da Mesa recordou, muito brevemente, o CV do sócio francês Loïc Le Cam, que em 5 de Abril de 2019 tinha apresentado uma comunicação intitulada “Rois des Grandes Découvertes: Manuel 1er”, perante uma assistência que encheu a Sala Algarve, mormente, de franceses residentes em Portugal, significando como aquele tem representado um papel activo, como promotor da divulgação da História de Portugal junto da comunidade francesa. A proposta para que passe a integrar como Vogal a Secção de História foi aprovada por unanimidade.

Finalmente, no ponto 4, o Presidente renovou a vontade da secção em manter sessões conjuntas com as demais secções ou comissões, nomeadamente, no caso da evocação de efemérides, em que a parceria se justifique, o que foi também aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou pelas 14h55, com um voto de confiança à Mesa para a redacção da Acta, por unanimidade.

Seguiu-se, então, a já referida sessão em que foi orador o sócio Doutor Daniel Estudante Protásio, Secretário da Mesa, dissertando sobre o tema “Marechais de D. Miguel: duque de Cadaval; condes de Barbacena e de Bourmont e visconde de Veiros (1828-1833)”.

A presente Acta vai assinada pelo Presidente da Mesa, que a redigiu, fez escrever e enviou à Secretaria da SGL para os devidos e legais efeitos.

ACTA 2/2022

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de 2022, pelas 14h30, reuniu-se na Sala de Reuniões do 2.º andar do Edifício-Sede da SGL a Secção de História, no seguimento da convocatória, oportunamente, dirigida a todos os Vogais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Informações;
- Eleição da Mesa para o ano de 2023;
- Discussão e aprovação do Plano de Actividades para 2023.

A Mesa foi constituída por todos os Membros, à excepção do Vice-Presidente, Augusto Moutinho Borges, que justificou a falta por se encontrar fora de Lisboa e delegou o seu voto no Presidente, João Abel da Fonseca, bem como do Secretário, Daniel Estudante Protásio, que justificou a falta por incompatibilidade com a sua actividade profissional e não delegou o voto. Estiveram presentes os Vogais: Henrique Alexandre da Fonseca; António José Chrystêllo Tavares e Ana Proserpio. Justificaram a falta os seguintes Vogais: por se encontrar no estrangeiro, José Filipe Costa Menéndez e, por incompatibilidade de agenda, José Luís Leiria Pinto.

Tomou a palavra o Presidente da Mesa que saudou os circunstantes agradecendo a sua presença, lamentando, contudo, a ausência de outros Vogais, tendo-se entrado na Ordem de Trabalhos.

1 – Informações

O Presidente informou que, por não ter dado entrada na Secretaria da SGL qualquer proposta de uma nova lista candidata à constituição da Mesa da Secção de História para o ano de 2023, entenderam os Vogais cessantes recandidatar-se, à excepção do Secretário, Daniel Estudante Protásio. Mais informou que pelos Estatutos da SGL não era possível fazer uma reunião electiva com recurso ao “ZOOM”, pois não se encontra prevista naqueles a sua realização de forma virtual, nem a SGL dispõe dos meios electrónicos exigíveis para que tal se possa concretizar. Deste modo, não se revelou possível contemplar a proposta do Vogal Daniel Estudante Protásio que ia naquele sentido.

2 – Eleição da Mesa para o ano de 2023

Foi eleita por unanimidade a única proposta de lista, com a seguinte constituição:

Presidente – João Abel da Fonseca

Vice-Presidente – Augusto Moutinho Borges

Secretária – Patrícia Moreno

Vice-Secretária – Fernanda Durão Ferreira.

3 – Discussão e aprovação do Plano de Actividades para 2023

O Presidente da Secção falou sobre a Proposta do Plano de Actividades enviada aos Vogais com a convocatória, que segue em anexo. Da sua análise concluiu-se que estavam reunidas as condições para que se realizassem em 2023 onze sessões culturais mensais da Secção, sem excluir outras em parceria com outras secções e comissões da SGL, como tem sido prática no passado, bem como a promoção de outros eventos a pedido da Direcção da SGL, nomeadamente, resultante de protocolos celebrados com

instituições congéneres e universidades, ou propostas dirigidas por estas ao longo do ano, como também tem acontecido no passado. Assim sendo, o Plano de Actividades para 2023 foi aprovado por unanimidade depois de um curto debate em que tomaram a palavra todos os circunstantes. Mais informou que já se encontravam agendadas na Secretaria da SGL as sessões culturais mensais regulares da Secção de História em 2023, com os respectivos dias cativos, podendo, contudo, sofrer alterações, razão pela qual poderiam ser consultadas pelos interessados ao longo do ano, no sentido de conseguirem assegurar a presença ou acompanharem de forma virtual, já que a forma híbrida se mantém disponível e será adoptada. No sentido de manter os Vogais da Secção de História a par do que a Mesa for decidindo quanto aos temas a abordar nas sessões culturais ou outras iniciativas propostas, foi decidido que seria convocada até final do 1.º trimestre de 2023 uma nova reunião.

Nada mais havendo a tratar, depois do Presidente desejar votos de Boas Festas, a reunião terminou pelas 14h55, com um voto de confiança à Mesa para a redacção da Acta, por unanimidade.

Seguiu-se, no Auditório Adriano Moreira, pelas 15h, uma sessão cultural de encerramento, na SGL, das comemorações do V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães, iniciada pela Secção de História na sessão cultural de 12 de Abril de 2019.

A abrir a sessão, que se realizou de forma híbrida – presencial e virtual –, depois de cumprimentar e agradecer a assistência, bem como o orador, mais uma vez, pela disponibilidade em colaborar com a Secção de História, o Presidente da Secção dedicou umas palavras que intitulou: “As comemorações do V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães no último *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*: breve repositório”. De seguida, o Professor Doutor José Manuel Garcia dissertou sobre o tema: “Do Porto a Mactan: do nascimento à morte e à imortalidade de Fernão de Magalhães”. Após o debate subsequente, muito participado, a sessão terminou pelas 16h45, depois do Presidente ter desejado a todos votos de Boas Festas, anunciando que a próxima sessão cultural da Secção de História se realizaria a 27 de Janeiro de 2023.

A presente Acta vai assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa, sendo enviada à Secretaria da SGL para os devidos e legais efeitos.

SGL-2023 – Proposta de Actividades da Secção de História

No seguimento do solicitado pelo Senhor Presidente da SGL, e face ao curto espaço de tempo para uma resposta, seguem as principais efemérides de 2023 passíveis de consubstanciarem temas de conferências a serem apresentadas em sessões da Secção de História, sem que tal tenha ainda sido debatido numa qualquer reunião da Mesa, como ‘Plano de Actividades’, o que terá lugar em finais do 4.º trimestre do corrente ano.

Como se pode avaliar, as diferentes efemérides contemplam a possibilidade de se realizarem várias sessões conjuntas entre diversas secções/comissões. Outrossim, algumas das efemérides estão relacionadas com a cidade de Lisboa, sendo que em relação a algumas já existem organismos públicos e instituições científicas a elaborar programas de comemoração/evocação. Esta realidade prefigura a atenção da Direcção da SGL no sentido de se poderem promover parcerias com a edilidade, mormente, tendo em atenção a realização do recente protocolo.

De qualquer modo, a Secção de História, tal como foi aprovado na última reunião, de 28 de Janeiro, p.p., tem intenção de prosseguir alguns ciclos já iniciados, como os «Os 200 anos do Liberalismo em

Portugal», «Os 500 anos da morte de D. Manuel I», «Os grandes arquitectos de Lisboa», «A História Social da Moda» e a «História da Alimentação», e iniciar a realização de outros, tais como «A História da Historiografia» e «Palácios e palacetes de Lisboa que albergam embaixadas», dois projectos que estavam previstos e foram abandonados face à situação pandémica nos anos de 2020 e 2021.

O aprofundamento contextualizado das efemérides seleccionadas que seguem, com comentários adicionados, foi realizado pelo Presidente da Secção com base no levantamento prévio efectuado pela Vogal Doutora Ana Proserpio, com vista a eventuais lançamentos de selos comemorativos, por parte dos CTT, durante o ano de 2023. Esta realidade permitirá estabelecer uma ou mais parcerias com os CTT com vista à promoção, no seio da SGL, de futuros lançamentos de peças filatélicas em sessões durante as quais serão apresentadas conferências relacionadas com os temas respectivos, como já aconteceu em anos transactos. Recorde-se o caso do evento promovido pela Secção de História, que decorreu, com assinalável êxito, nos dias 9 e 10 de Maio do corrente ano, o Colóquio *Portugal e a Ordem de Malta – a propósito das eleições de dois grão-mestres portugueses: Luís Mendes de Vasconcelos (1622) e D. António Manoel de Vilhena (1722)*, durante o qual foram apresentadas 11 comunicações, precedido do lançamento de um inteiro postal de rara beleza.

Efemérides de 2023

9.º CENTENÁRIO - Maio de 1123 - Primeiro Foral do Porto, do tempo do bispo D. Hugo; Foral de Viseu, outorgado por D. Teresa.

880 ANOS - 5 de Outubro de 1143 - Encontro de Zamora, dado que nenhum documento coevo, encontrado até aos nossos dias, pode garantir que tenha sido celebrado qualquer tratado. A documentação encontrada leva a acreditar que o imperador, Afonso VII de Leão e Castela, reconheceu o título de rei a seu primo D. Afonso Henriques, mantendo-o, contudo, como seu vassalo, ao conceder-lhe o senhorio de Astorga.

850 ANOS - 1173 - 22 de Janeiro - Dia de São Vicente. Designado Santo Padroeiro de Lisboa em 1173, por D. Afonso Henriques; 15 de Setembro - Chegada das relíquias do corpo de São Vicente à barra do Tejo. Foram recolhidas na Igreja de Santa Justa, passando, no dia seguinte, para a Sé. As relíquias de São Vicente são colocadas no arco da capela-mor da Sé Catedral de Lisboa. O mártir tornou-se padroeiro da cidade e a iconografia do brasão integra a imagem deste acontecimento. O dia da chegada do corpo foi celebrado liturgicamente e com animadas festas populares até ao século XIX (passando depois a ser assinalado o dia 16 de Setembro, o da deposição das relíquias na Sé, onde ainda se encontram).

8.º CENTENÁRIO - 1223 - Primeiro Presépio - Neste ano, Francisco de Assis representou o primeiro presépio. Remonta à noite de 24 de Dezembro, em Greccio, numa encenação ao vivo do nascimento de Jesus, com figuras humanas e animais; 25 de Março - Morte de D. Afonso II, sucedendo-lhe D. Sancho II.

7.º CENTENÁRIO - Dezembro de 1323 - Batalha de Alvalade - Confronto entre as hostes do rei D. Dinis e seu filho, o Infante D. Afonso (futuro rei D. Afonso IV).

650 ANOS - 1373 - Nascimento de D. Beatriz de Portugal (ou D. Brites de Portugal) em Coimbra que veio a ser rainha consorte de Castela. Era filha do rei D. Fernando I de Portugal e de sua mulher, a rainha D. Leonor Teles; 23 de Fevereiro - Cerco de Lisboa - Antecipando-se às intenções ofensivas

de D. Fernando, o rei de Castela, Enrique II, invade Portugal em Dezembro de 1372 e dirige-se para Lisboa, a “chave do reino”. No dia 23 de Fevereiro, uma quarta-feira, a vanguarda castelhana está às portas da cidade e pelas 9 horas da manhã a hoste sitiadora instala o seu acampamento no Monte de S. Francisco; 16 de Junho - Tratado de Westminster, celebrado entre os representantes do monarca português, D. Fernando I e sua mulher, a rainha D. Leonor, e os do rei Eduardo III de Inglaterra, no seguimento do Acordo de Tagilde, de 10 de Julho de 1372. Prometia-se amizade e aliança contra quaisquer inimigos de ambas as partes, previa-se a colaboração militar quando necessário, com o envio de homens de armas, arceiros, besteiros e navios de guerra. Por fim, estipulava-se como haveria de ser o comando das forças militares aliadas. É este o 1.º tratado anglo-português, ao contrário do que vem sendo divulgado, incorrectamente, referindo-se o Tratado de Windsor, de 9 de Maio de 1386. Acrescidamente, foi o Tratado de Westminster que garantiu o auxílio militar inglês na Batalha de Aljubarrota.

6.º CENTENÁRIO - 1423 - 5 de Maio - D. João I manda que o Convento Mestral e a cabeça da Ordem de Santiago seja novamente no Castelo de Palmela, e determina por Carta Régia de 5 de Maio, que a cabeça da Ordem fique definitivamente em Palmela; 30 de Abril - Ratificação do Tratado de Aylón (Segóvia), assinado em 1411, entre Portugal e Castela, por D. João II de Castela quando este atingiu a maioridade, onde estiveram presentes os embaixadores portugueses D. Fernando de Castro e o doutor Fernando Afonso; 15 de Agosto - D. Nuno Álvares Pereira entra para a Ordem do Carmo envergando o hábito de simples Irmão Donato na presença de Frei Afonso de Alfama, recém-eleito Superior da nova Província da Ordem do Carmo em Portugal, tomando o nome de Frei Nuno de Santa Maria. O Irmão Donato era a qualidade mais humilde do convento dentro da hierarquia da Ordem, e assim se manteve D. Nuno até ao final dos seus dias.

550 ANOS - 16 de Setembro de 1473 - Fundação do primeiro Convento de São Francisco no Funchal.

5.º CENTENÁRIO - 1523 - Construção da Casa dos Bicos, em Lisboa, mandada edificar por Brás de Albuquerque que regressado de Itália, em 1522, mandou erguer, em 1523, nos terrenos fronteiros à Ribeira Velha e à Alfândega que haviam pertencido ao governador do Estado da Índia Afonso de Albuquerque, seu pai, um edifício inspirado nos palácios «dei diamante» italianos; Gil Vicente, fundador do Teatro Português, escreveu e encenou a Farsa de Inês Pereira tendo como mote o provérbio “mais vale asno que me leve que cavalo que me derrube”, representando-a para o rei D. João III, no Convento de Tomar.

450 ANOS - 1573 - Nascimento de D. Antão de Almada, 7.º conde de Avranches, embaixador português a Inglaterra e um dos Quarenta Conjurados de 1640; 9 de Dezembro - Falecimento em Évora do humanista e clérigo português André de Resende.

4.º CENTENÁRIO - 1623 - Morte de Manuel Godinho de Erédia. Cosmógrafo, matemático, cartógrafo, historiador e desenhador; 31 de Janeiro - Carta de lei que estabelece a obrigatoriedade dos titulares de ofícios públicos, em exercício de funções, de declararem a riqueza patrimonial que detinham; 24 de Fevereiro - Inauguração, com celebração da primeira missa, da Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco. Neste convento seria instalada, em 1834, a Academia Real das Ciências de Lisboa.

350 ANOS - 29 de Janeiro de 1673 - Nasce D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira, escritor e iluminista, fundador das Conferências Eruditas, em 1717, e Director e Censor da Academia Real da História Portuguesa.

3.º CENTENÁRIO - 1723 - 23 de Janeiro - Primeiro casamento por procuração de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, na freguesia de Santa Engrácia, em Lisboa; 28 de Julho - Falecimento de Soror Mariana Alcoforado em Beja. Era uma religiosa que professou no Convento da Conceição em Beja, tendo sido escrivã e vigária do mesmo convento. Foi-lhe atribuída a autoria das *Lettres Portugaises*, publicadas em Paris em 1669 por Claude Barbin. No mesmo ano são publicadas em Colónia com o título *Lettres d'amour d'une religieuse portugaise*.

250 ANOS - 1773 - Criação do Jardim Botânico e do Observatório Astronómico de Coimbra, no âmbito da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra; 16 de Janeiro - «Lei do Ventre Livre». Alvará com força de lei, de D. José I, declarando livres todos os filhos de mãe escrava nascidos no reino (Portugal continental); 25 de Maio - As distinções entre cristãos velhos e cristãos novos são abolidas em Portugal. É igualmente decretada a destruição dos registos cadastrais dos judeus; 5 de Julho - Francisco José Freire, escritor português, adopta o pseudónimo de Cândido Lusitano. Foi um frade oratoriano que inspirou o movimento estético-literário da Arcádia Lusitana; 21 de Julho - Breve “Dominus ac Redemptor” de Clemente XIV, sobre a supressão da Companhia de Jesus em todo o mundo.

2.º CENTENÁRIO - 1823 - 13 de Janeiro - Morre Bernardino António Gomes. Médico, botânico, militar e académico. Em 1817 fora nomeado médico da real câmara, encarregado de acompanhar a princesa D. Leopoldina de Livorno para o Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores da primeira instituição vacínica portuguesa, funcionando anexa à Academia Real das Ciências. É considerado o primeiro dermatologista português e o descobridor do quinino como tratamento para o paludismo; 23 de Fevereiro - Primeira tentativa armada contra o regime constitucional registada em Vila Real, onde o conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, se revoltou contra a Constituição a favor de «El-rei absoluto»; 13 de Março - Batalha de Jenipapo. Foi nas margens do Riacho Jenipapo, em Campo Maior, que os brasileiros lutaram pela independência contra as tropas portuguesas comandadas pelo major João José da Cunha Fidié; 27 de Maio - Vilafrancada – Insurreição levada a efeito entre 27 de Maio e 3 de Junho tendo como palco o território de Vila Franca de Xira. Este golpe pôs fim à primeira tentativa de imposição de um regime liberal em Portugal e resultou na dissolução das Cortes; 5 de Junho - Entrada em Lisboa de D. João VI e de seu filho D. Miguel. Dão-se vivas ao rei absoluto.

150 ANOS - 1873 - 13 de Janeiro - Nasce Joshua Benoliel. Fotógrafo. Foi um dos mais importantes do seu tempo e considerado o 1.º fotorjornalista de sempre. Repórter fotográfico do jornal *O Século e ABC*, colaborou na *Ilustração Portuguesa*, *Brasil-Portugal* e *O Occidente*; 4 de Novembro - Início da construção da Cadeia Penitenciária de Lisboa, sob a direcção técnica do engenheiro Luís Vítor Le Cocq; 23 de Janeiro - o escritor Luciano Cordeiro e o seu irmão Francisco obtiveram os direitos para a implantação de um sistema de transporte na cidade de Lisboa, denominado Viação Carril Vicinal e Urbana a Força Animal. A 17 de Novembro do mesmo ano, foi inaugurada a primeira linha de “Americanos”, carruagens movidas por tração animal.

1.º CENTENÁRIO - 1923 - Publicação da obra *Os Pescadores*, de Raul Brandão; 2 de Janeiro - Nascimento em Lisboa de Mário-Henrique Leiria, escritor, poeta e pintor do movimento surrealista português. Recentemente, foram publicadas as suas *Obras Completas*, em 4 volumes, estando previsto um 5.º; 19 de Janeiro - Nasce o poeta Eugénio de Andrade, pseudónimo de José Fontinhas; 8 de Maio - É inaugurado o café-restaurant Santa Cruz de Coimbra; 23 de Maio - Nascimento de Eduardo Lourenço em S. Pedro do Rio Seco, no concelho de Almeida, na Beira Alta; 2 de Junho - É inaugurado o elevador

de Santa Luzia, em Viana do Castelo; 7 de Julho - Falecimento do poeta Guerra Junqueiro, alto funcionário administrativo, político, deputado, jornalista, escritor e poeta; 6 de Agosto - Manuel Teixeira Gomes é eleito presidente da República Portuguesa. Diplomata e escritor, Teixeira tomou posse a 5 de Outubro; 9 de Agosto - Nasce o poeta e artista plástico Mário Cesariny de Vasconcelos, fundador do primeiro movimento surrealista português; 23 de Agosto - Falecimento do professor e químico António Joaquim Ferreira da Silva; 10 de Junho - Fundação da Casa do Alentejo, com a designação de Grémio Alentejano, instalada no antigo Palácio Alverca; 13 de Setembro - Nasce a escritora portuguesa Natália Correia, poetisa consagrada, activista contra o regime do Estado Novo e política depois de 25 de Abril de 1974, como deputada; 6 de Outubro - Falecimento de Maximiano Augusto de Oliveira Lemos, professor universitário e médico, docente da cadeira de História da Medicina. Exerceu o cargo de director da Faculdade de Medicina e de vice-reitor da Universidade do Porto; 29 de Dezembro - Publicação do decreto que cria o Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, designado na altura Instituto Português para o Estudo do Cancro, e provisoriamente instalado no Hospital Escolar de Santa Marta em Lisboa. A criação do Instituto deveu-se ao empenho do Professor Francisco Soares Branco Gentil (1878-1964), pioneiro na área da Oncologia em Portugal.

50 ANOS - 6 de Janeiro de 1973 - Inicia-se a publicação do semanário *Expresso*.

NOTA: O presente bosquejo evidencia como o ano de 2023 é fértil em efemérides, o que permitiria, em parceria com outras secções e comissões, a par das academias nacionais e demais instituições congéneres, bem como as autarquias, promover a realização de inúmeros eventos para além de sessões culturais conjuntas, tal é o caso de colóquios de um ou mais dias, assim se conseguisse a colaboração e a união de esforços com vista à definição de Comissões Científicas e Organizadoras.

Durante o ano de 2022, a Secção de História promoveu as seguintes sessões, organizou ou acompanhou a realização dos seguintes eventos:

28 de Janeiro – integrada no Ciclo *Comemorações dos 200 anos do Liberalismo em Portugal*, subordinada ao tema

“Marechais de D. Miguel: duque de Cadaval; condes de Barbacena e de Bourmont e visconde de Veiros (1828-1833)”

Foi orador o Senhor Doutor Daniel Estudante Protásio;

18 de Fevereiro – integrada no Ciclo *Comemorações do Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul*, subordinada ao tema

“O Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul: História e Comemorações”

Foi orador o Senhor Comandante Carlos Baptista Valentim;

25 de Março – integrada no Ciclo *Comemorações dos 200 anos do Liberalismo em Portugal*, subordinada ao tema

“D. Miguel na coleção de litografias do Palácio do Correio-mor, em Loures”

Foi orador o Senhor Prof. Doutor Augusto Moutinho Borges;

29 de Abril – subordinada ao tema

“Para sempre: evocação de D. Manuel I, Fernão de Magalhães e Pedro Álvares Cabral nos quinhentos anos das suas mortes”

Foi orador o Senhor Prof. Doutor José Manuel Garcia;

9 e 10 de Maio – Colóquio *Portugal e a Ordem de Malta – a propósito dos centenários das eleições de*

dois grão-mestres portugueses: Luís Mendes de Vasconcelos (1622) e D. António Manoel de Vilhena (1722), com o programa seguinte:

9 de Maio - 10:00h

Sessão Solene de Abertura – Palavras do Presidente da SGL, Prof. Cat. Luís Aires-Barros, do Presidente do Conselho da Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Ordem Soberana e Militar de Malta, Dr. António Luís Calheiros de Noronha de Almeida Ferraz e do Presidente da Secção de História, Dr. João Abel da Fonseca. Lançamento de um inteiro postal pelo Director de Filatelia dos CTT, Dr. Raúl Moreira e Conferência de Abertura pelo Emb. Fernando Ramos Machado – “Dois grão-mestres portugueses (e um que não o era)”

Manhã (11:00h - 13:00h)

Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego – “«Que em nenhuma outra pessoa votassem para Grão Mestre (...) mais que em Fr. Luiz Mendes de Vasconcelos»”

Prof. Doutor João de Figueiroa-Rego – “Fr. D. Antonius Manuel de Vilhena. Regia A’ Stirpe Ortus”
Tarde (15:00h - 17:00h)

Arq.º Segismundo Ramires Pinto – “Esplendor e memória – as sepulturas de cavaleiros portugueses na catedral de S. João em La Valletta, Malta”

Dr. Paulo Jorge Estrela – “A Falerística e o sistema premial da Ordem de Malta”

Prof. Doutor Filipe Themudo Barata – “Do Levante para Ocidente. O Mediterrâneo e os contextos da acção da Ordem de Malta”

10 de Maio - Manhã (10:00h - 13:00h)

Prof.ª Doutora Paula Pinto Costa – “O património da Ordem de S. João de Jerusalém em Portugal: entre as ambições locais e as dinâmicas da gestão conventual”

Prof. Doutor Gonçalo Couceiro Feio – “Os Hospitalários e as grandes transformações militares da Renascença”

Prof. Doutor Jorge Semedo de Matos – “As galés da Ordem de Malta”

Tarde (15:00h – 17:00h)

Prof.ª Doutora Ana Leal de Faria – “A dimensão humanitária da Diplomacia. A Ordem Soberana Militar de Malta e a Política Externa Portuguesa (1950-1971)”

Conferência de Encerramento – Tenente-general Alexandre de Sousa Pinto – “Frei Dom Manuel Pinto da Fonseca (1681-1741-1773)”.

A responsável pela Biblioteca da SGL, Dr.ª Helena Grego, organizou uma Mostra Bibliográfica com cerca de 30 obras pertencentes ao acervo, afins ao tema do colóquio. A proposta de realização deste evento foi dirigida à Direcção da SGL pelo sócio Emb. Fernando Ramos Machado, e prontamente aceite. O Presidente da SGL, Prof. Cat. Luís Aires-Barros, delegou a organização do colóquio no Presidente da Secção de História, Dr. João Abel da Fonseca. Colaborou activamente na escolha dos oradores e respectivos temas o Presidente da Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística, Eng.º António de Mattos e Silva, a quem cumpre agradecer pela disponibilidade patenteada desde o primeiro momento;

20 de Maio – conjunta com a Secção de Estudos Luso-Árabes, integrada no Ciclo *Comemorações do V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães*, subordinada ao tema

“A viagem de Magalhães no *Babir-I-Mobit*, o «Espelho dos Mares», de Sidi-Ali ben Hussein – um Roteiro do Mar das Índias, de 1554”

Foi orador o Senhor Dr. João Abel da Fonseca;

24 de Junho – integrada no Ciclo *Comemorações dos 500 anos da morte de D. Manuel I*, subordinada ao tema

“A defesa da raia no olhar de Duarte de Armas”

Foi orador o Senhor Prof. Doutor Augusto Moutinho Borges;

8 de Julho – integrada no Ciclo *História Social da Moda*, subordinada ao tema

“O pecado não mora ao lado – as ditaduras ibéricas, as políticas de corpo e a sedução (1940-1970)”

Foi oradora a jornalista Senhora Doutora Maria João Martins;

21 de Setembro – Visita guiada de um grupo de sócios do Royal British Club ao Museu da SGL e demais espaços (Biblioteca, Sala Portugal e Sala Algarve) designada *RBC event after the summer break – a visit followed by lunch at the Sociedade de Geografia de Lisboa*. Os visitantes foram acolhidos no Auditório Adriano Moreira pelo Presidente da Secção de História, Dr. João Abel da Fonseca, em representação do Presidente da SGL, Prof. Cat. Luís Aires-Barros, tendo proferido uma conferência intitulada “Main ephemeris of the historical relations between Portugal and Great Britain”, seguindo-se a visita à Mostra Bibliográfica organizada pela responsável da Biblioteca da SGL, Dr.^a Helena Grego, com cerca de 20 obras pertencentes ao acervo, afins ao tema da conferência, bem como de uma lista de antigos sócios britânicos da SGL desde a sua fundação, a par de jornais e revistas portuguesas que relataram a visita do rei Eduardo VII a Lisboa, incluindo fotografias da comparência do monarca na sede do Royal British Club;

23 de Setembro – de *Homenagem ao Prof. Doutor Adriano Moreira, por ocasião dos seus 100 anos*, subordinada ao tema

“Revisitar «Os Grandes Espaços» de Adriano Moreira, conferência proferida na SGL na Abertura Solene da Semana do Ultramar, em 27 de Maio de 1963”

Foi orador o Senhor Dr. João Abel da Fonseca;

26 de Outubro – integrada no Ciclo *História da Alimentação*, subordinada ao tema

“Representações da Arte da Mesa Peninsular na Azulejaria”

Foi orador o Senhor Prof. Doutor Augusto Moutinho Borges;

18 de Novembro – conjunta com a Secção de Estudos Luso-Árabes, subordinada ao tema

“Religião e Poder no Islão: o Xerifismo”

Foi orador o Senhor Prof. Doutor António Dias Farinha;

29, 29 e 30 de Novembro – VI Colóquio Internacional *Medieval Europe in Motion – The Sea*, promovido pelo Instituto de Estudos Medievais (IEM - NOVA FCSH), em que a SGL foi parceira com a cedência das instalações, tendo a Secção de História sido nomeada pela Direcção para acompanhar todo o processo no seio da instituição. A responsável pela Biblioteca da SGL, Dr.^a Helena Grego, organizou uma Mostra Bibliográfica com cerca de 40 obras pertencentes ao acervo, afins ao tema do colóquio. Coube ao Presidente da Secção de História, Dr. João Abel da Fonseca, em representação do Presidente da SGL, Prof. Cat. Luís Aires-Barros, saudar os participantes com breves palavras de boas-vindas em inglês. Segue o Programa.

28TH NOVEMBER 2022

14h15-15h00 OPENING SESSION Room 1: Sala Portugal Opening Session with the Director of NOVA/FCSH (represented by Professor Amélia Aguiar Andrade); Professor Maria de Lurdes Rosa, Director of IEM; Professor Aires-Barros, President of SGL; Professor João Abel da Fonseca

(Section of History – SGL); Comodoro José António Croca Favinha, Director of the Navy Museum; Carlos Moura-Carvalho, Municipal Director - Lisbon City Council / Municipal Directorate of Culture; Professor Maria Helena da Cruz Coelho, President of SPEM; Representative of the Organising Committee.

15h00-16h00 PLENARY LECTURE 1 (Opening Conference) Room 1: Sala Portugal David ABULAFIA (University of Cambridge) – Mare Maius: towards a history of the medieval Black Sea. Moderator: Simon Doubleday (Hofstra University)

16h15-17h45 PARALLEL SESSIONS [I] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 1: LISBOA E O MAR (I) / LISBON AND THE SEA (I) Moderator: Amélia Aguiar ANDRADE (NOVA FCSH – IEM) Manuel FIALHO (Gabinete de Estudos Olisiponenses; CH-FLUL) - Reis e galés: o papel das tercenas de Lisboa no controlo régio marítimo no século XIV. Miguel Metelo de SEIXAS (IEM – NOVA FCSH) - Reflexos marinhos na heráldica medieval lisboeta. Rodrigo DOMINGUEZ (CICS.NOVA.UMinho) - The polysemic issue: Tonnage duties at Lisbon's port during the later Middle Ages.

SESSION 2: LITERARY NAVIGATION: DANTE ALIGHIERI, OPICINO DE CANISTRIS AND BOCCACCIO Moderator: Isabel Barros Dias (UAb; IELT – NOVA FCSH) Gabrielle SAMRA (University of Oxford) - The Shores of Salvation: Nautical Imagery in Dante's Divina Comedia. Paola CALEF (Università di Torino) - L'arzanà de' Viniziani. Arte e lessico della navigazione ai tempi di Dante, tra Commedia, commenti e traduzioni antiche. (Inf. XXI, 7-15). GODA BULYBENKO (Independent Scholar) - Il mare diabolicum di Opicino de Canistris: il crocivio tra antichità, medioevo e rinascimento.

SESSION 3: BETWEEN WEST AND EAST: CHRISTIANS AND MUSLIMS IN THE ATLANTIC AND MEDITERRANEAN WORLD Moderator: Hermenegildo Fernandes (CH-U-Lisboa) Renato Viana BOY (Universidade Federal da Fronteira Sul) - A circulação do poder imperial de Constantinopla no Mediterrâneo após a chamada “Queda do Império Romano do Ocidente” – séculos V e VI. Alexander MATVEEV (St Petersburg State University) - Ibn Khurdadhbeh's Snapshot of the Ninth Century European Long-distance Trade: The Arab Sources' Views on the Sea and Land Trade Routes in Medieval Europe and Beyond. Alexandre BENTO (IEM NOVA FCSH) - O contributo das vias marítimas e fluviais para a música do Al-Andalus português. Uma abordagem arqueomusicológica.

17h45-18h30 BOOK PRESENTATION Room 1: Sala Portugal Presentation of the Books: Os territórios da Lisboa medieval, by Professor Adelaide Milan Costa, and Global Turns, Local Circles. People, Ideas and Model in flux in Medieval Europe, by Professor Hermenegildo Fernandes.

COCKTAIL OFFERED BY THE LISBON MUNICIPALITY

29TH NOVEMBER 2022

9h30-11h15 PLENARY LECTURES 2 AND 3 Room 1: Sala Portugal Maribel FIERRO (CSIC, Madrid) - The Sea in the Life Narratives of Scholars and Saints of the Medieval Islamic West (8th-15th centuries). Amaia ARIZALETA (Université de Toulouse II - Jean Jaurès) - Mare historiarum: el mar del Alejandro hispánico medieval /Sea of Stories: Medieval (Hispanic) Alexander the Great and the Sea. Moderator: Hermenegildo Fernandes (CH-ULisboa)

11h30-13h00 PARALLEL SESSIONS [II] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 4: MOVIMIENTO Y MOVILIDAD EN EL MEDITERRÁNEO MEDIEVAL (1): PERSONAS Moderator: Roser Salicrú i Lluçh (IMF – CSIC Barcelona, CAIMMed) David IGUAL LUIS (Universidad de Castilla-La Mancha) - Movilidad y extranjería en la ciudad de Valencia (siglos XIV-XV). Victòria A. BURGUERA I PUIGSERVER (RuprechtKarls Universität Heidelberg, CAIMMed) - Piratas y corsarios en las costas catalanas (1432-1442) ¿Una amenaza real y un riesgo para las poblaciones costeras? Ivan ARMENTEROS MARTÍNEZ (IMF-CSIC Barcelona, CAIMMed)- Esclavos y esclavas en movimiento. ¿Qué transporte de esclavos en el Mediterráneo medieval?

SESSION 5: LAS ALMADRABAS DE LA BAHÍA DE CÁDIZ DURANTE EL SIGLO XV: PAISAJES, CONECTIVIDAD Y REPRESENTACIÓN CARTOGRÁFICA – SIGS Moderator: Gonçalo Melo e Silva (IEM – NOVA FCSH) Emilio MARTÍN GUTIÉRREZ (Universidad de Cádiz) - De los ecosistemas de la Bahía de Cádiz al paisaje de las almadras durante el siglo XV. Enrique José RUIZ PILARES (Universidad de Cádiz) - Los caminos del atún: la industria almadrabra como espacio de conectividad. Pablo FERNÁNDEZ LOZANO (Universidad de Cádiz) - La representación cartográfica del paisaje almadrabra a través de los SIGS.

SESSION 6: ONDAS DO MAR DO NORTE: ECOS NA LITERATURA MEDIEVAL INGLESA Moderator: Tiago Viúla de Faria (IEM – NOVA FCSH) Miguel ALARCÃO (Universidade Nova de Lisboa) - “Mares anteriores a nós”: relendo a antiga poesia anglo-saxónica. Ana Rita MARTINS (Universidade de Lisboa) - “both see and sonde”: Mar e Identidade no Romance em Inglês Médio. Maria Angélica VARANDAS (Universidade de Lisboa) - O banho da sereia em “The Nun’s Priest’s Tale”, de Geoffrey Chaucer.

14h30-15h30 PLENARY LECTURE 4 Room 1: Sala Portugal Gianluca AMERI (Università di Genova) - Genova, XI-XIV secolo: le arti in una capitale del Mediterraneo. Moderator: Maria Alessandra Bilotta (IEM – NOVA FCSH)

15h30-17h00 PARALLEL SESSIONS [III] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 7: MOVIMIENTO Y MOVILIDAD EN EL MEDITERRÁNEO MEDIEVAL (2): RUTAS. Moderator: David Igual Luís (Univ. Castilla – La Mancha) Angela ORLANDI (Università degli Studi di Firenze) - Da Madera a Venezia, lungo la rotta di un galeone di zucchero (1533-1536). Roser SALICRÚ I LLUCH (IMFCSIC Barcelona, CAIMMed) - Rutas de cautiverio: la movilidad mediterránea en el siglo XV a través de las experiencias en primera persona de cautivos musulmanes. Alessandro SILVESTRI (IMFCSIC Barcelona, CAIMMed) - Waves of Information across the Mediterranean Sea. The Kings of Aragon and their islands in the later Middle Ages (Majorca, Sardinia, Sicily).

SESSION 8: PORTUGAL: THE MEDIEVAL REALM AND THE SEA Moderator: Luís Filipe Oliveira (UAlg; IEM – NOVA FCSH) Ana Isabel LOPES (Universidade do Porto)- Invasões de areia no noroeste de Portugal (séculos XIVXVI): da vulnerabilidade à transformação da rede parquial. Christophe TEIXEIRA (Université Paris 1 Panthéon Sorbonne) - L’élaboration d’une marine de guerre portugaise au XIIe siècle : le règne déterminant de Sancho I. Pui Yin Daisy SZE (University

of Oxford) - A Prelude to the Maritime Hegemony: The Portuguese Ambition in Gomes Eannes de Azurara's *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné* (c. 1450).

SESSION 9: TO FEEL IS TO SEE IS TO HEAR: SPIRITUAL, VISUAL, AND AUDITORY PERCEPTIONS OF THE LATE MEDIEVAL ADRIATIC SEA. Moderator: Paulo Catarino Lopes (IEM – NOVA FCSH) Tin CUGELJ (University of Bern); Matko MARUŠIĆ (Institute of Art History, Zagreb) - Introduction. The Movement of Devotion in the Late Medieval Adriatic Sea. Matko MARUŠIĆ (Institute of Art History, Zagreb) - The Echoes of Jerusalem in Late Medieval Dubrovnik: Public Devotion, Spiritual Pilgrimage and the Sea. Tin CUGELJ (University of Bern) - The Sound of the Adriatic? Auditory Perception of the Adriatic Sea in the Late Medieval Period.

17h30-19h00 PARALLEL SESSIONS [IV] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 10: MOVIMIENTO Y MOVILIDAD EN EL MEDITERRÁNEO MEDIEVAL (3): CONEXIONES ENTRE LA TIERRA Y EL MAR. Moderator: Angela Orlandi (Univ. Degli Studi di Firenze) Enrico BASSO (Università degli Studi di Torino) - Tra le montagne e il mare. Note su una società regionale del Tardo Medioevo: la Liguria. Albert REIXACH SALA (Universitat de Lleida) - Frenar el contagio por tierra y por mar en Cataluña y Mallorca en el siglo XV: en los albores de los cordones sanitarios. Alessandro RIZZO (LudwigMaximilians-Universität) - Il thaghr, "centro" marittimo di confine e incontro, da un'analisi dei documenti della cancelleria mamelucca riguardanti le relazioni con i poteri cristiani.

SESSION 11: MARE DOMINATO, MARE CONDIVISO. IL MEDITERRANEO FRA IX SECOLO E XV SECOLO. Moderator: Maurice Aymard (EHES- CRH) Giovanna CORAZZA (Università Ca' Foscari - Venezia) - Geografie dantesche adriatiche. «L'arzanà de' Viniziani» (Inf. XXI, 7): paesaggio letterario, paesaggio del lavoro. Christophe AUSTRUY (École des Hautes Études en Sciences Sociales) - Un modello mediterraneo: l'Arsenale di Venezia. Gerassimos PAGRATIS (Università Nazionale e Capodistriaca di Atene) - Senso del Mare, commercio e marina mercantile nel mondo bizantino tardomedievale.

SESSION 12: FIGHTING FOR THE SEAS: FROM THE DUCAL TO THE ROYAL FLEETS. Moderator: Miguel Gomes Martins (GEO – CML; IEM – NOVA FCSH) Kentigwern JAOUEN (Université de Bretagne Sud) - Le pouvoir ducal face aux flottes privées en Bretagne: coopération, confrontation, assimilation, XIVe et XVe siècles. Lorenzo LAGE ESTRUGO (Universidad de Cádiz) - The Plantagenet and the royal fleet creation: origins and influences, jurisdiction, and performance of the English Admiralty in the 13th -14th centuries. Laetitia GUICHET (Sorbonne Université) - La Manche dans la Guerre de Cent Ans: ambitions navales et transformation d'une interface maritime au temps de l'amiral Jean de Vienne (1341-1396).

30TH NOVEMBER 2022

9h30-11h15 PLENARY LECTURES 5 AND 6 Room 1: Sala Portugal Michel BOCHACA (Université La Rochelle) - La navigation européenne dans le proche Atlantique d'après les routiers et les portulans de la fin du Moyen Âge. Joaquim Alves GASPARGAR (CIUHCT – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa) - The Nautical Origin of the Medieval Portolan Chart: Certitudes, Doubts, and Perplexities. Moderator: Amélia Aguiar Andrade (NOVA FCSH-IEM)

11h30-13h00 PARALLEL SESSIONS [V] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 13: LISBOA E O MAR (II) / LISBON AND THE SEA (II). Moderator: Miguel Gomes Martins (GEO – CML; IEM – NOVA FCSH) Ana Maria COSTA (LARCDGPC; CIBIO–Biopolis; IDL – UL) - Evolução ambiental e morfológica do Esteiro da Baixa e da margem do Tejo do ponto de vista da Geoarqueologia na Lisboa medieval. António REI (Instituto de Estudos Medievais–NOVA FCSH) - Os Almirantes do Grande Mar Ocidental de alAndalus (844-1031). Kentigwern JAOUEN (Université de Bretagne Sud) - Les marins bretons à Lisbonne: L'exemple de Jean Coatanlem exilé à Lisbonne et devenu amiral.

SESSION 14: THE SEA IN THE CONSTRUCTION OF POWERS AND POLITICAL IDENTITIES. Moderator: Maria João Branco (NOVA FCSH – IEM) Igor Salomão TEIXEIRA (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Comunicação política angevina pelo mar, a respeito do mar e para o mar (Séculos XIII e XIV). Saim Anil KARZEK (Bilkent University) - Ottoman Corsairs: Slave Suppliers For the Sultan in the Premodern Mediterranean. Sofia SERDARI (University of Ioannina) - “De mari usque ad mare”: The dark ages Britain and the worlds of its seas.

SESSION 15: CROSSING THE SEAS: PRACTICES AND REPRESENTATIONS (I). Moderator: Simon Doubleday (Hofstra University) Barbara E. LOGAN (University of Wyoming) - The Perils of Pilgrimage: The Logistics of Sea Voyages to the Holy Land in Margery Kempe’s Autobiography. Ana María CABO GONZÁLEZ (Universidad de Sevilla) - Prácticas médicas y remedios medicinales que viajan desde el puerto de Sevilla a las Canarias entre los siglos XV y XVII. Emily SUN (Harvard University) - Lost (and Found) in Transmission: Riddles, Reconfigurations & Rediscoveries in the Old English Apollonius of Tyre and Caroline Bergvall’s Drift.

14h30-15h30 PLENARY LECTURE 7 Room 1: Sala Portugal Henrique LEITÃO (CIUHCT – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa) - From periploi to oceanic rutters: Sailing directions and the construction of oceanic space. Moderator: Roser Salicrú i Lluch (IMF–CSIC Barcelona, CAIMMed)

15h30-17h00 PARALLEL SESSIONS [VI] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 16: DANGEROUS OBSTACLE OR WAY OF COMMUNICATION PAR EXCELLENCE? THE SEA AND THE PRACTICE OF TRAVEL IN THE MIDDLE AGES. Moderator: João Luís Inglês Fontes (NOVA FCSH – IEM; UCP-CEHR) Paulo Catarino LOPES (Instituto de Estudos Medievais–NOVA FCSH–NOVA FCSH) - The functionality of the sea in the medieval testimonies evocative of the practice of pilgrimage. Kara L. KERSH (Trinity College Dublin; Instituto de Estudos Medievais–NOVA FCSH) - A Sea of Problems: Pilgrimage by Boat. Diana MARTINS (Instituto de Estudos Medievais–NOVA FCSH) - Corsairs, pirates, captives and other challenges: the perils of the seas and the Portuguese diplomatic action (1279-1325).

SESSION 17: SEA LANDSCAPES AND TRAVELS: THE ADRIATIC. Moderator: Maria Alessandra Bilotta (IEM – NOVA FCSH) Nicola CAROTENUTO (University of Oxford) - Venetian Seascapes. Sarah KAMPBELL (Independent Scholar) - Accounting for the Crew: The Santo Spirito Manuscript. Henrik-Riko HELD (University of Zagreb) - Maritime commercial features in the documents of notary Thomasinus de Savere (Dubrovnik 1277-1286).

SESSION 18: THE MARITIME IMAGINARIUM OF LITERARY TRAVELS. Moderator: Ana Paiva Morais (NOVA FCSH – IELT) Fabio BARBERINI (Universitat de Girona) - Tempo tempestoso. Sens et raisun della tempesta per mare nei romanzi anglonormanni. Penélope CARTELET (Universidad de Lille) - De fortunas, bonanzas y Providencia: la función del mar en la trayectoria caballeresca (Libro de Apolonio, Libro del caballero Zifar). Arda ARIKAN (Akdeniz University) - The Sea and the Ship in The Lays of Marie de France.

17h30-18h30 PARALLEL SESSIONS [VII] Room 1: Sala Portugal Room 2: Sala Algarve Room 3: Auditório Adriano Moreira

SESSION 19: MAPPING THE SEAS: GEOGRAPHICAL TREATIES AND CARTOGRAPHY. Moderator: Miguel Metelo Seixas (IEM – NOVA FCSH) José António GONZÁLEZ MARRERO (Universidad de La Laguna) - Las tierras del mar Atlántico en los tratados geográficos carolingios. Cristina DUSIO (Libera Università di Bolzano); Letizia STACCIOLI (Universitat de Barcelona) - Nell'atelier di Abraham Cresques. Primi sondaggi linguistici sull'atlas Catalan (MS. PARIGI, BNF, ESP. 30).

SESSION 20: CITIES AND SEA: ECONOMY ON THE MOVE. Moderator: Flávio Miranda (CITCEM – FLUP) Javier AÑÍBARRO RODRIGUEZ (Universidad de Cantabria); Leonor PARRA AGUILAR (Universidad Autonoma de Madrid) - Más allá de la pesca: Mar y el Medio Ambiente en las poblaciones costeras del Cantábrico Central durante la Baja Edad Media. Lluís SALES I FAVÀ (Instituto de Estudos Medievais-NOVA FCSH) - “Lo peix salat que han portat los portugueses de la calavera de Portugal”. El transporte marítimo de pesca salada en la ciudad de Barcelona (s. XV-XVI).

18h30-19h30 PLENARY LECTURE 8 (FINAL LECTURE) Room 1: Sala Portugal Michel BALARD (Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne) - Genoese Caffa, meeting point between Orient and Occident. Moderator: Luís Filipe Oliveira (UALg; IEM – NOVA FCSH).

A Direcção do Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA FCSH) ofereceu à Biblioteca da SGL um significativo conjunto de 30 livros por si publicados, que cumpre agradecer.

- Colecção *Estudos* (N.ºs 1-6, 8, 12, 14-19 e 22-24)
- Colecção *Documentos* (N.ºs 1 e 2)
- *Livre de Cuisine de l'Infante Maria du Portugal*
- *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer (1147-1217)*
- *Os Livros de Horas Iluminados do Palácio Nacional de Mafra*
- *Um Arquivo, Doze Documentos*
- *De la Literatura Amorosa a la Ética Política: la Obra de Don Pedro de Portugal (1429-1466)*
- *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* (Vols. I e II)
- *Recovered Voices, Newfound Questions*
- *Architectures of the Soul*
- *Olhares Sobre a História*
- *Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia*
- *Paisajes, Espacios y Materialidades*

Importa ainda salientar o elevadíssimo nível científico do colóquio, com várias dezenas de historiadores especialistas oriundos de países de quatro continentes, bem como um elevado número de

auditores nacionais e estrangeiros que emprestaram às salas da SGL uma actividade de destaque nas últimas décadas. Por fim, uma palavra de reconhecimento à Comissão Organizadora, na pessoa do Prof. Doutor João Luís Fontes, nosso interlocutor, pela forma cordial e eficiente como orientou a parceria com a SGL.

5 de Dezembro – realizada a partir das 18:30h, promovida pela Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da circum-navegação, comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães, para a apresentação em antestreia da série televisiva *A Odisseia de Fernão de Magalhães*, uma co-produção de ARTE France, Caméra Lucida Productions, Minimal Films, Belgica Films e SERENA Productions, com a participação da RTP e o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, realização de François de Riberoles e montagem de Sabine Emiliani. A SGL associou-se ao evento cedendo a Sala Portugal onde decorreu a projecção do 1.º episódio e um debate subsequente entre o realizador, a montadora-chefe e o historiador José Manuel Garcia. Abriu a sessão o Presidente da Secção de História, Dr. João Abel da Fonseca, em representação do Presidente da SGL, Prof. Cat. Luís Aires-Barros, saudando o auditório com breves palavras de boas-vindas em francês. De seguida, usaram da palavra o Presidente da Estrutura de Missão, Dr. José Marques, o Director de Programas da RTP, jornalista José Fragoso, um representante da SERENA Productions, o realizador e a montadora-chefe. Após a projecção e o debate referido teve lugar um momento de perguntas aos oradores intervenientes. Para além de vários embaixadores e outros representantes diplomáticos acreditados em Lisboa, mormente, os de países da rota magalhânica, o auditório contou com a presença de mais de uma centena de convidados. O evento terminou com um «cocktail» oferecido pelas embaixadas daqueles países, com iguarias tradicionais, servido aos participantes na Sala de Convívio da SGL, prolongando-se até cerca das 22:00h;

16 de Dezembro – integrada no Ciclo *Comemorações do V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães*, subordinada aos temas

“As comemorações do V Centenário da Viagem de Fernão de Magalhães no último *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*: breve repositório”

“Do Porto a Mactan: do nascimento à morte e à imortalidade de Fernão de Magalhães”

Foram oradores, respectivamente, os Senhores Dr. João Abel da Fonseca e Prof. Doutor José Manuel Garcia.

A Secção de História tencionava promover a realização do Ciclo *Comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil*, convidando quatro Vogais para proferirem conferências numa única sessão alargada. A Direcção da SGL decidiu, entretanto, associar-se à realização do *XVI Colóquio RAÍZES MEDIEVAIS DO BRASIL MODERNO, no Bicentenário da Independência do Brasil*, promovido pela Academia Portuguesa da História em parceria com as Academia das Ciências de Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Academia de Marinha, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Comissão Portuguesa de História Militar e Universidade do Minho. Deste modo, os Vogais convidados apresentaram as suas comunicações naquele evento, que decorreu em Lisboa nos dias 10 e 11 de Outubro, na Academia Portuguesa da História e na Academia de Marinha, respectivamente, dois em cada instituição:

- Augusto Moutinho Borges – “O Brasil Moderno e a acção do Doutor José Clemente Pereira”;
- Eurico Gomes Dias – “José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da independência do Brasil”;

- João Abel da Fonseca – “Carlos Malheiro Dias e a História da Colonização Portuguesa do Brasil (1921-1924)”;
- Daniel Protásio – “Validos, favoritos e cortesãos no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1807-1822): alguns casos de estudo”.

Todas as sessões culturais ordinárias contaram, de igual modo, com a organização de Mostras Bibliográficas afins aos temas tratados, mercê do empenho da responsável pela Biblioteca da SGL, Dr.^a Helena Grego, a quem cumpre agradecer a disponibilidade sempre patenteada. Outrossim, uma palavra de reconhecimento muito especial à Senhora D. Carla Abreu, da Secretaria da SGL, pela colaboração prestimosa e sempre dedicada ao longo do ano, bem como a todos os colaboradores da instituição.

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA MEDICINA – Presidente: Dr. Manuel Mendes Silva

- Presidente: Manuel Marçal Fontes Mendes Silva, n.º 20506
- Vice-Presidente: Ana Maria Pires da Silva, n.º 19370
- 1.º Secretário: Rui Miguel Correia Pires de Carvalho, n.º 20990
- 2.º Secretário: José Eduardo Ferreira Rosado Pinto, n.º 20984

Introdução e Ponto de Situação

No contexto da Pandemia, como é sabido, avançou-se para videoconferências, por Zoom, com um sucesso acima do expectável. Tal só foi possível, como referido no relatório do ano anterior, com o apoio da Direcção da SGL e da Secretária da Direcção, Sra. D. Carla Abreu, que se constituiu como anfitriã, enviando os *links* e admitindo os sócios e amigos em cada sessão. Em 2022, a Mesa ponderou fortemente a possibilidade de fazer as conferências mensais num regime misto (presencial/ Zoom), procurando simultaneamente potenciar o convívio pessoal e manter a acessibilidade a sócios e amigos em diversos locais do Continente e Regiões Autónomas ou lugares tão distantes como alguns países da CPLP (Angola e Cabo Verde) ou, até mesmo, em certa fase, Kosovo (elementos de uma missão do Exército Português). Todavia, por questões organizacionais, isso implicaria que as sessões decorressem, na melhor das hipóteses, entre as 16h e as 17h (hora de encerramento das instalações da SGL), período claramente impeditivo para muitos profissionais de saúde, ou outros, ainda em actividade. Por consequência manteve-se o actual modelo.

1- Reuniões da Direcção/Mesa da SHM/SGL:

- Reunião da Direcção com o Exmo Sr. Presidente da SGL, em Janeiro, para apresentação de cumprimentos da praxe, após a sua recondução para o ano de 2022.
- Reunião da Direcção, a 15 de Março de 2022, pelas 18.00 (fora da Instituição). Esta teve por fim a revisão e consolidação do plano de actividades previamente preparado para o ano em curso.
- Reunião da Direcção, a 31 de Outubro de 2022, pelas 18.00 (fora da Instituição). Esta teve por fim o agendamento do processo eleitoral e o planeamento e confirmação de actividades de 2023, em caso de recondução da actual Mesa. O 1.º Secretário, tendo solicitado adiamento da reunião em data anterior, não pode comparecer à mesma por motivo inopinado e inadiável.

- Reuniões telefónicas várias e múltiplos *e-mails* da Direcção da SHM/SGL para acertos de programação de actividades e outros assuntos de rotina. Contactos telefónicos vários com o Presidente e com o secretariado da SGL.

- Participação, via ZOOM, em reuniões preparatórias.

2 - Sessões mensais da SHM/SGL em 2022

- 1ª Sessão, com a conferência “Manuel Mendes Silva (1911-1972), o Bacteriologista das *Salmonellas*”, pelo Dr. Mendes Silva (seu sobrinho e homónimo), por plataforma ZOOM, a 27 de Janeiro, das 18.00 às 19.00. Presenças: 52 pessoas.

- 2ª Sessão, com a conferência “Uma história sobre a Diabetes no Centenário da descoberta da insulina”, pelo Dr. Gardete Correia, por plataforma ZOOM, a 24 de Fevereiro, das 18.00 às 19.00. Presenças: 43 pessoas.

- 3ª Sessão, com a conferência “Pandemias, epidemias, surtos infecciosos e outras coisas”, pela Prof. Dr. Jaime Pina, por plataforma ZOOM, a 31 de Março, das 18.00 às 19.30. Presenças: 48 pessoas.

- 4ª Sessão, com a conferência “A historiografia da medicina e a obra de A. J. Barros Veloso”, pelo Prof. Doutor Henrique Leitão, por plataforma ZOOM, a 28 de Abril, das 18.00 às 19.00. Presenças: 48 pessoas.

- 5ª Sessão, com a conferência “Egas Moniz: Factos e Mistérios”, pelo Prof. Doutor Victor Oliveira, por plataforma ZOOM, a 26 de Maio, das 18.00 às 19.15. Presenças: 53 pessoas.

- 6ª Sessão, com a conferência “Filatelia e Medicina – Uma Coleção Temática”, pelo Consócio Dr. José Alberto Pereira, por plataforma ZOOM, a 30 de Junho, das 18.00 às 19.10. Presenças: 23 pessoas.

- 7ª Sessão, com a conferência “Hospital Militar do Porto, mais de 160 anos de história”, pela Tenente-Coronel Médica Raquel Santos, por plataforma ZOOM, 21 de Julho, das 18.00 às 19.00. Presenças: 25 pessoas.

- 8ª Sessão, com a conferência “UBIQUE BONUM QUÆRITO: Fernando da Silva Correia, ação e produção informacional”, pela Dra. Joana Beato Ribeiro, por plataforma ZOOM, a 29 de Setembro, das 18.00 às 19.05. Presenças: 26 pessoas.

- 9ª Sessão, com a conferência “Portugal: 120 Anos de Contributo à Medicina Tropical”, pelo Prof. Doutor Filomeno Fortes, por plataforma ZOOM, a 27 de Outubro, das 18.00 às 19.25. Presenças: 51 pessoas.

- 10ª Sessão, com a conferência “Saúde Pública em Cenários de Emergência”, pelo Dr. Francisco George, por plataforma ZOOM, a 24 de Novembro, das 18.00 às 19.00. Presenças: 35 pessoas.

- 11ª Sessão, Eleições. Lista única concorrente: Presidente-Manuel Mendes Silva, sócio nº 20506, Vice-Presidente- Ana Pires da Silva, sócio nº 19370, 1º Secretário- Rui Pires de Carvalho, sócio nº 20990, 2º Secretário- José Rosado Pinto, sócio nº 20984. A mesa de voto esteve aberta entre as 16.30 e as 17.00 de 15Dez2022, na Secretaria da SGL, como previamente anunciado, estando presente o Presidente da SHM. A lista foi reeleita com 13 votos expressos por via electrónica (recomendou-se o recurso ao correio electrónico ou postal, em detrimento da votação presencial).

A todos os conferencistas foi atribuído um diploma de participação e aos não sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa um exemplar do Boletim, ambos a serem levantados na Secretaria da SGL.

A SHM/SGL regista os sinceros agradecimentos à colaboração e permanente disponibilidade da D. Carla Abreu, da Secretaria da SGL.

A pedido da Direcção, alguns conferencistas foram desafiados a publicar a sua apresentação no Boletim da SGL. Também as fotografias das sessões ficaram arquivadas. A gravação das sessões foi suspensa, do antecedente, a pedido da Direcção da SGL, no cumprimento da Lei de Protecção de Dados.

3 - Outras actividades / eventos

- *Visitas:*

- Visita Guiada Presencial ao Museu da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP), sito na Rua Rodrigo da Fonseca n° 1, 1250-189, Lisboa, sábado, dia 21 de Maio de 2022.

- A visita programada para Novembro-Dezembro ao museu do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) foi adiada para 28 de Janeiro de 2023 por motivos logísticos do IHMT.

- *Exposição na SGL:*

- No dia 8 de Julho de 2022 foi inaugurada, na Sala Algarve, a exposição comemorativa “Uma Visita à História da Diabetes no Centenário da Descoberta da Insulina”, promovida pela SHM/SGL e pela APDP, com a presença do Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. Aires-Barros, do Presidente da Fundação Ernesto Roma, Dr. Gardete Correia, e do Director Clínico da APDP, além da Mesa da SHM/SGL, sócios, amigos e público em número de cerca de uma trintena de pessoas que se juntaram à iniciativa. De realçar a elevada qualidade dos painéis expositivos, com excelente resumo histórico do percurso decorrido entre o reconhecimento de uma doença - a Diabetes Mellitus - e a descoberta de uma terapêutica eficaz. A exposição manteve-se aberta ao público até 20 de Julho.

- *Lançamento de livros relacionados com a História da Medicina na SGL:*

- Lançamento do livro “*Arquitetura Branca*” da autoria do Sr. Professor Arquitecto Avelãs Nunes, em 12 de Dezembro de 2022, das 18.00 às 20.00, na Sala Portugal. A obra debruça-se sobre a concepção dos sanatórios para a tuberculose em Portugal. A iniciativa, apadrinhada pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Secção de História de Medicina, contou com o apoio da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, sendo o livro distribuído gratuitamente aos presentes no evento. O Presidente da SGL fez-se representar pelo Presidente da Secção, Dr. Manuel Mendes Silva, que presidiu à sessão. Foi um lançamento muito concorrido, com mais de uma centena de pessoas, com a presença de diversas individualidades, entre as quais a Exma. Directora da Saúde, Dra. Graça Freitas. A apresentação desta obra, com um tema muito interessante, ficou a cargo das seguintes personalidades: Dr. Barros Veloso, Dr. Correia de Campos, Prof.ª Doutora Ana Simões e Prof. Doutor Paulo Providência.

- *Representação da SHM/SGL no Boletim da SGL:*

- Neste ano a representação da SHM no Boletim da SGL continuou a ser do presidente, Manuel Mendes Silva.

- Os palestrantes Dr. António Oliveira Pedro (sócio da SHM), Prof. Jaime Pina (sócios da SHM) e Dr. Carlos Boavida (convidado) publicaram as suas comunicações no Boletim da SGL de 2021. Foi lançado o repto ao Dr. José Alberto Pereira para publicar a sua conferência no Boletim de 2022, pelo que já enviou o seu texto.

- *Participação em outras iniciativas, reuniões, jornadas, congressos relacionados com História da Medicina:*

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Divulgação da iniciativa da ISHM, a pedido do nosso sócio Dr. Victor Machado Borges, da Homenagem ao Professor Carlos Viesca Treviño, Presidente da International Society for the History

of Medicine, no dia 25 de Agosto, na Cidade do México, por Zoom. A Doutora Ana Pires da Silva assistiu à conferência, representando a Mesa da SHM/SGL.

- Divulgação, a pedido do Núcleo de História de Medicina da Ordem dos Médicos, representado pela Dra. Maria do Sameiro Barroso, da apresentação, no dia 26 de Agosto de 2022, na Feira do Livro de Lisboa, do livro “O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a Saúde”, edição agraciada com o Prémio APOM 2022, da Associação Portuguesa de Museologia, na categoria de Investigação. Esteve presente a vice-presidente da SHM-SGL, Doutora Ana Pires da Silva.

- Reunião, por solicitação da sócia e ex-vice-presidente Prof.^a Doutora Isabel Amaral, com o presidente e 1º secretário (e um elemento de outra instituição), na sala Convívio, em 8 de Julho de 2022, após a inauguração da exposição do centenário da descoberta da Insulina, iniciando-se um processo de colaboração numa futura exposição sobre a Medicina Portuguesa no Mundo (2023).

- Outras actividades, reuniões, lançamentos patrocinados pela SHM/SGL:

Lançamento de livros de outras tipologias ou outras iniciativas por parte de sócios da SHM/SGL:

- A SHM/SGL divulgou o lançamento do novo livro do nosso Presidente, Dr. Manuel Mendes Silva, “Histórias e Memórias da Minha História – Pinceladas autobiográficas de um médico urologista”, editado pela Gradiva, na Ordem dos Médicos de Lisboa, no dia 29 de Junho de 2022. A sessão foi presidida pelo Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Miguel Guimarães. O livro foi apresentado pelos colegas Baltazar Caeiro e Nuno Domingues. Os direitos do mesmo reverterem para a Associação Acreditar.

- Divulgação, a 6 de Janeiro, de uma Reflexão de Ano Novo e de uma retrospectiva sobre os emigrantes portugueses na Bretanha (sob o título “Raízes e Flores Luso-Bretãs”), do nosso sócio Doutor Aires Gameiro.

- O presidente Manuel Mendes Silva, participou na Academia de Urologia (APU), com a apresentação “A História da Urologia” em 19 de Fevereiro de 2022.

- O nosso sócio e amigo Prof. Doutor Moutinho Borges proferiu a conferência “A Casa Fialho de Almeida e as Casas-Museu de Médicos em Portugal: Identidade e Memória”, no Museu Literário Fialho de Almeida, em Cuba, no dia 10 de Setembro de 2022.

- Envio das actas e relatório de actividades aos sócios SHM/SGL:

No sentido duma maior aproximação com todos os sócios da SHM/SGL, a Direcção continuou a enviar-lhes por e-mail as actas e fotografias de todas as sessões, assim como este relatório de actividades anuais.

- Envio de parabéns nas datas de aniversário dos sócios SHM/SGL:

Num gesto de simpatia e aproximação aos sócios da SHM/SGL, a Direcção, continuou a enviar, como no ano anterior, por *e-mail*, aos sócios da SHM/SGL, parabéns e votos de feliz aniversário na respectiva data, pela mão da nossa Vice-Presidente, Doutora Ana Pires da Silva, e desejos de Boas Festas, gestos que tiveram respostas de muito apreço.

- Sócios da SHM/SGL ou Personalidades ligadas à História da Medicina entretanto falecidos:

A 28 de Maio de 2022 comunicamos, em nome da Mesa da SHM/SGL, o falecimento, nesse dia, do Dr. Luiz Damas Mora, personalidade bem conhecida e respeitada na Comunidade Médica, no contexto da História da Medicina e na preservação e divulgação do Património Cultural dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Esteve presente nas exéquias o 2º Secretário, Dr. Rosado Pinto, e na Missa de 7º

Dia o 1º Secretário, Dr. Rui Pires de Carvalho, ambos a título pessoal. Na sessão de Junho o presidente fez uma evocação sentida do Dr. Damas Mora.

- Apelo à entrada de novos sócios para a SGL e de novos sócios para a SHM/SGL:

Em várias ocasiões o Presidente da SHM/SGL apelou aos oradores e assistentes das iniciativas da SHM/SGL (sessões e visitas) para se tornarem sócios da SGL e, conseqüentemente, da SHM/SGL. Tal ensejo foi correspondido pelos Sr. Prof. Dr. Jaime Pina e Sr. Major (Dr.) Pedro Henrique da Silva Horta, ambos já admitidos formalmente.

SECÇÃO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTE – Presidente: Eng. Silvino Pompeu dos Santos

A actividade da SOTA - Secção de Ordenamento do Território e Ambiente durante o ano de 2022 foi, tal como no ano anterior, bastante condicionada pelos constrangimentos derivados da pandemia do Covid-19. Embora se tenha procurado tornear esses condicionamentos, a actividade da Secção acabou por ser relativamente limitada.

A 31 de Maio de 2022, o Eng. Pompeu dos Santos apresentou a sua renúncia ao cargo de Presidente da Secção sendo substituído na reunião de 21 de junho pelo Vice-presidente Dr. Luís Baltazar e mantendo-se como Secretário, o Dr. Pedro Santos.

Na reunião de 15 de Dezembro procedeu-se à eleição da nova mesa da Secção sendo eleita Presidente Maria da Graça Moreira, Vice-presidente Luís Baltazar e Secretário, Pedro Santos

Na mesma reunião foi aprovado o Plano de Actividades da Secção para 2023, que inclui a realização de alguns eventos sobre temas pertinentes este ano.

Durante 2022 a Secção procurou desenvolver a actividade em torno de duas vertentes: a realização de reuniões da Secção, com a actualização da informação sobre os membros e a organização de eventos sobre temas do interesse da Secção.

SECÇÃO LUÍS DE CAMÕES – Presidente: Prof. Doutor Armando Tavares da Silva

Durante o ano de 2022 a actividade da Secção continuou a ressentir-se da situação sanitária que o país viveu, não atingindo o nível de realizações que havia sido programado.

Foi realizada uma sessão no dia 3 de Junho sobre “**Camões**” foi orador o Sr. Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, seguida de apresentação dos livros da autoria do Dr. Eduardo Ribeiro: “Camões em Macau - Uma verdade historiográfica” (2.ª Edição), e “O Som nas Nossas Vozes - Uma Memória Angolana”, Mythus de ER, 2021.

SECÇÃO DE TRANSPORTES – Presidente: Professor Jorge Paulino Pereira

1. Almoços-reunião

No de 2022, manteve-se a boa prática de fazer uma reunião mensal da Secção de Transportes à hora de almoço, na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde se discutem os aspectos relacionados com as temáticas dos Transportes e outros assuntos da actualidade. Tal como nos anos anteriores,

a participação foi razoavelmente elevada nestes almoços-reunião, havendo, em média, cerca de uma dezena de participantes ou mais.

2. Sessões/Conferências no ano de 2019

Em virtude da situação do país em 2022 e tendo em conta que ainda não tem sido possível mobilizar conferencistas e audiência para períodos laborais (das 9 as 17 h) não houve sessões/conferências ao vivo neste ano. No ano de 2023, tenciona-se alterar o figurino tradicional das sessões para contemplar um evento de dia inteiro ou de meio-dia para se conseguirem cumprir os requisitos em vigor na Sociedade de Geografia de Lisboa.

3. Colaboração na Revista da Marinha

Tal como nos anos anteriores, vários confrades da Secção de Transportes colaboraram na “Revista de Marinha” Esta iniciativa só é possível devido ao sempre constante apoio do Director da Revista e nosso confrade, Almirante Henrique da Fonseca.

ACTIVIDADES DA BIBLIOTECA

Professor Doutor João Pereira Neto

Diretor

No final de 2022 o acervo da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (BSGL), contava com 75 566 monografias, tendo sido enriquecida este ano com 3771, adquiridas através de ofertas (3749), permutas (16) e compra (6).

De destacar as seguintes ofertas: Coleção de publicações do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Espólio Manuel Martins Casaca, Doação António de Almeida Cruz e Maria Emília Madeira Cruz e ainda a Doação João Loureiro.

Foram realizados 4211 registos informáticos (mais 28% que em 2021) dos quais 1578 monografias, 1024 analíticos e 1609 publicações em série. No final do ano a base de dados informática, atingiu os 8447 registos.

Tipo de Registo	Nº
Analíticos	1024
Monografias	1578
Publicações em Série	1609
Total	4211

Quanto à digitalização de documentos, maioritariamente cartográficos, este ano foram recebidos 8 processos, que resultaram na execução de 60 imagens.

A BSGL foi frequentada por 859 leitores. Os meses com maior afluência foram, Março e Novembro.

O Inquérito que suporta a caracterização dos novos leitores, permite retirar as seguintes conclusões:

Utilizaram pela primeira vez a Biblioteca 59 leitores, com uma média etária de 44 anos.

Destacaram-se os leitores de nacionalidade portuguesa (44,06%) e de outros países da CPLP (29,81%).

Nacionalidade	%
Portuguesa	44,06%
CPLP	28,81%
Europeia	18,64%
Outras	8,49%

Recorreram à BSGL em grande parte, para realização de trabalhos académicos (50,84%), mais concretamente Teses de Doutoramento (23,72%), Teses de Mestrado (6,77%), Pesquisas Pós-Doc. (6,77%) e trabalhos para cadeiras várias (13,59%). Assumiram também grande relevância Mais uma vez as investigações preparatórias de publicações (18,64%).

Objetivos	%
Teses de Doutoramento	23,72%
Teses de Mestrado	6,77%
Investigações Pós-doc.	6,77%
Publicações	18,64%
Investigações Institucionais	11,86%
Investigações Pessoais	11,86%
Outros	20,38%

Quanto aos estabelecimentos de ensino frequentados, a distribuição foi a que se segue:

Estabelecimento de Ensino Portugueses

Estabelecimentos de Ensino	Nº
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.	5
Faculdade de Letras da U.L.	1
Faculdade de Ciências da U.L.	3
Faculdade de Arquitetura da U.L.	1
Instituto de Ciências Sociais da U.L.	1
Instituto de Geografia e Organização do Território da U.L.	3
ISCTE - IUL	1
Universidade Católica Portuguesa	1
Universidade Aberta	1
Universidade Autónoma	1
Universidade Lusófona	1
Universidade de Évora	1
Academia Nacional de Belas Artes	1
Politécnico de Leiria	2
Universidade do Minho	1
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto	1

Estabelecimentos de Ensino Estrangeiros

País	Instituição
Brasil	Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Federal de São Paulo
Angola	Universidade Lusíada
Alemanha	HTW – Berlin Univ. Hamburg Max Planck Institute Bayeuth University
Espanha	Faculdade de Economia da Universidade de Barcelona Universidad de Cantábria
Estados Unidos da América	Arizona State University Howard University Harvard University Oberlin College

As Teses de Doutoramento focaram, este ano, as seguintes temáticas:

- Cartografia Luso-Brasileira (séc. XVIII-XIX)
- Análise Fonológica dos Topónimos Bantu
- História da Ecologia
- Produção Cultural em aldeias de Homoine (Moçambique)
- Musealização Militar em Moçambique
- Habitação Colonial
- Peças Coloniais e Portuguesas (séc. XVIII)
- Etnomusicologia
- Viagem a África do Príncipe Luís Filipe na Conjuntura de 1917
- Guiné Portuguesa – 1884-1936
- Gastronomia
- Toponímia de Angola
- Porosidade das Fronteiras de Moçambique como factor de Imigração Ilegal
- Espíritos Encarnados: Feitiçaria, Dependência Mítica e Produção Mimética em Moçambique 1840-1940.

A BSGL continua a revelar-se para estas novas gerações de investigadores, como um espaço multidisciplinar e agregador, consolidando a sua função cultural e cumprindo a sua responsabilidade institucional.

Foram organizadas 27 mostras documentais que, como tem sido habitual, acompanharam conferências realizadas na SGL. Estas iniciativas sempre acarinhadas pelas diversas Secções, foram este ano as seguintes:

- 28-1-2022 - Marechais de D. Miguel: Duque de Cadaval; Condes de Barbacena e de Bourmont; Visconde de Veiros (1828-1833) – Secção de História
- 18-2-2022 - O Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul: História e Comemorações – Secção de História
- 25-3-2022 - D. Miguel na coleção de litografias do Palácio do Correio-Mor, em Loures – Secção de História
- 5-4-2022 - A Gestão do impacto das obras sobre o património arqueológico - Secção de Arqueologia
- 12-4-2022 - Ucrânia: o País e a Geopolítica
- 19-4-2022 - Obras do Metro do Rossio, Corpo Santo e Poço da Marinha. Seu impacto na Arqueologia - Secção de Arqueologia
- 26-4-2022 - Arqueologia em Lisboa na década de 1960: entre a investigação e a salvaguarda - Secção de Arqueologia
- 29-4-2022 - Para sempre: Evocação de D. Manuel I, Fernão de Magalhães e Pedro Álvares Cabral nos quinhentos anos das suas mortes - Secção de História
- 3-5-2022 - Quando os navios morrem na praia. Uma viagem pela Arqueologia ribeirinha da cidade de Lisboa a partir do Cais do Sodré - Secção de Arqueologia
- 9/10-5-2022 - Portugal e a Ordem de Malta - A propósito dos Centenários das eleições de dois Grão-Mestres portugueses: Luís Mendes de Vasconcelos (1622) e D. António Manoel de Vilhena (1722) - Secção de História
- 18-5-2022 - Etnógrafos em Portugal - Seus contributos (II Parte) - Secções de Etnografia, Antropologia e Arqueologia

- 20-5-2022 - A viagem de Magalhães no Bahr-I-Mohit, o Espelho dos mares de Sidi-Ali ben Hussein - Um roteiro do Mar das Índias - Secções de Estudos Luso-Árabes e História
- 3-6-2022 - Camões em Macau - Uma verdade historiográfica - Secção Luís de Camões
- 6-6-2022 - Sessão de Homenagem ao Professor José Manuel Martins Ferreira Coelho
- 22-6-2022 - Um francês de Avignon na Comunidade Italiana do Loreto. O projetista e escultor Claude Lapadre (c. 1675-1738) - Secções de Artes e Literatura e Estudos do Património
- 24-6-2022 - A defesa da Raia no olhar de Duarte de Armas - Secção de História
- 8-7-2022 - O pecado não mora ao lado - As ditaduras ibéricas, as políticas de corpo e a sedução (1940-1970) - Secção de História
- 12-7-2022 - A maravilhosa descoberta do Vale - Secção de História
- 19-7-2022 - In Memoriam de Simas Alves de Azevedo - Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística
- 21-9-2022 - Visita da Royal Geographic Society - Secção de História
- 23-9-2022 - Revisitar “Os Grandes Espaços” de Adriano Moreira - Secção de História
- 27-9-2022 - Obeliscos Egípcios na Europa - Secção de Arqueologia
- 8/9-11-2022 – 5º Seminário Fragmentos da Arqueologia de Lisboa – Entre vivos e mortos - Secção de Arqueologia da SGL e Centro de Arqueologia de Lisboa
- 11-11-2022 – II Seminário Ibérico de Ex-Líbris – 70 anos ao serviço da arte, da ciência e do património - Sociedade de Geografia de Lisboa e Associação Portuguesa de Ex-Líbris
- 15-11-2022 – Conferência Arte – Diferentes Perspetivas de Análise Cultural - Secções de Etnografia, Antropologia e Arqueologia da SGL
- 18-11-2022 – Conferência Religião e Poder no Islão: O Xerifismo - Secções de História e Estudos Luso-Árabes da SGL
- 28/30-11-2022 – 6th International Conference Medieval Europe in Motion – The Sea, organizada pelo Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, que decorreu simultaneamente em três salas da SGL.

Estiveram simultaneamente patentes, na Sala de Leitura, outras 3 mostras documentais:

- Os Lusíadas - 400 anos da 1ª edição
- José Lopes Professor e Poeta 150 anos do seu nascimento
- Tutankhamon: Centenário da Descoberta do Túmulo do Faraó (1922-2022)

Intensificaram-se as relações com outras instituições, no âmbito de uma colaboração eficaz e significativa, criando assim, uma plataforma de cooperação institucional, que tem sido desenvolvida nos últimos anos, designadamente através de empréstimo de documentos para exposições externas. De referir até final de 2022 as seguintes:

- Museu Nacional de Arte Antiga - Jogos Cruzados – 2 documentos (18 de maio até setembro de 2022)
- Château d'Angers - Comptoirs du Monde: Les Feitorias Portugaises XVe-XVIIe Siècle” - 8 documentos (9 de junho a 9 de outubro de 2022)
- Museu Marítimo de Ílhavo - O Grande Norte- 3 documentos (21 de maio a 3 de novembro de 2022)
- Fundação Calouste Gulbenkian - Faraós Superstar - 1 Atlas (outubro de 2022 até abril de 2023)

Foram ainda preparadas algumas visitas à nossa Biblioteca, destacando-se a dos alunos do Núcleo de Estudantes de Geografia da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (16 de março), dois grupos do Instituto Universitário Militar (18 de março e 27 de setembro), Associação Alves Redol (7 de julho), alunos do Instituto de Geografia da Universidade de Lisboa (14 de novembro) e ainda um grupo de alunos do Curso de Turismo e Hotelaria do Estoril (6 de dezembro)

Estão em preparação várias mostras documentais para 2023. Refiram-se algumas:

- Manuel Godinho de Herédia (1563-1623), 400 anos da sua morte
- José Maria de Avelar Brotero (1798-1873), 150 anos da sua morte
- 2 Presidentes da SGL – J. V. Barbosa du Bocage (1823-1907) – 200 anos do seu nascimento; Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (1843-1923) – 100 anos da sua morte;
- 2 sócios fundadores da SGL: Luigi Prospero Peragalo (1823-1916), 200 anos do seu nascimento; José Joaquim Gomes de Brito (1843-1923), 100 anos da sua morte;
- 2 arquitetos: Gustave Eiffel (1832-1923), 100 anos da sua morte; José Luís Monteiro (1848-1892), 175 anos do seu nascimento.
- David Livingstone (1813-1873), 150 anos do seu nascimento

ACTIVIDADES DO MUSEU

Doutora Manuela Cantinho

Diretora / Curadora

1. Estudo/inventariação/conservação e restauro

Durante o ano de 2022 deu-se continuidade à inventariação, higienização e acondicionamento do acervo museológico. Destacamos o trabalho realizado com algumas coleções africanas e timorenses.

2. Divulgação/Visitas orientadas/Estágios

O trabalho de divulgação do acervo museológico realizou-se sobretudo através de visitas guiadas ao Museu, que têm merecido rasgados elogios de visitantes nacionais e estrangeiros como atestam as várias centenas de opiniões recolhidas no livro das avaliações à disposição dos visitantes. Divulgação através de diversos contactos com instituições congéneres e ainda a realização de comunicações científicas. Nomeadamente, a comunicação apresentada pela directora do Museu subordinada ao tema “A Europa e a herança museológica africana: que futuro?”, no âmbito do 11º Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA11) que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a 7 de Maio de 2022.

Destacam-se os pedidos de vários investigadores nacionais e estrangeiros no sentido da SGL lhes permitir o estudo das suas colecções africanas da Guiné-Bissau e do seu acervo Tchokwe (Angola). Procedeu-se ainda à renovação do equipamento audiovisual e informático das salas Algarve e Portugal para poder responder aos diversos eventos culturais e científicos que aí se realizam.

Durante o presente ano a Directora do Museu orientou 4 estágios: 2 em Estudos Africanos (FLUL) e 2 em Antropologia (ISCTE).

Número total de visitantes: 1956

Escolas e grupos não escolares: 465

Total de escolas e grupos não escolares: 28

Visitantes individuais (não integrados em grupos): 1491

3. Participação em eventos expositivos

O Museu pôde ainda satisfazer diversos pedidos externos. Nesse sentido cedeu temporariamente elementos do seu acervo para as seguintes exposições:

- Comptoirs du monde – Les Feitorias potugaises - XVe-XVIIe Siecles, Angers (França) entre 09/06 a 09/10 de 2022
- O Grande Norte no Museu de Ílhavo (CMI)
- Jogos Cruzados. Viagens entre Oriente e Ocidente que se realizou no Museu Nacional de Arte Antiga.

4. Organização e montagem de exposições

- Homenagem a Sidónio Muralha
- Uma Visita à História da Diabetes no Centenário da Descoberta da Insulina

- Homenagem ao fotógrafo Gérald Bloncourt
- Comemoração do centenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul por Sacadura Cabral e Gago Coutinho

5. Parcerias/Cooperação institucional

Destaca-se o Protocolo com o Museu Municipal de Lamego e o Protocolo “Circuito Asiático” assinado com uma rede de 17 museus portugueses. Parcerias que têm por objectivo incentivar os estudos sobre as colecções africanas e asiáticas existentes em museus portugueses.

6. Fototeca

O Museu deu continuidade ao levantamento fotográfico do acervo museológico. Foram satisfeitos vários pedidos de cedência de imagens que fazem parte das colecções fotográficas da SGL.

ADENDA

ACTIVIDADES DO MUSEU ETNOGRÁFICO E HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA RESPEITANTES AOS ANOS 2019-2020-2021

Por lapso nos Boletins respeitantes aos anos de 2019, 2020 e 2021 não foi publicada a actividade relativa à Biblioteca e Museu, pelo que se regista agora os anos em falta:

BIBLIOTECA - 2019

Diretor: Professor Doutor João Pereira Neto

Tal como foi comunicado em relatório anterior, a Biblioteca pessoal do Professor Doutor João Pereira Neto, foi incorporada na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (BSGL). Até finais de 2019 foram catalogadas 1279 monografias, que ficaram deste logo, disponíveis para consulta. A catalogação desta doação, continuará a ser realizada em 2020.

Para além destas entradas, foram ainda recebidas mais 272 monografias, 233 oferecidas, 33 permutadas e apenas 6 compradas. Há que destacar mais uma vez o Dr. Mário Beja Santos, que ofereceu este ano 53 títulos.

Em termos globais, em finais de 2019, a base de dados informática era constituída por 74 301 registos, dos quais 4 693 efectuados este ano (3199 relativos a monografias, 21 a publicações em série e 1473 a registos analíticos). Foram realizados 721 registos cartográficos, perfazendo um total de 6340 entradas. Pretende-se que esta base de dados, possa em breve ser disponibilizada *on-line*.

A BSGL foi frequentada por 1458 leitores, o que representa uma média de cerca de 133 leitores mensais. Os meses com maior afluência foram maio, janeiro e junho, respectivamente com 186, 144 e 141 leitores.

Em 2019 preencheram pela primeira vez o formulário de inscrição da BSGL, 74 novos leitores.

Destacaram-se os leitores de nacionalidade portuguesa (43,2%), e de outros países da CPLP (36,5%), mais uma vez com destaque para o Brasil (14,9%), mas também Angola e Moçambique (8,1% cada). Os novos leitores europeus representaram este ano 12,2%.

Estes pesquisadores, com média etária de 41 anos, recorreram à BSGL, na sua maioria para realização de trabalhos académicos: Teses de Doutoramento (33,8%), Teses de Mestrado (9,5%) e trabalhos no âmbito de Licenciaturas (14,9%). Continuaram a ter grande relevância as investigações com finalidades editoriais (12,2%).

Quanto aos estabelecimentos de ensino frequentados, destacaram-se a nível nacional a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Relativamente às Universidades estrangeiras, a diversidade é imensa, pelo que se mencionam apenas algumas. Do Brasil, recebemos alunos das Universidades de São Paulo, Santa Catarina, Campinas, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul. De Moçambique, alunos da Universidade Pedagógica e de Macau da Universidade de S. José.

A nível europeu, destacaram-se os alunos provenientes de Sevilha, nomeadamente da Universidade de Pablo de Olavide e da Faculdade de Geografia e História o que poderá estar relacionado com as comemorações da viagem de Fernão de Magalhães/El Cano.

No que concerne aos temas de pesquisa, destacaram-se este ano a História das Ciências, o Urbanismo, a Arquitectura Civil e Militar, as Biografias e ainda a Escravidura e o Abolicionismo.

Este ano foram realizadas 154 digitalizações de documentação reservada e cartográfica, resultantes de 26 pedidos, tendo em vista a ilustração de publicações, a utilização em conferências ou o simples estudo documental.

Há semelhança de anos transatos foram organizadas algumas mostras bibliográficas, no âmbito de conferências realizadas na Sociedade de Geografia de Lisboa. A realização de tais mostras, só é possível graças à confiança e estímulo das diversas Comissões e Secções desta Sociedade.

Desta forma, foram organizadas 23 mostras documentais:

10 de janeiro – “Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela”, promovida pelas Secções Ordem de Cristo e Expansão e História;

30 de janeiro – “O Significado dos Painéis de S. Vicente... a verdadeira Figura do Infante D. Henrique”, promovida pelas Secções Ordem de Cristo e Expansão e Artes e Literatura;

8 de fevereiro – “Centenário do Falecimento de Júlio de Castilho”, homenagem organizada pelas Secções de História e da Ordem de Cristo e Expansão;

15 de fevereiro – “Arquitectura, Modernidade e Tradição: Um Percurso pela Obra de José Ângelo Cottinelli Telmo”, promovida pela Secção de História

7 de março – Seminário Luso-Húngaro Evocativo dos 200 anos do Nascimento de László Magyar”, promovido pela Comissão Africana e Secções de Geografia Matemática e Cartografia, Estudos do Património e Genealogia, Heráldica e Falerística;

18 de março – “2º Conde de S. Januário, 1º Presidente da SGL (1876-1877): Vida e Obra”, conferência proferida pelo Professor Doutor João Luís Cardoso;

4 de abril – “Revisitar a Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião, 1573-1578”, promovida pelas Secções de Estudos Luso-Árabes e de História;

12 de abril – “O Legado de Fernão de Magalhães para a História da Humanidade”, promovida pela Secção de História

8 de maio – “Comemoração dos 160 anos da 1ª edição de A Origem das Espécies, de Charles Darwin”, promovida pela Comissão Asiática;

10 de maio – Colóquio “Vida e Obra de Irisalva Moita”, promovido pela Secção de Arqueologia;

14 de maio – “Anselmo Braamcamp Freire – A memória e a identidade”, promovida pela Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística;

21 de maio – Colóquio “Reflexões sobre a Mobilidade em Portugal”, promovido pela Comissão de Migrações;

24 de maio – “200 anos do Nascimento de Duas Rainhas: D. Maria II de Portugal e Victória do Reino Unido – 1819-2019”, promovida pela Secção de História;

3 de junho – “O Livro Segundo das Saudades da Terra, de Gaspar Frutuoso, e a lenda de Machim, sobre o Descobrimto do Arquipélago da Madeira”, promovida pela Secção de História;

6/7 de junho – “Colóquio Caminho de Peregrinações”, promovido pela Comissão de Migrações;

5 de julho – Conferência “Fontes Pereira de Melo – No Bicentenário do seu Nascimento”, promovida pela Secção de História

9 de julho – “Beyond Darwin – The Program Hypothesis”, promovida pela Comissão Americana;

16 de julho – “Seminário Internacional Comemorativo dos 200 anos da Rainha D, Maria II (1819-2919)”, promovido pela Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística, Comissão Asiática e Secção de Estudos do Património;

20/21 de novembro – “Seminário Fragmentos de Arqueologia de Lisboa: Extrair e Produzir... Dos primeiros artefactos à industrialização”, promovido pela Secção de Arqueologia;

29 de novembro – “O Conde de Farrobo (1801-1869) e o Estabelecimento do Liberalismo em Portugal”, promovido pela Secção de História

5 de dezembro – “250 anos depois: de Mazagão em Marrocos, a Vila Nova de Mazagão, no Brasil (1769-1771), promovida pela Secção de História;

18 de dezembro – “O Oriente no Ocidente”, ciclo de conferências promovidas pela Secção de Arqueologia

Pensa-se que em breve poderá ser disponibilizada *on-line*, a bibliografia exposta nestas ocasiões, criando-se, assim, um testemunho documental, que permitirá salvaguardar a memória destas mostras.

Para além destas pequenas mostras bibliográficas, de carácter efémero, este ano foram organizadas duas exposições, que embora temporárias, estiveram patentes por períodos mais alargados.

No âmbito do ciclo de conferências relativas à comemoração dos 500 anos da viagem de circum-navegação de Magalhães/El Cano, que decorreu na Sala Algarve da SGL entre setembro e dezembro, esteve patente uma exposição intitulada “O Mundo Visto dos Oceanos. A Primeira Viagem à Volta do Mundo Traçada pelas Coleções da Sociedade de Geografia de Lisboa”.

Esta exposição teve como fio condutor o relato de Pigafeta, visto pelo prisma da biodiversidade. O repto foi lançado e, o primeiro passo foi recolher documentação bibliográfica, cartográfica e iconográfica sobre o tema. Seguiu-se uma pré-seleção, tendo em consideração, não só a o valor e pertinência da documentação, mas também a sua originalidade. Tratou-se, em muitos casos, de uma redescoberta do acervo da BSGL.

A construção discursiva esteve a cargo da Doutora Teresa Nobre de Carvalho, Curadora convidada.

Muito ficou por expor, já que importantes documentos foram encontrados, mas existiam alguns condicionamentos de espaço e de material expositivo.

Resumidamente, a exposição contemplou os seguintes aspetos:

- Biografias de Magalhães;
- Relatos da Viagem;
- Historiografia Portuguesa e Espanhola;
- Cartografia do Estreito de Magalhães;
- Bibliografia sobre especiarias
- Iconografia Zoológica e Botânica

À documentação bibliográfica, cartográfica e iconográfica, juntaram-se ainda objetos do acervo do Museu da SGL.

A coordenação da exposição esteve a cargo da Doutora Manuela Cantinho.

Alguma da documentação mais representativa, da riqueza do acervo da BSGL, patente nesta exposição, faz parte do Espólio de Gago Coutinho. Não por acaso, alguns destes documentos, transitaram para a exposição que se seguiu. Desta feita a exposição teve como pretexto as celebrações do sesquicentenário do nascimento do Almirante.

Esta exposição intitulada “Gago Coutinho: Benemérito da Sociedade de Geografia de Lisboa”, teve como curadora principal a Doutora Manuela Cantinho. A ideia que presidiu a esta exposição, foi precisamente

evidenciar o significado desta personalidade, na História da própria Instituição.

No âmbito da colaboração com outras instituições, foram cedidos, a título de empréstimo, vários documentos para as seguintes exposições temporárias:

- “O Império Invisível e a Fotografia”, patente ao público na Fundação Oriente;
- “Gago Coutinho Viajante e Explorador”, patente ao público no Museu de Marinha
- “D. Maria II (1819-1833) – De Princesa Brasileira a Rainha de Portugal”, patente ao público no Museu da Presidência da República.

Em 2020, serão assinaladas algumas das seguintes efemérides:

- 175 anos do nascimento de Vidal de la Blache, Eça de Queirós e Sousa Viterbo;
 - 150 anos do nascimento de Newton;
 - 130 anos da morte de Camilo Castelo Branco, João de Andrade Corvo, António Cardoso Borges de Figueiredo, Francisco de Silva Porto;
 - 130 anos do nascimento do Padre Serafim Leite, Carlos Selvagem, Domingos Ferreira Deusdado e Mário de Sá Carneiro
 - 100 anos do nascimento de Avelino Teixeira da Mota
 - 90 anos da morte de Ernesto Vasconcelos
- Refira-se que muitas destas individualidades foram sócios da SGL.

MUSEU - 2019

Director: Prof. Doutor Fausto Robalo Amaro

Curadora: Doutora Manuela Cantinho

O Museu desempenhou as suas funções nas diversas vertentes com regularidade. Destacamos as seguintes actividades:

I. EVENTOS EXPOSITIVOS

Organização e montagem das seguintes exposições comemorativas:

1. “O Mundo Visto dos Oceanos: A primeira viagem à volta do mundo traçada pelas colecções da Sociedade de Geografia de Lisboa”
2. “Gago Coutinho: Benemérito da Sociedade de Geografia de Lisboa”

II. LOJA DO MUSEU

Concepção/produção de diversos produtos inspirados nas colecções que se encontram à venda na loja.

III. CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Continuação dos trabalhos de conservação e restauro de cinco objectos da colecção africana. Destaca-se um dos Nkisi Nkondi mais valiosos da colecção.

IV. PARCERIAS /EXPOSIÇÕES

1. Participação na exposição Ex Africa. Storie e identità di un'arte universale, que se realizou no “Museo Archeologico de Bologna”.
2. Participação na exposição Contar Áfricas, que se realizou no Padrão dos Descobrimentos.
3. Participação na exposição Identidade e Cultura. Património Arqueológico de Sharjah (EAU), que se realizou no Museu Nacional de Arqueologia.
4. Participação na exposição 130 Anos da National Geographic, que se realizou no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto.

V. FOTOTECA

1. Foram satisfeitos vários pedidos de cedência de imagens que fazem parte do acervo fotográfico da SGL.
2. Deu-se continuidade ao levantamento fotográfico das colecções museológicas. Neste sentido, foram realizadas cerca de 2.800 imagens de objectos.

VI. DIVULGAÇÃO/VISITAS ORIENTADAS

Número de visitas de grupo: 49 (máximo 20 visitantes por cada grupo)

Número total de visitantes: 3.151

BIBLIOTECA - 2020

Director: Professor Doutor João Pereira Neto

A Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (BSGL) neste ano de pandemia, esteve encerrada ao público de 13 de Março a 30 de Junho e durante o mês de Agosto. De 1 de Setembro até final do ano, funcionou em horário contínuo, cumprindo todas as normas de segurança e higiene impostas pela DGS, tentando responder a todas as solicitações, não só de sócios da SGL, como de outros públicos.

Assim, na medida em que as circunstâncias anormais o permitiram, tentou-se receber *in loco*, todos os investigadores interessados, assim como responder aos muitos pedidos de informação bibliográfica à distância.

Neste ano a frequência foi de 706 leitores, tendo sido os meses de maior afluência Janeiro (138 leitores), Fevereiro (110 leitores) e Setembro (82 leitores). Frequentaram pela primeira vez a nossa biblioteca 48 investigadores, 66,6% de nacionalidade portuguesa, 16,6% de outros países da CPLP e a mesma percentagem de outras origens.

As investigações tiveram maioritariamente uma finalidade académica (48,6%), mais concretamente, teses de Doutoramento e trabalhos universitários de outros níveis (24,3% cada), seguiu-se a realização de publicações (29,2%), exposições (9,7%) e investigações de carácter biográfico (7,3%) ou institucional (4,9%).

Estes novos leitores, com média etária de 44 anos, estavam vinculados às seguintes instituições:

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ISCTE – IUL, Universidade de Coimbra, Universidades de S. Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, Humboldt Universitat – Berlin, Columbia University – New York, University of the Free State – International Studies Group – África do Sul, Politechnika Opolska, Universitat Leipzig, Instituto de Ciencias del Patrimonio – Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Santiago de Compostela e ainda Museu de Olaria de Barcelos, Câmara Municipal de Palmela, Rádio Televisão Portuguesa

Quanto aos temas de pesquisa a diversidade foi imensa, abrangendo áreas tão distintas como a Arquitectura, História das Ciências, Biografias, História da Navegação, História da Alimentação, Arqueologia, Antropologia ou Ecologia, principalmente em contexto nacional e de outros países da CPLP, predominantemente Moçambique e Angola.

No âmbito da cooperação com outras instituições, foi cedida a título de empréstimo temporário, um documento cartográfico para figurar na exposição “Urbanismos de Influência Portuguesa”, organizada pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa em parceria com a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Foram ainda realizadas filmagens para produção de um filme documental, da responsabilidade da realizadora Isabel de Noronha e coordenado pela Professora Cristiana Bastos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Está também em curso uma investigação para realização de um documentário para a RTP 2 sobre o explorador Serpa Pinto, da realizadora Anabela Saint-Maurice.

Até finais de 2020 deram entrada 1286 monografias, maioritariamente através de oferta. Foram realizados 2652 registos informáticos: 1338 monografias, 837 publicações em série e 477 analíticos. Neste momento, a base de dados informática é já constituída por 76 953 registos.

A permuta de publicações continuou a verificar-se, sendo 48 com instituições estrangeiras e 37 com instituições portuguesas, perfazendo um total de 85 permutas. Tem decorrido durante este período, a reorganização do espaço ocupado pelas publicações em série, de modo a permitir o crescimento das publicações monográficas.

Foi incorporada no nosso acervo, uma doação de 11 novos documentos cartográficos, maioritariamente de Angola, oferecidos pelo Professor Manuel de Melo e Mota.

À semelhança de anos anteriores, foram organizadas algumas mostras documentais, no âmbito de conferências realizadas:

17 de Janeiro – Por ocasião da conferência “Os Primórdios da Academia Real das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa”, promovida pela Secção de História;

21 de Fevereiro – Por ocasião da conferência “Uma Década Sem Fim – o Legado dos Anos 20 no Quotidiano e no Imaginário”, promovida pela Secção de História;

Por ocasião da conferência/homenagem “Inovador na Diferença: João Baptista Pereira Neto e a Antropologia como um Princípio...”, proferida no âmbito na sessão de tomada de posse da Professora Doutora Sónia Frias como Académica de Número da Academia da Cultura Portuguesa foi também realizada uma mostra bibliográfica do autor.

Tal como tem acontecido em anos transactos, têm sido organizadas algumas mostras bibliográficas na Sala de Leitura da BSGL. Este ano, estiveram patentes ao público, duas mostras documentais, uma sobre o fado, no âmbito das comemorações do centenário do nascimento de Amália Rodrigues e uma outra sobre o Professor Eduardo Lourenço.

Na definição de prioridades para o ano que se segue, certamente ainda marcado pela pandemia, terá de ser equacionada como questão essencial a promoção e disponibilização de conteúdos digitais, tendo como intuito a promoção cultural do vasto acervo e da própria instituição.

MUSEU - 2020

Director/Curadora: Doutora Manuela Cantinho

Após a reabertura da SGL, o museu deu continuidade às tarefas já em curso. Destacamos as seguintes actividades:

I. ADAPTAÇÃO AO ESTADO DE EMERGÊNCIA (COVID 19)

Foram implementadas novas medidas de emergência/segurança e readaptadas as actividades do pessoal, tendo em vista a reabertura do museu.

II. PARCERIAS /EXPOSIÇÕES

Foram alargados os períodos de empréstimo temporário de diversas peças do acervo museológicos da SGL. Destacam-se os empréstimos relativos às exposições patentes ao público no Museu Nacional de Arqueologia, Museu de Marinha e Museu da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

III. ESTUDO/INVENTARIAÇÃO/CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Continuação dos trabalhos do estudo, inventariação e conservação e restauro das colecções africanas. Nomeadamente das estatuetas e cadeiras tchokwé e da colecção de bastões.

IV. FOTOTECA

Foram satisfeitos vários pedidos de cedência de imagens que fazem parte do acervo fotográfico da SGL.

Deu-se continuidade ao levantamento fotográfico das colecções museológicas. Neste sentido, foram realizadas cerca de 800 imagens de objectos.

V. ESTÁGIOS

Deu-se continuidade à programação/realização de estágios curriculares das licenciaturas em Antropologia (ISCTE) e Estudos Africanos (FLUL).

VI. DIVULGAÇÃO/VISITAS ORIENTADAS

O museu continuou a responder às diferentes solicitações de investigadores, museólogos e instituições congéneres, sobre o acervo museológico da SGL.

Número total de visitantes: 610

BIBLIOTECA - 2021

5. BIBLIOTECA

Director: Professor Doutor João Pereira Neto

O prolongamento da pandemia, marcou profundamente a actividade da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (BSGL). Influenciou não só o número de utilizadores, como também a recepção de documentação e demais actividades.

Contudo, o acervo da BSGL foi enriquecido com mais 775 monografias, adquiridas através de ofertas (762), permutas (9) e compra (4).

No final de 2021 a BSGL contava com 74710 monografias, para além da sua colecção de documentos textuais manuscritos, documentos cartográficos, iconográficos e vasta colecção de publicações seriadas, que continuam a ser recebidas, principalmente através de permutas institucionais.

De assinalar este ano as seguintes ofertas: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Fundação Calouste Gulbenkian, Thomas C. Paine, Eduardo Junco Bonet e Espólio Carlos Ladeira.

Foram realizados 3283 registos informáticos, dos quais 1218 monografias, 552 analíticos e 1513 publicações em série. No final do ano a base de dados informática, atingiu os 80237 registos.

Tipo de Registo	Nº
Analíticos	552
Monografias	1218
Publicações em Série	1513
Total	3283

Quanto à digitalização de documentos, maioritariamente cartográficos, este ano foram recebidos 4 processos, que resultaram na execução de 13 imagens.

A BSGL foi frequentada por 531 leitores. Note-se que apesar dos dias de confinamento, devido à pandemia, se verificou um aumento progressivo da frequência, ao longo do ano. Os meses com maior afluência foram, assim, Novembro e Dezembro.

A caracterização dos novos leitores, que a seguir se apresenta, baseia-se na informação obtida através do formulário, elaborado para o efeito.

Utilizaram pela primeira vez a Biblioteca 43 leitores, com uma média etária de 43 anos. Destacaram-se os leitores de nacionalidade portuguesa (51,16%) e de outros países da CPLP (37,20%).

Nacionalidade	%
Portuguesa	51,16%
CPLP	37,20%
Outras	11,62%

Recorreram à BSGL em grande parte, para realização de trabalhos académicos (46,51%), mas assumiram também grande relevância este ano as investigações preparatórias de publicações (34,88%), assim como os projectos expositivos (6,97%).

Objetivos	%
Trabalhos Académicos	46,51%
Publicações	34,88%
Projetos Expositivos	6,97%
Outros	11,62%

Quanto aos estabelecimentos de ensino frequentados, a distribuição foi a que se segue:

Estabelecimento de Ensino Portugueses

Estabelecimentos de Ensino	Nº
Faculdade de Letras da U.L.	2
Faculdade de Direito da U.L.	1
Faculdade de Arquitectura da U.L.	2
Faculdade de Motricidade Humana	3
Instituto de Ciências Sociais da U.L.	2
F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa	4
ISCSP	1
Universidade de Évora	2
Universidade Católica Portuguesa	1

Estabelecimentos de Ensino Estrangeiros

País	Instituição
Brasil	Universidade Federal Fluminense (1)
	Universidade Federal da Bahia (2)
EUA	Universidade da Califórnia (2)
	Princeton University (1)
Holanda	Netherlands Institute for Advanced Studies (1)
Alemanha	Max Planck Institute (1)
Ilha da Reunião	Université de La Réunion (1)
Hong Kong	University of Hong Kong – African Studies Department (1)
Reino Unido	University of Birmingham (2)

As Teses de Doutoramento versaram, este ano, as seguintes temáticas:

- Morfologia de cidades Ibero-Americanas
- Impacto das alterações climáticas na agricultura de São Tomé e Príncipe
- Efeito das alterações climáticas em Moçambique
- História da Cartografia
- Património Guineense
- Indiginato e Cidadania
- Património Histórico-Arqueológico de Cabo Verde

Quanto a pesquisas de Pós-Doutoramento as temáticas foram as seguintes:

- Imprensa e Literatura na África do século XIX
- Goa - Africanos na Ásia
- História da Educação

Recebemos também 3 grupos de visitantes, tendo sido expostos alguns documentos, de acordo com o interesse expresso:

7 de Setembro – Visita de elementos da Sociedade de Geografia da Rússia acompanhados pelo Conselheiro Cultural da Embaixada da Rússia em Portugal/ Cartografia da Rússia e antigas publicações Permutadas

21 de Setembro – Visita de alunos do Instituto Universitário Militar, Curso de Estudos Africanos/ Geografia Política Africana

23 de Setembro - Delegação Oficial da República Popular de Angola/Estudo sobre Fronteiras

Como tem vindo a ser habitual, foram realizadas algumas mostras bibliográficas, patentes ao público na sala de leitura da BSGL:

Setembro-Novembro - António Lopes Mendes (1835-1894) – 135 anos da publicação da “Índia Portuguesa”

Dezembro - D. Manuel I (1469-1521) – V Centenário da sua morte

Foram ainda preparadas outras pequenas mostras bibliográficas, que puderam ser seguidas junto ao Anfiteatro Adriano Moreira, por ocasião de algumas conferências organizadas pelas Secções da SGL:

27 de Outubro – Pastorícia e Neolítico na bacia interior do Mondego, por ocasião da Conferência promovida pela Secção de Arqueologia

30 de Novembro – Etnografia e Etnógrafos em Portugal: Influências e contributos, por ocasião da conferência promovida pela Secção de Etnografia

12 de Dezembro – As salgas e a seca de pescado como património alimentar português, da Antiguidade à Época Moderna. O estudo de um caso: o bacalhau, por ocasião da conferência promovida pela Secção de História

Podemos desde já mencionar alguns dos temas das mostras documentais em preparação para 2022:

- 1º Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral
- 450 anos da publicação da 1ª edição dos Lusíadas (1572)
- 200 anos da independência do Brasil
- Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) – 180 anos do seu nascimento
- George Chinnery (1774-1852) – 170 anos da sua morte
- António Rita Ferreira (1922-2014) – 100 anos do seu nascimento

- José Capelo Franco Frazão, 1º Conde de Penha Garcia (1872-1940) – 150 anos do nascimento do 13º Presidente da SGL

- Friedrich Welwitsch (1806-1872) – 150 anos do seu nascimento

- Adolfo Coelho (1847-1919) – 175 anos do seu nascimento

MUSEU - 2021

Director/Curadora: Doutora Manuela Cantinho

I. ESTUDO/INVENTARIAÇÃO/CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Durante o ano de 2021, para além dos trabalhos de reorganização e higienização de algumas zonas das reservas, procedeu-se à reabilitação de duas galerias expositivas da Sala Portugal e à alteração das condições de iluminação de algumas zonas expositivas. Deu-se ainda continuidade à inventariação, higienização e acondicionamento do acervo museológico. Destacamos o trabalho realizado com algumas colecções africanas (escultura antropomórfica, bastões e apoios de nuca).

II. ESTÁGIOS

Durante o ano de 2021 a Directora do Museu orientou 4 estágios curriculares: 2 em Estudos Africanos (FLUL) e 2 em Antropologia (ISCTE). Tem vindo a preparar 2 voluntários que vão integrar a equipa do museu.

III. FOTOTECA

O Museu deu continuidade ao levantamento fotográfico do acervo museológico. Foram satisfeitos vários pedidos de cedência de imagens que fazem parte das colecções fotográficas da SGL.

IV. DIVULGAÇÃO/VISITAS ORIENTADAS

O trabalho de divulgação do acervo museológico realizou-se sobretudo através de visitas guiadas ao Museu, de contactos com instituições congéneres e de comunicações científicas. Destaca-se a deslocação da Directora do Museu à Roménia, a convite da Sociedade de Geografia daquele país, durante a qual apresentou uma comunicação sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa e o seu valioso Património Cultural.

Destacamos ainda os pedidos de vários investigadores estrangeiros no sentido da SGL promover o estudo das colecções africanas do seu Museu, nomeadamente do Department of History Bowdoin College (USA) e do Institute of European Studies da University of California, Berkeley (USA).

Número total de visitantes: 735

